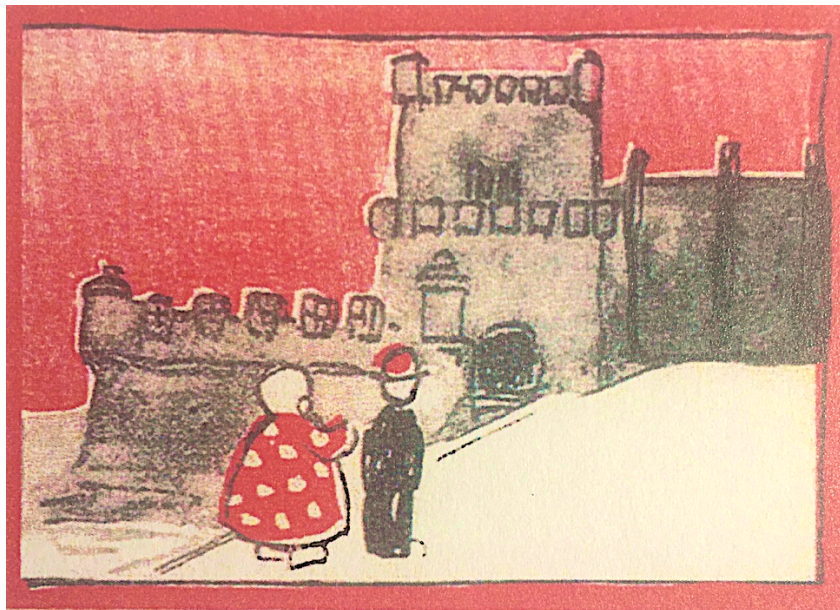


Paulo Oliveira Ramos

**A PRINCESINHA BRANCA E ESBELTA
E O DRAGÃO NEGRO E ROTUNDO**

Um Estudo de História do Património de Lisboa
1888 – Anos 50



Universidade Aberta

Lisboa

2003

Paulo Oliveira Ramos

**A PRINCESINHA BRANCA E ESBELTA
E O DRAGÃO NEGRO E ROTUNDO**

Um Estudo de História do Património
de Lisboa, 1888 – Anos 50

Dissertação de Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais

Ramo História

Orientadores

Professor Doutor José M. Amado Mendes

Professor Doutor João M. Rocha de Sousa

Universidade Aberta

Lisboa

2003

Índice	2
Siglas e abreviaturas	6
Palavras Prévias	7
Introdução	12

PARTE I

Capítulo I – <i>Praeterita</i>. Para uma genealogia dos estudos patrimoniais	25
1. Introdução	26
2. Passado imperfeito	28

PARTE II

Capítulo II – 1888/1900. Da construção da fábrica aos protestos patrimonialistas	77
1. Introdução	78
2. Lisboa, 1880	80
3. O Concurso internacional	89
4. O apoio à fábrica	99
5. Os protestos patrimonialistas	103
5.1 Imprensa periódica: o caso do <i>Diario Illustrado</i>	105
5.2 <i>Grandes plumas</i>	114

5.3 Ilustrações	119
5.4 Parlamentares	124
5.5 Impressões de viajantes estrangeiros	131

Capítulo III – 1901/1912. O envolvimento da Câmara Municipal de

Lisboa.....	135
1. Introdução	136
2. Da continuação dos protestos à intervenção da C.M.L.	139
2.1 A continuação dos protestos	140
2.2 A reacção camarária	146
2.3 O apoio a Afonso de Lemos	152
2.4 A intimação camarária	154
3. O julgamento do “Processo da Fábrica de Belém”	159
3.1 A Imprensa: informação e emoção	159
3.2 Alberto Xavier	171

Capítulo IV – 1913/1922. O grito da Secção de Arqueologia Lisbonense ..178

1. Introdução	179
2. Ainda a Imprensa	180
3. A Secção de Arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses	191

3.1 A Fundação da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses	191
3.2 A criação e acção da Secção de Arqueologia Lisbonense.....	196
4. O Movimento pró-Torre de Belém	211
5. Do cartaz de A de Sousa ao “abaixo-assinado” de Março de 1920..	220
Capítulo V – 1923/1950. A obra do Estado Novo	236
1. Introdução	237
2. Do contrato de 1928 ao contrato de 1935	240
3. Duarte Pacheco, a emergência do papel do Estado e o contrato trilateral de 1935	246
4. Salazar e a “Exposição do Mundo Português”	257
5. O Desafrontamento de 1950	267
Capítulo VI – Anos 50. A (difícil) valorização da Torre de S. Vicente	277
1. Introdução	278
2. Conservação	280
2.1 Antes de 1950	280
2.2 Depois de 1950	292
3. Jardim / Envolvente	296
3.1 Antes de 1950	297

3.2 Depois de 1950	306
3.3 O acesso à Torre de Belém	323
4. (Re)Utilização	326
4.1 Os projectos de Museu	328
4.1.1 O Museu do Porto de Lisboa	335
4.2 A Custódia de Belém	340
4.3 Decoração	342
Conclusão	354
Bibliografia	368
Anexos	408
Índice das Figuras	409
Figuras	411
Índice dos <i>Fac-similes</i>	422
<i>Fac-similes</i>	423

Siglas e Abreviaturas

A.C. – Arquivo do Arco do Cego
A.E. – Arquivo do Alto da Eira
A.F. – Arquivo Fotográfico
A.H. – Arquivo Histórico
A.A.P. – Associação dos Arqueólogos Portugueses
A.G.P.L. – Administração Geral do Porto de Lisboa
A.P.L. – Administração do Porto de Lisboa
C.M.L. – Câmara Municipal de Lisboa
C.R.G.E. – Companhias Reunidas de Gás e Electricidade
D.G.E.M.N. – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
D.G.E.S.B.A. – Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes
E.D.P. – Electricidade de Portugal
F.R.E.S.S. – Fundação Ricardo Espírito Santo Silva
G.E.O. – Gabinete de Estudos Olisiponenses
I.A.N./T.T. – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
I.P.P.A.R. – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico
I.P.P.C. – Instituto Português do Património Cultural
J.N.E. – Junta Nacional da Educação
M. E. – Ministério da Educação
M.F. – Ministério das Finanças
S.A.L. – Secção de Arqueologia Lisbonense

cx. – Caixa

n.º – número

p. – página

s/d – sem data

s/l – sem local de edição

s/n – sem número

t. – tomo

vol. – volume

doc. – documento

col. – coluna

PALAVRAS PRÉVIAS

Ao esboçar, pela primeira vez, a introdução a esta dissertação, dei conta, com indisfarçável nostalgia – palavra aparentemente polémica aos olhos do mundo preservacionista¹ – que passei mais de metade da minha vida envolvido em actividades ligadas ao património, onde cheguei pela mão da fotografia, nos finais dos anos 60, talvez, porque em ambos os campos, “*nous jouons avec des choses qui disparaissent, et, quand elles ont disparu, il est impossible de les faire revivre. [...] Pour nous, ce qui disparaît, disparaît à jamais : de là notre angoisse et aussi l’originalité essentielle de notre métier*”².

Se, no meio de arqueólogos, fui fotógrafo (e cineasta também), praticando uma muito incipiente “*conservation iconographique*”³ – segundo a expressão de Françoise Choay – já Abril adentro foi a vez de militar no movimento das associações de defesa e estudo do património. Logo, tocado pelo “complexo de Noé”, estive com os primeiros, entre nós, a envolverem-se na arqueologia

¹ Lembro as afirmações de Robert Hewison em *The Heritage Industry. Britain in a Climate of Decline* (London, Methuen, 1987), nomeadamente quando escreve: “*through the filter of nostalgia we change the past, and through the conservative impulse we seek to change the present*” (p. 47).

² Henri Cartier-Bresson, *L’imaginaire d’après nature*, s/l, Fata Morgana, 1996, p. 21 (sublinhado nosso).

³ Françoise Choay, *L’allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, p. 76.

industrial, elegendo os portos, o vidro e Lisboa como campos de trabalho privilegiados. Mais tarde, guiei viagens para públicos vários; participei em colóquios em Portugal e no estrangeiro e leccionei – sobretudo para professores dos diversos graus de ensino – aquele conjunto de saberes que gosto de abraçar sob a designação de educação patrimonial; mas também, para outros públicos, a arqueologia industrial, os estudos lisiponenses e a museologia. Ainda, assessoriei pequenos e grandes projectos. E, escrevi, sempre que possível.

Depois de ter concluído uma “Breve história do museu em Portugal”⁴, possivelmente por influência herculaniana para quem os museus “são apenas cemiterios das artes”⁵, passei a interessar-me, cada vez mais, pela própria história da salvaguarda do património construído, quiçá, porque como escreveu Marc Fumaroli, “*c’est lui qui, aujourd’hui encore, déclenche les passions les plus vives, protectrices ou destructives*”⁶ e, desse envolvimento⁷, de algum modo, nasceu a

⁴ In *Iniciação à Museologia* (Maria Beatriz Rocha Trindade, coord.), Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 19-62. Este livro faz parte integrante do bloco multimedia homónimo, trabalho que recebeu em 1993 o prémio “Obra Museológica do Ano”, atribuído pela APOM – Associação Portuguesa de Museologia.

⁵ Pois, como escreveu, “os fragmentos de um edifício, tirados do seu lugar, sem destino, sem união, são mortos; são cinza e pó de marmores” (Cf. “Mais um Brado a favor dos Monumentos II”, in *O Panorama*, vol. VI, n.º 94, p. 51). Duas afirmações, distanciadas um século, sugerem que Alexandre Herculano não esteve sozinho nesta postura: Viollet-le-Duc – o mesmo que narcisicamente se fez representar como um dos doze apóstolos que se encontram sobre os contrafortes da Notre-Dame de Paris – escreveu numa carta de 1847: “*les peuples qui font des musées sont des peuples de pirates et des pillards*”; e Theodor W. Adorno, por seu lado, em “*Valéry, Proust, musée*”, de 1953: “*Les musées sont les chevaux de famille des oeuvres d’art, ils témoignent de la neutralisation de la culture, on y accumule des trésors d’art, la valeur marchande se substitue au bonheur de la contemplation, qui ne peut cependant pas se passer des musées*” (cit. in Dominique Poulot, *Patrimoine et musées*, Paris, Hachette, 2001, pp. 137 e 163 respectivamente).

⁶ Marc Fumaroli, “Jalons pour une histoire littéraire du patrimoine”, in *Science et conscience du patrimoine* (dir. Pierre Nora), Entretiens du Patrimoine, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1997, p. 102.

⁷ Dos primeiros esforços nesse sentido resultou a “Reflexão inicial sobre a Salvaguarda do Património Cultural em Portugal”, in Paulo Oliveira Ramos, *Reviver o Passado (em torno da*

ideia desta dissertação⁸, que – tal como a própria protecção do património – “*est fondée sur des combinaisons variables de raison et de sentiment*”⁹.

Sobre as condições da génese, gestação, e parto desta tese, permita-se-me citar Damião de Góis:

Efectivamente, quem pretende escrever uma história imparcial e completa precisa que se lhe assegure, antes de mais, um longo período de tempo livre; em seguida, necessita de paz de espírito e dispensa de todas as demais ocupações; e, por fim, deve beneficiar do favor dos príncipes mais influentes, para estimular e premiar o engenho e o trabalho das investigações¹⁰.

O *tempo livre* tive-o sob a forma de dispensa do serviço docente.

A *paz de espírito* procurei-a – e não fora uma rasteira do meu cromossoma 3p – quase a teria alcançado.

O *favor* encontrei-o e agradeço-o agora. Em primeiro lugar à Universidade Aberta; em seguida aos meus Orientadores, Professores Doutores José M. Amado Mendes, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e João M. Rocha de Sousa, da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, distintos na pertença académica, mas tão similares no apoio pródigo e na palavra amiga.

educação patrimonial e do ensino a distância), dissertação de mestrado em Comunicação Educacional Multimedia, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 13-38 (policopiado).

⁸ Durante a feitura desta foi germinando um tema novo para o futuro próximo: uma história do vandalismo patrimonial em Portugal a trabalhar à sombra inspiradora de Rafael de Sanzio (1483-1520), o mesmo que num manuscrito do início do séc. XVI (*Manoscritto di Mantova*) escrevia já contra os “*Gotti, Vandali et altri tai perfidi inimici [das] reliquie di Roma*” (Francesco P. Di Teodoro, *Raffaello, Baldassar Castiglione e la Lettera a Leone X*, Bologna, Nuova Alfa Editoriale, 1994, p. 65). Tentámos alinhar já algumas ideias em Paulo Oliveira Ramos, “Memória, Património e Vandalismo”, in *Discursos*, III Série, n.º 3, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 185-195.

⁹ Bruno de Saint-Victor, “La protection du patrimoine”, in *Science et conscience du patrimoine*, *op. cit.*, p. 202.

¹⁰ Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 27, trad. de José da Felicidade Alves.

Esta dissertação contou ainda com o interesse e envolvimento, de várias formas e em momentos diversos, da Júlia, do Martim e do Afonso – cujos nomes têm que ficar no lugar melhor, entre o dos meus mais próximos – e, de muitos amigos e colegas, a quem estou, com toda a sinceridade, reconhecido.

Gostaria, contudo, de referir aqui outros “príncipes”, também influentes no meu percurso, mas estes pelo seu desfavor, indo o destaque para alguns arquivos e similares: aqueles com as portas fechadas, porque o funcionário se aposentou; acesso restrito, porque abertos só umas poucas horas por semana, ou, os outros, que tendo funcionários e estando franqueados cinco dias por semana teimam em ser ruínas – ao gosto do imaginário romântico – onde as pátinas, o musgo e a vegetação selvagem vão tomando conta das instalações, dos espólios e, pior do que isso, dos espíritos. Curiosamente, foi em alguns destes arquivos que teci contactos mais estreitos com alguns dos seus colaboradores, teimosamente não acomodados, resistindo, diria.

Como esta sorte de prólogo está escrito em tom pessoal, desejo, ao terminá-lo, dedicar a presente dissertação à memória de meus Pais e de minha Irmã.

INTRODUÇÃO

«[...] je parle de cette science qui doit rattacher nos connaissances à celles du passé, qui doit faire revivre une foule de notions perdues, qui doit porter à la philosophie et aux arts des lumières toujours nouvelles. Et bien ! cette science ne fait que de naître».

Antoine-Chrysostome Quatremère de Quincy, 1797.

Desde o século XVI, mas sobretudo nos séculos XVII e XVIII, textos, e particularmente pranchas¹¹, chegadas até nós amarelecidas pelo tempo, e que tiveram nas *vedute di Roma* de Giovanni Battista Piranese (1720-1778)¹² o seu momento mais alto, traduziram, exemplarmente, esses anos em que, na história do património, reinou a “*conservation iconographique abstraite des antiquaires*”. A curto prazo, contudo, “*la description et la planche gravée s’effaçaient devant la matérialité propre des objets ou des bâtiments à conserver*”, isto é, “*cédait la place à une conservation réelle*”¹³.

Haverá um acontecimento, um nome, uma data que marque esta conversão? Permitimo-nos escolher a “*Troisième Lettre*” a Miranda – que, como tanta outra documentação a que tivemos de recorrer neste trabalho, não se encontra traduzida para português –, escrita nos idos de 1796:

¹¹ “*Au cours du XVIIe siècle s’était affirmée dans la culture artistique romaine une tendance qui accordait une place privilégiée aux vues de la ville mettant en relief non seulement l’aménagement urbanistique mis en oeuvre par les pontifes, mais aussi la documentation des monuments et des réalisations architecturales. Il s’agissait d’une tendance tout à fait romaine, qui influença même les premières expériences vénitiennes dans le domaine des vues et qui, d’une certaine manière, accueillait, tout en l’élaborant, la vaste tradition de la vue archéologique qui s’était développée à Rome depuis le XVIe siècle sous l’influence de nombre de graveurs cartographes en provenance du Nord de l’Europe. Elle constitua le point de repère historico-artistique auquel Vasi fit avec promptitude référence* (Fabio Fiorami, “Introduction”, in Giuseppe Vasi, *Vues de Rome au XVIIIe siècle. Portes, places, palais, basiliques, ponts*, Roma, Regione Lazio Assessorato al Turismo, 1992, s/p).

¹² Ver, entre outros, Luigi Ficacci, *Piranesi. Catalogo completo delle acqueforti*, Köln, Taschen, 2001.

¹³ Françoise Choay, *op. cit.*, pp. 76-77.

*Le véritable muséum de Rome, celui dont je parle, se compose, il est vrai, de statues, de colosses, de temples, d'obélisques, de colonnes triomphales, de thermes, de cirques, d'amphithéâtres, d'arcs de triomphe, de tombeaux, de stucks, de fresques, de bas-reliefs, d'inscriptions, de fragments d'ornements, de matériaux de construction, de meubles, d'ustensiles, etc. Mais il ne se compose pas moins des lieux, des sites, des montagnes, des carrières, des routes antiques, des positions respectives des villes ruinées, des rapports géographiques, des relations de tous les objets entre eux, des souvenirs, des traditions locales, des usages encore existants, des parallèles et des rapprochements qui ne peuvent se faire que dans le pays même*¹⁴.

É aqui, nesta ambiência, que os estudos patrimoniais assenta(ra)m as suas raízes e, também, de onde partimos para o nosso trabalho. Mas, apesar de tantos contributos dados durante mais de dois séculos – como se verá adiante – aos estudos patrimoniais, bem se pode aplicar o que em dissertação de doutoramento em História dos Museus, o autor, nas páginas introdutórias, designava como a “desvalorização historiográfica do tema museológico”¹⁵, apontando que “as razões de tal alheamento podem ser múltiplas mas relacionam-se em grande medida com o facto de ser muito recente entre nós o estatuto universitário da museologia, ou se se preferir a designação anglo-saxónica, dos *museum studies*”¹⁶. Tal acontece, acrescentava, não só em Portugal, mas “mesmo nas escolas de maior produção teórica nesta área [onde] os estudos modernos sobre história das colecções começaram a surgir aproximadamente há década e meia; sendo significativo que a

¹⁴ “Troisième Lettre”, in Quatremère de Quincy, *Lettres à Miranda sur le déplacement des monuments de l'art de l'Italie (1796)*, Paris, Macula, 1986, p. 102.

¹⁵ João Carlos Pires Brigola, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Séc. XVIII*, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2000, p. 5 (policopiada).

¹⁶ *Idem*, p. 6.

revista de referência em língua inglesa – o *Journal of the History of Collections* – tenha ganho corpo apenas na década de noventa”¹⁷.

Qual espelho, essas palavras parecem ajustar-se, perfeitamente, ao património¹⁸. E entre nós, como lá fora. Seja o estatuto universitário dos estudos patrimoniais, ou *heritage studies*¹⁹ na sua designação anglo-saxónica, como bem notou Susan Pearce:

*Notions of the cultural heritage are a key intellectual and political issue for the twenty-first century, but practical problems relating to the cultural heritage seldom find their way into front-line political debate, in either the developing world or electoral issues in the developed world. In part this is because at an academic level the cultural heritage lacks a strong discipline presence and correspondingly an agreed framework of reference and research*²⁰.

Seja nas escolas de mais relevante produção nesta área, onde os estudos modernos sobre a história do património apareceram também há cerca de década e meia. Seja, ainda, no campo das publicações periódicas, onde a revista de referência na língua de Shakespeare – o *IJHS, International Journal of Heritage Studies* – só viu a luz do dia em 1994²¹.

¹⁷ *Idem*, pp. 6-7.

¹⁸ Sobre estes dois mundos, ver o ensaio de Linda Young, “Museums, Heritage, and Things that Fall In-Between”, in *International Journal of Heritage Studies*, vol. 3, n.º 1, 1997, pp. 7-16.

¹⁹ Ver, por todos, www.york.ac.uk/depts/hist/heritage/bkgrnd.htm.

²⁰ Susan Pearce, “The Construction and Analysis of the Cultural Heritage: some thoughts”, in *International Journal of Heritage Studies*, vol. 4, n.º 1, 1999, p. 1.

²¹ A justificação para o seu aparecimento foi dada por Peter Howard no editorial desse primeiro número, apropriadamente intitulado “The Heritage Discipline”: “Welcome to a new journal. Scholars working in the heritage fields, some as practitioners and some as academics, have found that relevant, scholarly articles are scattered in a wide variety of journals specialising in other disciplines. The ideas and concerns within ‘heritage studies’ itself are excellently served by professional and trade journals, and with newsletters, but an unashamedly academic, refereed journal scarcely exists. It does now.

Heritage studies, under various names, is rapidly cohering into a discipline in its own right. About twenty British universities have programmes in heritage, sited in numerous departments, and in

Quanto ao âmbito desta dissertação, cedo nos apercebemos de que o primeiro projecto – (um)a história da salvaguarda do património de Lisboa nos séculos XIX e XX – teria que ser circunscrito por manifesta impossibilidade temporal e documental²². Quedámo-nos, assim, por Lisboa, mas optando por outro plano, contudo, já contemplado no projecto inicial. Centra-se este na polémica que, desde 1888 e durante décadas, opôs a Torre de Belém à Fábrica de Gás, funcionando este caso como epítome da história da salvaguarda do património edificado de Lisboa. Ensaia-se, deste modo, uma *démarche* original, centrada num único monumento – que já disseram ser o “mais popular”²³ – e, talvez por isso, a sua imagem tenha sido

the USA thirty universities have programmes in Historic Preservation. The same is true elsewhere”. Peter Howard, “The Heritage Discipline”, in *International Journal of Heritage Studies*, vol. 1, n.º 1, 1994, p.1. Em Março de 1995 surgiu, também em Inglaterra, o primeiro número do *Journal of Architectural Conservation*.

²² Como exemplo *light* das dificuldades encontradas, vejam-se as fichas existentes no Arquivo Municipal do Alto da Eira sobre a(s) Comissão(ões) de Estética Municipal, cujo papel na salvaguarda do património de Lisboa haveria que investigar aprofundadamente. Num total de cinco fichas, data a mais antiga de 1933 (Proposta para a sua criação); a seguinte de 1935 (Proposta para nova redacção do n.º 2 da proposta de criação); outra é de 1947 (O vereador Vasco Regaleira sugere a criação de uma...) sendo duas de 1960 (Proposta de criação e Concordância do Presidente com a ideia de sujeitar os projectos à apreciação da...). Ora, nas nossas pesquisas no mesmo arquivo, conseguimos recuar a 1909 (Proposta do vereador Miguel Ventura Terra para nomeação de uma “Comissão d’Esthetica Municipal”, (cf. Arquivo Municipal do Alto da Eira, *Chancelaria da Cidade, Propostas, Requerimentos e Alocuções dos Vereadores (1897-1912)*, cx. D7, mç. 13, 1909); depois 1910, 1912 e 1913; também 1919 (É criado junto da C.M.L. um Conselho de Estética...), várias vezes a 1937. Contudo, apesar do nosso prolongado empenhamento nos arquivos municipais, do espólio – processos, relatórios, actas ou pareceres – dessas comissões bem como da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, criada por Duarte Pacheco em 1938 e, em cuja primeira equipa participaram, entre outros, Jaime Lopes Dias, director dos Serviços Centrais e Culturais, na qualidade de Director do Museu Municipal; Porfírio Pardal Monteiro, representante do Sindicato dos Arquitectos; Augusto Vieira da Silva, em nome da Associação dos Arqueólogos Portugueses e Reinaldo dos Santos (*Diário Municipal*, 8 de Fevereiro de 1938, ano III, n.º 788, p. 6), só nos apareceram fragmentos.

²³ *Notícias Ilustrado*, n.º 375, 1935, p. 21. Rafael Moreira, por seu lado, diria que “poucos monumentos serão tão conhecidos, e ao mesmo tempo tão desconhecidos, quanto a Torre de Belém”. Cf. “A Torre de Belém”, in *O Livro de Lisboa* (Irisalva Moita, coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 175.

associada a uma miríade de logotipos de empresas e produtos²⁴, anúncios²⁵, bilhetes de lotaria, ex-libris²⁶, brasão de armas e estandarte²⁷, construções de armar²⁸, diplomas²⁹, cabeçalhos de jornal³⁰, isto ao longo de seis décadas e três regimes políticos – Monarquia, I República e Estado Novo – que nos introduzem no que nos pareceu, desde bem cedo, ser “*un grand moment de l’histoire du patrimoine*”³¹ em Portugal³².

²⁴ *Portugalia Film, Cimento Portland Nacional, Ginja de Portugal da Fábrica Âncora, Penas Vasco da Gama, A Tabaqueira, Licor Vegetal da Pharmacia Brasileira* entre outros. Alguns destes e a maioria dos exemplos seguintes fomos encontrá-los na *Colecção Olisiponense de Vieira da Silva*, no Gabinete de Estudos Olisiponenses.

²⁵ Banco Lisboa & Açores, C.P., etc. A própria E.D.P. – sucessora das C.R.G.E. – recorreria à Torre de Belém, onde, junto a três modelos da Torre estamparam os seguintes dizeres: “Para que não tenha que recordá-los em cópia, a E.D.P. ajuda a preservar os originais” e “Manter o Património e a tradição na sua forma original não é só uma preocupação sua, é uma preocupação nossa. Por isso a E.D.P. contribui para a manutenção de monumentos e peças de valor histórico, e apoia várias entidades nacionais dedicadas à cultura. Uma atitude que pode não ser original, mas que certamente não deixa o nosso património na prateleira”, anúncio publicado, entre outros, em *Arqueologia & Indústria*, n.ºs 2-3, 1999/2000, p. 128.

²⁶ De Joseph Montsalvatje, de Pastoria Pereira, de J. Cardoso Gonçalves, etc.

²⁷ Da Câmara Municipal de Belém. Ver, Jorge de Matos, *A Heráldica Autárquica do Extinto Município de Belém*, Lisboa, Hugin, s/d.

²⁸ Publicadas em *O Mosquito*, em data desconhecida.

²⁹ Do “Grupo de Propaganda e de Educação Cívica Pró-Patria”, fundado em 12 de Outubro de 1910.

³⁰ *Voz de Belem, Canção do Sul, Diario Illustrado e Écos de Belem*.

³¹ J.-P. Babelon, A. Chastel, *op. cit.*, p. 98.

³² Conhecem-se, genericamente, alguns outros casos de longa duração: “*Trente ans de batailles ont donc été nécessaires pour assurer la protection du Marais. Encore a-t-il fallu qu’une pétition fût envoyée au maréchal Pétain et une loi, votée au début de la cinquième République*”. Cf. Jean-Michel Leniaud, *op. cit.*, p. 283.



Fig. 1
Cabeçalhos de jornal com a figuração da Torre de Belém
(G.E.O., Coleção Olisiponense de Vieira da Silva)

Período de tempo longo onde a “*linda e gloriosa*”³³ Torre de Belém era tida como uma “*embaixatriz de um conto de fadas*”³⁴ ou “*o mais peregrino entre os mais bellos monumentos*”³⁵; o licenciamento e construção da Fábrica de Gás foi considerado “*uma vergonha nacional*”³⁶, sinal do “*abandalhado rebaixamento a*

³³ A.H. da A.A.P., cx. 38, Ofício do Instituto Arqueológico do Algarve, de 15 de Julho de 1918.

³⁴ Sousa Viterbo, “A Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, de 17 de Setembro de 1896.

³⁵ Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, António Maria Pereira, 1896, p. 83.

³⁶ A.H. da A.A.P., cx. 38, Ofício do Grémio Técnico Português, [1918].

que, perante as suas tradições históricas e artísticas, podia chegar a degeneração de uma raça”³⁷, por outras palavras, o “estado de selvajaria em que nos encontramos”³⁸. Por tudo isso, a edificação do gasómetro, “mais hediondo ainda que o seu nome”³⁹, foi visto como uma “monstruosidade”⁴⁰, “objecto de uma archeologia repugante”⁴¹, e as altas chaminés, qual “marinheiro ebrio a atirar fumaças do seu cachimbo para os lindos olhos d’uma donairosa mulher”⁴² ou, menos poeticamente, senhoras de um “bafo satânico de civilização e indústria”⁴³. Em resumo, seis, sete décadas, durante as quais tantos pretenderam salvaguardar a Torre de Belém, ora levantando um protesto contra semelhante “atentado”⁴⁴, ora buscando organizar um “movimento geral de repulsão”⁴⁵ ou percorrer o “caminho que possa levar a victoria quaisquer que sejam os meios a empregar, ainda os mais violentos”⁴⁶, isto porque “desalojar aquele monstro dali é praticar um acto de patriotismo”⁴⁷, seja atirando-o “para a Matinha ou para algures, para o fundo do Tejo ou para os quintos”⁴⁸.

A orientação deste trabalho – que releva de algumas novas tendências de abordagem patrimonial que nos chegam de França, Grã-Bretanha, Itália e

³⁷ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 84.

³⁸ Afonso de Lemos na Sessão de 5 de Setembro de 1910 da A.A.P.

³⁹ Alberto d’Oliveira, “Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, de 7 de Junho de 1938.

⁴⁰ *Diario Illustrado*, 1 de Janeiro de 1889.

⁴¹ Sousa Viterbo, *ibidem*.

⁴² Rocha Martins, “Uma questão da cidade. A Torre de Belem e a Fabrica do Gaz”, in *Ilustração Portuguesa*, 1912, p. 337.

⁴³ Quirino da Fonseca, *Memórias e Conferências sobre História e Arqueologia*, Lisboa, Serviços Industriais da C.M.L., 1935, p. 249.

⁴⁴ *Diario Illustrado*, *ibidem*.

⁴⁵ “A Torre de Belém”, in *Revista de Turismo*, ano II, n. 40, de 20 de Fevereiro de 1918, p. 126.

⁴⁶ [1º] *Livro de Actas da Secção de Arqueologia Lisbonense*, Sessão de 4 de Abril de 1919, p. 23.

⁴⁷ *Écos de Belem*, 30 de Julho de 1949.

⁴⁸ Alberto d’Oliveira, *ibidem*.

Espanha⁴⁹ – procurará, ainda, e decorrente do anteriormente enunciado, seguir um percurso que ilumine as ideias-força que marcaram a salvaguarda do património em Portugal, sobretudo, entre finais de oitocentos e meados do século XX.

As duas partes deste trabalho abarcam um total de seis capítulos. Na **Primeira Parte**, existe um único capítulo.

Esse **Capítulo I – Praeterita**⁵⁰ é um *excursus* pela obra de um conjunto de homens preocupados com a preservação dos “monumentos antigos”, e concretamente pelos

⁴⁹ Destacamos, de seguida, algumas das obras mais marcantes a que tivemos acesso vindas desses quatro países. De França: Françoise Choay, *L'Allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1992; Jean-Michel Leniaud, *L'Utopie française: essai sur le patrimoine*, Paris, Éditions Mengès, 1992; Jean-Yves Andrieux, *Patrimoine & Histoire*, Paris, Belin, 1997; Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 3 vol.s, 1984, 1986 e 1992; Dominique Poulot, *Musée, Nation, Patrimoine 1789-1815*, Paris, Gallimard, 1997; Henry Pierre Jeudy (dir.), *Patrimoines en folie*, Paris, Mission du patrimoine ethnologique, 1990. De Inglaterra: Jukka Jokilehto, *A History of Architectural Conservation*, Oxford, Butterworth, 1999; Robert Hewison, *The Industry of Heritage. Britain in a Climate of Decline*, London, Methuen, 1987; David Lowenthal, *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985; Michael Hunter (ed.), *Preserving the Past, the Rise of Heritage in Modern Britain*, Phoenix Mill, Allan Sutton Publishing, 1996; Kevin Walsh, *The Representation of the Past: Museums and Heritage in the post-modern World*, London, Routledge, 1992. De Espanha, Isabel Ordieres-Diez, *Historia de la restauración monumental en España (1835-1936)*, Madrid, Ministerio de la Cultura, 1995; Ignacio González-Varas, *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*, Madrid, Cátedra, 1999; Maria José Martínez Justicia, *Historia y Teoría de la Conservación y Restauración Artística*, Madrid, Tecnos, 2001. De Itália: A.W.A Boschloo, *L'Accademia Clementina e la preoccupazione del passato*, Nuova Alfa Editoriale, Bologna, 1989; AAVV, *Il Campanile di San Marco. Il Crollo e la Ricostruzione. 14 Iuglio 1902-25 Aprile 1912*, Venecia, Silvana Editoriale, 1992 e Marco Cammelli (org.), *La nuova disciplina dei beni culturali e ambientali*, Bologna, il Mulino, 2000. De todos estes títulos só o primeiro, ao que sabemos, se encontra traduzido para português: Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000.

⁵⁰ Inspirámo-nos para este título na biografia homónima de John Ruskin (1819-1900). A ele se devem das mais belas páginas da história dos estudos patrimoniais, como a que se segue: “*For, indeed, the greatest glory of a building is not in its stones, or in its gold. Its glory is in its Age, and in that deep sense of voicefulness, of stern watching, of mysterious sympathy, nay, even of approval or condemnation, which we feel in walls that have long been washed by the passing waves of humanity. It is in their lasting witness against men, in their quiet contrast with the transitional character of all things, in the strength which, through the lapse of seasons and times, and the decline and birth of dynasties, and the changing of the face of earth, and of the limits of the sea, maintains its sculptured shapeliness for a time insuperable, connects forgotten and following ages with each other, and half constitutes the identity, as it concentrates the sympathy, of nations: it is in that golden stain of time, that we are to look for the real light, and colour, and preciousness of*

seus textos, por vezes solenes, por vezes diatribes, outras programáticos, sentimentais, panfletários ou técnicos, arrumados de modo espartano em dez pontos que, no seu total, tentam esboçar o que se tem feito – mas, também, o que não se tem feito – para salvaguarda do património em Portugal.

A **Segunda Parte** espraia-se por cinco capítulos, que se ordenaram cronologicamente.

No **Capítulo II – 1888/1900** inclui-se um ponto inicial de enquadramento da construção da Fábrica de Gás de Belém no cenário mais amplo dos melhoramentos materiais oitocentistas de Lisboa. Depois, na óptica da história da salvaguarda do património, analisar-se-á o papel pioneiro da imprensa escrita e desenhada, das *grandes plumes*, dos parlamentares e os testemunhos dos viajantes estrangeiros na denúncia deste atentado patrimonial, entre nós.

O **Capítulo III – 1901-1912** está directamente ligado ao período de maior envolvimento da Câmara Municipal de Lisboa. Muito embora seja escassa a documentação existente, tentou concentrar-se a investigação no papel do vereador Dr. Afonso de Lemos, republicano e *maçon*, que liderou a (o)posição camarária à fábrica de gás a partir de 1909 e que terminou em 1912 na barra de um tribunal, onde a municipalidade intentou, com o apoio de alguma imprensa, uma acção contra os “iconoclastas”.

architecture ; and it is not until a building has assumed this character, till it has been entrusted with the fame, and hallowed by the deeds of men, till its walls have been witnesses of suffering, and its pillars rise out of the shadows of death, that its existence, more lasting as it is than that of the natural objects of the world around it, can be gifted with even so much as these possess, of language and of life” (John Ruskin, *The Seven Lamps of Architecture*, London, J. M. Dent & Co., s/d., pp. 190-191).

No **Capítulo IV – 1913/1922** trata-se, basicamente, do desempenho no caso da Torre de Belém da Secção de Arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses, bem como do papel dos eruditos que lhe estavam associados. Aborda-se, com base no estudo minucioso das actas das suas sessões, a sua participação, com especial ênfase no *movimento pró-Torre de Belém*, de cariz nacional, que culminou no abaixo-assinado de 1920 contra a permanência da Fábrica de Gás junto à Torre de Belém, e cujas listagens originais conseguimos parcialmente encontrar.

No **Capítulo V – 1923/1950** analisar-se-á a acção do Estado Novo na salvaguarda da Torre de Belém. Ter-se-á em especial conta o contrato trilateral de 1935 realizado entre a Companhia, o Estado e a Câmara Municipal, que conduziu à construção da fábrica da Matinha e à desocupação dos terrenos de Belém, realçando a acção de Duarte Pacheco que, contudo, não chegou para a “libertação definitiva da Torre de Belém”, antes da *Exposição do Mundo Português*, como desejava Salazar. Recorrendo a uma gama variada de fontes, com destaque para a Imprensa, acompanhar-se-ão os anos que medeiam entre essa data e o *desafrontamento de 1950*.

O **Capítulo VI – Anos 50** pretende inventariar e estudar os projectos e as medidas de valorização da Torre, alguns vindos já do século XIX. Abordaremos, assim, três grandes questões: a conservação da Torre, o ajardinamento e a reutilização do monumento.

A bibliografia e as fontes serão indicadas no final. Tivemos, sobretudo, em atenção as publicações que serviram para construir a narrativa. A maior parte destas foi referenciada na Biblioteca Nacional de Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Arquivos da Câmara de Lisboa (Alto da Eira, Arco do Cego e Gabinete de Estudos Olisiponenses), Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e

Monumentos Nacionais, Arquivo do Ministério da Educação e Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Tentámos preencher lacunas, compulsando as espécies das Bibliotecas da Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivo da EDP-EP, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

As fontes iconográficas foram maioritariamente compulsadas no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, nos Arquivos da Câmara de Lisboa (Alto da Eira, Arco do Cego, Gabinete de Estudos Olisiponense e Fotográfico), no Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo da EDP-EP.

Atendendo à importância das fontes documentais – que formam o corpo nuclear da nossa investigação e desempenharam um papel estruturante em quase todos os momentos da redacção – citaremos, com frequência, directa ou indirectamente, esses textos. Pensamos, apesar da extensão de algumas citações, que a sua transcrição, ao correr do texto, faz mais sentido do que mencioná-las cirurgicamente e/ou tão-só assinalá-las e remeter em contínuo para um catálogo anexo. A iconografia – constituída por ilustrações, mesmo banda desenhada, mas também plantas, desenhos técnicos, mapas, cartas, “desenhos do natural”, fotografias – será, em grande parte, incorporada, *pari passu*, no texto da dissertação, em vez de arrumada na íntegra num outro possível anexo⁵¹.

⁵¹ Devo o tratamento informático desse material a alguns colegas a quem agradeço.

Preludiado em três textos de 1912⁵² e, de algum modo, em outros de datas diversas⁵³, fomos buscar o título desta tese a um artigo do *Arquivo Nacional*, de 1932⁵⁴. Pensamos que traduz, à perfeição, o combate pelo património que esta dissertação analisa.

⁵² Encontrámos referências análogas, por exemplo: “livre do monstro, como uma alva donzela que se salvasse das garras d’um negro dragão” (Rocha Martins, *op. cit.*, p. 338) e *Novidades*, de 24 Outubro de 1912, também pela pena de Rocha Martins: “O gazometro e a torre de Belem teem o ar de coisas de fabula. Lembram a donzella e o dragão. A pedra nivea da torre baforentada pelo fumo lembra a branca carne de uma virgam babujada por um animal repugnante”; sem esquecer o “Quim e Manecas”, de Stuart, quando dizem que a Torre era um “castelo branco” antes de aparecer o “monstro negro” (*Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 546, 1916, p. 1).

⁵³ O *Diário de Notícias*, de 28 de Agosto de 1919, p. 4 referiu-se a “um vampiro, aquele maldito gazometro”; o mesmo jornal, em 7 de Junho de 1938: “O bicho negro parece dizer à Torre branca [...] Acorde do seu sonho, menina!”; os *Écos de Belem*, em 30 de Junho de 1949, afiançavam que “desalojar aquele monstro dali é praticar um acto de patriotismo”.

⁵⁴ *Arquivo Nacional*, ano I, vol. I, n.º 6, 19 Fevereiro de 1932, p. 3. Neste mesmo artigo, o autor põe na boca da torre o seu comentário, ao escrever. “Assim falaria a Tôrre, princesinha delicada que o feio dragão – o gasómetro – tem atalaiado, conspurcando-a – como um feio hipópotamo babujando uma flôr de liz” (*ibidem*).

CAPÍTULO I – PRÆTERITA
Para uma genealogia dos estudos patrimoniais

1. Introdução

“La notion de patrimoine a toujours plusieurs dimensions. Elle comporte des variables, des vides et des fièvres qui peuvent étonner l'historien”.

J.-P. Babelon, A. Chastel, *La Notion de patrimoine*, Paris, Liana Levi, 1994, p. 85.

A noção de património é de todos os tempos e de todas as sociedades⁵⁵.

Talvez por isso, uma das primeiras dificuldades que tivemos que vencer, há já anos, foi a que se prendeu com a própria definição de património⁵⁶. Revisitámos, então⁵⁷, três dos nossos dicionaristas. Jerónimo Cardoso, autor do primeiro *Dictionarium* impresso, de latim-português, português-latim, diz que o homónimo português de *patrimonium* é *O património*; não acrescentando, sobre ele, mais luz⁵⁸. Rafael

⁵⁵ Jean-Michel Leniaud, muito recentemente, lançou-se “*dans les eaux profondes du fleuve de l’histoire*”, procurando em *Les Archipels du passé. Le patrimoine et son histoire* (Paris, Fayard, 2002) “*la présence de fragments de conscience patrimoniale provenant des sociétés largement antérieurs à la nôtre*” (p. 23), isto é, o culto dos mortos e a afirmação dinástica.

⁵⁶ Na difícil tarefa de definir património somos acompanhados, entre outros, por Robert Hewison, que no seu trabalho *The Heritage Industry. Britain in a Climate of Decline* escreveu muito a propósito: “*Instead of manufacturing goods, we are manufacturing heritage, a commodity which nobody seems able to define*” (p. 9) e, mais à frente, “*Imperceptibly, history is absorbed into heritage. But a heritage without a clear definition, floating on the larger frame of the present. The first annual report of the National Heritage Memorial Found, for 1980-81 confronted the absence of any definition in the Act of Parliament that had set it up, and concluded that the question of definition was unanswerable: We could no more define the national heritage than we could define, say, beauty or art. Clearly, certain works of art created by people born in this country were part of the national heritage [...] as were buildings [...]. But, beyond that, there was less assurance. So we decided to let the national heritage define itself*” (op. cit., p. 136).

⁵⁷ Paulo Oliveira Ramos, *Reviver o Passado (em torno da educação patrimonial e do ensino a distância)*, Dissertação de Mestrado em Comunicação Educacional Multimedia apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 1993 (policopiada).

⁵⁸ Hieronymi Cardosi, *Dictionarium Latino-Lusitanicum et Lusitanico-Latinum [...]*, Olisipone, Petrum Craesbeeck, 1694, p. 200.

Bluteau, no seu *Vocabulario Portuguez, & Latino*, já o regista como sinónimo de “bens deyxados dos pays, & os que sucessivamente se herdão na mesma familia. Toma-se tambem esta palavra por bens de qualquer natureza, & por cousas, que se tem justamente adquirido”⁵⁹. No *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza*, Francisco Solano Constâncio diz-nos que Património significa: “bens paternos, bens herdados do pai; bens pertencentes a huma pessoa”⁶⁰.

O sempre citado *Larousse* propõe uma dupla definição. No sentido próprio, património significa o “*Ensemble des biens de famille reçus en heritage*”⁶¹. Sendo o sentido mais comum, diz sobretudo respeito ao que se transmite no interior das famílias. O sentido figurado é, contudo, mais interessante. O património é, também, o que é “*considéré comme un heritage transmis par les ancêtres*”. Esta segunda definição, insistindo em simultâneo sobre o necessário reconhecimento colectivo e, sobre a subjectividade fundamental da noção “considerado como...”, coloca as questões essenciais, ao convidar a reflectir sobre o papel do património enquanto materialização de um certo número de valores colectivos e referencial cultural dotado de duas qualidades, que não são, senão aparentemente, contraditórias: as de permanência e de evolução.

A intimidade com o património – por alguns já sugerida como um dos *Direitos do Homem* – e, sobretudo, a história da sua salvaguarda, que é um dos objectivos deste

⁵⁹ Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez, & Latino* [...], Lisboa, Na Officina de Pascoal da Sylva, M.DCCXX, p. 323.

⁶⁰ Francisco Solano Constâncio, *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza* [...], Paris, ed. Angelo Francisco Carneiro, 1836, p. 752.

⁶¹ Jean Dubois, *et. al.*, *Dictionnaire du Français Contemporain*, Paris, Librairie Larousse, 1966, p. 834.

estudo, não foi esquecida como momento prévio julgado fundamental do caminho já perseguido para garantir o “**futuro do passado**”⁶².

2. Passado imperfeito

“Duas epochas distinctas apresentam os ultimos tempos, nas quaes se póde dividir a historia da destruição dos monumentos da nossa historia: uma já acabou; na outra vivemos nós”.

Alexandre Herculano, *O Panorama*, n.º 69, 25 de Agosto de 1838, p. 267.

Desde pelo menos o século XVIII⁶³, quando “*le sens du patrimoine, c’est-à-dire d’un héritage artistique et monumental où l’on peut se reconnaître, était toujours loin de se définir*”⁶⁴, que encontramos, entre nós, homens não só preocupados com

⁶² Fernando Pessoa, *Mensagem*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2000, p. 15 (*sublinhado nosso*). Curiosamente, o poeta nasceu no ano em que a fábrica de gás iniciou o confronto à Torre de Belém (1888) e viria a falecer em 1935 quando se deu o passo fundamental para a sua deslocalização para a Matinha, decisão determinante para a desocupação dos terrenos de Belém.

⁶³ Existiram, obviamente, situações pontuais anteriores ao século XVIII. Lembremos, entre outros, André de Resende (c. 1500-1573) que “foi [...] na averiguação das cousas antigas primeiro sem segundo hatteagora: assi como foi tambem o primeiro que en Portugal abrio as fontes da antiguidade”. Cf. Bento Joze de Sousa Farinha, *Colleçam das Antiguidades de Evora escriptas por Andre de Rezende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaço, Fr. Bernardo de Brito e Manoel Severim de Faria, feita por*, Lisboa, Officina de Philippe da Silva e Azev., M.DCC.LXXXV, p. 129. Tendo presente a bibliografia resendiana, podemos ver como vai nesse sentido a avaliação produzida por Françoise Choay: “*C’est dans ce contexte mental, sur ces lieux et sous la désignation plurielle d’“antiquités” qu’il faut situer la naissance du monument historique. Il lui faudra encore trois siècles pour acquérir son nom définitif*” (*op. cit.*, p. 37).

⁶⁴ J.-P. Babelon, A. Chastel, *op.cit.*, p. 70.

a constituição de colecções, gabinetes e museus⁶⁵ mas também – e é o que ora mais nos interessa – com a preservação dos “monumentos antigos”⁶⁶.

Para alguns desses homens esse interesse foi de par com o esboçar de uma história – “a história do que [...] se tem feito [para] proteger os monumentos”, como escreveu Ramalho em 1896⁶⁷ – ou, pelo menos, dando à estampa capítulos dessa história ainda hoje não (completamente) contada e, não é este o lugar para o fazer, seria outra tese, seria outro desafio. Esses testemunhos constituem, no essencial, um precioso *corpus* documental, ajudando a fixar, com bastante nitidez, “*the ways in which the past has been preserved, presented and consumed*”⁶⁸ entre nós, ao longo, sobretudo, de Oitocentos e Novecentos.

Uma parte substancial dessas observações pudemos surpreender em escritos (livros, opúsculos, jornais e revistas) muito desiguais, diga-se, quer na extensão e pormenor dos registos, quer na qualidade das contribuições, que se revelaram todavia bastante significativos. Focam-se, de seguida, dez tópicos fundamentais para a definição da matriz disciplinar dos estudos patrimoniais.

i) Autores houve que apontaram algumas das circunstâncias históricas que conduziram a danos no património nacional, como o marquês de Fontes, D.

⁶⁵ Aflorei este assunto em Paulo Oliveira Ramos, “Breve História do Museu em Portugal”, in *op. cit.*, pp. 19-62. Ver, por todos, João Carlos Pires Brigola, *op. cit.*

⁶⁶ “Monumentos antigos” como vêm referidos no alvará joanino de 20 de Agosto de 1721, de alguma forma limite *a quo* deste capítulo. Sobre a evolução da expressão, ver “Patrimonio Histórico Artístico y Bienes Culturales. Historia Breve de la Formación de los Conceptos”, in Ignacio González-Varas, *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*, Madrid, Cátedra, 1999, pp. 23-71.

⁶⁷ Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Antonio Maria Pereira, 1896, p. 151 (*sublinhado nosso*).

⁶⁸ www.york.ac.uk/depts/hist/heritage/bkgrnd.htm (*sublinhado nosso*).

Rodrigues Anes de Sá Meneses de Almeida (1672-1733)⁶⁹. Com efeito, três anos depois do seu regresso de Roma, sabemos pelas *Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 31 de Julho de 1721*, das suas “jornadas” pelo Alentejo nesse mesmo ano⁷⁰, pois sendo o seu estudo

de pedras, só nas fabricas, que resistindo às injurias do tempo se conservão, ou nas que cedendo-lhe se arruinão, póde empregar-se a minha diligencia: mas como estes volumes senão revolvem facilmente, he preciso que se mova quem os busca, e que em repetidas viagens os observe⁷¹.

⁶⁹ Gentil-homem da Câmara de El-Rei, 6.º conde de Penaguião, 3.º marquês de Fontes e 1.º marquês de Abrantes.

⁷⁰ Eis o seu itinerário: Alcáçer do Sal, Santiago de Cacém, Castro Verde, Évora, Marvão e Abrantes.

⁷¹ “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 31 de Julho de 1721”, in *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, Que neste anno de 1721 se compuserão, e se imprimirão por ordem dos seus Censores dedicada a El Rey Nosso Senhor, seu Augustissimo protector e ordenada pelo Conde de VillaMayor, Secretario da mesma Academia*, Lisboa Occidental, Na Officina de Pascoal da Sylva, MDCCXXI, [fl. 113] (*sublinhado nosso*). A propósito desta jornada do marquês de Fontes, devemos citar as palavras de Chastel e Babelon sobre a iniciativa análoga de Prosper Mérimée (1803-1870) ao percorrer as províncias de França “*avant l’âge du chemin de fer*”, isto é, pelos anos de 1830. Disseram os referidos autores: “*il s’agit de la découverte du pays à travers son paysage historique. Ce qui suppose sans doute le besoin d’explorer un passé englouti dans la monotonie rurale et compromis par l’ignorance ou la présomption. A cet égard, cette experience manifeste une intuition forte et – il faut bien l’admettre – moderne du patrimoine*” (Cf. J.-P. Babelon, A. Chastel, *op. cit.*, p. 75). A estas jornadas de indivíduos isolados ou, em pequenos grupos – conhecem-se, entre outros, os casos de Alexandre Herculano, entre 1853 e 1854 (*Cenas de um Ano da Minha Vida e Apontamentos de Viagem*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1933; refiro-me ao segundo texto, publicado anteriormente por Pedro de Azevedo no *Arquivo Histórico*, vol. IX, Lisboa, 1914, pp. 402-432) e Joaquim Possidónio Narciso da Silva, entre 1882 e 1883 (*Relatorio da Comissão dos Monumentos Nacionaes Apresentado ao Illustrissimo Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pelo Presidente da referida Comissão em 1884*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894) –, sucederiam as “excursões” colectivas. Assim, em 19 de Junho de 1904, a *Sociedade dos Architectos Portuguezes* fez a sua “primeira excursão artística aos monumentos nacionais”, à Batalha no caso, cujo “objectivo principal é analysar o estado em que se encontram os monumentos nacionaes, estudando-os e reclamando, todas as vezes que assim julgue conveniente, a atenção dos poderes publicos, sobre o seu estado de conservação” (Cf. *Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*, ano I, 1905, p. 90).

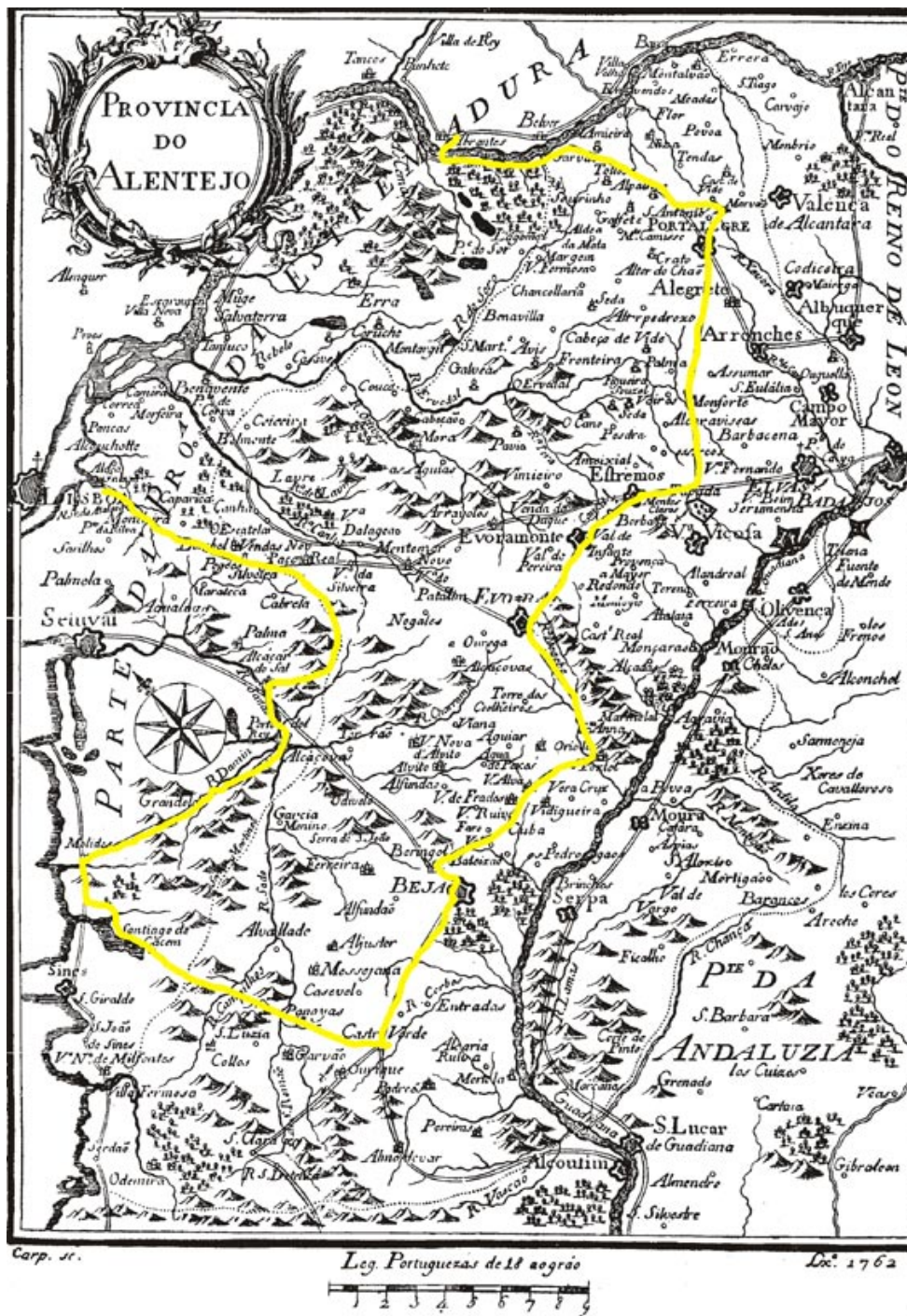


FIG. 131—MAPA DA PROVINCIA DO ALENTEJO

Fig. 2

“Jornada” do marquês de Fontes pelo Alentejo em 1721

Foi assim que, das ruínas da antiga cidade de Miróbriga, disse que “nada permanece senão alguns alicerces, que escondidos na terra escaparão à barbara voracidade dos circunvisinhos, que mais activa, que a do tempo, desfez aquillo mesmo, a que elle em tantos seculos havia perdoado”⁷².

E, logo adiante, de modo lapidar:

Do que tenho relatado, e do mais, que hey de dizer, facilmente se demonstra que a ignorancia, e a negligencia são duas fêras devoradoras mais activas, que o mesmo tempo⁷³.

Também Luís Gonzaga Pereira (1796-1868), o autor da *Descrição dos Monumentos Sacros de Lisboa...*⁷⁴, manuscrito completado em 1840, nomeadamente na informação contida sob o título *Alteração posterior a 1833*, ao traçar-nos o primeiro inventário do vandalismo patrimonial liberal⁷⁵. Por ele

⁷² “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 31 de Julho de 1721”, in *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza...* [fl.117]. A que acrescentou – lembrando o que André de Resende dissera que vira – “não ha Torres, não ha muros, não ha ponte, nem aqueducto; só existe a fonte, porque espontaneamente se manifesta; e por mais que della tirem, sempre corre, como para fugir daquelles, a quem innocente se entrega”.

⁷³ “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 31 de Julho de 1721”, in *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza* [fl. 118v]. No *Rapport sur les Destructions opérées par le vandalisme, et sur les moyens de le réprimer, par Grégoire, séance du 14 fructidor, l’an second de la république, une et indivisible* [i.e., 31 de Agosto de 1794] pode ler-se: “Pour remplir totalement le but de ce rapport, nous vous proposerons des moyens de réprimer les dilapidations. **Elles ont pour cause l’ignorance; il faut l’éclairer: la négligence; il faut la stimuler: la malveillance et l’aristocratie; il faut les comprimer**”. Cf. Abbé Grégoire, *Patrimoine et cité. Textes choisies*, préface de Dominique Audrerie, s/l, Éditions Confluences, 1999, p. 35 (*sublinhado nosso*).

⁷⁴ *Descrição dos Monumentos Sacros de Lisboa ou Colecção de todos os Conventos, Mosteiros e Parrochiaes no Recinto da Cidade de Lisboa / Em MDCCCXXXIII / Em que se mostram os Desenhos de seos Alçados, e se Descreve a belleza que os mesmos continhão Relativo as artes da Pintura, Escultura, Arqt.^a e Gravura* editado por pressão da Secção de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses com o título *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833 por Luís Gonzaga Pereira*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.

⁷⁵ “Depois de 1834 os municípios deitaram abaixo quanto puderam, desde que lembrasse aspectos das instituições vencidas. Faziam-no para alargar o trânsito. Cruzeiros, pelourinhos, capelas, prejudicavam a passagem aos carros de bois e às mulas dos almocreves. Eram tão gordas estas ao

ficamos a saber que a igreja do Beato António, que fora decretada para Panteão dos Nobres, “acha-se arruinada, por se arrancarem os quadros, órgão e mais objectos fixos; o convento foi vendido, bem como o local do convento novo, que foi hospital e depois quartel, quando se incendiou”⁷⁶; a igreja da Boa Hora, essa, “he huma especie de officina de carpinteiros, não sei se de moveis ou branco”⁷⁷ e o convento de N.^a Snr.^a da Estrela, “depois que o mundo anda ás revoltas, muito prencipalmente desde o tempo da campanha, tem sido sempre emcomodado”⁷⁸.

Quanto ao convento da Trindade – que foi um dos “que mais mudarão de forma”⁷⁹ – “ordenou-se que este convento servisse para Intendência Geral da Polícia” (posteriormente Tribunal da Prefeitura da Província da Estremadura), sendo “encarregado do dezenho e direcção o architecto Joaquim Possidonio Narcizo da Silva, que depois foi architecto dos Passos Reaes” e, mais tarde, fundador da *Real Associação dos Archeologos e Architectos Portuguezes*⁸⁰.

tempo, que não encontravam passagem nos caminhos seculares. Só um remédio apareceu claro nas inteligências então despertas: arrasar os obstáculos à passagem das bestas” (*Ocidente*, vol. VI, n.º 14, Junho de 1939, p. 315). Um balanço dos conventos usurpados em Lisboa foi redigido por Norberto de Araújo há meio século, no *Diário de Lisboa* de 25 de Agosto de 1950, sob o título “Para que têm servido os Conventos em Portugal” e republicado in *Olisipo*, ano XIII, n.º 52, Outubro de 1950, pp. 173-175. Menos dramático que Norberto de Araújo, J.-M. Leniaud perguntaria, a propósito de situação análoga em França: “*N’a-t-on pas précisément appelé “vandalisme” ce qui était simplement un déménagement...?*”, in Simone Bernard-Griffiths, Marie-Claude Chemin e Jean Ehrard (org.), *Révolution Française et “Vandalisme Révolutionnaire”*, Paris, Universitas, 1992, p. 179. Serge Bianchi, na mesma publicação, salientou que, no caso francês, “*il n’y a pas eu de destructions d’églises [...] mais une nouvelle affectation à d’autres usages d’intérêt collectif*” (p. 166).

⁷⁶ *Op. cit.*, p. 24.

⁷⁷ *Idem*, p. 28.

⁷⁸ *Idem*, p. 51.

⁷⁹ *Idem*, p. 204.

⁸⁰ Sobre o convento da Trindade escreveu José Luís de Matos: “Quando os edificios religiosos têm uma presença demasiado forte na cidade, são simplesmente destruídos. Foi o que sucedeu ao Convento da Trindade [...]. Um projecto do architecto Possidónio da Silva arrasou-o deliberadamente e fez-lhe passar uma rua por cima, a Rua Nova da Trindade. Ficou apenas o refeitório (onde hoje funciona a Cervejaria Trindade) [e o claustro grande incorporado na oficina de encadernador de Paulino Ferreira]”, in “As Sete Cidades”, separata de *O Público*, 21 de Maio de 1998, p. 30. Ver, também, Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, Lisboa,

A primeira couza foi apiar os tectos da Igreja e convento, e principiando-se a obra, afinal nada se ultimou; finalmente, vendeu-se Igreja e todo o convento em retalhos, e vão-se fazendo predios, sendo o primeiro o da portaria, em cuja linha se abriu huma rua em direcção ao local da portaria [...] Oxalá que aqui esteja a nossa fortuna e brilhante posteridade!⁸¹.

E melhor do que ninguém – afigura-se-nos – Alexandre Herculano (1810-1877) no belo prefácio ao *Monge de Cister*, de 1841:

Entre todas as cidades herdeiras do nome das suas antepassadas é a nossa Lisboa uma daquelas cujo tronco é mais antigo e cujas renovações tem sido mais frequentes. Além das mudanças que nela devia produzir a sucessão dos tempos, os terremotos, os incendios e as guerras visitaram-na tantas vezes, que apenas lhe restam raros e quase apagados vestígios dessas experiências de larga vida, desses edificios monumentaes que nas outras cidades da Europa contam o passado ao presente. Se quereis saber as convulsões violentas, as agonias de transes mortais em que se tem debatido a filha dos Phenícios, embrenhae-vos no vetustíssimo bairro de Alfama; affrontae-vos com os seus bêcos tortuosos, sombrios, lodacentos; extraviae-vos no seu labyrintho de terreirinhos, escadas, pateos, arcos, passagens, indelineaveis e enredadas como meada a que se perdeu o fio. O aspecto daquele grande vulto de casas, que parecem atiradas para ahi, cegamente, em lucha de gigantes, far-vos ha crer que lá, nas vísceras dessa espécie de povoação estranha, embebida no amago de Lisboa, ha uma vida antiga, um monumento de cada epocha, de cada era, de cada década. Enganar-vos-heis, todavia. Apenas sôbre um portal lereis alguma inscripção mutilada, em caractéres monachaes e em portuguez do seculo XIV; apenas vereis uma lapide partida, onde a custo

Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1941, vol. III, cap. XIV, que publicou as plantas de 1834 e 1836 – pelo arq.º Joaquim Possidónio Narciso da Silva ? – que fazendo parte da “coleção do Exmo. Sr. Engenheiro A. Vieira da Silva”, não conseguimos localizar no Gabinete de Estudos Olisiponenses, onde se encontra o seu espólio.

⁸¹ *Idem*, p. 204.

descortinarais algumas letras inclusas e disformes dos séculos XII e XIII, e difficultoso será que as bellas fórmulas dos caractéres dos latinos venham lembrar-vos que o solo que pisaes é o de um municipio romano. Se ao cabo de muita lida, a bôa-ventura vos deparar um arco ponteagudo do puro gothico, uma verga florida do renascimento, uma volta de ferradura arabe, acha-la-heis mettida e aproveitada ou desaproveitada em edificio de hontem, ou vê-la-heis prestes a desabar em pardieiro velho. Tudo o que haveis de encontrar são folhas rasgadas de um livro precioso e unico. Depois, ajudando-vos a imaginação de artista e o faro de antiquario, muito fareis se, como os commentadores da litteratura classica, ajuntardes com essas palavras soltas um capitulo do livro perdido. Comprazer-vos-heis então na vossa obra; mas cuidando que reconstruis um pedaço de historia da arte ou dos homens, não fareis, porventura, senão compôr um fragmento de novella⁸².

Documentação vária referiu-se ainda a estas verdadeiras “*10 Pragas do Egipto*” do património nacional⁸³, nomeando: a “barbaria das gerações passadas”, as “empresas atrevidas de além mar”, o “arrefecimento dos brios nacionais” e as

⁸² Alexandre Herculano, *Monge de Cister*, Prólogo, p. VII, *cit.* in Victor Ribeiro, “A Velha Lisboa”, Academia das Ciências de Lisboa, Separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. IX, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, pp. 31-32.

⁸³ Apesar de ser “um acontecimento de relevo na história da própria evolução das atitudes de salvaguarda do património” (Jorge Custódio, *Antecedentes históricos acerca da defesa, salvaguarda e conservação do património edificado histórico-monumental e urbanístico de Santarém*, p. 20) está por fazer a história do vandalismo patrimonial em Portugal nas suas várias vertentes. Uma boa inspiração sobre o assunto poderá ser buscada nas obras clássicas de Martin S. Briggs, *Goths and Vandals: a study of the destruction neglect and preservation of historical buildings in England*, London, Constable, 1952 e Louis Réau, *Les Monuments détruits de l'art française*, Paris, 1959; reed. por M. Fleury sob o título *Histoire du Vandalisme*, Paris, Robert Laffont, 1994. Também Simone Bernard-Griffiths, Marie-Claude Chemin e Jean Ehrard (org.), *Révolution Française et Vandalisme Révolutionnaire*, Paris, Universitas, 1992 ou, mais recentemente, Dario Gamboni, *The Destruction of Art. Iconoclasm and Vandalism since the French Revolution*, London, Reaktion Books, 1997.

“longas discordias civis”⁸⁴; a “invasão francesa”, a “fuga da família real para o Brasil” e as “incessantes visitas de viajantes estrangeiros”⁸⁵; a “pouca ilustração dos reedificadores”⁸⁶; as “commoções do solo” sem esquecer o “embate corrosivo do tempo”⁸⁷.

Exactamente dois séculos depois do alvará joanino, Luís Chaves (1889-1975) escreveu “A Política dos Monumentos”⁸⁸. Nas páginas ainda hoje inéditas do manuscrito o autor procurou elaborar uma listagem completa dos vandalismos, identificando os “diversos agentes, tendencias e intuitos”⁸⁹.

ii) Outros nomes existiram que deram conta das personalidades individuais envolvidas – quer os eruditos nacionais ou locais de renome⁹⁰, quer os “pobres

⁸⁴ Inácio de Vilhena Barbosa in “Os Monumentos”, folhetins publicados no *Commercio do Porto* em 1873, republicados no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.^a Série, 1908, p. 546.

⁸⁵ *O Século*, de 9 de Dezembro de 1897.

⁸⁶ Ms. datado de Lisboa, 27 de Abril de 1886, A.H. da A.A.P., cx. 15.

⁸⁷ “Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados Monumentos Nacionaes apresentados ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em conformidade com a portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de outubro de 1880”, in *Diário do Governo*, n.º 62, de 19 de Março de 1881.

⁸⁸ *Memoria lida na Associação dos Arqueólogos Portuguezes, em sessão de 30 de Junho de 1921*, e publicada parcialmente em *Arqueologia e História*, vol. I, 1922, pp. 76-83. De Luís Chaves ver, também, “As injúrias do homem nos monumentos”, in *Brotéria*, vol. XVII, fasc. 4, Outubro de 1933, pp. 208-219.

⁸⁹ [Luís Chaves], *A Política dos Monumentos. Memória apresentada à Associação dos Arqueologos Portuguêses, em sessão de 30 de Junho de 1921*, [fl. 19], A.H. da A.A.P., cx. 94.

⁹⁰ Ramalho Ortigão listou alguns desses nomes: Joaquim de Vasconcelos, Martins Sarmiento, António Augusto Gonçalves, Gabriel Pereira, Sousa Viterbo, Luciano Cordeiro, Ferreira Caldas, Ribeiro Guimarães, Alberto Sampaio, Júlio de Castilho, Teófilo Braga, Leite de Vasconcelos, Pinho Leal, Albano Belino, Teixeira de Aragão, Vilhena Barbosa, Conceição Gomes, Filipe Simões, Manuel de Macedo, José Pessanha, Fonseca Benevides, Valentim, Vieira Natividade, Figueiredo da Guerra, visconde de Condeixa, Borges de Figueiredo, Marques Gomes, Rodrigo Vicente de Almeida, Zeferino Brandão, Possidónio da Silva, Freitas Costa, Avelino Guimarães, Freire de Oliveira “e quantos outros, quanto mais sympathicos quanto mais obscuros!” (*op. cit.*, p. 172).

poetas obscuros [e] modestos archeologos, ignorados da critica e do publico”⁹¹ – bem como das personalidades colectivas, particulares e oficiais, com destaque para as associações. Assim aconteceu com José Silvestre Ribeiro (1807-1891), em 1875, no tomo XIV da sua valiosa *História dos Estabelecimentos Scientificos...*⁹², onde começou por lembrar Herculano – “Sobre o respeito que merecem os monumentos, e sobre a necessidade e impreterivel obrigação de os conservar, ninguem mais eloquentemente escreveu do que o grande historiador portuguez Alexandre Herculano”⁹³ –, recordando os seus “artigos que elle singelamente inscreveu com a palavra – *Monumentos*”⁹⁴, e continuou realçando o papel das associações, nomeadamente a R.A.A.C.A.P., de que fazia parte⁹⁵, “Associações taes seriam prestantes auxiliares as corporações administrativas, e os naturaes agentes das

⁹¹ *Op. cit.*, p. 161. Que acrescenta, dizendo que “em toda a parte, ainda nos mais abandonados recantos da provincia, há sempre, onde existe um monumento, um homem pelo menos que o ama, que o estuda, que o comprehende” (*ibidem*).

⁹² *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia por José Silvestre Ribeiro*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1885. Este autor, logo a abrir, revelou o seu interesse pelos monumentos, assegurando que: “Se ao assumpto d'este capitulo houvessemos de consagrar as paginas que elle demanda, considerado em todos os seus aspectos, por certo formariamos um volumoso livro. D'aqui vem que limitamos o nosso intuito a tomar nota d'esta importante entidade, unicamente para dar occasião a que aos leitores curiosos não escape o respectivo estudo especial” (p. 175).

⁹³ *Idem*, p. 177.

⁹⁴ *Ibidem*. *O Panorama*, respectivamente nos n.ºs 69 e 70 de 1838, pp. 266-268 e pp. 275-277; e n.ºs 93 e 94 de 1839, pp. 43-45 e pp. 50-52.

⁹⁵ Lembremos, a propósito, o labor subsequente ao apelo do ministério das Obras Públicas, em 21 de Outubro de 1880, quando a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* foi convidada a indicar os edificios do nosso país, que devessem ser considerados como monumentos nacionais, e que a “associação, animada do desejo de fazer algum trabalho recommendavel, nomeou no seu proprio seio uma commissão, encarregada de proceder ao estudo do assumpto e representar o resultado de suas investigações, que houvesse de ser a base da resposta ao ministro consultante”. Desse trabalho resultou o *Relatorio e mappas ácerca, dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes; apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, em conformidade da portaria do ministerio das obras publicas de 24 de outubro de 1880*, Lisboa, 1881. Essa comissão, por si presidida, compunha-se dos vogais: António Pedro de Azevedo (secretário), Joaquim Possidónio Narciso da Silva, Augusto Carlos Teixeira de Aragão, Valentim José Correia e Inácio de Vilhena Barbosa.

sociedades scientificas, das quaes receberiam instrucções e doutrinamento”⁹⁶, concluindo que:

Do complexo de todos estes elementos de acção benefica, applicados com decisão e perseverança, resultaria, necessariamente, o conseguimento de effectivos e relevantes serviços, com os quaes muito lucraria a causa da civilização, que não pode prescindir de que a historia dos povos seja alumiada pelo facho da sciencia – tão efficazmente auxiliada pelos diversos meios de investigação e descobrimentos⁹⁷.

Quanto a Luciano Cordeiro (1844-1900), comentou em manuscrito “confidencial e urgente” dirigido em 1896 ao Director Geral dos Serviços de Obras Públicas, a vida arcaizante e rotineira da *Comissão dos Monumentos Nacionaes*, a que então presidia, e que via como órgão fundamental para “organisar o estudo, a conservação e a guarda dos monumentos nacionaes”⁹⁸, mas para o qual tinha um limitado quadro de vogais, ademais “exclusivamente baseado na dedicação civica e na escassa disponibilidade de tempo que elles podem offerecer ao patriotico desempenho desta especial e dedicada missão”⁹⁹, além de não ter podido “obter ainda apesar das suas repetidas solicitações e das expressas recomendações de S. Excia. o Ministro, um pequeno alojamento privativo onde possa regularmente funcionar, como

⁹⁶ *Idem*, p. 180. “Já em 1854 o sr. J. da Costa Cascaes suggeriu a idéa da criação de uma comissão, conselho ou inspecção, para superintender tudo o que respeita ás bellas artes, e particularmente á conservação e reparação dos monumentos nacionaes”. Ver Cap. IV desta dissertação sobre a Secção de Arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ A.H. de Obras Públicas, *Correspondência com a Comissão dos Monumentos Nacionais, 1893-1897, Officio de Luciano Cordeiro ao Director Geral dos Serviços de Obras Publicas, datado de Lisboa, 22 de Setembro de 1896*, [fl. 2 e 2v], inédito. Sousa Viterbo escreveu a propósito uma década depois: “O Conselho Superior dos Monumentos Nacionais [sucessor da Comissão] é uma entidade colectiva, a quem não se póde regatear uma tal ou qual influencia benefica, mas póde dizer-se que é mais uma instituição platonica, de que uma instituição pratica, mais um palliativo, de que um remedio efficaz” (*Diário de Notícias*, 21 de Junho de 1905).

⁹⁹ *Idem*, [fl. 3].

Commissão permanente que tem de manter em bôa ordem e guardar a sua Secretaria, e de accomodar convenientemente o serviço de gabinete dos dois desenhadores encarregados de auxiliar os seus trabalhos”¹⁰⁰.

Mas pois que a Commissão existe, e em quanto as circunstancias não somente permittam mas aconselham o processo ensaiado, arme-se ao menos esta Commissão com os meios essenciaes de exercer desembaraçada e opportunamente a sua tarefa, e nesses mesmos meios se pode incluir alguns senão todos os que importariam a concentração, a disciplina, a pontualidade do serviço de uma Inspeção especial¹⁰¹.

Com o aumento do número de vogais, e o “alojamento privativo [...] e bastarão dois ou trez gabinetes onde ela possa funcionar, guardar o seu archivo”¹⁰² e ter os seus desenhadores crêio que poderá obter-se que a Commissão possa ficar habilitada a funcionar regularmente e sobre tudo e sem demôra iniciar o projecto de inventario ou de lista official de pelo menos os edificios que devem considerar-se Monumentos Nacionaes¹⁰³.

¹⁰⁰ *Idem* [fl. 3 e 3v].

¹⁰¹ *Idem* [fl. 4v e 5].

¹⁰² *Idem* [fl. 5v].

¹⁰³ *Idem* [fl. 6v]. Para completar a *Commissão* conseguiu, em 25 de Janeiro de 1897, que fossem nomeados vários vogais e, no ano seguinte, propôs uma lista nominativa de vogais correspondentes da *Commissão dos Monumentos Nacionaes*.

DOM JOAM

POR GRACIA DE DEOS REY DE PORTUGAL,
& dos Algarves d'aquem, d'alem Mar, em Africa Senhor de Guiné,
& da Conquista, Navegação, Commercio de Ethiopia, Arabia,
Persia, & da India, &c. Faço saber a vòs

que passay ora hum Alvará em fórma de Ley por mim assinado, &
& passado pela minha Chancellaria do qual o treslado he o seguinte.



U El-Rey faço saber aos que este Alvará de Ley virem que por me representarem o Director, & Censores da Academia Real da Historia Portugueza, Ecclesiastica, & Secular, que procurando examinar por si, & pelos Academicos, os Monumentos antigos que havia, & se podiaõ descobrir no Reyno, dos tempos em que nelle dominarãõ os Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, & Arabios, se achavaõ muytos q̄ poderãõ existir nos Edeficios, Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, Medalhas, Moedas, & outros artefactos por incuria, & ignorancia do vulgo, se tinhaõ consumido; perdendo-se por este modo hum meyo muy proprio, & adq̄uado, para verificar muytas noticias da veneravel antiguidade assim Sagrada, como Politica; & que seria muy conveniente à luz da verdade, & conhecimento dos seculos passados, que no que restava de semelhantes memorias, & nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno em que pôde ser muyto interessada a gloria da Naçaõ Portugueza, naõ só nas materias concernentes à Historia Secular, mas ainda à Sagrada, que saõ o instituto a que se derige a dita Academia, & desejando Eu contribuir com o meu Real poder, para impedir hum prejuizo taõ sensivel, & taõ damnozo à reputaçãõ, & gloria da antiga Lusitania cujo dominio, & soberania foy Deos servido dar-me. Hey por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade, & condiçaõ que seja desfaça, ou destrua em todo, nem em parte qualquer edificio que mostre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado, & da mesma sorte as Estatuas, Marmores, & Cippos em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreyros Phenices, Gregos, Romanos, Gothicos, & Arabicos, ou Laminas, ou chapas de qualquer metal que contiverem os ditos letreyros, ou caracteres, como outrosim medalhas, ou moedas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores atè o Reynado do Senhor Rey Dom Sebastiaõ, nem incubraõ, ou ocultem alguma das sobreditas cousas; & encarrego às Camaras das Cidades, & Villas deste Reyno tenhaõ muyto particular cuidado em conservar, & guardar todas as antiguidades sobreditas, & de semelhante qualidade que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto, & logo que se achar, ou descobrir alguma de novo daõ conta ao Secretario da dita Academia Real para elle a communicar ao Director, & Censores, & mais Academicos: & ao dito Director, & Censores com a noticia que se lhe participar poderaõ dar a providencia que lhes parecer necessaria, para

Fig. 3

Alvará em forma de Lei de 20 de Agosto de 1721 (A.H. da IN-CM)

iii) Também aqueles que divulgaram a legislação patrimonial. O já referido marquês de Fontes que, denotando alguma cumplicidade com o monarca, anunciou

na sessão de 31 de Julho de 1721 da *Academia Real da Historia Portugueza* a nova lei¹⁰⁴ que o *Magnânimo* promulgaria vinte dias mais tarde, “para conservação dos monumentos eruditos da antiguidade”¹⁰⁵, exprimindo-se assim:

Mas temos hum Real protector, que com heroica emulação dos Hercules Celtico, e Thebano, quer com huma só acção, protegendo o nosso Instituto, superar estas fêras, e livrarnos da sua tiranna voracidade, promulgando huma Ley, para que em todo o Reyno se conservem os monumentos eruditos, e se preservem com diligente applicação, e cuidado das injurias do tempo¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Recorremos a José Silvestre Ribeiro para saber se “Produziria acaso algum sensivel resultado esta discreta providencia ? – Sim, produziu.

Nos 29 annos restantes do reinado de D. João V, reuniu a Academia um grande numero de objectos archeologicos – em marmore e em differentes metaes –, descobertos em escavações casuaes em diversas partes do reino, mas particularmente no Alemtejo.

Seria bastante essa colheita para formar algum museu de objectos raros, ou prestantes, tendentes a enriquecer a historia, ou a favorecer a arte ? Sim.

O mesmo escripto que nos ministrou o extracto que acima exarámos responde n'estes termos á pergunta que deixamos formulada : “Com esses objectos formou a Academia um curioso museu archeologico nas salas do palacio dos duques de Bragança, na rua hoje chamada do *Thesouro Velho*, onde se achava estabelecida. Infelizmente sobrevieram, o terremoto do 1.º de Novembro de 1755, e o incendio que logo se lhe seguiu, e quasi todo o palacio foi derrocado e reduzido a cinzas, sendo consumido pelo fogo o museu d'envolta com muitas outras preciosidades, que alli se guardavam, pertencentes á Casa Real.” (*Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal...*, tomo XIV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1885, p. 181). Acrescente-se que o “escripto” referido por José Silvestre Ribeiro, trata-se do *Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes; apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, em conformidade da portaria do ministro das obras publicas de 24 de outubro de 1880*, Lisboa, 1881.

¹⁰⁵ “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 14 de Agosto de 1721”, in *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza* [fl. 123].

¹⁰⁶ “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 31 de Julho de 1721”, in *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real da Historia Portuguez*, [fl. 118v].

Nas *Noticias da Conferencia seguinte*¹⁰⁷ – em que “foy Director o Marquez de Abrantes”¹⁰⁸ – leu o Secretario “o primeiro Decreto que mandava dar providencia para se conservarem os monumentos antigos, que podem servir para illustrar, e testificar a verdade da mesma Historia”¹⁰⁹. Continuou o Director, lembrando o sinete da Academia Real onde “se via ligado o Tempo, e prezo com cadeas”¹¹⁰, agora

se verião evitados os efeitos da barbara ignorancia, e advertido o descuido a fim de se conservarem as mais dignas memorias da antiguidade [...] aos passados, restaurandolhes a memoria; aos presentes, mandandolha communicar, e preservando-a para os futuros¹¹¹.

¹⁰⁷ *Idem*, [fl. 118v].

¹⁰⁸ *Idem*, [fl. 123].

¹⁰⁹ *Idem*, [fl. 123 e 123v]. Este alvará equacionava já possíveis infracções ao estabelecido no seu articulado: “as pessoas de qualidade que contravierem a esta minha desposição desfazendo os edificios daquelles seculos [...] além de incorrerem no meu desagrado, experimentarão a demonstração que o caso pedir, & merecer a sua desatenção, negligencia, ou malicencia; & as pessoas de inferior condição incorrerão nas penas impostas pela Ordenação do liv. 5. tit. 12. §. 5 aos que fundem moeda”. Este artigo rezava assim: “será degradado dez annos para Africa; e mais perderá amétade de toda a sua fazenda, amétade para a nossa Camara, e a outra para quem o accusar” (Cf. *Ordenações, e Leys do Reyno de Portugal, Confirmadas, e estabelecidas pelo Senhor Rey D. João IV. Novamente Impressas...*, Livro Quinto, Lisboa, No Mosteiro de S. Vicente de Fóra, M.DCC.XLVII, p. 10). Coteje-se ora com o que afirma Jean-Michel Leniaud sobre o *Rapport à la Convention au nom du Comité d’instruction publique, séance du 4 juin 1793, an II de la République* – que diz ser “*extrêmement important dans l’histoire de la prise de conscience des destructions révolutionnaires*” – porque “*c’est la première fois que sont introduites dans le dispositif judiciaire des décisions réprimant pénalement les atteintes au patrimoine*” (*op. cit.*, p. 94).

¹¹⁰ *Idem*, [fl. 123 v].

¹¹¹ Após as *Noticias da Conferencia, que a Academia Real [...] em 14 de Agosto de 1721*, foi publicado o régio alvará, sob a epígrafe: *Decreto, que S. Magestade, que Deos guarde, Foy servido mandar à Academia em 13 de Agosto de 1721*, que sabemos ser *Copia do Decreto, que baixou à Mesa do Desembargo do Paço em 14 de Agosto de 1721* [fl. 129 e segs]. Nas *Noticias seguintes (Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 28 de Agosto de 1721)*, o marquês de Alegrete, “a quem nesta Conferencia tocou a direcção” [fl. 131] deu conta que “ordenoume o Excelentissimo Senhor Marquez de Abrantes [...] pelo singular favor que lhe fez em mandar por seu Real Decreto participar a Ley, que fora servido estabelecer para remedio dos danos da ignorancia, e do esquecimento, com que insensivelmente se hia perturbando, e quasi perdendo a memoria, que [...] se conservava nos bronzes, nos marmores, nas inscripções, nas

Com efeito, foi o marquês de Fontes, muito provavelmente mais do que qualquer outra pessoa, o inspirador do Alvará de 20 de Agosto de 1721¹¹². Foi ele, como atrás se disse, que desvendou a sua existência vários dias antes da sua promulgação pelo monarca. No seu articulado são patentes influências da terminologia de Fontes (“incuria”, “ignorancia”), bem como alguns laivos da legislação patrimonial da “*Provincie Romane*”¹¹³, muito possivelmente recolhida pelo marquês durante a sua estada na Cidade Eterna, entre 1712 e 1718, “*in qualità di ambasciatore*

estatuas, nas medalhas, nas moedas, e em todo o genero de monumentos, que nos deixou a antiguidade, e que atègora se tinhão livrado da tirannia do descuido, e do tempo [...] a posteridade judiciosa, e reconhecerá a utilidade publica os effeitos desta [...] buscando remedio para a brevidade da vida na duração da memoria” [fl. 131 a 132v].

¹¹² Está por fazer um estudo aprofundado deste diploma. No quadro do que Marisa Dalai Emiliani chamou o “*processo traumatico di progressive acquisizioni nella coscienza culturale europea*” (“Presentazione”, in Francesco P. Di Teodoro, *op. cit.*, p. VII), admitimos que se encontra nele esboçado parte do que é visto como obra original do *abbé* Grégoire – que a referida autora classifica como um dos “*protagonisti*” do supracitado processo –, nomeadamente: a citação de múltiplos exemplos de vandalismo e a ideia de salvaguarda do património em nome da nação. D. Audrerie, por seu lado, escreveu assim: “*Mais au fond Grégoire va plus loin, car la raison de sa réaction face à de tels excès réside dans un simple constat : les monuments, les oeuvres, tous les biens détruits ou mutilés sont la propriété du peuple ; ils sont d’abord la richesse de la nation. Cette affirmation est proprement révolutionnaire et transforma complètement le regard sur ce que l’on ne nomme pas encore le patrimoine. Il n’est pas abusive de penser que Grégoire, dans ses écrits et ses déclarations, est bien l’inventeur de la notion moderne de patrimoine, dont nous réclavons toujours, en France et à l’étranger*” (Abbé Grégoire, *op. cit.*, p. 10). (sublinhado nosso). Controverso no que se referiu à teoria do “*dernier domicile*” – contra a qual se insurgiu Antoine C. Quatremère de Quincy (*Lettres à Miranda sur le déplacement des monuments de l’art de l’Italie* (1796), Paris, Macula, 1986) – a figura do abade Henri Grégoire não foi só interessante pela sua contribuição para a conservação dos monumentos históricos e artísticos. Para ele as máquinas e os produtos das artes mecânicas também tinham que entrar no museu de modo a contribuir para a difusão do conhecimento e ilustrar os avanços do progresso. A sua acção foi decisiva na criação em 19 do vendimiário do ano III (10 de Outubro de 1794) do *Conservatoire des Arts et Métiers* que se instalaria em 1799 no espaço abacial de Saint-Martin-des-Champs, em Paris. Ver Paulo Oliveira Ramos, “Breve história do museu em Portugal”, in *op. cit.*, pp. 30, 33-34.

¹¹³ Como a *Prohibitione sopra l’estrattione di statue di marmo o metallo, figure, antichità e simili* de 5 de Fevereiro de 1686 e o *Editto sopra le pitture, stucchi, mosaici, et altre antichità, che si trovano nelle cave, iscrizioni antiche, scritture, e libri manoscritti* de 30 de Setembro de 1704, coligidos por Andrea Emiliani, *Leggi, bandi e provvedimenti per la tutela dei Beni Artistici e Culturali negli antichi stati italiani 1571-1860*, s/l, Nuova Alfa Editoriale, 1996 (Agradeço à *Soprintendenza per i Beni Artistici e Storici per le Province di Bologna Ferrara Forlì e Ravenna* o acesso a este *Rapporto*).

straordinario”¹¹⁴ e, de onde sabemos ter remetido para Lisboa não só “pormenorizadas e artísticas descrições dos mais belos monumentos romanos, escritas por Lázaro Leitão ou Carlos Gimac”¹¹⁵, que muito agradaram ao rei, mas, também, “desenhos ou planos ou até grandiosas “miniaturas” [d]as mais belas e modernas obras arquitectónicas romanas como a Basílica de S. Pedro do Vaticano ou a Fonte da Praça Navona de Bernini”¹¹⁶. Destas, disse-se, que “encheriam os vastos salões dos Paços da Ribeira”¹¹⁷.

Ou, em 1815, como aconteceu com Luís António de Azevedo (1755-1818/20), cuja contribuição original surgiu em sequência da publicação de uma memória sobre o teatro romano de Lisboa. Numa interessante, “*A Quem Ler. Advertencia Preliminar*”, incluída na sua *Dissertação critico-filológico-histórica...*¹¹⁸, o autor

¹¹⁴ Sandra Vasco Rocca, Gabriele Borghini e Paola Ferraris, *Roma Lusitana – Lisbona Romana, Guida alla Mostra*, Roma, Argos, 1990, p. 19.

¹¹⁵ Ayres de Carvalho, *D. João V e a Arte do seu tempo*, II vol., ed. do autor, 1962, p. 304.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ *Idem*, p. 194. Sabemos ainda que Fontes começou mesmo “*a progettare un viaggio romano [de D. João V] che serà destinato a non realizzarsi*” (Cf. Sandra Vasco Rocca, Gabriele Borghini e Paola Ferraris, *op. cit.*, p. 20) e, por outro lado, conseguiu a contratação do “*siciliano Filippo Juvarra, architetto e scenografo tra i più geniali in Europa nella prima metà del Settecento [e] molto probabile che fosse stato proprio l’ambasciatore di Portogallo a Roma (il marchese de Fuentes) a far ottenere a Domenico [Scarlatti] il posto di maestro alla corte de Lisbona*”. Cf. Elvidio Surian, “Domenico Scarlatti e la Emigrazione di musicisti italiani in Portogallo”, in *Estudos Italianos em Portugal*, Instituto Italiano de Cultura em Portugal, n.ºs 51/52/53, 1988/1989/1990, p. 226.

¹¹⁸ *Dissertação critico-filologico-historica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de S. Mamede, perto do Castello desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscricção em honra de Nero, e noticia instructiva d’outras memorias alli mesmo achadas, atégora [sic] apparecidas. Composta, e Dirigida ao Illustrissimo E Excelentissimo Sr. D. Antonio Maria de Castello-Branco, Marquez de Bellas, Cetera*, Lisboa, Imp. da Viuva Neves e Filhos, 1815. Dela disse Inocêncio no seu *Dicionário Bibliográfico*: “É a única memoria que ficou d’aquelle celebre monumento, cujas reliquias e fragmentos se deixaram perder de todo, ao que parece, pela proverbial incuria com que estas cousas foram sempre tractadas entre nós” (*Diccionario Bibliographico Portuguez...*, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLX, tomo V, p. 215).

aproveitou para tirar da poeira do esquecimento o “Alvará do Senhor Rei D. João V de 20 d’Agosto de 1721 a respeito da conservação dos Monumentos antigos”¹¹⁹ [e] outro de 4 de Fevereiro de 1802 mandado publicar pelo Serenissimo Senhor D. João Principe Regente de Portugal”

vindo assim a cooperar e a concorrer da minha parte para a conservação dos taes Monumentos, conforme ordenão os mencionados Alvarás, cujo Traslado lançaremos aqui para maior commodidade do Leitor¹²⁰.

Mais, Luís António de Azevedo “além destes Alvarás modernos” deu “tambem aqui em linguagem Portugueza juntamente com o texto Latino a Constituição Imperial, que no seculo quinto fez publicar Maioriano, para a inviolavel e indefectivel observancia deste mesmo regulamento sobre a conservação dos Edificios antigos”¹²¹ e lembrou ainda as “semelhantes disposições [que] fizeram a

¹¹⁹ Sintomaticamente, meio século passado sobre o texto de Luís António de Azevedo, numa *Representação dirigida ao Governo de Sua Magestade em 1866 pela Associação dos Architectos Civis Portuguezes* (republicada no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.^a série, tomo XII, n.º 8, de 1908) lia-se a propósito: “Portugal, que tomára a dianteira a todos os povos nos commettimentos mais ousados e grandiosos das edades modernas, tambem figurou por algum tempo na vanguarda dessas nações que estenderam mão protectora sobre os monumentos. Deve ao Senhor Rei D. João V ver-se outra vez collocado em um posto de honra, entre as nações mais civilisadas, depois de ter retrogradado tanto por effeito de grandes e emmercidos infortunios. Traçaram-se porém tão largos fundamentos ao edificio que se pretendia erigir, que não podia bastar certamente a vida de uma geração para lançar a primeira pedra e pôr a ultima em fabrica tão colossal. Assim tambem caiu em desuso e ficou lettra morta o sabio e patriotico decreto, que velára durante quasi todo aquelle largo reinado pela conservação dos nossos monumentos historicos e artisticos. O terramoto do 1.º de Novembro de 1755 alastrando de ruinas uma grande parte do reino, e derrubando muitos dos seus melhores monumentos, foi, em nossa opinião, a causa que mais contribuiu para se annullar completamente não só aquelle impulso civilisador, mas até os effeitos moraes que tinha produzido no animo do povo. O que é certo é que desde então começou a desenvolver-se entre nós uma fatal indifferença, ou antes desprezo para com os padrões da antiguidade” (pp. 506-507).

¹²⁰ *Idem*, p. III.

¹²¹ Em uma das mais importantes obras panorâmicas sobre a história da salvaguarda do património, *A History of Architectural Conservation* (Oxford, Butterworth, 1999, p. 5), o autor, Jukka Jokilehto, retomou parte deste mesmo texto devido ao seu significado para a matéria em apreço. Devemos à Eduarda Paz, então doutoranda em York, o acesso a esta obra, primeiro na sua versão

respeito da conservação das Cidades, e Monumentos dellas” os Imperadores Arcadio e Honorio a Eusebio¹²².

iv) Alguns que analisaram os critérios das intervenções realizadas, como aconteceu com o informe do architecto das Obras Públicas, Francisco Xavier Fabri (1761-1817), datado de Lisboa, 13 de Março de 1799, a propósito do “antigo Teatro ao pé do Castello”:

no cazo de querer S. Mag. conservar o antigo Monumento no mesmo lugar, em que se achou, sou de parecer, que se compre o Terreno, e a Parede dos Edificantes; e se torne a colocar outravez no seu lugar parte das Pedras da Inscipção, que se tirarão para fora, antes de eu ser encarregado de vigiar sobre a indagação daquelas Antiguidades; e que se faça uma Parede ao redor do Teatro, não só para conservação daquele Monumento, e de todos os mais Fragmentos de Architectura, de Capiteis, e Colunas, que ali se tem descoberto; mas também para suster o grande Entulho, de que está cercado por todos os lados o antigo vestigio Romano¹²³.

Ou Ramalho Ortigão (1836-1915), por seu lado, falando-nos da

auctoridade, incerta, vagamente definida, a quem tem sido confiada a conservação e a guarda da nossa architectura monumental, procede com esse enfermo, de quem se incumbiu de ser o enfermeiro, por dois methodos differentes: umas vezes deixa-o morrer; outras vezes, para que elle mesmo não tome essa resolução lamentavel, assassina-o. Na primeira hypothese a calamidade correlativa chama-se abandonar.

académica (Jukka Ilmar Jokilehto, *A History of Architectural Conservation, The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property*, D.Phil Thesis, The University of York, The Institute of Advanced Architectural Studies, 3 vol.s, September 1986, policopiado) e, depois, na sua edição comercial. Muito lhe agradecemos.

¹²² Luís António de Azevedo, *op. cit.*, p. III.

¹²³ A.H. das Obras Públicas, MR 44, *Descubertas na escavação do antigo Teatro ao pé do Castello*.

Na segunda hypothese a catastrophe correspondente chama-se restaurar, – gallicismo tecnico, recentemente introduzido no vocabulario nacional, mas ainda não definido vernaculamente na applicação pratica¹²⁴;

e fornecendo-nos, de seguida, exemplos, de que seleccionámos este:

Na Madre de Deus [...] temos o infortunio de ir encontrar no consecutivo restauro de uma fabrica do tempo de D. João III novos capiteis de columnas, nos quaes em vez da ornamentação vegetal do nosso século XVI se vê reinar nos entablamentos a figuração, absolutamente imprevista e inopinada de uma locomotiva de caminho de ferro, arrastando fumegante o respectivo comboyo, tudo lavrado mui laboriosamente em pedra, e demandando um tunel. Este assombroso phenomeno de pathologia archeologica estou convencido de que dispensa ainda mais do que no caso dos Jeronymos a investigação da autopsia¹²⁵.

v) Uns que acompanharam os acontecimentos paradigmáticos, as polémicas e, por vezes, mesmo as entidades ou as vozes dissonantes, ou, como fez Fialho de Almeida (1857-1911), que dissecou os pecadilhos dos próprios preservacionistas. Em Agosto de 1889, este autor escreveu n’ *Os Gatos*¹²⁶ um texto que, incidindo mais sobre a situação do património móvel do que do imóvel, contudo, pela natureza das questões que levanta e porque possibilita introduzir uma outra proximidade com os agentes envolvidos, tornou-se, pelas razões expostas, um contributo único. Assim, se Herculano fizera o retrato-robô do vândalo¹²⁷, Fialho apontou-o a dedo, só lhe faltando estampar o nome:

¹²⁴ *Idem*, p. 17.

¹²⁵ *Idem*, pp. 20-21.

¹²⁶ *Os Gatos. Publicação mensal d’inquerito á vida portugueza*, Porto, Casa Editora Alcino Aranha & C^a, n.º 1, Agosto de 1889.

¹²⁷ Alexandre Herculano, “Monumentos II”, in *O Panorama*, vol. II, n.º 70, 1838, p. 275.

Todo o Alentejo baixo, na zona districtal d'entre Evora e Beja, conhece um erudito mazorro, estúpido e rapace, que mais d'uma vez tem figurado em commissões de historia e archeologia. Esse donato reles, que uma academia e um governo, mais reles ainda, se não envergonharam d'enviar ao desempenho de missões de confiança, como inqueritos d'alfaias em igrejas de provincia, constatações de reliquias mortuarias, relatorios d'arte e sciencia historica, etc., deixou pelos sitios de passagem a reputação d'um homem sem escrupulos, o mais cynicamente deshonesto de quantos monos fardados os governos costumam enviar ao encontro das coisas a que não dão importancia. De todos os inventarios que esse homem lá fez, pelos conventos, revertia metade aos caixotins do seu museu particular [...] Tem um museu riquissimo, este mariola, que foi sempre pobre, e nunca esteve preso, e possui a consideração de gregos e troianos. E com elle, outros eruditos que fustigam na imprensa o abandono dos monumentos, a pobreza dos museus, e a selvageria do povo, vão accomulando á sombra das commissões que usufruem, bric-à-bracs roubados, indiscutivelmente roubados, sem que um ministro austero lhes peça contas da villania com que elles se locupletam¹²⁸.

Alguns parágrafos antes, Fialho questionara já, como ninguém mais até então ousara fazer – nem faria no futuro – o papel de alguns dos membros das commissões de história e archeologia, das associações patrimoniais, diríamos hoje, envolvidos, por vezes, em negociatas, ao exprimir-se deste modo:

De quando em quando apparecia por lá um d'estes velhos graves, d'oculos, diplomados pela Academia, pela sociedade dos archeologos, ou pela commissão protectora dos monumentos, o qual a titulo de salvar a arte, trazia consigo o que

¹²⁸ Fialho de Almeida, *op. cit.*, pp. 57-58.

adregava, esquecendo-se, por affazer, de restituir essa colheita ás sociedades sabias que o tinham commissionedo¹²⁹.

Da promiscuidade destes com alguns religiosos, fizeram-no sugerir ao leitor:

Vão visitar um dia os armazens d'antiguidades de Lisboa; e fingindo-se interessados perante os objectos de character religioso que virem, inquiram do judeu vendilhão¹³⁰ a historia d'elles¹³¹.

Afinal donde viria tanto mal ao património nacional ? A resposta é longa e virolenta, mas permito-mo-nos trancrevê-la, porque esclarecedora:

O grande mal não vem agora dos compradores estrangeiros¹³²: vem dos gatunos indigenas, da cobardia e da ignorancia dos ministros, incapazes de pedirem contas:

¹²⁹ *Idem*, p. 56.

¹³⁰ Este labéu anti-judaico encontra-lo-famos, meio século passado, a propósito dos “brique-à-braquistas”, em artigo intitulado “A Bem da Nação”: “Ora como estes andam muito metidos com as preciosidades de arte, manobrando por conta de agentes e dum sangue israelita provocador de bom faro e de jeitos especiais para a descoberta das mercadorias, é justo que dêles Você desconfie, denunciando-os por bem, sobretudo, dos interêsses nacionais” (*Ocidente*, vol. VI, Junho, 1939, n.º 14, p. 136).

¹³¹ *Idem*, p. 60. Aproveitou para acrescentar: “Lá saberão que ha capellães que vem á noitinha com embrulhos nas algibeiras anaes da sobrecasaca, negociar objectos de culto, rolos de telas com pinturas de santos, frontaes e cazulas, miniaturas, pequeninas estatuetas e vasos preciosos, por conta das freiras que liquidam, e de conventos fechados aonde o governo ainda não mandou fazer arrolamentos” (*ibidem*).

¹³² Não se escreveria assim mais tarde: “Para cúmulo da nossa boa fé de desleixados ou indiferença generosa, consentimos há um rôr de anos as sanguesugas vindas de longe, atraídas pelas famas da nossa negligência cortez ou da nossa idiotice desmazelada, que às escâncaras e sob o patrocínio de anúncios, nos levam tudo quanto não devíamos deixar partir, documentos por vezes únicos que não são pertença particular – nem tôda a propriedade é justa –, como parece à vista dos interesseiros avêssos às razões nacionais, mas sim da Pátria inteira, de nós todos que não possuímos nada, e que, como as comissões e entidades officiais incumbidas de velar pela fortuna da grei, ignoramos onde essas relíquias se encontram, quantas ocasiões também sem os detentores o saberem” (*Ocidente*, vol. VI, Junho, 1939, n.º 14, p. 138).

os salafrarios que nos defraudam, e emfim dos abusos da monarchia, que n'este ramo se ha mostrado, já dissemos, d'uma velhacaria incomparavel¹³³.

E logo adiante:

O governo de certo tem commissarios esportulados para a fiscalisação dos edificios que lhe pertencem¹³⁴. Que diabo faz a chamada Commissão dos Monumentos? A chamada Academia das Bellas-Artes? A Sociedade promotora das ditas? A dos Archeologos? A dos Architectos? E a mirabolante Commissão artistica da Camara Municipal?

Com foros d'agregiações patrocinadas pelo Estado, ou com simples cédulas de sociedades particulares, aquellas enfermarias de somnambulos, de derreados, de preguiçosos e de pedantes, tinham obrigação de regular entre si a policia dos monumentos, de lhes vigiar ciumentamente as valores, e de se auxiliarem no procurar dos objectos extraviados ou extorquidos - isto por dever de fundação ou por simples fervor de patriotismo – e nada fazem! Ninguem se importa.

Naturalmente os das Bellas-Artes fazem costas, em quanto os dos Monumentos fazem habilidades; e os da Archeologia fazem escovinhas, emquanto os da Camara Municipal fazem concursos de pintura historica. Sucia de mostrengos, acephalos e inermes, cuja indifferença criminosa infunde uma tristissima ideia da austeridade civica, individual ou collectiva, dos funcionarios do nosso paiz!¹³⁵

¹³³ *Idem*, p. 63. Lúcia Rosas lembra que o ministro do Reino, Costa Cabral, comprara em 1844 ao Estado o convento de Cristo e a respectiva cerca (*op. cit.*, p. 50).

¹³⁴ Paul Gerbod, escrevendo sobre a situação em França após a revolução, afirmou: “*Il apparaît que la delapidation ou la disparition d’une partie du patrimoine enlevé aux privilégiés de l’Ancien Régime soit liée assez souvent aux vols, friponneries, escroqueries des experts (appelés “commissaires”) nommés par l’autorité publique pour empêcher précisément toute initiative contraire à une bonne conservation des biens confisqués à partir de 1789*”. Cf. Paul Gerbod, “Vandalisme et anti-vandalisme du pouvoir politique de 1789 à 1795”, in Simone Bernard-Griffiths, Marie-Claude Chemin e Jean Ehrard (org.), *Révolution Française et “Vandalisme Révolutionnaire”*, Paris, Universitas, 1992, p. 294.

¹³⁵ *Idem*, pp. 63-64.

vi) Ainda, aqueles que compararam a(s) nossa(s) prática(s) patrimoniais com as de outros países (europeus)¹³⁶, como Júlio de Castilho (1840-1919), escrevendo a propósito das *Casas Memoráveis*:

Um ignorante, só porque tem dobrões, não tem direito a comprar a casa de Camões, e demolil-a, a casa de Garrett, e demolil-a, a casa de Herculano, e demolil-a, a columna do Campo-Pequeno, e demolil-a¹³⁷.

Lá fora, quando o lapis do engenheiro traça avenidas, que teem de rasgar um bairro velho, muita vez desvia a linha em homenagem a um nome, e só para evitar demolições excusadas. Aqui, parece que a pontaria do lapis, do tira-linhas, e do compasso, busca de proposito apagar memorias vestustas¹³⁸.

Também Gabriel Pereira (1847-1911), dando à estampa no *Boletim da R.A.A.C.A.P.* notícia da derrocada e reconstrução do Campanário de S. Marcos, em Veneza, há exactamente um século:

¹³⁶ Comparações que se fizeram, também, no campo dos museus: “La referir-me ao Conservatorio Real de Lisboa, quando me lembrei de que n’este edificio do Estado, onde se ensina musica, não ha, que me conste, nenhuma collecção de instrumentos antigos para educação artistica, dos alumnos que terminarem o curso, principalmente dos que se dedicarem á alta composição. Todas as capitais dos paizes cultos teem hoje um museu annexo ao conservatorio, mais ou menos rico em exemplares de instrumentos antigos e modernos. Mesmo nos mais pobres, encontram-se os instrumentos proprios do paiz e outros exemplares que servem para elucidar os estudiosos [...] Decretou-se n’este sentido, tanto em Paris, Bruxellas e Berlim, como em Londres, Florença, Bolonha e Stockolmo a instituição de Museus Instrumentais” (Alfredo Keil, *Collecções e Museus de Arte em Lisboa*, Lisboa, Livraria Ferreira & Oliveira, 1905, p. 15).

¹³⁷ Júlio de Castilho, “Logares Memoráveis”, in *Obras Completas de A. F. de Castilho: Camões, Estudo Histórico-Poético*, vol. IV, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1906, p. 20.

¹³⁸ Nem sempre assim terá acontecido. Walter Benjamin, numa conferência sobre Baudelaire, pronunciada em 1939, denunciou “*cette oeuvre destructive [qui] illustre pour la première fois et, sur le corps de la ville même, ce que pouvait l’action d’un seul homme [Hausmann], pour anéantir ce qui, par des générations, avait été érigé*”; e o próprio Baudelaire escreveu: “*Le vieux Paris n’est plus (la forme d’une ville / Change plus vite, hélas ! que le coeur d’un mortel)*” Cf. Charles Baudelaire, «Le Cygne », in *Les Fleurs du mal et autres poèmes*, Paris, Garnier-Flammarion, 1964, p. 107. Ver, também, as obras citadas de Louis Réau e Dario Gamboni. Para Inglaterra conhece-se uma série de publicações dos anos 70 protestando contra “*the horrific destruction that was devastating towns and cities all over Britain*” (Sophie Andrae, “From comprehensive development to Conservation areas”, in *Preserving the Past...*, p. 142) como, por exemplo, Adam Fergusson, *Sack of Bath*, Salisbury, Compton Russell, 1973 e Colin Amery e Dan Cruickshank, *The Rape of Britain*, Londres, Paul Elek, 1975.

Pois bem, vão reedificar o campanario! E parece que bastam os recursos locais para tanto. Isto não acontece n'um paiz que nós conhecemos. Olhem-me aquelles Jeronymos! O entusiasmo com que em certas localidades se bota abaixo! E não se arrasa mais, porque falta dinheiro; conheço casos d'estes. A propaganda da nossa Associação tem conseguido muito, mas estamos ainda bem longe do amor, do respeito pelo monumento, da adoração da história e da arte que domina em outros paizes¹³⁹.

E Francisco Grandela (1852-1934), o comerciante e filantropo, em carta ao architecto Rosendo Carvalheira, datada de Lisboa, 17 de Agosto de 1912: “Tudo no nosso paiz parece a fingir... menos os monumentos e por isso os deixam cair... Leis, comissões... “diplomatas”, governos...”¹⁴⁰.

¹³⁹ G. Pereira, “O Campanario de S. Marcos”, in *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.^a Série, n.º 5, anno 1902, p. 33. Sobre a reconstrução do campanário ver Giandomenico Romanelli, “Com'era e dov'era?”, in AA.VV., *Il Campanile di San Marco. Il Crollo e la Ricostruzione. 14 Iuglio 1902 – 25 Aprile 1912*, Venezia, Silvana Editoriale, 1992, pp. 11-18. Sobre o infausto acontecimento ver, também, o número especial do jornal *Il Gazzettino*, de 14 de Julho de 2002, que republica fac-similado – ora com o apropriado título “Il ‘Ground Zero’ di Venezia” – grande parte do seu número do mesmo dia de 1902.

¹⁴⁰ *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, tomo XIII, 5.^a série, n.º 11, 1912, p. 513. No campo patrimonial, Grandela deixou ainda o seu nome ligado à (hipotética) criação de uma associação dos “Amigos dos Monumentos” e, no âmbito do IV Centenário da morte de Vasco da Gama (1924), a uma “Exposição de Fotografias” em que a primeira classe era: “Monumentos Nacionaes”. (A.H. da A.A.P., cx. 67, Officios). No “jury” participaram Columbano Bordalo Pinheiro, Dr. Magalhães Lima, o artista Alberto de Sousa e o fotógrafo Bobone. Sabe-se de iniciativa análoga em França – “*grand concours de photographie touriste*” –, pelos anos de 1903-1904, promovida por um grupo de fotógrafos amadores do *Touring Club* (Cf. Jean-Michel Leniaud, *op. cit.*, p. 214).

<p>Para esta exposição a realizar em novembro de 1924 aceitam-se</p> <h2 style="text-align: center;">Fotografias</h2> <p>fazendo já parte das Collecções dos nossos profissionais e amadores</p> <p>e as que forem tiradas expressamente aproveitando-se agora as «FERIAS»</p> <p>As fotografias que concorrerem serão divididas em varias classes, por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> I— Monumentos nacionaes II— Costumes regionaes III— Paisagens IV— Tipos de belleza V— Vistas panoramicas VI— Excursões completas com as fotografias colleccionadas desde o <i>inicio</i> até ao <i>terminus</i> Etc., etc., etc. <p>Muitos PREMIOS</p> <p>Taes como:</p> <p>Diplomas, Medalhas, Objectos d'arte, Objectos uteis, etc., etc.</p>	<h2 style="text-align: center;">Exposição</h2> <p style="text-align: center;">— DE —</p> <h2 style="text-align: center;">Fotografias</h2> <p style="text-align: center;">organizada pelos</p> <h3 style="text-align: center;">Armazens Grandella</h3> <p>Esta exposição terá como</p> <p style="text-align: center;">FINALIDADE</p> <p>a provavel organização de uma</p> <p style="text-align: center;">Exposição Volante</p> <p style="text-align: center;">do</p> <p style="text-align: center;">PORTUGAL MONUMENTAL</p> <p style="text-align: center;">E PITORESCO</p> <p>que transitará por todos os consulados de Portugal no Estrangeiro para que a exhibam como propaganda turista do nosso paiz; ou se for possivel a confecção de um</p> <p style="text-align: center;">Catalogo Turista</p> <p style="text-align: center;">de Portugal</p>
--	--

Fig.4

Anúncios da Exposição de Fotografia organizada em 1924 pelos Armazens Grandella (A.H. da A.A.P., cx. 67)

vii) Existiram ainda autores que ensaiaram estabelecer uma panorâmica geral onde se cruzaram os diversos temários que interessam aos estudos patrimoniais, entre os quais: a situação dos monumentos históricos nacionais, o rol dos desacatos, a necessidade do inventário e a questão do restauro – quase sempre bem sombria – como aconteceu, por uma primeira vez, com o 1.º marquês de Sousa Holstein (1838-1878), em 1875, na parte intitulada “Monumentos Historicos”, das suas *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia...*¹⁴¹.

¹⁴¹ *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia, offerecidas á Comissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 por um Vogal da mesma Comissão, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.*

O sudario das nossas misérias a este respeito é tal, que nos envergonha mesmo estende-lo aqui á puridade e diante só de olhos portuguezes. A maior parte d'aquellas venerandas reliquias do passado ou desapareceram para sempre ou estão ameaçando imminente ruina. Umas foram voluntariamente destruidas, depois de voluntariamente concedidas, para darem logar a construcções modernas; outras foram successivamente minadas pela implacavel mão do tempo; outras estão barbaramente deturpadas pela mão dos homens, que sob pretexto de restaura-las, lhes tiraram toda a feição que as caracterisava¹⁴².

Face a esta situação o autor confessou:

Sobram exemplos de tudo, mas é doloroso confessar que mais foram os monumentos destruidos pela acção violenta dos homens do que pela acção vagarosa do tempo. *Tempus edax, homo edacior*¹⁴³.

Sobre o inventário e o restauro disse ainda no seu relatório¹⁴⁴:

¹⁴² *Idem*, p. 41.

¹⁴³ *Ibidem*. Expressão latina já usada por Victor Hugo em *Notre-Dame de Paris*, de 1830: “*Sur la face de Notre-Dame de Paris, cette vieille reine de nos cathédrales, à côté d'une ride, on trouve toujours une cicatrice: Tempus edax, homo edacior; ce que je traduirais volontiers ainsi: le temps est aveugle, l'homme est stupide*” (<http://www.abnihilo.com>).

¹⁴⁴ Acerca deste documento – apesar da sua importância –, bem se pode aplicar o que escreveu, então, a propósito de um outro: “Este relatório teve o resultado que têm quasi todos os relatórios. Provocou algumas correspondencias officiaes; fallaram n'elle dois dias os periodicos, mas infelizmente não trouxe o remedio que tão urgente era. Apesar das repetidas instancias, que até hoje não descontinuaram, tudo permaneceu como estava. Parecerá rude esta linguagem, mas é verdadeira, como facilmente póde averigua-lo quem quizer. [...] É bem pois que todos saibam, todos, governo, camaras, publico, academias, artistas e amadores, que todos saibamos que o resultado da nossa negligencia ou da nossa indiferença é empobrecermos a nação de valor, que mesmo commercialmente encarado, não é de desprezar.

Um paiz não é só rico dos seus caminhos de ferro, das suas estradas, dos seus bancos; no seu activo devem ainda entrar os monumentos que produziu o genio do homem, e entre estes occupam eminente logar as creações artisticas. Possui-las é sem duvida uma gloria; mas conserva-las é indubitavelmente um dever” (p. 53).

É inútil tentar apresentar uma lista dos nossos monumentos. Não a temos. Nunca se fez.

E os restauros até agora feitos? Envergonha fallar n'elles¹⁴⁵.

Consciência de tudo isto, e clara, tinha-a também Ramalho Ortigão, como transparece do seu ensaio *O Culto da Arte em Portugal*¹⁴⁶, de 1896 – essa “documentada diatribe contra a incultura, a incúria, o desinteresse pela arte nacional, a perda de tradições populares”, como escreveu José-Augusto França¹⁴⁷ – que é, na verdade, o paradigma deste tipo de textos sobre a história do património em Portugal e, em particular, sobre o círculo de pioneiros patrimonialistas portugueses, de que Ramalho fazia parte integrante mas se considerava: “o unico inutil da phalange sou talvez eu, que em vez de uma accurada monographia, estou aqui fazendo um indice de assumptos, que só devidamente trataria se de cada uma d'estas paginas tirasse um livro. Possam ellas ao menos communicar a outros corações a sympathia, que filialmente prende o meu á terra em que nasci, e á raça de que precedo”¹⁴⁸.

Ramalho articulou em dois grandes pontos a sua intervenção, começando por

¹⁴⁵ “Aqui temos, na capital do reino, no centro de Lisboa, um triste espelho onde pôr os olhos. Aqui temos a nossa veneranda sé, monumento que provavelmente é do seculo XII, convertido no mais apazivel exemplar do que pôde o mau gosto; com as suas columnas cobertas de estuque vestido de cores, com seus capiteis compositos, com as suas janellas abertas no tecto, com os seus anjos bojudos e galhofeiros pintados de variegados tons, como que para amenisarem a magestade solemne e grave do augusto recinto. Que mais queremos ? Modernisaram e alegraram aquella velha sé sob cujas abobadas resoaram talvez os duros acicates de Affonso Henriques, se ergueram ao Céu as fervorosas preces da Rainha Santa, acclamou rei de Portugal ao mestre de Aviz a grande voz do povo. Na verdade melhor é deixar que os velhos monumentos historicos vão caíndo pedra por pedra, carcomindo-se com a hera, e desaggregando-se pelo rijo vento da tempestade, do que profanalos e como que vilipendia-los com tão ignaros restauros. Deixa-los antes cair. Serão mais bellos em suas ruinas que debaixo da louçania de mau gosto com que querem rejuvenece-los” (p. 43).

¹⁴⁶ Lisboa, Antonio Maria Pereira, 1896.

¹⁴⁷ José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1967, vol. II, p. 99.

¹⁴⁸ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 172.

esclarecer que “levaria muito tempo e seria excessivamente triste enumerar todos os attentados de que teem sido e continuam a ser objecto, perante a mais desastrosa indiferença dos poderes constituidos, os monumentos architectonicos da nação”¹⁴⁹, a que se seguiu, em resumo, “a historia do que officialmente se tem feito no intuito malgrado de proteger os monumentos publicos e de conservar e defender os produtos d’arte”¹⁵⁰. Desses *assuntos* relevem-se os “monumentos architectonicos”, a “restauração”, os “desacatos”, o “inventário”, a “legislação”, a “indiferença official”, a “anarchia esthetica”, a “dissolução dos sentimentos”, a “urgencia de uma reforma”. Como exemplo, apenas, refira-se a sua postura face a esses

desacatos de lesa magestade nacional, a que tenho a dôr e a vergonha de me referir, uns teem character anonymo, outros affectam directamente a cumplicidade official. Os primeiros são uma consequencia de desdem; os segundos são um resultado de incapacidade¹⁵¹.

Ou, mais à frente: “Serei laconico, sem deixar de ser sufficientemente expressivo, porque os factos são de uma eloquencia que esmaga toda a especie de replica na materia de que se trata”¹⁵².

Ainda de salientar, neste grupo, a intervenção de Victor Ribeiro (1862-1930), com *A Velha Lisboa e os Estudos de Arqueologia da Capital*¹⁵³. Reencontramos aqui, depois de um “resumido quadro geral dos estudos archeologicos do país”¹⁵⁴, o propósito já referido da visão panorâmica dos estudos patrimoniais, mas ora

¹⁴⁹ *Idem*, p. 16.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 151.

¹⁵¹ *Idem*, pp. 16-17.

¹⁵² *Idem*, pp. 17-18.

¹⁵³ Academia das Ciências de Lisboa, Separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. IX, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

¹⁵⁴ *Idem*, p. 31.

centrado num inquérito à “nem sempre [...] auspiciosa [...] corrente de conservação das [...] já hoje pouco numerosas tradições monumentais e artísticas”¹⁵⁵ da capital do país. Depois de referir os autores que se destacaram no combate patrimonial entre nós (Garrett, Herculano e Castilho), as medidas (como o inventário), as revistas, o vandalismo, as “restaurações modernas”, concluiu:

De tudo quanto deixo dito se comprova a tésé que me propuz defender, de que, para os estudos de arqueologia olisiponense, essencialmente tem contribuído os esforços, embora não oficialmente conjugados, mas espiritualmente convergentes, da – *Academia das Ciências* e da – *Associação dos Arqueólogos*¹⁵⁶, já pelas suas publicações como corpos colectivos científicos, já pelas obras e estudos dos seus sócios¹⁵⁷.

viii) Uns, por seu lado, que não se limitaram a constatar uma situação anómala, mas propuseram soluções, como foi o caso do inventário¹⁵⁸. Assim aconteceu em 1882, por parte da Comissão dos Monumentos Nacionais, visando

¹⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁵⁶ A página 20 escreveu sobre esta Associação: “tem sido o mais poderoso elemento, não só para acrisolar e estimular tão proveitosas indagações, como também, para promover a conservação e respeito por todos os monumentos tradicionais, que importa conservar”. E mais à frente: “A crónica diária da benemérita *Associação dos Arqueólogos*, dêsse punhado de crentes, apodados geralmente de piégas ridículos, tem sido porêem, em todos os tempos da sua vida social, bradar, clamar, reclamar e suplicar pela conservação dos nossos monumentos, e as mais das vezes, resignar-se tristemente a registar nas actas das suas sessões os seus protestos indignados. Os iconoclastas e os indiferentes nada ouvem, a nada atendem, e a picareta não pára no seu trabalho demolidor, sumindo nos entulhos as memórias representativas do passado” (*op. cit.*, pp. 23-24).

¹⁵⁷ *Idem*, p. 45. Acabando por destacar, contudo, “a ousada e benemérita iniciativa da veneranda *Associação dos Arqueólogos*, constituindo primeiro uma *secção da Lisboa Antiga*, e em seguida por diligências desta secção levando a efeito a *Exposição olisiponense*, a que esta Academia gostosamente resolveu concorrer com o seu pecúlio de publicações” (*idem*, p. 45). Refere-se à Secção de Arqueologia Lisbonense (1912-1925), depois designada Secção de Estudos Olisiponenses (1925-1933). Cf. Cap. IV desta dissertação.

¹⁵⁸ Cf. Françoise Choay, *op. cit.*, p. 35.

auxiliar o trabalho de recolha de Possidónio da Silva (1806-1896)¹⁵⁹, e, mais tarde, em 1894, o de Gabriel Pereira, através de questionários destinados a:

obter noticias dos muitos edificios e objectos com valor archeologico, historico e artistico que ainda se conservem no paiz, por acaso ou milagre, raros por amor ou attenção consciente, salvos as diversas especies de vandalismo que tantos destruíram ou deixaram perder¹⁶⁰.

A *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, por seu lado, enviaria um questionário às Câmaras Municipais sobre a existência pelo país de “pelourinhos, cruzeiros e outros quaesquer monumentos”¹⁶¹, e cujas respostas permitem pintar um desesperante quadro do património nacional¹⁶².

¹⁵⁹ *Monumentos Nacionaes Portugueses. Legislação (Publicação Official)*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 18-19. Incluía perguntas como: “Quaes são os monumentos historicos e artisticos pertencentes a esse municipio, tanto religiosos, civis, como da arte militar? Qual sitio e localidade onde existem, e o seu estado de conservação?” (*idem*, pp. 18-19).

¹⁶⁰ *O Archeólogo Português*, 1.^a série, vol. II, 1896, pp. 237-238. Do autor, ver, *Monumentos Nacionaes. Conferencia realisada na Sala da Real Associação de Agricultura em 9 de maio de 1909*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1909. Lúcia Rosas escreveu a propósito: “A diferença mental entre os conceitos que enformam este inquérito [1894] e o de 1882 é grande e muito significativa [...] os questionários de 1894 assinalam uma ruptura, e marcam outra época ao incluírem na noção de monumento os objectos do *presente* e alguns aspectos da cultura que excluem o objecto físico” (*op. cit.*, p. 143).

¹⁶¹ *Livro de Offícios da R. A dos A C. e A P. Julho de 1905 a Janeiro de 1911*. A R.A.A.C.A.P., em texto anexo, justificava a atenção particular dada a pelourinhos e cruzeiros “por symbolisarem hoje o testemunho do antigo predomínio municipal e parochial, a todas as camaras corre o dever de procurar manter livres da ruina e do abandono, a que muitos teem, infelizmente, sido votados” (*ibidem*).

¹⁶² De entre as várias respostas enviadas à R.A.A.C.A.P. cito a de Lagos: “Respondendo ao officio de V. Exa. [...] tenho a honra de informar que em Lagos ou concelho não existem monumentos de valor historico ou archeologico”. De igual modo responderam os autarcas de Coruche, Monforte, Estarreja, Felgueiras, Mourão, Penalva do Castelo, Caldas da Rainha, Portalegre, Almada, Castelo Branco. Da cidade do Porto, na resposta dada em 10 de Julho de 1906, podia ler-se: “cumpre-me informar, que são infelizmente poucos os monumentos históricos e archeologicos, que existem dentro da area do Municipio, e no que se refere especialmente, a pelourinhos e cruzeiros, a lacuna é grande” (A.H. da A.A.P., cx. 24).

Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910), continuando a pleitear denodadamente pela salvaguarda do património nacional, escreveria no *Diário de Notícias* sobre o inventário¹⁶³ num artigo intitulado “O Conselho dos Monumentos e o inventario artistico”:

Apellando, porém, para a dedicação e illustrado patriotismo dos membros do Conselho, quer-nos parecer que alguma coisa de util se poderia realizar desde já, servindo de base e de ponto de partida a trabalhos de maior alcance. Sem sahir de Lisboa, não faltaria aqui em que empregar o zelo e curiosidade dos investigadores archeologicos e artisticos. A nossa capital dividir-se-hia em seis zonas, a cargo de outras tantas commissões, composta cada uma de tres membros, que as percorressem e examinassem detidamente, apresentando depois o relatorio das suas pesquisas, em que viessem descriptos os objectos que julgassem mais dignos de ficar sob a tutela do poder central¹⁶⁴.

¹⁶³ Que Ramalho, secundando o *Ministerio da Instrucção Publica e das Bellas Artes*, via como “a pedra fundamental de toda a construcção destinada a dar á arte portugueza o lugar que lhe competia na historia geral da nacionalidade, na orientação do sentimento colectivo do povo, no conjunto dos elementos de impulsão e de progresso para o desenvolvimento das industrias, no respeito do paiz, emfim, e no da Europa” (*op. cit.*, p. 152). Se dois anos depois (1898) *O Século* podia dar notícia que “A illustrada Camara Municipal do Porto nomeou na sua ultima sessão [...] uma commissão composta de cavalheiros de alto valor intellectual, a fim de fazer o arrolamento dos monumentos antigos e historicos do Porto, para que a mesma camara ficasse habilitada a velar pela sua conservação e integridade.

O patriotico exemplo d’esta illustrada Camara merece os mais rasgados elogios, e é absolutamente digno de ser seguido pelas restantes camaras do país, como o mais proprio para salvar da ruina essas preciosas reliquias do nosso passado” (*O Século* de 30 de Janeiro de 1898). Em 1993 – tinha passado mais de um século – ainda era possível escrever: “De facto, e apesar de alguns esforços nesse sentido [...] a grande imperiosidade que é o Inventário patrimonial foi, objectivamente, remetido pelos responsáveis políticos da área da Cultura para as calendas!” (Vitor Serrão, “O Património Histórico-Artístico Português e os equívocos de um “inventário” programado à escala nacional”, in *Vértice*, II série, n.º 54, Maio-Junho de 1993, p. 71).

¹⁶⁴ In *Diário de Notícias*, 24 de Novembro de 1903. A que acrescentou: “Sem pretender de modo nenhum ensinar *o padre nosso ao vigario*, pedimos venia para apresentar um alvitre e um exemplo”. O alvitre: o ex-convento de S. Francisco de Xabregas; o exemplo: “visitar este edificio, explora-lo convenientemente”.

“Citamos um facto e outros muitos identicos se lhe poderiam accrescentar. Não é unico: é apenas o elo de uma extensa cadeia. Procedendo-se pela fôrma que acabamos de indicar, estamos convencidos de que o exemplo dado em Lisboa não tardaria a ser seguido pelas commissões filiaes que o Conselho tem nas provincias, e assim se teria dado com afouteza o primeiro passo para a

E como?

Esse inventario não ha-de limitar-se a uma simples lista descriptiva dos objectos, mas a faze-los reproduzir pelos mais faceis e modernos processos graphics. A photographia deve ser um dos mais poderosos elementos desta campanha e para conseguir-se mais propiciamente tal “desideratum”, o Conselho poderia estabelecer subsidios ou distribuir premios aos photographos, tanto profissioaes como curiosos, que apresentassem maior e mais escolhida somma de reproduções. Isto contribuiria tambem para derramar o gosto pela photographia, pois ha ainda muitas terras importantes do paiz, como Aveiro, onde não existe um estabelecimento photographico¹⁶⁵.

Depois, Rosendo Carvalheira (?-1919) e Victor Ribeiro, apelando ao governo e ao Conselho dos Monumentos Nacionais que “alcancem e realizem providencias que satisfaçam aos seguintes desideratos:

- 1.º A organização do inventário completo e classificação meticulosa dos monumentos nacionaes de toda a ordem, bem como da lista das reliquias historicas, artisticas ou simples curiosidades dignas de interesse para os touristes e viajantes...
- 2.º A publicação em folheto, e em varias linguas do extracto summario, deste inventario descriptivo.
- 3.º A conservação nacional dos monumento, defendendo-os contra restaurações grotescas e anachronicas, e completando-se aquelles que se encontram em vergonhosas ruinas [...]

organização definitiva do cadastro dos monumentos e do inventario dos objectos artisticos” (*op. cit.*, p. 444).

¹⁶⁵ *Diário de Notícias*, 21 de Março de 1905.

4.º O conseguimento, pela persuasão e pela propaganda activa, de que todas as municipalidades cuidem com amôr nestes pequenos nadas que tornam interessantes as villas e cidades¹⁶⁶.

Destaque, ainda, neste grupo, para Joaquim Leite de Vasconcelos (1858-1941) que em 1905 propôs, em *O Archeologo Português*¹⁶⁷, a classificação de 19 monumentos e Ramalho Ortigão que publicou uma lista de 48 no *Diário de Notícias*, em 1907¹⁶⁸.

ix) Ou os que ficaram por nenhuma destas categorias – e há que conhecê-los do mesmo modo – como Júlio de Castilho (1840-1919), que propôs, em sequência do que fizera seu pai (António Feliciano de Castilho)¹⁶⁹ mas, acompanhado de perto por Sousa Viterbo e Victor Ribeiro, também pela A.A.P.¹⁷⁰, a que os três

¹⁶⁶ *Op. cit.*, p. 816.

¹⁶⁷ V., J. L. de, “Lista de monumentos que pelo seu character historico, archeologico ou artistico são susceptíveis de se considerarem nacionaes”, in *O Archeologo Português*, Lisboa, vol. 10, n.ºs 1-2, Jan.-Fev., 1905, pp. 38-41.

¹⁶⁸ *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1907.

¹⁶⁹ “Já em 1838 o Poeta levantava um brado em favor do tumulo de Egas Moniz, assim como, antes de mais ninguem, advogava nas notas ao *Camões* e em memoria á camara Municipal, a idéa de se assignalarem as casas antigas e modernas notaveis por nascimento, morada ou obito de algum grande homem” (“Garrett e a Archeologia Portugueza”. Leitura feita em 9 de Junho de 1903, in *Boletim de Architectura e Archeologia*, tomo IX, 4ª série, n.º 9, 1903, p. 25).

¹⁷⁰ Ver, “Parecer da Secção de Archeologia, com respeito á conservação e fórma por que devem assignalar-se as casas memoraveis”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª Série, tomo XI, n.º 2, 1907, pp. 73-83. Inclui três listas: a 1.ª, de “Casas memoraveis, já assignaladas ou não por lapides, e que merecem pela grandeza das entidades a cuja memoria se prendem ser consideradas como monumentos nacionaes” (inclui, por exemplo, a Casa dos Albuquerque – Casa dos Bicos, Palácio dos Condes de Almada e Casa onde nasceu Almeida Garrett); a 2.ª, “Casas já assignaladas por lapides, e outras que porventura poderão ser incluidas numa lista de monumentos de mais secundaria categoria” (Ruínas da casa do Alfageme, em Santarém, Casa onde nasceu João de Deus em S. Bartolomeu de Messines, Casa de Martins Sarmiento, em Guimarães, onde nasceu e onde faleceu, entre outras) e 3.ª, “Casas a cuja historia anda vinculada a memoria de algum portuguez illustre, e que bem merecem ser apontadas e recommendadas á consideração e estima da nação portugueza” (por exemplo, Casa onde faleceu o celebre músico português Bomtempo, na Rua de S. Bento, Casa onde faleceu Josefa d’Óbidos, em Óbidos, ou a Casa onde faleceu Luciano Cordeiro, fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa).”

pertenciam, além de alguma imprensa¹⁷¹, “a collocação de lapides commemorativas nos logares celebres de Lisboa”¹⁷², porque:

A historia de uma cidade illustra-se pelas suas memorias intimas; conserva-las na tradição oral não basta; é indispensavel assinalal-as por meio de padrões, que falem ao Povo. Eis ahi um dever das camaras municipaes, dos Governos civís, dos Ministerios, e dos particulares. A lembrança dos Cidadãos que souberam elevar-se a cima da craveira usual, communica aos logares onde elles nasceram, viveram, ou morreram, um *quid* sagrado, que nos repassa. A lapide commemorativa d’esses factos assume uma eloquencia muda, que nos repassa. Graças a ella, o sitio passa a ser um pregão de gloria.

Uma Camara Municipal manda collocar uma lapide em tal predio. Isso que significa? Significa ter esse predio sido julgado digno de apreço geral. É como se a Camara, zeladora dos interesses dos seus municipes, dissesse ao Publico:

Em nome da comunidade, nós, que a representamos, entendemos que o ter aqui nascido, ou habitado, ou fallecido, tal ou tal personagem historico, literario, politico, ou militar, communicou a estes logares, a estas paredes, a esta argamassa, a estes sobrados, a estas salas, uma valia moral que nada d’isso possuia¹⁷³.

Para o pai da olisipografia:

“Os successivos proprietarios do edificio terão por grande honra isso de serem depositarios (embora casuaes) de um pensamento que interessa a todos.

O que elles compraram é nada; o que elles não compraram, porque o não podiam pagar, é tudo. A casa nobilitada pelo Morto continúa a nobilitar a cidade, e nobilita-

¹⁷¹ Cf. o artigo de M. de Sousa Pinto, “Na casa de Petrarca”, in *A Lucta*, 24 de Setembro de 1906.

¹⁷² Júlio de Castilho, *op. cit.*, p. 16.

¹⁷³ *Idem*, pp. 16-17. Compare-se com a filosofia das “Blue Plaques” inglesas, cuja primeira data de 1867: “They celebrate a person’s connection with an actual building and transform bricks and mortar into living history” (<http://www.english-heritage.org.uk/default.asp?WCI=WebItem&WCE=180>). Ver, também, <http://www.blueplaque.com>.

o a elles. A nossa lapide é uma immuniade. Demos o exemplo, e esperamos que o sigam¹⁷⁴.

E, já antes, Alexandre Herculano, chamando a atenção para o valor económico dos monumentos, o lado do turismo¹⁷⁵ – e lembremos que se estava em 1838/39 – que assumiu, ao escrever:

É a economia a sciencia do nosso tempo. – Todos fallam em capitaes, em industria, em riquezas sociaes, em valores: mas que serão os velhos edificios; que serão essas admiraveis machinas de marmore e granito? São resultado ou producto da concepção, da applicação, e da execução: são, portanto, uma riqueza social: e porque, e para que anniquilae vós essa riqueza? Dado que ella representa um capital morto, deverieis acaso lançar este fóra? Todavia um monumento, recommendavel como objecto de arte, é uma capital productivo. Calculae quantos quantos viajantes terão atravessado Portugal, durante um século. Certo que não é para correrem nas nossas commodas diligencias por nossas bellas estradas, ou navegarem nos nosso rapidos vapores por nosso espaçosos canaes; certo que não é para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores; nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem o mosteiro da Batalha, o templo romano

¹⁷⁴ *Idem*, pp. 17-18. Ver, a propósito, o *Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes; apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, em conformidade da portaria do ministro das obras publicas de 24 de outubro de 1880*, Lisboa, Lallement Frères, 1881. A quinta classe abrangia “Padrões de mui differentes generos importantes para a historia e para as artes”, incluindo “Logares memoraveis”, todos em Lisboa, que correspondiam à Casa de João das Regras, Casa de D. Vasco da Gama, Casa de Luís de Camões, Casa do visconde de Almeida Garrett, Palacio do Conde d’Almada e Casa de Braz de Albuquerque. Ramalho, mais pragmático, escreveu anos mais tarde: “Na casa de Victor Hugo, em Paris, na casa de Goethe em Francfort, reuniram-se cuidadosamente todos os objectos que podiam documentar a existencia domestica d’esses dois escriptores. Poz-se em cada uma d’essas casa um guarda á porta, uma bilheteira e um torniquete; e cada uma d’ellas é ao mesmo tempo um curioso objecto de estudo e uma inexgotavel fonte de permanentes lucros pecuniarios” (Ramalho Ortigão, *Diário de Notícias*, 17 de Maio de 1905).

¹⁷⁵ “*L’époque romantique n’a certes pas «inventé» le tourisme : il existait dans l’Antiquité [...] Au XIXe siècle, donc, le tourisme ne constitue pas un phénomène nouveau. Ce qui l’est, en revanche, c’est le nombre de personnes qui s’y adonnent et les besoins qu’elles expriment*». Cf. Jean-Michel Leniaud, *op. cit.*, pp. 113-115.

de Évora, o castello da Feira, a collegiada de Guimarães, o convento de Belém e, enfim, tantas obras primas de architectura, que encerra este cantinho do mundo. E dizei-nos credes que o estrangeiro alcança o fim da sua peregrinação sem despende muito ouro. Ignoraes que este ouro se derrama por mão de portuguezes? – E fallaes vósoutros de Economia Política; e aniquilae o capital dos monumentos¹⁷⁶.

A que devemos acrescentar excertos significativos da *Memoria apresentada pela Real Associação dos Archeologos Portuguezes, ao grande Congresso Nacional* – a propósito da tese “Influencia da tradição monumental e local no desenvolvimento do “turismo” no paiz – onde se lia que “a corrente do *Turismo*, iniciada há poucos annos em Portugal [...] já vai engrossando pela crescente onda de turmas de touristes, pela maior parte inglezes e allemães”¹⁷⁷.

Não nos conquistará sómente estas vantagens materiaes immediatas, senão tambem e mui principalmente, outras vantagens sociaes, de mais elevado alcance, pela approximação dos estrangeiros, geralmente cultos¹⁷⁸.

Infelizmente, porém, o país, os seus governos, as suas administrações locais e municipais, longe de promoverem pelo exemplo, pela lição, pela justiça e acerto das suas resoluções, “o culto dos monumentos e das reliquias da arte antiga nacional”¹⁷⁹, consentem abomináveis abusos, profanações e vandalismos, verdadeiros desacatos, “manifestam o seu desamor e indiferença por estes

¹⁷⁶ Alexandre Herculano, “Monumentos II”, in *O Panorama*, vol. II, n.º 70, 1838, p. 277.

¹⁷⁷ Rosendo Carvalheira e Victor Ribeiro (relator), “Memoria apresentada pela Real Associação dos Archeologos Portuguezes, ao Grande Congresso Nacional”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.*, 4.ª Série, tomo XI, n.º 12, Out. a Dez. de 1909, p. 812.

¹⁷⁸ *Idem*, pp. 812-813.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 814.

assumptos”¹⁸⁰.

Bastará referir-nos, de relance, ás difficuldades, por vezes insuperaveis, que se antepoem ao estudioso nacional ou estrangeiro, quando, reverente ou entusiasta, deseja visitar um museu, um monumento, um simples edificio ou parte d’elle. São mil as peias que logo lhe embargam os passos¹⁸¹.

Mais à frente ler-se-ia:

Affigura-se-nos portanto, que, sendo incontestavel hoje, como theorema social e economico, que o industrialismo das excursões e das viagens, representa um recurso importantissimo, principalmente para um paiz como o nosso, que achando-se pelo seu descalabro economico-financeiro, na triste situação, que um notavel economista italiano contemporaneo classificou de *paizes de finanças avariadas* – é urgente promover por todos os meios a industria nova do *turismo*, aproveitando, sem grande esforço as condições e excepçoes recursos que a natureza, o clima, as tradições historicas e os monumentos artisticos que possuímos, uberrimamente nos facultam¹⁸².

x) E aqueles que constataram o distanciamento entre a maioria do povo e património nacional, como Ramalho Ortigão:

O nosso povo porém desaprendeu de ver a obra artistica do seu passado, e nem sequer levanta os olhos para os seus mais communicativos monumentos, que ninguem lhe explica, que ninguem o ensina a comprehender e a amar¹⁸³.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ Precisaram os autores do texto: “Para visitar o riquissimo museu da capella de São João Baptista, tão louvavelmente organizado a instancias do nosso consocio dr. Sousa Viterbo, é forçoso esperar por certos e determinados domingos do mez, ou obter especial licença, tendo o estrangeiro de adiar a sua visita para o dia que lhe fôr designado. Os tumulos de D. João de Castro e dos seus descendentes, na capella dos Castros em S. Domingos de Bemfica, são inacessiveis porque as irmãs de uma ordem religiosa, alojada no edificio, contra as leis do paiz, se negam a patenteal-os ao visitante” (*ibidem*).

¹⁸² *Idem*, pp. 814-815.

¹⁸³ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 151.

Na verdade, Ramalho não esteve só nesta sua postura. Também Francisco Marques de Sousa Viterbo, um dos nomes mais notáveis da nossa cultura, de finais de Oitocentos e início de Novecentos¹⁸⁴, se interessou pela questão:

Não é só ao governo e ás entidades officiaes que compete o exacto cumprimento desta missão civilizadora. É sobretudo ao povo que ella deve ser entregue e para isso convem educal-o convenientemente, ministrando-lhe os subsidios indispensaveis para fortalecer o seu espirito no conhecimento e no amor do bello¹⁸⁵.

E Rosendo Carvalheira e Victor Ribeiro, numa *Memoria apresentada pela Real Associação dos Architectos Portuguezes, ao Grande Congresso Nacional*:

Por sua parte o povo, a plebe das ruas, a quem, geralmente ninguem ensina a lêr, e portanto muito menos a amar e respeitar, como o povo italiano, os seus monumentos, as suas estatuas, as suas reliquias de arte, completa a obra de abandono a que os votam os poderes constituídos, e suja, destroe, risca e emporcalha esses monumentos que, nos outros paizes mais cultos são objecto do enlevo e carinho das corporações officiaes e do publico¹⁸⁶.

¹⁸⁴ “É principalmente em artigos jornalísticos – e nomeadamente na collaboração assidua, durante [20] annos, nos editoriaes do “Diario de Noticias” – artigos que reunidos em volumes, formariam um vasto corpo de doutrina do melhor e mais salutar apostolado – que se encontra a obra do evangelizador e do propagandista [patrimonial, acrescentaríamos]” (Alfredo da Cunha, *apud* Vitor Ribeiro, *Sousa Viterbo. Notas biográficas*, Lisboa, 1913, p. 105). Sobre a sua colaboração com o *Diário de Notícias*, ver Sousa Viterbo, *Cem Artigos de Jornal insertos no Diario de Noticias de Lisboa e pela empresa deste jornal publicados em homenagem ao extinto colaborador*, Lisboa, Tipografia Universal, 1912. Ter em conta, sobretudo, os artigos incluídos em “Anotações artisticas e archeologicas”, como: *As ruinas do Carmo, Reconstrução dos monumentos. A arte e a politica, A venda e exportação de objectos artisticos, Os amadores da arte em Portugal, A lição dos monumentos, O Conselho dos Monumentos e o inventario artistico. A conservação e restauro dos monumentos, Architectos e Monumentos*.

¹⁸⁵ Sousa Viterbo, “A Classificação dos Monumentos Nacionaes”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.^a Série, n.º 11, 1907, p. 322.

¹⁸⁶ *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.^a Série, tomo XI, n.º 12, Out. a Dez. de 1909, p. 814.

Sem esquecer, para terminar, os que buscaram alterar esta situação, através da promoção da *instrucção*¹⁸⁷, como o já citado Sousa Viterbo:

Se é triste e deploravel que o povo não saiba lêr nem escrever, não menos tristeza nos causa a sua ignorancia perante os monumentos, que são outras tantas illustrações da nossa vida historica. A leitura d'essas paginas de pedra não é menos util nem menos instructiva que a leitura de qualquer compendio escolar. È preciso ensinar o povo a lêr nos monumentos, como se lesse numa cartilha Nacional¹⁸⁸.

Novamente Rosendo Carvalheira e Victor Ribeiro:

A educação civica da população indigena, levando-a desde a escola primaria, a estimar, apreciar e amar as estatuas, os monumentos, os edificios antigos, os quadros, os azulejos, as muralhas, os castellos, o mobiliario artistico, ensinando-lhes o seu valor, a sua historia, as poeticas lendas que os tornam attrahentes; promover assim o *culto* da arte e da archeologia, caracteristico muito especial dos povos civilizados, culto que irá depurando, de mais em mais, no tracto e convivencia dos estrangeiros, e na observação directa das vantagens sociaes e economicas que nos advirão destes cuidados e disvelos pelas reliquias, já bastante malbaratadas do nosso riquissimo patrimonio artistico, mas que ainda assim representam farto e opulento peculio¹⁸⁹.

Ou a primeira acção da República em proémio à sua novel legislação patrimonial:

¹⁸⁷ Retomemos o paralelismo com os museus: “São os museus, quer os nacionaes, quer os mantidos pelas corporações administrativas, quer ainda mesmo os particulares, instrumentos poderosos de facil educação popular, pois que, sendo, como os livros, mestres mudos, educam com menos fadiga e até com recreio; mas não vemos que, da parte dos poderes publicos, haja para com elles a serie de attenções e disvelos de que são merecedores” (Y., “Museus”, in *O Século*, 25 de Novembro de 1897).

¹⁸⁸ Sousa Viterbo, “A Classificação dos Monumentos Nacionaes”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.^a Série, n.º 11, 1907, p. 322.

¹⁸⁹ *Op. cit.*, p. 817.

O Governo bem sabe, mais do que uma lei que vise á defesa d'essas obras, valeria a educação artistica, não dizemos já de uma grande maioria, mas de uma minoria importante. Essa educação e o desenvolvimento da fortuna publica seriam as melhores salvaguardas dos nossos, já bastante reduzidos, thesouros artisticos¹⁹⁰.

Numa estruturação progressiva, coerente e global, da matriz ideológica do cidadão republicano no quadro do sistema educativo tem particular interesse a circular datada de 27 de Maio de 1915, dirigida a todos os estabelecimentos de ensino. Nela, o então secretário geral da Instrucção Pública, João de Barros, pedia aos directores e professores

O melhor empenho em despertar e manter no espírito dos alunos [...] o respeito por todos os monumentos, e pela própria paisagem nacional, como sendo uns e outra, por assim dizer, a história e a alma da terra portuguesa, devendo até por isso [...] procurar dar aos outros o conhecimento conveniente da origem e valor histórico de tais monumentos, de maneira a firmar nos educandos o caracter cívico e patriótico, ao mesmo tempo que se lhes desenvolve o gôsto pela arte¹⁹¹.

¹⁹⁰ *Diário do Governo* n.º 41, de 22 de Novembro de 1910. Coteje-se esta posição com uma passagem do intróito ao Decreto de 1901 relativo ao Conselho de Monumentos Nacionais que apresentava as *Bases para a classificação...*: “Muito mais do que proponho haverá ainda a fazer no sentido exposto [classificação dos monumentos nacionais], mas nem a nossa legislação o permite ir mais alem, **nem o espirito do nosso povo está ainda sufficientemente preparado para aceitar bem providencias d'este genero**”. E, mais à frente: “Confiando no zelo e civismo de todos que teem de intervir n'estes assumptos, é licito esperar que a desejada transformação no sentir e pensar da grande maioria da nação, a respeito dos deveres e dos direitos que incumbem ao Governo sobrea [*sic*] conservação das reliquias do nosso glorioso passado, se opere em breve espaço, e será então opportuno ir mais alem na defesa d'essas reliquias, segundo o exemplo de outros paises não menos liberaes que o nosso, e especialmente da Italia, a patria classica da arte em todas as suas manifestações” (*Diário do Governo*, n.º 153, de 12 de Julho de 1902) (*sublinhado nosso*).

¹⁹¹ Circular n.º 4 do Ministério da Instrucção Pública, Secretaria Geral, 27 de Maio de 1915, in *Diário do Governo* n.º 122, 2.ª Série.

“Estas recomendações”, acrescentava João de Barros, respeitavam “a um importantíssimo capítulo da educação – a educação cívica¹⁹² – mas ainda porque, sendo o nosso país tão frequentemente visitado por estrangeiros, a conservação, o respeito, o carinho com que êles vejam tratados os monumentos e a paisagem serão o exemplo inestimável do melindre da nossa educação e do nosso ensino”¹⁹³.

O Estado Novo, por seu lado, admitiria que

a propaganda, os pequenos trabalhos de protecção, conservação e limpeza dos monumentos classificados e repositórios de arte interessam mais directamente às localidades onde êles existem [...] e indispensável entre os “homens bons”, amigos dos monumentos da sua terra, e a organização administrativa dos serviços, ficando assim estabelecida em todo o País uma rêde de elementos corporativos interessados na propaganda do nosso património artístico e arqueológico¹⁹⁴.

A este primeiro grupo heterogéneo de autores, preocupados em preservar e publicar sobre o nosso património – onde pontificaram sobretudo historiadores e arqueólogos¹⁹⁵ – como os referidos antes por Ramalho ao terminar o século XIX, poder-se-ão acrescentar outros nomes, como os listados pelos *archeologos* em

¹⁹² Um outro de documento, de 1917 – o *Regulamento Literário do Colégio Militar* – confirma a importância dada pelos republicanos à “instrução e educação cívica dos alunos”, sugerindo-lhe a metodologia de ensino e, sobretudo, definindo-lhe os símbolos: o culto da bandeira e do hino nacional; a comemoração de datas históricas nacionais e homens notáveis de Portugal; visitas a monumentos e paisagens nacionais”. (Cf. Decreto n.º 3444-G, in *Diário do Governo* n.º 173, I Série, de 8 de Outubro de 1917).

¹⁹³ Circular n.º 4 do Ministério da Instrução Pública, Secretaria Geral, de 27 de Maio de 1915, in *Diário do Governo* n.º 122, 2.ª Série.

¹⁹⁴ *Diário do Governo*, n.º 56 de 7 de Março de 1932.

¹⁹⁵ Na análise dos primeiros sócios efectivos e /ou correspondentes da R.A.A.C.A.P. – segundo o índice de E. Rocha Dias – encontram-se arquitectos, engenheiros, condutores de obras públicas, desenhadores, arqueólogos, escultores, gravadores, cenógrafos, fotógrafos, coleccionadores de arte e arqueologia, historiadores, literatos e publicistas (L. Rosas, *op. cit.*, 133).

1922¹⁹⁶ e 1938¹⁹⁷, entre os quais, Augusto Filipe Simões, Carlos Ribeiro, Rocha Dias; mas também os referenciados no índice de *Olisipo*, publicado em 1968¹⁹⁸: Norberto de Araújo, Francisco Câncio, Mário Costa, Jaime Lopes Dias, Hugo Raposo, Sidónio Miguel, J. M. Cordeiro de Sousa, Frederico Perry Vidal. Destes destacou-se – tal como o trio de literatos Herculano, Garrett e Castilho, verdadeiros *founding fathers*¹⁹⁹ – um terceto activo até meados do século XX, constituído por Luís Pastor de Macedo (1901-1971), Augusto Vieira da Silva (1869-1951) e Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962).

Pastor de Macedo – para além da autoria de textos de consulta obrigatória para os estudiosos da história de Lisboa²⁰⁰ – propôs, em 11 de Maio de 1933, a criação do pelouro dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa²⁰¹; em 29 de Dezembro, a criação do Conselho de Estética Cidadina que funcionaria consultivamente junto do Pelouro dos Serviços Culturais e, em sessão de 12 de

¹⁹⁶ “Índice das matérias contidas nos tomos dos Boletins da Associação dos Arqueólogos Portugueses de 1865 a 1921”, com coordenação de Quirino da Fonseca e publicados em *Arqueologia e Historia*, vol. II, Lisboa, MDCCCCXXII, pp. 5-51 [contém um índice ordenado por autores e outro por assuntos].

¹⁹⁷ “Para a História da Associação dos Arqueólogos Portugueses” pelo Conde de São Paio (D. António), in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos*, vol. IV, Lisboa, 1938, pp. 9-35.

¹⁹⁸ *Olisipo. Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, n.ºs 121/122, ano XXXI, Janeiro/Junho 1968. (Trinta anos de Cultura Olisiponense. Índice de “Olisipo” n.ºs 1 a 120 – 1938-1967).

¹⁹⁹ Comumente aceites como tal, tanto ontem no *Boletim de Architectura e Archeologia da RAACAP* (tomo IX, 4.ª série, n.º 9, Lisboa, Typ. Lallemand, 1903, pp. 21-30) que os designa como a “famosa trindade litteraria, que marcou o periodo notabilissimo do primeiro quartel do seculo XIX, promovendo [...] o inicio glorioso dos estudos historicos [...] da arte e da archeologia” (p. 23), como na actualidade (Maria João Baptista Neto, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp. 52-59).

²⁰⁰ Foi Vereador, Presidente substituto e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Foi, também, um dos mais activos fundadores e organizadores do Grupo “Amigos de Lisboa”.

²⁰¹ O estabelecimento deste Pelouro “constituiu uma das mais generosas iniciativas dos últimos cem anos da actividade municipalista administrativa”. Cf. Norberto de Araújo, *Inventário de Lisboa (Conferência realizada no salão nobre dos Paços do Concelho na tarde de 25 de Maio de 1939)*, Lisboa, Publicações Culturais da C.M.L., 1939, p. 15.

Abril de 1934, sendo ao tempo vogal da Comissão Administrativa, a criação da categoria de monumentos municipais “para as edificações que, não estando classificadas como monumentos nacionais, contudo, pelo seu interesse histórico, arqueológico ou artístico, [mereçam] a protecção da Câmara Municipal de Lisboa”²⁰², na sequência da qual se realizaria o inventário de 1935/36²⁰³ – o primeiro inventário do património de Lisboa.

²⁰² *Boletim da Câmara Municipal*, ano VIII, n.º 379, p. 21.

²⁰³ O assunto foi discutido nas sessões de 9 e 23 de Abril do Conselho de Estética Cidadina e aprovadas as *Bases para o estudo das alterações a introduzir nos regulamentos municipais de forma a proteger os monumentos do património artístico municipal* (*Revista Municipal*, n.º 42, 3.º trimestre, 1949, pp. 48-49). Na sessão de 31 de Outubro de 1935 da comissão administrativa da CML, o vogal Dr. Ribeiro Ferreira apresentou uma proposta de nomeação de “uma Comissão, presidida por um Vereador e composta pelos vogais de estética cidadina, srs. engenheiro Augusto Vieira da Silva e Gustavo Matos Sequeira e pelos funcionários municipais: um engenheiro delegado da Planta da Cidade, um engenheiro delegado dos Serviços de Fiscalização e um arquitecto delegado do Conselho de Arquitectura, para no mais curto espaço de tempo, classificar os edifícios e outros vestígios do passado histórico, arqueológico e artístico da capital” (*Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, ano IX, n.º 462, pp. 35-36). Na sessão de 20 de maio de 1937, o vogal do conselho de estética cidadina, dr. Hipólito Raposo, propôs: “Que o conselho de estética cidadina sugira à C. M. L. a necessidade de solicitar do Estado uma providência legislativa avulsa, ou conveniência de a incluir no novo código administrativo para que os imóveis considerados monumentos municipais seja tornada extensiva, tanto quanto possível, a protecção dispensada aos monumentos nacionais” (*Revista Municipal*, *idem*, p. 50).

O Pelouro Cultural ficou ainda ligado à edição de várias obras sobre o património olisiponense, com destaque para o *Inventário de Lisboa*, por Norberto de Araújo²⁰⁴, a partir de 1944²⁰⁵ e também à instalação do *Museu da Cidade*²⁰⁶.

O segundo, Augusto Vieira da Silva – esse olisipógrafo modelar, em cuja obra “o investigador anda [...] de par com o engenheiro [...] nos arquivos e nos impressos, como no próprio terreno”²⁰⁷ – para quem o perfeito conhecimento de Lisboa deveria passar pelo estudo em simultâneo de fortificações, conventos, mosteiros,

²⁰⁴ Norberto de Araújo, *Inventário de Lisboa (Conferência realizada no salão nobre dos Paços do Concelho na tarde de 25 de Maio de 1939)*, Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1939: “O Inventário... [...] Sim; eu já o disse. O inventário está feito – em apontamentos. Está disperso – em verbetes. Cada livro de um erudito, de um investigador, de um crítico, de um cronista, até de um jornalista ou de um poeta – é afinal de contas um masso de verbetes.

Mas anda tudo sôlto, truncado por vezes, desordenado de conjunto, embora bem arrumado em caixas de fôlha – que não têm número nem letreiro” (p. 7). De destacar, ainda, a sua noção de “Museu da Rua” (pp. 7-8).

²⁰⁵ Partindo da premissa que “uma catalogação bem orientada e ordenada, deveria constituir, sem dúvida, elemento apreciável para a defesa – no presente e no futuro – do património da Cidade”, pretendia ser “a relação sumária de todos os monumentos, valores artísticos e documentais, espécies e principais exemplares de expressão olisiponense que se encontram dispersos pelas quarenta e três freguesias que constituem a Cidade.

Aspira a abranger tudo o que oferece interesse histórico ou arqueológico: monumentos nacionais e municipais, palácios, antigos paços, igrejas, ermidas, restos conventuais, edifícios públicos, quanto subsiste das defesas arqueológico-militares, túmulos, cruzeiros, chafarizes, obeliscos, monumentos consagratórios, elementos heráldicos, ruínas, portas, etc., inclusivé o que, embora propriedades particular, se entende pertencer ao património espiritual da Cidade” (Jaime Lopes Dias, “Razão do Inventário”, in Norberto de Araújo, *Inventário de Lisboa*, Lisboa, C.M.L., 1944, fasc. 1, pp. 5-6). Num Sumário, então apresentado, estavam previstos 23 temários, a saber: 1) Monumentos históricos, 2) Cêrcas e defesas, 3) Palácios nacionais e municipais, 4) Palácios particulares, 5) Casas históricas, 6) Casas pitorescas, 7) Igrejas paroquiais, 8) Não paroquiais e ermidas, 9) Edifícios conventuais, 10) Edifícios públicos, 11) Naus e braços, 12) Pelourinhos e obeliscos, 13) Arqueologia e história, 14) Chafarizes e bicas, 15) Cruzeiros e padrões, 16) Pórticos, portais e janelas, 17) Túmulos e panteões, 18) Arcos e viadutos, 19) Azulejos e registos, 20) Estátuas e monumentos, 21) Museus – Arte Olisiponense, 22) Parques e jardins e 23) Pátios e curiosidades.

²⁰⁶ Paulo Oliveira Ramos, “Breve História do Museu em Portugal”, in *op. cit.*, pp. 47-48.

²⁰⁷ David Lopes, “Parecer sobre a candidatura do olisipógrafo Augusto Vieira da Silva a sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa”, in *Páginas Olisiponenses*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1968, p. 254. Da actividade de Vieira disse-se já: “não houve comissão de festas ou de interesse cidadão da responsabilidade do município de que o Engenheiro Augusto Vieira da Silva não fizesse parte” (Jaime Lopes Dias, “Engenheiro Augusto Vieira da Silva”, in *Revista Municipal*, n.º 48, 1.º Trimestre, 1951, p. 6).

igrejas e palácios, mas também de arsenais, fábricas, cais, ascensores mecânicos²⁰⁸. Esta *démarche* enquadrava-se na criação na Universidade de Lisboa²⁰⁹ de um curso livre de estudos olisiponenses que levou Augusto Vieira da Silva a sugerir, num texto-programa cuja primeira redacção podemos datar entre 1935 e 1936,

os pontos de partida que julgávamos de primeira importância [...] para o perfeito conhecimento desta cidade, sob os pontos de vista das questões materiais da sua estrutura e evolução, e dos factos que na cidade sucederam, muitos dos quais tiveram a sua repercussão em todo o país²¹⁰.

O terceiro, Gustavo Matos Sequeira, ficou ligado ao inventário de 1935/36 onde, como escreveu, “nem todos os comissionados intervieram, [e] que, por falta de consignações de princípios essenciais à sua aplicação prática, dado que as Bases, aprovadas em 1934, não tinham tido inserção regulamentar, se resumiu a um catálogo classificador”²¹¹; mas, sobretudo, ao seu próprio “Inventário dos Monumentos Municipais”, datado de 1950²¹² e feito por incumbência da comissão

²⁰⁸ Para tal elaborou então uma listagem ou índice de capítulos a desenvolver que, no caso do património industrial, em que há anos vimos trabalhando, está, ainda hoje, longe de ser cumprido. Cf. *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*, vol. II, Lisboa, Publicações da Câmara Municipal de Lisboa, 1985, pp. 223-236.

²⁰⁹ Ver, por todos, a citação de Susan Pierce à frente referida sobre os estudos patrimoniais e a Universidade. Ao contrário do que Vieira da Silva esperava, foi o geógrafo Orlando Ribeiro a reger e proferir a lição inaugural da cadeira de “Estudos Olisiponenses” da Universidade de Lisboa, que teve lugar no salão nobre da C.M.L. a 25 de Outubro de 1945. Cf. Orlando Ribeiro, “Evolução e perspectivas dos Estudos Olisiponenses”, in *Revista Municipal, Publicação Cultural da C.M.L.*, n.º 27, 4.º Trimestre de 1945, pp. 3-12.

²¹⁰ Augusto Vieira da Silva, “Estudos olisiponenses na Universidade de Lisboa”, in *Olisipo*, ano VIII, n.º 32, 1945, republicado in *Dispersos de Augusto Vieira da Silva*, vol. III, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1968, p. 197.

²¹¹ Cf. Proc. Privativo GPU n.º 1.1.8./1.ª/O/70, arquivo da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística, CML, 1970, vol. IV.

²¹² Gustavo Matos Sequeira, *op. cit.*, p. 2: “O trabalho que o sr Dr Lopes Dias [...] publicado na REVISTA MUNICIPAL [“O Património Monumental e Artístico de Lisboa”, n.º 42, 3.º trimestre, 1949, pp. 47-58], muito antes de a Comissão de Arte e Arqueologia da Camara, ter resolvido encarregar-me de fazer o Inventário definitivo dos Monumentos Municipais, que se acha concluído e à espera de publicação, no qual se incluía a revisão do que sobre o assunto se achava esboçado até 1949. A primeira relação feita dos valores municipais estava incompleta n’uns pontos e excessiva n’outros” (Ofício de 12 de Dezembro de 1951 dirigido ao Ex.mo Snr Luiz Pastor de Macedo, Dig.º Vice Presidente da Camara Municipal de Lisboa, A.C., cx. 3, 1950, inédito).

de Arte e Arqueologia – “delegacia aceite e aprovada pela Presidência da Câmara Municipal de Lisboa” –, “corrigindo-se, ampliando-se e actualizando-se a lista anterior e justificando-se, quanto possível, os motivos de cada classificação”²¹³ ainda hoje inédito.

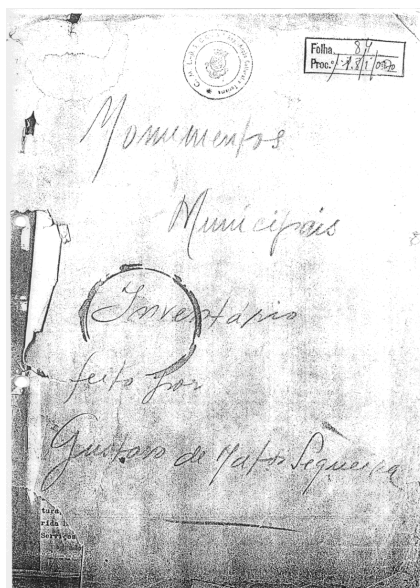


Fig. 5

“Monumentos Municipais Inventario feito por Gustavo de Matos Sequeira” (CML, DSCC, Acção Cultural e Turismo)

²¹³ Gustavo Matos Sequeira, *op. cit.*, p. 2. “Para melhor consulta e mais fácil indicação, dividiu-se este Inventário em capítulos ou secções, pelo género dos monumentos cuja municipalização se propõe: Panoramas, Conjuntos, Templos, Palácios e casas típicas ou pitorescas, Fortificações Antigas, Vestígios Romanos, Estátuas e Monumentos, Chafarizes, Arcos, Pórticos e Janelas, Brasões, Registos de Azulejos, Lápidas, e ainda uma secção Vária, destinada a incluir outros monumentos, como cruzeiros, Pelourinhos, ornatos e relevos de aposição parietal, etc., e outra destinada a Parques e Jardins que não podem deixar de entrar na Lista, pela função de utilidade e de beleza que têm na cidade” (p. 3). Como escreveu Maria Helena Barreiros, “o limite cronológico *ad quem* implícito na proposta de Matos Sequeira demonstra grande abertura. Engloba a herança da arquitectura ecléctica da transição do século, constituída por edificios “que devem manter-se como curiosidades, fantasias ou símbolos de um gosto passageiro, como os de estilo mourisco, os de sugestão manuelina, os excessivamente carregados de ornatos, com exuberâncias capitalistas. São documentos da sua época” [...] Já “das grandes edificações modernas, há que cuidar menos. Elas defendem-se por si próprias” [...] Clarividente, Matos Sequeira resumiu assim os objectivos da sua proposta: “Para o que convém chamar mais a atenção, por estarem nas zonas perigosas, é para as edificações modestas, pobres e simples, dos séculos XVII e XVIII, que definem tipos construtivos, que têm ainda carácter de um período, que se revestem de um pitoresco [...], e para os vestutos desposjos dos antigos Palácios que, em geral, hoje só vivem da sua expressão arquitectónica, acabada a nobreza senhorial urbana. É este o fim principal deste Inventário”. Cf. Maria Helena Barreiros, *Para uma Carta do Património de Lisboa*, texto dactilografado gentilmente cedido pela autora, pp. 7-8.

Ao inventário patrimonial da capital sabemos também ligado o nome de José-Augusto França (n. 1922), com o seu *Estudo de zonas ou unidades urbanas de carácter histórico-artístico de Lisboa*²¹⁴, de 1967, no mesmo ano em que o autor publicou a sua *A Arte em Portugal no Século XIX*, “fazendo a história sumária das comissões dos monumentos nacionais, desde a década de 1880, e dos restauros que marcaram o final da centúria”²¹⁵.

Iniciava-se, com este autor, um período de predomínio em matérias patrimoniais dos historiadores de Arte, o qual veio a produzir contributos essenciais para a história do nosso património. Na sua pegada – sobretudo os autores mais recentes – trouxeram pistas muito estimulantes a propósito de problemáticas conexas²¹⁶.

²¹⁴ “O estudo divide-se em quatro partes: 1.ª) inteiramente dedicada à cidade pombalina. Delimita núcleos, define tipologias, historia a evolução sofrida pelo pombalino, propõe uma doutrina e bases de legislação de protecção. 2.ª) Parecer sobre as zonas de protecção patrimonial definidas pelo PGUL, para as quais propõe correcções que são descritas, fundamentadas e cartografadas. 3.ª) Definição de núcleos históricos para além dos limites das legislações PGUL corrigidas. São assinalados 53 “sítios, bairros, ou lugares” de que se seleccionaram 7, “a preservar”, também hierarquizados por graus de condicionamento. 4.ª) Inventário de “espécies de interesse municipal”. Trata-se de edificios dentro ou fora das áreas a preservar; o seu “interesse municipal” atende a três valores, “estético”, “histórico” e “pitoresco”. Inclui MN, por definição; todas as igrejas, capelas e ermidas; edificios conventuais; palácios e palacetes; casas burguesas; edificios específicos (fábricas, teatro, hotel...); casas pitorescas; chafarizes; portais (de antigos palácios desaparecidos ou descaracterizados). Merecem classificações de categoria A ou B: de “interesse elevado”, a preservar absolutamente; de “interesse médio”, a preservar “na medida do possível”. São 259 objectos, acompanhados da respectiva fotografia. O limite temporal do levantamento é 1920, considerando-se os edificios “modernos” fora do seu âmbito. (Cf., *Apreciação Crítica dos Inventários Patrimoniais*, pp. 26-28).

²¹⁵ Paulo Rodrigues, *op. cit.*, pp. 14-15. José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, volume I, Venda Nova, Bertrand Ed., 1990 (3.ª ed., 1.ª ed. de 1967), pp. 384-388.

²¹⁶ José-Augusto França, *op. cit.*; Maria do Rosário Gordalina, “As obras revivalistas do século XIX no Mosteiro de Santa Maria de Belém”, in *Romantismo – da mentalidade à criação artística*, I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, pp. 247-291; Maria Regina Anacleto, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa. 1780-1924*, 2 volumes, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992; João Fagundes, “A Sé de Lisboa nos séculos XIX e XX”, in *História*, n.º 157, Outubro de 1992, pp. 38-55; Nuno Rosmaninho e Margarida Donas Botto, “O restauro da Sé Velha de Coimbra (1893-c. 1935)”, in *Vértice*, n.º 54, Maio-Junho, 1993, pp. 23-31; Joana Esteves da Cunha Leal, *Giuseppe Cinatti (1808-1879). Percorso e obra*, dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa,

Neste trabalho aproximamo-nos mais – voluntariamente, diríamos – talvez pela nossa formação de base, daqueles pioneiros. Partindo deles, do seu pensamento e do seu labor patrimonial, que mais atrás deixámos sintetizado em dez pontos; temperados, simultaneamente, por outros trabalhos contemporâneos, onde se destaca a vertente histórica da protecção do património²¹⁷.

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1996; Lucília Verdelho da Costa, *Ernesto Korrodi: 1889-1944. Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, 2 volumes, Tese de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1985 e *Alfredo de Andrade. 1839-1915*, 2 volumes, Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995; Maria João Quintas Lopes Baptista Neto, *O Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória de 1840 a 1900*, 2 volumes, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1990; Isabel M. Martins Moreira, *Museus e Monumentos em Portugal (1772-1974)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989; Marieta Dá Mesquita, *Arquitectura e Renovação. Aspectos do Restauro Arquitectónico em Portugal no Século XIX*, estudo apresentado como prova complementar de Doutoramento em História da Arquitectura, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 1993; Mário Augusto S. Bento, *Conservação, Restauro, Reabilitação, Ideologias e Práticas*, 2 volumes, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1992; Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval- património e restauro (1835-1928)*, 3 volumes, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1995 e Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues, *Património, Identidade e História. O Valor e o significado dos Monumentos Nacionais no Portugal Oitocentista*, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.

²¹⁷ Ver Lucília Verdelho da Costa; “Une lente prise de conscience. Historique de la protection (1834-1874)”, in *Monuments Historiques*, n.º 194, Novembro de 1994, pp. 22-28; Maria João Quintas Lopes Baptista Neto, *A Direcção Geral dos Edifícios Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, 2 volumes, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1995, policopiada, recentemente editada com o título *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUL, 2001 e Lúcia Maria Cardoso Rosas, *op. cit.*, sem esquecer, Jorge Custódio, “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza”, in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura / IPPAR, 1993, pp. 33-71.

CAPÍTULO II – 1888/1900

Da construção da fábrica aos protestos patrimonialistas

1. Introdução

“As condições, porém, do progresso, aspirando naturalmente á sua perfeição, os melhoramentos que necessariamente se vão imprimindo, tornando Lisboa uma cidade agradável, para o que contribue a sua posição geographica, todo este conjuncto de elementos deve traduzir-se no augmento da illuminação, tanto publica como privada”.

Costa Goodolphim, *Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz*, 1892, p. 44

Quando em 1862, Joaquim Possidónio Narciso da Silva fotografou a Torre de S. Vicente de Belém para a *Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal com Vistas Photographicas*²¹⁸, poder-se-ia dizer, olhando o positivo de 20,2 cm X 27 cm, que a Torre dominava um vasto areal, sendo este apenas pontilhado por três casinhotos (barracas de banhos?), pequenas embarcações, uma guarita e algumas pilhas de troncos de madeira. Na década seguinte, contudo, já vários casebres se aproximavam da Torre por Este, como se vê num desenho a lápis sobre papel, de Alfredo Keil (1850-1907), de 1877²¹⁹. Segundo a *Planta da margem norte do Tejo desde a Praia da Torre até ao caneiro de Alcantara*²²⁰, em 1883, o areal continuava maioritariamente vazio, aflorando, na área da “praia secca do Bom Sucesso”, umas quantas barracas.

²¹⁸ Lisboa, Imprensa Nacional, 1862. Foi republicada in *Portuguese Photography since 1854. Livro de Viagens* (M. Tereza Siza e Peter Weiermais, org.), Edition Stemmler, 1997, p. 59. Desde cedo a Torre de Belém assumiu-se como um dos assuntos mais recorrentes da fotografia feita em Portugal (e não só por portugueses). Cf. J. Silveira, (fotógrafo frente à Torre de Belém), c. 1850. Calotipo estereoscópico, 6,8x15cm, in António Sena, *Uma História da Fotografia*, Lisboa, IN-CM, 1991, [p. 145].

²¹⁹ “Torre de Belém”. Lápis sobre papel, álbum de desenho, 1877. Coleção Keil do Amaral.

²²⁰ A. C., cx. 19/P.



Fig. 6

Joaquim Possidónio Narciso da Silva; Torre de S. Vicente de Belém,
1863 (*Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal com Vistas
Photographicas*)

Possidónio da Silva não sonharia que, pelos finais da década de 1880, esses terrenos seriam cedidos pela municipalidade de Lisboa às C.R.G.E. para aí erguerem a sua “faraónica” Fábrica de Gás, vulgarmente referida como “gasómetro”²²¹.

A edificação dessas instalações deu azo, por um lado, a algumas vozes de apoio; por outro, a todo um coro de críticas, que acompanharemos, neste Capítulo, até 1900.

²²¹ “Encontraríamos a má língua do tempo a afirmar que, para arrancar a concessão, certos primitivos interessados tinham lançado mão dos mais variados estratagêmas, indo ao ponto de importar certa beldade perturbante, do espírito bem adextrado, que “se apaixonára” por um potentado do tempo, acendendo fogueiras de amor para por elas e com elas alcançar que naquêlo ponto se acendessem as fogueiras da hulha...”. Cf. Jaime Lopes Dias, “A Fábrica de Gás”, in *Revista Municipal*, n.º 3, Ano I, 1940, p. 69.

2. Lisboa, 1880

“Nos annaes do vandalismo artistico não conhecemos attentado que se lhe possa comparar”.

Sousa Viterbo, “A Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, 17 de Setembro de 1896, p. 1.

Lisboa viu erguer – e, *sonhar*, também ²²² – na década de 80 do século XIX, um significativo número de infra-estruturas e equipamentos que marcariam, de um modo indelével, a sua paisagem. Tão numerosos e diversos que foi mesmo dada à estampa um “album de carteira”²²³ intitulado *Planta da Cidade de Lisboa com os diferentes melhoramentos introduzidos e projectados, 1888*, que continha três plantas, sendo uma delas uma interessante homónima do álbum²²⁴. Gravada por M. Grima e litografada na *Lith Matta & C.^a*, em Lisboa, abrange, de Ocidente para Oriente, desde o Caneiro de Alcântara até à Calçada das Lages, a Santa Apolónia²²⁵, e indica-nos, para além das “obras projectadas”, as “linhas do americano”, as

²²² Ver, por todos, *Viaducto metallico de S. Pedro d’Alcantara ao Campo dos Martyres da Patria*, 1888 Novembro 28. Arquivo Municipal do Arco Cego. Miguel Pais, o autor do projecto, parece olhar a avenida da Liberdade como o rio Douro de Seyrig e Eiffel – na verdade este projecto aproxima-se muito do da Ponte de D. Maria — unindo, na sua versão lisboeta, duas das colinas da cidade. Ver sobre o assunto Maria Helena Castel-Branco Lisboa Barata-Moura, *Os Engenheiros em Lisboa, Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996 (policopiado) e Ana Cristina Martins Barata, “Da Utopia à Realidade: as Pontes para a outra Margem”, in *Actas do III Colóquio Temático Lisboa na Viragem do Milénio*, Lisboa, C.M.L., 2001, pp. 135-141.

²²³ Assim designado por Augusto Vieira da Silva, *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Oficinas Gráficas da C.M.L., 1950, p. 38, ref. 192.

²²⁴ *Planta da Cidade / de / Lisboa / com os diferentes melhoramentos / introduzidos e projectados / 1888*. [no canto superior dir. da mancha]. As outras são: *Planta da Cidade de Lisboa e seus Arredores* e *Bairro d’Alfama*. Apresenta, ainda, um *Índice Geral das Ruas de Lisboa*, impresso.

²²⁵ Curiosamente os limites ocidentais da cidade quedavam-se pela ribeira de Alcântara, ficando a zona alvo deste trabalho de fora, apesar de nessa data o concelho de Belém – criado em 1852 – estar desde 1885 incorporado no burgo olisiponense.

“linhas ferreas”, os “elevadores”²²⁶, também “os diferentes edificios publicos [...] representados em côr vermelha”, remetendo-nos estes últimos para vários “melhoramentos”.

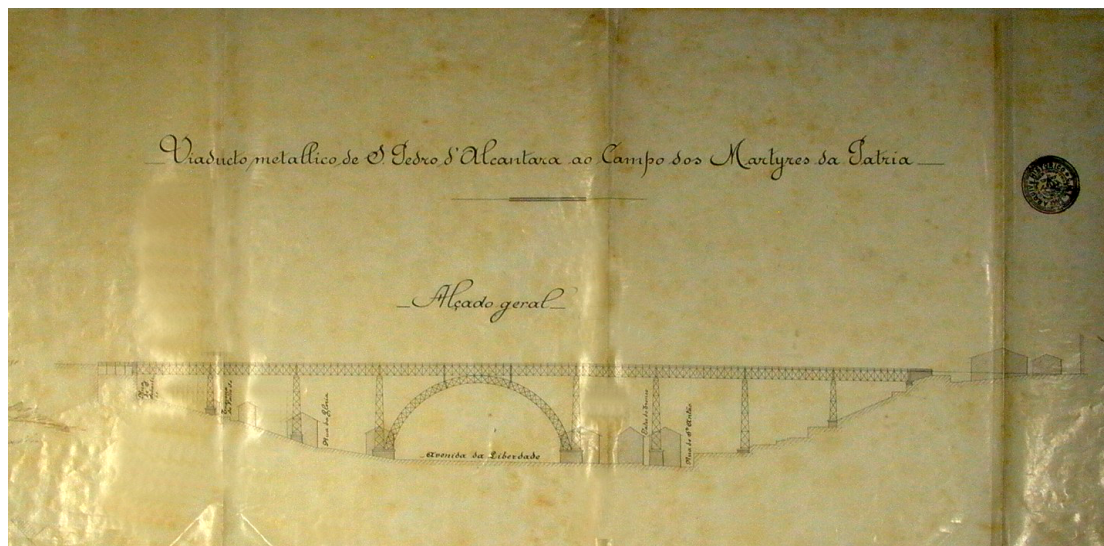


Fig.7

Miguel Paes, *Viaducto metallico de S. Pedro d'Alcantara ao Campo dos Martyres da Patria*, 28 de Novembro de 1888 (A.C. – Urbanismo: Doc. n.º 5954, Dim. 81x47,5cm.).

O Occidente, a prestimosa “Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro”, não esqueceu, tanto em textos como em imagens, muitos desses “melhoramentos de Lisboa”²²⁷. Com a sua ajuda, completada, naturalmente, por outras fontes,

²²⁶ Esta foi, de facto, a década dos primeiros elevadores lisboetas. Para vencer as colinas que, ao longo de milénios, se foram empilhando no território da capital, em 19 de Abril de 1884 entrou ao serviço o elevador da calçada do Lavra e, em 24 de Outubro do ano seguinte, o da calçada da Glória, este “mais feliz porventura, que o seu irmão primogénito [...] veio confirmar de um modo positivo a grande vantagem d’estes elevadores, e este com especialidade, porque reúne á vantagem practica, a aspiração platonica de se subir a Gloria por um vintem cada cabeça, o que não é para desprezar n’estes tempos de tantas aspirações”, in *O Occidente*, vol. VIII, n.º 248, 8.º ano, 11 de Novembro de 1885, p. 251.

²²⁷ Manifestamos o nosso profundo reconhecimento à Margarida Ortigão Ramos Leme pelo acesso fácil a esta obra – e a tanta outra documentação – da *sua* Biblioteca.

estabeleçamos um inventário breve, cujas referências, mesmo que não seja senão de relance, importa considerar²²⁸.

Logo em 1880, a 3 de Outubro, inaugurou-se, com a presença da família real, a Estação Elevatória dos Barbadinhos. “Situada n’um lindo ponto da encosta que do Tejo se levanta até ao Alto de S. João, um pouco além da estação do caminho de ferro de Santa Apolónia”²²⁹, constava de reservatórios, “*casa das machinas*”²³⁰ – onde “tres fortes machinas elevadoras, importando [...] em 100 contos de reis”²³¹, construídas nas oficinas de Windsor & Fils, *Ingénieurs Mécaniciens*, de Rouen, assinalavam o coração do empreendimento – e casa das caldeiras. Por detrás desta, rasgando o céu, levantava-se uma “magnífica chaminé de 40 metros de altura, por 1,80 de diametro interior”²³², concluindo o articulista que “tudo é simples, elegante e perfeito n’aquelle estabelecimento”²³³.

²²⁸ Já Ramalho Ortigão nos pôs de sobreaviso, quanto a estes melhoramentos: “Este inventário offerece um agradável aspecto de actividade empregada, de civilização em movimento, de progresso conquistado. Entretanto, porém, na psychologia d’estes acontecimentos e na história da sua embryogenia, será forçoso reconhecer que nem sempre a evolução dos sentimentos e das convicções jogam harmonicamente com a evolução dos factos. Muitas cousas se fizeram com intuitos diversos dos fins que ostensivamente ellas se propunham attingir, através de longas e sinuosas series de accôrdos, de mancommunações, de concessões reciprocas, em vista de interesses individuaes, dando em resultado essa colligação de egoismos, e – em virtude d’aquillo que cada um diminue successivamente em si para se conformar com os outros – um rebaixamento progressivo e geral das personalidades e dos caracteres” (Ramalho Ortigão, *As Farpas*, tomo XI, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1890, pp. 296-297).

²²⁹ *O Occidente*, vol. III, n.º 68, 3.º ano, 15 de Outubro de 1880, p. 186.

²³⁰ Em itálico no original.

²³¹ *Idem*, p. 177. Na página 185 vem uma interessante imagem das “Machinas elevadoras das Aguas do Alviella, Casa das Machinas na cerca dos Barbadinhos” (Segundo uma *photographia* de Rochini).

²³² *Ibidem*.

²³³ *Ibidem*.

Dois anos mais tarde abriu ao público o mercado da Avenida 24 de Julho, com projecto do engenheiro Frederico Ressano Garcia (1847-1911), que se consumiria parcialmente num grande incêndio uma década depois.

Entre 1882 e 1885²³⁴ foi erguido, bem no centro da cidade pombalina, o mercado da Praça da Figueira, referido por Miguel Pais (1825-1888) como “um dos mercados mais bellos e elegantes da Europa, pela simplicidade da sua construcção, belleza e rendilhado da sua ornamentação, delicadeza, primor e bem acabado de todas as peças que constituem a sua ligeira e vasta estructura metalica, tornando-o altamente notavel e talvez sem rival”²³⁵. De figura rectangular, tinha 95 metros de fachada no sentido Leste-Oeste e 82 metros Norte-Sul, ocupando assim uma superficie de mais de sete mil metros quadrados²³⁶. Miguel Pais concluiu o seu artigo n’ *O Occidente* felicitando a cidade “que vae, enfim, comprehendendo a necessidade dos seus melhoramentos, para poder attrahir os estrangeiros”²³⁷.

Em 1884, marcando o “planalto da tapada da Ajuda” – já pontilhado pelo observatório astronómico de Colson, cuja primeira pedra foi lançada em 1861 –, levantou-se o Palácio ou Pavilhão de Exposições, para albergar a Exposição Agrícola de Lisboa desse mesmo ano, tida pelo redactor d’ *O Occidente* como “um facto notavel da nossa historia contemporanea, da historia do trabalho nacional”²³⁸. Projectado pelo architecto L. Pedro de Ávila (1840-1904), segundo uma planta semielíptica análoga à do *Trocadero* de Paris²³⁹, abria “o seu sorriso feito de

²³⁴ A inauguração oficial foi em 16 de Maio de 1885.

²³⁵ *O Occidente*, vol. VIII, n.º 239, 8.º ano, 11 de Agosto de 1885, p. 179.

²³⁶ *Ibidem*.

²³⁷ *Ibidem*.

²³⁸ *O Occidente*, vol. XI, n.º 342, 11.º ano, 21 de Junho de 1888, p. 128.

²³⁹ Construído sobre a colina de Chaillot, para a Exposição Universal de 1878, pelo architecto Gabriel Davioud (1824-1881). Foi demolido e substituído pelo *Palais de Chaillot*, aquando da Exposição Universal de 1937.

harmonias e contrastes, de transparências e reflexos, ao espelho do rio da cidade”²⁴⁰.

Três anos mais tarde entrou ao serviço a estação de Alcântara-Terra, então cabeça do caminho-de-ferro de Lisboa a Sintra, com os viadutos de Santa Ana e Ponte Nova sobre o vale de Alcântara, pela *Maison Eiffel*²⁴¹, compreendendo “um edifício para passageiros, com salas de espera, vestibulo de bagagens, escriptorios para o inspector, telegrapho, chefe da estação, etc., formando um paralelogramo de 95 metros por 10 de fundo”²⁴². Construída em grande parte sobre o antigo caneiro, acedia-se à Gare de Alcântara – “notável pela sua invulgar tranquilidade e segurança do desenho”²⁴³ – por uma entrada coberta por uma elegante *marquise*²⁴⁴, depois, do lado interior da estação, encontrava-se uma nova e “larga *marquise* envidraçada, que descança de um lado no edificio de passageiros”, a que se seguia “uma cocheira para 24 carruagens em 8 vias [...] uma rotunda para o [sic] machinas, com officina de reparação anexa”²⁴⁵, tudo também obra de Eiffel ou,

²⁴⁰ Carlos Antero Ferreira, *Palácio de Exposições. Tapada da Ajuda*, Lisboa, Passado Presente, 1987, p. 30.

²⁴¹ O *Registre officiel des Commandes de la Maison Eiffel* (Arquivo da SNTE, Paris) inclui na encomenda n.º 496, de 9 Julho de 1884, as seguintes obras de arte: “1.º Viaduc de Ponte nova, 2.º Viaduc de Santa Anna Baixo & 1 pont de 8 m., 3.º 3 Ponts Sur le Ruisseau d’Alcantara, 4.º 1 Pont à Double Voie dans la Gare”.

²⁴² *O Occidente*, 10.º ano, volume X, n.º 301, 1 de Maio de 1887, p. 99.

²⁴³ “Episódio Arte Nova e a arquitectura do ferro”, in *História da Arte em Portugal. Arquitectura moderna*, Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes (org.), vol. 14, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, p. 102.

²⁴⁴ *O Occidente*, 10.º ano, volume X, n.º 301, 1 de Maio de 1887, p. 99.

²⁴⁵ *Ibidem*. O *Registre officiel des Commandes de la Maison Eiffel*, na encomenda n.º 497, também de 9 de Julho de 1884, refere, entre outros: “*Remise à Voitures, Rotonde pour 10 Locomotives, Halle a Voyageurs, Marquise du Bâtiment des Voyageurs*”.

pelo menos, os materiais metálicos, segundo um documento, até há pouco inédito, nos revela²⁴⁶.

A 31 de Outubro do mesmo ano – após muitos planos²⁴⁷, que fizeram António Augusto Aguiar escrever em 1884: “O porto de Lisboa parece sufficientemente estudado. Agora o que falta é fazê-lo”²⁴⁸ – a capital assistiu ao lançamento das *Grandes Obras do Porto de Lisboa*, “dia já assinalado por ser o anniversario natalicio de el-rei D. Luiz, e agora duas vezes memoravel por este facto da mais elevada importancia para a nação”²⁴⁹. Lisboa ribeirinha alterava o seu perfil tão drasticamente quanto alguns espíritos viam já no (novo) porto o “cais da Europa”²⁵⁰, senão mesmo, segundo uma ainda mais expressiva fórmula então também usada, o “Caes da América”²⁵¹.

²⁴⁶ Paulo Oliveira Ramos, “A Obra de Eiffel em Portugal (1875-1890). Revelações de um manuscrito anónimo francês”, in *Pedra & Cal*, ano IV, n.º 14, Abril/Maio/Junho 2002, pp. 26-30.

²⁴⁷ Uma listagem desses projectos, entre 1823 e 1885, pode ser vista em Paulo Oliveira Ramos, “Porto de Lisboa”, in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994, pp. 716-727.

²⁴⁸ Proposta de lei sobre os Melhoramentos do Porto de Lisboa apresentada à Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 25 de Abril de 1884.

²⁴⁹ *O Occidente*, 10.º ano, volume X, n.º 320, 11 de Novembro de 1887, p. 254. Sobre o porto de Lisboa, nomeadamente estas obras, ver, Adolfo Loureiro, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. III, partes I, II e III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906 e, mais recentemente, aquando do seu centenário, Paulo Oliveira Ramos e António José Castanheira Maia Nabais, *100 Anos do Porto de Lisboa*, Lisboa, APL, 1987. Um olhar patrimonial sobre o porto de Lisboa, pode ser visto em Paulo Oliveira Ramos, “Lisbon’s Historic Waterfront”, in *Industriekultur und Arbeitswelt an der Wasserkante...*, Hamburg, Christians Verlag, 1992, pp. 41-45.

²⁵⁰ Cf., J. Fernando de Sousa, “Lisboa, caes da Europa”, in *Gazeta dos caminhos de Ferro*, (446), Julho de 1906, pp. 216-217. Este autor iria, noutro momento, ainda mais longe ao dizer que o porto de Lisboa poderia vir a ter direito não só “á denominação de caes da Europa – em quanto não for o caes do Mundo” (*Gazeta dos Caminhos de Ferro*, Setembro de 1906, p. 270). Ver, por todos, Paulo Oliveira Ramos, “Os caminhos de ferro e o cais da europa”, in *O Caminho de Ferro Revisitado (O Caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996)*, Lisboa, Caminhos de Ferro Portugueses – EP, 1996, pp. 26-32.

²⁵¹ Adolfo Loureiro, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906, vol. III, parte II, p. 339.

Com a primeira pedra lançada em Novembro de 1886, foi inaugurada, em 31 de Outubro de 1888, a Escola Marquês de Pombal, em Alcântara, com desenho do arquitecto L. Pedro Ávila. “O bello edificio [...] feito expressamente para [...] escola industrial”²⁵², destacava-se, com os seus três pavimentos e dignidade, no casario do fabril bairro, “so é pena não fosse [estabelecido] mais cedo, porque mais cedo teria aproveitado para o desenvolvimento da nossa industria”²⁵³.

Anos depois de ter gizado o plano nunca concretizado do Mercado Central de Lisboa – que, porventura, teria sido a mais notável peça construída da chamada arquitectura do ferro em Lisboa²⁵⁴ –, o arquitecto José Luís Monteiro (1848-1942) concluiu em 1890 a estação do *Rocio*, marcando a fachada com a configuração da dupla boca do túnel, inaugurado no ano anterior. Entalada, “por assim dizer, ao canto de um largo acanhado e sem desafogo”²⁵⁵, buscou o seu autor “adaptar o velho estylo manuelino ao fim commercial a que o novo edificio se destina”²⁵⁶, tendo visto erguerem-se críticas a essa solução²⁵⁷ de quem pretendia ver ali “uma construcção leve, de farto número de janelas, de uma apparencia risonha, que

²⁵² *O Occidente*, 12.º ano, volume XII, n.º 361, 1 de Janeiro de 1889, p. 3.

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ Destinava-se a preencher o quarteirão definido pela nova Avenida [da Liberdade], a rua Barata Salgueiro, a rua Mouzinho da Silveira e a rua Alexandre Herculano.

²⁵⁵ *O Occidente*, 11.º ano, vol. XI, n.º 343, 1 de Julho de 1888, p. 149.

²⁵⁶ *Ibidem*.

²⁵⁷ “Depois não vemos motivo para que, n’uma construcção d’esta ordem, se adoptasse aquelle estylo pesado que faz a gloria da nossa architectura, que tão proprio é para um edificio que abrigue um museu ou uma igreja, mas reputamos improprio para uma estação de caminho de ferro que, a nosso vêr, a ideia de progresso e de tofos os adiantamentos da sciencia moderna esstã ressaltando da fôrma a mais evidente.

Seria isto mesmo um incentivo, e cremos que a occasião era a mais propria, para ser aproveitada, para estudarmos e adoptarmos um estylo que, sem ser fãliado nos exemplos estrangeiros, podesse ser portuguez elegante e proprio para tal fim.

Não temos estylo nosso? Creamo-lo” (*idem*, p. 149).

melhor representaria a entrada de uma obra tão genuinamente moderna como aquela”²⁵⁸.

No mesmo ano, desde a manhã de 11 de Novembro até ao meio dia do dia seguinte, os lisboetas assistiram ao içar da grande cúpula metálica do Coliseu dos Recreios, “previamente armada no exterior”, graças a “poderosos guindastes e mercê de um mecanismo engenhoso, à velocidade de 2 metros por hora”²⁵⁹. A cúpula de ferro, com um peso superior a 100 toneladas e com um diâmetro de 48,68 m – da autoria da firma alemã Hein Lehmann & C^a, de Berlim – coroava o novo edifício, “a maior e mais luxuosa casa de espectáculos que se tem construído em Lisboa”²⁶⁰.

Com a configuração de um eneágono, apresentava, sobre a segunda ordem de camarotes, o *Promenoir*, tido pelo jornalista do *Occidente*, como “uma inovação para Lisboa, importada dos grandes circos estrangeiros e que em Paris é frequentado pela *jeunesse que s’amuse*”²⁶¹. Possuindo capacidade para mais de cinco mil espectadores, o “novo Colyseu é um edifício como lá fora não há melhor, nem talvez igual em vastidão e riqueza de decoração”²⁶².

A respeito destes “melhoramentos” – marcas dos novos tempos na cidade plurissecular, quer pela localização, pela volumetria ou ainda como tributários do desenvolvimento industrial e tecnológico que caracterizou o século XIX, por serem construídos recorrendo a novos materiais, como o tijolo vermelho, o ferro e o vidro

²⁵⁸ *Ibidem*. Sobre o “revisionismo estilístico”, de pendor diverso, presente em tantas estações de caminhos de ferro, ver Immaculada Aguilar Civera, *La Estación de Ferrocarril puerta de la Ciudad*, Valencia, Generalitat Valenciana, 1988, tomo I.

²⁵⁹ Mário Moreau, *Coliseu dos Recreios: um século de história*, Lisboa, Fundação Cidade de Lisboa / Quetzal, 1994, p. 15.

²⁶⁰ *O Occidente*, 13.º ano, vol. XIII, n.º 241, 1 de Setembro de 1890, p. 194.

²⁶¹ *Idem*, p. 195.

²⁶² *Ibidem*.

e/ou a novas soluções construtivas²⁶³ –, conhecem-se algumas (poucas) manifestações de regozijo, como aconteceu aquando do lançamento da primeira pedra das obras do porto de Lisboa:

Subiram então ao ar grandes girandolas de foguetes, e as musicas regimentaes, que se achavam formadas na margem do rio, tocaram o hymno que se misturava com os vivas entusiasticos da multidão e com os silvos agudos dos vapores da empreza constructora e outros alli reunidos, formando um côro extranho e desusado, que bem poderia dizer-se que a industria e o progresso tambem entoavam o seu hymno glorioso, n'aquelles silvos desprendidos do grande motor que tem sido a sua mais poderosa alavanca – no vapor²⁶⁴.

Por vezes, tudo se passou com alguma indiferença; assim foi na inauguração *da Estação do Rocio*:

A abertura da nova estação central, tão central que vem abrir as portas dos seus edificios no largo mais frequentado da cidade, devia ser saudada como um caso extraordinario, considerado esse dia como de festa, como de regosijo publico, porque significava para todo o continente uma transformação poderosissima da sua actividade, como uma prova evidente da nossa marcha no caminho dos progressos publicos. [...] Lisboa, porém, esta pacata Lisboa que se apinha no transito de qualquer procissão, que se acotovella para não deixar de ver um dentista que tira uma laranja do caroço d'uma azeitona, que se esmaga para admirar os rolos de fumo de qualquer fogo d'artificio inglez, que faz equilibrios sobre as trapeiras para ver passar um balão de papel, que disputa o logar para applaudir um touro que fura um bandarilheiro, Lisboa, emfim, que tem enthusiasmos infantis por tudo que é

²⁶³ Ver Ana Maria Cardoso Matos “A utilização de Novos Materiais e Estruturas no Contexto do Património Urbano Oitocentista”, in *Arqueologia & Indústria*, n.ºs 2-3, 1999-2000, pp. 109-127.

²⁶⁴ *O Occidente*, 10.º ano, volume X, n.º 320, 11 de Novembro de 1887, p. 254.

inutil, por tudo que não tem significação nem interesse [...] Lisboa viu indiferente abrir-se-lhe a porta que lhe dava ingresso na nova gare²⁶⁵.

Contudo, não são conhecidas vozes de protesto contra a edificação destes melhoramentos, mesmo se acontecia um difícil diálogo com as edificações vizinhas, nomeadamente quando estas eram monumentos nacionais. Coisa bem diferente se passaria em breve.

3. O Concurso internacional

“E foram os que a [nova companhia do gaz] chamaram á vida quem lhes disse: “o melhor local é ali”

Diario Illustrado, 29 de Dezembro de 1888.

Podia ler-se, em 1887, no *Programma do Concurso para a Illuminação a Gaz da Cidade de Lisboa*²⁶⁶, que foi publicitado em Abril desse ano por intermédio dos nossos cônsules em jornais de Berlim, Bruxelas, Londres e Paris²⁶⁷, que “a camara municipal de Lisboa abre concurso por espaço de dois mezes, começando em 9 de

²⁶⁵ *O Occidente*, 13.º ano, volume XIII, n.º 402, 21 de Fevereiro de 1890, p. 139. Sobre a importância da nova gare, acrescentou com algum exagero o autor do artigo, Leonildo de Mendonça e Costa: “d’ali, do seu seio, do ponto mais populoso e mais frequentado, ia partir pela primeira vez um comboio que a levaria, por agora, ás frescas, ás deliciosas montanhas de Cintra, e que dentro em breve deve leval-a a todo o continente europeu, enquanto, pelo estreito de Behring, não atravessar para as Americas” (*ibidem*).

²⁶⁶ Lisboa, Imprensa Democratica, 1887. Assinaram os membros da *Comissão Executiva*: Fernando Pereira Palha, Mateus dos Santos, Rosa Araújo, Antunes Rebelo, Costa Pedreira, Augusto Fuschini e Frederico Biester.

²⁶⁷ Daí a publicação da versão *Bases pour le Contrat de l’Éclairage de la Ville de Lisbonne*, Lisbonne, Presse Démocratique, 1887.

maio e terminando em 9 de julho proximo ao meio dia, para a iluminação a gaz, tanto publica como particular, da actual cidade de Lisboa”²⁶⁸.

Na sessão extraordinária de 9 de Julho de 1887 da C.M.L. sabemos terem sido quatro as propostas recebidas: da *Companhia lisbonense de iluminação a gaz*²⁶⁹, de Léon Somzée, de Bruxelas; da *Sociedade anonyma de iluminação do centro*, da Bélgica e de Kohn Reinach & Comp.^a e P. M. Oppenheim, banqueiros em Paris. Analisadas as propostas, a Câmara Municipal de Lisboa considerou que somente a da *Société Anonyme d’Eclairage du Centre* estava “dentro das condições do concurso”²⁷⁰, resolvendo adjudicar desde logo o contrato à Sociedade Anónima de Electricidade do Centro, de Bruxelas²⁷¹.

A 14 de Outubro de 1887 era lavrado numa das salas dos paços do concelho o *Contracto celebrado com a Sociedade Anonyma do Centro, de Bruxellas, para a Iluminação, tanto publica como particular, da Cidade de Lisboa* entre a Câmara Municipal e “a nova companhia *Gaz de Lisboa*, que já então tinha obtido, por

²⁶⁸ *Programma do Concurso para a Iluminação a Gaz da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Democratica, 1887, p. 1. Sobre a história da iluminação a gás em Lisboa, ver: Mário Mariano, *História da Electricidade*, Lisboa, A P Edições, 1993; “A iluminação pública em Lisboa. Dos Lampeões de azeite à Luz Eléctrica (notas para a sua história), in *Arquivo Nacional*, ano 6, vol. 12, n.º 307, 1937, pp. 402-403, ano 6, vol. 12, n.º 308, 1937, pp. 418-419 e ano 6, vol. 12, n.º 309, 1937, p. 445; João B. M. Nêu, *Em Volta da Torre de Belém – II. Pedrouços e Bom Sucesso*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, cap. V, pp. 49-61; Ilídio Mariz Simões, “Pioneiros da Electricidade em Portugal e Outros Estudos”, *Cadernos do Museu da Electricidade*, 1, Lisboa, EDP, 1997; Alice Campos Martins e Adriano Pinto Coelho, “As instalações industriais como elementos poluidores da cidade: o caso da fábrica de Gás de Belem”, in *Actas do II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, Lisboa, C.M.L., 1999, pp. 299-327 e “A Fábrica de Gás de Belém: Os Projectos e os Processos de Produção no final do séc. XIX”, in *Arqueologia & Indústria*, n.º 1, 1998, pp. 23-36 e José Alves da Costa, *Gás de Lisboa: da iluminação pública a gás na Lisboa romântica ao gás natural*, Porto, Lello, 1996.

²⁶⁹ Esta era a então concessionária.

²⁷⁰ *Actas das Sessões da Camara Municipal de Lisboa no anno de 1887*, Lisboa, 1887, p. 136 (sessão de 9 de Julho de 1887).

²⁷¹ Por termo lavrado a folhas quarenta e quatro do livro décimo quinto das escrituras da Câmara.

trespasse da sociedade *Eclairage du Centre* a concessão para esses efeitos”²⁷², contrato com 71 condições, entre as quais a 13.^a, que rezava assim: “A fabrica ou fabricas serão situadas em ponto escolhido de accôrdo com a Camara”²⁷³.

Bem a propósito, num texto manuscrito da *Gaz de Lisbonne*, intitulado *Note sur les installations nouvelles*, escreveu-se nuns “*Préliminaires*”:

L’ingénieur qui fonde une installation gazière dans une ville, a comme premier objectif, le **terrain** où doit s’ériger l’usine; et les conditions essentielles à remplir à ce propos sont: La situation à l’aval des lieux à alimenter, l’espace suffisant pour le présent et pour l’avenir, l’accessibilité économique pour les matériaux les plus pondéreux, notamment pour le charbon et le coke²⁷⁴.

Pelo mesmo documento sabemos que à Gaz de Lisboa ofereciam-se dois terrenos: um em Alcântara, outro “à la Tour de Belem”²⁷⁵. O autor do texto acrescentou: “*Le dernier seul restait effectivement disponible et susceptible d’être occupé à bref délai. Il appartenait à la ville, qui le met à notre disposition, après une courte négociation, le 17 novembre 1887*”²⁷⁶.

Foi assim que a Gaz se apropriou de cerca de 42 600 metros quadrados²⁷⁷, atravessados, diagonalmente, por uma faixa de 40 metros de largura para serviço do “*nouveau Boulevard marginal*” e do caminho-de-ferro, então ainda em

²⁷² *O Occidente*, 12.º ano, vol. XII, n.º 375, 25 de Maio de 1889, p. 117.

²⁷³ “Contracto celebrado com a Sociedade Anonyma do Centro, de Bruxellas, para a Illuminação, tanto publica como particular, da Cidade de Lisboa”, in Camara Municipal de Lisboa, *Escrituras celebradas entre a Camara Municipal de Lisboa e a sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1915, p. 7.

²⁷⁴ A.C. cx. 115 S.G.O., [p.1].

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ *Ibidem* (sublinhado nosso).

²⁷⁷ Assim divididos: 38 600m² alugados, pertencentes à Câmara Municipal de Lisboa e 4 000 m² comprados à Companhia dos Caminhos de Ferro.

projecto, para Cascais. Em 10 de Março de 1888, dirigindo-se desde Paris *A Son Excellence Monsieur Palha*²⁷⁸, *Président de la Chambre Municipale de Lisbonne*, o Presidente da *Gaz de Lisbonne*²⁷⁹, informou:

Nous sommes toujours très vivement préoccupés de conserver au terrain de Belem sa plus grande surface utile, en vue des installations de gaz qui, dans l'avenir doivent être capables de produire jusqu'à cinquante millions de mètres cubes par an.

Le chemin de fer et le boulevard projetés en travers de ce terrain, sont à ce point de vue une grave embarras pour nous.

*Nous venons d'adjuger les travaux de canalisation qui comporteront après achèvement la dépense de plus de cinq millions de francs. La conduite maîtresse de quatre-vingts centimètres est en partance pour Lisbonne [...] Nous venons donc de vous prier, Monsieur le Président, de vouloir bien faire délimiter officiellement et définitivement le tracé de la zone réclamée par le Ministre de la Guerre, le tracé du Chemin de fer et du Boulevard, de telle sorte qu'il n'y ait plus de contestations de la part de qui que ce soit*²⁸⁰.

Depois de vária correspondência – da Secretaria d'Estado dos Negocios da Guerra ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa de 14 de Março de 1888, dando conta de um parecer da Comissão de Defesa sobre a construção da fábrica²⁸¹; em 30 de Março foi a vez da *Gaz de Lisbonne* se dirigir, de novo, à C.M.L., escrevendo: “acerca do terreno em Belem, pede que a camara influa para a prompta delimitação do terreno, para proceder á instalação das officinas e deposito de materiaes”; a 17

²⁷⁸ Fernando Pereira Palha Osório Cabral, presidente da C.M.L. de 1886 a 1890.

²⁷⁹ Barão G. de Soubeyran.

²⁸⁰ A.C., cx. 115, SGO.

²⁸¹ No seu ponto 3.º dizia: “Quando for necessario, por motivo de defesa, poderá o Ministerio da guerra determinar que a empresa concessionaria proceda á sua custa n'um dado praso á demolição total ou parcial das obras e á remoção dos materiaes em ordem a desembaraçar o espaço que lhe for dedicado, sem direito a indemnisação alguma” (A.C., 115 SGO).

de Março a Secretaria da Guerra, “em additamento” ao officio citado, autorizou que a “Empreza Constructora de uma fabrica de gaz nos terrenos adjacentes á Torre de Belem” pudesse fazer provisoriamente depósitos de carvão e outros materiais²⁸². Em 18 de Abril, em comunicação dirigida à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, a Gaz de Lisboa informou:

*Nous avons l'honneur de porter à votre connaissance que l'entreprise du **Gazomètre** de Belem a été adjugée à la maison Bonnet Spazin de Lyon-Vaise. [...] Pour les **fours**, l'adjudication c'est M.r Leclair ingénieur à Dijon. Pour la **condensation, le lavage, l'épuration**, la maison Walker de Londres. Pour l'**extraction, le compteur de fabrication, le régulateur, l'indicateur**, c'est la C.ie Générale pour la Fabrication des appareils à Gaz de Paris²⁸³.*

Como escreveu Mariz Simões: “Sem a menor dúvida, a actividade desenvolvida pela Gaz de Lisboa, nesta primeira fase da sua vida, foi notável, pois que a fábrica do gás de Belém (como passou a ser conhecida) começou a funcionar em Março de 1889 e, em Junho desse ano, já estavam lançados 224 km de canalizações de vários calibres e haviam instalado mais de 7 000 candeeiros para iluminação pública”²⁸⁴. A este frenesim correspondeu um movimento de conquista extensiva do terreno de Belém²⁸⁵.

²⁸² A.C., cx. 115, SGO.

²⁸³ A.C., 115, SGO. Sublinhado no original.

²⁸⁴ Mariz Simões, *op. cit.*, p. 48. Lembre-se a Condição 14.^a do *Contracto* referido supra: “As edificações e obras de canalização serão empreendidas de modo e com a celeridade necessaria para que o gaz seja fornecido á parte antiga da cidade no praso de doze mezes a contar da data da adjudicação d'este contracto, ou seja em nove de Julho de mil oitocentos e oitenta e oito” (p. 7).

²⁸⁵ Belém não era estranho a empreendimentos industriais, sendo mesmo a porta de entrada para a nossa aventura pela energia a vapor. Ver Paulo Oliveira Ramos, “Do Porto do Restello, a-par-de-Lisboa ao cais de Belém”, in *Centro Cultural de Belém. Concurso para o projecto*, Lisboa, IPPC, 1989, p. 121-129 e “Em torno de um lugar comum: a prioridade do uso do vapor”, in *Arqueologia Industrial*, 2.^a Série, vol. 1, n.º 1-2, Vila Nova de Famalicão, 1993, pp. 63-66.

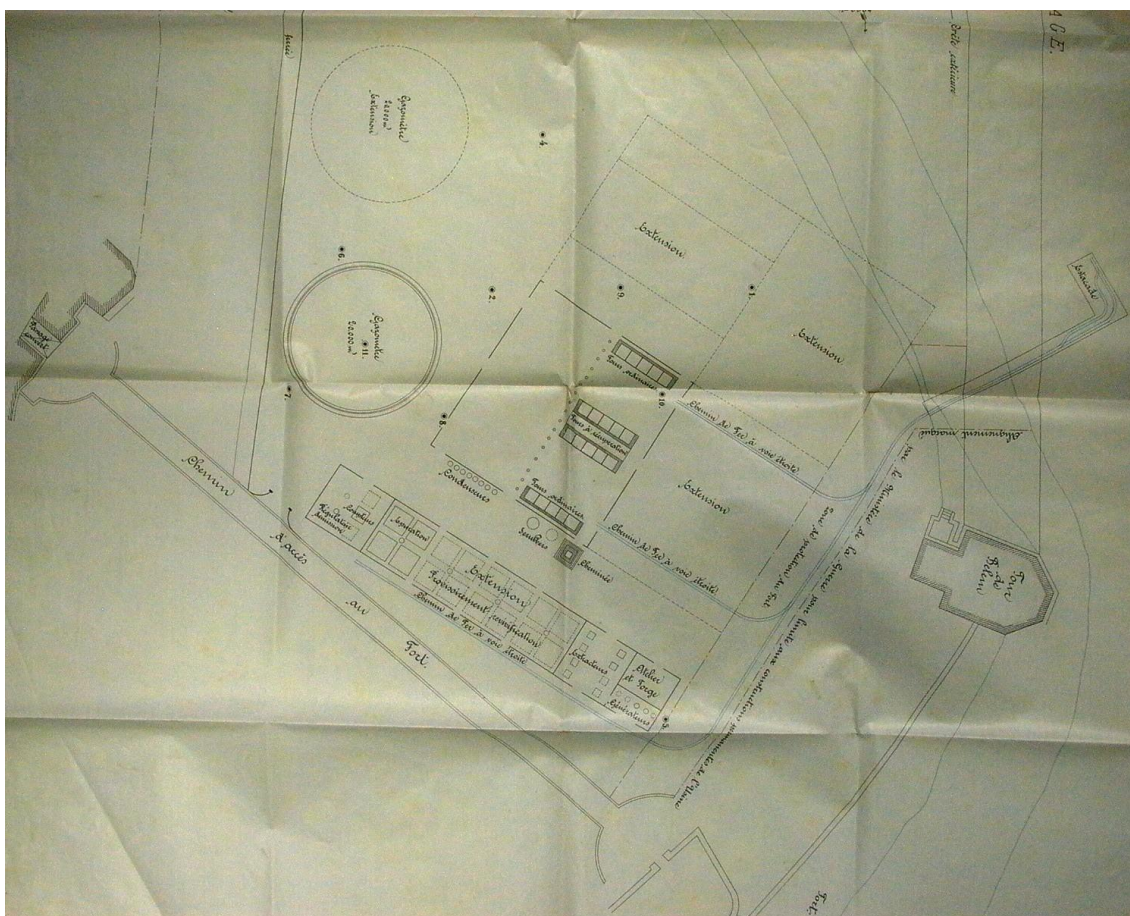


Fig. 8

Gaz de Lisbonne. Plan général de l'Usine (A.C., Planta 7422)

Melhor do que a planta – *Plan Général de L'Usine* – existente nos arquivos municipais do Arco do Cego e Alto da Eira, são os vários *marions* dos alçados e cortes, inéditos, guardados neste último arquivo²⁸⁶. Aí se revela em azul e branco a pluralidade dos equipamentos construídos e o gigantismo do complexo fabril: gasómetros telescópicos com 20 m de altura, 40 de diâmetro e 20.000 m³ de

²⁸⁶ A.E., Pasta *Companhia "Gaz de Lisbonne" Projecto de Fabrica* (Gaveta A-6-2 Gav. 96). Quase todos os desenhos ostentam no verso um carimbo onde se lê: "GAZ DE LISBOA / Sociedade anonyma de responsabilidade limitada / 37 – Rua do Ferragial de Cima – 1.º". A listagem original manuscrita e em francês destes 26 *marions*, em falta no AM do Alto da Eira, encontramos-la no AM Arco do Cego com o título *Gaz de Lisbonne. Note des plans remis à la Chambre Municipale*.

volume; casas das máquinas e caldeiras, oficinas, depósitos, armazéns, sala de condensadores horizontais e verticais, sala de lavadores e *scrubbers* com mais de duas dezenas de metros e uma soberba escada em caracol; as baterias de fornos, cisternas, habitações, pavilhões, cocheiras, telheiros, garagens e a(s) chaminé(s) de 35 metros de altura²⁸⁷ – que, afinal, viriam a ser duas, com 50 metros²⁸⁸ – tudo junto, bem junto, a uma Torre que pouco ultrapassa os 30 metros...

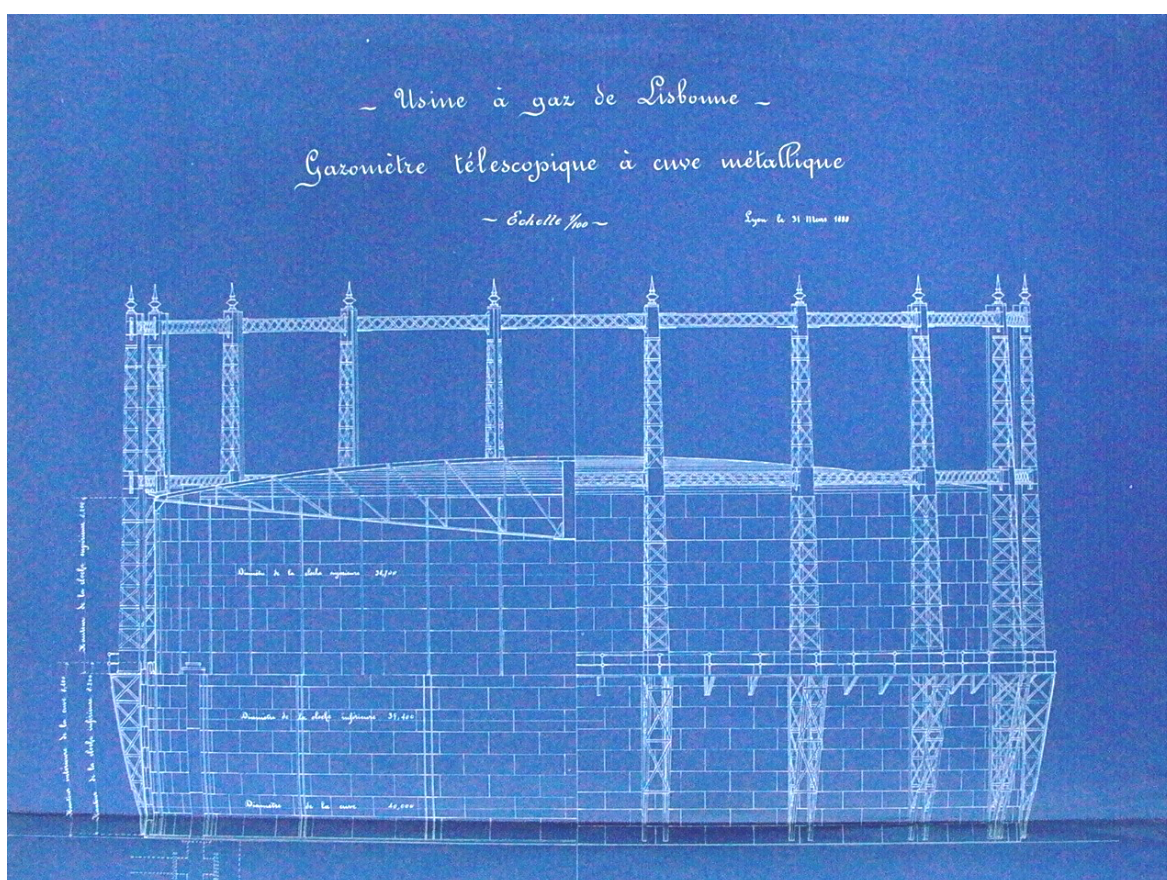


Fig. 9

Gazomètre télescopique à cuve métallique (A.E.)

²⁸⁷ Reporto-me a um dos *marions* mais espectaculares do A.E., o n.º 10: “*Cheminée: de 35 m*”.

²⁸⁸ *Diário de Notícias*, 8 de Julho de 1950.

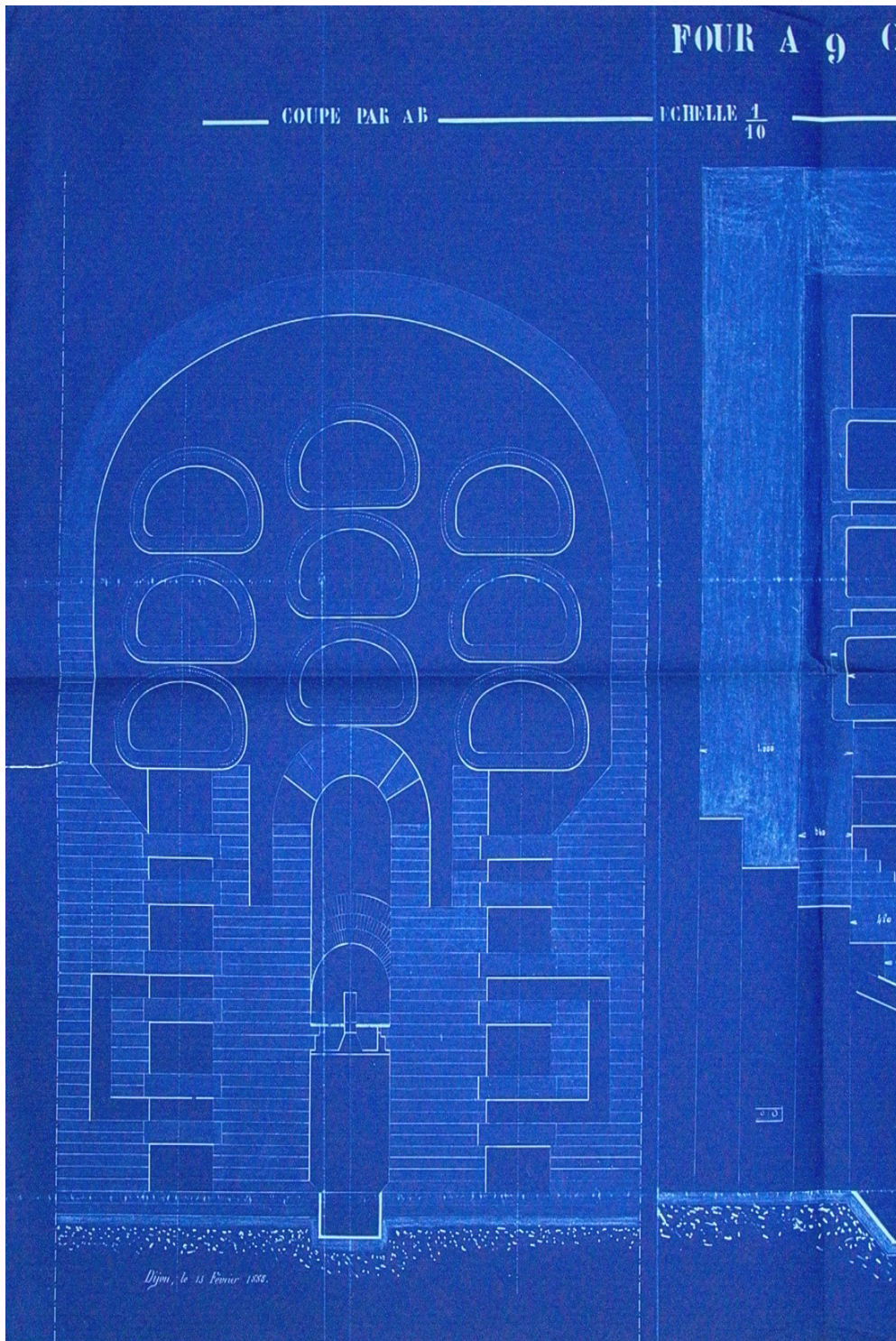


Fig. 10
Four à 9 cornues (A.E.)



Fig. 11
Tour de 35 m (A.E.)

De todos os componentes do vasto conjunto destacavam-se, seguramente, as longas chaminés, uma das quais é dominante numa fotografia de Kurt Pinto. Verdadeiro obelisco, pela forma, dimensão e base, erguia-se para o céu marcando novos

tempos – e fazendo lembrar uma certa iconografia industrial²⁸⁹, como *Coalbrookdale by Night* (1801), de Philip James de Loutherbourg (1740-1812) ou *View of the Opening of the Glasgow and Garnkirk Railway*, de David Octavius Hill (1802-1870) –, sendo mesmo o símbolo da Revolução Industrial²⁹⁰.

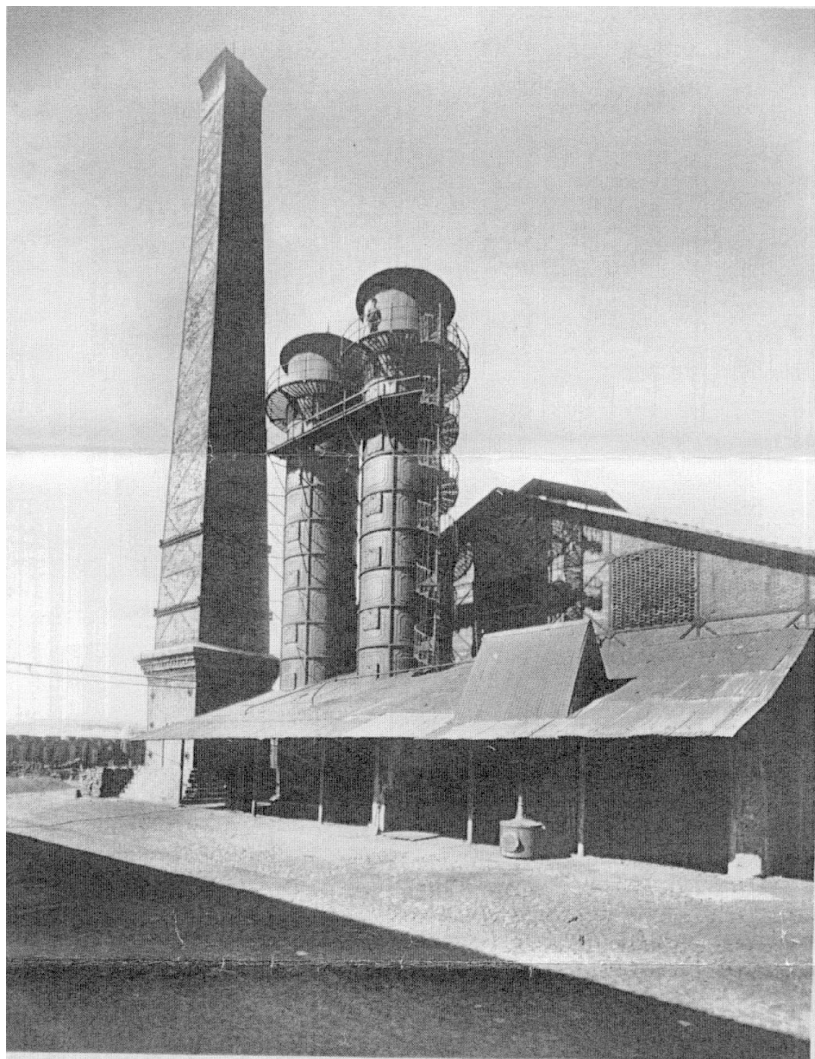


Fig. 12

Kurt Pinto, A Fábrica de Gás de Belém (A.H. da E.D.P.)

²⁸⁹ Sobre estas matérias ver, por todos, Francis D. Klingender, *Arte y Revolución Industrial*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1983.

²⁹⁰ Ao gizarmos, em 1980, o emblema da primeira associação portuguesa dedicada à arqueologia industrial, a A.A.I.R.L., recorreremos, *pour cause*, a uma chaminé e a um telhado em *sheed*.

4. O apoio à fábrica

“Viva a nova companhia do Gaz! Morra a lamparina!”

Diário de Notícias, de 2 de Junho de 1889.

O já citado *O Occidente*, no seu número de 21 de Maio de 1889, publicou um extenso artigo ilustrado com um *dezenho do natural* por L. Freire. Aí se historiava o concurso; se dava conta do “logar escolhido”; também das dificuldades ultrapassadas com “o auxilio da camara, muito especialmente do digno presidente e a boa vontade da Companhia dos Caminhos de Ferro”²⁹¹, a que o articulista acrescentou:

Desde o mez de abril ultimo que o bairro de Belem se acha illuminado pela nova companhia, e por todo o proximo mez de junho deverá essa illumination estender-se a toda a Lisboa.

Parece que d’esta vez Lisboa ficará sufficientemente illuminada, porque para alem do gaz da nova companhia apresentar mais força luminosa, que o antigo – e isto muito principalmente em consequencia da canalisação ser nova e mais ampla – o numero de candeiros é maior por estarem collocados a mais curto espaço uns dos outros²⁹².

O desenho, esse, mostra-nos uma vista geral do empreendimento, em que ressalta, num primeiro plano sobre a esquerda, um avantajado gasómetro; os edificios da sala de emissão e os depuradores, sobre a direita; num segundo plano, ao centro, os condensadores “Walker”, o edificio dos fornos, os *scrubbers* e uma chaminé fumegante e, em derradeiro plano, quase imperceptíveis, três ameias, duas guaritas

²⁹¹ *O Occidente*, vol. XII, n.º 375, 12.º ano, 21 de Maio de 1889, p. 117.

²⁹² *Ibidem*.

e um “pavilhão das quinas” tremulando “mascarrado de carvão como um chéché de entrudo”²⁹³. Era a Torre de Belém visível de Norte para Sul...

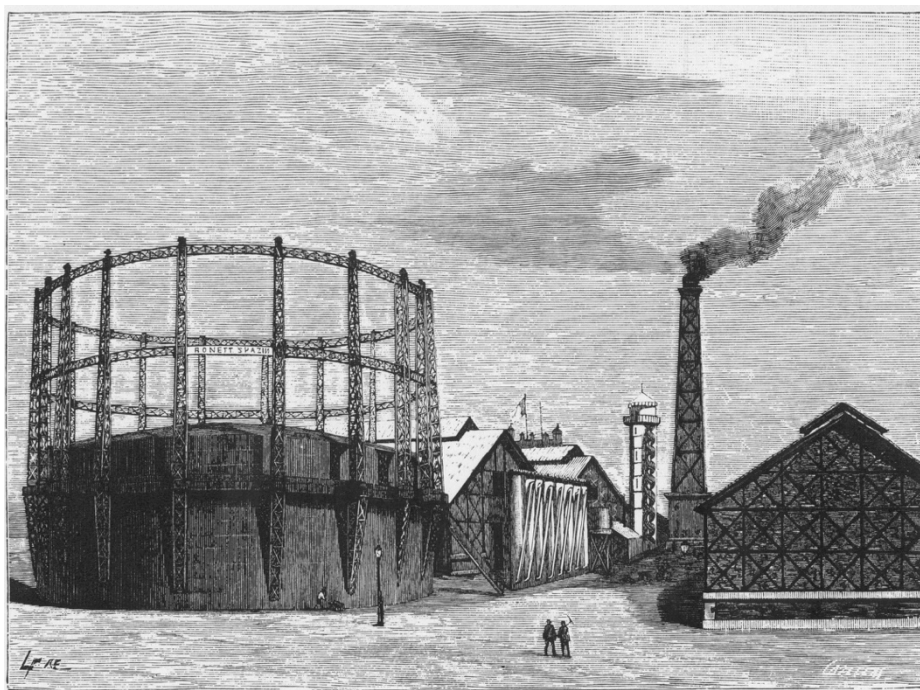


Fig. 13

“Gazometro da Nova Companhia ‘Gaz de Lisboa’”

(Dezenho do natural por L. Freire)

O Occidente, vol. XII, n.º 375, 12.º ano, 21 de Maio de 1889, p. 117.

O *Diário de Notícias*, por seu lado, na edição de 2 de Junho de 1889, referiu em lugar de destaque:

Pode dizer-se que o verdadeiro facto de hontem foi a inauguração da iluminação da cidade pela nova companhia do gaz.

Effectivamente o movimento nas ruas de Lisboa e principalmente nas da cidade baixa, tinha um augmento extraordinário [...] dir-se-ia um dos bairros de Paris na sua vida habitual²⁹⁴.

²⁹³ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p. 84.

²⁹⁴ Tal comparação esteve já presente aquando da primitiva inauguração da iluminação a gás de Lisboa: “Na noite de 30 do passado começou a bellissima illuminação a gaz, nesta Capital. O ensaio não podia ser mais feliz; e ouvimos dizer, que mesmo em Paris, e em Londres, não é esta

No Chiado, o effeito produzido pela nova illuminação imprimia um tom elegante aquella nossa principal rua. Os candieiros ali collocados, tem uma força de luz muito superior à dos antigos, e produzem magnífico conjuncto. A rua do Ouro parecia um boulevard de Bruzellas [*sic*], e os americanos, ripperts e trens davam-lhe uma animação anormal.

Na Avenida, que a luz electrica abrihantava com a sua bella claridade, era enorme a concorrência e a vista dessa magnífica allêa tinha o mais distincto aspecto. Os candieiros ali acessos faziam como que o effeito de uma vella ao lado da luz de magnésio.

A opinião geral era de que a illuminação não podia ser melhor e que ella se conservar sempre com a mesma intensidade Lisboa ficará compensada dos inconvenientes por que passou os intermináveis trabalhos das canalizações e consolada em parte, na perda d'alguma vida [...] Grande número de rapazes, percorriam as ruas da baixa, dando vivas à companhia do gaz.

Uma das phrases:

Viva a nova companhia do Gaz! Morra a lamparina!²⁹⁵.

Os *Pontos nos ii*, de 14 de Junho, em illustração intitulada *Gaz Novo* e onde são visíveis os novos (e os velhos) candieiros e as figuras do Zé Povinho e Fernando Palha, então presidente da Câmara, vestido de “cidade de Lisboa”, dava conta que:

Desde a inauguração dos candieiros novos, que em Lisboa as noites parecem dias, e os dias, noites, tão scintillante, tão clara, tão excessiva a luz que d'elles jorra. Lua e sol estão furiosos com este rival que á ultima hora lhes surge, a destruir-lhes os creditos, há tantos milhares d'annos assentes.

luz mais resplandescente” (*Collecção dos Documentos da Illuminação a Gaz*, 1.^a Serie, Lisboa, Imprensa Democratica, 1882, p. 139).

²⁹⁵ *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 1889.

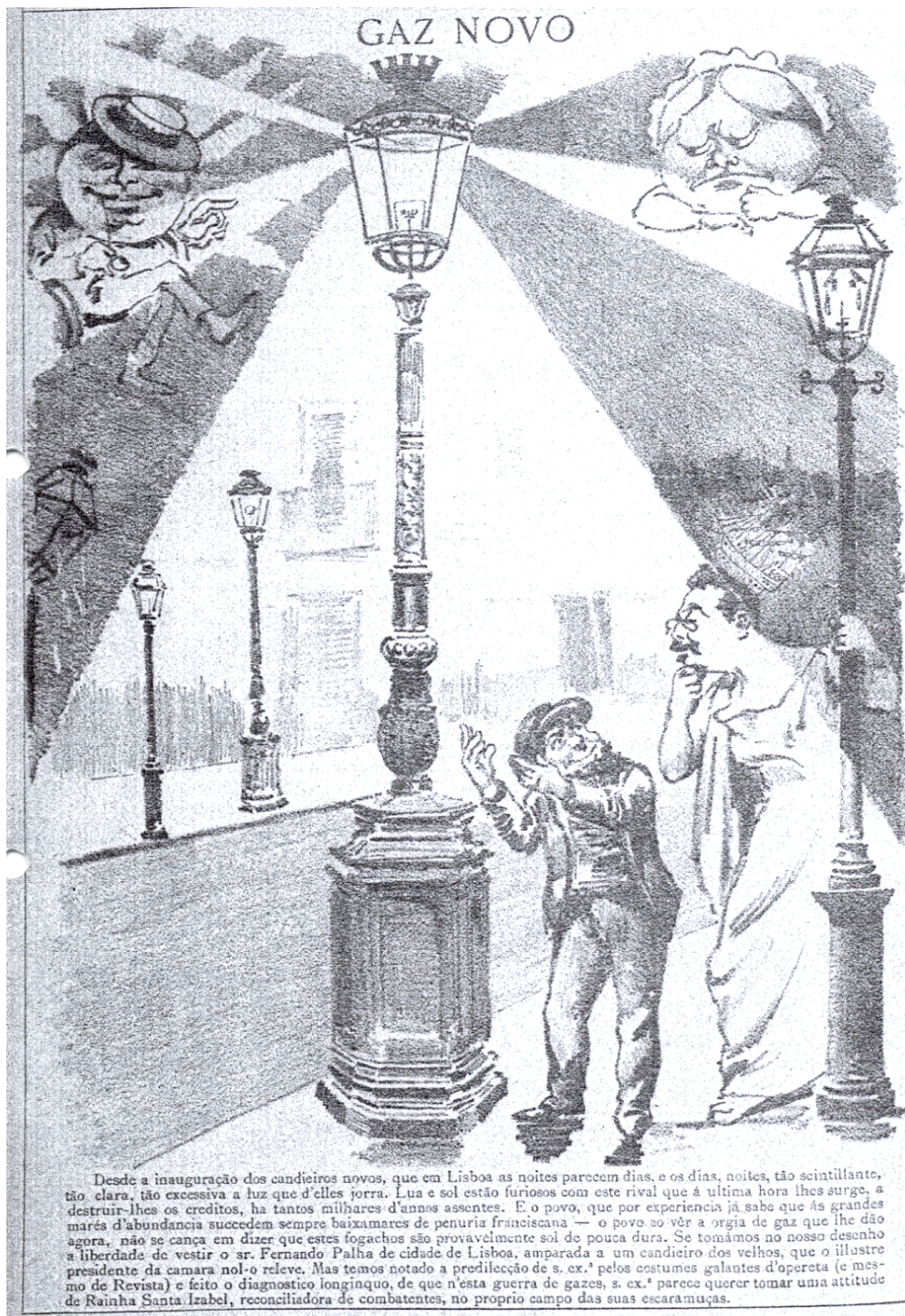


Fig. 14
 “Gaz Novo” (*Pontos nos ii*, 14 de Junho de 1891)

5. Os protestos patrimonialistas

“Lá está. Não há nada mais patriótico, mais elegante, de mais gosto”.

Diario Illustrado, 29 de Dezembro de 1888.

Segundo Lúcia Rosas a “centúria de oitocentos é francamente histórica e nacionalista [...] e por isso é igualmente a época dos heróis nacionais, míticos, reais ou mitificados”²⁹⁶. Na abordagem da questão da salvaguarda da Torre de Belém este pormenor é significativo. A Torre em si é fruto da época mais heróica da nossa história colectiva. Dos tempos da denominação espanhola herdara os denominados “quartéis filipinos”, de que seria expurgada em 1846, sob a orientação do engenheiro militar António de Azevedo e Cunha. Dos anos de “degradação dos valores nacionais” herdara o farol (1865) e, agora, a companhia da Fábrica de Gás.

Ao historiar os caminhos da salvaguarda do património, John Earl concluiu que os “*Preservation movements commonly make progress following the shock of single traumatic act of destruction (the Abbey of Cluny, the Euston Arch, New York’s Pennsylvannia Station) or from popular reaction to a surfeit of change*”²⁹⁷. A primeira onda de reacção toma, geralmente, a forma de um protesto na imprensa, de preferência num órgão de grande expressão nacional. Foi assim que os jornais, ora com artigos assinados por “simples” jornalistas, ora por nomes já célebres

²⁹⁶ Lúcia Rosas, *op. cit.*, p. 34.

²⁹⁷ John Earl, “London government: a record of custodianship”, in *Preserving the Past. The Rise of Heritage in Modern Britain* (Michael Hunter, ed.), Phoenix Mill, Alan Sutton Publishing Ltd, 1996, p. 58. Sobre os três exemplos ver, respectivamente: Louis Réau, *op. cit.*, pp. 586-589; Gavin Stamp, “Twentieth-century conservation Societies”, in *Preserving the Past. The Rise of Heritage in Modern Britain*, pp. 89-91 e Hilary Ballon, *New York’s Pennsylvannia Stations*, New York, Norton, 2002.

ligados à causa patrimonial, desde cedo, estiveram à frente das associações e das instituições, privadas ou estatais, mesmo daquelas *engagées* na causa patrimonial.

Herdeira de uma longa tradição – autores há que falam mesmo de um “*museo de papel*”²⁹⁸ – a Imprensa deu, ao longo do século XIX²⁹⁹, um contributo inestimável para a causa patrimonial. Portugal também acompanhou esse movimento, como constatou Victor Ribeiro logo em 1915 ao escrever: “Já desde 1834 a corrente literária contribuía com mais um elemento importante para o avigoramento e difusão dos estudos arqueológicos. Era o das revistas, algumas ilustradas, de vulgarização, que se ocupavam as mais das vezes da descrição dos monumentos, das obras de arte, de muitas pequenas notícias históricas. Tais fôram a – *Mnémosime Lusitana*, o *Mosaico*, o *Recreio*, o *Panorama*, o *Universo Ilustrado*, o *Archivo Popular*, o *Archivo Pittoresco* e tantas dezenas de publicações semelhantes”³⁰⁰.

No caso vertente foi o que aconteceu. E foi assim que vimos alguma da imprensa periódica militar na própria causa patrimonial, promovendo a salvaguarda da Torre. Salvaguarda activa, como referiu em 1912, na primeira página do seu jornal, um jornalista de *O Século*:

O pleito já foi muitas vezes discutido na imprensa periodica e cabe ao Seculo uma parte não pequena na campanha levantada contra o crime de lesa-estetica cometido pela Companhia do Gaz, crime de que algumas vereações dos tempos monárquicos se fizeram voluntariamente cúmplices. Comtudo, não é demais recorda-lo nas suas

²⁹⁸ Ignacio González-Varas, *op. cit.*, p. 30. Jukka Jokilehto lembra, a propósito, o *Museo Cartaceo* (“museum chartaceum”) de Cassiano dal Pozzo (*op. cit.*, p. 49).

²⁹⁹ “Este século é tão destruidor como criador, matou a Livraria e pôs em seu lugar o Jornalismo. Assim devia ser, porque este século é popular. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos”. António Feliciano de Castilho, *cit.* in Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, “Produção e reprodução cultural”, in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. V, p. 693.

³⁰⁰ Victor Ribeiro, *op. cit.*, pp. 21-22.

fases mais salientes, dando larga publicidade aos fundamentos da ação que a Camara move á Companhia³⁰¹.

Ou, noutro exemplo, Leitão de Barros, lembrando “as edições deste jornal – o *Notícias Ilustrado* – em que, com impressionantes gravuras, procurávamos criar o ambiente que exigisse a remoção dessa vergonha nacional”³⁰².

5.1. Imprensa periódica: O caso do *Diario Ilustrado*

Cremos ter deixado evidenciada a nossa adesão à tese que apresenta a imprensa intimamente ligada à preservação do património. Nos alvares da confrontação Torre de Belém *versus* Fábrica de Gás será obrigatória a referência ao *Diario Ilustrado*, logo desde 14 de Junho de 1888, isto é, em plenas obras de construção do complexo fabril e a um ano da sua entrada em funcionamento.

O primeiro artigo que o *Diario Ilustrado* publicou tinha o título “Forte do Bom Sucesso”, e olhava a questão da ocupação da zona (quase) exclusivamente de um ponto de vista militar. Aí se lia:

Como complemento dos erros que, para a defeza da capital, se notam no traçado do caminho de ferro de Cascaes, vae agora estabelecer-se uma fabrica de gaz nos terrenos contiguos ao forte do Bom Sucesso, distante da muralha vinte e tantos metros, o que vale o mesmo que dizer dentro do proprio forte!!

³⁰¹ “Á Volta da Torre de Belem. Quem vencerá? A camara Municipal ou a Companhia do Gaz? O monumento manuelino continuará a ser desfeido pelo negro de fumo?”, in *O Século*, 28 de Fevereiro de 1912, p. 1. Ver Capítulo III.

³⁰² Leitão de Barros, “O Tesouro de Restelo”, in *Diário de Notícias*, 21 de Outubro de 1958, p. 1.

Isto chega a ser inacreditável!³⁰³ [...] Além do perigo permanente de incendio haveria o grave inconveniente das chaminés da fabrica ficarem sendo uma balisa, por onde qualquer navio inimigo, que se propozesse bombardear o forte, regularia as pontarias dos seus canhões, principalmente de noite, em que as gigantescas chaminés vomitam de fogo a grande altura.

A terminar, o autor – que assina S – não deixou de referir que

a torre de Belem tão elegante e admirada dos estrangeiros que passam pelo nosso porto, perderia muito da sua beleza austera, **confundindo-se no horizonte com as contiguas e fumarentas chaminés, que vistas do rio pareceriam, em algumas direcções, saídas da propria torre!**³⁰⁴.

Premunitoriamente, diríamos, como um “Plano hidrografico do Porto de Lisboa”, gravado em 1932-1933, nos deixará ver.

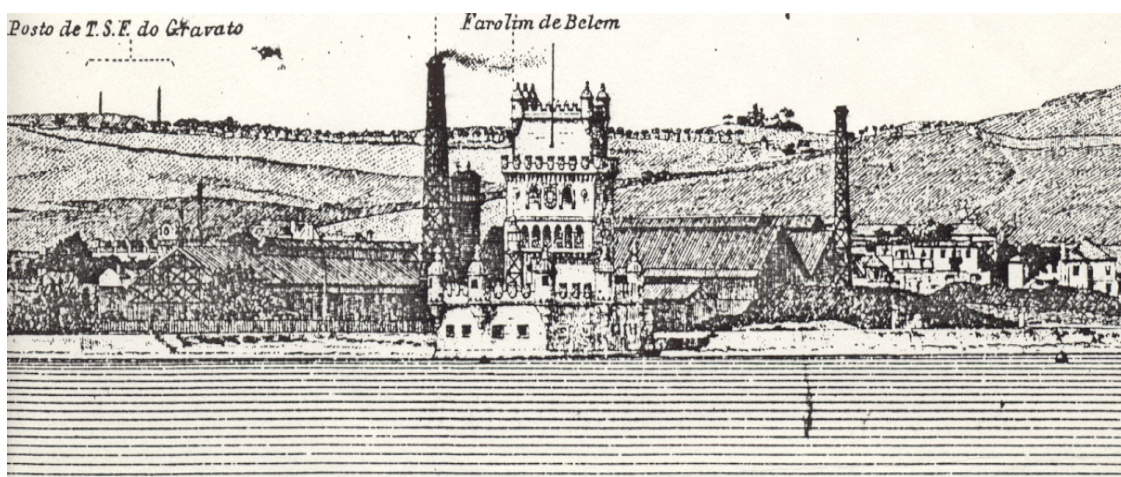


Fig. 15

Costa Oeste de Portugal./ Plano hidrografico do / Porto de Lisboa / Levantado pelos / Officiais em serviço na Missão hidrografica da Costa de Portugal / 1930 a 1932 (Col. Particular).

³⁰³ “Gastar centenas de contos n’um dos principaes fortes que defendem a capital e nos seus canhões de grosso calibre, para no fim de contas pôr os seus paioes em eminente risco d’incendio, pela vesinhança, a poucos metros, de enormes fornalhas que tem de estar em constante laboração de dia e de noite, isto só ao diabo podia lembrar.

Se ahi ainda ha alguém que tenha olhos para ver, a quem os mais importantes assumptos militares estão confiados, que mande embargar... immediatamente as obras que se estão começando para a tal fabrica” (14 de Junho de 1888).

³⁰⁴ *Diario Illustrado*, n.º 5452, de 14 de Junho de 1888 e n.º 5453, do dia seguinte, p. 2 (*sublinhado nosso*).

Maior, muito maior, foi o envolvimento do *Diario Illustrado*³⁰⁵ entre 23 de Dezembro de 1888 (n.º 5644) e 14 de Dezembro de 1889 (n.º 5696), quando publicou uma série de vinte artigos, nunca assinados, intitulados “A questão do gaz”. Da leitura cuidadosa que fizemos desses textos sobressaiem os oito primeiros testemunhos – que à frente, pelo seu interesse, se revelam, por vezes extensivamente – e que em conjunto fornecem a atmosfera, porventura apaixonada, do envolvimento do jornal na defesa da Torre de Belém.

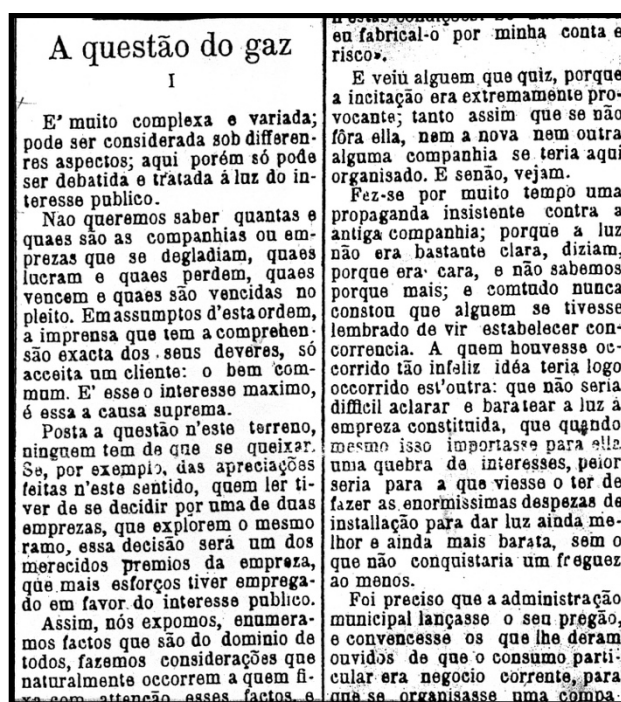


Fig. 16
Diario Illustrado “A questão do gaz” I (23 de Dezembro de 1888)

Em “A questão do gaz” I (23 de Dezembro de 1888) o jornal, depois de referir que essa questão “é muito complexa e variada; pode ser considerada sob diferentes aspectos; aqui porém só pode ser debatida e tratada à luz do interesse publico”, põe em causa a existência de uma segunda “companhia de iluminação a gaz em

³⁰⁵ Existe microfilmado na Biblioteca Nacional de Lisboa, parcialmente em mau estado e, no suporte original, na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Lisboa”, concluindo que “francamente, ainda se comprehendia que a cidade fosse exposta aos grandes incommodos para o transitio, e aos grandes riscos para a saude, que não póde deixar de trazer consigo o assentamento de uma canalisação em toda ella e ao mesmo tempo; que se lhe augmentassem os perigos de que tambem não é isento este systema de luz [...] O mesmo systema, a mesma cousa!”³⁰⁶.

Em artigo, editado dois dias depois (25 de Dezembro de 1888), refere-se à higiene urbana e policia sanitária. Quatro dias passados (29 de Dezembro de 1888), apareceu um novo artigo – “A questão do gaz” III – onde o autor, depois de questionar “Que lucra a cidade com este reviramento, com esta desordem, com esta destruição? Dizem que vae ter o que já tem: gaz”, conduz-nos ao campo do património:

Deixemos, porém, outra vez o dizemos, deixemos esta derrocada, que falla por si, e contra a qual é geral a indignação, vejamos a questão sob outro aspecto, que significa ou revela nem mais nem menos do que um attentado contra um monumento nacional.

Para o autor do texto o

castello de S. Vicente, ou a Torre de Belem [...], além de ser uma preciosidade architectonica, é um monumento historico. **Até á criação da nova companhia do gaz havia entre nós o culto dos monumentos.** Isto comprehende-se que assim fosse n’um paiz que vive principalmente das tradições. [...] Veiu a nova companhia do gaz, que não tem privilegios nem goza de favores, e edificou ao lado d’este monumento o seu gazometro. E foram os que a chamaram á vida quem lhes disse: “o melhor local é ali.”

E o articulista continuou:

³⁰⁶ 23 de Dezembro de 1888.

Lá está. Não há nada mais patriótico, mais elegante, de mais gosto. De frente ficam os Jeronymos. O que vale a Torre de Belem, o soberbo templo de Santa Maria de Belem, as recordações do Rastello, a descoberta da India, a memoria de Vasco da Gama em presença da nova companhia do gaz! Tudo bagatellas!³⁰⁷

Mal pensavam então os estrenuos defensores da historia patria, das glorias e da arte nacionaes que [...] havia de surgir ali, para ficar per omnia soecula soeculorum, uma fabrica de gaz, com as suas chaminés altissimas, as suas chammas esbrazeadas e o seu negro fumo.

Mas isto não são privilegios, não são favores, não são isso, porque são simplesmente attentados.

Os Jeronymos, a Torre de Belem e outros padrões assim, serão monumentos nacionaes, e portanto de todo o paiz, serão pedaços, páginas inteiras, da historia patria, ou serão pertences do municipio? Serão edificações como o matadouro, a abegoaria, o mercado 24 de Julho, et reliquia, ou serão estadios indestructiveis das glorias portuguezas? [...] protestando contra o desacato feito aos seus documentos mais preciosos.

Infelizmente, porém, apesar d'esses protestos triumphara o vandalismo, porque a nova companhia, não deixando pedra sobre pedra, continuará a alastrar de ruinas as ruas da cidade, continuará a investir com os monumentos, até que lhe dê na cabeça expropria-los tambem por sua utilidade, que é uma utilidade muito maior do que a maior que até agora se conhecia, a face de todos os principios e de todos os codigos, a utilidade publica. [...] Os mais benignos classificam o que para ahi se está passando como uma loucura, tão manifesta em quem veiu tentar a exploração como em quem chamou por ella.

³⁰⁷ “Ha annos, e não ha muitos ainda, toda a imprensa de Lisboa protestou una voce contra a existencia de um cazebre que estava a um canto do largo dos Jeronymos, como que a affrontar o monumental edificio. Disseram-se então coisas admiraveis, como se poderão dizer sempre que se falle d'aquelle livro de pedra, verdadeiramente immortal como devia saer uma epopeia tão grandiosa”, in *Diario Illustrado*, 23 de Dezembro de 1888.

No artigo seguinte (*Diario Illustrado*, 1 de Janeiro de 1889, “A questão do gaz” IV) mantem-se o olhar patrimonial do jornal: “Ainda o desacato aconselhado e admittido á nova companhia, que desacato se deve chamar á construcção do gazometro junto da Torre de Belém”. Historia-se o monumento e lembra-se a ideia que vem de 1840 de o transformar em museu³⁰⁸, a exemplo do que se fez na torre de Londres, lamenta-se que “ainda até hoje não foi possivel realizar aquelle pensamento.”

Pois sendo a Torre de Belem esta preciosidade, o que se entendeu de mais proprio, de mais condigno, de mais accomodado para lhe collocar ao lado, para lhe fazer sombra, para como que a esconder aos olhos dos que entram a barra, aos quaes parecia bradar *álerta*, como sentinella avançada do soberbo templo dos Jeronymos, o que se entendeu de mais proporcionado para se lhe contrapôr foi o gazometro da nova companhia.

Relevando o direito à indignação – que outros, posteriormente, repetirão muitas vezes – escreveu então o articulista:

Se alguma vez correu ao brio nacional, ao gosto publico, e á missão dos governos o dever de se levantarem contra um attentado em que a historia, as tradições, a arte, tudo quanto possa haver de mais caro a um povo seja ao mesmo tempo affrontado e vilipendiado, é esta!

Lembrando a proibição de realizar a exposição industrial de 1888 no Terreiro do Paço³⁰⁹, o autor do texto lamentou ainda:

³⁰⁸ Ver Cap. VI.

³⁰⁹ O jornal recordou que a “camara oppoz-se, e não faltou quem lhe desse razão. Mas oppoz-se porquê? Porque, dizia, d’uma praça d’aquella imponencia, á beira do Tejo, no seu principal desembarcadouro não podia, não devia consentir-se pejamento, construcção, que lhe cortasse as suas linhas geraes.

E tratava-se d’uma exposição, que tambem era um monumento aos nossos progressos; tratava-se d’uma exposição cujos edificios era [*sic*] destinados a durar dez mezes apenas! Venceu a esthetica, venceu o Terreiro do Paço”.

Só para os monumentos de Belem não ha um resto de consideração, antes ha o maximo desprezo, porque a exposição era fugitiva, e o gazometro é feito para durar indefinidamente, segundo os calculos dos que o edificam e dos que o toleram; por que o [*sic*] pavilhões da exposição ainda tinham alguma elegancia, e o gazometro é uma monstruosidade.

E não são apenas estas as considerações pelas quaes se deverá levantar um protesto contra semelhante attentado.

No *Diario Illustrado* de 3 de Janeiro de 1889 (“A questão do gaz” V), o anónimo jornalista voltou-se ora para a defesa de um espaço de lazer – a praia – perguntando: “Em que condições fica a praia da Torre, estabelecido e funcionando ali o gazometro para continuar a servir de praia de banhos? Pois tudo era empurrar do Aterro o gazometro da antiga companhia, com o pretexto de que uma visinhança insalubre, de que era um perigo, de que as suas exhalações eram mephyticas, e agora insinua-se, auctorisa-se, tolera-se que o gazometro da companhia nova funcione n’uma praia de banhos, a mais frequentada, porque a sua situação é a mais accessivel, a mais facil, a mais commoda?”; e de uma actividade comercial – a feira – : que diz: “Ao commercio d’aquella localidade tirou uma feira, que lhe dava uns interesses com que pode contar por largos annos; tirou-lhe os banhos de mar, que faziam convergir para ali, no tempo proprio, mais de dez mil pessoas, além das que n’esse tempo, e para o mesmo fim, iam ali estabelecer a sua residencia. O que lhe dá em compensação? Um gazometro, uma fabrica de gaz, apesar de Belem ser já, e de ha muito, illuminada a gaz!”³¹⁰.

N’ “A questão do gaz” VI, publicada em 7 de Janeiro de 1889, em que o grande tema foi a saúde pública, pode ler-se:

Nunca de nosso tempo se permittiu cousa publica tão vexatoria, tão incommodativa, tão perigosa e tão infructifera para a cidade como esta. E n’isto

³¹⁰ 1 de Janeiro de 1889.

não ha divergencia de opiniões, porque só os auctores d'este enorme erro poderão discordar, não por convicção mas por força da situação que se crearam, só elles poderão discordar do voto e do parecer geral.

Os clamores e os protestos são unanimes. Deu-se pulso livre á nova empreza para fazer o que quizer, para alastrar a cidade de ruinas e fazer d'ella um charco, um pantano.

As posturas exceptuam-n'a, a fiscalização finge que nada tem com ella; e por mais que advirta, que proteste, o conselho de saude e hygiene, os que teem rigorosa obrigação de tornar effectivas essas advertencias fazem ouvidos de mercador.

De sorte que este abuso tem ainda, para o tornar mais revoltante, a aggravante de envolver o desprezo para com as prescripções d'um corpo scientifico, ao qual foi incumbida a gravissima missão de velar pela saude publica.

Está, pois, estabelecida e auctorisada a concorrencia mais desleal de que possa haver memoria, a infracção mais manifesta das posturas municipaes, a violação mais inaudita de um direito nunca contestado, o dos logradouros publicos.

A cada passo temos de voltar para traz ou de nos arriscarmos a precipicios; a cada passo nos sentimos encravados em atoleiros; a cada instante corremos o perigo de sermos accommettidos de doenças fataes, e tudo em nome e á ordem da nova companhia, que não veiu inventar coisa alguma, que não veiu dar á cidade vantagem ou goso de especie alguma³¹¹.

Em 10 de Janeiro de 1889, a crónica do *Diario Illustrado* – “A questão do gaz” VII – dava-nos conta que:

Temos visto sob que desastrados auspicios principiou a nova companhia, e temos considerado, o que seja licito esperar d'uma tentativa, que se estreia aos baldões como esta se estreia.

A contar do dia nove de julho de 1888, a parte antiga da cidade será illuminada pela nova companhia

³¹¹ 7 de Janeiro de 1889.

Isto se estipulou no contracto, e isto se dizia em tom emphatico, como se tratasse d'uma d'aquellas conquistas, que decidem dos destinos da humanidade.

No dia 9 de julho, antes de soarem nos campanarios as badaladas das Trindades, soaria **una voce** por toda a cidade o *fiat lux* portentoso.

Tenham os senhores paciencia, dizia-se aos municipes com affabilidade protectora, não ha remedio senão estarmos ás escuras até ao dia nove de julho; mas n'esse dia de festivas recordações para a familia liberal portugueza, n'esse dia, que já uma vez foi a segunda independencia da patria, Lisboa illuminar-se-ha mais clara do que a cidade invicta, onde os fogos rebrilham, como manifestações de alegria em honra de tão celebre data.

Era pelo Santo Antonio, e já se percebia que o promettido e decantado *fiat lux* tinha de ficar adiado para umas kalendas, que se não fossem as gregas haviam de ser muito parecidas.

Mais seis mezes, senhores, seis mezes que depressam passam. E que admiração? Isto de arrancar as pedras de todas as calçadas d'uma cidade como Lisboa pôde fazer-se n'um abrir e fechar d'olhos? Isto de estabelecer um gazometro, de montar uma fabrica faz-se do pé para a mão?

Em “A questão do gaz” VIII, publicado a 14 de Janeiro de 1889, lê-se:

Chegámos a este ponto. Nunca Lisboa esteve intransitavel como está agora. Não se podia dizer com verdade que o empedramento fosse perfeitissimo, que não houvesse poças d'agua e lama no inverno, e pó no verão, mas hoje... quem dera essas poças e esse pó! Hoje é um atuleiro, um precipio, que se estende de polo a polo, e que ha de custar muito tempo e muito dinheiro aos que se propuzerem [*sic*] a repôr tudo no estado em que estava antes de nova luz.

5.2. *Grandes plumes*

Nos alvares do(s) combate(s) pelo património encontraram-se sempre na primeira linha homens de letras, por vezes mesmo *grandes plumes*, na feliz expressão francesa. “*Inventifs et souvent prophétiques*”, no dizer de Patrice Béghain em obra que lhes dedicou, deve-se-lhes não só a “*dénonciation des pouvoirs locaux, de leur indifférence ou de leur incurie* [como também a enunciação da] *plupart des questions qui surgissent de façon récurrente de la gestion quotidienne du patrimoine [...] qu’il s’agisse du rôle des architectes, de l’équilibre à trouver entre conservation et restauration, de l’implication des archéologues, des critères de la conservation [...] la place des musées* [na verdade] *aucune question n’échappa à ces écrivains et, s’ils ne fournirent pas toutes les réponses, leurs prises de position et leurs actes constituent encore des références pertinentes pour notre réflexion et notre action*”³¹².

A propósito da questão da Torre de Belém *versus* Fábrica de Gás, a primeira referência *ilustre* que recolhemos veio de Júlio de Castilho, pouco antes de umas “Últimas palavras” datadas de Quinta da Vitória – Sacavém – 10 de Outubro de 1892, e insertas no volume V de *A Ribeira de Lisboa*:

O que se vê, quando se analisam quaisquer obras em Lisboa, é o desprêso constante do belo [...] emplastra-se com um cilindro colossal de ferro, chamado gasómetro, uma das maravilhas da arquitectura essencialmente portuguesa, a Tôrre de Belém [...] E quantos, quantos mais vandalismos poderiam citar-se!³¹³.

³¹² Patrice Béghain, *Guerre aux Démolisseurs!*, Vénissieux, Éditions Paroles d’Aube, 1997, pp. 39-41. A pleiade gaulesa referida por Béghain é constituída por Victor Hugo, Paul-Louis Courier, Charles de Montalembert, Marcel Proust e Maurice Barrès.

³¹³ Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, vol. V, Lisboa, C.M.L., 1944, p. 171 [1.ª ed., 1892].

O ano de 1896 ficaria marcado por duas³¹⁴ importantes intervenções. O primeiro texto veio de Sousa Viterbo no editorial do *Diário de Notícias* de 17 de Setembro³¹⁵, sob a epígrafe “A Torre de Belem”:

Bem sabemos que é mais facil commetter um erro do que reparar uma falta, mas nem por isso deixaremos de juntar mais uma vez o nosso brado ao côro que na imprensa se está levantando contra o gazometro que escurece e afeia, numa suja e torpe visinhança, a historica e monumental Torre de Belem.

Nos annaes do vandalismo artistico não conhecemos attentado que se lhe possa comparar, e muito mais nos pesa que ande ligado a este facto o nome de um cavalheiro, cujo talento e dotes pessoaes sômos os primeiros a respeitar. Bem se diz que os mais altos espíritos estão sujeitos a aberrações e que a nodoa tambem cae no mais fino panno.

O mal, porem, esta feito e não se lucra nada em estar com retalições e com ajustes de contas atrasadas. O que importa agora é alvidrar os meios de mais facilmente o remediar, procurando, sem oneroso gravame, apagar esta vergonha nacional. Não poderiam o municipio e a companhia do gaz chegar sobre este ponto a um accordo decoroso, sem que nenhuma das partes ficasse sensivelmente lesada?

Eis o ponto sobre que principalmente deve versar a questão e se o municipio conseguir realizar alguma cousa neste sentido, terá resgatado condignamente a culpa ou antes o crime commettido por uma das vereações transactas.

A Torre de Belem merece toda a veneração e todo o respeito, porque é certamente um monumento único no seu genero, tanto pelo lado militar, como pelo lado architectonico. Possuimos ainda grande numero de castelos medievaes, alguns delles bastante arruinados, outros ainda arrogantes na sua fresca velhice, mas todos elles se podem reduzir quasi que ao mesmo typo³¹⁶.

³¹⁴ Ou melhor, três, sendo a terceira um desenho de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, publicado em *O Antonio Maria*, e reproduzido mais à frente.

³¹⁵ Também no *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portuguezes*, 5ª Série, tomo XII, n.º 11, Julho a Setembro de 1912, pp. 489-491.

³¹⁶ Lembrou “o de Almourol, por exemplo, tem a saliental-o a sua posição pittoresca no Tejo. Os outros alcandoram-se no vertice dos montes sobranceiros ás povoações e servam apenas de enfeite

O estrangeiro que entra a barra de Lisboa, se fica impressionado com a grandeza do porto e com o marmoreo amphiteatro da cidade, uma das cousas que mais admira é o delicioso castello de S. Vicente, que o vem receber, não como o arauto dum povo de guerreiros, mas como a embaixatriz duma côrte de fadas.

A photographia³¹⁷ e as artes do desenho teem vulgarizado bastante a Torre de Belem, mas se ella estivesse em outro paiz, como a França, a Inglaterra e a Allemanha, muito mais generalizado se teria o seu conhecimento. Veja-se o que succedeu com a Torre Eiffel que é sem duvida um arrojo da engenharia e da industria metallurgica, mas que está longe de ter a distincção artistica do nosso monumento. Os francezes, se esta joia fôsse delles, te-la-hiam reproduzido de muitas maneiras, como teem feito com a Torre Eiffel, com a coluna Vendôme, e com outros monumentos seus, de que as artes industriaes se teem aproveitado ás mil maravilhas, ás vezes em objectos bem insignificantes³¹⁸.

Como dissemos acima, achamos hoje difficil, sem grande dispendio pecuniario, tirar o gazometro junto da preciosa fortaleza, impropriamente chamada manuelina, porque o seu estylo já é comum ao tempo de D. João II.

Uma esperança nos resta, ainda que longinqua, e essa depositamo-la ardentemente nos progressos que estão fazendo os diversos systemas de illuminação, sobretudo a electricidade. Ceci tuera cela. Que a electricidade mate quanto antes o gaz, e que

scenographico – mas que deliciosa scenographia! Afôra os castellos medievaes têmos tambem, profusamente espalhadas pelo paiz as fortalezas do systema Vauban, grande numero das quaes datam das guerras com a Hespanha depois da restauração” (p. 490).

³¹⁷ Ver artigo de Sousa Viterbo sobre esta matéria: “A photographia e o inventario artistico nacional”, in *Diario de Noticias*, 26 de Março de 1903, republicado em *Cem Artigos de Jornal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1912, pp. 23-25.

³¹⁸ Sobre o *merchandising* da Torre Eiffel, ver “La Tour Eiffel et...”, in *De la Toscane à l'Europe de Gustave Eiffel. La tour Eiffel au bord de l'Arno*, (Daniela Lamberini e Rosalia Manno Tolu, org.), Firenze, Sillabe, 1999, pp. 132-157. Agradecemos ao *Archivio di Stato di Firenze* ter-nos facultado esta publicação.

“O que seria, entregue não importa a que povo do Mundo, a Tôrre de São Vicente, do areal de Belém? Qual o país, do Mundo inteiro, que pode orgulhar-se de possuir hoje uma obra que lhe assegure para si e lhe ateste eternamente, como a formosissima peça architectónica de Lisboa, o feito de maior repercusão mundial de todo um século?”. Cf. Leitão de Barros, *Noticias Ilustrado*, n.º 299, 1934, p. 12.

o gazometro, como inutil, como objecto duma archeologia repugnante, como um parasita detestavel, como um invejoso perverso, caia aos pedaços, cheio de ferrugem, cheio de lepra, carcomido, andrajoso, como tronco fulminado pelo raio de Deus!

*Anathema sit!*³¹⁹

E, também em 1896, Ramalho Ortigão, na 1.^a edição do seu *O Culto da Arte em Portugal*, “humilde trabalho” que o autor “dedica respeitosamente” à *Commissão dos Monumentos Nacionaes*:

Finalmente, ao lado da Torre de Belem, o mais peregrino entre os mais bellos monumentos da nossa architectura, estabelece-se o gazometro da companhia de iluminação a gaz! A esbelta silhueta rendilhada do mais suggestivo padrão da nossa gloria militar e maritima, já não emerge da areia loura do Restello, em deslumbradora apotheose, na vasta luminosidade do ceu e da agua, destacando-se das collinas de Monsanto, como a alvura de uma hostia em elevação se destaca do fundo de um retabulo esmeraldado, em altar de ouro fulvo, sob uma aboboda azul. Sacrosanta pela sua expressão moral, como a immaculada estalactite, formada á beira do mar pela concreção mysteriosa de todas as lagrimas, de saudade, de ternura, de consternação e de entusiasmo, choradas por um povo de embarcadiços; sacrosanta na sua forma artistica, como aquelle dos monumentos de Portugal, em que o genio lusitano da Renascença, mais expressivamente se revela como dominador da India, a Torre de Belem emparceira-se com a chaminé do mais vil e sordido barracão, a qual sacrilegamente a cuspinha e enodôa com salivadas de um fumo espesso, gordoroso e indelevel, como se a incomparavel joia d’esse marmore, que o sol portuguez carinhosamente sobredourara pelos afagos de tres seculos, houvesse sido tão subtilmente cinzelada pelos artistas manoelinos para escarrador de mariolas, por cima do qual todavia ainda algumas vezes, em dias de

³¹⁹ *Op. cit.*, p. 491

gala, se desfralda e tremula o pavilhão das quinas, mascarrado de carvão como um chéché de entrudo.

Ministerios de todos os diversos partidos politicos se revezam consecutivamente no poder, sem que nenhum d'elles pareça attentar em um tal desdouro, expressão viva do mais abandalhado rebaixamento a que, perante as suas tradições historicas e artisticas, podia chegar a degeneração de uma raça. Por seu lado o parlamento e a imprensa são insensíveis á responsabilidade de taes civicias, porque esses dois poderes do Estado, enrascados na baixa intriga partidaria, immobilizados n'ella, como um enxame de pardaes n'uma bola de visco, de ha muito que perderam o sentimento de nacionalidade e a noção de patria, relaxando completamente aos archeologos, aos poetas e aos artistas a única legitima representação, desinteressada e altiva, do espirito portuguez.

Consta no emtanto que brevemente será celebrado em Lisboa o centenario da India; e da comprehensão que temos d'esse feito culminante da nossa historia maritima daremos ao estrangeiro um testemunho definitivo, mostrando o monumento que commemora tal façanha, envolto, como nas dobras de um crepe, pela fumaçada de uma fabrica, que nós mesmos lhe puzemos ao pé, para o deshonnar³²⁰.

Possivelmente a terminar a década de 1890, Delfim Guimarães (1872-1933) escreveu o seu protesto em verso contra o levantamento do gasómetro junto da Torre de Belém, visando o estadista José Luciano de Castro (1834-1914), parlamentar e muitas vezes ministro e chefe de governo³²¹ – o Zé Luciano, na voz

³²⁰ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, pp. 84-85.

³²¹ Ver, por todos, Fernando José Grave Moreira, *José Luciano de Castro. Itinerário, Pensamento e Acção Política*, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992 (policopiada).

corrente, e também na pena de Rafael Bordalo Pinheiro³²² –, que consentira no atentado. Diziam os versos de Delfim Guimarães:

Gasómetro gentil edificando,
Pesa-papéis modêlo descobrindo,
À marinha mercante escangalhando,
E à marinha de guerra reduzindo,
As nossas fôrças fomos empregando
Em labor incessante, nunca findo,
A engrandecer o nome lusitano...
Intercalando um S a Lucia-no!³²³.

5.3. Ilustrações

Cronologicamente, quanto sabemos, o primeiro manifesto “contra” a fábrica de gás em Belém, foi o desenho “*O Novo Gazometro*”, de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), publicado nos *Pontos nos ii*, logo em 16 de Novembro de 1888, isto é, seis meses depois de começarem as obras da Fábrica de Gás.

Aspecto que a tôrre de Belem – um dos mais primorosos monumentos nacionaes – vae presentear aos estrangeiros que entram a barra.

³²² Ver, por exemplo, o Zé Luciano “cruelmente posto em cena, numa série de situações em que sempre se desculpa de responsabilidades que não assume, acusando outros, amigos e colaboradores – e isso desde o berço da escola...” (José-Augusto França, *Rafael Bordalo Pinheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981, p. 422).

³²³ Transcrito em “Fumos da Glória... A Tôrre de Belém e o gasómetro”, in *Arquivo Nacional*, 1938, p. 341. Não conseguimos detectar anterior impressão destes versos. Outros autores, por seu lado, viram na postura da Câmara Municipal de Lisboa a fraqueza que permitiu erguer a Fábrica de Gás: “O espirito patriótico não imperou nos vereadores d’então, que, naturalmente, á sombra de bons proventos, sacrificaram um monumento que, por todos os motivos, devia ser objecto de mais consideração. Mas não, tudo se sacrificou e tudo se sacrifica comtanto que não se perca uma boa occasião de embolsar uns contos de réis!” A.P.C. da S. *Tony Content*, “A Torre de S. Vicente de Belem”, in *A Nação*, 9 de Março de 1912.

Um gazometro entre a torre de Belem e o convento dos Jeronymos, é, sobre um cumulo de boa administração camararia, um cumulo de bom gosto artistico.



Fig. 17

Rafael Bordalo Pinheiro, “O Novo Gazometro” (*Pontos nos ii*, 16 de Novembro de 1888)

Acutilante foi o “Abaixo assignado” do mesmo autor, estampado em 28 de Agosto de 1891 em *O Antonio Maria*. Imagem da torre e do gasómetro e um texto dirigido ao “sr. ministro da instrucção publica e bellas artes” que rezava assim:

Os redactores, collaboradores, leitores e não leitores do Antonio Maria teem a honra de ponderar ao sr. ministro da instrucção publica e bellas artes que,

visto as companhias do gaz serem agora uma só e não necessitarem de tantos gazometros, seria decoroso para o paiz libertar a torre de Belem da vergonhosa visinhança com que a dotaram a estupidez e a ganancia dos srs. argentarios.



Fig. 18
Rafael Bordalo Pinheiro, “Abaixo assignado” (*O Antonio Maria*, 28 de Agosto de 1891)

Entretanto, em *O Antonio Maria* (8 de Outubro de 1896), Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920) ocupou toda uma página intitulado o seu notável desenho de “Pobre Noiva!...”, podendo ler-se *en bas de page*:

Casamento da linda princeza – A torre de Belem – com o sr. Gazometro, por obra e graça da Camara, e sancionado com a indiferença estúpida de Zé Povinho. Quanto á Arte que chore, ou então... que vá á fava!



Fig. 19
 Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, "Pobre Noiva!..."
 (*O Antonio Maria*, 8 de Outubro de 1896).

Novamente Rafael Bordalo Pinheiro, agora em *O Antonio Maria*, com “O Sr. Conde e a Divina Providencia”, em 4 de Dezembro de 1891, onde o principal papel ficou reservado para o conde do Restelo, o famoso farmacêutico Franco, presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1899 e 1901.



Fig. 20
Rafael Bordalo Pinheiro, “O Sr. Conde e a Divina Providencia”

5.4. Parlamentares

A interessante sala da Câmara dos Pares – de que *O Occidente* publicou um desenho devido a J. Dantas, gravado por Caetano Alberto³²⁴ – cheia dos sucessores d’ “os fidalgos, que com tanto entusiasmo haviam proclamado o absolutismo em 1823, lisonjeavam-se muito com o pariato e pareciam que se tinham feito liberais”³²⁵ – haveria de ouvir falar da fábrica de gás logo em 1888, aquando de uma curta troca de explicações sobre a construção de um gasómetro junto ao forte do Bom Sucesso. Assim, na sessão de 14 de Junho [de 1888] da Câmara dos Dignos Pares do Reino – onde o par do reino D. Luís da Câmara Leme (1817-1904)³²⁶ referiu, “posto que não esteja presente o sr. ministro da guerra” o “que vem hoje noticiado n’um jornal”, isto é, “que se está construindo um gazometro a 20 metros de distancia da muralha do forte do Bom Sucesso”, acrescentando que “as faiscas que saem da chaminé do gazometro constituem um perigo imminente”³²⁷. Por seu lado o ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, depois de confessar que pouco sabe do assunto, confirmou que também lera “hoje” o *Diario Ilustrado*³²⁸.

Passariam nove longos anos até uma outra intervenção na Câmara dos Dignos Pares do Reino. Na verdade, só na sessão de 27 de Janeiro de 1897, o par do reino

³²⁴ *O Occidente*, 1.º ano, vol. I, n.º 2, 15 de Janeiro de 1878, pp. 12-13.

³²⁵ Marquês de Fronteira, *Memórias*, cit. in Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias”, in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. V., p. 185.

³²⁶ Oficial do exército, político e escritor, atingiu o posto de general. Deixou publicados trabalhos sobre arte militar, história e biografia. Foi deputado (1857-1878), par do Reino (1878-1904), governador civil de Lisboa (1879), ministro das Obras Públicas (1870) e da Marinha e Ultramar (1870). Sócio correspondente da Academia Real das Ciências e da sociedade literária Almeida Garrett. Iniciado em data e loja desconhecidas, atingiu (1881) o grau de Mestre. Cf. A.H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol.II, col.ª 862-863.

³²⁷ Sessão de 14 de Junho de 1888, in *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino*, n.º 150, p. 1006.

³²⁸ *Ibidem*.

Fernando Larcher (1857-1922)³²⁹ mandou para a mesa um projecto de lei, destinado a “conservar e classificar os monumentos nacionais”. Num preambulo do maior interesse, a certa altura, como corolário “das vicissitudes padecidas pelos nossos monumentos no decorrer deste seculo”, escreveu:

Com tudo não darei o assumpto por terminado, sem recordar um dos mais lamentaveis attentados, commettidos durante os ultimos tempos, em um dos nossos melhores monumentos e que difficilmente encontrará parceiro, ainda mesmo em Portugal, porque, alem de ser lastimosa prova de absoluta falta de sentimento artistico, deslustra, por assim dizer, a historia patria.

Deveis, certamente, estar lembrados do mais bello e suggestivo monumento, que, de entre aquelles que nos foram legados pelos nossos maiores, commemoram a epocha da descoberta. Refiro-me á torre de S. Vicente situada no Bom Sucesso em Belem, vulgarmente conhecida pela designação abreviada de torre de Belem.

A sua admiravel construcção, os ornamentos que a revestem, o local onde assenta e a paizagem sobre a qual se destacava, quando observada do lado do mar, tudo parecia cuidadosamente escolhido para ajudar ao mimo do effeito geral, contribuindo simultanea e harmonicamente para tornar esse originalissimo monumento, uma das maravilhas, senão o primor, entre as muitas obras de arte, de cuja posse Portugal se póde ufanar.

O effeito encantador produzido por essa obra prima, quando avistada de bordo dos navios que entrando a foz do Tejo seguiam rio acima, constituia um daquelles raros espectaculos, que depois de contemplados uma vez, não volvem mais a ser esquecidos, e a vivissima fórma como nos feria a imaginação, era como vago e suavizado perfume da antiga gloria, que atravessando a densa nevoa dos seculos, tivesse chegado até nós, para encher de orgulho e jubilo os corações dos portuguezes; de admiração e espanto os olhares estrangeiros.

³²⁹ Oficial do Exército, atingiu o posto de general. Foi par do Reino entre 1896 e 1910. Iniciado em data desconhecida na loja *Cavaleiros de Nemesis*, de Lisboa, com o nome simbólico de Pedro Nunes. Desempenhou cargos de relevo no Grande Oriente Lusitano, tendo sido eleito Presidente do Conselho da Ordem (1913). Cf. A.H. de Oliveira Marques, *op.cit.*, col.^s 848-849.

Tinha essa joia do século XVI, a defende-la contra a fúria destruidora de certas classes: por um lado, a sua situação dentro da área da cidade, perto da sede dos poderes públicos seus legítimos protectores; próximo das corporações científicas ou litterarias, suas naturaes zeladoras; por outro lado, a tutela, por assim dizer, directa, da imprensa technica, e de todos aquelles que se dedicam ao estudo das letras e bellas artes. Além d'estas circumstancias, que excepcionalmente reunidas, deveriam, só por si, constituir sufficiente penhor para garantir-lhe a integridade collocando-a ao abrigo de qualquer attentado, possuía a torre mais uma condição especial, forte bastante para afastar todo o perigo de qualquer preconcebido intento. Refiro-me á circumstancia do monumento estar, ainda hoje, classificado praça de guerra de 2.^a classe e como tal ao abrigo das leis de servidão militar.

Pois bem: apesar da proximidade dos poderes públicos, corporações scientificas e academias de artes ou letras, que lhe não deram protecção; apesar da supposta força da imprensa e da boa vontade de toda a gente illustrada, que em nada lhe valeram; a despeito, mesmo, do rigor e severidade das leis militares, para o caso, manifestamente impotentes, consumou-se um ignominioso attentado, sendo tudo quanto então se fez, inteiramente inutil, para salvar o misero monumento da macula com que o polluíram.

Hoje, o gracioso fundo de airosas casinhas e verdejantes collinas, sobre as quaes resáia tão pittorescamente o brando perfil da historica fortaleza, foi substituído pela ironica perspectiva de um informe e abjecto gazometro; o lindo e doirado areal, que tão docemente esbatia as arestas vivas da cantaria esculpida, acha-se transformado n'um mixto informe e negra confusão de poeiras pretas, pardacentas cinzas, escuro alcatrão e sujo tijolo; finalmente, para cumulo da degaradação, a fina transparencia da atmosphaera que envolvia e fazia realçar aquelle delicioso conjuncto, vê-se agora perpetuamente conspurcada por densa nuvem de gorduroso fumo.

E, infelizmente, ainda não é tudo. Os espessos rolos de fumo saíndo ás golfadas pelas bôcas das chaminés, além de tisonar a delicada patina originada pelo tempo, exercem, combinados com os agentes atmosfericos, uma acção corrosiva sobre

os materiaes de que é construida a malfadada torre; e não será, portanto, para admirar se dentro em breves annos, estiver completamente obliterado esse monumento, que representa indubitavelmente, um dos melhores cantos da epopeia portugueza³³⁰.

Em 17 de Julho de 1897 sabemos que o digno par do Reino Carlos Palmeirim enviou à mesa um requerimento pedindo ao Ministério da Guerra vários documentos, entre os quais, “copia do officio do ministerio da guerra, datado de 14 de março de 1888, auctorizando a companhia do gaz a estabelecer uma fabrica nos terrenos adjacentes á torre de Belem e bateria contigua”³³¹.

Na sessão seguinte (21 de Julho de 1897) D. Luís da Câmara Leme (1819-1904) aludiu à construcção do gasómetro de Belém, nos expressivos termos: “Fartei-me de combater n’esta camara e de fallar contra o gazometro antes da sua construcção, mas ninguem me quiz ouvir e nada consegui alcançar”³³². E, mais à frente:

Eu fui um dos que levantaram aqui a voz contra esse vandalismo.

Apesar de velho, ainda Deus me não tirou a faculdade de dizer o que penso, e em tom que todos me podem ouvir.

Ninguem fez caso do que eu disse.

Lamentei ate porque sua magestade a Rainha, visitando aquelle monumento, que é a admiração de todos os estrangeiros, quando de lá saíu ia coberta de fuligem do gazometro que ali está³³³.

Quase a terminar o século, uma interessante *Interpellação do digno par Carlos Palmeirim sobre a concessão feita á companhia do gaz para o estabelecimento de*

³³⁰ Sessão de 27 de Janeiro de 1897, in *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino*, pp. 82-83.

³³¹ Sessão de 17 de Julho de 1897, in *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino*, pp. 88-89.

³³² Sessão de 21 de Julho de 1897, in *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino*, p. 102.

³³³ *Idem*, p. 104. Alguns textos – por exemplo o *Diário de Notícias* de 19 de Agosto de 1949 – falam dos protestos da rainha D. Maria Pia, em 1898, e posteriormente, o da rainha D. Amélia. Apesar dos esforços não conseguimos encontra-los em documentação coeva.

uma fabrica junto ao forte do Bom Successo, feita na sessão de 19 de Junho de 1899 da Câmara dos Dignos Pares do Reino:

Sr. presidente, ha pouco mais de dez annos uma companhia forte e poderosa pediu e obteve licença para estabelecer uma fabrica de gaz junto da torre de Belem.

Passado pouco tempo surgiu o gazometro e erguiam-se as chaminés que mais tarde haviam de vomitar o fumo e os gazes que tanto têm ennegrecido e arruinado o bello monumento historico e archeologico.

Toda a gente se indignou contra este vandalismo, mas o crime estava consummado, e emprego esta palavra porque foi um verdadeiro crime de lesa nacionalidade que se perpetou.

Antes de ser lavrada a escriptura da concessão feita á companhia do gaz, um general distincto, brioso e energico, a quem estava confiada a guarda e protecção da torre de Belem, protestou energicamente contra essa concessão, mostrando perante as auctoridades superiores os perigos e prejuizos que podiam advir da construcção de uma fabrica de gaz a tão curta distancia do forte do Bom Successo³³⁴.

Depois de garantir que “a companhia é poderosa e faz o que quer”, acrescentou:

Sr. presidente, eu não gosto de ser desagradavel a ninguem, e muito menos ás pessoas de quem não recebo aggravos; e por isso sinto muito ter que dizer que o principal responsavel pela concessão feita á companhia, foi o sr. José Luciano de Castro, presidente do conselho de ministros n’aquella epocha.

Com effeito, s. ex.^a tem muita responsabilidade como ministro do reino e como presidente do conselho; como ministro do reino, devia fazer cumprir a lei de outubro de 1863, que regula a concessão dos estabelecimentos fabris, e a fabrica de gaz é considerada como um estabelecimento insalubre, incommodo e perigoso; como presidente do conselho devia ter conhecimento do que se tramava n’aquelle tempo e das combinações que houve entre o ministerio da guerra, a companhia do gaz e a camara municipal.

³³⁴ Sessão de 19 de Junho de 1899, in *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino*, p. 464.

Eu, creio que se em qualquer outro paiz, alguém se dirigisse a um ministro para pedir uma concessão d'estas, a construcção de uma fabrica de gaz junto a um monumento nacional, esse ministro, daria immediatamente uma resposta negativa e não pediria quaesquer informações a respeito da pretensão.

No nosso paiz succede o contrario e as companhias conseguem tudo quanto desejam.

Havia ainda outra razão para se ter negado a licença solicitada pela companhia do gaz, porque cumpria ao ministro do reino zelar pela conservação dos monumentos nacionaes, e a torre de Belem é talvez a mais bella reliquia da antiga architectura militar tanto no nosso paiz como no estrangeiro.

Houve quem quizesse attribuir a responsabilidade d'esse vandalismo ao presidente da camara municipal, que era n'aquelle tempo o sr. Fernando Palha, mas não me parece fundada esta asserção [...] Quis mais e obtive facilmente o que desejava [...] Este officio é deveras vergonhoso e nunca deveria ter saído de uma repartição publica, pois permitia que a companhia do gaz podesse [...] isto é, consentia que as enormes medas de carvão e as barracas destinadas a depositos de materiaes ficassem encostadas áquelle bello monumento, e, assim, que uma das baterias do forte do Bom Sucesso servisse de vedação á fabrica !³³⁵

Na sessão seguinte o ministro da Guerra, Sebastião Telles, respondeu a Palmeirim:

Disse s. ex.^a que as installações da companhia prejudicavam a torre de Belem e eram um elemento de insalubridade.

Cumpre-lhe advertir que foi permitido á companhia construir o seu primeiro gazometro á Boa Vista, e não consta que as cantarias dos predios vizinhos tenham sido prejudicadas, nem a saude publica affectada³³⁶.

³³⁵ *Idem*, pp. 467-468.

³³⁶ *Idem*, p. 473.

O *Diario da Camara dos Dignos Pares* registou, ainda, outra intervenção, singela, a do par do reino conde do Restelo, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, dirigindo-se ao par do reino Carlos Palmeirim:

V. ex^a é amigo dos directores d'essa companhia; é mais amigo d'elles do que de mim.

V. ex^a diz que eu defendo a companhia. Eu não tenho procuração para esse fim, nem defendo a construcção do gazometro junto da torre de Belem.

Se v. ex^a quizer ver a acta da camara municipal de Lisboa, quando era presidente o sr. Fernando Palha, reconhecerá que eu não apoiei a construcção do gazometro n'aquelle sitio.

Desejo tambem vel-o d'ali para fóra, mas meu caro collega, não é com discursos nem palavras aggressivas que d'ali sae o gazometro: é com dinheiro e muito dinheiro³³⁷.

E onde se vae buscar tanto dinheiro? Quem é que o há de dar?

Permitta-me v. ex^a que lhe diga que foi injusto, não só para commigo, mas para com a camara municipal, a que me honro de presidir³³⁸.

E, mais adiante:

Dei o meu voto contra a installação do gazometro, desejo ve-lo d'ali para fóra, desejo ver a frente da torre, que é um mimo da cidade de Lisboa, desembaraçada d'aquelle fumo negro; mas repito, os gazometros não saem d'ali para fóra com discursos; é com dinheiro e muito dinheiro.

Isto é uma questão que se deve tratar entre a camara municipal e a companhia, ou entre o governo e a companhia.

Onde é que se hão-de ir buscar 500 ou 600 contos de réis para desmanchar os gazometros, os fornos, apparatus de distillação, tubagem, etc., etc.?

³³⁷ “Apoiados”, nota o *Diario das Sessões*.

³³⁸ *Idem*, p. 474.

Se v. ex.^a me pergunta se desejo ver a torre de Belem desafrontada do gazometro, digo que sim³³⁹.

5.5. Impressões dos viajantes estrangeiros

Sempre muito tidos em conta pelos locais, e em vários domínios – recorde-se, por exemplo, a carta de D. Francisco de Lemos (1735-1822) ao marquês de Pombal³⁴⁰, em 2 de Novembro de 1772, dizendo que o Museu de História Natural da Universidade de Coimbra “ficará muito curioso e digno [...] da vista dos Estrangeiros”³⁴¹ ou, a *Nota Oficiosa da Presidência do Conselho*, de 26 de Março de 1938, discorrendo sobre a “aviltante vizinhança” da Torre de Belém que aos “estranjeiros pode dar a falsa idea de desapêgo nosso às tradições e ao patriotismo...”³⁴² – alguns “viajantes deixaram escrito, a várias mãos, um importante capítulo [da história de Portugal, de interesse] afinal, de quem observa, quanto do objecto de observação”³⁴³. Apesar do número reduzido – procurámos textos que respeitassem a cronologia deste Capítulo, isto é, de 1888 a 1900 – os recolhidos, três, são testemunhos que lograram, todavia, incluir-se no grupo dos protestos patrimonialistas, pois igualmente se pronunciaram sobre o afrontamento

³³⁹ *Idem*, p. 475.

³⁴⁰ Ramalho Ortigão cita uma resposta do marquês de Pombal, de 5 de Outubro de 1773, dada “em estilo oficial, [onde] desenvolve a sua acquiescencia ao estúpido vandalismo de D. Francisco de Lemos” – o reitor-reformador de Coimbra – “Tambem me pareceu bem ajustada a providencia e resolução que V. Ex.^a tomou de mandar demolir a torre da Sé antiga que não servia mais do que ser um *Padrasto sombrio e infimo*, só proprio para desfigurar a formosura do Palacio a que estava quase contiguo e de escurecer as actuais officinas, etc.” (Ramalho Ortigão, *op. cit.*, pp. 65-66).

³⁴¹ ANTT, Ministério do Reino, *Colecção Geral das Ordens e Providências para a Nova Fundação da Universidade*, vol. 436.

³⁴² “Independência de Portugal (Nota oficiosa da Presidência do Conselho)”, in *Revista dos Centenários*, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, Ano I, p. 5.

³⁴³ João Carlos Brigola, “Colecções, gabinetes, jardins botânicos e museus em Portugal: o testemunho dos viajantes estrangeiros (1750-1900)”, in *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, S. 3, n.º 3, Abril-Outubro de 1999, p. 153.

da Torre de Belém pela Fábrica de Gás, não se limitando, estes viajantes estrangeiros, ao contrário do que pensavam os *archeólogos*, que “ao sahir[em] da nossa patria, levando nas suas malas gratas recordações, vão amiudadas vezes traduzi-las em livros de viagens e em notaveis memorias sobre a nossa arte, a nossa literatura, os nossos monumentos e os nossos costumes. A fama e o bom nome de Portugal são deste modo apregoados *urbi et orbi* pela voz auctorizada dos mais illustres e sabios escriptores estrangeiros”³⁴⁴.

Assim, Ernest Bergman³⁴⁵, em *Une Excursion en Portugal (Notes de Voyage)*³⁴⁶, no capítulo XV, intitulado *Belem*, escreveu: “*Il ne faut pas manquer d’aller voir, dans le faubourg de Belem, la fameuse tour du même nom ainsi que l’église. On devra prendre le vapeur qui plusieurs fois par jour descend le Tage jusqu’à Belem*”³⁴⁷.

Após ter descrito a torre, assinalou:

*Du fleuve, l’aspect de la tour est ravissant; mais pourquoi faut-il qu’en ces derniers temps on ait laissé construire tout à côté, y touchant même, la nouvelle usine à gaz de la ville, c’est-à-dire ce qui, en fait d’usine industrielle moderne, est le plus laid, le plus disgracieux, sans en oublier le parfum siu generis? Il ne manquait pourtant pas de terrains disponibles dans d’autres endroits sans venir gêter ainsi ce bijou de pierre*³⁴⁸.

Em *La Patrie Portugaise. Souvenirs Personnels*, incluída nas *Oeuvres complètes de Madame Adam* (Juliette Lamber), a autora, ao descrever “*Les Environs de*

³⁴⁴ Rosendo Carvalheira e Victor Ribeiro, *op. cit.*, p. 812.

³⁴⁵ *Secrétaire Général du Congrès international d’horticulture de Paris en 1889*.

³⁴⁶ Meaux, Imprimerie Destouches, 1890.

³⁴⁷ *Une Excursion au Portugal (Notes de Voyage)*, p. 72.

³⁴⁸ *Idem*, pp. 72-73.

Lisbonne“, referiu: “*Là-bas, à l’entrée du Tage, la merveille architecturale la plus délicieusement ornée et fouillée, la plus élégante qui se puisse admirer: la tour de belem. Elle s’avance, orgueilleuse du passé, elle qui a salué tant des flottes triomphantes*”³⁴⁹. Depois de lembrar o autor do risco, escreveu:

*La municipalité de Lisbonne a commis le crime impardonnable de placer à côté de la tour de belem une usine à gaz. Il faudrait applaudir aux restrictions qui ont mis fin à l’autonomie communale de la ville, si c’est à l’époque de sa liberté que ses édiles ont rendu possible une explosion qui sans cesse menace de détruire le plus pur des chefs-d’œuvre*³⁵⁰.

A mesma “*femme de lettres*” – que viria a ser capa da *Ilustração Portuguesa* em 12 de Abril de 1909, e alvo de um longo artigo ilustrado no mesmo número – escreveria noutro momento:

Era uma vez, uma alterosa torre de sumptuoso aspecto, cuja nobreza remontava á mais alta antiguidade. Construida com verdadeiro carinho por um architecto anonymo, fazendo que para ella convergissem todas as admirações, erguia-se á beira de um rio, cujas águas brilhavam como ópalas formosissimas, e cuja extensão era tão extraordinaria, que sendo insufficiente para designal-o esse mesmo nome de rio, só se poderia denominal-o de uma maneira digna d’elle, chamando-o *magnifico portico do mar*.

Alindada, rendilhada, coroada com infinita arte, illuminada por soberbas janellas, que se abriam sobre o espaço, como formosos olhos cujos cilios fessem as caprichosas ameias de pedra, a torre, amada pela brisa, envolvida pela luz do céu, com os osculos plangentes das ondas, mordida apaixonadamente pela tempestade, que no entanto, a respeitava, adorada pelo seu quadro inerte ou vivo, a torre atravessara longos seculos, acariciada pelos olhares admirativos dos homens.

³⁴⁹ Paris, G. Havard Fils, Éditeur, 1896, p. 46.

³⁵⁰ *Idem*, p. 73.

Mas os espiritos do mal, torpemente invejosos e cheios de ciume, haviam se lentamente colligado contra a *Torre da Belleza*. Negros, vomitando fumo de envolta com a sua baba pestillente, espalharam na pura atmosphaera da terra, uma densa chuva que feria como dardos agudissimos os finos arabesco, empastando-os e abastardando-os, e afeiando assim a torre.

Rugidos repletos de ameaças, erguiam-se todos os dias do ventre caliginoso do monstro, casando-os com os gemidos do vento e com os outros sibillos apaixonados e dramaticos da tempestade.

Então a vaga tornou-se mais plangente, a torre gemeu unisona com o vento e a ameaça; a ameaça de qualquer terrivel explosão do monstro apavorou a torre tão serena out’rora, e aterrou ao mesmo tempo os elementos que, no momento do crime, o monstro podia, n’uma hora extrema, dominar.

Vi a *Torre da Belleza* e a minha compaixão foi profunda. Onde está em algum velho paiz cavalheiresco, o cavalleiro que há de vir libertar a *Torre da Belleza*?³⁵¹.

Este texto, estampado no último ano do século, que é também o derradeiro deste Capítulo, traduz muito bem o que se passou durante doze anos; mais, preludia – ao referir “o cavalleiro que há de vir libertar a *Torre da Belleza*” – o combate, liderado por Afonso de Lemos, que se iniciará nos primeiros anos do século XX e, cuja análise, constitui o cerne do Capítulo III deste trabalho.

³⁵¹ Publicado no jornal *O Século* e republicado no *Boletim da R.A.A.C.A.P.*, 3.^a série, tomo VIII, n.º 12, Anno 1900, pp. 183-184.

CAPÍTULO III – 1901/1912
O envolvimento da Câmara Municipal de Lisboa

1. Introdução

“Como outr’ora Hercules, a municipalidade de Lisboa hesita ainda entre o vicio e a virtude”.

O Século, 13 de Março de 1912.

A história da salvaguarda do património tem sido, como escreveu Bruno de Saint-Victor, “*généralement traitée d’un point de vue juridique et institutionnel. C’est une présentation réductrice qui méconnaît les interactions incessantes, dans le champs patrimonial, de l’histoire des idées, de la littérature, de l’art et de la politique*”³⁵². Se aderimos, sem resistência, a esta opinião, será de relevar, contudo, neste início do século XX, a construção entre nós – com considerável atraso face aos parceiros europeus³⁵³ – de um edifício legal para protecção do património. Gostaríamos, neste sentido, de destacar seis momentos que têm lugar no âmbito cronológico deste Capítulo:

i) Por decreto de 30 de Dezembro de 1901³⁵⁴ foram estabelecidas as *Bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionaes, bem assim dos objectos mobiliarios de reconhecido valor intrinseco ou extrinseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaesquer estabelecimentos publicos*.

³⁵² Bruno de Saint-Victor, «La protection du patrimoine», in *Science et conscience...*, p. 198.

³⁵³ A propósito escreveu Gabriel Pereira: “Como em quasi tudo, Portugal foi precedido por outras nações no trabalho de colleccionar documentos, mas felizmente entrou n’este caminho com franqueza e até arrojo se attendermos ás verbas acanhadissimas abonadas pelo estado aos superiores estabelecimentos scientificos: **porque nada há entre nós mais singular que o orçamento do estado, que na verdade photographa exactamente o espirito nacional**”. Cf. Gabriel Pereira, “Museus”, in *Universo Illustrado*, 1.º ano, 1877, p. 310 (*sublinhado nosso*).

³⁵⁴ *Diário do Governo* de 12 de Julho de 1902.

ii) O Conselho dos Monumentos Nacionais publicou em 1904 *Subsídios para a classificação dos Monumentos Nacionais*³⁵⁵, que é a reimpressão, por iniciativa da Comissão Executiva do Conselho, presidida por Augusto de Fuschini, da *Relação dos Monumentos Nacionaes e Padrões Historicos e Commemorativos de varões illustres apresentada ao Governo em data de 30 de Dezembro de 1880 pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*³⁵⁶.

iii) O Conselho dos Monumentos Nacionais publicou em 1909³⁵⁷ a lista oficial dos monumentos classificados³⁵⁸.

iv) Em 1910 o *Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria*, corroborando o trabalho de dez anos do Conselho dos Monumentos Nacionais, publicou, nas vésperas da queda do regime monárquico, a lista oficial aprovada pelo Governo³⁵⁹.

v) Decreto com força de lei de 19 de Novembro, assinado por Teófilo Braga, António José de Almeida, Afonso Costa, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Azevedo Gomes, Bernardino Machado e António Luís Gomes. Propõe ooooo uma redefinição dos conceitos de “obra de arte” e “objectos archeologicos”. Regulamentava ainda aspectos da classificação, propriedade, administração, conservação e restauro dos monumentos nacionais, prevendo-se a inscrição anual

³⁵⁵ Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

³⁵⁶ Originalmente publicado no *Diario do Governo* n.º 62, de 19 de Março de 1881, com o título *Relatorio e mappas que devem ser classificados monumentos nacionaes, apresentados ao governo pela real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes, em conformidade da portaria do ministro das obras publicas, de 24 de outubro de 1880*.

³⁵⁷ Em conformidade com as suas deliberações de 31 de Janeiro, 17 e 29 de Fevereiro, 16 de Março, 1 de Abril, 15 de Maio, 9 e 15 de Junho e 7 e 17 de Julho de 1908 que aprovou em 9 de Dezembro de 1908.

³⁵⁸ Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Conselho dos Monumentos Nacionaes, *Classificação dos Monumentos Nacionaes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

³⁵⁹ *Diário do Governo* n.º 136, de 23 de Junho de 1910.

no orçamento de verbas destinadas à conservação e restauro a realizar nas diferentes circunscrições do país. Criava, ainda, com sede em Lisboa, um órgão tecnicamente bem preparado e de âmbito nacional: o Conselho de Arte Nacional.

vi) Decreto n.º 1 de reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, que incluía a primeira experiência de regionalização neste domínio: a criação de três circunscrições para efeitos de conservação e defesa do património nacional³⁶⁰.

Se esta legislação teve, como consequência, por um lado, a classificação dos primeiros monumentos nacionais em 1906³⁶¹, 1907³⁶² e 1908³⁶³, terá sido, por outro lado, a *alma mater* da acção de Afonso de Lemos/Câmara Municipal de Lisboa em prol da Torre de Belém³⁶⁴, cerne deste Capítulo³⁶⁵.

³⁶⁰ Decreto com força de Lei, de 13 de Março de 1911.

³⁶¹ O primeiro monumento nacional foi o Castelo de Elvas classificado por Decreto de 27 de Setembro.

³⁶² O Templo Romano de Évora, as Sés de Braga, de Lisboa e de Évora, os Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, da Batalha, de Alcobaça, de Tomar e de Belém, as Basílicas de Mafra e da Estrela, as Igrejas da Sé Velha de Coimbra e do Carmo e a Torre de S. Vicente de Belém, todos por decreto de 10 de Janeiro.

³⁶³ A Igreja de Santiago em Coimbra e o Castelo de Guimarães respectivamente por portaria de 2 de Julho e portaria de 27 de Agosto.

³⁶⁴ Quanto à Torre de Belém sabemos que apareceu no *Relatorio e mappas que devem ser classificados monumentos nacionaes, apresentados ao governo pela real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes, em conformidade da portaria do ministro das obras publicas, de 24 de outubro de 1880*, na 1.ª Classe, aquela que abarcava os “Monumentos historicos e artisticos, e tambem os edificios que sómente se recommendam pela grandeza da sua construcção, ou pela sua magnificencia, ou por encerrarem primores de arte”. Na lista oficial dos monumentos classificados, publicada em 1910, apareceu no sub-grupo das “Torres” (de par com as Torre de Lapela (Monção), de Menagem (Braga), de Quintela (Vila Marim), do palácio dos Terenas (Porto), de Ucanha (Tarouca), das Águias (Mora) e torre e muralhas de Sagres (Vila do Bispo) do grupo “Monumentos militares” (Os outros sub-grupos eram: Castelos e Padrões). Seria incluída na lista do Património Mundial da UNESCO em 1983.

³⁶⁵ Um formulário de requisição “Ao Chefe do Archivo Municipal”, datado de 12 de Maio de 1915, encontrado durante a nossa investigação, e onde se “requisita [...] o officio n.º 656 [...] com todos os documentos que lhe estiverem apensos, da Comp. reunidas Gaz e Electricidade”, poderá justificar o número diminuto de documentação recolhida para este período nos arquivos municipais.

2. Da continuação dos protestos anti-gasómetro à intervenção da CML.

“A Imprensa, A Sociedade Nacional de Belas-Artes, a Associação dos Arqueólogos, agitaram a questão com tenacidade”.

Diário de Notícias, 19 de Agosto de 1949, p. 1.

Apesar do apelo feito por Rafael Bordalo Pinheiro n’ *O António Maria* ao conde do Restelo para “expulsar da praia do seu título e de cima da formosa Torre o odiável gazometro”³⁶⁶; este, ao entrar o novo século – e já outra vez presidente da Câmara Municipal de Lisboa³⁶⁷ – pouco ligará ao pedido do criador da figura do “Zé Povinho”³⁶⁸. Na verdade, depois de tanta crítica, vinda de diversos lados, talvez se esperasse que quando a Câmara Municipal de Lisboa assinou em 7 de Março de 1901 um novo contrato com as Companhias Reunidas Gás e Electricidade algo mudasse substancialmente. Mas, tão só, surgiu um artigo – o 88.º – nesse contrato, a recomendar a mudança do gasómetro³⁶⁹.

³⁶⁶ Em 1891. Cf. Cap. II, p. 123.

³⁶⁷ Foi vice presidente em 1893, presidente em 1894, 1895 e 1896, vereador em 1897 e 1898, presidente de novo de 1899 a 1901 e vereador entre 1904 e 1906. Cf. *A Evolução Municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1996.

³⁶⁸ “Bordalo e Zé Povinho ou o fim do século XIX português”, in José-Augusto França, *Rafael Bordalo Pinheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981, pp. 549-583.

³⁶⁹ “Artigo 88.º. A Companhia accorderá com a Camara, dentro do prazo de um anno a contar da data d’este contracto, nas condições e fôrma mais convenientes de mudar o gazómetro de Belem, transferindo-o para terrenos, que pertencem á Camara; excepto os de Alcantara; e dentro do prazo de tres annos obriga-se, como condição substancial d’este contracto, a fazer essa mudança indemnizando-a a Camara de metade das despezas. § 1.º – O praso de tres annos para a mudança do gazometro, começar-se-ha a contar, caso se não chegue a accôrdo, desde a data da sentença do Tribunal Arbitral; e, caso se accorde, findo o anno mencionado no principio d’este artigo. § 2.º – A designação dos terrenos para onde haja de mudar-se o gazometro ficará dependente de aprovação do Governo. § 3.º – No caso de não se chegar a accôrdo no praso indicado n’este artigo sobre as condições e fôrma mais convenientes para a mudança do gazometro de Belem, proceder-se-há segundo o preceituado no artigo 80.º do contracto de 22 de julho de 1891”. Cf. Câmara Municipal de Lisboa, “Contracto de 7 de Março de 1901 com a Sociedade Companhias Reunidas

Foi sobre este pano de fundo que, enquanto os alunos da *Escola Académica*, numa das suas visitas de estudo, pasmaram entre retortas, torres, *scrubbers* e gasómetros³⁷⁰ que (re)apareceram – elas, afinal, nunca se extinguíram, renascendo ora e logo, como a fênix – as vozes inconformadas de alguma imprensa, *grandes plumes*, ilustradores, viajantes estrangeiros e, com algum destaque, agora também, os arqueólogos, quer nas reuniões da sua associação, quer em posições públicas.

2.1 A continuação dos protestos

Pelo conteúdo e pelo número das referências, olhemos, em primeiro lugar, a imprensa escrita. Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), na insuspeita *Revista Litteraria, Scientifica e Artistica*, em artigo de 1904, disse:

Não cuidem que eu vá reeditar lamentos de artista, na mira de tocar as almas, incrustadas de scepticismo, que povoam as chamadas regiões do poder. Não é que me faltasse materia, creiam. A começar na torre de Belem, afogada em montões de carvão de pedra, escalavrada pela poeirada negra, lascada pelos gazes corrosivos³⁷¹.

Gaz e Electricidade alterando o contracto celebrado entre esta Camara e a mesma Sociedade em 22 de julho de 1891”, in Câmara Municipal de Lisboa, *Escrituras celebradas entre a Camara Municipal de Lisboa e a Sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1915, p. 56. Conhecem-se várias versões deste artigo, debatido que foi ao longo de algumas sessões da C.M.L. (10 de Janeiro de 1901, 31 de Janeiro de 1901 e 14 de Fevereiro de 1901. Cf. *Actas das Sessões da C.M.L.*).

³⁷⁰ Ver “Relatorio sobre o gaz de illumination. Pelo alumno N.º 603”, in *Escola Academica. Anno Escolar de 1906-1907*, Lisboa, Typographia Casa Portuguesa Papelaria, 1907, pp. 114-117. No final pode ler-se “Relatorio da fabrica de gaz de illumination, em Pedrouços”.

³⁷¹ Henrique Lopes de Mendonça, “A esthetica do ar livre”, in *Revista Litteraria, Scientifica e Artistica*, n.º 96, 4 de Julho de 1904. Em 1912, *A Construcção Moderna*, onde pontificavam na direcção *technica* J. M. Melo de Matos e o architecto Rosendo Carvalheira, lastimava ainda: “está bastante repetido o anathema sobre os que o pouco patrioticamente consentiram que se construíssem proximo d’esta joia artistica officinas de fabricar gaz!” (n.º 8, ano XII, 368, 20 de Abril de 1912, p. 63).

Os *Serões*, publicados em Lisboa por Ferreira & Oliveira Editores, no seu número de Maio de 1906, referiam-se assim à Torre de Belém:

Como admiravel monumento militar é que ella deve ser conservada, e grande lastima é que tenha havido alguém, tão desprovido de senso esthetico e de patriotismo, que permittisse o inqualificavel attentado de se estabelecerem tão perto de ali officinas da Companhia do Gaz, com dois gravissimos prejuizos para a Torre. O primeiro, o que para a vista resulta da visinhança de desmantelados casebres, do grande panellão negro do gazometro e dos montões de carvão de pedra, constituindo um fundo absolutamente medonho. O outro, mais grave ainda, provém das emanações exhaladas dos depositos de productos da distillação da hulha, que vão corroendo-a pouco e pouco a pedra finamente lavrada da linda maravilha architectonica, ao mesmo passo que o negro de fumo penetra por todos os intersticios das paredes, especialmente da que se oppõe ao rio, e se incrusta nas fendas da pedra, que, n'aquelle lado, de branca já se tornou preta³⁷².

Mais directa, a *Sociedade Propaganda de Portugal* requereu em 1907, num pedido dirigido ao *Illmo. e Exmo. sr. Ministro e Secretario de Estado das Obras Publicas, Commercio e Industria*, “que se removam as installações de fabricas do gaz, que prejudicam o aspecto da torre de Belem”³⁷³.

De entre os estrangeiros que escreveram sobre o afrontamento à Torre, emerge, no arco cronológico deste Capítulo, A. C. Inchbold, autor de *Lisbon & Cintra...*, de 1907:

Another monument of Manueline architecture stands immediately on the river edge a little further away, the tower of S. Vicente known ordinarily as the Torre de Belem. Though the three stories of square battlements and

³⁷² “A Torre de Belem”, in *Serões*, n.º 11, Maio de 1906, pp. 423-424.

³⁷³ José Fernando de Sousa, “Melhoramentos em Lisboa”, in *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, n.º 4, Outubro 1907, p. 14.

*turrets look picturesque from the water the approach to it on foot is disagreeable by reason of the close proximity of gas works and a coaling stage almost in its shadow*³⁷⁴.

Por seu turno, o empenho patrimonial da actividade dos arqueólogos da R.A.A.C.A.P. – a escassos seis anos das suas bodas de ouro – voltou a manifestar-se, quer nas suas reuniões, quer na correspondência. A Torre de Belém seria focada em sessão da assembleia geral pelo arquitecto Rosendo Carvalheira³⁷⁵, intervenção que recolheria “geraes e repetidos apoiados” e, nos dias seguintes, em cartas enviadas a três ministérios e à Câmara Municipal de Lisboa.

De facto, na sessão de 12 de Fevereiro de 1906, Rosendo Carvalheira chamou a “atenção da assembléa para o malfadado monumento nacional, a graciosissima torre de S. Vicente, de Belem, typo talvez único de architectura militar do seculo XV, que o vandalismo preferiu para constituir um deploravel attestado de inepecia e falta de amor pelas cousas que realmente delle são dignas. Aconteceu que uma

³⁷⁴ *Lisbon & Cintra with some account of other cities and historical sites in Portugal. Written by A. C. Inchbold. Illustrated by Stanley Inchbold, London, Chatto & Windus, MCMVII, p. 57.* Lembre-se ainda o caso do “conhecido escriptor francez Paul Bonnetin, ao subir o Tejo n’um transatlantico e desconhecendo ainda a repugnante malfeitoria, chamou para a tolda do paquete os seus companheiros de viagem, ancioso de mostrar-lhes a linda preciosidade, que elle já admirara detidamente, em outra visita a Lisboa. Vê a Torre a projectar-se nos hediondos negrumes da fabrica de gaz, e de tal indignação fica possuido, que escreve immediatamente para o *Figaro* uma diatribe furiosa, em que nos tratou quasi tão mal como Lord Byron nas celebres paginas do *Childe Harold...* e com muita mais razão infelizmente”. Cf. “A Torre de Belem”, in *Serões*, n.º 11, Maio de 1906, p. 424.

³⁷⁵ A postura patrimonial de Carvalheira está patente neste seu texto: “a cada monumento que o passado nos legou, se ligam intimamente as tradições de factos que constituem todo o nosso orgulho de portuguezes, hoje, quasi o unico patrimonio que nos resta do muito que malbaratamos, porque nos não havemos, todos os que presamos as nossas gloriosas tradições, unir n’uma cruzada santa, afim de se impedir de vez, mas de vez, notem bem, os vandalismos que ainda, para vergonha de todos nós, se estão commettendo a cada passo? Alguma cousa n’esse sentido se tem feito, e esta associação, com desvanecimento o reconheço, tem o seu maior titulo de gloria no muito que, para esse fim, tem concorrido”. (Cf. “Discurso do Sr. Rozendo Carvalheira na sessão de 26 de Julho de 1895”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 3.ª série, tomo VII, n.º 5, 1896, pp. 67-68).

Camara, porventura das mais illustradas que tem havido em Lisboa, consentiu, por uma fórma lastimosa, que se fosse construir junto daquella torre o gazometro e a fabrica de gaz, facto contra o qual a maioria de Lisboa, para não dizer de todo o paiz, vivamente protestou; mas o que é certo é que o facto consummou-se e pudéram mais os interesses mercantis das Companhias reunidas “Gaz e Electricidade” e a transigencia facil de uma Vereação, do que os protestos independentes e justificados de todos os verdadeiros amadores das nossas reliquias tradicionaes, os quaes, colligando-se, mas já tardiamente, levantaram um grito de revolta, que, em desprimor de todos os portuguezes, não foi ouvido para emendar-se a mão e pôr-se termo áquelle attentado de lesa-arte, áquella monstruosidade que nos envergonha³⁷⁶. [...] Até aqui, mantendo-se o estado de cousas provisório, ainda havia esperança de que os protestos fossem alguma vez attendidos; mas, desde o momento em que se torne definitivo, toda a esperança deve acabar. Parece-lhe, pois, que é precisamente este o momento de erguermos o clamor do nosso protesto, mas por um modo efficaz.

É mister que não prossiga o systema de, por assim dizer, “sabermos chorar e não sabermos proceder.

“Que razões especiaes podem ocorrer para que uma causa que é perfeitamente nacional, seja esmagada?”

³⁷⁶ “Constou ao orador que o Ministerio da Guerra envidára os possiveis [...] As Companhias continuam a não ser incommodadas, e julgam-se ainda com muito bons direitos a eternisar-se alli por fórma que nunca haja meio de as fazer retirar daquelle ponto, apezar dos protestos de muitas collectividades e dos que foram expressos na Camara dos Dignos Pares, entre outros, pelos generaes srs. Carlos Palmeirim e Dantas Baracho. Mas nunca se pensou numa acção conjuncta de esforços para deixar de existir aquella vergonha nacional. Recentemente as companhias resolveram remover o gazometro e construí-lo nas terras junto ao hippódromo”.

A certo passo da sua intervenção, propôs: “que esta Associação [...] mais uma vez envie os seus esforços, empenhando-se d’alma e coração, appellando para os poderes constituídos, de maneira a evitar que por qualquer circumstancia aquellas installações, que têm um character provisório, possam tomal-o definitivo.

Muitas pessoas ficam satisfeitissimas, sabendo que se remove o gazometro, mas não vêem os inconvenientes dos enormissimos paioes de carvão juntos á torre a ennegrece-la”³⁷⁷.

Rosendo Carvalheira achava, pois, “conveniente e de toda a urgencia” que a R.A.A.C.A.P. solicitasse dos

Ministerios do Reino, da Guerra e das Obras Publicas, que, pelas competentes repartições, adoptassem providencias para conseguirem, na sua acção collectiva, obstar de todas as fórmas a que alcancem fóros de permanencia as referidas installações, que, torna a dizer, já provisoriamente são vexatorias.

Para o presidente da R.A.A.C.A.P., “aquelle motivo de vergonha nacional” que justificaria “todo o nosso empenho deve ser em que o protesto da Associação assumia um character effectivo: basta de protestar platonicamente.”³⁷⁸ levou a que nos dias seguintes redigisse officios aos “Ex.mos Ministros do Reino, da Guerra, e das Obras Publicas”:

É grave o assumpto para que esta Real Associação muito instantemente pede a desvelada atenção de V. Ex^a.

As Companhias reunidas “Gaz e Electricidade” tratam agora de remover para os terrenos do hippodromo em Belem o gazometro que está proximo da Torre de S.

³⁷⁷ Sessão de 12 de Fevereiro de 1906.

³⁷⁸ *Boletim da RAACAP*, 4.^a Serie, Tomo X, n.º 9, 1906, pp. 491-493.

Vicente, mas tratam ao mesmo tempo – e nisto consiste a gravidade do assumpto – de tornar definitiva, construindo um muro de pedra, a vedação provisoria dos terrenos onde estão os fornos da fabrica do gaz e os depositos de carvão.

Os inconvenientes, os perigos, da permanencia destas instalações junto de uma preciosissima joia de architectura manuelina, que é única no seu genero e de fama universal, teem sido, durante dez annos, largamente ponderados na imprensa, no parlamento e pelo Ministerio da Guerra, que considerou a questão sob o ponto de vista estratégico. Baldado empenho! Prevaleceram os interesses do industrialismo, conseguindo-se agora apenas a remoção do gazometro.

Mas, quando podia esperar-se que neste momento se puzesse termo a uma constante série de censuras que aos poderes publicos desta nação dirigem os que sabem apreciar o valor da magnificente obra, digna da admiração de todos quantos a visitam, de todos quantos a contemplam, de todos quantos entram no formoso Tejo, e que a veem deturpada pelo fumo e pó do carvão que lhe enegrecem as rendilhadas cantarias e ameaçada de ruina pela triste eventualidade de uma explosão na fabrica [...] promova-se um accordo pela permuta de outros terreno, municipaes ou do estado. Enfim, seja como fôr, acabe-se de uma vez para sempre com uma questão que é um vexame para o paiz³⁷⁹.

Na mesma data, o presidente da Assembleia Geral redigiu ainda um officio à Presidência da C.M.L. Aí solicitou, primeiro, “que de uma vez para sempre deve pôr-se termo à permanencia de semelhantes instalações naquelle local, tão proximo de uma das maiores preciosidades de architectura e que é a única no seu genero – a Torre de S. Vicente”. Depois, sugeriu, “algum accordo por meio de permuta de terrenos” que “promova e facilite a resolução da questão, com o que prestará um alto serviço á capital e a todo o paiz”³⁸⁰.

³⁷⁹ A.H. da A.A.P., *Livro de Officios R. A dos A. P., Junho de 1905 a Janeiro 1911*, N.ºs 443 a 445. Exmos. Ministros do Reino, da Guerra e das Obras Publicas.

³⁸⁰ *Idem*, N.º 446. Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

2.2. A reacção camarária

Ex-libris da cidade, marco maior da sua faixa litorânea – aquela que Damião de Góis considerava “a parte mais nobre”³⁸¹ de Lisboa – não será de estranhar que se tenha escrito no ano em que a Torre foi classificada “monumento nacional”:

Penalisa, a quantos se interessam pelos progressos do paiz e desejam que o aspecto da sua capital não nos envergonhe perante os que a visitam, o estado em que se encontra a mais bella faixa da cidade que se estende da Praça do Comercio até Belém e Algés³⁸². Logo na rua do Arsenal se notam as difficuldades de circulação e o estado da fachada de tão longo edificio que desde tempos immemoriaes não é limpa³⁸³. [...] Em frente da Junqueira medram matagaes, trecho de charneca alemtejana encravado n’uma das partes mais bellas da cidade.

E ao longo da linha segue a serie interminavel de inqualificaveis barracas de travessas de taboas, de chapas velhas, que mais parecem cubatas africanas que habitações dentro d’uma capital e ladeando o itinerario obrigado dos seus visitantes.

Para não destoar d’essa nota triste lá está d’um lado a fachada do anexo dos Jeronymos recordando a derrocada e tão lentamente reconstruida que não se antevê a sua conclusão; do outro, a formosa torre de Belem affrontada pela visinhança da fabrica do gaz³⁸⁴.

³⁸¹ “A cidade, por aquela parte em que é banhada pelo mar [é] a parte mais nobre”. Cf. Damião de Góis, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 59.

³⁸² A captação das linhas dominantes da relação histórica entre Lisboa e o Tejo, pela análise do fenómeno da ocupação da “bella faixa da cidade que se estende da Praça do Comercio até Belém”, pode ser vista em Paulo Oliveira Ramos, “A Zona Ribeirinha de Lisboa (História de uma relação)”, in *Urbe/Cadernos 1*, 1990, pp. 5-11.

³⁸³ Refere-se ao Arsenal da Marinha. Meio século depois, na reunião da Câmara Municipal de Lisboa de 16 de Fevereiro de 1956, o vereador Pinto Basto lembrava ainda “o vergonhoso aspecto do edificio do antigo Arsenal de Marinha” (*Acta da C.M.L.*, n.º 234, p. 12).

³⁸⁴ José Fernando de Sousa, *op. cit.*, p. 14.

Poder-se-ia esperar o sublinhar desta situação atentatória para Belém e a sua Torre de S. Vicente quando, “aos dois dias de maio de mil novecentos e nove” se reuniu a “junta de parochia” local, estando presentes todos os seus membros. O vogal João Vicente Salseta, considerou, então, que carecia “a freguesia de Belem d’uma serie de [vinte] melhoramentos que a engrandecam [*sic*]”, abarcando, nomeadamente, a regularização dos arruamentos³⁸⁵, a canalização dos esgotos³⁸⁶, a iluminação³⁸⁷, a limpeza³⁸⁸, o ajardinamento³⁸⁹, etc. O décimo primeiro melhoramento dizia respeito ao “arruamento dos terrenos conquistados ao Tejo, do Bom Sucesso ao Porto Franco”³⁹⁰, aproveitando o vogal *thesoureiro* para convidar “os capitalistas e industriaes à construcção de habitações e fabricas junto ao mar, promovendo assim o engrandecimento d’esta parte da capital que esta reduzia a rua de passagem”³⁹¹.

Se a existência e a localização da fábrica de gás não coube no rol das preocupações do vogal da junta de freguesia belenense – antes pelo contrário –, em breve foi a própria Câmara Municipal de Lisboa a reagir, na pessoa do vereador Dr. Afonso

³⁸⁵ Era o caso da “regularidade da rua da Praia das Hortas, com a travessa do forte da Areia, dando assim piso regular aos transeuntes” [fl. 48v].

³⁸⁶ Como exemplo, “a canalização geral de esgoto na area de Pedroços há muito deliberada mas não realisada; a canalização existente é deficiente e perigosa” [fl. 48v].

³⁸⁷ Assim acontecia com “a illumination da rua que vae da frente do mercado à doca de Belem, onde existe uma ponte de desembarque para o commercio e passageiros de differentes pontos do Tejo” [fl. 49].

³⁸⁸ Concretamente “a limpeza geral das travessas que confinam com as terras do desembargador, que são sempre depositos publicos de immundicie e sentinas, porque d’estas, em toda a area d’esta importante freguesia, so existe uma junto do mercado” [fl. 49].

³⁸⁹ Entre outros, “o ajardinamento do largo da Memoria em Alcolena, satisfazendo assim as justas reclamações há muito levantadas, convertendo-o assim, n’um aprasivel logradouro para os habitantes d’este bairro, d’onde se disfruta um dos mais bellos panoramas da cidade” [fl. 49v].

³⁹⁰ O sítio do Bom Sucesso fica a jusante da Torre de Belém e o de Porto Franco situava-se junto do torreão oriental da Cordoaria da Junqueira.

³⁹¹ A.E., *Actas da Freguesia de Belem*, Lv.º 06 (Cod. 30), [fl. 49].

de Lemos³⁹². Na verdade, quando este apresentou em sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 23 de Setembro de 1909 o pedido manuscrito que mais à frente se transcreve, abriu-se uma nova página no combate Torre de Belém *versus* Fábrica de Gás, aquela em que (mais) se distinguiu a edilidade lisboeta.

Não possuindo Lisboa, ao contrário de outras metrópoles, serviços patrimoniais dignos desse nome³⁹³, que só surgiriam, com designações várias, mais tarde, o embate emergiu no próprio plenário municipal³⁹⁴. Reza assim o primeiro documento de Afonso de Lemos aí apresentado:

³⁹² Do seu “Verbete iconográfico”, existente no Arquivo da Assembleia da República, ficamos a conhecer o rosto do verdadeiro protagonista deste capítulo, mas também, para além de todo o seu nome (Afonso Henriques do Prado Castro e Lemos) que era natural de Moura (Alentejo), onde nasceu a 20 de Outubro de 1865, formado em Medicina na escola de Lisboa em 1892. Foi dos mais ardorosos propagandistas da República tendo ocupado o cargo de presidente da Comissão Municipal Republicana de Lisboa. Como organizador, participou nos trabalhos revolucionários de Lisboa, em concordância com os do 31 de Janeiro, do Porto. Fez parte da primeira vereação municipal de Lisboa, sob a presidência de Anselmo Braamcamp, e deve-se-lhe a construção da Avenida Almirante Reis. Deputado às Constituintes em 1911, foi reeleito noutras legislaturas, e exerceu o cargo de senador até 28 de Maio de 1926. Faleceu em Lisboa a 15 de Dezembro de 1944, sendo sepultado em Serpa. O verbete, todavia, não diz que Afonso de Lemos foi iniciado em 1892 na loja *Fraternidade*, de Lisboa, com o nome simbólico de Schopenhauer. Pertenceu depois às lojas *União Democrática* (1894), *Comércio e Indústria* (1897), *Montanha* (1904) e *Cândido dos Reis* (1913). Atingiu (1895) o grau 7.º do RF. Pertenceu, desde 23 de Fevereiro de 1915, como sócio efectivo, à Associação dos Arqueólogos Portugueses. Ver, A.H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, col. 863.

³⁹³ Barcelona, por exemplo, criou em 9 de Junho de 1914 os seus *Servei de Catalogació i Conservació de Monuments* (*Diputació de Barcelona: setanta anys de catalogació i conservació de monuments*, Barcelona, Diputació de Barcelona, 1986). Lisboa tardou em estabelecer uma unidade que velasse pelo seu património. Assim, aquando da reorganização dos serviços aprovada em 1923, “a guarda, arrumação, conservação, e tudo o mais que diga respeito a quadros, monumentos, estátuas, bustos, etc., que se encontrem nas salas do edifício dos Paços do Concelho, ou suas dependências e, bem assim, nas praças publicas, jardins e outros lugares publicos, compete exclusivamente á 4.ª Repartição – Arquitectura, por ser a repartição artística da Câmara” (C.M.L., *Reorganização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa aprovada em 14 de Março de 1923*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1926, p. 12). Em 1935, tais tarefas patrimoniais, cabiam ao Pelouro dos Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins, concretamente á 8.ª Repartição – Serviços Culturais.

³⁹⁴ Já antes, deparámos com os vereadores de Lisboa envolvidos em questões patrimoniais, por vezes não na perspectiva da preservação. Em 1866, o vereador da C.M.L., Gregório Vaz Rans Barreto Froes, apresentou a seguinte proposta: “Senhores, no nosso paiz, em que a pena de morte está abolida de facto, graças á magnanimidade dos corações dos monarchas constitucionaes, que

Requeiro que me sejam fornecidos com urgencia:

Copia do contracto entre a Companhia do Gaz na epocha em que foi presidente o falecido Sr. Fernando Palha.

Copia das escriptura de 24 de Novembro de 1905 relativa á transferencia do gazometro que estava junto á Torre de Belem para o norte da rua do Bom Sucesso. Actas das sessões da Camara em que foram discutidos estes assumptos³⁹⁵.

Uma semana depois, sabemos, “voltou s. ex.^a a tratar [...] de assumptos relativos ás Companhias Gaz e Electricidade e de que já em anterior sessão se havia occupado”³⁹⁶. “Disse S. Ex.^a que dividira em 3 partes o cuidadoso estudo que fez dos contractos celebrados entre a Camara e estas Companhias. Refere-se a 1.^a parte á torre de Belem o que ella era e o que ella deveria ser; a 2.^a parte ás relações das Companhias com o ministerio da guerra e a 3.^a ás relações das ditas Companhias com a Camara Municipal”³⁹⁷. Detenhamo-nos na primeira parte:

teem dirigido os destinos do povo portuguez, entendo que devem desaparecer todos os vestigios de barbaros costumes e leis sanguinarias, desgraçadamente em vigor por tantos seculos. Esta camara, que é a primeira do paiz, por isso representa o municipio da capital, séde do governo e residencia do monarcha, não deve ser a ultima em destruir *pela base* tudo que possa lembrar a nacionaes e estrangeiros, que tivemos uma época em que ao lado da inquisição se levantava o cadafalso, e que em todas as cidades e villas se erigiam pelourinhos, onde se açoitavam, torturavam e publicamente se enforcavam criminosos.

Em uma das principaes praças d’esta cidade está ainda erigido um padrão de ignominia, um lugar de supplicio, uma pagina de sangue da nossa historia antiga! Façamos desaparecer, pois, essa lembrança de ignominia, reconhecendo, todavia, seu primor como objecto d’arte, e para não utilisarmos uma columna, que póde aproveitar-se para commemorar factos, que nunca devem ser esquecidos, reservo-me para em seguida vos apresentar uma proposta.

No entanto, que o camartello civilizador, á voz da liberdade destrua até á sua base esse monumento de passados erros. Á vista do que deixo exposto, tenho a honra de propôr:

- 1.º que seja retirado o *Pelourinho* existente na praça d’esta denominação.
- 2.º que tambem seja apagado o letreiro, que ali se vê: *Praça do Pelourinho* e passe a denominar-se *Praça da Camara Municipal*”. Cf. Picotas Falcão, *O Municipio de Lisboa e as Casas da sua Camara*, Lisboa, Companhia Typographica, 1902, p. 26 (*sublinhado nosso*).

³⁹⁵ A.C., SGO, cx. 110, inédito.

³⁹⁶ Acta da Sessão da C.M.L. de 30 de Setembro de 1909, p. 574.

³⁹⁷ *Ibidem*.

A Torre de Belem, que é um monumento historico, destinado a perpetuar a descoberta da India, e que n'outro paiz seria uma reliquia preciosamente cuidada, está avassalada pelo gazometro da Companhia do gaz, enegrecida pelo fumo d'essa installação e mostrando o atrazo em que se encontra este Paiz. A torre de Belem deveria ser o sacrario dos restos de Camões e de Vasco da Gama³⁹⁸ e o archivo de todos os documentos respeitantes á descoberta da India³⁹⁹. Nas suas pontes deveriam estar gravados versos de Camões e nos jardins, que a deveriam cercar, plantadas as melhores flores⁴⁰⁰.

Passados seis meses, Afonso de Lemos retomou a questão⁴⁰¹. Mais uma semana, mandou para a mesa o seguinte requerimento: “Desejo saber se os terrenos onde continua installada a fabrica do gaz, junto á torre de Belem, pertencem á Camara, se estão arrendados á Companhia do Gaz e qual o contracto d'esse arrendamento”⁴⁰². Outra semana volvida, na sessão de 25 de Agosto de 1910, apresentou esta proposta:

³⁹⁸ Ver Capítulo VI.

³⁹⁹ *Ibidem*.

⁴⁰⁰ *Ibidem*. Actas da Sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 30 de Setembro de 1909, pp. 574-575. Sobre as relações das Companhias com o ministério da Guerra, “leu S. Ex.^a varios documentos e a lei das servidões dos fortes e praças de guerra, provando com esta leitura que não é permittida, sem licença do ministerio da guerra, qualquer construcção em volta dos fortes ou praças de guerra. Não sabe se essa licença foi dada para a construcção do gazometro, mas a verdade é que o governador da praça de Monsanto propoz a demolição d'uma parte do forte do Bom Sucesso por afrontar aquella Torre e uma Commissão de officiaes foi de opinião de que se deveriam demolir immediatamente todas as construcções fixas, acima do solo, comprehendidas na esplanada do forte do Bom Sucesso, correspondente á face do forte voltada a leste. Opinião esta viavel, por isso que a escriptura de 8 de Agosto de 1888 para o estabelecimento da fabrica de gaz de Belem prevê o caso” (*idem*, p. 575). Quanto ao relacionamento entre as Companhias e a Camara disse “que se admirava de que houvesse quatro contractos, quando julgava que só um existia.[...] Conclui s. ex.^a por censurar estes processos e fôrmas de contractar tão nocivos á boa administração publica; vendo-se por elles a Camara Municipal obrigada ao pagamento annual de 150 contos á Companhia das Aguas e de 169 ás Companhias Gaz e Electricidade – ou sejam 319 contos de réis!” (*ibidem*).

⁴⁰¹ Sessão da C.M.L. de 11 de Agosto de 1910.

⁴⁰² A.C., SGO, cx. 110, 18 de Agosto 1910.

Attendendo a que os terrenos juntos á Torre de Belem, onde estão as fabricas do gaz, pertencem a esta Camara, sendo portanto, da sua directa responsabilidade o estado miseravel em que, devido a tal visinhança, se encontra aquelle monumento nacional tão digno de melhor sorte; attendendo a que não existe qualquer contracto de arrendamento a longo prazo que iniba esta Camara de usar dos seus direitos de senhoria para com aquelle inquilino: proponho que a Companhia do gaz seja intimada a retirar, até ao fim do primeiro semestre de 1911 todos os utensilios do fabrico de gaz que possui actualmente n'aquelles terrenos, ficando estes completamente desembaraçados n'aquella data para a Camara lhe poder dar outro destino mais proprio, como possa ser a construcção d'um jardim⁴⁰³.

Em sessão de 15 de Setembro, “o sr. vereador dr. Affonso de Lemos pediu nova leitura da sua proposta [...] Em seguida á leitura d'este documento, leu-se o parecer do sr. Advogado Syndico, que a Camara mandou ouvir sobre o assumpto, e que termina por declarar que é sua opinião, pelas razões que largamente expõe, que a proposta do sr. vereador dr. Affonso de Lemos é juridicamente fundada e procedente”⁴⁰⁴.

Retomando a palavra Afonso de Lemos, referiu:

O miseravel estado em que se encontra aquelle bello monumento historico é da responsabilidade do Governo e da vereação que tão promptamente accedeu ao pedido de uma Companhia para ali fazer as installações que lá existem e não menos responsabilidade cabe ás vereações que se seguiram áquella, pois que não procederam como a actual e consentiram aquelle estado de coisas. A torre de Belem, em vez de servir para perpetuar um facto que aproveitou a todo o mundo, está demonstrando o estado de selvageria em que nos encontramos”⁴⁰⁵.

⁴⁰³ Actas da Sessão da C.M.L. de 25 de Agosto de 1910, p. 572.

⁴⁰⁴ Actas da Sessão da C.M.L. de 15 de Setembro de 1910, p. 605.

⁴⁰⁵ Actas da Sessão da C.M.L. de 15 de Setembro de 1910, p. 606. Acrescentaria: “Referindo-se ás relações da Camara com a Companhia do Gaz e aos seus contractos, alludiu em especial á

2.3. O apoio a Afonso de Lemos

Na vastidão da correspondência recebida pela Presidência da Câmara Municipal de Lisboa foi possível encontrar três officios de apoio à Câmara, ao seu Presidente e/ou ao Vereador Afonso de Lemos, seguramente à causa da Torre de Belém⁴⁰⁶. Logo em 5 de Setembro (1910), a *Associação dos Architectos Portuguezes*⁴⁰⁷ manifestou-se ao lado da Câmara lisiponense:

O Conselho Director da Sociedade dos Architectos Portuguezes, interpretando o sentir de todos os seus consocios, envia á Exma. camara Municipal de Lisboa, de que V. Ex.^a é tão digno Presidente, a sua mais entusiastica adhesão á iniciativa e esforços empregados por essa illustre collectividade, para desaffrontar das installações anti-esthéticas e prejudicialissimas que o rodeiam, e que pertencem á Companhia do Gaz, o bello monumento manuelino, chamado Tore de Belem. Com applauso unanime foram na ultima sessão d'este Conselho exarados votos de louvor á Ex.m^a Camara por tão digna attitude, rejubilando os artistas portuguezes com manifestações d'esta natureza em pró dos monumentos nacionaes, herança de tempos mais prosperos, tão mal estimados pela ganancia actual⁴⁰⁸.

importancia de 28 contos de réis dada pela camara á Companhia para as despesas com a transferencia do gazometro para o Bom Sucesso, como se essa transferencia ou construcção d'um novo gazometro, fôsse imposta pela Camara, quando era motivada pela deterioração que o gazometro soffreu em consequencia da grêve dos empregados da fabrica do gaz, e por isso se deveria a Camara limitar a concedere a licença e nada tinha a apagar á Companhia. Os ruinosos contractos feitos pelas anteriores vereações e o modo por que elles têm sido cumpridos levaram o primeiro municipio do Paiz ao lastimavel estado em que a actual vereação o encontrou” (*idem*, p. 606).

⁴⁰⁶ Neste núcleo documental encontrámos também alguma documentação respeitante às actividades da Comissão de Estética para os anos de 1909, 1910, 1912 e 1913.

⁴⁰⁷ Afonso de Lemos referir-se-lhe-ia na sessão de 15 de Setembro de 1910: “Este officio era honroso para a Camara não o era menos para a sociedade signataria que tanto interesse mostra pela arte do nosso paiz”. Cf. Acta da Sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 15 de Setembro de 1909, p. 606.

⁴⁰⁸ A.E., *Correspondencia recebida pela Presidência*, N.º 456, Pt. 320.

A 20 do mesmo mês, Jorge Colaço, em nome da Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, oficiou a Miguel Ventura Terra, então vereador da Câmara Municipal de Lisboa:

Desejando a direcção da Sociedade Nacional de Bellas Artes, a que me honro de presidir, de dar a V. Ex.^a e aos seus Exmos. collegas da vereação um publico testemunho do seu enthusiasmo pela proposta do sr. Dr. Affonso de Lemos que acaba de ser approvada afim de se conseguir desafrontar das installações anti-esthetics e, perdõe-se-nos o termo, asquerosas que rodeiam a Torre de Belem, resolveu que a V. Exa. como directo representante dos artistas portuguezes no municipio da capital, se dirigissem, felicitações conjunctamente acompanhadas da seguinte proposta que V. Exa. terá na consideração que lhe merecer:

“Que no dia em que sejam removidas, do local improprio que occupam, as installações da Companhia do Gaz, se faça [*sic*] uma festa artistica no referido logar, para o que a direcção da sociedade que represento desde já se associa com todo o enthusiasmo que dimana do seu coração⁴⁰⁹.

A *Commissão Republicana da Freguezia de Belem* dirigiu-se a 27 ao Presidente da Câmara, o “Illustre Cidadão” Anselmo Braamcamp Freire, com elogiosas referências à edilidade⁴¹⁰:

Esta Commissão na sua reunião de 23 do corrente resolveu felicitar-vos, bem como á Camara da vossa digna presidencia, pela approvação da proposta do nosso dedicado correlegionario e digno vereador, o illustre cidadão Dr. Affonso de Lemos, para a transferencia das officinas mais fabricas que as Companhias Reunidas de Gaz e Electricidade teem junto a esse peregrino monumento nacional que se chama a Torre de Belem, que para vergonha as vereações monarchicas permittiram que chegasse ao estado vergonhoso em que se encontra.

⁴⁰⁹ A.E., *Correspondência recebida pela Presidência*, N.º 476, Pt. 339.

⁴¹⁰ A Câmara Municipal de Lisboa agradeceu em 3 de Outubro de 1910 (A.E., Copiador 812).

Assim, esta Commissão como entidade politica republicana na freguezia que tem a honra de possuir situada dentro dos seus limites tão historica belleza architectónica, e por tal a primeira interessada no melhoramento projectado, acompanha-vos com entusiasmo n'essa obra verdadeiramente patriotica que não só honra quem a propoz como a digna Camara que a approvou, e espera que não deixeis de pugnar com denodo para que dentro do prazo marcado seja uma consummação esse utilissimo melhoramento.

Ousa tambem esta Commissão lembrar-vos e a essa mui digna Vereação, quanto lhe seria agradavel ver posto em pratica o pensamento do illustre vereador Dr. Affonso de Lemos para que a Torre de S. Vicente de Belem seja transformada n'um museu historico referente á descoberta do caminho maritimo para a India⁴¹¹.

2.4. Intimação camarária

Confortada por estes apoios, em 30 de Setembro – a uma semana do 5 de Outubro que veria a vitória da República⁴¹² – finalmente, a Câmara Municipal de Lisboa dirigiu-se pelo officio n.º 1616 aos *Directores da Sociedade das Compas. Reunidas Gaz e Electricidade*:

Em sessão de 15 do corrente deliberou esta Camara que seja desoccupado, até ao dia 30 de Junho do proximo futuro anno de 1911, o terreno municipal junto á Torre de Belem, que tem sido occupado pelas fabricas de Gaz e outros utensilios d'essa Sociedade.

⁴¹¹ A.E., *Correspondência Recebida pela Presidência*, N.º 485, Pt. 348.

⁴¹² Terá tido o 5 de Outubro de 1910 alguma implicação na maneira de olhar esta questão? O architecto Ribeiro Cristino, o mais novo dos consagrados do “Grupo do Leão”, escreveria: “Justo motivo de orgulho para os portugueses, e lisbonenses em especial, é o magnifico monumento. E agora, sob o regimen republicano, ou do governo do Povo pelo Povo, ainda muito mais devem ser estimados e queridos por todos os patriotas monumentos que, como este da Torre de Belem, tão soberbo padrão da arte e gloria do venerando Portugal” (Ribeiro Cristino, “A Torre de Belem”, in *Mocidade*, Junho de 1911, cit. in *O Occidente*, vol. XXXV, n.º 1195, 10 de Março 1912, p. 50).

Em virtude d'esta deliberação, apenas imperada em intuitos simples e verdadeiramente patrióticos de libertar da natural mal vizinhança das vossas fabricas de gaz a Torre de Belem, monumento tão bello em si e na sua significação historica e que por isso deve ser querido e respeitado por todos os bons portuguezes, cumpre-me avisar a Sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade para que se sirva entregar a esta Camara, até áquella data, o referido terreno municipal⁴¹³.

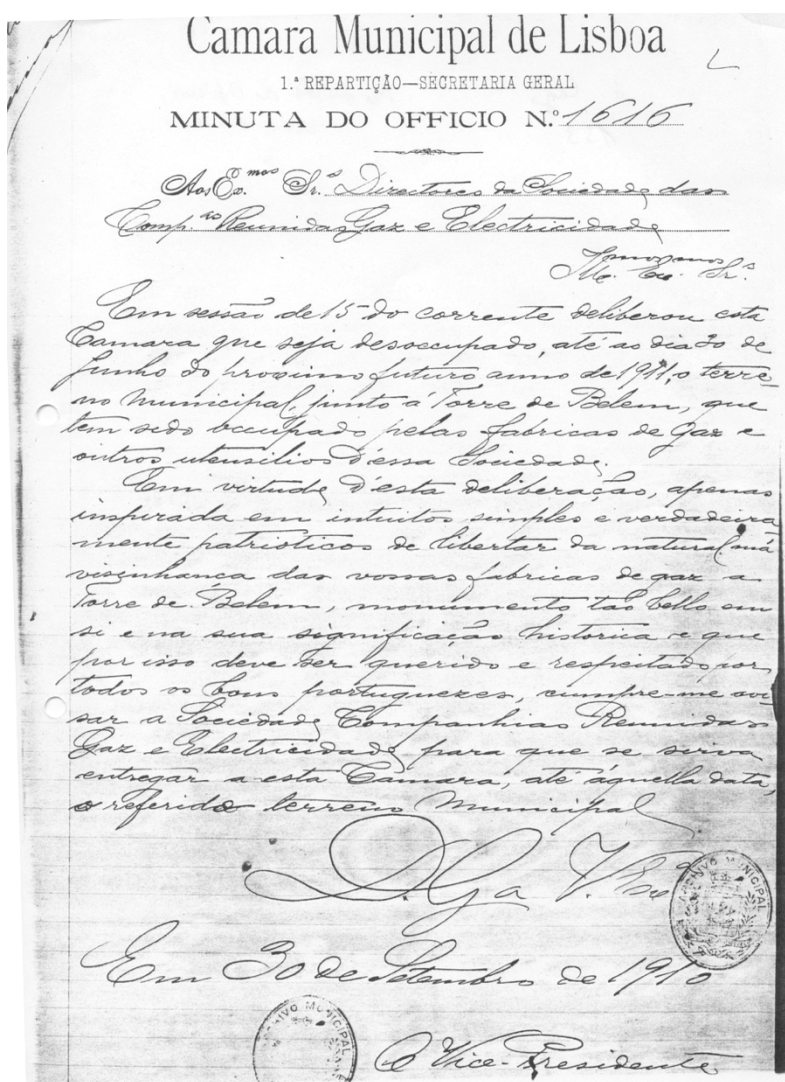


Fig. 21
 Carta da C.M.L. às C.R.G.E. (A.C., 153 Livro de Minutas de Officios)

⁴¹³ A.C., Livro de Minutas de Officios, 153.

Sabemos que o conselho de administração das Companhias Reunidas Gás e Electricidade ao tomar conhecimento do officio da Câmara Municipal de Lisboa, “mandando despejar os terrenos onde se acha installada a fabrica de Belem”, decidiu consultar os advogados da Companhia e estudar a resposta a dar a esta intimação”⁴¹⁴. Assim, na reunião seguinte, a 29 de Outubro, “foi lido um projecto de officio a mandar á camara municipal em resposta a outro que se recebeu dando ordem para sahir a fabrica do terreno de Belem até ao dia 30 de Junho de 1911”⁴¹⁵. Desta forma, antes de se voltar a falar na Câmara Municipal de Lisboa do assunto, a C.R.G.E. replicou:

offerece-se-nos dizer que, pelas considerações patrioticas a que o officio se refere, esta Sociedade associar-se-hia á intenção da Camara, se d’ahi lhe não adviesse prejuizo gravissimo com offensa de direitos, segundo os quaes, em face dos contractos bilateraes, a occupação do terreno junto á Torre de Belem para o destino que lhe foi dado d’acordo com a Camara e para utilidade reciproca das duas entidades, deve durar, como condição contractual, que é, por todo o tempo da concessão.

E, de resto, V. Exa. decerto entenderá que não é licito suppôr que haja alguém que fizesse construcções de muitissimo dispendio em terreno, cuja occupação fosse facultativa para cessar quando approuvesse a quem a concedera.

Nem a concessionaria acceitaria um favôr que tão nocivo se poderia tornar aos seus interesses, nem, decerto, a Camara accederia a satisfazer um pedido para converter o seu acto, em qualquer occasião e a seu alvedrio, no prejuizo do património da outra parte contractante⁴¹⁶.

⁴¹⁴ C.R.G.E. Acta n.º 522. Reunião de 3 de Outubro de 1910.

⁴¹⁵ C.R.G.E. Acta n.º 523. Reunião de 29 de Outubro de 1910.

⁴¹⁶ A.C., SGO, cx. 111.

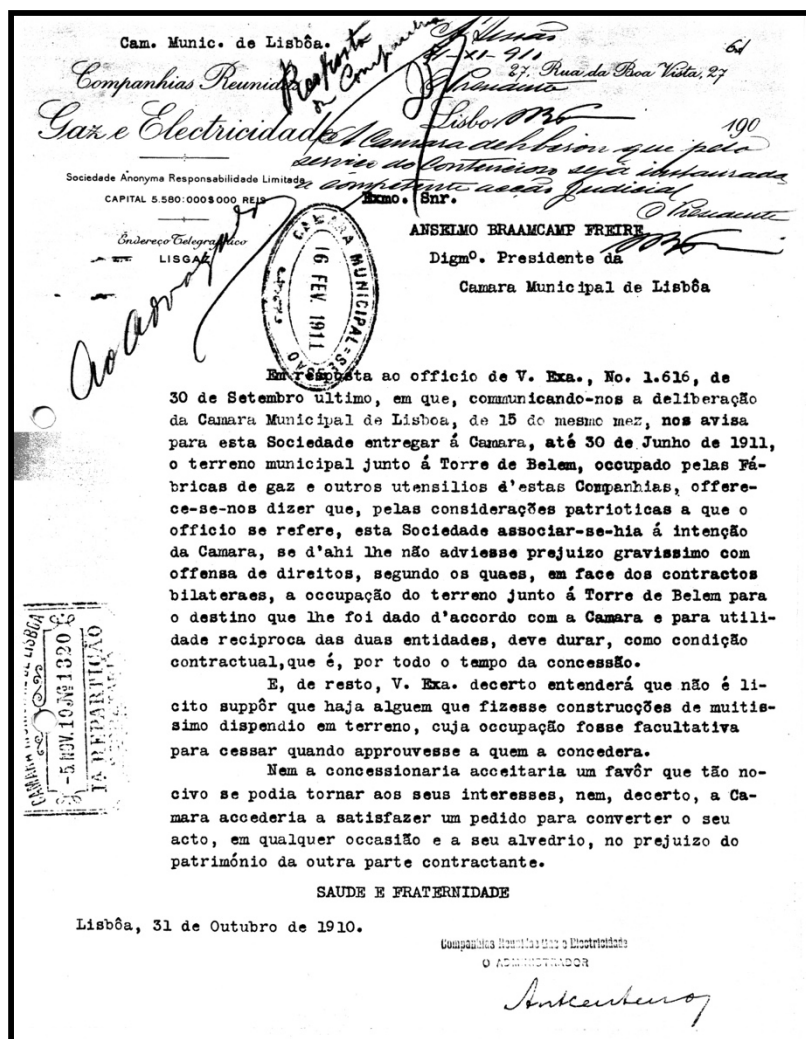


Fig. 22
Carta das C.R.G.E. à C.M.L. (A.C., SGO cx. 111)

Passados os meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e metade de Fevereiro, Afonso de Lemos, em sessão da C.M.L., “occupou-se novamente da existencia do gazometro e officinas da Companhia do Gaz nos terrenos juntos á Torre de Belem, bella obra de arte que esta visinhança tanto tem prejudicado”. E, mais à frente, “Tendo a Sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade contestado o direito

que esta Camara [...] proponho que ao serviço do Contencioso seja ordenado que á referida Sociedade se instaure a competente acção judicial”⁴¹⁷.

Esta proposta “*foi – assinala-mo-lo - unanimemente aprovada*”⁴¹⁸.

Na história deste combate parece poder entrever-se uma fase mais combativa, tanto por parte da Câmara como pela parte da Companhia. Mas, desde a acta n.º 523 de 29 de Outubro de 1910 até à acta n.º 548 de 22 de Novembro de 1911 – isto é, mais de um ano e vinte cinco reuniões depois – não se falou, no seio da administração das Companhias Reunidas Gás e Electricidade, do “Processo da Fabrica de Belem”. Nesta última data, o advogado da Companhia, o Dr. Pereira Reis, “explicou o processo da Fabrica de Belem”, tendo ficado decidido “tentar-se o adiamento do dia do julgamento, que está marcado para o dia 8 de Dezembro, por se julgar esta medida conveniente aos interesses da nossa Sociedade”⁴¹⁹; o que terá acontecido, pois *O Século*, de 9 de Dezembro de 1911, diz-nos que “Ficou adiado, *sine die*, no tribunal do Comercio, a discussão do pleito entre a Camara Municipal e a Companhia do Gaz”⁴²⁰.

⁴¹⁷ Nesta sua intervenção, Afonso de Lemos, a certo passo, historiando os factos, lembrou a “sua proposta apresentada á Camara em sessão de 8 de fevereiro de 1910, para ser intimada a Companhia do Gaz a retirar as suas fabricas do local em que estão estabelecidas” (Sessão de 16 de Fevereiro de 1911, p. 101). Para nosso estupor, essa sessão não terá existido; dela não havendo referência nem no *Livro N.º 105 do registo das actas das sessões da Camara Municipal de Lisboa*, manuscrito; nem nas actas impressas; nem, naturalmente, nos jornais da altura.

⁴¹⁸ A.C., man. inédito. Itálico no original.

⁴¹⁹ C.R.G.E., p. 114. Na acta da mesma sessão, foi abordada pelo Conselho a questão do “Serviço judicial”. Ficamos a saber que “este serviço está actualmente a cargo do Sr. Dr. Pereira Reis, que não recebe ordenado fixo [...] e, n’este caso, é o advogado João Centeno que tem a procuração e por isso recebe o ordenado mensal de 33\$333 réis.

Temos ainda, como advogado consultores, o Sr. Dr. Vicente Monteiro, que exerce as suas funções desde a fundação da Companhia e recebendo o ordenado mensal de 33\$333 réis, e o Visconde de Carnaxide, **Secretario do Tribunal do Commercio**, com igual ordenado.

O Conselho julga não ser opportuno fazer-se qualquer modificação” (*idem*, pp. 115-116) (*sublinhado no original*).

⁴²⁰ *O Século*, 9 de Dezembro de 1911.

3. O julgamento do “Processo da Fábrica de Belém”

“Mas como vae liquidar-se esta questão palpitante, onde a moral lateja e o bom senso pulsa?!”

Novidades, 1 de Março de 1912

3.1. A imprensa: informação e emoção

Aparentemente, o primeiro trimestre de 1912 perfilou-se como o do “ajuste de contas”, entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, tendo aquela ganho, entretanto, um apoio deveras importante: a imprensa. Para confirmar esta asserção, compulsámos um leque alargado de jornais diários, a saber: *O Século*, *Diário de Noticias*, *A Luta*, *República*, *Novidades* e *A Nação*. Ainda a *Ilustração Portuguesa* e *O Occidente*. Em relação ao nosso objectivo, olhámos essa massa de documentação procurando distinguir as notícias propriamente ditas dos textos “engagés”, o que às vezes fizemos com dificuldade, por um artigo conter, aqui e além, as duas vertentes. Não deixámos, outrossim, de considerar, em terceiro lugar, a posição das C.R.G.E., denunciando a “ferranha campanha da imprensa”.

No primeiro grupo de artigos enquadra-se o publicado em *O Século*, de 22 de Fevereiro de 1912, dando conta que “no proximo dia 1 de Março realiza-se no Tribunal do Comércio, 1.^a vara, o julgamento da acção”. Mas, também, *A Luta* e o *República* de 28 de Fevereiro (1912), publicando os mesmos textos, *ipsis verbis*: a proposta do sr. dr. Affonso de Lemos, para a retirada até ao fim do primeiro semestre de 1911 todos os utensílios do fabrico do gaz que a Companhia possui actualmente naqueles terrenos, ficando estes completamente desembaraçados naquela data, para a Câmara lhes poder dar outro destino mais próprio, como poderá

ser a construção de um jardim; o *parecer do sr. dr. Lopes Vieira*, fornecendo os fundamentos pelos quais a proposta do vereador dr. Afonso de Lemos era juridicamente fundada e procedente; o *parecer do sr. dr. Azevedo e Silva*, sobre a possibilidade da Câmara Municipal de Lisboa revogar a licença concedida às C.R.G.E. para estabelecer as suas oficinas, gasómetros e mais instalações nos terrenos marginais do Tejo junto à Torre de Belem⁴²¹; o *parecer do sr. dr. Alves de Sá*, também sobre a ocupação dos terrenos⁴²² e *O que será de futuro a torre de Belem*, texto que sugeria que o monumento fosse entregue pelo ministério da Guerra à guarda da C.M.L., para esta o converter em museu histórico, onde se “colecione todos os elementos respeitantes a conquista da Índia”, e “devendo os terrenos em volta serem aplicados a um jardim municipal”⁴²³.

O Século, *A Luta* e o *Novidades* de 29 de Fevereiro (1912) reproduzem todos o mesmo artigo, sob o título, também comum, “A Torre de Belem e a Fabrica do Gaz”:

Pedem-nos a publicação do seguinte:

Para elucidação do publico, defensor dos monumentos de arte nacional, mas ao mesmo tempo respeitador dos direitos e dos interesses nacionaes, tanto quanto as leis da republica sobejamente tem affirmado para sua honra e decôro, dá-se publicidade aos seguintes artigos de contractos entre a Companhia do Gaz e a Camara Municipal de Lisboa.

Seguem-se extractos dos contratos de 22 de Julho de 1891 e de 7 de Março de 1901, deste o art.º 88, concluindo o anónimo autor da prosa:

⁴²¹ Concluiu – ao contrário das C.R.G.E. – que a licença concedida pela Câmara Municipal de Lisboa para ocupação dos terrenos mencionados era essencialmente facultativa, revogável, de mera tolerância.

⁴²² Limitou-se a concordar em tudo com os pareceres dados pelos seus colegas ouvidos sobre o mesmo assunto, fazendo seus os fundamentos deles.

⁴²³ *O Século*, 29 de Fevereiro de 1912.

Assim se cumpriu. Mudou-se o *gazometro* para o Bom Sucesso e fixou-se a indemnisação.

Agora, para a totalidade da fabrica pede a Camara Municipal despejo, *sem indemnisação*, considerando simples licença o que é concessão, e apesar do valor de inventario da fabrica, após amortisações, orça por cerca de 500 contos.

Em 1 de Março (de 1912), o *Diário de Noticias, O Século, A Luta* e o *República* divulgam um texto subintitulado *Resposta ao Amigo da Fabrica do Gaz*, assinado por *Um amigo da torre de Belem*, refutando, em seis pontos, o texto supra. Ao ponto referido antes, diz o texto:

4.º ao argumento: de que a camara deveria agora “pela mesma fórmula” contribuir com indenisação [*sic*] para a “mudança” do resto da fabrica – “Respondo” que a camara não é a tal obrigada, dado o character “percario desagradavel e de mera tolerancia” de todas as suas concessões de licenças.

5.º que a concessão de terreno municipal junto da torre de Belem “não foi” condição essencial da concessão do fabrico do gaz porque o pedido de tal ocupação de terreno foi feita á camara muito tempo depois de ter sido feita essa concessão [*sic*] do fabrico.

6.º e ultimo: que devido á honra e decoro das leis da Republica a que se refere, que é bom que a companhia do gaz e todas as outras se convençam que a Republica não póde exactamente, por honra e decoro, consentir nos erros e favoritismo que tanto caracterisaram as administrações monarquicas ⁴²⁴.

O *Novidades*, da mesma data, deu conta que “iniciou-se hoje, á uma hora da tarde, no Tribunal do Commercio, um interessante julgamento, presidido pelo sr. Sá Motta, secretariado pelo sr. Visconde de Carnaxide” ⁴²⁵.

⁴²⁴ *Diário de Noticias*, 1 de Março de 1912, p. 3.

⁴²⁵ “Exposta a questão pelo digno juiz iniciou-se o interrogatorio das testemunhas de accusação, entre ellas os srs. *Victorino Vaz Junior*, ex-vereador da camara que declara desconhecer as disposições do contracto e *Martinho Guimarães*, igualmente ex-vereador que diz ser verdade nunca ter a Camara dado satisfação ás constantes reclamações do publico por motivo de um

A 2 de Março (1912) cinco jornais referem-se ao julgamento, dando alguns imagens da sessão. O *Século* ainda questionou: “Remove-se, ou não, a fabrica de junto da Torre de Belem?” e, mais à frente, “no Tribunal do Comercio, em audiencia em que presidia o juiz sr. dr. Sá Mota, secretariado pelo sr. visconde de Carnaxide, julgou-se hontem a velha questão [...] que tanto tem prejudicado aquele monumento manuelino”⁴²⁶. O mesmo quotidiano, nas “Ultimas noticias” deu conta que: “o juri manifesta-se favoravelmente para a Camara”⁴²⁷; enquanto o *Republica*, da mesma data, noticiou: “Julgou-se ontem a causa da Torre de Belem, mas só na proxima semana se saberá o resultado”⁴²⁸.

O *Século* de 4 de Março, numa *démarche* inédita, “desejando esclarecer bem o assunto, ouvimos a respeito d’esta questão duas opiniões desencontradas e que vamos reproduzir, ocultando apenas os nomes”⁴²⁹. O *Novidades*, de 7 de Março,

contracto em que o estabelecimento da fabrica n’aquelle local fazia parte da concessão por 60 annos feita á Camara. Além d’isso entende que a Camara não podia promover a remoção dos gazometros sem previamente indemnizar a companhia do prejuizo causado. Considera o contracto como uma concessão e não como um arrendamento. Ao sr. Martinho Guimarães seguem outras testemunhas como o sr. *marquez de Avila*, engenheiro Antonio Maria de Avellar, cujo depoimento é impugnado, dr. Teixeira de Queiroz, Botelho Pimentel, Donadin, Claudio Pinto, J. Martins, F. Cruz, Simões de Almeida, Theodoro Pinto Bastos, etc.” (*Novidades*, 1 de Março de 1912).

⁴²⁶ *O Século*, 2 de Março de 1912, p. 2.

⁴²⁷ *Idem*, p. 5.

⁴²⁸ *República*, 2 de Março de 1912, p. 1.

⁴²⁹ *O Século*, 4 de Março de 1912, p. 2: “A primeira pessoa a ser ouvida tem uma opinião favorável à Companhia do Gás: Um dos motivos por que a questão aberta entre a Camara Municipal e a Companhia tem canalizado em favor da reclamação da Camara uma certa simpatia do publico consiste incontestavelmente no facto de a permanencia da fabrica do gaz no local em que actualmente está instalada danificar a Torre de Belem. Tambem eu entendo que, na verdade, esse monumento, cuja delicadeza arquiteonica de modo algum se compadece com a proximidade d’aquella fabrica, não deve estar a ser por ela afrontado. Compreendo tambem que, áparte ainda o ser pouco estetico o confronto entre o monumento e o edificio em que foram feitas as instalações, ha a notar a danificação causada pelo fumo na interessante torre manuelina. Ninguém o nega e a propria Companhia o reconhece. Essa, porém, é uma questão áparte, que nada tem que vêr com a razão e a justiça que assistem á Companhia. No domínio da estetica é efetivamente um mal que ali esteja situada uma fabrica de gaz e deve ela d’ali ser retirada”. Foi ouvida, depois, a “outra opinião”: “Esta questão é muito clara e só a tornam confusa os que, ou nada entendem de questões juridicas, ou teem interesse em que se não veja a verdade. [...] Teria a Companhia confiança em

noticia na primeira página que “O Tribunal de Commercio julgou-se incompetente para julgar a acção”; enquanto a *Lucta*, de 8, repete o título, bem como *O Século*, do mesmo dia. Acrescentou este derradeiro periódico:

Por sentença do Tribunal do Comercio, firmada pelo sr. dr. Joaquim Maria de Sá Mota, foi anulado o processo desde o despacho que designou dia para julgamento na acção ordinaria intentada pela Camara Municipal de Lisboa contra as Companhias Reunidas Gaz e Electricidade. A sentença julga o juizo comercial incompetente em razão da materia e manda remeter os autos ao juizo civil.

Esse documento, que comporta 16 paginas de papel selado, depois de fazer referencia ás concessões e permissões feitas pela Camara á Companhia, termina nos seguintes termos: [...] a causa que se discute nos autos não emerge de ato de comercio...⁴³⁰

No segundo grupo de artigos caberá o texto da primeira página de *O Século* de 28 de Fevereiro, isto é, publicado na antevéspera do julgamento – “O Tribunal de Comercio decidirá, depois de amanhã – no rosto depois do título “Á Volta da Torre de Belem”, pergunta-se: “Quem vencerá? A Camara Municipal ou a Companhia do Gaz?” e, ainda, “O monumento manuelino continuará a ser desfeiado pelo negro de fumo?”.

que a Camara, sob a pressão monarchica, continuaria a manter aquelas instalações no mesmo local até ao fim do contrato? Pensaria a Companhia em começar a fabricação do gaz, sem o que veria rescindido o seu contrato, que lhe traria um prejuizo bem maior do que as despesas de instalação? Tudo isso é possível, e por isso mesmo é que o simples factio d’ela lá ter feito as suas instalações não é por si só a prova de que o fazia para durar sessenta anos a concessão, o que as proprias leis administrativas não permitiam. Tendo, pois, de se considerar de natureza precaria a concessão do terreno feita á Companhia do Gaz pela camara municipal, esta tem todo o fundamento juridico para acionar a Companhia exigindo-lhe que d’ali retire as suas instalações” (*O Século*, 4 de Março de 1912, p. 12).

⁴³⁰ *O Século*, 8 de Março de 1912, p. 3.

Depois de uma foto da Torre – onde curiosamente não aparece a Fábrica de Gás⁴³¹
– afirmou-se:

O pleito já foi muitas vezes discutido na imprensa periodica e cabe ao Seculo uma parte não pequena na campanha levantada contra o crime de lesa-estetica cometido pela Companhia do Gaz, crime de que algumas vereações dos tempos monarchicos se fizeram voluntariamente cúmplices” [...] Comtudo, não é demais recorda-lo nas suas fases mais salientes, dando larga publicidade aos fundamentos da ação que a Camara move á Companhia [...] Se a sentença fôr desfaforavel á vereação, a Companhia do Gaz poderá manter por mais quarenta anos ainda a ocupação dos terrenos junto á Torre de Belem. No caso contrario, a Camara limpa-los-há sem perda de tempo e o sr. Afonso de Lemos proporá no Senado, a que tambem pertence, a transformação da Torre em museu historico destinado a arquivar todos os elementos respeitantes á descoberta da India. E os terrenos hoje ocupados pelo Gaz serão ajardinados e entregues ao logradouro publico⁴³².

Seguramente, também o *República*, de 29 de Fevereiro, ao fazer sair um extenso artigo na primeira página, onde se lê, a abrir: *Pela Beleza !*.

Ficará hoje decidida, no Tribunal do Comercio, a acção que a Camara Municipal, sob proposta do snr. Afonso de Lemos, moveu contra a Companhia do Gaz [...] as fabricas geradoras de gaz, que estão danificando, de uma forma insólita, o aspecto do formoso monumento manuelino. [...] Quando a Companhia do Gaz conseguiu estabelecer junto dela [Torre de Belém] as suas fabricas, devido aos esforços que para isso envidou o seu advogado, o falecido estadista Barjona de Freitas, um murmurio de legitima indignação e justificado protesto reboou longamente, Portugal fora...

⁴³¹ É visível, contudo, o polémico “pharolim lenticular, de luz vermelha, montado em 1865 no terraço da Torre e assente n’uma *mesa de serviço* de ferro. Conquanto na forma geral se quizessem imitar as guaritas do monumento, é desastrado o effeito d’aquelle pespego”, in *Serões*, n.º 11, Maio de 1906, p. 426.

⁴³² *O Século*, 28 de Fevereiro de 1912.

E hoje, que a sua sorte vai ser resolvida, uma expectativa ansiosa espera a decisão do tribunal⁴³³.

Fugindo à imagem dos outros jornais, o *Novidades*, de 2 de Março, estampou na sua folha de rosto, na rubrica *Casos do dia*:

A torre celebre

Ora aqui está um caso em que nós não duvidamos, para salvar uma joia, de atirar com a Lei ao rio.

Isto no caso que a Companhia tivesse justiça.

Porque tem ou não tem valor, a torre? Tem. É ou não é um monumento nacional? É.

Está arrumado. Resolva-se: “quem tem razão é a Camara; ainda que a Camara a não tenha”. E toca a pôr os caldeirões a voar⁴³⁴.

Sob o título “Em Foco / A Torre de S. Vicente de Belem / Justo pleito movido pela Camara Municipal de Lisboa contra a Companhia do Gaz . – O gazometro junto da torre é um vandalismo. – Consignamos o nosso protesto”, A.P.C. da S. *Tony-Content*, redigiu, n’*A Nação* de 9 de Março, como que um balanço:

Tudo tem sido desrespeitado.

Por concessão feita pela Camara Municipal de Lisboa á Companhia do Gaz, esta installou junto da torre de S. Vicente de Belem um dos seus gazometros. O espirito patriotico não imperou nos vereadores d’então, que, naturalmente, á sombra de bons proventos, sacrificaram um monumento que, por todos os motivos, devia ser objecto de mais consideração. Mas não, tudo se sacrificou e tudo se sacrifica comtanto que não se perca uma boa occasião de embolsar uns contos de réis!

Chegou, no entanto, o culto pelas coisas historicas, á *vereação dos saldos em caixa*.

Esta vereação quer deixar o seu nome assignalado na historia do municipio de

⁴³³ *República*, 29 de Fevereiro de 1912.

⁴³⁴ *Novidades*, 2 de Março de 1912.

Lisboa, com uma obra de misericórdia. Que siga, não baqueie perante propostas, e nós cá estamos promptos a registar o nome dos homens que mostrem ter um bocadinho de culto pelo passado. [...] E junto a um edificio d'esta cathegoria pode consentir-se que continue a existir um gazometro da Companhia *monopolisadora* do gaz? Não; mil vezes não. A acção movida pela Camara não é uma acção vulgar; acima dos interesses nacionaes, o culto pela arte e respeito pela historia.

Já que n'este momento a Camara quer limpar aquelle escarro projectado sobre um edificio que só merece respeito, que todos os bons patriotas e o governo a ajudem n'esse gesto que nós registamos com prazer, e que d'uma vez para sempre se acabem com vandalismos de semelhante jaez⁴³⁵.

Hipólito Raposo, por seu lado, em “Palavras ao vento / A Torre de Belem”, escreveu na primeira página do *Diário de Notícias*, de 18 de Março de 1912:

Anda agora aos tombos pelos tribunaes o processo de *resgate* da velha *Torre de San-Vicente*.[...] Aliviada um dia dos aleijões que até ao meio do ultimo seculo, miseravelmente a deformavam – ainda faltava á velhice gloriosa da fortaleza o insulto dos gazometros, a cuspirem-lhe na face o fumo de cada hora.[...] Sei muito bem que hoje já não é preciso defender com retorica e citações dos *Lusiadas*, a Torre de Belem reclama-se consciencemente para ela o respeito que merece, em nome da arte e em nome da civilização humana.

Uma questão d'estas, n'um paiz chegado à maioridade da consciencia propria, jámais poderia dar-se, mas se o acaso a inventasse, ressalvados legitimos interesses particulares, ficaria morta definitivamente em curto praso, porque a opinião publica não havia de ser, como a nossa, uma multidão acefala e sempre de braços cruzados erguidos para destruir.

A opinião publica n'este paiz!

E nós estamos para ver se uma sentença judicial, embora justissima, poderá sancionar ainda a continuação de esta vergonha que afronta o brio nacional e enche de tristeza o nosso sentimento historico.

⁴³⁵ *A Nação*, 9 de Março de 1912, p. 1.

Quando é que essa soberana, dominadora e retumbante opinião há de chegar a ser educada para defender e honrar as obras de arte, com o mesmo entusiasmo em braza com que nos comícios da praça levanta e destroi os altares dos seus ídolos? A triste vergonha de isto tudo!⁴³⁶.

Na história do apoio da imprensa à Torre de Belém entrevemos dois outros textos fundamentais: um, publicado em *O Occidente*, a 10 de Março de 1912, enchendo nomeadamente toda a primeira página, vinte e três anos depois desta publicação ter saudado o estabelecimento da Fábrica; e outro, na *Ilustração Portuguesa*, do dia seguinte.

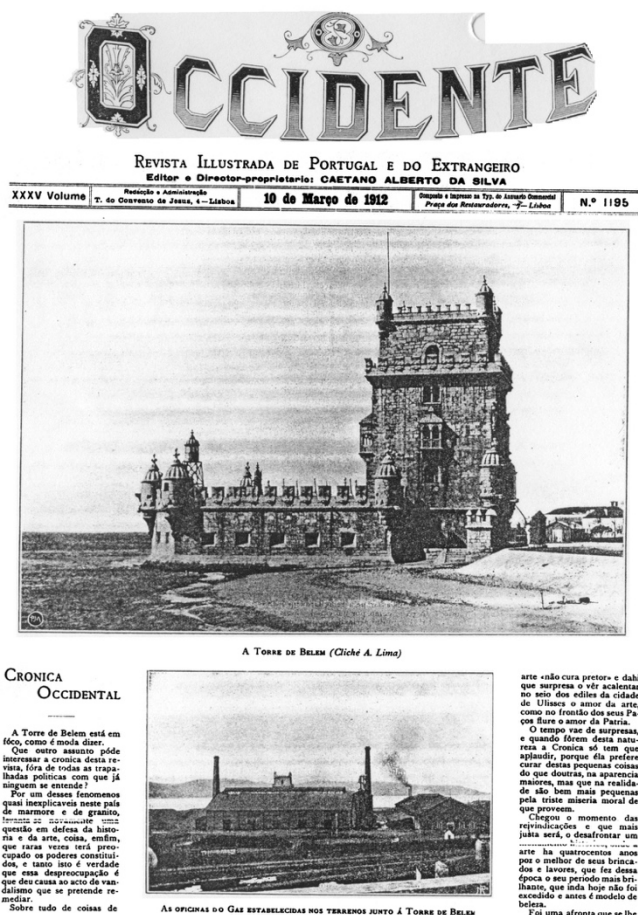


Fig. 23
O Occidente, 10 de Março de 1912

⁴³⁶ *Diário de Notícias*, 18 de Março de 1912, p. 1.

Este abundantemente ilustrado com diversos *clichés* da autoria de Joshua Benoliel (1873-1932): da Torre e da fábrica, dos jurisconsultos que deram o parecer favorável ao município, de Anselmo Braamcamp Freire, ao tempo presidente da Câmara Municipal de Lisboa e de Afonso de Lemos “que levantou, em agosto de 1910, a questão”⁴³⁷, bem como da sala do Tribunal do Comércio no “dia 1 de março, na ocasião em que se discutia a questão entre a Camara Municipal e a Companhia do Gaz”⁴³⁸.

No primeiro desses artigos, Caetano Alberto, escreveu a certo passo:

A Torre de Belem esta em fóco, como é moda dizer.

Que outro assunto póde interessar a cronica desta revista, fóra de todas as trapalhadas politicas com que já ninguem se entende?

Por um desses fenomenos quasi inexplicaveis neste país de marmore e de granito, levanta se novamente uma questão em defesa da historia e da arte, coisa, emfim, que raras vezes terá preocupado os poderes constituídos, e tanto isto é verdade que essa despreocação é que deu causa ao acto de vandalismo que se pretende remediar.

Sobre tudo de coisas de arte “não cura pretor” e dahi que surpresa o vêr acalentar no seio dos ediles da cidade de Ulisses o amor da arte, como no frontão dos seus Paços flure o amor da Patria⁴³⁹.

Rocha Martins, por seu lado, asseguraria na *Ilustração Portuguesa*:

O publico anciosamente esperava saber se aquela linda torre ficaria sempre, até enegrecer de todo, presa na caverna d’aquela fabrica, ou se se libertaria emfim para ser rodeada de jardins, onde estatuetas de contemporaneos da descoberta se

⁴³⁷ Rocha Martins, “Uma questão da Cidade. A Torre de Belem e a Fabrica do Gaz”, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 316, 11 de Março de, 1912, p. 338.

⁴³⁸ *Ibidem*.

⁴³⁹ *O Occidente*, vol. XXXV, 10 de Março de 1912, n.º 1195, p. 49.

mostrassem á beira do Tejo, para se tornar – como o sr. dr. Afonso de Lemos também proporá no Senado – o museu por excelencia, da descoberta da India aquele onde ficaria bem, os documentos da época, os modelos dos galeões, recordações de Vasco da Gama, as letras e as armas que d’esse grande passado restam⁴⁴⁰.

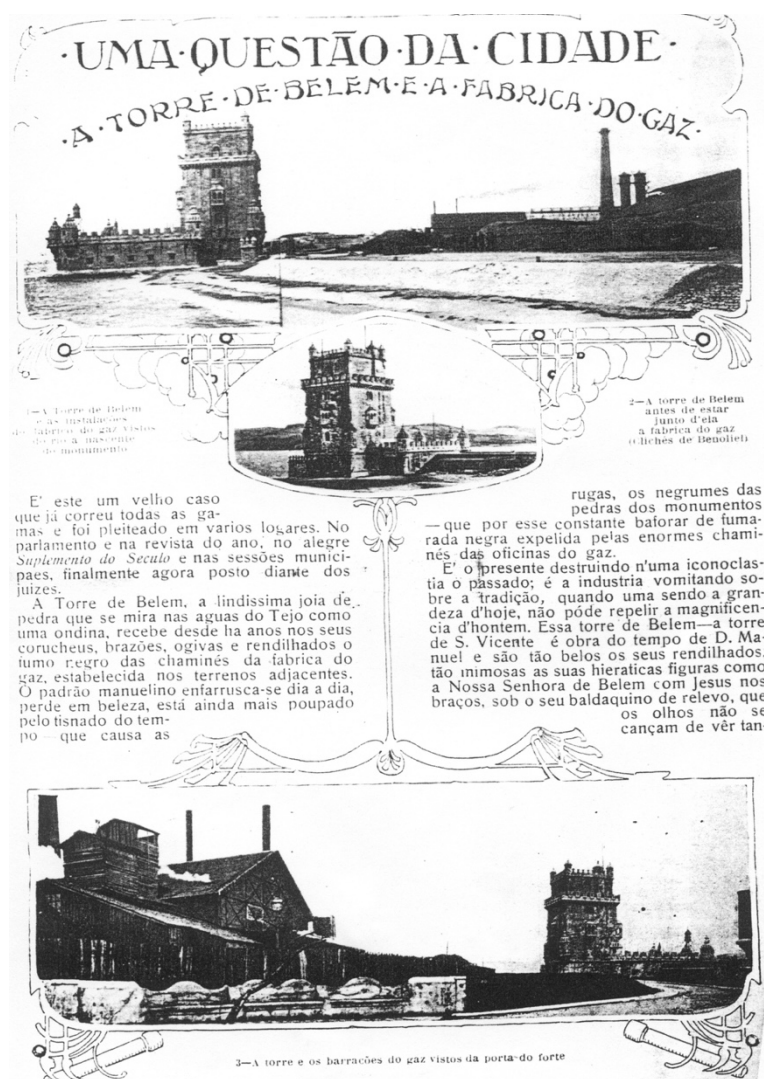


Fig. 24

Rocha Martins, “Uma Questão da Cidade. A Torre de Belem e a Fabrica de Gaz”,
In *Ilustração Portuguesa*, 11 de Março de 1912, p. 335

⁴⁴⁰ *Ilustração Portuguesa*, 11 de Março de 1912, pp. 337-338.

Dirigido sobretudo a este segundo grupo de textos, cuja panorâmica tentámos esboçar, opôs-se no Tribunal do Comércio o causídico das C.R.G.E., numa sessão presidida pelo juiz Sá Mota, secretariado pelo visconde de Carnaxide, este, como se disse já, também “advogado consultor” da *Companhia do Gaz*. Deixemos, porém, esta “coincidência” em descanso e revertamos à intervenção de que alguns jornais deram conta:

O advogado da Companhia, sr. dr. *Pereira Velho*⁴⁴¹, admira-se de que a ferranha campanha da imprensa⁴⁴², sobre o facto que no tribunal se debate, existindo a Torre de Belem ha tantos seculos, com a visinhança, ha mais de 20 annos, da fabrica de gaz, só de ha dias a esta parte se tenha iniciado, bem como que, só na passada sexta feira, se realizasse uma inspecção de architectos áquele monumento.

Achando repugnante essa campanha, insurge-se contra determinado jornal da manhã, onde um empregado despedido da Companhia lançou o alarme d’essa campanha, que lhe parece vir quebrar a respeitabilidade d’uma instituição como é a Imprensa, pelo que a si propria se deve⁴⁴³.

Ainda segundo o *Diário de Notícias*, o advogado das C.R.G.E. citou “a proposito nomes de individualidades em destaque que fizeram parte de transactas vereações municipais, agora mais ou menos directamente visadas por essa campanha, entre os quais figuram os srs. Manuel d’Arriaga⁴⁴⁴, Theophilo Braga⁴⁴⁵ e outros⁴⁴⁶, perguntando se esses homens, ao aprovarem a edificação dos gazometros, tinham a consciencia dos prejuizos que desse facto adviriam ao monumento de Belem”⁴⁴⁷.

⁴⁴¹ Todas as outras publicações consultadas chamam-lhe Pereira Reis.

⁴⁴² *O Século*, da mesma data, referiu-se-lhe como uma “*campanha repugnante (!?)*”, p. 2.

⁴⁴³ *Diário de Notícias*, 2 de Março de 1912, p. 2.

⁴⁴⁴ Foi vereador da C.M.L. em 1886 e 1887.

⁴⁴⁵ Vereador da C.M.L. de 1886 a 1889 e membro da sua Comissão Executiva em 1890.

⁴⁴⁶ “Em seguida leu uma lista de nomes que fizeram parte das vereações municipaes transatas, em que figuraram algumas individualidades de destaque no partido republicano” (*O Século, idem*).

⁴⁴⁷ Vide nota supra 442.

Com simplismo, Pereira Reis vislumbrou a solução para o caso. Depois de citar o exemplo da anterior mudança de um gasómetro, em que a Companhia recebeu vinte e oito contos de indemnização pagos pela Câmara⁴⁴⁸, concluiu o causídico:

Como ha de, agora a Companhia encontrar propicio terreno para estabelecer a mudança exigida? Arranjem-lhe terreno e paguem-lhe a indemnização a que tem direito e a Companhia esta prompta a obedecer, demonstrando a sua attitude absolutamente correcta e digna⁴⁴⁹.

A 14 de Março o colectivo da C.M.L. tomaria conhecimento da sentença proferida pelo juiz da 1.^a vara comercial, no processo com a Sociedade C.R.G.E.. A Câmara deliberou apelar da sentença para o Tribunal da Relação⁴⁵⁰.

3.2. Alberto Xavier⁴⁵¹

⁴⁴⁸ 24 de Novembro de 1905 – Indemnização de 28.000\$00 á Sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade pela remoção do gazometro de Belem para um terreno no sitio do Bom Sucesso. (A.E., Livro n.º 54. *Este livro ha de servir para se lavrarem as escripturas celebradas pela Camara Municipal de Lisboa*).

⁴⁴⁹ *Diário de Notícias*, 2 de Março de 1912, p. 2. Resposta em *O Século*, de 13 de Março de 1912, p.1: “Campanha difamatoria / Entrem-se a fazel-a nos jornaes estrangeiros a Companhia do Gaz e Electricidade”.

⁴⁵⁰ Decisão confirmada pelo *O Século*, de 15 de Março de 1912, p. 2: “Na Camara Municipal / A Torre de Belem e a Companhia do Gaz / A vereação delibera apelar para o Tribunal da Relação da sentença proferida no Tribunal do Comercio”.

⁴⁵¹ De seu nome completo António Maria Eurico Alberto Fiel Xavier (Nova Goa 1881-?). bacharel em direito pela Universidade de Coimbra, funcionário público e magistrado, exerceu as funções de auditor administrativo em Lisboa, administrador do 4.º bairro de Lisboa, director-geral da Fazenda, secretário-geral do Ministério das Finanças, juiz conselheiro do Tribunal de Contas, administrador-geral da Casa da Moeda, comissário adjunto do governo junto da companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, etc. Dedicou-se ao jornalismo. Republicano, pertenceu ao Partido Democrático, tendo sido deputado (1913-1925). Aderiu posteriormente ao Estado Novo. Foi iniciado em 1906 na loja *Pátria*, em Coimbra, com o nome simbólico de Robespierre. Cf. A.H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, col.^s 1509-1510.

Enquanto surgem dois novos apoios à C.M.L.⁴⁵², o Conselho de Administração das C.R.G.E., “em harmonia com a carta de Bruxelas concordou em que sejam entabuladas negociações para accordo com a Camara Municipal de Lisbôa sobre a questão da Fabrica de Belem, nas condições propostas n’aquella acta, da cessão pela Camara d’um outro terreno e pagamento das importancias necessarias para a mudança da fabrica”⁴⁵³. Surgiu, entretanto, um novo “*tour de force*” provocado pela publicação de um edital do administrador do 4.º Bairro, polémica a que o *Novidades*, em Setembro e Outubro, deu um especial abrigo, como veremos.

Depois de um longo título estampado na sua primeira página – “Em Socorro da Torre de Belem / A celebre fabrica do Gaz desaparecerá d’esta vez ? / Que venham a opinião dos technicos e o protesto dos Interessados... e o sr. governador civil que cumpra a lei.../ As NOVIDADES ouvem o administrador do 4.º bairro” – o periódico deu conta da publicação, pela administração do 4º Bairro, nos “jornaes de Lisboa, [de] um edital convidando as auctoridades publicas, os chefes e os gerentes de quaesquer estabelecimentos e todas as pessoas interessadas a exporem e apresentarem, por escripto, n’aquella administração, dentro do praso de 30 dias, quaesquer reclamações contra o estabelecimento da fabrica de gaz do Bom Sucesso”⁴⁵⁴.

Passado um mês, o mesmo jornal, com o titulo “A fabrica do Gaz e a Torre de Belem/As reclamações contra a existencia da primeira junto d’aquelle monumento nacional”, informou que “avolumam-se extraordinariamente as reclamações

⁴⁵² Em 20 de Março de 1912 carta de apoio à Câmara Municipal de Lisboa por parte da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa e, a 1 de Junho de 1912, carta de apoio à C.M.L. enviada pela Sociedade Propaganda de Portugal.

⁴⁵³ A.H. da E.D.P., C.R.G.E., Acta 555, reunião de 29 de Maio de 1912.

⁴⁵⁴ *Novidades*, de 25 de Setembro de 1912, p. 1.

depositadas na Administração do 4.º Bairro sobre o estacionamento da fabrica do gaz e dos gazometros no Bom Sucesso”.

Ao que nos consta, até de Belem há reclamações, devendo todas ellas constituir um volumoso *dossier* que, depois de sujeito ás determinações da lei, isto é, depois de ouvidos os technicos competentes, será enviado á auctoridade superior do districto para sua resolução.

Mais nos consta que fôra feita uma representação á Camara Municipal para esta interferir no assumpto, tomando a camara este pedido em consideração”⁴⁵⁵.

A 23 de Outubro um novo artigo⁴⁵⁶. No dia seguinte, “falou”⁴⁵⁷ Rocha Martins:

A obra de moralidade d’um funcionario da Republica / Será d’esta vez que se vence?! / O fabrico da electricidade e a Camara Municipal / É preciso reagir até ao fim.

⁴⁵⁵ *Novidades*, 21 de Outubro de 1912.

⁴⁵⁶ *Novidades*, 23 de Outubro de 1912, p. 1. “É preciso salvar a torre de Belem / O Administrador do 4.º Bairro e a Companhia do Gaz / As razões do sr. general Dantas Baracho”. O protesto do sr. general Baracho, que tão bem se harmonisa com a nossa maneira de ver sobre o assumpto, dá-nos ensejo para que amanhã publiquemos mais pormenorizadamente um artigo tratando do caso com as considerações que elle nos merece”.

“O signatario Sebastião de Sousa Dantas Baracho, general de divisão em effectivo serviço e presidente do supremo Tribunal Militar, morador na calçada do Galvão n.º 27, 1º, protesta vehementemente contra a conservação dos gazometros no local em que actualmente se encontram. A sua remoção para bem longe justifica-se e impõe-se por motivos varios, mórmente por evidente exigencia de defesa do porto de Lisboa, por obvia conveniencia de salubridade publica e ainda por apropriada homenagem ao bom gosto e á esthetica, tão cynica e especulativamente sacrificados com a derruidora profanação da manuelina torre cuja rendilhada, elegante e maravilhosa architectura só devem merecer geral acatamento e admiração.

Aos proprios gananciosos impenitentes não é permittido, n’este ponto, constituir excepção, a não ser que n’elles estejam completamente obliterados os sentimentos civicos, patrioticos e artisticos. N’esse sentido me pronunciei parlamentarmente em tempos idos sem ser infelizmente escutado ou attendido e nem sequer acompanhado. Oxalá a tentativa de agora muito mais robustecida do que a formulada por mim isoladamente tenha a breve trecho a solução que a defeza nacional, a saude publica e o legitimo culto da arte bem alto reclamam e criteriosamente necessitam”.

⁴⁵⁷ Recorde-se, a propósito, o pregão *Fala o Rocha! Fala o Rocha!*, gritado pelos ardinias nas ruas de Lisboa, anunciando os artigos de Rocha Martins (1879-1952) publicados no *República*. Cf. António Waldemar, “Fala o Rocha!”, in *Diário de Notícias*, 8 de Fevereiro de 2003 (edição electrónica).

O gazometro e a torre de Belem teem o ar de coisas de fabula. Lembram a donzella e o dragão. A pedra nivea da torre baforentada pelo fumo lembra a branca carne de uma virgem babujada por um animal repugnante.

Ella prisioneira d'elle, das suas chaminés que a dominam, das suas nuvens de fumo que a encardem, cintada nas paliçadas onde as machinas atiram rumores e as fornalhas teem lumes de fogueiras infernaes, ali vive comdemnada até que se deixe vencer, isto é: cahir. Ao mirar-se nas aguas, a torre de Belem, é um espectro do passado como uma linda mulher corroida pela desgraça, emporcalhada, sem defeza.

Durante annos se clamou contra esse captiveiro, contra esse barbarismo, contra essa hediondez, mas a pobre torre era apenas um padrão bem lavrado da historia patria e o gazometro era a fortuna de uma companhia poderosa, que os ministros temiam, deante da qual os municipios recuavam. Cada vez que alguem mais irrequieto vinha gritar em nome da arte e da belleza parecia que o monstro mais se comprazia em rodear-se de officinas, em activar os seus negros rolos de fumarada como um bruto irrespeitoso e senhor de si.

Agora, porém, de uma maneira pratica chega um funcionario que ameaça o dragão; que chama a favor da sua bella iniciativa os protestos e todos aquelles que até aqui clamaram não lhe podem negar o seu apoio. É o dr. Alberto Xavier, bacharel formado, que de Coimbra trouxe com as suas cartas uma dóse de bom senso e de energia, é o administrador do 4.º bairro, quem faz esta obra de profunda moralidade republicana.

Não há duvida. Sempre que alguem, n'este mar estagnado de indifferença, chega a ter um rasgo, não se lhe pode negar – nem se commetter um delicto – o apoio e o incentivo.

O funcionario republicano, com a sua acção, mostrou bem o que os seus prodecessores poderiam ter tentado.

Alguem se admirará de se enaltecer o trabalho de um delegado do governo, que cumpriu o seu dever. O caso, porém, não é para pasmar. Isto demonstra apenas que há muitos que o não cumprem.

Decididamente esse homem honesto merece bem dos seus concidadãos, e se um dia a torre de Belem – joia inestimavel de pedra, padrão evocativo de grandezas – deixar de ser bafejada pelo halito d'aquelle dragão que a aprisiona, todos lhe devemos uma venia.

Mas como vae liquidar-se esta questão palpitante, onde a moral lateja e o bom senso pulsa?! O administrador do 4.º bairro, simples funcionario, batendo o pé á companhia poderosa; uma lucta entre esse moço bacharel e os experimentados financeiros se vae travar?! Terá elle o apoio dos seus superiores; deixa-la-hão em cheque?! Eis o que será curioso de seguir passo a passo como quem segue as revelações de um organismo.

Suppondo, porém, que tudo vae pelo melhor, que a companhia terá de remover o seu gazometro ou paralyzar os vomitos das suas fornalhas negras, não allegará serem as outras officinas impotentes para a illuminação da cidade, não protelará durante lustres a questão, ameaçando deixar Lisboa ás escuras, falando alto a governos de medrosos?!... Não marca ella o habito das victorias nos seus registos: não tem triumphado sempre de ministros, de municipios, de tribunaes!?!...

Lisboa ás escuras seria a phrase de terror; a manobra paralyzadora de todas as tentativas para salvar a torre. A isso, no emtanto tambem é facil oppor um argumento forte e que dará supremacia definitiva n'esta questão. A companhia tem o monopolio do fabrico do gaz, não tem porém o da electricidade. A camara desejou guardar para si esse privilegio e fez bem. Trata-se de o pôr em pratica ou de o conceder a outra entidade e assim se começará a tornar effectivo aquillo que de há muito está nos animos: metter na ordem essas poderosas companhias. Sem isso o bello gesto do funcionario republicano não será mais do que um protesto mais violento que os outros, uma tentativa mais audaciosa, mas que por isso não seria mais infructifera. O que Alberto Xavier fez – essa moralissima obra expressa nos terminantes editaes – terá apenas servido para dar uma amostra do seu character e para dar pretexto a algumas linhas nas gazetas⁴⁵⁸.

⁴⁵⁸ *Novidades*, 24 de Outubro de 1912, p. 1.

Sobre o “Processo com a Camara Municipal (Fabrica de Belem)”, “O Conselho [de Administração das C.R.G.E.] foi informado da sentença dada a 14 do corrente pelo Tribunal da Relação de Lisboa confirmando a decisão do Tribunal da primeira instancia sobre a incompetencia da jurisdição commercial”⁴⁵⁹. A C.M.L. ao tomar conhecimento em sessão de 26 de Dezembro de 1912, que o Tribunal da Relação confirmara a sentença proferida pelo Tribunal do Comércio de Lisboa na acção intentada contra as C.R.G.E. para o despejo dos terrenos adjacentes á Torre de Belem, deliberou interpôr recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça⁴⁶⁰. Do seu acto se disse então:

A municipalidade de Lisboa, como os antigos cavaleiros, sahiu a campo em defesa da sua dama. Teve um gesto cavalheiroso gentil, que foi perder-se na rabulice de um tribunal onde ela tentou a acção contra os iconoclastas”⁴⁶¹.

Os esforços para libertar a Torre, ora de cariz judicial, ir-se-iam esgotar, dia-a-dia, como foi possível perceber.

Iniciada a acção do civil, a rapidez com que fôra tratado no fôro comercial transformou-se na mais preguiçosa lentidão, apoiado e executado pela chicana a mais completa, entrando em acção os seus mais engenhosos meios, unicamente com o fim de protelar o julgamento, moer a [Câmara], e cansar o interesse da opinião publica.

Essa chicana começou por se tentar fazer um aditamento ao rol dos testemunhos, depois desta prova ter tido há muito o seu inicio aquando do julgamento comercial até aqui recursos e tempo perdido. A Companhia chegou a a apresentar no rol o nome de muitas pessoas mortas há tempo. Unicamente com o fim de gastar os dias

⁴⁵⁹ A.H. da E.D.P., C.R.G.E., Acta 562 de 18 de Dezembro de 1912.

⁴⁶⁰ Sessão da C.M.L. de 26 de Dezembro de 1912.

⁴⁶¹ *O Occidente*, XXXV, n.º 1195, 10 de Março de 1912, p. 50.

das suas intimações as poder substituir por outra novas! Requereram-se exames na escrita toda da Companhia!!

Requereram-se visturias interminaveis!!!

Requerreu-se [sic] (estava-se a vêr) novos exames !!!

Requereram-se (era de esperar) novas visturias!!!!⁴⁶²

Como mais tarde concluíram os arqueólogos, “tem portanto faltado ambas, manda a verdade dizer-se que a camara não tem feito nenhum esforço para solucionar com rapidêz esta magna questão. Em virtude da bôa vontade do Dr. Afonso de Lemos nasceu a questão em 1911, mas este vereador, terminado o seu mandato não teve quem na Camara lhe continuasse o bom desejo da solução da Torre de Belem”⁴⁶³. Na verdade, “a acção arrastou-se, apesar dos protestos da Imprensa, da Sociedade Nacional de Belas Artes⁴⁶⁴ e da Associação dos Arqueólogos, e acabou por ser perdida pelo Município”⁴⁶⁵.

Se esta asserção do presidente da edilidade lisbonense não merece discussão, a seguinte, retirada do mesmo texto – “*Entrou-se, então, numa fase de acalmia que durou 16 longos anos*” – não nos parece acertada. A prová-lo fica o Capítulo IV deste trabalho.

⁴⁶² Aditamento à sessão da SAL de 9 de Maio de 1919. Intervenção de Perry Vidal.

⁴⁶³ Aditamento à sessão da SAL de 9 de Maio de 1919.

⁴⁶⁴ Não nos foi permitido o acesso aos seus arquivos.

⁴⁶⁵ Câmara Municipal de Lisboa, Sessão de 18 de Agosto de 1949, p. 9. Acta n.º 147.

CAPÍTULO IV – 1913/1922
O grito da Secção de Arqueologia Lisbonense

1. Introdução

“Parece que é sestro português a facilidade com que se perpetraram ou decidem vandalismos, contra os quais já a pena indignada de Alexandre Herculano despedia anátemas. Precisa a nossa Associação estar na vanguarda desta patriótica cruzada”.

Relatório da gerência da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 1918.

Fará sentido aceitar o ditame lançado em 1949 pelo tenente-coronel Álvaro Salvação Barreto, presidente da Câmara Municipal de Lisboa – ele, afinal, descobrimos, tinha sido estampado nove anos antes⁴⁶⁶, sendo seu autor o Dr. Jaime Lopes Dias, director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa – e que constitui a afirmação nuclear do derradeiro parágrafo da Capítulo anterior desta dissertação: *“Entrou-se, então, numa fase de acalmia que durou 16 longos anos”?*

Terá a imprensa contrariado a veracidade das palavras do solícito dirigente municipal? E houve algum protagonista maior a destacar-se, olvidado por Jaime Lopes Dias?

⁴⁶⁶“Ganha a acção pelas Companhias Reünidas, acalmada a onda ansiosa – ou canalizada a sua ansiedade para outros aspectos do viver colectivo, que não cabem no âmbito destas linhas... – o problema da Fábrica do Gás em Belém entrou, por 16 anos, numa fase de acalmia” (Cf. Jaime Lopes Dias, “A Fábrica do Gás”, in *Revista Municipal*, Ano I, 1940, n.º 3, p. 71).

A investigação que deu fundamento e base a este Capítulo parece contrariar o(s) autor(es) da frase. Na verdade, impõe-se realçar a actividade da Secção de Arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses, principal e esquecida protagonista deste Capítulo; à qual aludiremos, mais à frente, em três tempos. Mas também a imprensa, escrita e desenhada – e a ela nos referiremos de seguida – que não se “acalmou” também.

2. Ainda a Imprensa

“Isto é uma vergonha!

Se visse a cara de escarneo que fazem os ingleses que por aí aparecem”.

Republica, 29 Fevereiro de 1902.

Vimo-la em intervenções tão interessantes quanto à Fábrica de Belém logo desde 1913. Desse ano registámos, entre outras, uma página do *Thalassa*, a propósito da visita de jornalistas ingleses a Lisboa⁴⁶⁷. Mas acompanhámos, sobretudo, dois títulos: a *Ilustração Portuguesa* e a *Revista de Turismo*; aquela com a vantagem de juntar textos e imagens.

⁴⁶⁷1.º ano, Lisboa 6 de Março de 1913, p. 6. Publicado pela Livraria Ferin, tinha como directores Jorge Colaço e Chrispim. Esperava a Sociedade Propaganda de Portugal, organizadora da excursão, que os 25 jornalistas ingleses, após visitarem “o nosso paiz, onde se demorarão 11 dias, correndo-o de norte a sul e vizitando tudo o que de mais notavel elles possam ver sob o ponto de vista do turismo, para depois descreverem em todos os grandes jornaes de Inglaterra as impressões da sua viagem e nesses órgãos fazerem uma larga campanha a favor de desenvolver em Inglaterra uma grande corrente de viagens e viajantes para Portugal” (A.E., Correspondência Recebida pela Presidência, 27 de Janeiro de 1913, Pt. 19).



Fig. 25

“O jornalista chegou, desembarcou e perguntou:

- E aquelle panella grande com muito fumo a deitar?
- É um tacho manuelino que está a torre a defumar”.

(*Thalassa*, 6 de Março de 1913, pág. 6)

A 3 de Maio de 1915, a *Ilustração Portuguesa* publicou uns versos com o título “Arrufados”, onde, qual Santo António casamenteiro, emparelhava o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa com as Companhias Reunidas de Gás e Electricidade. Fixemos o expressivo mote:

*O Levy*⁴⁶⁸ e a Companhia,
 Fingem que estão arrufados,
 Borrifos de primavera
 Caprichos de namorados⁴⁶⁹.

⁴⁶⁸Trata-se de Levy Marques da Costa (1868-1941). Foi presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa em 1914, 1916, 1917 e vereador em 1915. Fez parte da comissão organizadora do Grupo “Amigos de Lisboa”, cuja publicação – *Olisipo* – revelaria, mais tarde, o seu pendor patrimonial: “Vieira da Silva, Matos Sequeira, Couto, Pastor de Macedo, Mac Bride, e muitos outros, são devotados trabalhadores que todos os dias esclarecem a opinião, ensinam a história da cidade, salvam monumentos da acção iconoclasta dos indiferentes e dos ignorantes e trazem novos materiais para a obra de salvação e progresso a que os *Amigos de Lisboa* desinteressadamente se consagram” (*Olisipo*, n.º 2, Abril de 1938, Ano I, p. 4).

⁴⁶⁹“Acende, faze favor / Os candieiros da rua! / “Que mania é essa tua? / Não acendo, não senhor. / Às escuras, meu amor / Faço mais economia; / Bem basta a luz que irradia / D’esse olhar, todo carinho...” / Assim falavam baixinho / *O Levy e a Companhia*.

Versos que voltou a adoptar, mais tarde, visando o mesmo par, em poemeto intitulado “Por sua dama”:

*Porque razão tanto gosta
Da Companhia do Gaz
O Levy Marques da Costa
Sendo ele tão bom rapaz
E ela assim, tão descomposta,
Tão pouco séria e capaz?
Com injurias, aliás,
O Levy Marques da Costa
Mas não sei o que lhe faz
A Companhia suposta
Que ele tudo satisfaz
E nada, nada o desgosta
Com tanto que esteja em paz
Com a dita, a presuposta
(porque lhe chamam do gaz
Mas devia ser de bosta).
Dá-lhe coque ou agua-raz,
Prometeu-lhe alguma posta
Deu-lhe a beber coisas más,
É feitiço, foi aposta,
Mandinga de Satanaz?
Quem souber mande a resposta
Para o Cata-que-farás
Por um moço ou pela posta
A Domingos Ferrabraz⁴⁷⁰.*

Mas em voz alta, em seguida / Para toda a gente ouvir / Largaram a discutir, / Em zanga descomedida. / Ora adeus! Lérias da vida! / Cá para nós esses brados / São muito bem estudados / Mas afinam muito mal; / Tudo poeira, afinal / *Fingem que estão arrufados.*
Se se tratasse de Empresa / De viação da cidade, / Então sim, que era verdade, / O Levy falava á tesa. / Mas com aquela beleza / Da Companhia Gaz-Bera, / A zanga não é sincera, / É uma coisa fugaz, / É fumo que se desfaz, / *Borrifos de primavera.*
Por essas e outras que taes / Não confiem nos relatos / E respetivos extratos / Das sessões municipaes. / Muitas vezes os sinaes / Dos varões assinalados / No frontão manifestados / Não dizem coisa nenhuma; / São farroncas, são, em suma / *Caprichos de namorados* (Cf. *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 480, 3 de Maio de 1915, p. 3).

⁴⁷⁰*Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 581, 9 de Abril de 1917, p. 2. Ambos os versos encontram-se ilustrados com pequenas imagens do gasómetro de Belém.

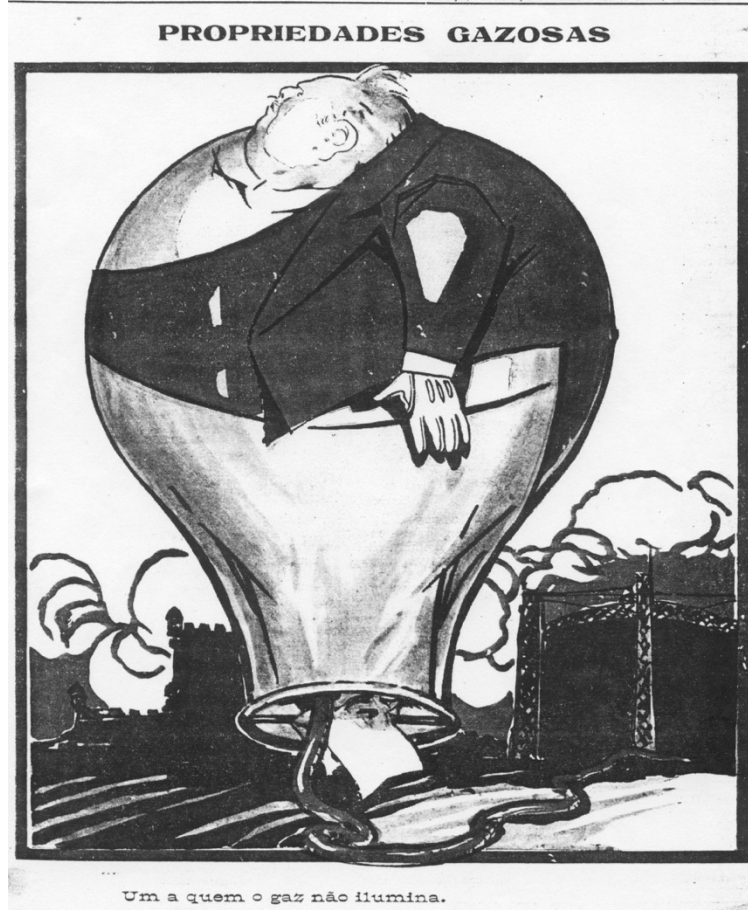
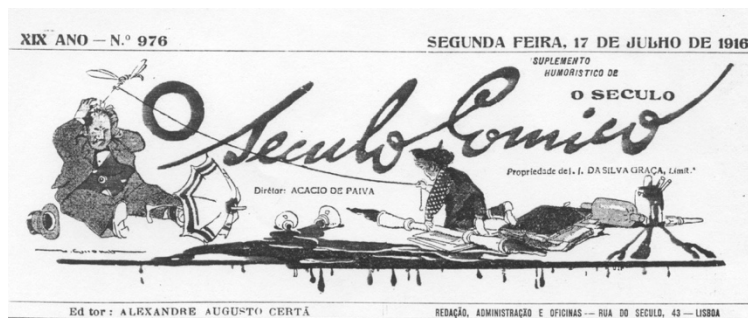


Fig. 26
O Seculo Comico (XIX ano, n.º 976, 17 de Julho de 1916)

Depois de uma capa em 17 de Julho de 1916, marcada pelas silhuetas da Torre de Belém e do gasómetro⁴⁷¹, o destaque seguinte foi, sem dúvida, para o número de 7 de Agosto de 1916, onde Stuart (1887-1961) preencheu toda a página com as

⁴⁷¹ *Ilustração Portuguesa*, XIX ano, n.º 979, 17 de Julho de 1916.

aventuras de “Quim e Manecas” (Fim do 2.º episódio da 7.ª parte do Pé Fatal), onde a Manecas convida o Quim “para ir ver as boas obras que devemos á Companhia do Olho do Gaz Vivo” – aqui, qualquer semelhança não é pura coincidência – nomeadamente em Belém, onde a Torre era um “castelo branco” antes de aparecer o “monstro negro”⁴⁷².

Em Setembro de 1917, J. Neutral “proferiu” uma longa “Palestra Amena” que, apesar da extensão, transcrevemos, dada a justeza dos dizeres do autor acerca do confronto que vimos analisando.

Mal o Suplemento Humorístico do Século, hoje o Século Comico, viu a luz gloriosa do céu de Portugal, soltou, com os primeiros vagidos, a seguinte frase:

– Desembarace-se a torre de Belem da negra visinhança do gazometro do Bom Sucesso.

E por aí fóra, em campanha persistente, o *Suplemento* foi multiplicando argumentos a favor de tão sagrada causa, apoiado por toda a gente, obtendo aplausos, mas sem que as autoridades que tinham interferencia no assunto se resolvessem a satisfazer a vontade geral.

Fatigou-se o *Suplemento*, passaram anos, a torre foi enegrecendo, o eixo da terra girou nos gonzos milhares de vezes, e eis que ressurgue a questão.

⁴⁷² E, depois, do Alto de Santa Catarina, “outro gazometro mesmo no meio da cidade, a enegrecê-la e a envenena-la. Tudo manobras do chefe do *Pé Fatal*...”. A 31 de Julho de 1916, uma caixa sobre os “Melhoramentos de Lisboa”: “Parece que a camara Municipal não pôde com uma gata por aquele sitio que os senhores sabem, não é verdade? Pois consta que vae transformar de tal modo as margens do Tejo que ficam um assombro. Deixarão até de ser margens! [...] Por enquanto o que está planeado é simples: a estatua de D. José vai ser removida para cima da torre de Belem, o edificio da Cordoaria passa para o interior da estação do Caes dos Soldados; os Jeronimos mudam-se para a Outra Banda e o Lazareto para esta, etc. Mas quando se encetarem obras de mais vulto, como por exemplo a mudança da séde da Companhia do Gaz para a 3ª repartição da Camara Municipal, sempre havemos de vêr onde se ha-de ir buscar dinheiro que chegue para tanto!” (*O Século Comico*, XIX ano, n.º 978, 31 de Julho de 1916, p. 3). Já o desenho de Stuart referia: “é inutil eu perseguir por mais tempo, visto que todos os meus esforços vão de encontro a uma maldita porta que te vou mostrar e por traz da qual estão varios Long-Sins e Wu-Fangs”. Nessa porta, podia ler-se “3.ª REPARTIÇÃO”. Esta, na orgânica camarária de 1915 – após o decreto de 5 de Julho de 1912 que separou os serviços de Arquitectura dos de Engenharia – dizia respeito a estes últimos (Engenharia) e possuía três departamentos: Viação, Águas e Iluminação.

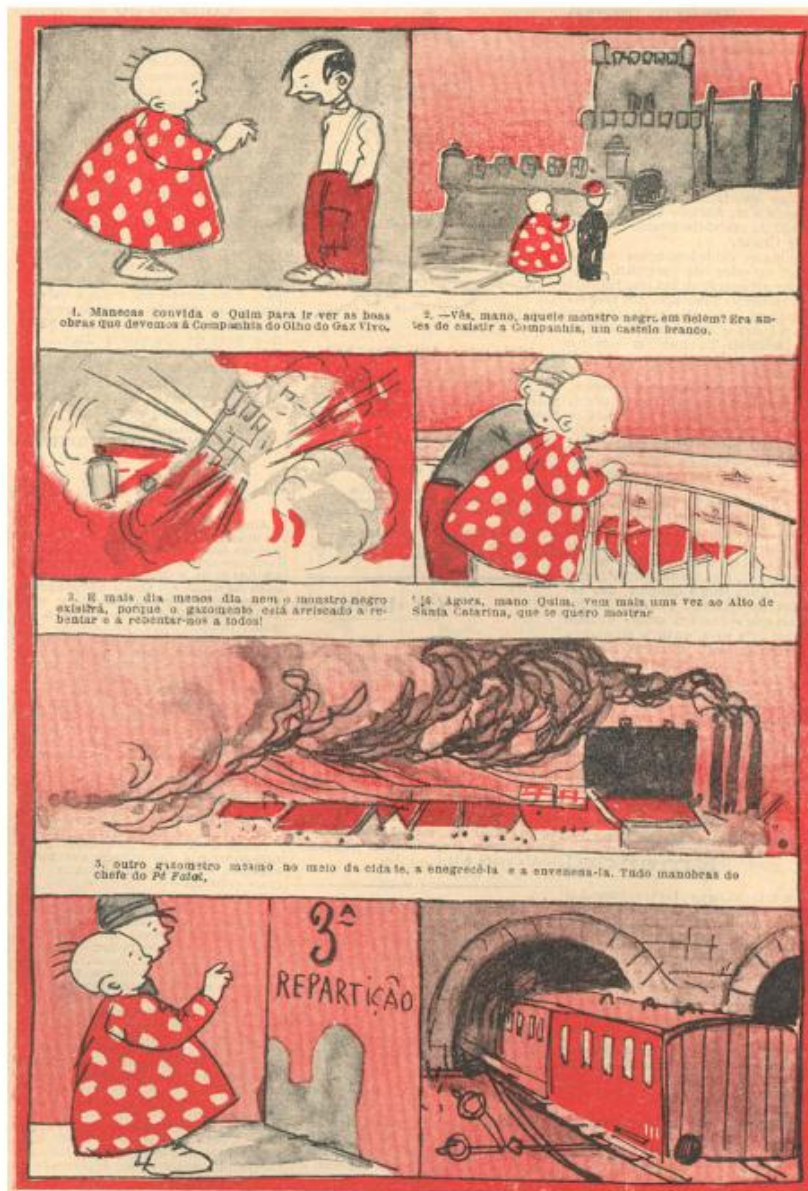


Fig. 27
 Stuart de Carvalhais, “Quim e Manecas”
O Seculo Comico (XIX ano, n.º 979, 7 de Agosto de 1916)

Entidades artísticas teimam pela remoção do gazometro, como sendo crime de lesa-arte a sua permanencia junto da torre, entidades civis ou militares secundam o protesto, por motivos estrategicos, entidades administrativas asseguram que as fabricas da Companhia estão fóra da lei tudo clama, mas quem tem força para se

impor à Companhia não se move, continuando impavido o painel do Bom Sucesso, como sentinela vigilante do desleixo nacional.

Tivesse o leitor um simples chapéu alto a interceptar o panorama que se avista das janelas dos membros do governo e veria como o penante seria intimado a desviar-se; escreva o leitor nas folhas periódicas um traço que fira a visão da Censura e ele será imediatamente riscado e anulado. Ofenderá d'esse modo a estetica especial de corporações melindrosas, enquanto que a Companhia do Gaz, com a aventesma do bom sucesso mascarando a Torre de Belem, não ofendo coisa alguma, antes dá a quem entra a barra a idéia de que está em presença de uma nação que, acima de tudo, presa a força, que não sacrifica a grandeza das moles informes á pieguice dissolvente dos rendilhados.

No entanto é nossa convicção que o painel desaparecerá dentro de periodo mais ou menos longo. Outros aleijões teem desaparecido, em circumstancias analogas, isto é, porque vão de encontro ao bom senso, porque ofendem a consciencia publica. Os aleijões teimam, agarram-se á vida, mas um dia caem fatalmente: É quando se reconhece que nada se obtem o caminho direito.

Não era mais pequena nem menos repugnante a mole da Bastilha e ela foi demolida n'um abrir e fechar de olhos. Depois seguem-se as palmas, a aprovação unanime e fica-se admirado do que ha mais tempo não tenha ocorrido semelhante remedio. Não aprovamos violencias, mas estamos tão habituados a elas, que não nos supreenderiamos se, ao acordarmos um belo dia ouvíssemos dizer:

– Lá deitaram a baixo o gazometro de Belem.

... A não ser que o sr. Administrador do 4.º bairro se antecipe, com a boa vontade que mostra ter, sem esperar por autorisação superior; a absolvição virá depois, com toda a certeza, acompanhada da nossa homenagem na secção *Em foco*, que foi criada para os heroes.

Vamos! mãos á picareta, sr. Dr. Alberto Xavier!⁴⁷³.

⁴⁷³ *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 603, 10 de Setembro de 1917, p. 2.

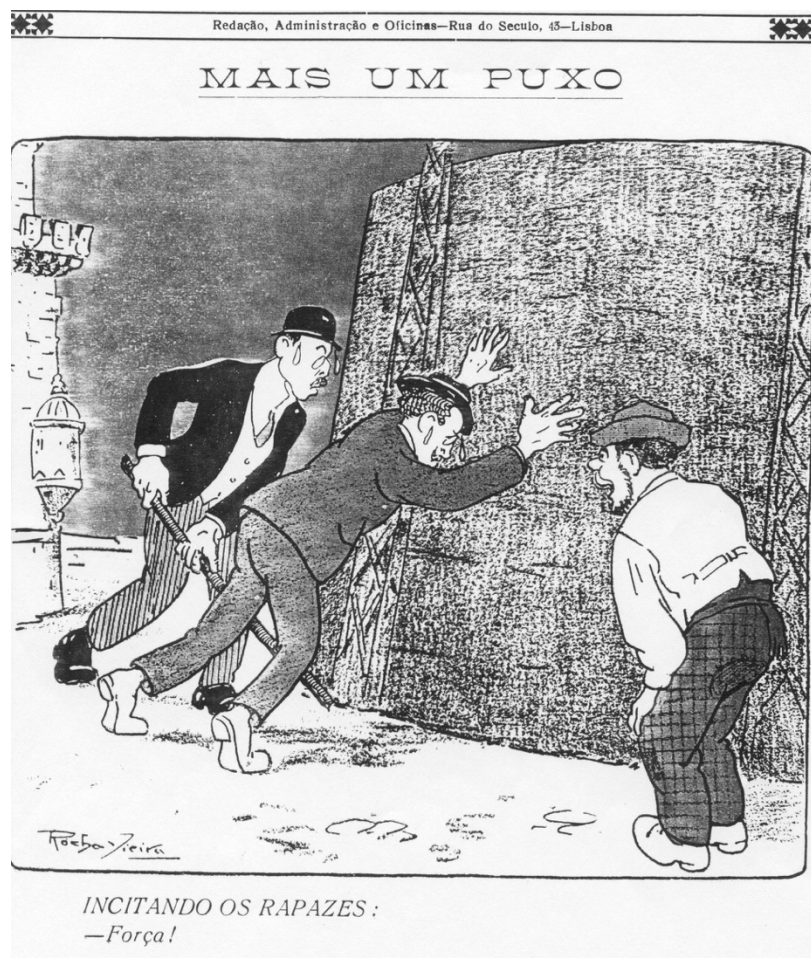


Fig. 28

Rocha Vieira, “Mais um Puxo”, in
O Seculo Comico, (XXII, n.º 1136, 22 de Setembro 1919).

Dois anos mais tarde, a 22 de Setembro de 1919, outra capa, ora com traço de Rocha Vieira, onde se vê o Zé Povinho “incitando os rapazes: – Força!” a removerem o gasómetro do areal de Belém. A 29 a *Ilustração Portuguesa* publicou uma fotografia aérea, tirada de um hidroavião, tendo em “primeiro plano, a Torre de Belem que se destaca magestosa e branca”, rodeada pela fábrica negra que não é referida na legenda⁴⁷⁴. A 6 de Outubro, um artigo de Matos Sequeira, com

⁴⁷⁴ *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 710, 29 de Setembro de 1919, p. 248, fotografia de Serra Ribeiro. Dois anos antes, a mesma publicação estampara uma imagem análoga, mas ora obtida a

fotografias da Torre, do complexo fabril e do cartaz dos arqueólogos e um texto, metade historiando o monumento, a outra lamentando que “ha trinta e dois anos, o nefando gazometro de odienta memoria” se tenha colado à Torre, de tal modo que o que em 1888 parecera um “insulto transformara-se em ataque”. O texto de Gustavo de Matos Sequeira era, contudo, esperançoso quando afirmava:

Fala-se agora em desafrontar a Torre. Grande Deus! Anuncia-se mesmo a remoção dos depósitos! Alviçaras para o português que o conseguir. Se fosse possível destacar, da praia, a torre, isso então era oiro sôbre azul. Rodea-la de agua, como outrora, restitui-la á primitiva situação, parece-me que seria obra ajuizada, mas para garantia da sua integridade do que por simples espirito tradicionalista. E de ahi talvez seja muito! N’estas época [sic] de mesquinharias, onde o culto do manipanso observe devoções, relegando-se para plano infimo todos os outros cultos, quasi admitindo-se a hipóteses de se mudar a Torre mais facilmente do que os tanques do gaz, tentar empreendimentos de mero interesse artistico é desmarcada ingenuidade. Contentemo-nos com o beneficio possivel, e gozemos em silêncio com a idéa de lhes arrancarem da ilharga os ignobeis depositos? Sursum corda! A essa maravilha do renascimento português que é como a cristalização do primeiro e do ultimo canto da nossa epopeia maritima – a partida para o mundo ignorado e a volta do mundo descoberto – onde a cadencia dos versos e a musica das rimas se transmudou na enritmia das linhas e na gracilidade das formas, vai chegar a sua hora de justiça. E tenham a certeza os seus salvadores e amigos, de que esse acto de alto patriotismo os penitenciará dos passados erros, sendo marcado no balanço final em justo desconto dos seus pecadilhos artisticos. E até a propria Torre lhes agradecerá, quando livre, emfim, da incómoda e suja vingança, desenfarruscada e livre, poder brilhar mais e melhor, sob este esplendido sol, sol

partir “d’um aeroplano a 450 metros” pelo tenente médico Almeida Ribeiro Saraiva. Cf. *Ilustração Portuguesa*, vol. 24, n.º 599, 1917, p. 136.

que lhe patina de oiro a pedra veneravel no deslumbrador sorriso com que o passado nos sabe sorrir⁴⁷⁵.

Da *Revista de Turismo*, lúcida publicação, respigámos as passagens mais interessantes. Em 20 de Outubro de 1917 lamentando

que não só a Academia das Sciencias, mas outras entidades – taes como: a Repartição de Turismo, a Sociedade Propaganda [de Portugal], a Academia de Belas-Artes⁴⁷⁶, a Comissão dos Monumentos Nacionaes e tantas outras que por obrigação indiscutível deviam directamente intervir para obstar a continuação da afronta que está sendo praticada pela Companhia do Gaz n’uma das paginas refulgentes da historia da nossa architectura nacional, não se tenham ainda pronunciado por um movimento de conjunto, de que sahisse – pura e simplesmente – a rapida remoção das instalações que a referida Companhia possui junto do sumptuoso monumento da Torre de Belem.

Não quererá, porventura, nenhuma d’essas entidades tomar a iniciativa do protesto pratico, para não fazer recahir sobre si o odio da pouca patriotica Companhia⁴⁷⁷.

Em 20 de Fevereiro de 1918 asseverando, a propósito de uma conferência entre a C.M.L. e a S.A.L. da Sociedade dos Arqueólogos Portuguezes, que “a resolução do assumpto tem de ser o producto d’um movimento geral de repulsão pela Companhia e por todos aqueles que, gritando, criticando e censurando, quanto fóra

⁴⁷⁵ [Gustavo de] Matos Sequeira, “Uma Joia Manuelina. A Torre de Belem”, in *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 711, 6 de Outubro de 1919, pp. 265-266.

⁴⁷⁶ Lamentavelmente não nos foi permitido o acesso aos seus arquivos.

⁴⁷⁷ “A Torre de Belem Victima da Afronta Nacional”, in *Revista de Turismo*, ano II, n.º 32, 20 de Outubro de 1917, p. 58. Acrescentou: “Pois se nenhuma d’elas quizer mostrar que a sua ação não se desenvolve só na defeza dos interesses proprios, a “Revista de Turismo”, procurará, em ocasião oportuna, rodear-se dos elementos que a possam acompanhar na sua campanha, **para libertar a peregrina Torre do assedio barbaro de que está sendo uma infelicissima victima.**

Estamos confiados que o nosso esforço será secundado e alentado por todos aqueles que não só contam o tempo para ganhar dinheiro; e que, com a nossa patriotica fé havemos de originar um grande movimento nacional que fará ouvir os seus clamores e efectivar os seus desejos. É uma obra grandiosa que nos impomos, cujos resultados deixamos á nossa provada persistencia e ao nosso fremente patriotismo” (*idem*) (*sublinhado nosso*).

das administração municipal, se deixaram subjugar pela poderosa Companhia no tempo em que compunham a edilidade alfacinha⁴⁷⁸. Depois, ensaiando alargar em termos quantitativos a base social de apoio ao seu protesto, acrescentou o articulista:

Mas é bom notar que a Torre de Belem não é só dos lisboetas⁴⁷⁹ – Esse magestoso monumento pertence a todos os portugueses: é uma joia valiosissima da nossa imperecível corôa de glorias, e como tal tem de ser estimada com o maior carinho e com os cuidados que requer toda a obra que representa um símbolo, uma epoca, uma epopeia ou, simplesmente, possa marcar um trecho da arte nacional⁴⁸⁰.

A 20 de Setembro de 1919, na rubrica *Noticias Diversas*, “a titulo de simples registo” a *Revista de Turismo* transcreveu um excerto d’ *A Epoca*, a propósito de uma resolução camarária sobre “a interessante questão do isolamento da preciosa Torre de Belem”⁴⁸¹, fazendo o comentário que se segue: “Espalhafato para *épater le bourgeois!*” e, questionando de seguida, “como se o primeiro passo a dar não

⁴⁷⁸ “A Torre de Belem”, in *Revista de Turismo*, ano II, n.º 40, 20 de Fevereiro de 1918, p. 126.

⁴⁷⁹ Embuído desse espírito escrevia o jornal *A Mutualidade*, da longínqua Monchique: “O que se receia para a Torre, além da imunda capa negra do fumo de carvão com que todos os dias, em sucessivas camadas, a vão envolvendo as bocarras ardentes das chaminés da fabrica? A lenta mas persistente destruição das suas paredes historicas, e a possivel ruina pelo meio subito de uma explosão facil de prever e dificil de evitar” (Ano I, n.º 6, 1919, p. 2).

⁴⁸⁰ “A Torre de Belem”, in *Revista de Turismo*, ano II, n.º 40, 20 de Fevereiro de 1918, p. 126. Acrescenta: “Já n’estas columnas fizémos a promessa de promover um protesto energico pela continuação das instalações do gaz junto d’esse artistico padrão, a fim de o salvar da sua completa ruina. Não achámos, porem, ainda, momento azado para realisarmos a nossa idéa; o que não quér dizer que d’ela desistamos, se os que teem mais força e auctoridade para o fazer não nos tomarem o avanço n’essa iniciativa patriotica. Se estes assim procederem, o nosso concurso será expontaneo e ilimitado, como certamente será o de todos os portugueses” (*ibidem*).

⁴⁸¹ “Que sendo urgentissimo prover-se de remedio eficaz ás constantes reclamações da opinião publica ácerca da remoção da fabrica de gaz instalada junto á Torre de Belem; e, “Considerando que a ação judicial intentada pela Camara é um recurso dilatorio e ineficaz; “Proponho: A nomeação de uma comissão composta dos pelouros de architectura, engenharia e iluminação, que juntamente com um director das Companhias Reunidas Gaz e Electricidade, proceda em 15 dias ao estudo dos acordos necessarios para se dar fim a uma situação que não pode nem deve prolongar-se”.

fosse a escolha do local para onde se deva e *possa* remover a fábrica, e segundo a fixação da despesa necessária!”⁴⁸².

O autor do texto pôde escrever mais à frente com plena verdade: “Não é com arreganhos jacobinos que se resolvem as questões complexas de administração. Estes rompantes de leão tem, não raro, como epílogo... as saídas de sendeiro...”⁴⁸³.

3. A Secção de Arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

“A influência da secção foi tão grande que chegou a constituir a força e a vontade da Associação, a sua propaganda, a sua vida talvez”.

Gustavo de Matos Sequeira, Reunião da Secção de Arqueologia Lisbonense de 9 de Janeiro de 1924.

3.1. A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses

Dois anos depois de Alexandre Herculano ter defendido em *O Panorama* a criação de uma “associação” de defesa do património, cujo trabalho ligasse os seus membros dispersos por todo o reino⁴⁸⁴, sabemos, pelo mesmo periódico, do tentame

⁴⁸² “A Torre de Belem”, in *Revista de Turismo*, ano IV, n.º 78, 20 de Setembro de 1919, pp. 47-48.

⁴⁸³ *Ibidem*. Em 5 de Outubro de 1919, a *Revista de Turismo* pronunciou-se, cepticamente, sobre o cartaz de A. de Sousa, como veremos mais à frente.

⁴⁸⁴ “Monumentos II”, in *O Panorama*, vol. II, n.º 70, 1838, p. 277. Escreveu assim Herculano: “Quizeramos, que todos os homens, que tem um coração portuguez, fizessem uma associação, cujos membros estivessem espalhados por todo o reino: que os residentes em Lisboa formassem uma especie de juncta, á qual os das provincias, logo que á sua noticia chegasse a demolição de

de organização da *Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais*⁴⁸⁵, em 1840, “pensamento [...] nobre, nacional e proveitoso”⁴⁸⁶, seguramente, mas improficuo, de tal jeito que se lerá no mesmo *O Panorama*, dois anos mais tarde:

Lembraremos porem novamente a conveniencia do arbitrio de que alguma associação, de tantas que por ahi existem, tomasse principalmente a peito, á maneira d’outra estatuida em Oxford, a conservação dos monumentos religiosos nacionaes, e que servisse de illustrar o governo para até dirigir em gosto e amor d’antiguidade a somma de uns poucos de contos de réis, que as camaras approvaram para a conservação dos monumentos nacionaes⁴⁸⁷.

Quase a terminar a década, em 1849, formou-se a *Sociedade Archeologica Lusitana*, fundada por diligências do cónego Manuel da Gama Xaro (1800-1870) e de vários setubalenses, sob a protecção de D. Fernando II, com o fim principal de explorar as “excavações nas ruinas romanas da antiga *Cetobriga*, hoje areias de

algum monumento da historia ou da arte, remetessem uma breve nota, individuando as circunstancias do edificio destruido e o nome do arrazador, quer este fosse auctoridade publica, quer fosse algum particular. Quizeramos depois que esta breve nota sem reflexões, sem affrontas, se legasse á posteridade, em todos os jornaes, para que esta fizesse a devida justiça. Nenhuma lei prohibe que se narre singellamente um facto que o seculo julga indifferente; ninguem, portanto, se poderia queixar de semelhante publicação: e quanto aos vindouros, que importam as suas maldicções ao que não cura nem da arte, nem da gloria nacional, nem da memoria de seus avós, nem dos sepulchros, nem das tradições, nem sequer, emfim, dos interesses materiaes que resultam e hão-de resultar da conservação dos monumentos?”.

Cotejem-se as primeiras linhas de Herculano com a visão que Prosper Mérimée tinha das atribuições de um correspondente, isto é, alguém que “*devait seulement être capable de tenir l’administration au courant des découvertes d’antiquités, d’avertir des projets de destruction*” (Françoise Bercé, *Les premiers travaux de la commission des monuments historiques 1837-1848. Procès-verbaux et relevés d’architectes*, Paris, Picard, 1979, p. 11). Nas suas próprias palavras, “*l’important c’est de réunir quelques personnes de bonne volonté, qui portent à un centre commun les nouvelles qu’ils recueillent. Ainsi, lorsqu’un curé fait abattre des moulures pour placer un diais, vite une dénonciation. Un maire fait blanchir à la chaux un hôtel de ville, autre dénonciation...*” (Françoise Bercé, *op. cit.*, p. 11).

⁴⁸⁵ *O Panorama*, vol. 4.º, Lisboa, 1840, p. 201.

⁴⁸⁶ *Ibidem*.

⁴⁸⁷ *O Panorama*, vol. 1.º, série 2.ª, Lisboa, 1842, pp. 75-76.

Troia, em frente da formosa e historica cidade sadina⁴⁸⁸. Ao extertor desta, e de novo nas páginas desse notável *Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, que vimos citando, J. da Costa Cascais escreveu sob a epígrafe “Monumentos”:

Já ha alguns annos um jovem erudito e nosso amigo [Varnhagen], propozera de se crear entre nós uma sociedade similhante á de Oxford⁴⁸⁹, cuja missão fosse a conservação dos monumentos nacionaes. O alvitre innegavelmente bom, parece-nos ao menos por agora de difficil execução. Nem o amor pelas obras de arte, nem os conhecimentos archeologicos se acham convenientemente desenvolvidos em Portugal, para que desde já houvessemos de ter um numero sufficiente de individuos habilitados a levarem por diante o pensamento indicado⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ Victor Ribeiro, “Garrett e a Archeologia Portugueza”, in *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.^a Série, n.º10, p. 11. Para além da documentação própria. (*Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*) ver, J. C. d’Almeida Carvalho, “A Sociedade Archeologica Lusitana”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 3.^a Serie, Tomo VII, 1896, n.º 5 e n.ºs 6 e 7.

⁴⁸⁹ Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues escreveu a propósito: “Vai buscar [refere-se a Costa Cascais] esta ideia de criar uma sociedade *similhante á de Oxford*, a Francisco Adolfo Varnhagen que a refere na sua *Noticia Histórica e Descritiva do Mosteiro de Belém*, de 1842. [...] A sociedade a que o autor se refere deverá ser a *Society of Antiquaires of London*, criada para fazer face à destruição do património histórico, provocada pela Reforma. Pois a Inglaterra só veio a criar a *Society for the protection of Ancient Buildings* em 1877 e o *Ancient Monuments Protection Act* em 1882”, in *Património, Identidade e História. O valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de oitocentos*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea (sécs. XVIII-XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998, vol. I, p. 58 (policopiada). Em nossa opinião, Costa Cascais não se referia à *Society of Antiquaires of London*, mas sim aquela fundada em Oxford em 1839, com o nome *The Society for promoting the Study of Gothic Architecture*; que em 1848 se passou a designar *The Oxford Architectural Society*, tendo em 1860 sido “refundada” com o nome que ainda tem hoje, *Oxfordshire Architectural and Historical Society*. Sobre o primeiro século de vida da O. A. H. S., cuja documentação se encontra em grande parte depositada na Bodleian Library de Oxford, ver W. A. Pantin, “The Oxford Architectural and Historical Society, 1839-1939”, in *Oxoniensia*, vol. IV, 1939, pp. 174-194.

⁴⁹⁰ J. da Costa Cascaes, “Monumentos”, in *O Panorama*, vol. XI, Terceiro da Terceira Série, 1854, p. 211.

Finalmente, em 1863, “*sur les bords du Tage et due à des influences toutes françaises, nous dirions volontiers toutes normands*”⁴⁹¹, foi criada a *Associação dos Architectos Civis Portugêses*⁴⁹² por iniciativa do arquiteto da Casa Real Joaquim Possidónio Narciso da Silva⁴⁹³ – esse “indefeso mineiro do passado”⁴⁹⁴ – a quem se agregaram João Pires da Fonte e José da Costa Sequeira, professores de arquitectura da Academia Real das Belas Artes de Lisboa; Feliciano de Sousa Correia, Paulo José Ferreira da Costa, Valentim José Correia, Verissimo José da

⁴⁹¹ Émile Travers, *L'Association Royale des Architectes Civils et des Archéologues Portugais*, Caen, Imprimerie de F. Le Blanc-Hardel, 1880, p. 4. É inegável a importância de Arcisse de Caumont (1801-1873), nomeadamente na criação da *Société des antiquaires de Normandie* em 1823, porque “*elle constitue l'archétype de toutes celles qui, nées après elle, l'imiteront et la copieront*” (Françoise Bercé, “Les Sociétés Savantes et le Patrimoine Monumental”, in *Colloque Interdisciplinaire sur les Sociétés Savantes*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1976, p. 157). Também é natural a admiração de Possidónio por Arcisse de Caumont, tendo aquele escrito, aquando da morte deste, “*Duas Palavras em Memoria do Principe dos Archeologos A. de Caumont*”, in *Boletim de Architectura...*, 2.^a série, t. I, 1875, pp. 97-99. Haverá, contudo, algum exagero ao ver influências “*toutes normandes*” na formação da R.A.A.C.A.P.. Esta afirmação foi, antes, um eco, longínquo, da “*querelle des Normands*” de que fala Marcel Baudot (“*Trente ans de coordination des sociétés savantes (1831-1861)*”, in *Colloque Interdisciplinaire sur les Sociétés Savantes*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1976, p. 28).

⁴⁹² Recebeu alvará em 15 de Fevereiro de 1864.

⁴⁹³ O lado patrimonial está também presente no retrato esboçado de Possidónio da Silva: “Foi então que um novo *Pedro Ermita* surgiu, cheio de fé e de patriotismo a prégar ás luzas gentes, um crêdo novo de ressurgimento e reconquista, não para que novamente se tomasse ao dominio barbaro, o tumulo de Christo; mas sim, para que se conquistasse ao dominio dos barbaros, o nosso espolio monumental, que pouco a pouco desaparecia feito em pedaços, pelo camartelo demolidor dos novos vandalos, a quem tudo servia para fazer dinheiro e para fazer entulho!” (Rosendo Carvalheira, “Um Feixe de Saudades. Commemoração do 50.^o anniversario da Associação dos Architectos e Archeologos Portugêses. Esboço de elogio historico dos falecidos socios Valentim José Correia, Conde de S. Januario, Joaquim José da Nova, Adolpho Ferreira Loureiro e Gabriel Pereira”, in *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes, MCCMLXIII-MCMXIII*, tomo XIII, 5.^a série, n.º 2, p. 93).

⁴⁹⁴ Ver “*Memoria premiada pela Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, apresentada pelo socio Ex.mo Sr. Antonio Francisco Barata, para o Concurso em 1884, sobre a these seguinte...*”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 2.^a serie, tomo IV, n.º 5, ano de 1889, p. 56.

Costa e Manuel José de Oliveira Cruz, architectos da Repartição de Obras Públicas⁴⁹⁵.

Em 29 de Janeiro de 1864, “Sua Magestade El Rei o Senhor D. Luiz dignou-se aprovar por decreto d’esta data a referida fundação, ficando definitivamente constituída a Associação dos Architectos Civis Portuguezes em Portugal em 22 de novembro d’esse mesmo anno, pela primeira vez, com a sua séde em Lisboa”⁴⁹⁶. Aos “Socios fundadores” agregaram-se, entretanto, vários “Socios Amadores”⁴⁹⁷ e “confrades artistas dos paizes mais civilizados”, como Victor Baltard, Charles Garnier, Viollet-le-Duc, de “Paris” e Arcisse de Caumont e Ferdinand Lesseps, de “França”, alguns dos “quaes se dignaram endereçar á Real Associação obsequiosas

⁴⁹⁵ Estes são os nomes que Possidónio refere. Autores há que acrescentam também os seguintes: Lucas José dos Santos Pereira, Joaquim da Costa Lima, Manuel José Carneiro, João Maria Feijó e José Luiz Nogueira.

⁴⁹⁶ *Annaes da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes...*, Lisboa, MDCCCLXXIX, p. IV. Fez-se então a eleição da mesa, que ficou composta do seguinte modo: Presidente, Joaquim Possidónio Narciso da Silva; 1.º Secretário, José da Costa Sequeira; 2.º Secretário, Paulo José Ferreira da Costa, e Tesoureiro, Feliciano de Sousa Correia.

⁴⁹⁷ *Memoria Historica da Fundação, Progresso e Trabalhos da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes Desde a sua instituição até o anno de 1889, em que completou XXV da sua existencia em Lisboa offerecida por Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1889, p. 6. Entre os quais: duque de Loulé, marquês de Resende, marquês de Sousa Holstein, marquês de Sabugosa, conde de Peniche, conde do Farrobo, conde da Carreira, conde de Penafiel, José Isidoro Guedes, José Maria Eugénio de Almeida, Miguel do Canto e Castro, D. João da Câmara, José Carlos Rodrigues Sette, Jorge Husson da Camara, António Augusto Teixeira de Vasconcelos, Abade António Dâmaso de Castro, António José Colffs Guimarães, Eduardo da Fonseca Vasconcelos, Ernesto Augusto da Silva, Estevão de Sousa, Francisco Gerschey, Francisco José de Almeida, José Xavier Silveira da Mota, Luís Teixeira Homem Brederode, Manuel da Fonseca Pinto, Pedro de Alcântara e Silva, Rodrigo Afonso de Atougua e Tadeu Maria de Almeida. Interessantemente, muitos destes nomes sonantes, reclamar-se-ão influenciados pelo já citado *O Panorama*: “eschola onde se crearam aquelles que nós hoje temos por iniciadores e principaes promotores de taes estudos [historicos e arqueológicos]. Os honrados e perseverantes fundadores da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes, que tão altos serviços tem prestado ao paiz, digamol-o sem reservas, porque é uma verdade incontestavel, esses venerandos fundadores, cujo nome inda hoje cobre de prestigio este instituto scientifico, crearam-se sob o influxo daquella eschola, onde se lançaram as primeiras bases de estudos d’esta indole” (Victor Ribeiro, “Garrett e a Archeologia Portugueza”, in *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4ª Série, n.º 10, p. 23-24).

cartas de agradecimento e de presentea-la com suas acreditadas e bellas producções artisticas e litterarias, a que a Associação correspondeu com numeros publicados do seu jornal, acompanhados de sinceras expressões do mais vivo reconhecimento”⁴⁹⁸.

3.2. A criação e acção da *Secção de Archeologia Lisbonense*

O estudo dos arquivos manuscritos da A.A.P. confirma a notícia do *Boletim...*⁴⁹⁹ que dá conta do officio do sócio José Joaquim de Ascensão Valdez, secretário da *secção de archeologia*, apresentado na Sessão de Assembleia Geral em 9 de Março de 1901, participando a nomeação de sete subsecções no âmbito da sua *secção*, entre as quais a 4.^a, dedicada à *Archeologia de Lisboa*. O citado officio referia como seus dirigentes os consócios Visconde de Castilho, Dr. Francisco Marques de Sousa Viterbo e Dr. António Augusto de Carvalho Monteiro⁵⁰⁰.

⁴⁹⁸ *Idem*, p. 8.

⁴⁹⁹ *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.^a Série, n.º 2, Lisboa, Typ. Lallement, 1901, pp. 12-13.

⁵⁰⁰ A.H. da A.A.P., cx. 135, *Livro das Actas da secção de Archeologia*. As outras secções eram: *Archeologia prehistorica* (Dr. José Leite de Vasconcelos, Visconde da Torre de Murta e Gabriel Vítor do Monte Pereira), *Archeologia christã* (Monsenhor cônego Joaquim Maria Pereira Boto, Monsenhor Alfredo Elvino dos Santos, general Antóio Pimentel Maldonado e Alberto Augusto de Almeida Pimentel), *archeologia nacional* (Augusto Ribeiro, Eduardo Augusto da Rocha Dias, Monsenhor cônego Joaquim Maria Pereira Boto, José Joaquim de Ascensão Valdez), *Numismática* (Dr. José Leite de Vasconcelos, Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão, Manoel Joaquim Campos e José Joaquim de Ascensão Valdez e visconde da Torre da Murta), *Heraldica* (visconde de Sanches de Baena, conde de Valenças, José do Espirito Santo de Batalha Ramos e José Joaquim de Ascensão Valdez) e *Bibliographia archeologica* (Pedro Wenceslau de Brito Aranha, Eduardo Augusto da Rocha Dias, Dr. Rodrigo Veloso e Sebastião da Silva Leal). O texto manuscrito, assinado pelo secretário José Joaquim de Ascensão Valdez, aparece sob a epígrafe *Sócios presentes* na *Sessão de Archeologia em 26 de Fevereiro de 1901*. (mantivemos a grafia original na designação das secções).

Para além de uma referência análoga no *Relatório das actas do Conselho Facultativo em 1901*⁵⁰¹, infelizmente, nem o *Boletim*, nem os arquivos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, nos dão mais dados acerca da subsecção de Arqueologia Lisbonense, ao contrário do que acontece para as outras subsecções nos anos seguintes: nem reuniões ou actas, nem actividades sobre a sua chancela, nem mesmo se encontrou referência à sua eventual extinção.

Este marasmo manter-se-á até 1912. Na verdade os tempos mudaram após 1910⁵⁰². O associativismo, nos mais variados domínios, reforçou-se, a que não será estranho o direito de reunião e de associação inscrito na Constituição Portuguesa de 1911. Formaram-se então pelo país várias associações ligadas ao património, tendo algumas delas contactado com a A.A.P., tida por “precursora da defesa e conservação dos monumentos nacionaes, pois foi a primeira entidade legalmente constituída que se occupou delles”⁵⁰³.

Assumindo-se a Associação dos Arqueólogos Portugueses como uma associação do património de Portugal em geral e, de Lisboa, em particular – sabemos, por

⁵⁰¹ *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação do Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.^a Série, n.º 5, Anno 1902, p. 21.

⁵⁰² Ainda em 1909 se escrevia: “Em França há uma Sociedade denominada “Sociedade Amigos do Louvre”, que annualmente adquire obras d’arte para este museu. Porque se não há de fundar no nosso paiz uma “Sociedade dos amigos do Museu de Bellas Artes de Lisboa”? Não faltam para ahi homens de meios e de boa vontade e no paiz há ainda bastantes obras d’arte que se vendem e que estão em risco de sair para fóra. No seu acreditado jornal póde v. Fazer muito. Digne-se acceitar a idéa e patrocínal-a. Ponho desde já á sua disposição para esse fim a anuidade de vinte mil réis” (Cf. *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, tomo XIII, 5.^a série, n.º 5, 1916, p. 221). Seis meses após a aprovação da Constituição de 1911, estabeleceu-se o Grupo dos “Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa”.

⁵⁰³ *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação do Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo X, 4.^a série, n.º 9, p. 497. A Comissão de Salvação dos Monumentos Antigos de Santarém “há poucos dias organizada n’esta Cidade” (Oficio de 31 de Julho de 1916, in A.H. da A.A.P., cx. 22, pasta 1916) mostra-se em missiva de 26 de Junho de 1917, dirigida ao presidente da A.A.P., “convencida de que, **auxiliada e guiada pela Associação dos Arqueólogos Portugueses**; escudada na sincera cooperação, boa harmonia e conjugação do pensamento de seus membros, há-de alcançar a palma da victoria e desfilar em marcha de triunfo, ante a ironia daqueles que mal julgam da proficuidade da sua ação” (*idem*, pasta 1917) (*sublinhado nosso*).

exemplo, que número significativo dos seus mais destacados sócios residiam na capital⁵⁰⁴; por outro lado, que muitas propostas apresentadas nas suas sessões tinham directa ou, indirectamente, a ver com Lisboa⁵⁰⁵ e, também, o envolvimento da Associação, desde 1864, na constituição de um museu arqueológico da capital⁵⁰⁶ –, não parecerá estranho que viesse a surgir no seu interior, uma estrutura activa dedicada exclusivamente à capital.

Assim, na Sessão de Assembleia Geral de 13 de Maio de 1912, presidida por Gustavo de Matos Sequeira, Jesuíno A. Ganhado propôs:

1.º Que seja creada uma nova secção, denominada de “Archeologia Lisbonense”;

⁵⁰⁴ Em 28 de Maio de 1907, assim acontecia com Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos, José Cipriano da Costa Goodolphim, R. Adães Bermudes, Gabriel Pereira, Dr. José Leite de Vasconcelos, J. Joaquim de Ascensão Valdez, Alfredo da Cunha, António Baião, Victor Ribeiro, Adolfo Loureiro, António Augusto de Carvalho Monteiro, Artur Lamas, Duque de Loulé, António César Mena Junior, José Queirós, Pedro Augusto de Azevedo, Ventura Terra, Conde de Sabugosa, D. José Pessanha, Abel Botelho e Jesuíno A. Ganhado.

⁵⁰⁵ Tomemos o caso de D. José Pessanha em sessão de Maio de 1912 (acta n.º 72):
“1.º Que a assembleia lance na sua acta um voto de homenagem ao consocio sr. Visconde de Castilho, ao começar a tratar-se de Lisbôa Antiga, pelos proficientes e interessantissimos trabalhos deste senhor, sobre o assumpto;
2.º Que a assembleia approve o voto proposto pelo sr. Bermudes, que certamente traduz o sentir de todos os presentes;
3.º Que se officie á comissão de Esthetica Municipal, de Lisboa, no sentido manifestado pelos srs. Queiroz e Bermudes, sobre o bairro de Alfama;
4.º Que se adquiram exemplares de todas as photographias que o sr. J. Alexandre Soares tem feito tirar e mais daquellas, mais antigas, que existem no archivo municipal [de Lisboa].
5.º Que a Associação inicie em breve algumas visitas a varios pontos da cidade, que ainda encerram vestigios da antiga Lisboa” (*Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, tomo XII, 5.ª Série, n.º 11, 1912, p. 531).

⁵⁰⁶ 26 de Fevereiro de 1864 - “O sr. Presidente [Possidónio da Silva] apresentou mais duas propostas por escripto, que foram plenamente approvadas, sendo a primeira para que a Associação solicite do governo a entrega das ruinas da antiga igreja do Carmo de Lisboa para se mandarem recolher os fragmentos architectonicos que forem dignos de conservação, formando-se uma collecção dos que existirem na capital e seu termo, e reservando-se para mais tarde fazer-se o mesmo com os outros restos que se encontrarem nas provincias em estado de abandono, dando-se assim começo a um museu de antiguidades pertencentes á architectura” (“Excerptos das actas das sessões de assembléa geral” republicados in *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.ª série, n.º 12, s/data).

2.º Que para a presidencia de honra desta nova secção seja nomeado o sr Visconde de Castilho.

3.º Que esta nova secção se considere desde já constituída de modo seguinte: presidente, José Queiroz; secretario, Mattos Sequeira; vogaes, Ascensão Valdez, D. José Pessanha, F. S. O’Sulivand, C. Mena Junior, Victor Ribeiro e o auctor da proposta, Ganhado, bem como qualquer outro consocio que se queira dedicar ao estudo em questão, de tão momentosa urgencia⁵⁰⁷.

O primeiro *Livro* [de actas] *Da Secção da Archeologia Lisbonense*⁵⁰⁸ abre com a enunciação dos cargos dirigentes e dos seus detentores: “Presidente Jose Queiroz; Vice-Presidente D. José Pessanha; Secretario Gustavo de Matos Sequeira e Vogaes: Jesuino Ganhado, Soares O’Sullivand, Ribeiro Christino, Mena Junior, Nogueira de Brito, Luis Betencourt, Dr. Virgilio Correia, Afonso de Ornellas, Alberto de Gusmão Navarro, Augusto Vieira da Silva⁵⁰⁹, Augusto Botelho da Costa Veiga, Santos Farinha, Xavier da Costa, Reinaldo dos Santos, Macbrid, Arroio”⁵¹⁰.

Passados sete meses e meio, na *sessão constitutiva* de 27 de Dezembro de 1912⁵¹¹, foram tomadas as seguintes três resoluções:

1.º Oficiar ao Ex.mo Sr. Visconde de Castilho, eleito por unanimidade nosso presidente de honra, comunicando-lhe tal eleição e enviando-lhe as nossas saudações como homenagem a um dos primeiros que estudou com primacial

⁵⁰⁷ “Acta n.º 73 da Sessão de Assembleia Geral de 13 de Maio de 1912”, in *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, t. XII, 5.ª série, n.º 11, Lisboa, Typographia do Commercio, 1912, p. 533.

⁵⁰⁸ Na primeira folha, sem número, lê-se: *Livro das Actas da Secção de Archeologia Lisbonense*.

⁵⁰⁹ O seu nome aparece riscado. Ausente desta fase, sabe-mo-lo de volta pouco depois. Cf. *Acta sessão de 8 de Maio de 1913*: “O Sr. Presidente congratulou-se com a presença do sr. Vieira da Silva, cuja altissima competencia nos assuntos proprios desta secção [...] O Sr. Veira da Silva, agradecendo declara muito desejar colaborar nos trabalhos da secção”.

⁵¹⁰ A.H. da A.A.P., *Livro das Actas da Secção de Archeologia Lisbonense*.

⁵¹¹ Em que sabemos terem estado presentes José Queirós, Jesuíno Ganhado, Soares O’Sullivand, Nogueira de Brito e Matos Sequeira.

competencia as antiguidades de Lisbôa;

2.º Promover, por todos os meios ao alcance dos socios, uma intensa propaganda da defeza dos monumentos arqueologicos lisbonenses; e

3.º Organizar, o mais brevemente possível, uma exposição iconografica e bibliografica da velha cidade, devendo iniciar-se esses trabalhos, pela seleção das obras referentes a tal assunto, que existam na biblioteca da Associação.

Francisco Santana e Joaquim Parro, em estudo publicado em 1983-1984 na *Revista Municipal*, dividiram em “três períodos ou fases” a “existência da Secção de Arqueologia Lisbonense prosseguida, a partir de 1925 [...] pela Secção de Estudos Olisiponenses”⁵¹²: o primeiro período “constitui a época de estruturação e entusiasmo, toda ela centrada em torno da personalidade impar de José Queirós, preenchendo os anos de *1912 a 1920*; o segundo período, da estabilização – de *1920 a 1925*; finalmente, o terceiro período, de decadência, compreendendo os anos de *1925 a 1933*, mais precisamente, de 17 de Julho de 1925 a 3 de Junho de 1933, data em que foi extinta a Secção de Estudos Olisiponenses”⁵¹³.

As actas dos primeiro e segundo períodos de vida da S.A.L. – seguindo a cronologia dos dois olisipógrafos acima referidos – espraiam-se por três volumes. O primeiro volume abarca desde a sessão constitutiva de 27 de Dezembro de 1912 até a sessão de 15 de Maio de 1914. O segundo, os anos de 1914 a 1917. O terceiro livro das actas, de 1918 a 1925. As actas da S.E.O. têm um volume autónomo. O seu estudo

⁵¹² Francisco Santana e Joaquim Parro, “As Actas das Secções de Estudos Olisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses”, in *Lisboa. Revista Municipal*, ano XLIV, 2.ª série, n.ºs 5 e 6, 1983, p. 4. O citado artigo espraia-se pelos n.ºs 5-6 (1983, pp. 3-41), n.º 7 (1984, pp. 44-63) e n.ºs 8-9-10 (1984, pp. 41-64).

⁵¹³ *Ibidem*.

– amparado em outra documentação da A.A.P.⁵¹⁴ – releva-nos as primeiras acções da secção:

i) Desde cedo se trocam “impressões acerca do melhor modo de conseguir a publicação de diferentes escritos sobre arqueologia lisbonense “visto [...] o nosso boletim ser escasso em folhas, sair muito espaçadamente e com muita regularidade [*sic*]” (10 de Abril de 1913)⁵¹⁵.

ii) A salvaguarda do Arco de Santo André;

iii) A defesa do Rossio “típico” contra o Rossio “universalista”⁵¹⁶.

iv) Gustavo de Matos Sequeira e o Inventário. Na Sessão de 25 de Junho de 1913, Matos Sequeira apresentou “uma divisão da cidade por areas afim dos socios poderem proceder a inventario dos monumentos citadinos, divisão que foi aprovada”. Na sessão seguinte, 2 de Julho, “apresentou, então, um plano de divisão, por areas, da cidade afim de praticamente se proceder á inventariação de todos os monumentos lisboetas⁵¹⁷.

⁵¹⁴ Depois de um período atribulado, correspondente ao encerramento do Convento do Carmo, registamos, reconhecidos, as facilidades concedidas pela direcção e a disponibilidade dos funcionários da Associação dos Arqueólogos Portugueses para podermos consultar, demoradamente, o seu arquivo.

⁵¹⁵ Quinze dias depois, o Presidente da secção, José Queirós, declarou ter-se encontrado com o Presidente da Associação, Dr. Alfredo da Cunha, o qual pôs à disposição da SAL “o seu importante diário” [*Diário de Notícias*] para a divulgação de trabalhos sobre antiguidades lisbonenses. Matos Sequeira, por seu lado, informou ter obtido do Sr. Caetano Alberto, director da revista *Ocidente*, “a cessão das suas colunas para os sócios da Secção inscreverem os seus estudos sobre Lisboa antiga” (Sessão de 24 de Abril de 1913).

⁵¹⁶ Gustavo Matos Sequeira, *op. cit.*, p. 313.

⁵¹⁷ **Monumentos de Lisboa**

1.^a classe. Cruzeiros, arcos históricos e chafarizes.

2.^a classe. Brazões de armas, nichos, registos de azulejos e azulejos monumentais, relógios de sol, lápides e inscrições, e janelas e portas ornamentais.

3.^a classe. Templos, palácios, edificios públicos e particulares, casas típicas e memoráveis.

4.^a classe. Vestígios de cercas e fortificações, muralha fernandina e joanina.

As áreas foram distribuidas do seguinte modo:

1.^a Belém, Ajuda, Bairro da Memória e do Calvário ao socio sr Ribeiro Christino.

2.^a Alcantara, Necessidades, Pampulha, Lapa, Buenis Aires, S. Francisco de Paula, Janelas Verdes, Santos, Mocambo e Madragoa, ao socio Matos Sequeira.

v) A Exposição Olisiponense de 1913, “êxito indiscutível, e uma surpresa para Lisboa que enchia todas as tardes as salas do Museu”⁵¹⁸.

Com estas actividades, a Secção de Arqueologia Lisbonense – cujo acrónimo faz lembrar aquela outra estabelecida em Setúbal seis décadas antes – “por pouco, como escreveu Gustavo de Matos Sequeira, não absorveu, pela sua nomeada e pela sua actividade, a própria Associação, de que ela era, apenas, um elemento de vida”⁵¹⁹.

De todos, o primeiro momento significativo de intervenção da recém criada S.A.L. no campo da defesa do património de Lisboa, prendeu-se com a ameaça de derrube do “historico arco de Sto. André, que, por tantas razões merece o respeito de todos

3.^a Estrela, Santa Isabel, Campo de Ourique, Fonte Santa ao socio sr Gusmão Navarro.

4.^a Bairro Alto e Jesus ao socio sr Jose Queiroz.

5.^a Chagas, Santa Catarina, Bica, Remolares, S. Paulo, Conde Barão, Esperança e Boa-Vista, ao socio Soares O’Sullivand.

6.^a Príncipe Real, Praça das Flores, e da Alegria, São Mamede, Rato, Amoreiras, Baixa da Avenida, Campolide, já estudada pelo socio Matos Sequeira.

7.^a São Francisco, Chiado, Trindade, Carmo, Corpo Santo ao socio sr José Queiroz.

8.^a A Baixa – ao socio sr Luis Betencourt.

9.^a Poço do Borratem, S. Domingos – idem.

10.^a Mouraria, Intendente, Olarias, Anjos e Arroios, Monte e Penha, ao socio sr Nogueira de Brito.

11.^a Pena, Encarnação, Campo de Sta Anna, Sto Antonio dos Capuchos, S. José, S.ta Martha e S. Sebastião da Pedreira, ao socio sr Matos Sequeira.

12.^a Bemposta. Estefania, Desterro e Socorro ao socio sr Costa Veiga.

13.^a Alfama e Castello ao socio sr Jesuino Ganhado.

14.^a S. Vicente, Sta Clara e Sta Apolonia, Graça, ao socio sr Ornellas Cisneiros

15.^a Sete Rios, Bemfica, Lumiar, Luz, Carnide e Telheiras ao socio sr Mena Junior.

Feita esta distribuição e não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão ás 11 ½ da noite”.

⁵¹⁸ Gustavo Matos Sequeira, *op. cit.*, p. 113. Uma parte significativa das actividades da Secção de Arqueologia Lisbonense / Secção de Estudos Olisiponenses traduziu-se em intervenções nas sessões e tomadas de posição, por exemplo, sobre a necessidade de se protegerem os nossos monumentos contra o mau hábito de se fixarem nelles grampos de ferro para ligação das linhas telegraficas e telefonicas” (6 de Agosto de 1915); o desejado policiamento da porta monumental do museu, afim de se evitar “que o rapazio o danifique com pedradas” (28 de Janeiro de 1916); outras, pudemos surpreender no relato de visitas, que se consubstanciaram nas excursões ao Termo de Lisboa.

⁵¹⁹ Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. III, pp. 112-113.

os portugueses e que significa alguma coisa mais de que um simples empecilho que se destrôa sem hesitar, por ser um dos poucos restos da cêrca antiga de Lisbôa”⁵²⁰. Em 11 de Julho de 1913, o *Diário de Notícias* publicou um discreto documento produzido pela S.A.L., que apresentamos de seguida em esquema sintético, porque cremos ocupar um lugar de destaque na história das práticas patrimoniais em Portugal. Face à salvaguarda de um monumento – o arco de Santo André – de que este texto é um testemunho, nele se conjugam, exemplarmente, a ineficácia das instâncias ministeriais; a relevância do papel da Imprensa; o inglório esforço dos patrimonialistas que, no fim, tantas vezes, dá lugar a um compreensível enfado e desencanto; a “livre” interpretação da legislação; a passividade, quando não o desleixo íncio ou colaboracionismo da(s) câmara(s) e dos vereadores; para além de uma opinião pública quase sempre ausente em parte incerta e o labor frequentemente tartamudo dos institutos patrimoniais⁵²¹.

⁵²⁰ [1º] *Livro de Actas da SAL*. É longa a lista de polémicas em torno da destruição de arcos, em Portugal como no estrangeiro. Lembro, entre outros, o *Arco di Portogallo*, em Roma, removido em 1662 por ordem de Alexandre VII para alargar a *Via del Corso* (www.ku.edu/history/index/europe/ancient_rome/E/Gaz.../Arco_di_Portogallo.htm); o Arco de S. Bento, em Lisboa, “despido de tradições e de primores arquitectónicos, foi sacrificado [em 1938-1939] ao desafrentamento do majestoso palacio da Assembleia Nacional”, como se lê no *Diário de Notícias*, acrescentando o jornalista, na legenda a uma foto do mesmo, “Ei-lo quási demolido, já sem a parte superior. Em breves dias nada restará dele” (*Diário de Notícias*, 22 de Janeiro de 1939, p. 6); seria reconstruído, seis décadas mais tarde, na Praça de Espanha. Por seu lado, o *Euston Arch*, em Londres, derrubado em 1962, e cuja tentativa de preservação foi “*the first major industrial [archaeology] conservation battle [...] fought – and lost*” (Robert Hewison, *op. cit.*, p. 89). O Arco da Rua Augusta, esse, foi objecto de intervenções enérgicas da imprensa: “No Arco da Rua Augusta tejadilho da Carris – conspurcado pelo transeunte banal seria uma afronta” in *Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1926; outro artigo em que o autor “advogava que fosse acabada a passagem de carros electricos e de diversos sistemas por sob o Arco da Rua Augusta, passagem que em seu entender constitui um desacato, dada a feição monumental e principalmente glorificadora que o Arco Triunfal ostenta na sua frente para a Praça do Comercio, pois os vultos historicos de Viriato, Nuno Alvares, Vasco da Gama e Sebastião de Carvalho e Mello teem ali a sua suprema homenagem” (*ibidem*, 11 de Maio de 1926) referidos em reunião da Secção de Estudos Olisiponenses de 22 de Maio de 1926, pp. 24-26.

⁵²¹ Curioso é, a propósito, registar que já antes e noventa anos depois, muito do aqui fica dito se repete... daí este texto ser de uma indiscutível actualidade, com a qual se confrontam, ainda hoje, os nossos preservacionistas.

Quadro n.º I

A S.A.L. e a destruição do Arco de Santo André

A SAL toma conhecimento	A secção de Arqueologia Lisbonense desta Associação, na sua reunião de 29 de maio do ano corrente, teve conhecimento, por um dos seus dedicados colaboradores ⁵²² de que ia, em breve, ser demolido o historico arco de Santo André.
Resolve lavrar um protesto	Perante esta notícia, imediatamente a secção interrompeu os seus trabalhos de organização da projectada exposição Olissiponiana e, ponderando tão momentoso assunto, resolveu, na sessão da mesma data, formular, acto continuo, um protesto veemente ⁵²³ contra tão aviltante e anti-patriotica resolução.

⁵²² A exemplo do que se fazia nomeadamente em França, onde o conde de Montalivet, então ministro do interior, enviou em 1810 a todos os “*préfets*” uma circular, inspirada pelo arqueólogo Alexandre Laborde, onde “*recommende [...] d’instituer un réseau de correspondants en province pour organiser une constante vigilance*” (Marie-Anne Sire, *La France du Patrimoine. Les choix de la mémoire*, Paris, Gallimard, 1996, p. 25), a Associação tinha, na verdade, como que uma rede nacional, assente nos sócios correspondentes. Estes, com outros residentes (ou não) fora da capital, faziam-lhe chegar reclamações, protestos e diferentes informações. No caso vertente, sabemos ter sido o sócio Jesuíno Ganhado que “comunicou a secção ir-se em breve derrubar o historico arco de S.to André, demolição para a qual a Câmara já concedeu licença. Em seu entender a secção tem de tratar de evitar semelhante desrespeito, manifestando-se imediatamente. Todos os socios presentes [José Queirós, Mena Junior, Jesuíno Ganhado, dr. Virgílio Correia, Gusmão Navarro, Ornellas Cisneiros e Matos Sequeira, servindo o primeiro de presidente e o último de secretario] aplaudiram a proposta do sr Ganhado e como o sr presidente lembrou redigir-se imediatamente o protesto para ser entregue pela secção nas redacções dos jornaes da manhã, fez-se essa redacção, deliberando-se tambem ir toda a secção apresenta-lo ao Municipio”. Cf. A.H. da A.A.P., [1.º] *Livro de Actas da S.A.L.*

⁵²³ É comum no âmbito da A.A.P. o recurso à Imprensa para divulgar os seus “protestos veementes”. Assim aconteceu na nota supra e, também, na sessão de 23 de Novembro de 1917: “O Senhor Presidente lembra o caso tratado na sessão anterior acerca do Chafariz da Esperança [...] Pede a palavra o Socio Senhor Dr. Xavier da Costa que sobre o caso lembra a conveniencia de se fazer um artigo para os jornaes protestando por que se acabe com o enxovalho que fez dessa peça architectonica um lugar de fruta” (A.H. da A.A.P., cx. 135). A cx. 123 do mesmo Arquivo, com “Relatos para os jornais”, é a outra face desse relacionamento. Entre outras, destacamos a notícia da conferência realizada em 30 de Abril de 1966 pelo Engenheiro Santos Simões, onde, setenta anos depois de Sousa Viterbo – a quem, aliás, esta intervenção foi dedicada – se voltou a usar em Portugal a expressão “arqueologia industrial”, escrevendo a propósito o conferencista: “Em todos os países civilizados se tem desenvolvido extraordinário interesse pela investigação

Identificam-se o(s) prevaricador(es)	Segundo os nossos informes de então, tal vandalismo ia ser levado a efeito pela companhia dos electricos ⁵²⁴ que préviamente adquirira o arco, por compra, ao sr. Conde da Figueira, com consentimento da camara municipal. ⁵²⁵
Protesto solene entregue à Imprensa	A secção de Arqueologia Lisbonense lavrou o seu protesto solemne, cheia de magua sincera que a surpresa tornou veemente e os seus socios nessa mesma noite foram deposita-lo nas mãos dos jornalistas que no dia seguinte o imprimiram nos jornais da manhã.
Visitam a CML e o Ministério	No dia seguinte, 30 de maio, foram os mesmos socios em nova peregrinação, primeiro á Camara Municipal, depois ao Ministerio do Interior.
Primeiro Balanço	Á noite, teve a secção nova reunião, em que se trocaram impressões sobre o que os jornais já chamavam o “o caso do dia”.
Jornais/caso do dia/Opinião pública	Efectivamente conseguimos interessar a opinião publica ⁵²⁶ , promovendo em alguns dos jornais diarios a publicação de locaes sobre o projectado vandalismo.

histórica das técnicas, particularmente daquelas que estão na base das realizações industriais dos nossos dias [...] Seguidamente o orador [...] salientando por forma especial os rarissimos e verdadeiramente extraordinários Moinhos de Maré, hoje universalmente considerados como arquetipos [diz que] teem que ser urgentemente classificados como Monumentos Nacionais”.

⁵²⁴ Foi, por vezes, conflituosa a relação entre a “companhia dos electricos” e a Associação. Em Novembro de 1922 a A.A.P. oficiou à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, dando-lhe conta que “Pela Secção de Arqueologia Lisbonense d’esta Associação foi solicitada a esta Direcção transmitir a V. Ex.as o pedido da sua valiosa interefrencia [*sic*] para que se evitasse que os agulheiros da Companhia que fazem serviço junto ao Arco da Rua Augusta Monumento, Classificado, continuassem danificando aquele Arco, quer escavando a pedra com o ferro de manobrar as agulhas, quer cravando nas juntas ferros para suspensão das lanternas” (Cf. A.H. da A.A.P., *Registo de correspondencia a começar em junho de 1922*).

⁵²⁵ Desde cedo a A.A.P. pareceu crer na intervenção das “estações oficiais”, dirigindo-se, ora por carta, ora em “peregrinação” dos seus dirigentes, quer à Câmara, quer aos Ministérios.

⁵²⁶ Terá havido alguma ingenuidade da A.A.P. ao concluir que “conseguimos interessar a

Falta de lei manieta o ministro	Foi nessa reunião que chegou ao nosso conhecimento, não poder o sr. Ministro do Interior, por falta de lei a que se apoiasse auxiliar o nosso intento. E lei, havia-a, bem clara e bem expressa como soubemos depois! Com essa lei podia o Estado proibir a demolição, podia não autorisar a venda do arco pelo sr. conde da Figueira, podia... mas estava escrito ou estava pensado que o arco fosse a terra, que o capricho da Companhia fosse satisfeito, que o sr. conde da Figueira fosse beneficiado e que a secção de Arqueologia Lisbonense visse inuteis os seus esforços.
Monumento nacional	O arco de santo André, em face das leis vigentes, era um monumento nacional e como tal classificado na lista oficial de 9 de dezembro de 1908, sob a rubrica de “Castelo de S. Jorge e restos das cêrcas de Lisboa”. Como monumento nacional, não podia ser demolido, nem sequer sofrer qualquer reparação ou modificação sem o parecer do Conselho de Arte e Arqueologia da circunscrição respectiva, como prescreve o artigo 47 do decreto, com força de lei, de 26 de maio de 1911, que reorganizou os serviços artisticos e arqueologicos.
Reunião das autoridades patrimoniais	A 7 de junho reuniu-se, por iniciativa e diligencias do vice-presidente da secção de Arqueologia Lisbonense, sr. D. José Pessanha, o Conselho de Arte e Arqueologia ⁵²⁷ , o qual visitou o arco, reunindo-se seguidamente no

opinião publica”. Hipólito Raposo, escrevendo no *Diário de Noticias* de 18 de Março de 1912 foi mais realista: “Uma questão d’estas, n’um paiz chegado à maioridade da consciencia propria, jámais poderia dar-se, mas se o acaso a inventasse, ressalvados legitimos interesses particulares, ficaria morta definitivamente em curto praso, porque a opinião publica não havia de ser, como a nossa, uma multidão acefala e sempre de braços cruzados erguidos para destruir. A opinião publica n’esto paiz!” (p. 1).

⁵²⁷ Os serviços patrimoniais oficiais mais uma vez parecem não funcionar. Para além das referências já avançadas neste trabalho (Fialho de Almeida, Sousa Viterbo, Gustavo de Matos Sequeira), recolhemos estoutra: “O sócio Pessanha dá conta (12 de Junho de 1913) de que o Conselho de Arte e Arqueologia – lamentando ter-se acordado tão tarde no sentido de se conservar o Arco de Santo André – emitiu um parecer sustando à demolição daquela histórica, “que não artística”, porta da muralha de D. Fernando, tendo entregado o documento no Ministério do Interior, o qual mandou embargar a demolição que, ao tempo, já estava quase concluída”. Lembro, a propósito, um grito lançado na *Revista de Turismo* nesse mesmo ano de 1912: “Onde está e para que serve a denominada comissão dos monumentos nacionaes? O que faz ela, que não ergue a

(Redacção de um parecer) gabinete do architecto sr. Couto, no edificio da Sé, e redigindo aí o parecer, no qual se lamentava o sucedido e o facto de tão tarde se ter realizado a sua intervenção. Nesse parecer ponderava-se tambem que tal monumento, embora não fosse de character artistico, com o que esta secção não está absolutamente de acordo, tinha indiscutivel valor historico e como tal devia ser conservado. Quando chegou ao Conselho o officio do Ministerio do Interior, mandando-o ouvir sobre a representação da secção de arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueologos Portugueses, já ele se achava reunido. Nem mesmo, pois, a essa altura da questão a lei foi comprida.

Parecer entregue aos Jornais e Ministério O parecer do Conselho foi entregue, efectivamente, como noticiaram os jornais, no Ministerio do Interior, e o respectivo Ministro mandou, então, suspender a demolição, ordem que o encarregado das obras assinou “pro fôrma”, por o arco já estar completamente demolido, vendo-se então, como ainda hoje, apenas o pé direito do lado nascente e o respectivo Saimel

Conclusão/
Desilusão Neste ponto terminaram as nossas diligencias, cumprindo-nos, ainda, perante V. Ex.as significar quanto nos foi grato em meio da relutancia de uns, da inércia de outros, do falso apoio de alguns, ver o procedimento, digno de todo o aplauso, do antigo engenheiro da camara, o sr. Diogo Peres, que, talvez, incorrendo nas iras dos iconoclastas, a quem poderia prejudicar e falando alto num assunto que a Companhia dos Electricos conduziu quase em segredo, se afirmou um sensato funcionario e um estrénuo defensor da integridade e conservação dos nossos monumentos. Os nossos consocios srs. Ventura Terra e Alexandre Soares igualmente nada puderam fazer, porque o primeiro estava ausente na sessão da vereação em que tal demolição foi aotorisada, e não corriam tais assuntos

voz, que se não agita, que não levanta uma campanha para obstar a que se cometa semelhante vandalismo?” (*idem*, p. 47).

pela repartição do segundo, como hoje correm, mas sim pela do sr. Diogo Peres, que digna e ilustradamente procedeu como já ficou dito.

Necessidade de um inventário De tudo quanto deixamos exposto a V. Ex.as, uma conclusão resalta [*sic*] imediatamente e essa é a necessidade urgente da inventariação de todos os vestígios históricos, de todas as minucias artísticas, de todos os monumentos arqueológicos que dignificam Lisboa, dando-lhe, a par das usanças tradicionais, que muitos furiosos inovadores pretendem também extinguir, esse colorido especial que constitui o carácter de uma cidade e a torna digna de ser visitada e apreciada.

“Veemente protesto” Desse longo, aliás interessantíssimo trabalho, já encetado, resultará uma proposta, que perante estações superiores se deverá fazer, a fim de que esses monumentos inventariados fiquem a coberto dos caprichos dos poderosos, do mercantilismo dos opulentos e da ignorância dos analfabetos, e de modo a que a acção desta colectividade, a que muito nos honramos de pertencer, se não limite, como até aqui se limitou, a prantear o irremediável, e a propôr, como agora propõe, se lance na acta da sessão de hoje a expressão do nosso mais veemente protesto.

José Queiroz, D. José Pessanha, Antonio Cesar Mena Junior, Nogueira de Brito, Affonso de Dornellas, Costa Veiga, Gusmão Navarro, J. Ferreira Braga e G. de Mattos Sequeira.

Fonte: *Diário de Notícias*, 11 de Julho de 1913.

Deste “*cri-de-coeur*”, verdadeiro balão de ensaio para a campanha da Torre de Belém, poderemos dizer, em síntese de síntese, que a Secção de Arqueologia Lisbonense tomou conhecimento tardio da questão – não alertou Castilho para a situação com “Um Benemerito Appêlo”⁵²⁸ em Março de 1910?; lavrou um

⁵²⁸ “Do illustre escriptor e investigador infatigavel sr. visconde de Castilho recebemos a seguinte carta, de que muito gostosamente damos a immediata publicidade: “Sr. redactor: Permita-me v.

tradicional protesto, com o qual pretendeu agitar a imprensa para ganhar a opinião pública, porque, alfin, “*the history of conservation has been of keeping one step ahead of public opinion*”⁵²⁹. Depois, devido à *relutância de uns*, à *inércia de outros*

que o tome para confidente da magua que sinto, ao acabar de saber que se projecta a demolição do Arco de Santo André. Oiço que é para commodidade da linha do elevador da Graça.

Nada mais benemerito do que é a Companhia que instaurou e mantém esse melhoramento dos ascensores mechanicos; os serviços que tem prestado, toda a Lisboa os reconhece e louva, certamente; mas há considerações, que por si mesmas se impõem quando se trata de beneficios materiaes. O velho Arco de Santo André protesta em nome do passado, porque se acha intimamente ligado com a Historia de Portugal.

Não é aqui o lugar de descrever a cerca d’elrei D. Fernando I, cinta de pedra levantada como por milagre desde 1373 até 1375, sendo director da construcção João d’Almada; basta lembrar que essa cerca livrou da invasão castelhana a cabeça da monarchia.

Não lhe valeu essa circumstancia; a ingratidão de successivas vereações tem vandalisado o que restava dessa coiraça de pedra; as suas portas desapareceram: a da Cruz, para a passagem da estatua equestre em 1775; a de Santo Antão, para a entrada solemne do marquez de los Balbazes em 1728; etc., etc. Resta a da Mouraria (Arco do Marquez do Alegrete), e resta a de Santo André. Esforcêmo-nos por preserva-las de total destruição. Estes padrões assim nobilitam uma cidade; são documentação preciosa dos seus feitos; melhoram a alma popular; mantem o fogo sagrado do patriotismo.

É bem de esperar que a illustrada Companhia desista do seu proposito; e é probabilissimo que, no proprio momento em que se celebra o centenario de Alexandre Herculano, a vereação lisbonense, á frente da qual se acha um elevado espirito, um historiador emerito, um estudioso como poucos, e um mantenedor das tradições nacionaes, não consinta mais esta profanação.

Pelo lado propriamente historico haveria aqui immenso que dizer, descrevendo factos interessantes de cinco seculos. Essas considerações mereceram a algumas antigas camaras muita attenção, desde o “instrumento de diligencia” de 1509, até ao “alvará” de 1772. Tenho fé em que a camara actual escutará attenta essas tradições.

Pelo lado material, é muito de recear que a demolição do Arco vá comprometer a segurança do palacio de s. ex.^a o conde da Figueira, vivenda historica ali erguida desde o seculo XV, e um dos rarissimos exemplares que ainda nos restam das edificações nobres da vetusta Lisboa.

Confio em que, tanto a Companhia como a Camara, se compenetrem do caso, e não deem o miseravel espectáculo do desrespeito áquelle veterano sem salario, áquelle pobre Arco inoffensivo, que nada nos pede, senão que o deixemos continuar a ser o que sempre foi: testemunha calad e eloquente de glorias da cidade. Quando lá fóra tanto se venera o passado, não dê Lisboa mais uma prova de tradicional menosprezo aos seus proprios brazões.

O *Diario de Noticias* certamente advogará esta boa causa, como há quarenta annos tem advogado tantas outras. A “Commissão dos Monumentos Nacionaes”, e a “Real Associação dos Archeologos”, hão de sem duvida levantar a sua voz.

Inspire-os a sombra de Herculano.

Lumiar, 14 de Março de 1910.

Sou, sr. redactor, de v. etc., *Julio de Castilho*”.

⁵²⁹ Gavin Stamp, “Twentieth-Century Conservation Societies”, in *Preserving the Past...*, p. 78.

e ao *falso apoio de alguns*, tudo se precipitou para uma derrota, onde só coube “prantear o irremediável”, disseram eles.

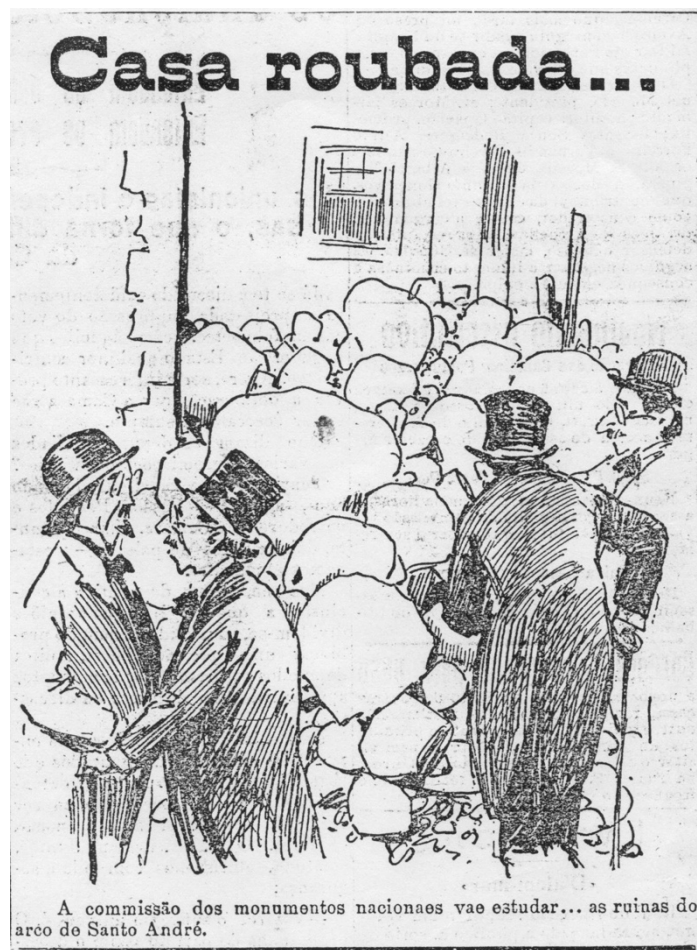


Fig. 29

“Casa roubada...” (A.H. da A.A.P., cx. 67)

Esta patética situação foi glosada na imprensa de então, visando nomeadamente esses “velhos graves d’olhos” (como lhes chamou Fialho de Almeida) da dormente *Comissão dos Monumentos Nacionaes*, com o mais notável dos epitáfios: a ilustração reproduzida antes.

Imagem que encontramos nos materiais do arquivo da Secção de Arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses, sem referências de

origem, junto de vários recortes, como estoutro, também sem bilhete de identidade, com uns versos de Esculápio⁵³⁰:

Vou fazer grande banzé
Em rima pobre e medida
Porque hoje estou de maré:
Não deixo tirar a vida
Ao arco de Santo André!

4. O Movimento pró-Torre de Belém (Actas de 1913-1918)

“Concordando plenamente com a ideia generosa e patriótica do movimento pró-Torre de Belem”.

Academia de Estudos Livres (Universidade Popular), 24 de Junho de 1918.

A mais remota referência dentro da Secção de Arqueologia Lisbonense ao afrontamento da Torre de Belém pela Fábrica de Gás deu-se na sessão de 21 de Outubro de 1913, encontrando-se a notícia numa pequena folha solta manuscrita, não transcrita no primeiro livro de actas⁵³¹. Estavam presentes José Queirós, Mena Junior, Soares O’Sullivand, D. José Pessanha, Ribeiro Cristino, Nogueira de Brito, Jesuíno Ganhado, Virgílio Correia e Afonso de Ornelas. Aí pode ler-se:

⁵³⁰ Esculápio era jornalista em *O Século*.

⁵³¹ Francisco Santana e Joaquim Parro também não mencionam esta acta no seu trabalho anteriormente citado.

O Sr. Presidente refere-se à deterioração de que a Torre de Belem vem sendo lentamente vitima nos pontos onde é tocada pelo fumo, caso que tem sido já mais vezes tratado, mas que nenhum remédio se pôde dar pela situação da fabrica de Gaz. Que se trate do caso na Assembleia Geral⁵³².

A partir daqui muitas intervenções dar-se-ão no quadro das reuniões da Secção de Arqueologia Lisbonense, a espaçamentos indefinidos: dias, semanas, meses, por vezes, um ano.

Resumo de 21 de Out. 1913
Sessão parentica - Sr. J. Queiroz, Meire Juniors, O Sul. vand, O Sr. Teixeira
Releim Cristino, Prof. de Brito, fanchado, e Raphael Conica, D. Manuel
O Sr. Presidente começa por falar da arrematação que é necessário fazer nas salas
e no desimpedimento das mesmas, resumendo-se a alguns dos modelos existentes, na
fajardas de 1/4 de hora, e outras, etc. O Sr. Meire e O Sr. Conica, fanchado
tornam a fazer os seus apontamentos. Resolva-se depois a respeito do Sr. Teixeira
Pinto, pedindo-lhe a autorização para o seu modelo ser enviado a Caetano Augusto
de Ad. de Perseus, para que resolva o assunto devida a Assembleia geral.
O Sr. Presidente refere-se à deterioração que a Torre de Belem vem sendo lentamente
vitima nos pontos onde é tocada pelo fumo, caso que tem sido já mais vezes

⁵³² Sessão da A.A.P. de 21 de Outubro de 1913. A.H. da AA.P., cx. 18.

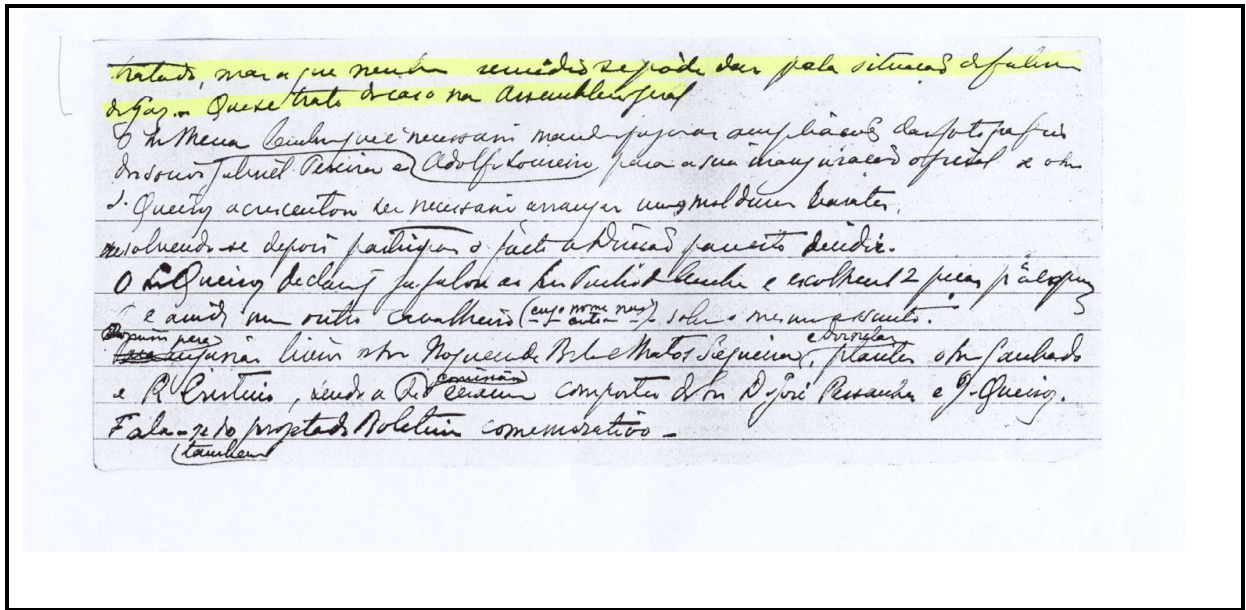


Fig. 30
Primeiro documento da S.A.L. da A.A.P. sobre a Torre de Belém
(A.H. da A.A.P., cx.38)

Exactamente um ano passado sobre a primeira menção, em 23 de Outubro de 1914, na sessão em que o presidente [José Queirós] declarou “inaugurada a nova epocha de estudo e trabalho”, D. José Pessanha acentuou “a necessidade de que ella [S.A.L.], neste novo período, leve a cabo um emprehendimento que dê lustre á Associação”. José Queirós, concordando com Pessanha, lembrou “que a secção se occupe da remoção da fabrica do Gaz de junto da linda Torre de Belem”, ideia “calorosamente applaudida por todos os vogaes presentes”⁵³³. Estava dado o mote para uma cruzada que se arrastaria por anos.

Foi assim que vimos ficar “o Snr. Ganhado encarregado de saber, qual o estado da questão Judicial que existe entre a Camara e a Comp.^a do Gaz”⁵³⁴; o “Snr.

⁵³³Eram eles: Reinaldo dos Santos, Mac-Bride Fernandes, Nogueira de Brito e D. José Pessanha que secretariou na ausência de Matos Sequeira.

⁵³⁴Sessão de 30 de Outubro de 1914.

Presidente apresenta[r] um artigo de Boavida Portugal intitulado “a [*sic*] Cathedral de Renes [*sic*] e a Torre de Belem”, bem como o sócio Ganhado declarar não poder, por enquanto, “nada elucidar sobre a questão da Torre de Belem, por ainda durarem as sessões do Senado, que impossibilitam investigações ácerca dêsse assumpto”⁵³⁵; noutra sessão, sabemos que “o sr presidente falla sobre o lamentavel caso da Torre de Belem” bem como se trocam “varias impressões ácerca do modo de obstar á danificação daquelle monumento, resolvendo-se, na impossibilidade de se evitar rapida e praticamente esse indigno vandalismo, formular um protesto collectivo contra essa barbara destruição”⁵³⁶ e, em 30 de Abril de 1915, o presidente congratular-se pela “presença do sr dr. Afonço [*sic*] de Lemos, lembra a campanha a favor da defeza da Torre de Belém iniciada por este nosso consocio a quem dá as Boas vindas”, a que este “agradece, historiando em breves palavras a sua acção, nessa campanha, trocando-se, seguidamente, impressões, entre os socios presentes, sôbre a forma de se conseguir libertar aquêlê monumento da pessima vizinhança da Companhia do Gaz”.

Depois do vazio de mais um ano⁵³⁷, a permanência da Fábrica de Gás, junto á Torre de Belém, levou o sócio Jesuíno Ganhado a referir-se “á nomeação de uma “commissão de esthetica”, na Câmara de Lisboa, que, contudo, “não

⁵³⁵ Sessão de 6 de Novembro de 1914.

⁵³⁶ Sessão de 24 de Novembro de 1914.

⁵³⁷ D. José Pessanha: “**faz sentir o facto da secção não mostrar a actividade que era para desejar**, julgando necessario e essencial para a vida da Associação, que ella se pode dizer representa, o seu trabalho constante. São precisas energias e torna-se mister que os socios trabalhem, não adormecendo á sombra dos loiros colhidos pela Exposição Olisiponense. As suas palavras não representam censura, mas sim incentivo para o trabalho associativo. Com tal modo de ver concorda toda a secção”. Gustavo de Matos Sequeira aprovando a ideia do sr D. José Pessanha, “alvitra que se dê cumprimento a qualquer dos trabalhos aprovados pela secção, fazendo considerações ácerca de cada uma das propostas antigas da secção, como por exemplo, [...] **o congresso de defeza do nosso património artístico e a Inventariação dos monumentos e trechos monumentais de Lisboa**” (*sublinhado nosso*).

tem sabido evitar casos deveras p.a estranhar”⁵³⁸. Lembrou, por último, que a “antiga Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses sustentou já uma campanha energica contra o estado da Torre de Belem ⁵³⁹ e que o sr. Rozendo Carvalheira tratou, n’uma assembléa geral, do facto da Companhia querer construir um muro que taparia a vista da Torre, o que não conseguiu”⁵⁴⁰.

Entrados em 1917, Alfredo Guimarães “falla do estado da Torre de Belem e péde, que, a valêr, se trate do assumpto. Desejaria que a associação tomasse a iniciativa d’um formal protesto contra este estado deploravel, motivado pela proximidade da fabrica do gaz”. O presidente apoiou a proposta do sr. Guimarães, dizendo que “a questão está de pé e que se deve tratar do assumpto com todo o empenho”. Para esse fim, foi nomeada uma comissão, composta por José Queirós, D. José Pessanha, Alfredo Guimarães e Matos Sequeira. O sócio D. José Pessanha não só apoiou igualmente a proposta do sr. Guimarães, como alvitrou que “sejam convidadas todas as agremiações científicas do paiz, para tomarem parte n’esse movimento de protesto”⁵⁴¹.

Outro ano passará. Em Janeiro de 1918, D. José Passanha referindo-se à Torre de Belem “lembrou que é este [*sic*] a melhor ocasião para se tentar a remoção dos depositos de carvão e fabrica do Gaz, remoção para qual se está interessando muito a Comissão dos Monumentos afim de que aquela béla peça architectonica fique

⁵³⁸ Sessão da S.A.L. de 29 de Setembro de 1916.

⁵³⁹ Esta postura seria repetida nas sessões de 25 de Janeiro de 1918 por D. José Pessanha e 1 de Março de 1918 por José Queirós.

⁵⁴⁰ Sessão da S.A.L. de 29 de Setembro de 1916.

⁵⁴¹ Sessão da S.A.L. de 12 de Janeiro de 1917. Na mesma sessão Rodrigues Simões declarou que “quanto á Torre de Belém, entende que nada se conseguirá”.

[...] para sempre desafrentada”⁵⁴². O Presidente informou, entretanto, ter “ido uma numerosa comissão de membros desta Secção á Camara Municipal onde foi recebida pelo Sr. Presidente da Comissão Administrativa do Municipio e pelo vogal dela Sr Couto, architecto, havendo ambos manifestado a mais decidida bôa vontade em satisfazer os desejos desta secção quanto á torre de Belem”⁵⁴³.

Gustavo de Matos Sequeira, em 1 de Março de 1918, tomando a palavra “diz estar ainda de pé a proposta sobre essa peça architectonica e havia visto mais uma vez o estado deploravel em que ela se encontra”. A sua proposta consistia em “reunir varias associações artisticas e literarias para se levar a efeito alguma cousa util chegando-se a meios extremos se preciso fôr”. Este tentame de vir a suscitar um movimento de solidariedade e adesão de associações de todo o país – e, será dito mais tarde, também dos órgãos da imprensa – marcaria uma nova etapa. Por Maio, ao tratar da Torre de Belém, D. José Pessanha “lê o modelo de circular, que segundo combinação anteriormente feita para serem dirigidos ás diferentes agremiações scientificas, literarias, artisticas e aos jornais [sobre] o momentoso assunto.[...] S. Ex.^a lembra ainda que seria da maior conveniencia preparar o terreno para a futura sessão conjunta de todas as sociedades historicas, scientificas, literarias e artisticas sobre a Torre de Belem”⁵⁴⁴.

Por instâncias de Nogueira de Brito, a sessão de 31 de Maio de 1918 foi preenchida com a discussão do problema da Torre de Belém. Na sessão seguinte, o presidente informou que está há semanas na tipografia o original do convite a dirigir a “varias

⁵⁴² Sessão da S.A.L. de 25 de Janeiro de 1918.

⁵⁴³ Bem como relativamente à casa seiscentista da rua dos Cegos e ao chafariz da Esperança.

⁵⁴⁴ “Sobre o assunto diz o Sr. Ganhado para quem está presidindo na camara é o architecto Adais [sic] Bermudes antigo consocio que bastante se tem interessado pela Torre de Belem pelo que conviria talvez pedir-lhe empregasse todos os seus esforços neste sentido informando-o ao mesmo tempo do que está fazendo esta associação”.

colectividades para nomearem um delegado a sessão conferencia em que se debata a questão da Torre de Belém”⁵⁴⁵.

Dez meses volvidos, em 4 de Abril de 1919, Jesuíno Ganhado, pedindo a palavra, “pergunta se desde a ultima sessão se fez alguma cousa com respeito á Torre de Belem, ou se se deu algum andamento aos trabalhos encetados no ano findo”. D. José Pessanha diz que vai “lêr alguns documentos com a leitura dos quais responderá ao Sr. Ganhado. Lê a circular datada de 17 de Maio de 1918, circular que foi enviada a toda a imprensa e a todas as colectividades artisticas, scientificas e literarias do paiz, passando em seguida a lêr as respostas que, em numero reduzido foram recebidas. Com tão pequena ajuda e pelas circunstancias de toda a ordem que se deram e são conhecidas de todos foi, até agora absolutamente impossivel reunir os delegados dessas corporações. Prevendo, porem, no fim de Julho de que era oportuno o momento representar á comissão administrativa do Municipio ácerca da Torre de Belem e do palácio do pátio do Geraldês e assim o fêz. Quanto á Torre de Belem pede mais uma vêz que se active a campanha encetada”⁵⁴⁶.

Mais à frente, “referindo-se propriamente ao caso da Torre de Belem concorda o oradôr com o Sr. Presidente, dizendo ser absolutamente necessario que a Associação dos Arqueólogos Portuguezes tome para si uma atitude combativa procurando saber quais as relações entre a Camara e a companhia e por seu mister proprio fazer ainda tudo quanto possa concorrer para o saneamento do local adjacente á Torre de Belem, onde estão instaladas as oficinas da Companhia do Gaz. [...] Parece-lhe portanto que é de absoluta necessidade aproveitar os dias e aproveitar as horas, tomar a Associação uma ingerencia neste negocio e, apreciada a questão juridica pendente, ingressa um caminho que se possa levar á victoria, quaisquer que sejam os meios a empregar, ainda os mais violentos, porque com

⁵⁴⁵ Sessão de 7 de Junho de 1918.

⁵⁴⁶ *Ibidem*.

vida, diz o orador, não se poderá nunca ficar tranquilo perdida para sempre a Torre de Belem.

Se a questão é de dinheiro pague-se á Companhia a remoção dos seus armazens e das suas fabricas, peça-se; mendigue-se pelas ruas abram-se subscrições, emita-se uma estampilha que seja usada para todos aqueles que admiram a velha fortaleza rendilhada⁵⁴⁷.

Ao longo dos meses de Junho e Julho de 1918, chegaram à A.A.P. várias respostas ao officio-circular. Vejamos alguns exemplos: do *Grémio Técnico Português*, a “delegar o seu colega Manuel de Sousa Calvet de Magalhães para representar o Grémio na reunião [...] para protesto contra a vergonha nacional que de facto representa a conspurcação da maravilhosa Torre de Belem pelas oficinas duma companhia estrangeira⁵⁴⁸”; da *Sociedade de Estudos Pedagógicos*, a 19 de Junho, “aplaudindo calorosamente a iniciativa”; da *Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes*, em 24, dando conta da escolha do “nosso consocio sr. Engenheiro Augusto Vieira da Silva, vice-presidente desta Associação” para “fazer parte da Comissão encarregada de solicitar a transferencia da Companhia do Gaz para outro local, que não afronte a linda e gloriosa Torre de Belem” e, na mesma data, da *Academia de Estudos Livres (Universidade Popular)*, “concordando plenamente com a ideia generosa e patriotica do movimento pró-Torre de Belem” e nomeando seu representante “o sr. Dr. Manuel Santos Gil”; da *Sociedade de Sciencias Economicas e Sociaes*, de Lisboa, a 26 de Junho, indicando o seu Secretario geral para “promover a transferencia, do local em que se encontra, junto à Torre de Belem, do gazometro e respectivas officinas”; da *Sociedade “Propaganda de Portugal”*, no mesmo dia, desejosa de “resolver sobre os meios a empregar para se

⁵⁴⁷ Sessão de 4 de Abril de 1919.

⁵⁴⁸ Esta é a única sem data.

conseguir que a linda e gloriosa Torre de Belem seja em breve desafrontada da prejudicial e inestetica visinhança das oficinas do gaz” e indicando como representante “o nosso Secretario da Direcção Exm.º Snr. Manoel Roldan y Pego”; da *Liga dos Amigos do Castelo de Leiria*, em 29, dando conta que foi nomeado o sócio Afonso Verissimo d’Azevedo Zuquete, para “se conseguir que a Torre de Belem seja desafrontada das oficinas das Companhias Reunidas “Gaz e Electricidade” e dos *Amigos do Museu de Arte Antiga*, a 30, juntando “os seus esforços [sic] aos da Comissão nomeada para tratar dos meios a empregar para conseguir a remoção das instalações industriais que irreverentemente profanam a historica e formosa Torre de Belem”. Ainda, da *Academia das Sciencias de Portugal*, a 2 de Julho, dando conta que “para a defesa da estética da Torre de Belem [...] foi deliberado enviar como representante [...] o Exm.º Senhor Dr. Antonio Cabreira”; do *Instituto Arqueologico do Algarve*, em 15, visando “conseguir que a linda e gloriosa Torre de Belem seja em breve desafrontada das construcções que a roubam á veneração de nacionaes e admiração de estranhos [...] nomeou para o representar [...] o seu illustre consocio Ex.mo Coronel de cavalaria Rodrigo Antonio de Aboim Ascensão” e, já em 19 de Fevereiro de 1919, conquanto tardiamente, até do próprio *Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição da Comissão dos Monumentos*, em officio assinado pelo seu Presidente, Ventura Terra, informando que “elegeu o vogal [...] Henrique Lopes de Mendonça, para colaborar nos trabalhos [...] a fim de estudar os meios a empregar, para se conseguir que a Torre de Belem, bellissimo monumento manuelino, deixe de continuar afrontada com a visinhança da fabrica de gaz”⁵⁴⁹.

⁵⁴⁹ Todos estes documentos in A. H. da A.A.P., cx. 38. Quanto ao Conselho de Arte e Arqueologia acabaria por não participar. A sua ausência é notada noutros muitos lugares, noutras muitas ocasiões. Ver, como exemplo, a notícia “A Basílica de Mafra. Bolchevismo? Futurismo? Selvagismo?”: “O Conselho de Arte e Arqueologia com que os governos mascaram o seu desamor pelos monumentos do passado impetrou o auxilio do Poder contra os atentados de que estão sendo vítimas as estátuas do vestibulo da Basílica de Mafra...” (*Diário de Notícias*, 16 de Julho de 1919, p. 1).

5. Do cartaz de A. de Sousa ao “abaixo-assinado” de Março de 1920

“[...] feitos cartazeiros, de escada e lata de goma, andámos a pregar cartazes nas esquinas e nos cafés de Lisboa”.

Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. III, p. 113.

O gradual envolvimento da S.A.L. na salvaguarda da Torre de Belém, no momento em que se poderá dizer que esta é uma “questão [...] velha já de cabelos brancos”⁵⁵⁰, foi marcado por dois relatórios da autoria de Perry Vidal. O primeiro seria lido na sessão de 25 de Abril de 1919 por D. José Pessanha, dado Perry Vidal, por doença, não poder participar. A dimensão premonitória é a sua marca principal.

Está pois [...] longe e muito longe do seu termo esta questão que a companhia tem todo o empenho de eternizar. Se ela vence a questão em 1887 com mais sessenta dão 1947, isto é, **só em 1949 estará despachado o terreno da Camara**, estando nessa época com certeza de todo perdido a obra pensada por Garcia de Resende. Mesmo que não vença vem as chicanas que poderá [*sic*] ir impugnando, facil é obstar a que nos vinte e oito anos que lhe restam abandone os terrenos da Camara⁵⁵¹.

A 16 de Maio seguinte, o próprio Perry Vidal, apresentou à S.A.L. um texto – longo, quase como o seu nome⁵⁵² – marcado por um inventário de possíveis delongas, bem como dos meios, em igual número, para “solucionar o caso”:

⁵⁵⁰ Sessão de 9 de Maio de 1919.

⁵⁵¹ Sessão de 25 de Abril de 1919 (*sublinhado nosso*).

⁵⁵² Frederico Guilherme Alexandre Alberto Paulo António Romano Gavazzo Radich Perry de Almeida Vidal de Colloredo e Mínio.

i) “é do destino que a companhia hade apelar no caso de perder, e há de morrer no caso da Relação não levar ainda melhor”;

ii) “não é certamente dentro destes primeiros dez anos que a Camara se verá senhora do terreno e isto, já se vê, no caso dela vencer em todas as instancias”;

iii) “É inviavel, para o salvamento da T. de Belem, o caminho de se esperar pela resolução da pendencia entre a Camara e a Companhia. Não se pode pois pensar em tal assunto”.

Depois de considerar “para que nos não seja atirado ás fáces por estrangeiros e patricios a bofetada de termos, nós, arqueologos deixado perder a perola mais bela que está engastada no florão geografico da bahia de La.”, Perry Vidal defendeu, em termos veementes, os três meios “que julgo viaveis e unicos” para solucionar o caso. Foram eles:

“O **primeiro** já lembrado aqui, creio que pela primeira vêz pelo Sr. M. Sequeira e calorosamente aceite por todos os Colegas presentes nessa ocasião – O dispor meios proprios de portugueses valentes, e resolutos, e conscientes de acabar com a instalação criminosa da fabrica da Companhia”;

“O **segundo** consisti [*sic*] em comprar á Companhia o salvamento da T. de Belem e entregar o terreno liberto á Camara, debaixo, já se vê, de certas clausulas dum contracto sobre que depois se pensará, para que não seja dado de mão beijado a uma vereação possivelmente imprevidente, o esforço magno de todos nós”;

“**Terceiro e ultimo** (e este tem de ficar sob promessa de sigilo por parte de S. Exas. pelo que desde já requeiro não fique consignado na ata [*sic*] pois a sua divulgação só nos poderia levantar entraves); formar um corpo de credôres com outros amigos que sejam obrigacionistas, irmos todos perante o Tribunal do Comercio de Lx.^a requerer a declaração de falencia da Comp.^a com o incontestavel

direito que ao Credôr assiste de não confiar mais no devedor caloteiro. E assim salvaremos a T. de Belem”⁵⁵³.

Enquanto se vão contando apoios, J. Ganhado congratulava-se “pela bôa vontade que tem visto em todos nas folhas de assinaturas de protesto pela permanencia do gasometro junto da Torre de Belem. Só na Companhia dos Caminhos de ferro centenas de assinaturas”⁵⁵⁴. Na sessão de 16 de maio de 1919, usando da palavra o General C. Branco, propôs “que se aproveite a delonga da entrega da representação á Camara para se tornar mais intensiva a propaganda e o pedido de assinaturas e fixar o novo prazo para a entrega das circulares ficando marcado para o dia 31 de maio”.

O envolvimento da S.A.L. ia agora conhecer uma contribuição aparentemente invulgar no quadro dos ritos de protesto. Pela boca do presidente a Secção soube

⁵⁵³ Apesar do sigilo pedido, o secretário registou as suas palavras: “a abertura da fabrica da companhia, que juridicamente está falida há muito tempo. Poderei indicar o caminho mais detalhadamente quanto a este terceiro ponto de direito. A companhia emitiu obrigações e os compradores dessas obrigações (obligacionistas) são credores hipotecarios, pois que a obrigação é uma forma da hipoteca. A falencia pode ser declarada (art.º 185 do Cod. de Proc. Com.) quando o comerciante cessa pagamentos. A Companhia é um Comerciante. Ela cessou pagamentos ha muito tempo pois deixou de propor dividendos dessas obrigações, isto é, deixou de pagar os proprios juros da hipoteca. E deixou de pagar esses juros desde 1915. Portanto com maior brevidade poder-se-ha terminar com essa vergôonha de haver uma Companhia de Gaz que sem fornecer esse elemento tem pejado uma area enorme dentro da Cidade nas condições mais indecorosas e improprias para a estetica da Capital, devendo-se aproveitar com a maior urgencia a ocasião presente, para que a Companhia não volte a fabricar gaz naquele local, tanto mais que a Comp.^a se vê neste momento aflita com os estragos da canalização que em grande parte tem sido prestados. Meus Senhores: Pode a Associação comprar algumas dessas obrigações hoje por baizo preço? Não podendo, não tendo possibilidade de o fazer por circunstancias protectivas dos seus Estatutos ou falta de dinheiro no cofre, lembro a V. Exas. a facilidade de que todos teremos em adquirir umas dessas obrigações [...] Na mesma sessão, o Sr. Presidente dá as bôas vindas ao Sr. Navarro por voltar á vida activa desta colectividade. O Sr. Ganhado pede a palavra, falando sobre uma proposta do Sr. Bermudes de 15-8-918, para ser transferida a fabrica do Gaz, lembrando que sobre ela e na mesma data a Camara resolvera que fosse removida a fabrica do Gaz, devendo-se portanto pedir á dita Camara o comprimento dessa resolução: propõe que em vista das primeiras ileições [*sic*] Camararias se aguarde para depois de elas a entrega da representação sobre a Torre de Belem. Foi aprovado mais lembrar que deve ser nomeado um delegado junto da Camara para seguir o assunto” (sessão de 16 de Maio de 1919).

⁵⁵⁴ Sessão de 25 de Abril de 1919.

“que sobre a T. de Belem o Sr. A[lberto] de Sousa teve a bela lembrança de executar um cartáz com a Torre”. D. José Pessanha pôs, de imediato, “à disposição da ideia de ser levado a cabo o cartaz de Alberto de Sousa, “o valor material que fôr necessario para se realizar tão bela empresa!”⁵⁵⁵.

Logo na sessão seguinte “o sr. A Sousa mostra o cartáz de que se falou na sessão anterior. O Sr Presidente diz que é brilhante o trabalho do Sr A. Sousa e o Sr. R. Simões pede para que na acta se consigne um voto de agradecimento ao Sr. A. de Sousa o que é unanimemente aprovado, associando-se a essa bela ideia o Sr. M. Sequeira”⁵⁵⁶.

⁵⁵⁵ Sessão de 30 de Maio de 1919. “Perry Vidal diz que a Revista de Portugal que vai sair se ocupa da T. de Belem, publicando uma fotografia e umas palavras sobre o protesto referindo-se á obra da associação (*idem*).

⁵⁵⁶ Sessão de 6 de Junho de 1919. “O sr. D. José Pessanha fêz de motu proprio a realização de tão bela ideia pela generosa dádiva do “valor material que fôsse necessario para realizar tão bela emprêsa”, como ficou consignado na acta daquela sessão”. No relatório da gerência de 1919 ler-se-ia: “a Associação deve agradecer com particular gratidão [a] quantia de 162\$00 oferecida pelo nosso Presidente da Direcção Sr. D. José Pessanha, destinada à impressão do belo cartaz memorando o desejo nacional da libertação da Tôrre de Belem, obra impressionante do nosso consócio Sr. Alberto Sousa” (“Relatório da Gerência de 1919”, in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa, MDCCCX.XVI, p. 147).

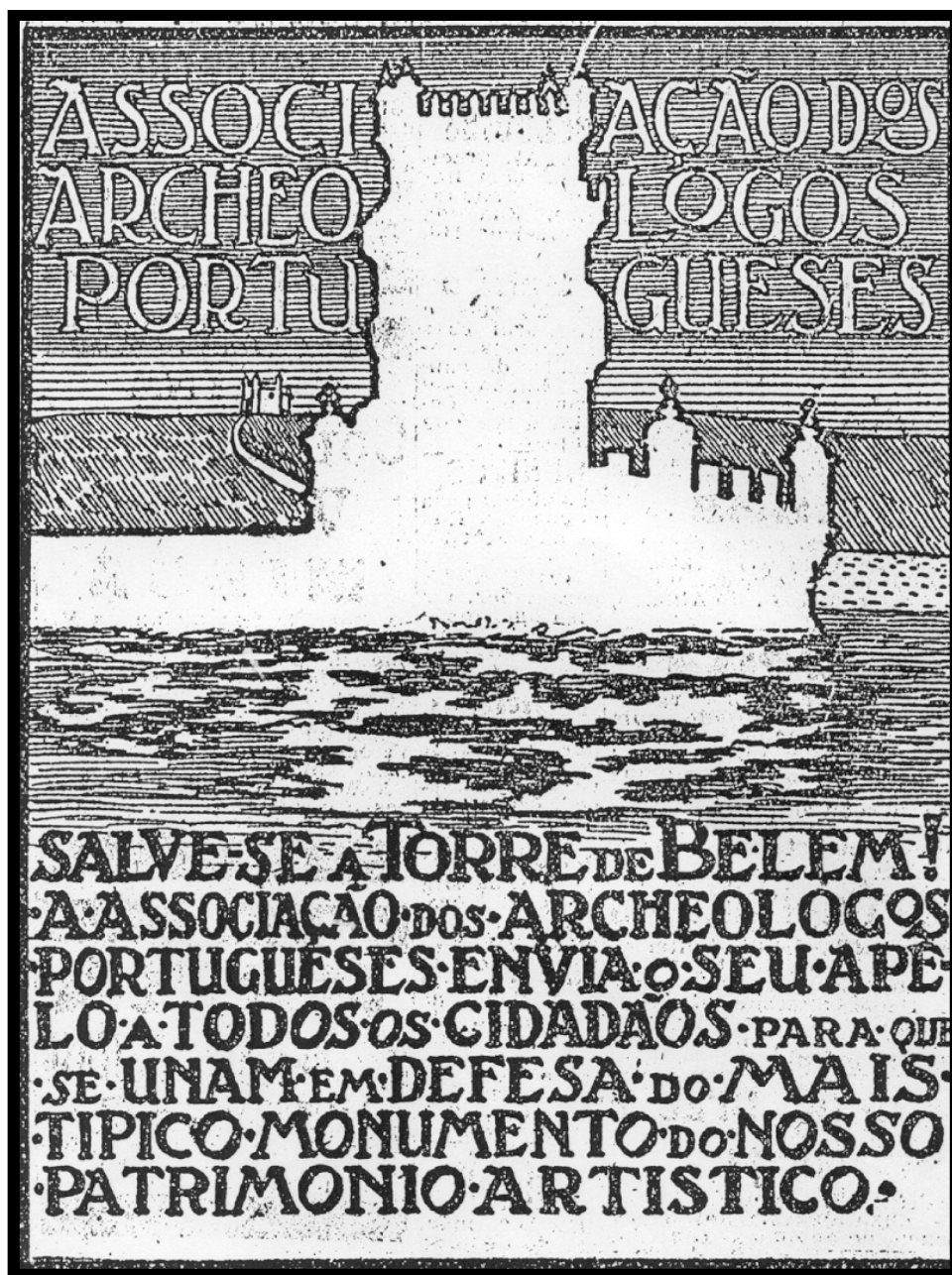


Fig. 31

O cartaz da A.A.P. por Alberto de Sousa (*Diário de Notícias*, 29 de Agosto de 1919)

O mensário dos arqueólogos, agora intitulado *Arqueologia e História*, haveria de fornecer mais dados:

“O cartaz foi impresso com as dimensões de 1,10 X 0,85m, com o título “*Salve-se a Torre de Belem*”, com o desenho desta a ouro, uma alusão à Capela da Senhora do Desterro e um dizer em letra verde do seguinte teor:

Salve-se a Torre de Belem! A Associação dos Archeologos Portugueses. envia o seu apêlo a todos os cidadãos para que se unam em defesa do mais tipico monumento do nosso património artistico.

Mandaram-se fazer 500 cartazes à *Litographia Matta*, dos quais se afixaram 480, muitos deles em localidades que eram residência de sócios correspondentes e o nosso saudoso consocio General Castelo Branco levou alguns deles para fazer propaganda nas estações da Curia e da Figueira”⁵⁵⁷.

O *Diário de Notícias*, por seu lado, foi o primeiro jornal a publicar “o admiravel cartaz do nosso presado colaborador sr. Alberto de Sousa”⁵⁵⁸. O texto, estampado na primeira página, lembrava que:

A Associação dos Archeologos Portugueses fez largamente afixar em Lisboa, um esplendido cartaz, desenho primoroso do nosso ilustre colaborador sr. Alberto de Sousa. O motivo do cartaz é ainda a patriótica campanha que a Associação encetou há já tempos, em prol da salvação da Torre de Belem, a que um vampiro, aquele maldito gazometro, anda impunemente aferrado, desde há longos anos.

O desenho de Alberto de Sousa é muito feliz. Sendo a Torre de belem [*sic*] o padrão inamovível, que ali sobre as areias do Tejo, outr’ora douradas evoca, ainda, apesar de tudo, uma epoca de ouro, pensou o sr. Alberto de Sousa que em ouro a devia celebrar e desenhou a Torre de Belem a ouro oriado de negro.

⁵⁵⁷ “Relatório da Gerência de 1919”, in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa, MDCCCXVI, p. 147.

⁵⁵⁸ *Diário de Notícias*, 28 de Agosto de 1919, p. 4.

É um cartaz cheio de arte e bom gosto que afirma mais uma vez o admirável talento de Alberto de Sousa⁵⁵⁹.

Quanto a Lisboa, palco fundamental do combate, deve ter recebido a maioria dos cartazes. Alguém que, como poucos, viveu os acontecimentos, Gustavo de Matos Sequeira, lembraria mais tarde esta faceta da “Campanha da Torre de Belém em que eu e Alberto Sousa, feitos cartazeiros, de escada e lata de goma, andámos a pregar cartazes nas esquinas e nos cafés de Lisboa”⁵⁶⁰.

Contudo, em 5 de Outubro de 1919, a *Revista de Turismo* pronunciava-se nos seguintes termos:

Como presentemente nos mantemos n’uma situação d’espectativa perante as phases porque vae passando esta momentosa questão, limitamo-nos a archivar em as nossas columnas todos os motivos que com ela se prendem.

Assim, não podemos deixar de fazer menção aos cartazes mostrando a Torre de Belem, n’um fantazioso, que a Associação dos arqueologos Portuguezes mandou afixar por todos os logares da cidade, sob a divisa de *Salvemos a Torre*.

Essa manifestação, se bem que patrioticamente intencionada, não representa mais do que um novo brado platonico a juntar aos muitos que teem já écoado por este ambiente de ideaes sonhadores.

– De positivo – nada mais⁵⁶¹.

Tal desilusão era índice de que, por meados de 1919, a descrença dentro da Secção de Arqueologia Lisbonense numa solução para o desmantelamento ou transferência da Fábrica de Gás – e, logo, na libertação da Torre de Belém – pareceu alcançar o

⁵⁵⁹ “Salve-se a Torre de Belem! / O cartaz de Alberto de Sousa”, *idem*, p. 1.

⁵⁶⁰ Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. III, p. 113

⁵⁶¹ “Torre de Belem”, in *Revista de Turismo*, Ano IV, n.º 79, Lisboa, 5 de Outubro 1919, p. 55.

seu apogeu, apesar de continuar a recolha de assinaturas⁵⁶². Quase a terminar o primeiro trimestre de 1920 o abaixo-assinado foi, contudo, entregue na Câmara Municipal de Lisboa⁵⁶³. Olhemos, com atenção, o documento posto nas mãos da edilidade lisiponense:

i) A exposição à C.M.L.

– Torre de Belem –

Entregue em 12 de Março de 1920

Associação dos Archeologos Portuguezes

Edifício Historico do Carmo – LISBOA

Exmo. Senhor

Presidente e Vogaes da Comissão Administrativa do Municipio de Lisboa

A comissão delegada da Ass. dos Archeologos Portuguezes, tem a honra de entregar nas mãos de V. Ex.^{as} uma representação de protesto contra a permanencia das oficinas das Companhias “Gaz e electricidade junto da Torre de Belem.

⁵⁶² “Dois empreendimentos ficaram em expectativa de melhor ocasião ou de mais intensa intervenção, os quais são do mais vasto alcance. Em um vai sem dúvida a honra da nossa Associação, a honra da cidade e, mais que tudo, a reputação de Portugal como nação culta e que queira defender os seus direitos de respeito internacional. Referimo-nos à inclita e formosa Tôrre de Belem. A sua libertação das mãos impuras, torpes e por demais gananciosas da suja industria do Gas e Alcatrão é uma questão de fama nacional. Infamia será por certo o seu abandono à ruína cancerosa e aniquiladora, a que parece está condenada” (“Relatório da Gerência de 1919”, in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa, MDCCCX.XVI, p. 146). Sabemos que, entretanto, chegam listas do Liceu Maria Pia, de Lisboa, Hospital da Marinha, Liceu Central de Pedro Nunes, de Lisboa, A Mundial. Companhia de Seguros, Fraternidade Militar, Companhia Geral de Credito Predial Português, Reitoria da Universidade do Porto, estas “subscritas por varios professores e assistentes desta Universidade”.

⁵⁶³ A.H. da A.A.P., cx. 18.

Este protesto vem acompanhado de 304 folhas de papel com 6.695 assinaturas de pessoas zelosas da conservação do seu patrimonio artistico e que a todo o transe desejam ver desconjustionado aquele belo padrão das nossas glorias.

Saude e Fraternidade

Edificio do Carmo, 12 de Março de 1920

A Comissão



Entregue em 12 de Março de 1920
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUEZES
Edifício Histórico do Carmo — LISBOA

Ed. Inf. A.P.
Presidente e Vogais da Comissão Administra-
tiva do município de Lisboa

A comissão delegada da Ass. dos Arque-
ólogos Portuguezes tem a honra de entregar nas mãos
de V. Ex.ª uma representação de protesto contra a
permanência das oficinas das Comproendas "Por e ultra"
cidade junto da Torre de Belém.

Este protesto vem acompanhado de 304 folhas de
papel com 6.695 assinaturas de pessoas Lusas de
conservação do seu património artístico e que a todo
o trance desejam ver desanexionado aquo todo
padrão das nossas glórias.

Saudades e fraternidade

Edifício do Carmo, 12 de Março de 1920

O Comissão

Fig. 32

Rosto do abaixo-assinado da A.A.P. (A.H. da A.A.P., cx. 38)

Exmo. Sr.

Presidente e Vogaes da Comissão Administrativa do Municipio de Lisboa – A Torre de Belem é, decerto, um dos nossos mais notaveis monumentos militares. Á sua incontestavel beleza e originalidade alia o valor e o caracter de padrão da nossa gloriosissima epopea colonial. Acresce, como, numa eloquente representação, em tempo observou a comissão dos monumentos que figurando, por excelencia, em quantas obras de erudição ou de vulgarização se referem a Lisboa, o seu desenho assumiu um caracter, por assim dizer, heraldico, mais familiar ao espirito dos estrangeiros do que ás proprias armas da cidade. Poupada pelas repetidas e por vêzes violentas catastrofes sismicas que nesta capital se tem dado, respeitada pelas balas e granadas de inimigos, – essa preciosa joia do nosso patrimonio artistico acha-se, ha alguns anos, afrontada por oficinas das Companhias Reunidas “Gaz e electricidade”, cuja laboração conspurca lastimosamente aquelas soberbas e venerandas cantarias, pondo-as tambem em perigo de ruina total, pela acção, lenta, mas poderosa, de gazes deleterios.

Debalde a comissão dos monumentos, os escritôres de arte, como Ramalho Ortigão, que ao assunto se refere numa das mais vibrantes passagens do seu livro “Do culto da arte em Portugal”, a imprensa periodica, as associações literarias e scientificas e alguns parlamentares e veriadôres da camara Municipal de Lisbôa têm vehementemente protestado contra a permanencia de tais oficinas junto da maravilhosa torre.

Apesar, porem, do malogro desses esforços, resolveu a Associação dos Arqueologos Portugêses, por iniciativa da sua Secção de Arqueologia Lisbonense, reunir extraordinariamente em Assembleia geral, com a assistencia de representantes das agremiações scientificas, literarias e artisticas do paiz, e da imprensa, para se resolver sobre os meios a empregar para se conseguir que a linda e gloriosa torre seja em breve desafrontada, pondo-se termo a uma situação que nos deshonra e que, sem a mais tenue vislumbre de exagero, pôde e deve capitular-se de vergonha nacional. Nessa reunião, que se efetuou em 27 do corrente, foram

tomadas varias deliberações, entre as quais figura a de se dirigir a V. Ex.^a esta representação.

É oportuno o momento, visto como entre V. Ex.^a, na qualidade de representantes do Municipio de Lisbôa, e as Companhias Reunidas Gaz e electricidade estão, estão segundo consta, pendentes negociações, a proposito do fabrico do gaz illuminante, que suspenso há anos em consequencia da guerra, vai agora recommençar. Espera a Associação dos Archeologos Portugueses e com ela, todos quantos se empenham em que seja respeitado e garantido o patrimonio artistico da nação, que V. Ex.^{as} se oporão com a maxima energia a que voltem a laborar as oficinas inconsideravelmente levantadas a par do precioso monumento, fazendo remover prontamente, não só essas oficinas, como tambem, até onde possivel seja, as barracas junto dele construidas, creando-lhe assim, do lado da terra, uma zona de respeito, de modo que, ao contemplarmos essa original e formosissima torre, não nos pareça que ela se ergue num bairro marroquino, mas, pelo contrario, a vejamos de novo “emergir” da area loura do Restelo, em deslumbradôra apotheose, na vasta luminosidade do ceu e da agua destacando-se das colinas de Monsanto”.

Não aguardem V. Ex.^{as} que termine um pleito que dura ha muitos anos e promete eternizar-se.

O grau de cultura de um povo pode avaliar-se pelo respeito que ele consagra aos seus monumentos.

Não consintam V. Ex.^{as} que os estrangeiros que nos visitam, recebam, logo ao entrar no belo pôrto de Lisbôa, a impressão de que somos um povo barbaro [espaço] nem queiram assumir a tremenda responsabilidade de se não oporem, por todos as formas e com a mais inquebrantavel energia, a que o tesouro artistico da nação, já tão reduzido, sofra a perda de uma das suas mais preciosas joias, que é, ao mesmo tempo, um dos mais sugestivos padrões da nossa gloria militar e maritima.

Lisboa, Edificio Historico do Carmo, em 29 de Abril de 1919

ii) Qual era o texto do abaixo-assinado?

Os abaixo assinados protestam energeticamente contra a permanência da Fabrica de Gaz junto da Torre de Belem, e declaram dar todo o seu apoio á campanha encetada pela Associação dos Archeologos Portugueses no sentido de libertar essa preciosa joia do nosso patrimonio artistico de uma vizinhança que tanto a prejudica, chegando mesmo a pôr em perigo a sua conservação.

iii) Quem eram os principais proponentes?

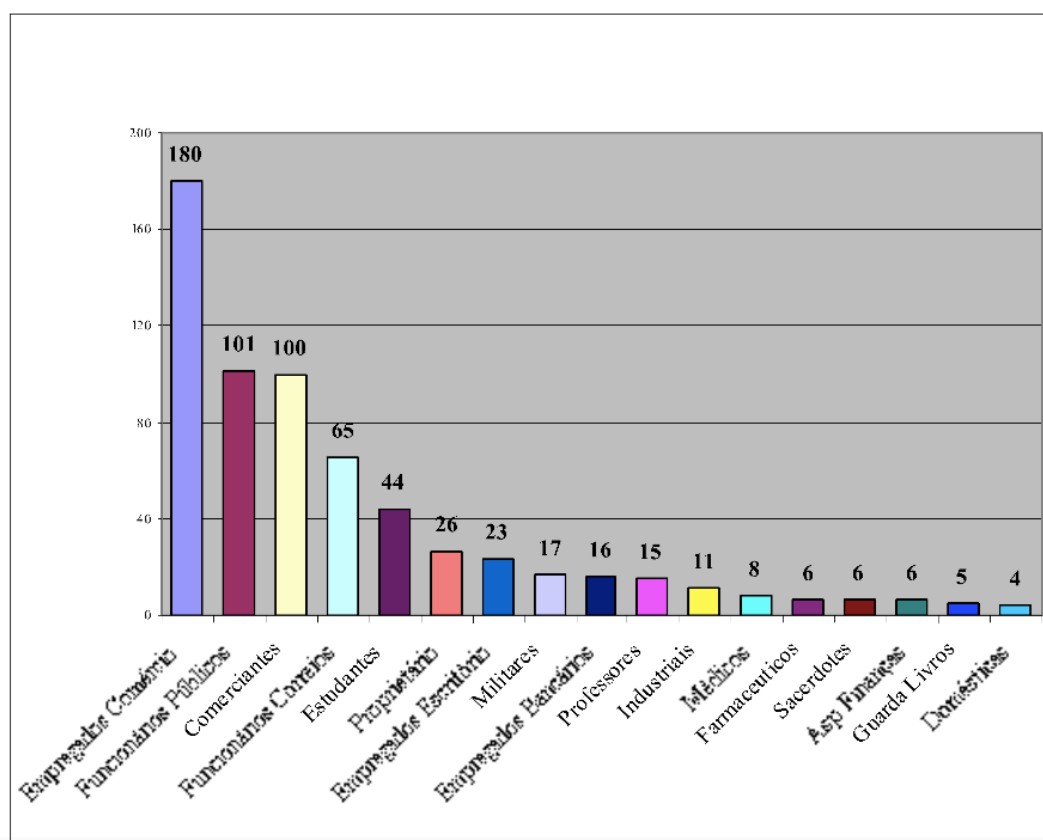
D. Jose Pessanha
Jose Queirós
Dr. Felix A. Pereira
Dr. Luiz X. da Costa
Jesuino A. Ganhado
Dr. Joaquim M. Fontes em seu nome e no da Sociedade Portuguesa de Sciencias Naturais
Jose E. da Cunha S. Castel Branco, general da reserva
Francisco S. O'Sullivand
Jose R. Simões
Jose F. Braga
Frederico G. R. Gavazzo Perry de Almeida Vidal
Eduardo da Cunha e Costa (Pisões)
Gustavo de M. Sequeira
Francisco N. de Brito
Dr. Thomaz de Melo Breyner
D. Sofia de Sousa Viterbo
João José Pinto
José Artur Barcia
H. O' Connor Martins
Pedro Joyce Diniz
Alberto G. Navarro
Mario Alão da Veiga
Pedro Augusto de Azevêdo
Bernardino Jose de Carvalho
Filipe E. de Almeida Figueiredo
Antonio Rodrigues Tocha
João Eloy N. Cardoso
João Firmo
Francisco A. Garcez Teixeira

iv) E as folhas de assinaturas... quem as subscreveu?

Para além das 304 folhas com 6695 assinaturas entregues na Câmara Municipal de Lisboa, de que se desconhece o paradeiro, encontrámos, passados oitenta anos, nos arquivos da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 35 folhas com cerca de 700 assinaturas.

Quadro II

Principais profissões do Abaixo-Assinado da A.A.P.



Fonte: A.H. da A.A.P., cx. 38

Entre esses 691 nomes que indicam a profissão, dos quais alguns são ainda hoje conhecidos – assim acontece com Alberto Sousa (“pintor d’Arte”), Esculápio (“redactor do Seculo”), José Viana da Mota (“musico”), Pardal Monteiro (“arquitecto”) – o estudo das profissões do vasto número de anónimos permitiu-nos tentar esboçar o retrato social dessa massa protestante pela salvaguarda da Torre de Belém.

A ocupação mais frequente dos sobrescritores do abaixo-assinado era o comércio (40%), sendo 26% empregados e 14% patrões; a que se seguia um número também elevado de funcionários públicos (15%) e, não deixando de ser também importante, o número daqueles que encontravam ligados aos Correios (9,4%). Por ordem decrescente de importância, assinala-se ainda a presença de estudantes (6%), proprietários (3,8%), empregados de escritório (4%), militares (2,5%), professores (2,2%), industriais (1,6%), médicos (1,2%), sacerdotes (0,9%), farmacêuticos (0,8%), guarda-livros (0,7%) e domésticas (0,6%). Entre as ocupações menos frequentes referidas no abaixo-assinado da A.A.P são de registar⁵⁶⁴:

Jornalista	3	Solicitador	1
Ferroviário	3	Engenheiro civil	1
Oficial Marinha Mercante	3	Pagador	1
Impressor/tipógrafo	3	Publicista	1
Engenheiro	3	Relojoeiro	1
		Vendedor ambulante	1
Negociante	2	Polícia	1
Arquitecto	2	Servente	1
Enfermeiro	2	Professor de música	1
Encadernador	2	Operário	1
Capitalista	2	Camaroteiro	1
Cobrador	2	Estucador	1
Advogado	2	Deputado	1
Despachante oficial	2	Electrecista	1
Ourives	2	Empregado (?)	1
Gravador	2	Estufador	1
Alfaiate	2	Agricultor	1
		Serralheiro	1
Musico	1	Químico	1
Livreiro	1		

⁵⁶⁴ Os números à frente das profissões representam o total de elementos referenciados por profissão.

Quanto à Secção de Arqueologia Lisbonense, tão activa durante a década de 10, com os seus “brados pela libertação da Torre de Belém das mãos impuras da suja indústria do gás e alcatrão”⁵⁶⁵, pareceu renunciar à luta na década seguinte. Nem mais um protesto nas suas reuniões. Nem mais uma só palavra nas suas actas⁵⁶⁶.

Perry Vidal – com arreganhos clarividentes e premonitórios – admitiu numa sessão da S.A.L. que “só em 1949 [estaria] despachado o terreno da Camara”. No capítulo seguinte, procuraremos confirmar se o prognóstico desse olisipógrafo estaria correcto.

⁵⁶⁵ Conde de São Paio (D. António), “Para a História da Associação dos Arqueólogos Portugueses”, in *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. IV, Lisboa, 1938, p. 31.

⁵⁶⁶ “Relatório da Gerência de 1920”, in *Arqueologia e História*, vol. V, Lisboa, MDCCCX.XVI, p. 147.

CAPÍTULO V – 1923/1950

A obra do Estado Novo

1. Introdução

“Sim. Pode dizer-se que nunca nos resignámos a ver a fábrica naquêlê lugar; a sua permanência junto a um dos mais belos monumentos do País representava como que um espinho latente na opinião geral. Periòdicamente, surgiam as campanhas de imprensa, acompanhadas sempre com interêsse, muitas vezes com aplauso – e não raro ligadas a campanhas políticas. Uma parte da população, menos combativa ou mais acomodaticia, considerava o caso insanável, irremediável, tomava-o como símbolo de velhos erros sem cura. Outra parte, porém, procurava remediar o que não estava certo”.

Revista Municipal, 1940, Ano I, n.º 3, pp. 71-72.

Dilacerada no seu íntimo e, no que se refere à questão da Torre de Belém, aparentemente esgotada pelo abaixo-assinado de 1920, a I República pouco mais balbuciou até ao seu *terminus* sobre este problema. Conhecem-se três excepções.

Em 1923, o Governo da República nomeou uma Comissão para “estudar as condições em que pode ou deve ser feita a mudança da fabrica de gaz de Belem para outro local”⁵⁶⁷. No ano seguinte, o vereador olisiponense Beirão da Veiga, “considerando que compete ás câmaras municipais proporcionar a todos os municipes as vantagens do progresso da sciencia, procurando acompanhar êsse

⁵⁶⁷ Sessão da Comissão Administrativa das C.R.G.E. de 19 de Junho de 1923, p. 25. Acrescenta o texto: “O Conselho resolve, ratificando as declarações do Sr. Dr. Antonio Centeno e aderindo, em principio, á mudança da fabrica, que seja enviado um officio ao Exmo. Sr. Presidente da referida Comissão participando que, segundo estudos tecnicos ha tempo efectuados, nenhum local se encontra apropriado ao indicado fim senão aquele que existe entre a nossa Central e a doca de Belem” (*ibidem*).

progresso não só sob o ponto de vista economico, mas tambem sob o ponto de vista industrial e de vida doméstica [...] considerando que são vastas hoje as aplicações do chamado gás de iluminação e que muito antiquadas estão já as instalações que permitem ás Companhias Reunidas Gás e Electricidade fornecerem [*sic*] aquele gás á cidade de Lisboa”⁵⁶⁸, propôs que a Câmara Municipal de Lisboa convidasse o seu “ilustre engenheiro contractado, sr. Tito de Sousa Lopes” a fazer o mais breve possível os seus estudos e que “na devida oportunidade” a Comissão Executiva inicie com as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, “as negociações necessárias procurando acordarem nos seguintes pontos:

1.º As novas instalações serão estabelecidas de forma a libertar as vizinhanças da Torre de Belem⁵⁶⁹.

Na sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa de 21 de Janeiro de 1926, Alfredo Guisado dando conta que constava “que se pensava pôr a funcionar novamente o gasómetro instalado proximo da Torre de Belem, essa bela joia architectonica que nos recorda os feitos dos nossos antepassados, o que constituiria um crime [...] e, por isso, lembrava ao sr. Presidente da Comissão Executiva a conveniencia de officiar á Companhia do Gaz, fazendo-lhe ver os inconvenientes do funcionamento do gasómetro”⁵⁷⁰.

⁵⁶⁸ C.M.L., Sessão de 18 de Novembro de 1924, p. 381.

⁵⁶⁹ *Ibidem*.

⁵⁷⁰ *Actas das Sessões da Comissão Executiva da Camara Municipal de Lisboa, Ano de 1926*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1926, p. 36. Nesta mesma sessão o vereador Alexandre Ferreira leu uma proposta, que disse “ter sido sugerida pelo Diario de Lisboa, que elogia: “Considerando que é da maxima conveniencia evitar que se percam alguns belos especimens da antiga architectura citadina que ainda existem na nossa capital, e; considerando que esses especimens, depois de devidamente classificados, devem merecer especiais cuidados por parte das vereações em quanto á sua conservação; Tenho a honra de propôr: Que seja nomeada uma comissão composta do chefe dos Serviços de Architectura, dos pintores Roque Gameiro e Alberto de Sousa, que tanto se teem dedicado ao estudo das epochas quinhentista e seiscentista, do arqueologo Matos Sequeira e engenheiro Vieira da Silva, tambem arqueologo distinto para procederem ao estudo e classificação dos predios existentes das epochas referidas ou outras e que proponham quais merecem as honras

A documentação consultada não nos diz se a Câmara terá escrito às C.R.G.E. devido à tensão existente entre as duas entidades, acentuada significativamente em 1925 com o desenlace do último duelo que se travou em Lisboa, e que envolveu o monárquico António Centeno, presidente das C.R.G.E. e o vereador e vice-presidente da C.M.L., o republicano António Beja da Silva. Dois dias depois do Natal de 1925, terminou com a morte deste um afrontamento nascido da tentativa das C.R.G.E. de elevarem o preço de aluguer dos contadores de gás a que a C.M.L. se opôs, assumindo-se Beja da Silva como o paladino do descontentamento popular.

E, entretanto, que acontecia no País? Enquanto os campos republicano e monárquico agonizavam nas águas da nossa democracia parlamentar, Portugal viu ancorar a “revolução nacional”. E ali estava, em Belém, a Torre de S. Vicente que, na sua dupla estrutura, se apresentava como o monumento ideal para a nova ordem: a “torre” do castelo medieval, um “período histórico que gozou de especial fervor e favor, tanto na esfera do imaginário como na prática dos historiadores e ideólogos do Estado Novo”⁵⁷¹ e o “baluarte” – “essa plataforma saliente e angulosa destinada a receber artilharia pesada”⁵⁷² – coevo dos tempos mais heróicos da nossa história, quando os contemporâneos daquela *nau de pedra* (como lhe chamou Aquilino Ribeiro⁵⁷³) cruzaram os mares na “época mirífica dos descobrimentos”⁵⁷⁴. Por isso, foi assim que “iniciada a revolução nacional, logo o problema da Torre de Belém e

de constituir padrões do passado para ilucidação dos estudiosos e apreço dos que se dedicam a investigações desta natureza”. Admitida e submetida á votação é esta proposta aprovada por unanimidade” (*idem*).

⁵⁷¹ João Medina, “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do salazarismo”, in *História de Portugal* (João Medina, dir.), vol. XII, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, p. 34.

⁵⁷² Rafael Moreira, “A Torre de Belém”, *O Livro de Lisboa* (Irisalva Moita, coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 178.

⁵⁷³ Aquilino Ribeiro, “A Torre de Belém”, in *O Século*, 2 de Novembro de 1949.

⁵⁷⁴ *Notícias Ilustrado*, ano IV, Série II, n.º198, 27 de Março de 1932, p. 20.

da Fábrica foi enfrentado com boa vontade e inteligência, que em vez de demandarem prepotências atrabiliárias procuraram as bases possíveis de conciliação e de acção comum”⁵⁷⁵, com os resultados que seguem para aquela “sentinela e memória sempre viva do nosso Génio Colonizador”⁵⁷⁶, que “abastardados portugueses, do mais criminoso período de ignorância da nossa história, puderam deixar até ao abandono em que a nossa geração a veio encontrar”⁵⁷⁷.

2. Do contrato de 1928 ao contrato de 1935.

Foi com uma Comissão Administrativa filha do 28 de Maio de 1926 à frente da Câmara Municipal de Lisboa – e que sabemos “composta exclusivamente de militares”⁵⁷⁸ – que foi assinado em 1928 um novo contrato entre o Município e as C.R.G.E., “retomando o princípio de colaboração e entendimento já vantajosamente adoptado e efectivado em 1901 para a transferência do Gasómetro erguido junto à Torre”⁵⁷⁹. Este novel acordo estabeleceu, no seu Art. 11.º, todo ele dedicado à Fábrica de Belém, que

No prazo de três anos, a contar da data em que o terreno fôr posto á disposição da concessionária e depois de cumprido pela Câmara o disposto no § 1º as actuais instalações da concessionária junto á Torre de Belem, serão completamente

⁵⁷⁵ Jaime Lopes Dias, *op. cit.*, p. 72.

⁵⁷⁶ Leitão de Barros, “Uma grande obra nacional que honrará quem a levar a cabo”, in *Noticias Ilustrado*, n.º 299, 1934, p. 12.

⁵⁷⁷ *Ibidem*.

⁵⁷⁸ Os próprios escreveram: “composta exclusivamente de militares, e não de negociantes, que são os peritos em negócios a efectuar em qualquer região do Globo, incluindo na China” (Sessão da C.M.L. de 8 de Outubro de 1929, *Boletim da C.M.L.*, Ano III, n.º 126, p. 9).

⁵⁷⁹ Jaime Lopes Dias, *op. cit.*, p. 72.

mudadas para outro local. Para êsse efeito, uma comissão composta por dois engenheiros da Camara, dois outros da concessionária e presidida por um engenheiro nomeado pelo Ministerio do Comercio e Comunicações organizará no prazo maximo de seis mêses a partir da data da aprovação pelo Governo do presente contracto, o projecto de orçamento da demolição, transfereência e reconstrução equivalente das referidas instalações para local que esta comissão escolherá e cuja situação será tanto quanto possível idêntica á actual, estudando e orçamentando igualmente, as necessarias modificações da canalização⁵⁸⁰.

Mais acrescentava o referido artigo:

Se a comissão de que trata êste artigo, não escolher por unanimidade local que permita á concessionária o exercicio da sua industria nas mesmas condições economicas que lhe permite a actual Fabrica de Belem, fica desde já entendido que a transferencia será feita para os **terrenos municipais da Rua Bartolomeu Dias**, os quais a Municipalidade dará em aluguer á concessionária, durante a concessão, mediante uma renda anual de três centavos ouro, por metro quadrado⁵⁸¹.

Jaime Lopes Dias, que seria na *Revista Municipal* o primeiro *historiador* do afrontamento, escreveu a propósito em 1940: “Era, enfim, por parte das Companhias, a aceitação contratual da mudança. Era, enfim, por parte da Câmara, a compreensão e reconhecimento de que não devia querer impôr, pura e simplesmente, a abolição de direitos licitamente adquiridos”. Enfronhando-se,

⁵⁸⁰ A.C., *Livro de Notas [Escrituras] N.º 3*, pp. 8-9. Também Quirino da Fonseca, *Relatorio sobre o novo contracto para o fornecimento de gás e energia electrica á Cidade de Lisboa e texto do mesmo contracto*, Lisboa, Tipografia Municipal, 1928. Recorremos ao exemplar do Gabinete de Estudos Olisiponenses (DDP 446-G), ainda por abrir, que contém uma dedicatória do autor “Ao Ilustre Director do Instituto Superior Técnico, Ex.mo Snr. Engenheiro Duarte Pacheco. Homenagem do seu admirador. Quirino da Fonseca. 17 de Março de 1928”.

⁵⁸¹ A.C., *Livro de Notas [Escrituras] N.º 3*, p. 9. Acrescentava ainda: “facilitando além disso a Câmara o acesso, subterraneo ou de outra natureza, entre êsses terrenos e o cais de desembarque, mais conveniente aos serviços da concessionária e suportando metade das despesas a fazer com a construção dêsse acesso” (*sublinhado nosso*).

depois, por uma já conhecida dissertação sobre as dificuldades: “As boas vontades evidentes que êsse contrato evidenciava não puderam no entanto ainda ir além de um aspecto concreto: – fixar princípios equilibrados. O problema, pode dizer-se, passou a visionar uma solução. Essa solução, porém, ficou ainda em suspenso...”⁵⁸².

E a sempre atenta imprensa como olhou este contrato? F. de Souza, em *A Voz*, de 3 de Março de 1928, exclamou: “EMFIM ! A Torre de Belem desafrontada”.

Temos seguido com justificado interesse a acção da Comissão Administrativa da cidade de Lisboa [...] Ao lermos ontem o resumo do novo contracto com a Companhia do Gaz e Electricidade encontrámos uma prescrição que nos causou gratissima surpresa. Dentro de três anos devem estar removidas das imediações da Torre de Belem todas as instalações da Companhia do Gaz, sendo em seguida o local ajardinado. Emfim !

Desde que mourejo na Imprensa, quantas vezes tenho protestado contra o imperdoavel atentado que se praticou, indo justapor a um dos nossos mais formosos monumentos, padrão, com os Jeronimos, do período glorioso da nossa epopeia marítima, um acervo de sujidades industriais, afrontando-o como contraste, conspurcando e deteriorando com a negra fumarada as suas cantarias ! Debalde ergueu o seu brado a Sociedade *Propaganda de Portugal*, logo que se constituiu. Apenas se conseguiu a remoção do gazometro, mas ficou o vomito negro das suas dependencias.

Bem haja a Comissão Administrativa, que vai realizar o voto ha tanto tempo formulado e atender os veementes protestos e reclamações de quantos tem o culto da arte e desejavam pôr termo a uma autentica vergonha nacional [...] por isso todos devemos ficar gratos á Comissão Administrativa de Lisboa por a desafrontar de vez das sujidades industriais, cuja visinhança nos envergonhava.

E durou esse oprobio tantos anos!⁵⁸³.

⁵⁸² *Ibidem*.

⁵⁸³ *A Voz*, 3 de Março de 1928, p. 1.

Que conseguiu, afinal, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, a que os coevos deviam “bem-hajas” e “ficar gratos”, segundo o articulista de *A Voz*? A resposta encontrá-la-íamos em 1932 no *Diário de Notícias* de 5 de Fevereiro, em artigo intitulado “A Torre de Belém vai ficar liberta dos gasómetros da Companhia do Gás”:

A notícia de hoje será grata a todos os que têm o culto por Lisboa, pois vai finalmente libertar-se dos horríveis gasómetros da Companhia do Gás, essa preciosa joia arquitectónica que é a torre de Belem.

Na sua sessão de ontem, a comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa [...] aprovou a localização definitiva, nos terrenos municipais fronteiros à rua Bartolomeu Dias, das novas instalações da fábrica do Gás que se encontram, actualmente junto da Torre.

Vai assim, finalmente, acabar-se com essa vergonha dos gasómetros, dos barracões e das pilhas de carvão emparedando tão formoso monumento que de tanto fumo a que tem estado exposto se encontra sujo e negro⁵⁸⁴.

Para a escolha do local para onde serão transferidas as instalações da fábrica do Gás, foi nomeada uma comissão que deu o seu parecer designando os terrenos da rua Bartolomeu Dias, entre Pedrouços e a Praça Vasco da Gama⁵⁸⁵.

Importa sublinhar neste texto – que traduz quatro anos de envolvimento da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa na questão da Torre de Belém – a conclusão aliás já esboçada no contrato de 1928: a Fábrica de Gás mudar-se-ia das cercanias da Torre de Belém para perto dos Jerónimos.

⁵⁸⁴ “Áparte estas circunstancias já de si bastantes para libertar a Torre, acresce ainda uma outra gravíssima: a explosão de um dos gasómetros que poderia destruí-la em parte, perdendo-se assim um dos mais valiosos elementos do nosso patrimonio artistico e historico” (*ibidem*).

⁵⁸⁵ “Na reunião de ontem da C. A. foi tambem aprovado continuar as negociações para ser feita a transferencia de harmonia com o contrato entre a Camara e as Companhias Reunidas do Gás e Electricidade” (*ibidem*).

Em desespero de causa, António Prata, jornalista dos *Écos de Belém*, solicita a nossa atenção ao escrever o texto que se segue, ilustrado com um desenho de F. Valença:

Não tenhamos ilusões. Demolir o famoso gazómetro é tarefa árdua e difícil. Tam difícil como convencer o camarada António Ferro que o seu *Estandarte* não tem valor, evitar que o Sr. Júlio Dantas nos fale da “Severa” ou tentar que o Dr. Manuel Heleno penteie o seu cabelo rebelde. Uma só solução se nos apresenta: – pedir ao sábio Dr. Leite de Vasconcelos que passe pelo local do *crime* e mande remover aquela jóia arquitectónica para o nosso Museu Etnológico. Só assim, dando-lhe lugar condigno junto dos objectos pré-históricos, é que nos veremos livres dum *bichinho* que, embora *precioso* e *útil*, tem já direito a aposentação, com fumo e canudos por inteiro...⁵⁸⁶

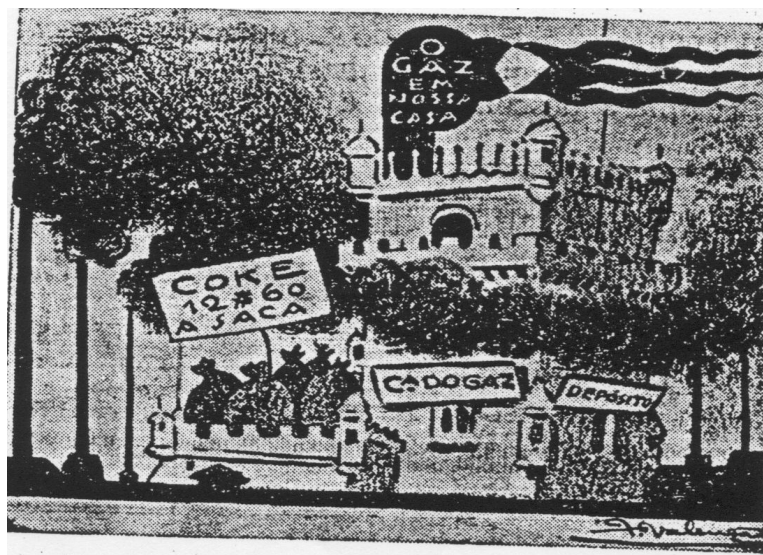


Fig. 33

Écos de Belém, ano I, n.º 16, 16 de Agosto de 1932, p. 5

Contrastando com o desenho de Valença, marcado pela poluição e abastardamento da Torre graças ao “formosíssimo gazómetro, honra e glória da nossa fréguesia...”

⁵⁸⁶ Cf. António Prata, “O Gasómetro de Belém”, in *Écos de Belém*, Ano I, n.º 16, 16 de Agosto de 1932, p. 5.

⁵⁸⁷, o *Noticias Ilustrado* publicara na sua capa, algum tempo antes, uma foto da Torre, onde se podia ler numa legenda⁵⁸⁸:

“FINALMENTE ! Vai ser desafrontada a Torre de Belem, padrão incomparavel da gloria nacional”.



Fig. 34

Noticias Ilustrado, n.º 198, II Série, 27 de Março de 1932

⁵⁸⁷ *Écos de Belém*, ano I, n.º 16, 16 de Agosto de 1932, p. 5.

⁵⁸⁸ *Noticias Ilustrado*, 198, II Série, 27 de Março de 1932.

3. Duarte Pacheco, a emergência do papel do Estado e o contrato trilateral de 1935

“[...] o energico ministro de então e de hoje, engenheiro Duarte Pacheco, cujo nome vem nos *Lusiadas*”.

Alberto de Oliveira, *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1938.

Em contraponto com a capa do *Noticias Ilustrado* que não nos diz quando, nem como, nem por quem, a Torre de Belém seria “libertada”; eis que, em 1934, Leitão de Barros pareceu descobrir a solução para o caso: o engenheiro Duarte Pacheco, clone (como sugeriu Alberto de Oliveira⁵⁸⁹) do Duarte Pacheco (Pereira) que assinou o Tratado de Tordesilhas, aquele “*Pacheco fortíssimo*”⁵⁹⁰, “*o grão Pacheco, Aquiles Lusitano*”⁵⁹¹, “*o grão Pacheco ousado*”⁵⁹² ou “*o Pacheco, que tem asas, / Por dous passos num tempo; mas voando / Dum noutro, tudo irá desbaratando*”⁵⁹³.

A história dessa descoberta encontra-se no essencial delineada num seu texto antológico – “Uma grande obra nacional que honrará quem a levar a cabo”⁵⁹⁴ – publicado também no *Noticias Ilustrado*. A primeira referência a Duarte Pacheco é, em si, uma verdadeira pérola: “O Sr. Ministro das Obras Publicas é Alguém”. Depois, foi sobretudo surpreender um esforço mobilizador de Duarte Pacheco para

⁵⁸⁹ Alberto d’Oliveira, “Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1938, p. 1. Tal como Salazar foi associado aos painéis de Nuno Gonçalves, concretamente a “Estevam Affonso, o financeiro da Companhia de Lagos (Cf. *O Resgate Nacional*, 1 de Outubro de 1934).

⁵⁹⁰ *Os Lusiadas*, Canto I, estância 14.

⁵⁹¹ Canto X, estância 12.

⁵⁹² *idem*, estância 15.

⁵⁹³ *Idem*, estância 14.

⁵⁹⁴ Leitão de Barros, “Uma grande obra...”, in *Noticias Ilustrado*, n.º 299, Série II, 1934, p. 12.

o caso; construindo Leitão de Barros um discurso sobre o próprio ministro das Obras Públicas, de que a impressão mais funda que a leitura do artigo nos deixa é a de que se ele se interessar, ele faz.

Não lhe dizemos por lisonja banal nem por entusiasmo político que não temos. A sua obra ficará, já hoje, indestructível, quer queiram quer não os detractores eternos, como uma das mais notáveis afirmações de espírito moderno na renovação do país. Temos visto que faz poucos discursos – mas que produz algumas obras. Quando se fizer a história imparcial dêste período político e se vir claramente, onde estão os acêrtos e os êrros temos a convicção plena de que a sua figura ocupará um lugar que, para muitos, se afiguraria exagerado agora. Pois bem: o engenheiro sr. Duarte Pacheco nomeou, sem alardes, uma comissão para estudar em 20 dias a remoção das instalações da Companhia do Gaz. Prende-se essa iniciativa com a libertação definitiva da Tôrre de Belém. É preciso que assim seja. É preciso que o engenheiro e professor Sr. Duarte Pacheco ligue o seu nome a esta obra, fundamental para a dignificação do país, que é preciso servir, sem desfalecimentos, agora mais do que nunca, cada um na sua esfera de acção e com entusiasmático esforço [...] Não se trata de patriotismos fáceis, que seriam já hoje grotescos. Trata-se da consciência da nossa civilização e do legítimo direito de a defender. Não têm nome os atentados feitos ao vetusto e venerando monumento! [...] Não pode isto continuar assim ! Exige-o o decôro duma população inteira, consciente de que a sua dignidade coletiva não é um palavrão ôco, mas um sentimento forte e íntimo que há que respeitar⁵⁹⁵. Quem conseguir isto terá feito uma grande obra nacional, digna do agradecimento de todos os portugueses – digna da admiração de todo o mundo culto. Conseguirá, o sr. engenheiro Duarte Pacheco, interessar-se por ela e levá-la a cabo ? Porque, o preciso é êle interessar-se. Se se interessa, realiza-a pela certa !⁵⁹⁶.

⁵⁹⁵ *Ibidem*.

⁵⁹⁶ Leitão de Barros, *ibidem*. Na imprensa de então recolhemos estouta notícia: “Conferencias Ao Ar Livre. O sr. dr. Reinaldo dos Santos falou ontem, junto da Torre de Belem, acêrca da admiravel fortaleza manuelina”, in *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1934.

E foi, na verdade, Duarte Pacheco o impulsionador da decisão fulcral: a mudança da Fábrica de Gás não para junto dos Jerónimos mas para a Matinha, como nos insinuam os *Écos de Belem* de 1 de Março de 1934:

Será desta vez?... [...] sabemos de ante-mão, que acaba de ser nomeada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações uma comissão que, num curto período de tempo, vai estudar a maneira de conseguir a mudança das Fábricas do gaz do Bom Sucesso para a Matinha, local em que poderão funcionar à vontade, sem receio de danificar qualquer monumento histórico. [...] Sabemos que a Junta

da nossa freguesia tem trabalhado denodadamente para que essa mudança seja um caso positivo, e como nós também aqui temos freqüentes vezes mostrado êsses mesmos desejos, eis porque nos sentimos radiantes com a resolução ultimamente tomada pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Há muita gente que não se convence que êsse tão importante melhoramento se torne realidade; nós, porém, convencemo-nos que o há-de ser, e que desta vez é que talvez seja certo ! Oxalá !⁵⁹⁷

As actas (inéditas) do Conselho de Administração das Companhias Reunidas Gás e Electricidade do último trimestre de 1934, por seu lado, revelam-nos aspectos do problema que merecem alguma atenção:

i) a crítica de Duarte Pacheco à nova localização – “o Snr. Ministro das Obras Publicas chamou-me [A. Centeno] e disse-me que o Governo não estava de acordo em que a fabrica de gaz fosse transferida para esse local, pois não se comprehendia que ella sahisse de ao pé da Torre de Belem para ir para junto dos Jeronymos”;

ii) a indisponibilidade (de parte?) da administração das C.R.G.E., traduzida na frase do Conde de Águeda – “não é por nossa vontade que a fabrica sai d’onde está”;

iii) o cepticismo do presidente do C.A. das C.R.G.E., António Centeno – “Devo dizer a V. Exas. que encontro enormes dificuldades na transferencia da fabrica de Belem” e “a situação, como vêem, está pouco clara e eu não sei como resolver o assumpto”, que se modera, contudo, quando diz: “proveitei ainda a ocasião para lhe [Duarte Pacheco] pedir que mandasse fazer as obras da conquista do terreno [da Matinha]”;

⁵⁹⁷ *Écos de Belém*, ano III, n.º 53, 1 de Março de 1934, p. 3.

iv) a vontade de Duarte Pacheco – “Creio que o Snr. Ministro está convencido de que essas obras serão feitas e põe n’isso todo o seu esforço”⁵⁹⁸.

Difícil, pois, articular estas posições? Impossível? Aparentemente, seguindo o *Diário de Lisboa*, “é coisa de muito simples solução, desde que haja um pulso energico e decidido para o fazer !”⁵⁹⁹. Esse “pulso enérgico” haveria de rubricar em 1935 o decreto-lei n.º 25726, de 28 de Agosto, celebrado entre o Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, verdadeira “chave da solução definitiva”, como lhe chamou a *Revista Municipal*.

Esse naco de prosa legiferante, constatou, em primeiro lugar, a afronta da Fábrica à Torre:

Constitue uma velha aspiração dos habitantes de Lisboa ver desafrontada a Tôrre de Belém da vizinhança das instalações de gás das Companhias Reünidas Gás e Electricidade, vulgarmente conhecidas sob a designação de Fábrica de Belém. Uma tal vizinhança não só prejudica a estética do local e o quadro que deve servir de moldura à referida Tôrre como também dá origem a degradações nos materiais que a constituem, pelo ataque químico dos fumos ácidos produzidos na Fábrica. É a Tôrre não só uma autêntica jóia de arquitectura dentro do património do passado que conseguiu chegar até nós; salvando-se dos estragos que os elementos e a mão do homem tantas vezes originaram, mas ainda um gloriosos padrão que

⁵⁹⁸ A.H. da E.D.P., Acta n.º 863 do C.A. das C.R.G.E. de 17 de Novembro de 1934, p. 51 e seguintes sob a epígrafe: “Fabrica de Gaz”.

⁵⁹⁹ O *Diário de Lisboa* deitou na mesma edição alguma lenha para a fogueira lembrando um caso análogo passado em Paris: “Embora já tardiamente, acabe-se com essa permanente vergonha, transferindo, para outro local a indecorosa instalação da Companhia do Gás, e, como fez, em Paris, Adolphe Chérioux, antigo presidente do Conselho Municipal, a serviços identicos, sitos no bairro de Baugirard [=Vaugirard], execute-se nesse valioso e memoravel lugar, conquistado ao Tejo, um florido jardim de gôsto genuinamente português [...] Mas, nestes casos extremos – dizemos nós – , em que, além da estética ulissiponense [*sic*], está afectado o decôro nacional, o que está mal emenda-se, o que se oponha a isso revoga-se” (*ibidem*).

nos ficou da época imorredoura dos descobrimentos, a atestar o esforço gigantesco que Portugal despendeu em prol do progresso e difusão da civilização.

Depois, considerando lógico “que se tenha procurado, desde há muito, remover daquele local a Fábrica de Gás de Belém”.

Várias vezes o problema foi encarado, mas, dada a sua complexidade e mais razões que já agora nenhum interêsse há em comentar, certo é que nada se fez no domínio das realizações.

Recentemente ainda, em 1928, a Câmara Municipal de Lisboa, ao celebrar um novo contrato com as Companhias Reünidas Gás e Electricidade, aproveitou a oportunidade para procurar obter a desejada remoção da Fábrica, fazendo inserir no referido contrato uma cláusula por meio da qual julgou poder prestar à cidade o inestimável serviço de libertar a Tôrre da incómoda e pernicioso vizinhança da Fábrica.

Depois de laboriosos e demorados estudos feitos por uma comissão para tal fim nomeada, houve de reconhecer-se que mais uma vez não fôra atingido o objectivo em vista.

E se releva a “firme decisão de procurar remédio para a resolução dêste assunto”, tomada pelo “actual governo”:

Foram estudadas as obrigações emergentes do contrato de 1928, os terrenos que possivelmente poderiam servir para as novas instalações da Fábrica e o aspecto financeiro do problema.

Assente o local para a instalação da nova Fábrica, verificou-se que, além dos trabalhos previstos em 1928, se tornava conveniente e tècnicamente mais vantajosa a mudança dos gasómetros existentes nas proximidades dos Jerónimos para próximo da nova Fábrica, havendo assim a construir uma nova canalização desde a futura localização dos gasómetros até à Praça do Comércio, a ligar com o tronco principal da actual rêde existente.

As negociações com as Companhias Reünidas Gás e Electricidade, conduzidas pelo Governo, não foram fáceis nem rápidas, dada a complexidade dos elementos a atender, os encargos a suportar, as condições técnicas e financeiras emergentes do contrato de 1928, mas pôde encontrar-se finalmente uma solução para êste problema de vital importância para os interesses cidadãos.

Esta solução, salvaguardando devidamente os legítimos interesses em jôgo, foi aceite pelas Companhias e teve imediatamente o acôrdo da Câmara Municipal de Lisboa.

Por último estabelece-se um clausulado, destacando-se o 1.º e o 2.º pontos:

- 1.º A mudança da Fábrica de Belém para a Quinta da Matinha, junto ao Poço do Bispo, num prazo determinado;
- 2.º A discriminação dos trabalhos a efectuar e a sua distribuição pelas entidades participantes do contrato de 1928, dentro das cotas atribuídas a cada uma delas, e pelo Estado, por intermédio da Administração Geral do Pôrto de Lisboa⁶⁰⁰.

A publicação deste diploma mereceu um interessantíssimo artigo, não assinado, no *Notícias Ilustrado*, realçando o papel do ministro nesta decisão⁶⁰¹, artigo que foi –

⁶⁰⁰ Bases a que se refere o artigo 2.º do decreto-lei n.º 25:726: Base 1.ª O Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reünidas Gás e Electricidade obrigam-se mutuamente, nos termos e condições do presente contrato, a realizar as obras necessárias à remoção da fábrica de gás e seus anexos instalados junto à Torre de Belém para terrenos a conquistar ao Tejo, contíguos à Quinta da Matinha. Base 2.ª Os trabalhos a executar para efectivo cumprimento do que neste contrato se dispõe **devem iniciar-se dentro de seis meses e ficar concluídos no prazo de três anos**, a contar da data em que o Governo puser à disposição das Companhias Reünidas Gás e Electricidade os terrenos a conquistar ao Tejo onde se deve instalar-se a nova fábrica. Base 3.ª Compete à Câmara Municipal de Lisboa a realização dos seguintes trabalhos: a demolição dos actuais edifícios e instalações da Fábrica de Belém e seus anexos, que será feita com a assistência de delegados da terceira autorgante, por forma a poder-se aproveitar, quanto possível, os materiais e maquinismos ali existentes; o transporte dos materiais e maquinismos aproveitados das actuais para as novas instalações; A mudança dos gasómetros de Belém para os terrenos destinados à nova fábrica, incluindo desmontagem e montagem”.

⁶⁰¹ Curiosamente, em recente edição da Câmara Municipal de Lisboa que faz um inventário da intervenção de Duarte Pacheco na capital, o caso da Torre de Belém *versus* Fábrica de Gás não foi, sequer, aflorado (Cf. G.E.O., *Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte: 1943-1993*, Lisboa, C.M.L., 1994).

com o já referido texto de Leitão de Barros do ano anterior – decididamente das primeiras pedras na construção do *mito* Duarte Pacheco.

Ilustrado por uma tão artesanal quanto magnífica montagem fotográfica panorâmica da zona de Belém, de onde desapareceram – qual *magnum opus* de um mágico de feira – as “construções heteróclitas” (Aquilino Ribeiro) da Fábrica de Gás. E onde, agora, meia dúzia de carros movimentam-se, para lá e para cá, numa inexistente mas arborizada avenida da Índia⁶⁰² que nos revela uma surpreendente ligação (directa ?!) à Torre de Belém. Presentes na imagem, ainda, um casal de negro, em primeiro plano, quase saindo do enquadramento pela esquerda baixa; duas figuras no areal junto à Torre e algumas embarcações de velas latinas no Tejo. Tutelar, olhar hipnotizador, o rosto de Duarte Pacheco num retrato de San Payo⁶⁰³ – mais interessante da que ficou como (talvez) a sua fotografia mais divulgada, a registada por Cecil Beaton (1904-1980), o famoso “*Dandy Photographer*”⁶⁰⁴ – junto ao título do artigo, onde se lê:

Uma notável iniciativa do Ministro das Obras Públicas
O primeiro Grande Passo para a Urbanização de Lisboa
A demolição dos gazómetros que sufocavam a Torre de Belem Joia
inestimavel da arquitectura manuelina
Visão do Aspecto da Avenida da India quando ligada ao taboleiro da Torre
de Belem (Cliché Notícias Ilustrado)⁶⁰⁵

⁶⁰² “A longa Avenida da Índia, que Duarte Pacheco, com o saudoso Gomes de Amorim, visionara, certa noite, bordejada de extensa teoria [*sic*] de palmeiras imperiais, continua, entre montes de entulho e de lixo, arborizada de acácias raquíticas e anãs ou de capeleiras e hortas de pátio”, in *Écos de Belém*, ano XVIII, n.º 171, 6 de Agosto de 1949, p. 1.

⁶⁰³ Havia já sido publicada no artigo “Valores nacionais, Engenheiro Duarte Pacheco: o Ministro das Obras Públicas que mandou construir a ponte sobre o Tejo” / Fot. San-Payo. – Lisboa, *Notícias Ilustrado*, 1934.

⁶⁰⁴ Retirámos este apodo de Sir Cecil Beaton (1904-1980), do título da exposição itinerante “*Cecil Beaton. The Dandy Photographer*”, comissariada por Philippe Garner e organizada pelo *British Council* e o *Cecil Beaton Archive* da Sotheby’s, em Londres.

⁶⁰⁵ *Notícias Ilustrado*, n.º 375, 1935, p. 21.

No texto do artigo emerge, acrescido de lisonjas, a figura de Duarte Pacheco. O autor – onde cremos ver a pena de Leitão de Barros⁶⁰⁶ – estende e adensa, convictamente, as capacidades do ministro, “grande em qualquer parte do mundo”, quanto mais entre nós:

Nós fomos dos que sempre confiámos na acção, na energia, na vontade persistente e no poder de realização do engenheiro sr. Duarte Pacheco, que à frente da pasta das Obras Públicas, tem promulgado medidas extraordinárias – pode dizer-se a materialização viva e palpável do esforço do Governo, na parte objectiva dos melhoramentos públicos.

Mas, se é um facto que o país inteiro vem devendo à febril actividade dêste ministro excepcional – grande em qualquer parte do mundo onde fôsse possível realizar a sua obra – Lisboa ainda não tinha tido senão leves lampejos da sua enérgica intervenção. Veja-se a estátua do Marquês de Pombal; vejam-se as obras do parlamento; veja-se a urbanização marginal do Tejo.

Queremo-nos hoje, em especial, referir ao comêço da grande obra a que o ministro Duarte Pacheco deixará, para sempre vinculado o seu nome.

A salvação da Tôrre de Belém – que criminosas gerações deixaram emporcalhada num montão de lixo e de carvão e que vai ficar limpa e repostada pela deslocação das instalações das Companhias de Gaz e Electricidade. É êste o primeiro passo para a urbanização séria da Lisboa. Como jornal de Lisboa, que tem sempre pugnado pelo grande melhoramento, saúdamos efusivamente o ministro que resolveu o problema que se arrastava há dezenas e dezenas de anos. Bem haja!⁶⁰⁷ [...] O senhor ministro está de parabens – e com êle a Câmara, a cidade, a Nação inteira! Nós, que não temos política, dizemos apenas: É assim, com obras como esta, que um Governo e um ministro justificam o seu mandato de dirigentes!⁶⁰⁸

⁶⁰⁶ Os dois autores têm, na verdade, algo de comum. Para além de outros pontos de contacto, ambos salientam a sua “neutralidade”: Leitão de Barros escrevendo “Não lhe dizemos por lisonja banal nem por entusiasmo político que não temos”; o anónimo, esse, “Nós, que não temos política”.

⁶⁰⁷ Erguendo-se contra o farol, o autor acrescentou: “Se é preciso iluminar a Tôrre, que se faça uma iluminação indirecta, com projectores, valorizando na noite o recorte, único no Mundo, do mais popular e belo dos monumentos portugueses – verdadeiro “ex-libris” de Lisboa. Parece que, sob o ponto de vista do interêsse marítimo, o farol da Tôrre não tem nenhum valor para a navegação. Mais ainda, que a iluminação geral da Tôrre seria, na noite, mais amplo e vigoroso sinal. Seja como fôr, o que está, está errado. Só quando a crise de gôsto, de senso e de cultura porque Portugal passou permitiu êsse atentado. É tempo de repará-lo!”.

⁶⁰⁸ *Notícias Ilustrado*, n.º 375, 1935, p. 21.

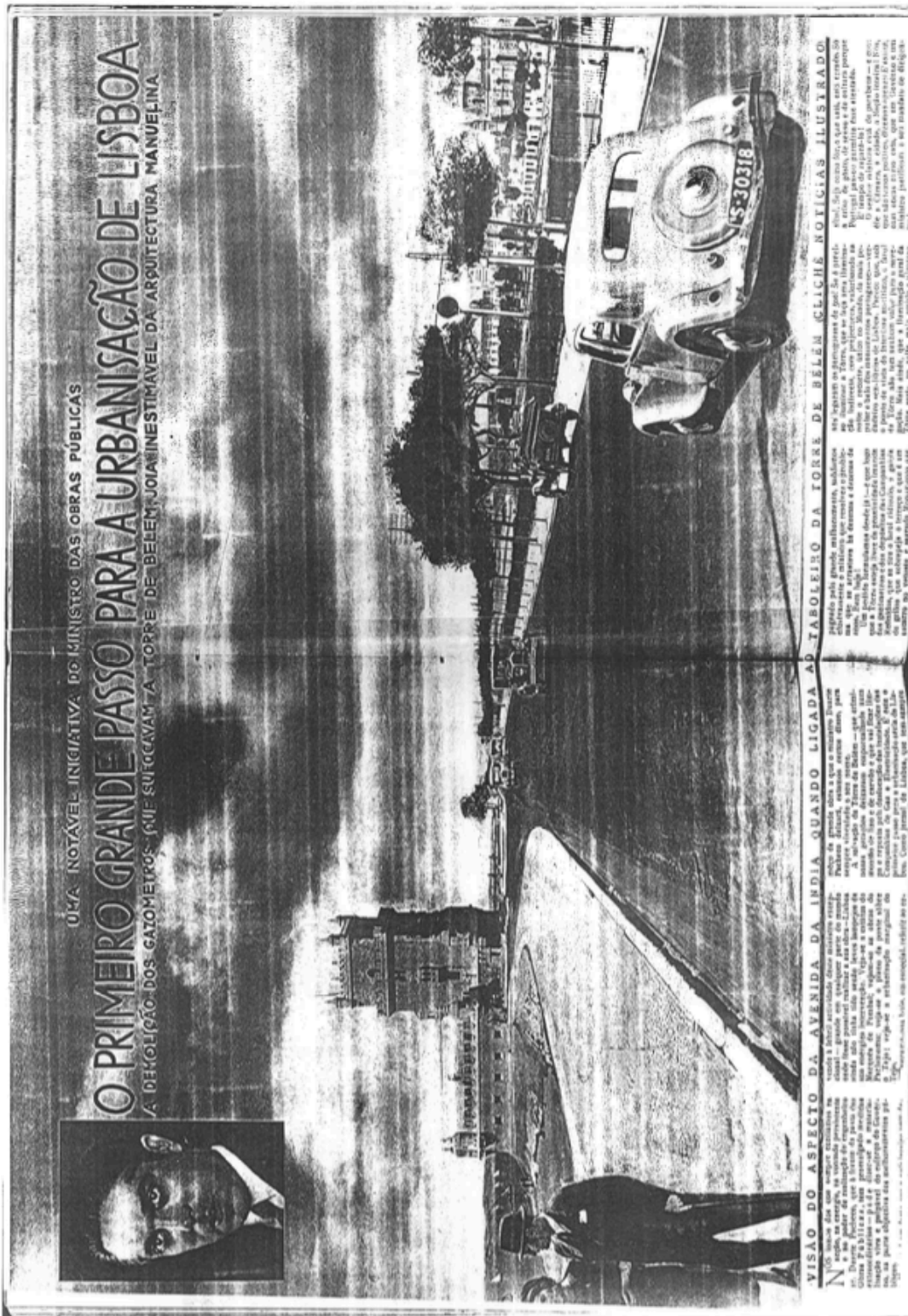


Fig. 36

“Uma notável iniciativa...”, in *Notícias Ilustrado*, n.º 374, 1935

4. Salazar e a *Exposição do Mundo Português*

“Portugueses de hoje, que sois os de amanhã! A voz criadora, de bronze, do sr. Presidente do Conselho, anunciando ao País as comemorações centenárias de 1940, chama-vos ao trabalho, ao sonho, à vida!...”

António Ferro, “Carta Aberta aos Portugueses de 1940”, in *Diário de Notícias*, 17 de Junho de 1938.

“[As Comemorações Centenárias] em cujo programa a ressurreição da Tôrre de Belem, figura como numero essencial e condição “*sine qua non*” do êxito das festas”.

Alberto de Oliveira, “Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1938.

Nascida em 1938 do “alto pensamento do Senhor Presidente do Conselho”⁶⁰⁹ ou, antes, sugerida já em 1929 por Alberto de Oliveira via Agostinho de Campos⁶¹⁰, não há dúvida que a “Independência de Portugal. Nota Oficiosa da Presidência do Conselho”, de acordo com a designação que lhe deu a *Revista dos Centenários*, não só prenunciava um momento alto do Portugal salazarista, como foi um marco miliário no caminho para a desobstrução da Torre de Belém.

⁶⁰⁹ *Revista dos Centenários*, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, p. 15.

⁶¹⁰ Agostinho de Campos, “1140-1640-1940”, in *Diário de Notícias*, de 20 de Fevereiro de 1929, republicado in *Revista dos Centenários*, n.º 1, pp. 9-11. Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva dos Centenários escreveu então: “Na empresa em que estamos empenhados, os homens não interessam” (*Revista dos Centenários*, *idem*, p. 17).

Publicada na imprensa diária no domingo 27 de Março de 1938⁶¹¹ e republicada na íntegra no número um da *Revista dos Centenários*, em Janeiro de 1939, os seus tentáculos estendiam-se: por um lado, por “uma idea, uma aspiração, um programa” e, por outro, pelos “fins a atingir, os meios, e as condições de trabalho”. No campo patrimonial em que permanecemos, se o Castelo de S. Jorge – “que materialmente domina Lisboa e o Tejo, deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas”⁶¹² – mereceu a Salazar algumas linhas, o Palácio de Queluz valeu duas, o Museu das Janelas Verdes quatro, o Palácio de S. Bento e o Teatro de S. Carlos outras duas cada, a “Libertação definitiva da Torre de Belém”, essa, justificou uma dúzia⁶¹³:

Libertação definitiva da Tôrre de Belém: ninguém compreenderia que ao realizarem-se comemorações de datas de tão grande significado na nossa História e quando exactamente por meio delas se procura exaltar o valor da raça e o esforço mundial, aquele bellissimo monumento não esteja definitivamente livre da aviltante vizinhança que há perto de meio século o ennodoa e a nacionais e estrangeiros pode dar a falsa idea de desapêgo nosso às tradições e ao património artístico português⁶¹⁴.

O Embaixador Alberto de Oliveira – que Aquilino cognominou “o propagandista máximo daquele desagravo à arte e à própria higiene ocular”⁶¹⁵ – publicou, em Junho seguinte, em lugar de destaque da primeira página do *Diário de Notícias*, um interessantíssimo texto, também ele inspirado em Duarte Pacheco.

⁶¹¹ Seguimos o texto estampado nas páginas 1 e 2 do *Diário de Notícias* desse dia, publicado sob o título: “Na Era do Engrandecimento”. Vinha assinado: “Março, 1938. O Presidente do Conselho”.

⁶¹² *Revista dos Centenários*, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, p. 4.

⁶¹³ Para esta contabilidade recorremos ao artigo transcrito na *Revista dos Centenários*.

⁶¹⁴ *Revista dos Centenários*, *idem*, p. 5 (*sublinhado nosso*).

⁶¹⁵ Aquilino Ribeiro, “A Torre de Belém”, in *O Século*, 2 de Novembro de 1949.

Quem sendo português, alguma vez entrou embarcado em Lisboa, ao romper de rosea madrugada ou por noite opalina, não esquece mais o entusiasmo, o orgulho e a comoção experimentados ao encontrar logo à entrada do Tejo, ali postada e a receber-nos como dona de casa, a Torre de Belem, que tem, simultaneas, a imponencia de um monumento e a leveza e graça de uma joia ou de uma renda , que é fortaleza e obra de fina arte, mas que é sobretudo padrão de história e, pelos seus recortes romanicos, goticos, mouriscos e pelas multiplas cruces de Cristo que a selam e assinam, surge ao viajante como portico da terra que deu volta ao Mundo, e que por toda a parte estabeleceu a Fé e o Império. Logo depois, a aparição mágica de Lisboa, envolta na sua luz [...] Mas o entusiasmo, orgulho e comoção acima referidos – e é tempo de dizê-lo – transmudam-se em cólera e raiva quando ao lado da Tôrre, como se fora seu noivo, surge o horrendo Gasometro, rodeado de chaminés de fabrica, a infamá-la, a enfarruscá-la, a conspurcá-la. Não faltará quem veja nessa vil vizinhança algum rude sarcasmo do Presente ao Passado e a apostrofe ironica do materialismo de hoje ao heroismo de outrora. O bicho negro parece dizer à Torre branca, tão leve e aérea como se se preparasse para voar a outra grande empresa: – “As Indias acabaram, minha lunatica amiga ! Agora trata-se de Carvão, Ferro e outras feias Materias. Este é que é hoje o valor que mais alto se alevanta. Acorde do seu sonho, menina !.

Depois questionou-se: “Mais uma vez me tenho dito: Como foi possivel perpetrar este crime sem protesto imediato da opinião publica? Onde estavam os poetas, os historiadores, os mareantes de Portugal, que assim deixaram consumir-se tal casamento de desamor, tão hibrida aliança, entre a Tôrre de gloria e sem mácula e o Gasometro mais hediondo ainda que o seu nome ?”.

A concluir, o autor não deixou de se referir a Duarte Pacheco:

Deixou o sr. Duarte Pacheco o Govêrno e creio que os prazos legais não começaram ainda a correr. Mas, felizmente, está novamente aquele ilustre ministro na pasta das Obras Publicas, e acaba de sair da Camara Municipal, e ainda não deixou de estar na Comissão Nacional dos Centenários, em cujo programa a

ressurreição da Torre de Belem, figura como numero essencial e condição “sine qua non” do êxito das festas.

Quere [sic] dizer que não em três anos, mas em menos de metade, para a Matinha ou para algures, para o fundo do Tejo ou para os quintos, sejam quais forem as despesas e as dificuldades, o Gasometro usurpador e intruso será removido ou aniquilado, e a bela Torre de Belem reaparecerá mais bela do que nunca, aliviada para todo o sempre de meio seculo de infernal convívio⁶¹⁶.

Na história do desafrontamento da Torre de Belém entrevemos neste texto uma afirmação peculiar: “Quere [sic] dizer que não em três anos, mas em menos de metade”⁶¹⁷. De facto, Alberto de Oliveira e outros, a partir deste momento, revelam nos seus textos algo de novo: o estabelecimento de uma data, o desejo de cumprir determinado prazo, vontade que seria expressa, tantas vezes, que nos levou a esboçar um calendário provisional da libertação da Torre, “geométrico, coercivo e glacial” (como diria o poeta nacionalista Afonso Lopes Vieira⁶¹⁸), tão ao gosto do professor de Finanças que Duarte Pacheco convidou para ministro e era agora – “à sombra da Liberdade, que a República lhe deu”⁶¹⁹ – o “plácido, sombrio, discreto – mas timoneiro para sempre”⁶²⁰ de Portugal. Tivemos em conta todas as intervenções que, de um modo ou outro, avançaram com uma *deadline* para a “libertação” da Torre de Belém.

⁶¹⁶ Alberto d’Oliveira, “Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1938, p. 1.

⁶¹⁷ Já em Março de 1928, *A Voz* avançara com um “dentro de três anos devem estar removidas das imediações da Torre de Belem todas as instalações da Companhia do Gaz...”.

⁶¹⁸ Afonso Lopes Vieira, “A Ditadura é Antinacional”, in *História Contemporânea de Portugal*, (João Medina, dir.), t. I, p. 114.

⁶¹⁹ “Carta de Rocha Martins a Salazar”, in *História Contemporânea de Portugal* (João Medina, dir.), t. I, p. 130.

⁶²⁰ *História Contemporânea de Portugal*, (João Medina, dir.), t. I, p. 13.

Quadro III

Calendário provisional da libertação da Torre de Belém

Alberto de Oliveira	<p>Quere [sic] dizer que não em três anos, mas em menos de metade [...] sejam quais forem as despesas e as dificuldades, o Gasometro usurpador e intruso será removido ou aniquilado, e a bela Torre de Belem reaparecerá mais bela do que nunca, aliviada para todo o sempre de meio seculo de infernal convivio. (a)</p>
CA das C.R.G.E.	<p>Entretanto, com o fim de conservar intacta a possibilidade de terminar os trabalhos de desafogo da Torre de Belem durante o ano de 1940, e desejosas de dar a V. Ex.^a e ao Governo, entre as que lhe foram já dadas, uma nova prova da sua firme vontade de acelerar, na medida do possível, a execução dos trabalhos previstos, as Companhias Reunidas declaram-se [...] Perante estas provas, não pode ser posta em duvida a firme vontade das Companhias Reunidas de darem inteira satisfação aos desejos do Governo. (b)</p>
Câmara Municipal de Lisboa	<p>Aos trabalhos directamente ligados com a celebração dos Centenários consignou a Câmara Municipal de Lisboa 22.000 contos, dos quais 5.000 seriam gastos na mudança do gasómetro de Belém, aspiração que parecia á Lisboa de ontem, um sonho sebastianista, e que será, para a Lisboa de hoje, uma realidade. Veremos todos a linda torre liberta, enfim, do seu negrume e cingida por um jardim; eu cuido que essa libertação será um símbolo. (c)</p>
Diário de Notícias	<p>A transferência da fábrica de gás e dos respectivos gasometros das proximidades da Torer [sic] de Belem para a Matinha. Os trabalhos em execução e a realização deverão ficar concluidos até Maio de 1940. (d)</p>

Protocolo adicional ao contrato de 28 de Agosto de 1935.

As partes contratantes obrigam-se mutuamente a promover tudo o que fôr necessário para que os **trabalhos de transferência da fábrica de gás de Belém para a Matinha estejam concluídos até Maio de 1940**” Assinado no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 2 de Fevereiro de 1939. – O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*⁶²¹. (e)

Alberto de Oliveira

Todo o lisboeta de algum sangue na guelra, e de alguma fé no coração, deve ter experimentado especial regozijo ao ler o decreto que acaba de publicar-se e no qual **o infatigável Ministro das Obras Públicas e Comunicações, engenheiro Duarte Pacheco, converte em muito próxima realidade o nosso velho sonho de tantos anos: a desobstrução da Tôrre de Belém, pelo desaparecimento das fábricas de gás e seus gasómetros e depósitos**, com que continua a ser conspurcada e afrontada. O problema, além de dispendiosíssimo, era cheio de dificuldades técnicas, especialmente relacionadas com o curto prazo em que tinha de ser resolvido: as festas centenárias de 1940. [...] O novo decreto autoriza o Governo a celebrar com a Camara Municipal e as Companhias Reunidas um protocolo complementar do acôrdo de 1935, fixando em primeiro lugar, **para a conclusão dos trabalhos a realizar no sentido de plena execução daquele acôrdo ou contracto, o prazo último de Maio de 1940**⁶²². (f)

⁶²¹ Em 2 de Fevereiro de 1939 foi assinado um Protocolo adicional ao contrato de 28 de Agosto de 1935 celebrado entre o Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e as Companhias Reunidas Gás e Electricidade para a transferência da fábrica do gás e dos respectivos gasómetros das proximidades da Tôrre de Belém para a Matinha.

⁶²² “A nova fábrica de gás será construída nos terrenos conquistados ao Tejo na Matinha. Os dois gasómetros serão removidos de Belém, ou demolidos, construindo-se na Matinha outros novos. A ponte-cais de descarga estará pronta dentro daquela data e o respectivo acesso aos terraplenos da nova fábrica deverá ficar concluído até 31 de Dezembro próximo. [...] Só reparo que a fábrica de Belém não se muda, destrói-se, porventura deita-se ao Tejo, como merece pelos seus longos malefícios, e que os dois gasómetros sucederá talvez o mesmo, erigindo-se na Matinha obra nova, virgem de quaisquer pecados [...] Digam os peritos o que este raro triunfo do bom sôbre o mau senso, do bom sôbre o mau gôsto, que é a reabilitação e restauração da Tôrre de Belém, representa de sacrifício, de despesa, de esforço técnico. Nós só diremos que tal vitória é também uma lição aos vindouros. Nunca mais alguém ousará tocar nêsse ou em outros ninhos de história, ou jóias de

Diário de Notícias

O Duplo Centenario. **Em Maio de 1940 a Torre de Belem estará desafrentada** e Lisboa terá, na Quinta da Marinha, uma nova fábrica de gás, modernissima e sem igual na Peninsula.

A Torre de Belem, o mais singular e original dos monumentos portugueses do estilo nacional, denominado *manuelino*, simultaneamente fortaleza e delicada joia architectonica, esteve dezenas de anos, como ainda está, mas vai deixar, finalmente, de estar afrontada pelos gasometros de Belem, que a sequestravam e negreciam. [...] Chega-se, por tal modo, ao remate das negociações que vinham sendo estudadas, há anos, entre aquelas três entidades e no decurso das quais, tanto o sr. Eng. Duarte Pacheco, primeiro como Ministro, depois como Presidente da Camara, e agora de novo como Ministro, como as vereações eas Companhias Reunidas bem demonstraram a sua patriótica boa-vontade pela definitiva arrumação do caso. (g)

CA das CRGE

A exploração continua, como de costume, a fazer-se com toda a regularidade. Os trabalhos de renovação e de conservação foram reduzidos ao estrictamente necessario visto **esta fabrica dever ser desmontada em 1940**. (h)

Alberto de Oliveira

Falta dizer que não é só o programa que está concluido [...] **A Tôrre de Belém já conta os dias que a separam da definitiva libertação**. Há já assim, por tôda a zona das futuras festas, vestígios visíveis da bela realidade de amanhã. (i)

Alberto de Oliveira

O ano de 1940 não terminará os seus dias sem ver libertada para sempre a Tôrre de Belém da sua vizinhança gasométrica. (j)

arte, sem reear as sanções da opinião e os formidáveis onus que o crime de Belem hoje nos acarreta” (Alberto de Oliveira, “Duplo Centenário de 1940. Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, 28 Janeiro 1939, p. 1 e republicado na *Revista dos Centenários*, Abril de 1939, pp. 22-23).

Fontes:

- (a) Alberto d'Oliveira, "Torre de Belem", in *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1938, p. 1.
- (b) Acta do C.A das C.R.G.E. de 22 de Dezembro de 1938, p. 48.
- (c) *Diário de Notícias*, 10 de Janeiro de 1939, p. 1: "100 000 Contos vão ser empregados, pelo municipio, em melhoramentos da cidade".
- (d) *Diário de Notícias*, 25 de Janeiro de 1939, p. 1.
- (e) Decreto-Lei n.º 29421 (assinado em 2 de Fevereiro de 1939).
- (f) Alberto de Oliveira, "Duplo Centenário de 1940. Torre de Belem" in *Diário de Notícias*, 28 Janeiro 1939, p. 1 e republicado na *Revista dos Centenários*, Abril de 1939, pp. 22-23.
- (g) *Diário de Notícias*, 3 de Fevereiro de 1939, p. 1.
- (h) Acta do CA das C.R.G.E. de 30 de Março de 1939, p. 228, sob a epígrafe: "Fábrica de Gás de Belem".
- (i) *Revista dos Centenários*, Junho de 1939, p. 28.
- (j) *Diário de Notícias*, de 8 de Fevereiro de 1940, reproduzido na *Revista dos Centenários* de Fevereiro de 1940.



Fig. 37

“Em Maio de 1940 ...” (*Diário de Notícias*, 3 de Fevereiro de 1939)

Num assomo de inquietude, por Fevereiro de 1940, António Ferro em artigo intitulado “Faltam Quatro Meses”, dirigiu-se aos portugueses, perguntando: “E nas

vossas almas? Tudo estará pronto? Já todos compreenderam em profundidade, até ao íntimo das suas consciências, o extraordinário significado das comemorações de 1940?” E, logo de seguida: “As necessárias obras, na alma de cada um, não estarão mais atrasadas do que as obras materiais”⁶²³. Deixando aquelas e olhando para estas, a mês e meio da inauguração da “Exposição do Mundo Português”, ainda se escrevia: “Falta dizer que não é só o programa que está concluído [...] **A Torre de Belém já conta os dias que a separam da definitiva libertação**”⁶²⁴. Contudo, segundo as actas do C.A. das C.R.G.E. de 20 de Maio e 16 de Junho, a produção prosseguia normalmente na Fábrica de Belém.

Assim, apesar dos desejos de Salazar, da exigência de Duarte Pacheco e dos desenhos dos projectistas de a incluírem nos festejos, a Exposição do Mundo Português abriu as suas portas a 23 de Junho sem que a Torre de Belém deixasse de ser afrontada pela Fábrica de Gás. Nem o Chefe do Estado Novo, nem o homem dos “impossíveis tornados possíveis”⁶²⁵ e, muito menos, os desenhadores que se limitaram a afastar para montante o limite ocidental da exposição, conseguiram

⁶²³ António Ferro, “Faltam Quatro Meses”, in *Diário de Notícias* de 8 de Fevereiro de 1940.

⁶²⁴ *Revista dos Centenários*, Junho de 1939, p. 28

⁶²⁵ António Ferro, “O Engenheiro Duarte Pacheco”, in *Panorama*, n.º 19, Fevereiro de 1944, vol. 4.º, s/p.

alcançar os seus intentos⁶²⁶. A fábrica, essa, lá continuou expelindo fumo(s), como se vê, ao longe, na cuidadosa iconografia da exposição⁶²⁷.

Contudo, pouco depois da abertura formal do evento, a *Revista Municipal e O Século* estampavam nas suas páginas:

i) “Durante gerações, a localização da Fábrica do Gás junto à Torre de Belém foi uma das constantes máguas de Lisboa, e, pode dizer-se, do País. – **Resolvido o problema (pois de facto o está**, embora as condições actuais obrigassem a retardar a sua ultimação dentro dos prazos estabelecidos)”⁶²⁸.

ii) A “Torre de Belem está agora restabelecida na sua beleza e em todo o seu esplendor. A torre de Belem avulta, agora, em todo o seu encanto. **O gasometro, de tão nefanda vizinhança, desapareceu**”⁶²⁹.

⁶²⁶ *Ibidem*. Este número do *Panorama*, edição do Secretariado da Propaganda Nacional, deu à estampa outros artigos sobre Duarte Pacheco, onde se salienta o de Cottinelli Telmo, com fotos de Baltazar de Castro e José de Athaide, “Um Grande Homem de Acção”, onde escreveu: “Voltamos de automóvel. Respira-se um pouco. Cada um de nós divaga descansando os olhos na paisagem nocturna. No que nós pensamos não interessa: Ele, pensa nas obras; pensa sobretudo no dia seguinte, na faina que recomeçará sempre, com o mesmo ritmo alucinante, a mesma inquietação permanente, sem desfalecimento físico ou moral de que os outros se apercebam: às tantas isto, às tantas aquilo, tudo em cadeia sem fim, tudo com potência e regularidade da máquina – martelo-pilão esmagando dificuldades, avião de carreira do Sonho riscando o céu em fulgurante trajectória!...– “Adiante! Adiante! Não é assim?...”.

⁶²⁷ *Ibidem*,

⁶²⁸ Jaime Lopes Dias, *op. cit.*, [p. 66].

⁶²⁹ “A Torre de Belem está agora restabelecida na sua beleza e em todo o seu esplendor”, in *O Século*, 21 de Julho de 1940.

5. O Desafrentamento de 1950

“Oxalá se crie o dia da Torre de Belém”.

O Século, 8 de Junho de 1950.

Apesar do que a *Revista Municipal* e o *Século* escreveram em 1940, oito anos volvidos, qual jogo de espelhos ou passe de mágica, os *Écos de Belém* afiançavam: **“O gasómetro de Belém, porém, lá continua, como dantes e como sempre”**⁶³⁰.

Em 1949, voltou a “*Parece[r]* que desta vez é que *desaparece* do local onde se encontra, a negra e fumarenta Fábrica do gaz, *vizinha* da Tôrre de S. Vicente que tão *má vizinhança* tem feito desde o ano de 1888”⁶³¹. E, noutro número do mesmo periódico:

Mas os meses, os anos passaram – e já lá vão dez! – e a pobre a grandiosa imagem do nosso poderio marítimo continua enfarruscada, encolhida à aproximação de minaretes de cimento e escondida entre barracões lúgubres e decrépitos⁶³².

⁶³⁰ *Écos de Belém*, ano XVIII, n.º 638, 13 de Março de 1948, p.1 (*sublinhado nosso*).

Na acta n.º 1050 de 29 de Março de 1949 (C.R.G.E.) sabemos que “usou da palavra o Administrador sr. Dr. John De Stoop que se referiu a um officio da Camara Municipal a perguntar-nos quando poderia começar a demolição da Fábrica de gás de Belém. No decorrer de uma conferência com o sr. Presidente da Camara, em que o caso foi tratado, foi êste senhor informado da situação e dos motivos pelos quauais se nos afigura imprudente proceder-se desde já à demolição da referida fábrica, antes de executada a terceira extensão da Fábrica da Matinha já encomendada”. Na acta n.º 1052 de 30 de Abril de 1949 (C.R.G.E.) sob a epígrafe “Demolição da Fab. Belém”, pode ler-se: “Não há, segundo parece, inconveniente de maior em proceder-se á demolição da fábrica de Belem [...] No entanto, há necessidade absoluta de se obterem garantias de que nos não serão exigidas responsabilidades se, porventura, alguma vez se registar falta de gás. A demolição da Fabrica de Belém foi aprovada, em principio, pelo Conselho de Administração”.

⁶³¹ *Écos de Belém*, ano XVIII, n.º 710, 30 de Julho de 1949, p. 1: “A Torre de Belém e a Fábrica de Gaz”. Itálico no original.

⁶³² *Écos de Belém*, ano XVIII, n.º 711, 6 de Agosto de 1949, p.1: “Belém, a Enfarruscada...”.

Avançando por Agosto, o *Diário de Notícias* garantia em título: “61 Anos Depois A Torre de Belem finalmente vai ser desafrontada”.

Durante mais de sessenta anos Lisboa culta, zelosa da integridade do nosso património artístico e dos documentos históricos do passado, alvoroçou-se em indignados protestos, largas discussões, apelos insistentes aos governantes, para que terminasse este afrontoso vexame: uma fábrica de gás enegrecendo e arruinando lentamente a Torre de Belém. O alarme do assunto chegou a criar, ao longo dos tempos, um exaltado movimento de opinião em que se confundiam os clamores dos eruditos e dos artistas com as lamentações dos populares. Á beira-rio, a Torre de Belém, enferrujada, era, na verdade, tanto o simbolismo de maravilhosa expressão duma época de glórias como o triste mas errado índice dum nível de civilização [...] Demolida a velha fábrica e vendido para sucata o seu material pelo Município, termina um pesadelo. A Torre de Belém vai, finalmente, ser desafrontada e restituída á sua beleza e glória perenes, e os terrenos que a circundam convenientemente urbanizados⁶³³.

O Secretariado Nacional da Informação, através dos seus Serviços de Informação e Imprensa, elaboravam um artigo enviado “em regime de exclusivo” a *O Jornal*, do Funchal, que o publicou em 11 de Outubro de 1949.

A propósito dos trabalhos em agenda, centrados no desafrontamento da Torre – essa “obra essencialmente, caracteristicamente, profundamente portuguesa” – que os autores do texto designavam como “padrão de um passado de glória, testemunha muda de uma era de esplendor, de muitas tristezas e agonias, é certo, mas talvez de muitas mais horas de sol brilhante, a atestar ao Mundo as grandes qualidades e possibilidades deste povo, sem cuja intervenção na história do Mundo o Mundo teria sido outra coisa muito diferente do que é”, os escribas do S.N.I.

⁶³³ *Diário de Notícias*, 19 de Agosto de 1949, pp. 1-2.

acrescentariam: graças ao Estado Novo, “as gerações novas, que com tanto carinho educamos hoje para um futuro de grandezas e de glórias, não mais poderíamos, sem nos sentirmos vexados, dar a lição triste que era a situação deprimente da Torre de Belém, enegrecida e ameaçada”⁶³⁴.

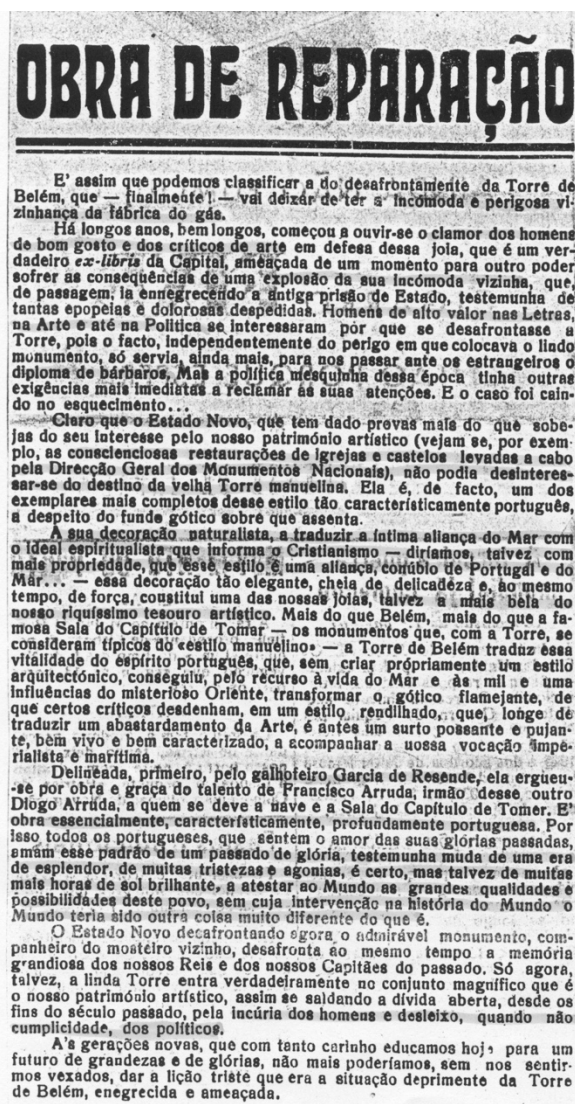


Fig. 38

O Jornal, do Funchal, 11 de Outubro de 1949

⁶³⁴ *O Jornal*, do Funchal, 11 de Outubro de 1949.

Aquilino Ribeiro (1885-1963) gizaria, entretanto, o derradeiro texto significativo pré-desafrontamento. Datando ainda de 1949, sete meses antes do derrube das chaminés, proclamava “eureka, agora é de vez”, a que o autor acrescentou, “definitivamente”.

Vai então ficar desafrontada das construções heteróclitas, que há mais de meio século proclamam ali a tirania de um progresso bárbaro e incontemplativo contra a serena e radiosa beleza, a Torre de Bélem! Se os anúncios não representam uma falsa àlerta, a obra de remoção começou ou vai começar definitivamente. Digo definitivamente porque, ano por ano, somos alvoroçados com a falsa notícia. Alberto de Oliveira que, depois de tantos outros que seria ocioso nomear, foi o propagandista máximo daquele desagravo à arte e à própria higiene ocular, assegurava que à data dos Centenários a fábrica monstruosamente feia estaria em terra e raso o campo. Não pretendia que se salgasse o solo, mas mesmo assim que ali, numa parede ou no próprio chão, se incrustasse uma lápida em memória da batalha de muitas gerações contra aquela potência demoníaca. Alguns homens de letras e artistas chegaram a conceber a ideia romântica de irem atacar a bisarma, de camartelo e alavanca em riste, como se partia noutros tempos para as Cruzadas. Afinal, decorreram muitos lustros sobre todas estas ameaças retóricas e muitos anos sobre as festas dos centenários e a morte do poeta e diplomata, sem que o acontecimento se tenha realizado. Mas, **eureka, agora é de vez**, proclamam-no todos os bons arautos da capital redimida, e supomos que estão convencidos disso, tanto pelo menos como os fiéis da vinda do Anticristo, os *Amigos de Lisboa*. Rejubilemos. Sobre a pradaria azul das águas, aquela nave de pedra, que devia ser branca se a não tivesse mareado a fumaceira da hulha, voltará pròximamente a projectar sobre o mar a querena esbelta, e, soberana e desafrontada, a advertir quem, entra a barra, por terra ou pelos ares, que chegou à Europa⁶³⁵.

⁶³⁵ *O Século*, 2 de Novembro de 1949 (*sublinhado nosso*).

Por Janeiro de 1950 foi dada a empreitada da demolição da Fábrica de Gás. Em Março, “ainda se viam de pé alguns troços da ossatura férrea do gasómetro e ainda não tinha começado a demolição da vedacção que, da estrada, mal deixava ver a rendilhada sentinela manuelina”⁶³⁶. Meio ano decorrido, derrubados os vários edifícios fabris, sobravam as duas chaminés gémeas. A 7 de Junho, sob a acção de explosivos, voariam em mil pedaços.

Também aqui, – e como poderia ser de outra forma? –, a imprensa, com *O Século* como exemplo, fixou o momento. Primeiro, lembrou os pioneiros envolvidos no combate, salientando, sobretudo, o lado preservacionista da barricada:

Quando, em 1888, foi dada a concessão para que a fábrica do gás se instalasse junto da Torre de Belém, desde a rainha sr.^a D. Amélia até os arqueólogos, os escritores, os poetas e os pintores – muitos, em voz alta e em surdina, acusaram rudemente os responsáveis pelo atentado à joia inestimável que a Torre de S. Vicente representa não só para a nacionalidade portuguesa como para a História universal dos Descobrimentos Marítimos⁶³⁷.

E, noutra passagem:

Há muitos anos, um grito da Associação dos Arqueólogos, num cartaz de Alberto de Sousa, levantara nas paredes de Lisboa o seu protesto. Dezenas, centenas de artigos de jornal se escreveram contra a violência e a ignorância, o desrespeito, a prova pública da nossa inconsciência⁶³⁸.

⁶³⁶ *Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1950.

⁶³⁷ *O Século*, 8 de Julho de 1950.

⁶³⁸ “Houve até um jornalista que, ao falar com um grande ministro das Obras Públicas, lhe disse uma vez: “No dia em que o sr. Ministro salvar a Torre de Belém e arrancar a Portugal essa ignomínia, à entrada de Lisboa, comprometo-me a promover-lhe uma manifestação pública nas ruas de Lisboa!” Esse ministro era Duarte Pacheco – e morreu. Nem por isso merece menos o agradecimento eternos dos portugueses de hoje e do futuro, daqueles portugueses aos quais o respeito pelo passado e a consciência da nossa História dão a noção exacta do que representa a reintegração e a dignificação desse monumento excepcional e único de significado na História do Mundo” (*ibidem*).

O jornal da rua Formosa – hoje rua do “Século” – descreveu em seguida a função propriamente dita:

A primeira fase da desobstrução do monumento mais representativo e mais popularizado da nossa epopeia marítima – velho de mais de quatro séculos – está terminada com os dois tiros de dinamite desta tarde cinzenta de Junho, ao voarem em estilhaços as duas chaminés assassinas que durante tantos anos lançaram o seu hálito fumarento sobre as venerandas pedras de D. Manuel.

Destacou os actores:

No terreiro da antiga fábrica, apenas o pessoal indispensável à perigosa tarefa, e, com ele, o sr. eng. Henrique Bastos Gonçalves, que dirigia os trabalhos; e o empreiteiro, sr. Cesar França. Presentes, ainda, dos serviços da Câmara Municipal, os srs. engs. Ferreira de Aguiar e Vasconcelos e Sá, director e subdirector das Obras Municipais; e Ciro Pinto, chefe da repartição respectiva; dr. Monteiro de Macedo, chefe dos serviços de propaganda e turismo, etc.

Acompanhou a cronometragem dos eventos.

Às 15 e 10, e já então guardas da P. S. P. postados ao longo da Avenida da Índia evitavam a passagem de qualquer pessoa para o terreno da fábrica, ouviu-se um toque de clarim. Era o sinal aviso de que iam começar os trabalhos de destruição das chaminés. Sete minutos após houve outro toque. Era o sinal para a deflagração da carga de trotil, que não demorou em ecoar a distância. Uma nuvem de fumo, poeira, um estremecimento no solo mas a chaminé apenas tocada na base, não ruiu. Uns instantes decorridos, rebentou a segunda carga e, então, a chaminé que tinha a altura de 52 metros, era construída com tijolos e revestida de ferro, caiu com estrondo, na direcção prevista pelos técnicos.

Depois, foi a vez de rebentarem as cargas colocadas na outra chaminé, de igual construção e com 48 metros de altura. Resistiu ao deflagrar da primeira e da

segunda, mas, à terceira, derrocou, também, e no solo ficaram os restos de tijolo enegrecidos e uma amalgama de ferros do revestimento. E tudo isto demorou o máximo de trinta e cinco minutos, quando durante dezenas de anos se disse que aquelas chaminés e a fábrica precisavam ser destruídas !

Vieira da Silva, o mestre olisipógrafo, pronunciou-se com um epitáfio a pedido do diário que vimos citando.

A Torre de S. Vicente de Belém, essa joia da arquitectura manuelina, que nós tanto prezamos e os estrangeiros tanto admiram, depois de por tanto tempo estar ofuscada com as construções da Fábrica de Gás, que lhe formavam “fundo paisagístico”, está finalmente desembaraçada e patente à vista.

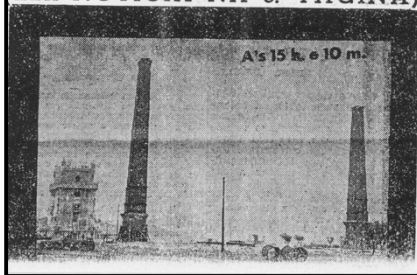
Bem bastavam os estragos produzidos pelo tempo, para causar a sua ruína, mas os homens, não maldosa, mas imprevidente, levantaram à sua retaguarda, um estabelecimento fabril, nos fins do século passado, que não a ocultou e lhe formou um pano de fundo vergonhoso, como com as suas emanações ía cavando lentamente a sua ruína, e insensivelmente, dentro de algum tempo, acabaria por fazer desaparecer o monumento.

Foi, pois, uma medida acertada a de tirar daquela região, as oficinas do fabrico do gás, patenteando novamente à vista o monumento que se pode considerar a Pérola do Tejo⁶³⁹.

A fotografia, numa sequência pouco comum para o tempo – e cujo autor se desconhece –, registou *pro-memoria* o evento.

⁶³⁹«Torre de Belém, Pérola do Tejo», in *O Século*, 8 de Julho de 1950.

EM MEIA HORA
pôs-se termo
a um pesadelo
de algumas dezenas de anos
E A TORRE DE BELEM
ficou finalmente liberta
de vizinhanças indesejáveis
(LER NOTICIA NA 6.ª PAGINA)



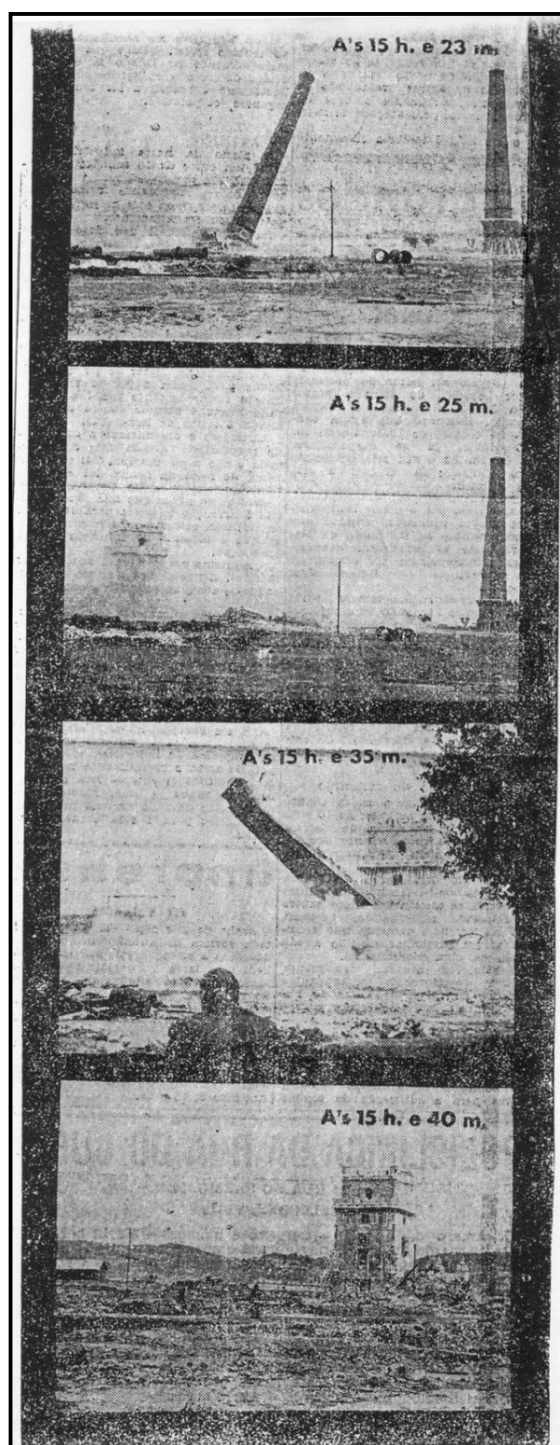


Fig. 39

Diário da Manhã, 8 de Junho de 1950.

Ocorreu-nos, ainda, lembrar alguns títulos e *leads* da imprensa de então. Olhemos de novo *O Século*, na sua primeira página:

A Torre de Belém foi, finalmente, desagravada das últimas recordações da fábrica de gás. As duas chaminés que, durante sessenta e dois anos, a envolveram com fumo enegrecedor e corrosivo desabaram ontem, em poucos minutos, sob a acção de cartuchos e explosivos⁶⁴⁰.

E no interior do mesmo matutino,

Pouco mais de meia hora durou a tarefa de deitar por terra as duas chaminés da antiga fábrica de gás⁶⁴¹.

Na evocação desse maravilhoso evento, o *Diário da Manhã*, 8 de Junho de 1950, diz-nos que:

Em meia hora pôs-se termo a um pesadelo de algumas dezenas de anos e a Torre de Belem ficou finalmente liberta de vizinhanças indesejáveis⁶⁴².

Navegava em áreas vizinhas o *Diário de Notícias* que estampou no seu rosto:

“Acabou o cativoiro”⁶⁴³.

⁶⁴⁰ *O Século*, 8 de Julho de 1950.

⁶⁴¹ *Ibidem*.

⁶⁴² *Diário da Manhã*.

⁶⁴³ *Ibidem* (*sublinhado nosso*). A que devemos juntar uma outra frase do mesmo jornal: “Com essa cerimónia – sobre todas significativa – o Governo português assina o memorando e o epílogo histórico das comemorações centenárias que há precisamente dez anos, e no mesmo local, foram, no Mundo em fogo, uma oração de recolhimento e de fé!”.

CAPÍTULO VI – Anos 50
A (difícil) valorização da Torre de Belém

1. Introdução

“Digam os peritos o que êste raro triunfo do bom sôbre o mau senso, do bom sôbre o mau gôsto, que é a reabilitação e restauração da Torre de Belém, representa de sacrifício, de despesa, de esforço técnico”.

Alberto de Oliveira, “Torre de Belém”, in *Diário de Notícias*, 28 de Janeiro de 1939.

Extremamente interessante, no contexto deste capítulo, é certa passagem da autoria de Leitão de Barros incluída num artigo do *Diário de Notícias*, intitulado “O Tesouro do Restelo”:

Quando a Companhia do Gás conseguiu essa dramática autorização para instalar junto da Torre de S. Vicente-a-par-de-Belém as suas duas gigantescas tinas-gasómetros, os melhores espíritos portugueses protestaram logo, desde a Rainha Dona Amélia aos artistas de maior nome, arqueólogos, cientistas, escritores, jornalistas e professores. Foi preciso mais de meio século para os ouvir e para conseguir demover dos terrenos adjacentes à inconfundível atalaia manuelina do Tejo [...] os depósitos, os barracões, as oficinas que a envolviam numa moldura de carvão e de lixo. Lembra-nos ainda os cartazes afixados em Lisboa e desenhados por Alberto de Sousa, para o movimento em prol do salvamento da Torre de Belém, e as edições deste jornal – o “Notícias Ilustrado” – em que, com impressionantes gravuras, procurávamos criar o ambiente que exigisse a remoção dessa vergonha nacional, o que só veio a ser possível com o Governo do Prof. Salazar e com o seu Ministro Duarte Pacheco⁶⁴⁴.

⁶⁴⁴ Leitão de Barros, “O Tesouro do Restelo”, in *Diário de Notícias* de 21 de Outubro de 1958.

Orientado pela mesma problemática – a salvaguarda da Torre de Belém – acima sintetizada magistralmente pelo realizador de “Maria do Mar” e suficientemente formulada, parece-nos, nos capítulos II a V desta dissertação, o presente capítulo acrescenta-lhe a vertente da valorização, não no sentido de “*valorización*” descrito por Ignacio González-Varas,⁶⁴⁵ nem no de “*mise en valeur*” defendido pelos *Parcs Canada*,⁶⁴⁶ mas em função das seguintes variáveis por nós definidas:

i) A conservação da Torre, vista como um “*prolongement normal de leur protection*”⁶⁴⁷;

ii) o arranjo da envolvente, referido também como a “urbanização da Torre de Belém”,⁶⁴⁸ “ajardinamento”⁶⁴⁹ ou “obras à volta da Torre de Belém”,⁶⁵⁰ que inclui, como corolário, um excuro sobre o acesso à Torre em vésperas de “romaria cívica” aquando das comemorações henriquinas, de 1960;

iii) a (re)utilização do monumento, alvo de vários projectos, sobretudo de cariz museal e expositivo.

Na perspectiva cronológica que temos vindo a buscar para a nossa narrativa, 1950 foi uma data charneira, ao assinalar uma mudança decisiva na vida da Torre de Belém, isto é, quando a sua salvaguarda pareceu, doravante, garantida. Mas algo – e nos três pontos acima referidos – merecem ser lembrados. Deste modo, em cada subcapítulo que se segue, haverá sempre um *flashback*, de dimensão temporal variável, visando captar informação julgada pertinente e que tenha tido lugar em anos anteriores a 1950.

⁶⁴⁵ Ignacio González-Varas, *op. cit.*, pp. 551-552.

⁶⁴⁶ Ver http://www2.parkscanada.gov.ca/library/corp_plan/fr/30.html

⁶⁴⁷ Jean-Pierre Bady, *Les monuments historiques en France*, Paris, PUF, p. 52.

⁶⁴⁸ C.A.P.O.P.I., Processo de Secretaria n.º 127. AHMOPCI.

⁶⁴⁹ A.H. da E.D.P., C.R.G.E., Ante-Projecto do Ajardinamento e reorganização provisória.

⁶⁵⁰ A.H. do M.E., J.N.E., Proc.º N.º 49/8 do L.º A-10 [1951].

A década de 50 foi escolhida, por seu lado, como data terminal do nosso trabalho. Por uma vez não um ano em concreto, mas uma decénio, onde a Torre de Belém, monumento tanto tempo descuidado, encontrou, pelo menos, um “aspecto conveniente”⁶⁵¹.

Cinco espólios principais permitiram-nos acompanhar os desenvolvimentos das problemáticas referidas, tanto em tempos anteriores como subsequentes a 1950, a saber: as actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa, a Imprensa, o Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, a documentação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e, ainda, os fundos da esquecida Junta Nacional de Educação⁶⁵².

2. Conservação

“Tenho idade que não pareço no meu vestido de cantarias mais enfarruscadas pelo fumo do monstro, meu vizinho, do que pelas injúrias do tempo”.

Arquivo Nacional, 1932, n.º 6, p. 2.

2.1 Antes de 1950

Vários acólitos do movimento preservador foram, ao longo dos anos, profetizando e/ou diagnosticando maleitas nas cantarias exteriores da Torre de Belém. Ramalho Ortigão terá sido, em *O Culto da Arte em Portugal*, dos primeiros a dirigir a atenção para este importante aspecto:

⁶⁵¹ D.G.E.M. N., Arq. Geral, M.I. 125.

⁶⁵² Foi criada pela Lei n.º 1941, de 11 de Abril de 1936.

A esbelta silhueta rendilhada do mais suggestivo padrão da nossa glória militar e marítima já não emerge da areia loura do Restello, em deslumbradura apoteose, na vasta luminosidade do céu e da água, [porque] a Torre de Belem emparceira-se com a chaminé do mais vil e sordido barracão, a qual sacrilegamente a cuspinha e enodôa com salivadas de um fumo espesso, gurdoroso e indelevel, como se a incomparável joia d'esse mármore⁶⁵³, que o sol portuguez carinhosamente sobredourara pelos afagos de tres seculos, houvesse sido tão subtilmente cinzelada pelos artistas manoelinos para escarrador de mariolas⁶⁵⁴.

Pouco depois, o general Augusto Xavier Palmeirim, na Câmara dos Dignos Pares do Reino, precisaria os inconvenientes para a Torre da “visinhança vexatoria e corrosiva do gasómetro da Companhia do Gás”⁶⁵⁵, concretamente para a sua fachada norte, ao confessar: “Não creio que ellas [instalações da companhia] sejam tão inofensivas como parecem ser”. Dirigindo a palavra a Sebastião Custódio da Sousa Teles (1847-1921)⁶⁵⁶, então ministro da Guerra de José Luciano – sê-lo-ia em cinco gabinetes da monarquia constitucional – afirmou:

V. ex.^a sabe que das chaminés da fabrica sáe o acido sulphuroso que com a

⁶⁵³ “A Torre foi construída com uma pedra calcária geralmente conhecida por lioz – um calcário cretácico, subcristalino, bioclástico, rico em fósseis rudistas, de cor clara e aspecto ceroso. Existem no monumento alguns blocos típicos deste tipo de calcário de lioz, sendo no entanto a maior parte de uma variedade fraca, heterogénea, com vestígios de estruturas sedimentares, estilólitos, fissuras e outras descontinuidades, bem como veios e bolsas de matérias argilosas. Estes calcários argilosos, extraídos de pedreiras locais, variam entre os tons pálidos de cinzento, amarelo e vermelho. Muitas pedras foram substituídas ou capeadas durante as várias alterações do edifício”. Cf. A. Elena Charola, “Projecto de conservação do exterior da Torre de Belém”, in *Torre de Belém. Intervenção de conservação exterior*, Lisboa, IPPAR, 2000, p. 23.

⁶⁵⁴ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, pp. 83-84.

⁶⁵⁵ João Roque da Fonseca, “O Comércio de Lisboa”, in *Problemas de Urbanização...*, Lisboa, C.M.L., MCMXXXV, p. 186.

⁶⁵⁶ Fê-lo em resposta a este curto texto do ministro: “Disse s. ex.^a que as instalações da companhia prejudicavam a torre de Belem e eram um elemento de insalubridade. Cumpre-lhe advertir que foi permitido á companhia construir o seu primeiro gazometro á Boa Vista, e não consta que as cantarias dos predios vizinhos tenham sido prejudicadas, nem a saude publica affectada”, Sessão de 20 de Junho de 1899, in *Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino*, n.º 53, p. 473.

humidade se transforma em ácido sulfúrico e este ataca a pedra como se pôde verificar na torre de Belem. A cantaria d'este monumento já perdeu a patina que lhe dava uma cor amarelada e fica completamente branca quando a chuva arrasta o pó de carvão que sobre ella se deposita durante o bom tempo. Isto, porém, só acontece nos pontos lisos, porque os ornatos, sobretudo os da face norte da torre, estão revestidos com uma espessa camada de carvão que difficilmente pôde ser extrahido ⁶⁵⁷.

Quatro décadas mais tarde – o País havia vivido, entretanto, o extorção da Monarquia, visto soçobrar a I República, arribar o “28 de Maio” e medrar o Estado Novo – Quirino da Fonseca pôde manifestar-se ainda acerca da deterioração da torre:

E as negregadas chaminés, fabricantes de civilização, preparam-se para redobrar de actividade; uma espessa névua de luto e sujidade envolverá sem tréguas aquela jóia secular, retendo-a nas suas dobras fumegantes, consumindo-a lentamente pelos seus tentáculos implacáveis, asfixiando-a com os seus mornos e torpes bafejos de laboratório corrosivo, gastando-lhe, minando-lhe, dissolvendo-lhe o

⁶⁵⁷ Carlos Palmeirim, *Diario da Camara dos Dignos Pares*, Sessão n.º 53 de 20 de Junho de 1899, p. 477. Não podemos deixar de citar informação expressa num estudo recente: “A despeito das considerações feitas sobre a presença de patologias mencionadas [...] e da sua explicação, algo se pode avançar como traços gerais. Assim, deve salientar-se a peculiaridade da fachada norte da Torre que, por um lado, está mais abrigada dos ventos de SW que carregam as chuvas de Outono e Inverno e, por outro, mais próxima da poluição antrópica, já que vem da cidade. Foi nesta fachada [como Palmeirim constatava já em 1899] que se desenvolveram as crostas negras mais espessas nos diversos recessos das guaritas e dos cachorros dos varandins”. Luís Aires-Barros *et. al.*, “Patologias da pedra na Torre de Belém e análise das águas de limpeza”, in *Torre de Belém. Intervenção de conservação exterior*, Lisboa, IPPAR, 2000, p. 65. Terão os autores deste estudo considerado as seis décadas de poluição gasométrica?. Na referida publicação encontramos poucas referências à fabrica de gás. Outro autor que se expressou sobre a questão foi Ribeiro Cristino: “Infelizmente, do lado norte, a proximidade da fabrica do gaz, que há muitos anos foi ali impropriamente estabelecida, tem enegrecido por completo as cantarias e os seus principaes labores. Muitos protestos teem sido feitos por nacionaes e até estrangeiros e, embora se conseguisse que fôsem retirados para mais longe os gazometros, que formavam um pessimo fundo á Torre, as fabricações continuam e portanto segue o enegrecimento e estrago” (In *Mocidade*, folha da Academia de Estudos Livres, Junho de 1911, republicado in *O Occidente*, vol. XXXV, n.º 1195, 10 de Março de 1912, p. 50).

cinzelado primoroso. Tive ocasião de verificar quanto essa crosta⁶⁵⁸ hedionda, traiçoeira, mais daninha que a acção implacável das intempéries, mais furiosa que o bruto embate dos pelouros para que foi construída a grácil fortaleza, desoladamente verifiquei quanto êsse negrejante vai amolentando e corrompendo a vetusta cantaria. Será pouco dizer que êsse bafo satânico de civilização e indústria, devore em cada ano, um milímetro de pura arte. Decorridos cem anos, serão dez centímetros de relêvo escultural que desaparece, e a Tôrre de Belem tornar-se-há numa lisa e denegrada mole, como scenografia fantástica do gasómetro verídico que a vai digerindo⁶⁵⁹.

Quando se deram as primeiras intervenções na Torre, interessantemente, os protagonistas – ao contrário dos acima citados – não foram pródigos em formulações naqueles domínios que são axiais ao complexo mundo da conservação e restauro dos monumentos históricos: doutrinários, jurídicos, financeiros e técnico-científicos. Por isso buscámos, no âmbito da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, documentação substantiva. As fontes documentais disponíveis, de tipo “burocrático-institucional”, permitiram-nos recuar a informação até 1939, quando esta Direcção Geral contava já dez anos⁶⁶⁰. Mas,

⁶⁵⁸ “As espessas crostas negras da pedra calcária, encontram-se em áreas abrigadas da chuva, compõem-se principalmente de gesso e são consequência dos poluentes ácidos existentes no ar. Sinais da presença de nitratos apontam para o problema dos gases exalados pelos motores dos veículos que estacionam na área próxima do monumento” (A. Elena Charola, “Projecto de conservação do exterior da Torre de Belém”, in AA.VV., *Torre de Belém. Intervenção de conservação exterior*, Lisboa, IPPAR, 2000, p. 24).

⁶⁵⁹ Quirino da Fonseca concluiria: “Resta-nos a compensação de considerar que dentro de cem anos, os nossos vindouros não experimentarão estas ninharias de sentimento, e devem ser quasi todos accionistas da famosa e lucrativa Companhia do Gás e Electricidade ou qualquer outra luminosa invenção que se dedique industrialmente a obscurecer os padrões de Arte, os vestígios de épocas memoráveis”. Cf. “A Tôrre de Belem, baluarte de artilharia planeado por D. João II, in *Memórias e Conferências sobre História e Arqueologia*, Lisboa, Serviços Industriais da C. M. L., 1935, p. 249.

⁶⁶⁰ A D.G.E.M.N. foi criada pelo Decreto n.º 16791 de 30 de Abril de 1929. Ver, por todos, Maria João Baptista Neto, “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal. 1929-1999”, in *Caminhos do Património*, Lisboa,

estranhamente, apesar das nossas dúvidas e pesquisas, não encontramos no fundo documental existente nos arquivos centrais (nem regionais de Lisboa) da D.G.E.M.N., informação sobre o estado de conservação da Torre em 1939, nem um diagnóstico dos problemas existentes, nem, muito menos, um plano de manutenção do monumento. Talvez por isso, o modelo de conservação da Torre de Belém, para além de tardio, quase nunca ultrapassou o patamar de umas obras mais ou menos avulsas.

Voltemos ao ano de 1939, o ano das primeiras obras na Torre de Belém segundo a documentação da D.G.E.M.N. Antes de referirmos outros dados, lembremos quem assinou o documento que as autorizou: o eng.º Duarte Pacheco⁶⁶¹. Com efeito, foi o ministro das Obras Públicas quem, em 11 de Novembro de 1939, permitiu “o dispêndio no corrente ano economico, pelo Cap.º 16.º, art.º 174.º-11, do orçamento em vigor, da quantia de Esc: 20000\$00, para obras na TORRE DE BELEM”⁶⁶². De que constariam? Sem haver, em anexo, indicações precisas sobre essa intervenção, encontramos uma proposta de *J. de Sousa Camarinha, Marcenaria e Carpintaria*, de 28 de Novembro de 1939, onde, “de acordo com as instruções recebidas e a receber da Exm^a Direcção dos Monumentos Nacionais” se discriminam os trabalhos a realizar”⁶⁶³.

D.G.E.M.N., 1999, pp. 29-43.

⁶⁶¹ Ministro das Obras Públicas desde 5 de Julho de 1932 a 11 de Maio de 1933, de 11 de Abril de 1933 a 23 de Outubro de 1934, de novo de 34 a 36 e de 38 até à sua morte em 16 de Novembro de 1943. Cf. *Dicionário de história do Estado Novo* (Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, dir.), vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

⁶⁶² Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Arquivo Geral, M.I. 125.

⁶⁶³ “a) Limpêsa geral de cantarias, incluindo a tomada de juntas com argamassa hidraulica, andaimes, etc., a 4\$00 cada m²; b) Construção e assentamento de janelas exteriores em madeira de castanho, iguais ás antigas, compreendendo ferragens, etc., a 300\$00 cada m²; c) Idem de portas interiores em grossura, incluindo ferragens e assentamento a 200\$00 m²; d) Substituição de pavimentos existentes por lagedo de cantaria bujardada, incluindo o arranque do actual a 150\$00 cada m²”. Cf. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Arq. Geral, M.I. 125.

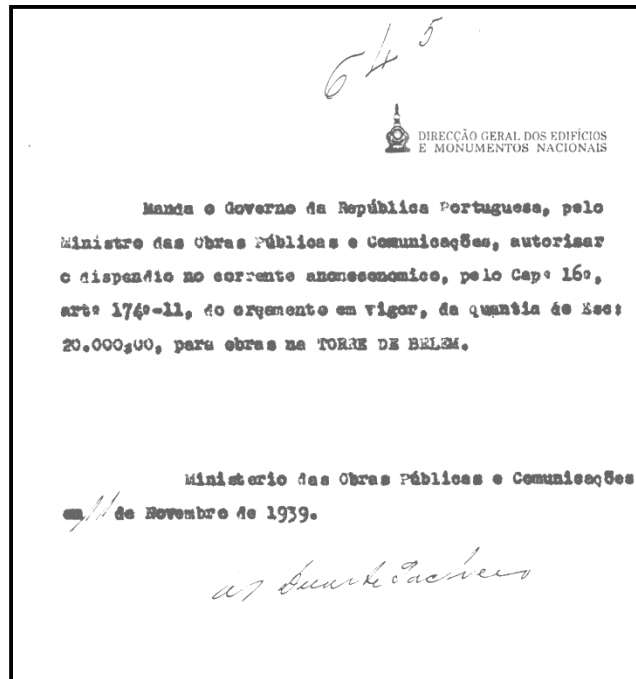


Fig.40

Assinatura de Duarte Pacheco (A.H. da D.G.E.M.N.)

No ano seguinte, 1940, o ano de todas as festas nacionais, a conservação da Torre receberia um total de 35 000\$00. Na ausência de outra documentação, novamente J. de Sousa Camarinha ajuda-nos: “de harmonia com as instruções recebidas Pela [sic] Exm.^a Direcção dos Monumentos Nacionais se compromete a executar na Tôrre de Belem” um conjunto de trabalhos⁶⁶⁴. A prevista abertura ao público do monumento – apesar do seu estado de conservação⁶⁶⁵ – materializada já em

⁶⁶⁴ “a) Arranjo geral do páteo inferior compreendendo a demolição de uma parêde de alvenaria, remoção de entulhos, arranjo das cantarias etc. por 3 500\$00; b) Demolição de uma parêde de cantaria no primeiro pavimento da Tôrre, compreendendo o arranjo das cantarias, reparação das abóbodas e rebôcos, conclusão do lagêdo de cantarias etc. por 6 500\$00 e c) Remoção de entulhos provenientes destas obras a 12\$00 o m³”. Cf. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, M.I. 125.

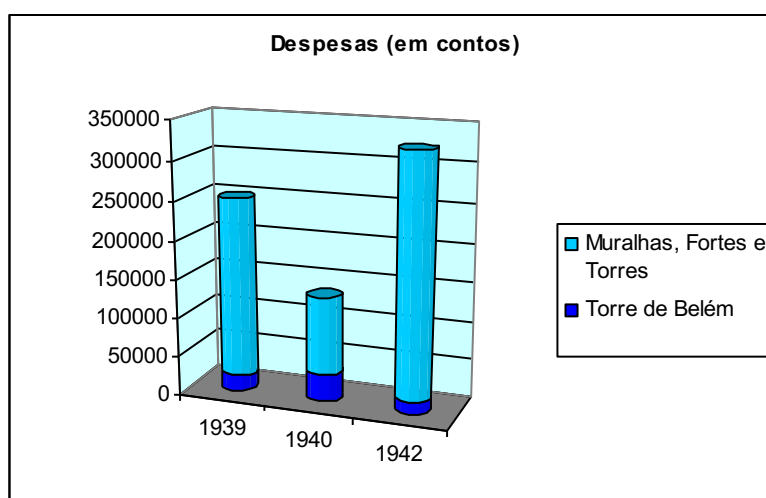
⁶⁶⁵ Documentação do A.H. do M:E. Assim o confirma. Em ofício de 22 Agosto 1941 da D.G.F.P. do M.F. ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pode ler-se: “A “Tôrre de Belém” que, dentro de pouco tempo passa a estar patente ao público, carece urgentemente dos seguintes arranjos para efeitos de conservação do edificio”. Meses mais tarde, em ofício de 6 de Novembro 1941, da D.G.F.P. do M.F. ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, referindo o ofício anterior, diz-se: “Visto encontrar-se já patente ao público o Monumento

algumas visitas de estudo,⁶⁶⁶ levou a mais algumas obras em 1942⁶⁶⁷.

Quadro IV

Obras em muralhas, fortes e torres em 1939, 1940 e 1942

Fonte: D.G.E.M.N.



Observando o gráfico, será de salientar que em 1940 a Torre de Belém recebeu uma percentagem muito significativa – cerca de 1/3 – do total nacional despendido

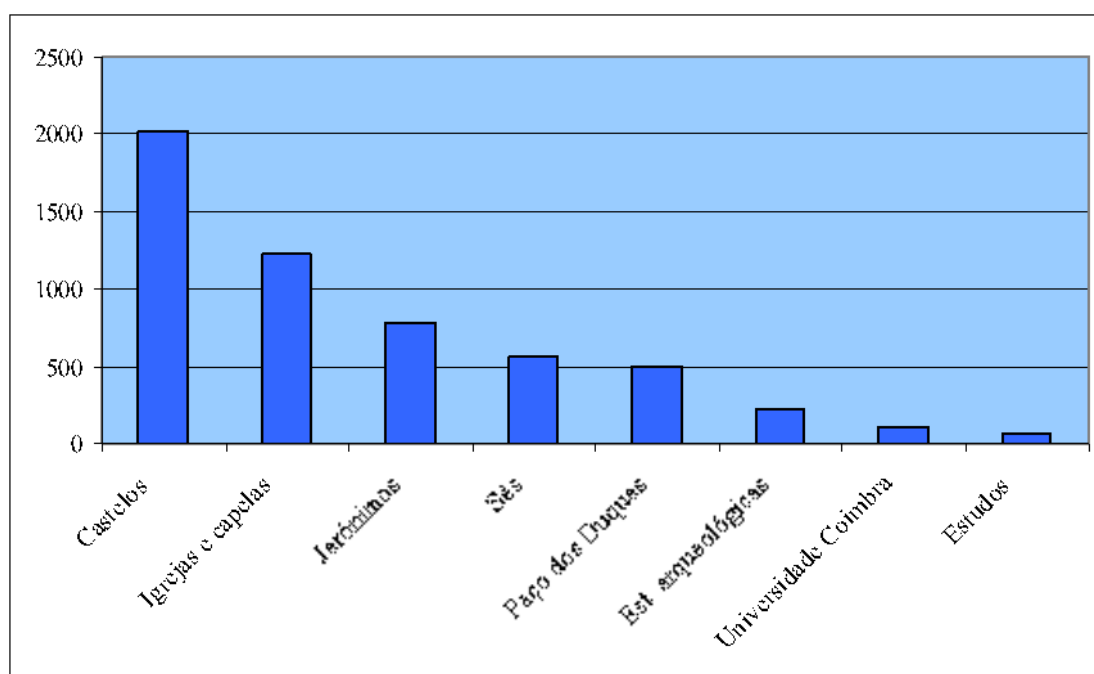
Nacional, designado “Torre de Belém”, cujo estado de conservação, por ser bastante precário, tem merecido alguns reparos das entidades que o visitam e para evitar, dentro do possível, que tais factos se repitam, permito-me insistir com V. Ex.^a no sentido de que se digne mandar vistoriar o referido Monumento, ordenando, ao mesmo tempo, as obras de conservação de que carece” (A.H. do M.E.).

⁶⁶⁶ Ao comunicar ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que autorizara a “visita gratuita á Tôrre de Belém” de um grupo de alunos do Liceu Nacional de Gil Vicente, em 24 de Maio de 1941, o Director Geral da Fazenda Pública informava que “as respectivas chaves se encontrarem em poder do Snr. Architecto Baltazar de Castro”(D.G.E.M.N., Arq. Geral, M.I. 125).

⁶⁶⁷ J. de Sousa Camarinha, Proposta de Ajuste Particular, de 14 de Dezembro de 1942: 1) Reparação geral da ponte levadiça, incluindo pintura de carbonilo, pela quantia total de 1 000\$00; 2) Reparação geral das portas e caixilhos, ao preço de 300\$00 cada m²; 3) Pintura a tinta de óleo com três demãos em portas e caixilhos, ao preço de 60\$00 cada m²; 4) Reparação geral de rebocos, incluindo picagem, ao preço de 40\$00 cada m³; 5) reparação de cantarias, ao preço de 1 500\$00 cada m³” (D.G.E.M.N.).

em “Muralhas, Fortes e Torres”. As verbas investidas em 1942⁶⁶⁸ foram, por seu lado, confirmadas pelo *Diário do Governo* de 28 de Janeiro desse ano, que publicou uma portaria com o “Plano das obras de restauro e conservação de monumentos a executar pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”. Tal texto permite-nos, também, perceber a dimensão económica⁶⁶⁹ do esforço restaurador do Estado Novo, bem como as principais áreas patrimoniais de intervenção.

Quadro V
Despesas em Monumentos (em contos)



Fonte: D.G.E.M.N.

⁶⁶⁸ Autorização do dispêndio da quantia de 7.500\$00, para restauro da TÔRRE DE BELÉM MOPC, em 9 Fevereiro de 1942. a) Duarte Pacheco (D.G.E.M.N., Pasta 1310). De notar que é usada a palavra restauro pela primeira vez

⁶⁶⁹ Um montante total de 6.260.000\$00, assim dividido: Castelos 2.020.000\$00, Sés 560.000\$00, Igrejas e capelas 1.220.000\$00, Estações arqueológicas e outras obras 220.000\$00, Paço dos Duques de Bragança em Guimarães 500.000\$00, Mosteiro dos Jerónimos 780.000\$00, Universidade de Coimbra 100.000\$00 e verba para estudos 60.000\$00.

A propósito destas e, aceitando por bom o princípio segundo o qual intervir na salvaguarda do património – quaisquer que sejam os “instrumentos de preservação”⁶⁷⁰: museus, inventários, classificações, reutilizações ou, como aqui, a conservação e o restauro – implica (sempre) uma selecção, que se traduz em inclusões/exclusões; não será de estranhar a opção do Estado Novo, em primeiro lugar, pelas igrejas e outros templos. Assim aconteceu com os “venerandos mosteiros, onde rezaram através dos tempos milhares de freiras e monges [...] as grandes catedrais das dioceses [...] as devotas igrejas das freguesias [...] e as ermidinhas brancas que coroam o cimo dos montes”⁶⁷¹ que, em conjunto, usufruíam um pouco mais de 53%. Depois, pelos castelos. Na verdade o “Castelo é [...] a ordem tradicional, o Passado, o “bom velho tempo” da “*pax ruris*” medieva, a Ucrónia medieval, o saudosismo neomedievalista de muitos intelectuais salazaristas, o emblema da ordem tradicionalista da Nação”⁶⁷², castelos que recebem cerca de 1/3 da verba total⁶⁷³. Longe destes montantes vêm um paço, várias estações arqueológicas e a Universidade de Coimbra que recebem 13% e os estudos com 0,95% do total.

Quanto aos anos seguintes a documentação da D.G.E.M.N. nada refere, devendo as obras terem parado durante alguns anos.

Foi preciso esperar por 1948 para aparecer um importante relatório sobre a Torre,

⁶⁷⁰ Françoise Choay, *op. cit.*, p. 24.

⁶⁷¹ *O Livro da Terceira Classe*, Lisboa, Livraria Rodrigues, 1958, 4.^a ed., pp. 37-38.

⁶⁷² Cf. João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. XII, “O Estado Novo”, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, p. 35.

⁶⁷³ Em trabalho anterior baseado numa análise de manuais escolares do ensino primário chamámos já a atenção para as tipologias patrimoniais imóveis “favoritas” do Estado Novo. Cf. Paulo Oliveira Ramos, “Pequenas Pátrias (O Património Cultural em alguns manuais escolares do Estado Novo)”, in *Poder e Sociedade. Actas das Jornadas Interdisciplinares*, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp. 523-539.

apresentado pelo Conservador interino dos Palácios e Monumentos Nacionais, José Rebocho. Na primeira parte desse documento o autor tratou do “estado geral da conservação, enumerando ou registando coisas que se encontram destruídas, outras que desapareceram e de que se conservam vestígios e, finalmente, outras ainda que suponho terem sido acrescentadas.” Na segunda parte referiu-se a “ideias ou, melhor, sugestões sobre um possível e futuro aproveitamento deste monumento notável da arquitectura manuelina, integrando o arranjo definitivo no carácter militar da torre que servia, também, de residência do Governador-mór, como atestam os documentos da época”. Se neste ponto se condensa quase tudo quanto antes se propusera para a torre e que se viria a propor no futuro, sobretudo em termos de reutilização; no primeiro, de que em seguida se reproduzem excertos, é traçado um primeiro retrato das patologias da Torre de Belém:

A entrada para a fortaleza, que, pelo menos, a maré rodeava, faz-se a nascente, por uma série de degraus, que conduzem a um cais, onde existe um gradeamento de ferro que, na minha opinião devia desaparecer, aliás, é esta também a opinião do autorizado arquitecto Baltazar de Castro⁶⁷⁴.

⁶⁷⁴ O arquitecto Baltazar da Silva Castro (1891-1967) foi retratado por João Medina como “um pequeno ditador do restauracionismo medievo [...] espécie de pequena réplica do eng.º Duarte Pacheco” (“Deus, Pátria e família; ideologia e mentalidade do salazarismo”, in *História de Portugal* (João Medina, dir.), Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, vol. XII, p. 34). Cottinelli e Telmo, escrevendo um artigo necrológico, lembrou quando Duarte Pacheco andava “pisando entulhos com o Baltazar de Castro – êsse seu incomparável amigo – isto a umas dezenas de quilómetros de Lisboa, no castelo em restauração” (“Um Grande Homem de Acção”, in *Panorama*, n.º 19, ano 3.º, Fevereiro de 1944, vol. 4.º, s/p.). Maria João Baptista Neto lembraria que é “conhecida a estima que Duarte Pacheco nutria por este arquitecto, promovendo-o e apoiando-o, no período de intensa actividade da Direcção-Geral [dos Edifícios e Monumentos Nacionais], por ocasião das comemorações centenárias” (*op. cit.*, p. 223).

Rebocho

RELATÓRIO SOBRE A

TORRE DE BELEM

Em cumprimento de determinação superior tenho a honra de informar V. Ex.^a, da minha actividade de como Conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais.

A primeira parte do meu relatório trata apenas, do estado geral da conservação, enumerando ou registando coisas que se encontram destruídas, outras que desapareceram e de que se conservam vestígios, e finalmente, outras ainda que supponho terem sido acrescentadas.

A segunda parte refere-se a ideias ou, melhor, sugestões sobre um possível e futuro aproveitamento deste monumento notável da arquitectura manuelina, integrando o arranjo definitivo no carácter militar da torre que servia, também, de residência do Governador-mór, como atestam os documentos da época.

I PARTE

O velho baluarte é constituído de dois corpos: a) uma torre de planta rectangular; b) um baluarte de forma poligonal, bateria casamatada, outrora guarnecida por 17 canhões que disparavam ao lume d'água.

A entrada para a fortaleza, que, pelo menos, a maré cheia rodeava, faz-se a nascente, por uma série de degraus, que conduzem a um cais, onde existe um gradeamento de ferro que, na minha opinião devia desaparecer; aliás, é esta também a opinião do autorizado architecto Baltazar de Castro.

Fig. 41

José Rebocho, *Relatório sobre a Torre de Belém*,
14 de Abril de 1948, p. 1 (D.G.E.M.N.).

O acesso à torre é feito por uma ponte levadiça, que não funciona [...] O madeiramento começará dentro em breve a merecer pouca segurança. Ultrapassado o portal, ingressamos num pequeno recinto, onde encontrei uma secretária velha, assente sobre um estrado e, num dos cantos, utensílios de limpeza que mandei retirar e guardar, por achar conveniente.

Por um largo portão, entramos na bateria, onde existe uma retrete que mandei limpar e fechar, evitando que os visitantes se servissem d'ela, como era frequente, quando o guarda não podia acompanhá-los em virtude do seu elevado número.

Esta bateria [*sic*] casamatada tem vinte vigias para igual número de canhões, dos quais só quatro possuem os respectivos suportes, em ferro, destinados aos carrilhões.

Estas peças, naturalmente, devem estar expostas ou depositadas no MUSEU D'ARTILHARIA.

Quando se tratar do arranjo integral e definitivo, terão que sêr requisitadas, por se considerarem indispensáveis.

No terraço poligonal do baluarte [...] a meio e sobre a balaustrada do claustro, pelo lado do rio, eleva-se um nicho, ricamente lavrado, que abriga a bela imagem de NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO, segurando o MENINO, que tem um braço pessimamente restaurado e descolado.

Segundo a minha opinião, antes conservar uma estatua mutilada que submetê-la a um restauro infeliz.

Do mesmo terraço vê-se mutilada uma gargula segurando um violino.

Subindo ao primeiro andar [...] existe ainda a boca oitavada da cisterna com sinais de ter tido uma armação de ferro que convem restaurar.

No tecto caiado, d'onde em onde começam a aparecer grandes superficies de rebôco tal como acontece nas salas dos outros pavimentos.

As janelas e portas [...] precisam de ser reparadas.

Nas paredes da sala do último pavimento [...] veem-se duas placas comemorativas que deveriam ser colocadas em lugar achado mais conveniente.

A escada de caracol estende-se até ao eirado terminal ameiado donde se vê quebrada a parte superior d'uma cúpula orlada na linha do beirado por uma corda, cujos destroços o guarda arrumou cuidadosamente⁶⁷⁵.

A este excerto sucederia um parco documento, uma vez mais do Ministério das Finanças (Direcção Geral da Fazenda Pública) para o Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, enumerando, sinteticamente, as “obras urgentes” a realizar na Torre de Belém⁶⁷⁶. Um ano passado, escrito análogo referia que a ponte

⁶⁷⁵ José Rebocho, “Relatório sobre a Torre de Belem”. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Arquivo Geral.

⁶⁷⁶ “1.º - Substituir o dormente onde assenta o taboleiro da ponte e uma das vigas de apoio, reparando convenientemente as restantes [...]; 2.º - substituir todo o taboleiro da ponte por pranchas novas de pinho [...]; 3.º - reparar toda a ferragem ou substituir a que não se encontra em condições; 4.º - colocar oito braçadeiras de ferro forjado para travamento; 5.º - Barrar a alcatrão as vigas de apoio e a parte inferior do taboleiro; 6.º - a viga de ferro [...]; 7.º - O portão de ferro de entrada para a Torre deverá ser reparado de serralharia [...]; 2.º [sic] Além destes trabalhos, há

levadiça precisava “urgentemente” de reparos, acrescentando que “a Torre continua a ser muito visitada”⁶⁷⁷.

2.2. Depois de 1950

O pretérito rol de obras a fazer na Torre de Belém foi, pode dizer-se, contemporâneo da cessação de actividade da Fábrica de Gás, do seu desmantelamento, do posterior derrube das duas chaminés e da cessão da Torre à Administração Geral do Porto de Lisboa.

Por este último acto passou “a ficar a cargo da concessionária a guarda e conservação daquele Monumento Nacional, sem prejuizo da superintendência de carácter artistico a exercer pelos Ministérios da Educação Nacional⁶⁷⁸ e das Obras Públicas, por intermédio da Fazenda Pública”⁶⁷⁹. Cedência que sabemos a

necessidade de consertar toda a caixilharia das janelas e substituir os respectivos fechos, bem como as dobradiças das portas que não suportarão o próximo inverno [...]”.

⁶⁷⁷ Documentação da 1.ª Secção da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, datada de 3 de Janeiro de 1949, dá conta que “julgam-se necessárias e urgentes” algumas obras na Torre de Belém. A estimativa de 270.000\$00 não incluía a limpeza da fachada Norte, “obra que só poderá ser considerada após a transferência, para outro local, da fábrica de gás que tão grandes prejuizos tem causado a esse precioso monumento”(AHMOP).

⁶⁷⁸ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Arquivo Geral.

⁶⁷⁹ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Arquivo Geral, M.I. 125 Lisboa “Diversas obras”. “Aos vinte e oito dias do mês de Setembro de mil novecentos e cinquenta, na Repartição do Património da Direcção-Geral da Fazenda Pública [...] pelo Primeiro Outorgante foi dito: - Que, na qualidade que representa, faz a cessão a título precário [...] à Administração Geral do Porto de Lisboa da Torre de Belém, passando a ficar a cargo da concessionária a guarda e conservação daquele Monumento Nacional, sem prejuizo da superintendência de carácter artistico a exercer pelos Ministérios da Educação Nacional e das Obras Públicas, por intermédio da Fazenda Pública [...] Em vista das disposições contidas nos diplomas citados, nenhuma obra que altere a estrutura ou o aspecto exterior e interior do Monumento, ou a realizar em redor dele (pelo menos numa área de cinquenta metros enquanto não está oficialmente fixada a zona de protecção), poderá ser executada sem prévia aprovação daqueles Ministérios a obter através da Direcção Geral da Fazenda Pública”.

D.G.F.P.⁶⁸⁰ comunicar à D.G.E.M.N., a que esta replicou, dois dias depois, perguntando “qual a utilização que vai ser dada à Torre de Belém pela Administração Geral do Porto de Lisboa”⁶⁸¹; a que se seguiu, em 16 de Outubro de 1950, uma resposta lapidar da D.G.F.P.:

tenho a honra de esclarecer V. Ex.^a de que **a Torre de Belém não foi cedida à Administração-Geral do Porto de Lisboa para lhe ser dada qualquer aplicação**, mas unicamente para passar a ficar com o encargo da sua guarda e conservação, sem prejuízo da superintendência de carácter artístico a exercer por essa Direcção-Geral e pela Direcção-Geral do Ensino Superior e Belas Artes, por intermédio da Fazenda Pública⁶⁸².

Aparentemente, encerra-se aqui um primeiro ciclo de obras na Torre de Belém, e entramos num segundo, que acompanharemos durante toda a década de 50. A obrigatoriedade de “guarda e manutenção” da Torre por parte da A.G.P.L. materializou-se nos votos desta, logo em 25 de Janeiro de 1951, de “melhorar o aspecto exterior e interior da Torre de Belém, promovendo a realização das adaptações necessárias para corresponder ao elevado interesse histórico e artístico de tão consagrado elemento do património nacional”⁶⁸³. A A.G.P.L. considerou ainda que “seria aconselhável que a entrada da Torre de Belém fosse objecto de estudo de forma a facilitar-se o acesso mesmo em preiamares de águas vivas, de modo a proporcionar-se condições de acesso permanente aos visitantes”⁶⁸⁴.

⁶⁸⁰ Por ofício de 26 de Setembro de 1950. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Arquivo Geral.

⁶⁸¹ D.G.E.M.N., Arquivo Geral, M.I.125.

⁶⁸² D.G.E.M.N., Arquivo Geral, M.I.125 Lisboa, “Diversas obras” (*sublinhado nosso*).

⁶⁸³ Que compreendiam: “a) reparações e beneficiações dos exteriores e interiores do monumento; b) arranjos interiores, compreendendo portas, janelas e decorações complementares necessárias; c) dependências para instalações do guarda, compreendendo o respectivo mobiliário (mesa, armário e vestiário); d) instalações sanitárias, pelo menos, para o guarda, dotadas de água canalizadas”.

⁶⁸⁴ Mais: “Devo informar V. Ex.^a que os melhoramentos enumerados e outros que essa Direcção

Por Outubro, um “Caderno de Encargos” e um par de ofícios da D.G.E.M.N. permitem-nos conhecer o montante do concurso, as obras em causa e as condições técnicas especiais. Falava-se nessa documentação de uma base de licitação de 76.000\$00; limpeza de cantarias em “paramentos exteriores, raspar grades e correntes de ferro, colocação de algumas pedras que se encontram no subterrâneo”⁶⁸⁵. Depois, seguiam-se as “condições técnicas especiais”, como, por exemplo, a “fachada Norte [que] será lavada com água e esfregada com escova de piassaba, por forma a não prejudicar a patine natural da cantaria” (art.º 7.º), ou que “vitrais a colocar nos caixilhos, deverão ser executados por especialistas de competencia reconhecida” (art.º 12.º)⁶⁸⁶.

Em sequência desta intervenção, a Direcção Geral da Fazenda Pública – melindrada por não ter sido ouvida – contactou a Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, que, por sua vez, levou ao conhecimento da Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em ofício confidencial, dando conta que a

A Fazenda Pública tomou conhecimento de que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais levou a efeito algumas obras interiores na Torre de Belém, designadamente a adaptação do vão abobadado, que fica á entrada, a dependência privativa do guarda e a adaptação de um dos vãos do baluarte para instalações sanitárias.

Nestes termos, tenho a honra de solicitar de V. Ex.^a que se digne facultar-me parecer dessa Direcção Geral que certamente precedeu à realização daquelas obras

Geral entenda necessário levar a efeito, deverão ser sancionados pelo Ministério da Educação Nacional, nos termos do auto de cessão da Torre de Belém à Administração Geral do Porto de Lisboa [...] Estas obras poderão ser executadas por conta de verba inscrita no art.º 7.º - 1 a), (obras a cargo da D.G.E.M.N.) do Orçamento de despesas da Administração Geral do Porto de Lisboa, para o ano corrente” (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Pasta 1310).

⁶⁸⁵ D.G.E.M.N., Arquivo Geral, Pasta 1310.

⁶⁸⁶ D.G.E.M.N., Arquivo Geral, Pasta 1310.

para se verificar a consistência das críticas feitas⁶⁸⁷.

Até finais dos anos 50, a Torre de Belém recebeu outras intervenções. O anónimo autor da lista que vimos seguindo apontou os seguintes montantes:

Quadro VI

Verbas dispendidas em Muralhas, fortes e torres em 1942

1951	60.373\$10
1954	27.720\$00
1955	1.015.300\$00
1956	23.764\$00 ⁶⁸⁸
1957	28.496\$00 ⁶⁸⁹
1958	97.552\$00
1959	191.500\$00

Fonte: D.G.E.M.N.

Neste conjunto, o ano de 1955 parece ser uma excepção, dado o montante global ser muito alto comparativamente com os outros anos. Mas, na verdade, dessa verba

⁶⁸⁷ A resposta da D.G.E.M.N., dada de 29 de Julho de 1953, mais do que um justificativo das obras feitas na Torre de Belém, tinha as cores de um desagravo, como o seguinte excerto ilustra: “O declive do pavimento foi espondeirado para permitir o pavimento da porta que abre para fóra e porque esta só possui um pequeno fecho para ser utilizado do lado interno, a porta encontra-se permanentemente aberta exibindo ao visitante simultaneamente com o ambiente manoelino, loiças sanitárias...” (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais).

⁶⁸⁸ Os totais nacionais para “Muralhas, Fortes e Torres” foram, para 1951, 1954, 1955 e 1956, respectivamente: 315 294\$00, 1 280 911\$30, 1 370 091\$50 e 164 063\$90.

⁶⁸⁹ Em 17 de Maio de 1957 a DGFP comunicava à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que, segundo a AGPL, “encontrando-se já uma parte [do mobiliário] em condições de ser entregues [*sic*] [...] parece haver necessidade de proceder a algumas reparações e modificações a fim de restituir a este Monumento Nacional dentro do possível o seu primitivo aspecto” (D.G.E.M.N.).

haverá que retirar 1.000.000 de escudos destinados ao ajardinamento – cf. ponto 3.1. deste Capítulo – tendo assim a Torre de Belém recebido, tão-só, 15.300\$00. Afinal, o total para a conservação do monumento em 1955 foi bastante pequeno, mesmo mais pequeno do que em outras dotações, de jeito que a cada ano se poderia aplicar o texto do ofício do Engenheiro Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais informando (em 1943) que “**as obras de restauro da TORRE DE BELEM-LISBOA pararam [...] por se terem esgotado as verbas concedidas....**”⁶⁹⁰.

3. Jardim / Envolvente

“Todo o cuidado agora será pouco no arranjo à volta do precioso monumento de Lisboa”.

Jorge Segurado, “A moldura da Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, 8 de Setembro de 1950.

“Não será o desafrontamento total da Torre de Belém de uma urgência indiscutível? [...] Se há, conviria fazê-las [dificuldades] desaparecer quanto antes para que o pousio de Belém desaparecesse e a graça das roseiras e o rubro das cevadilhas principiassem a existir onde hoje só há pó, areia e desolação”.

“Aquele Pousio de Belém...”, in *O Século*, 21 de Setembro de 1954.

⁶⁹⁰ Lisboa, Direcção dos Monumentos Nacionais, em 5 de Janeiro de 1943 (D.G.E.M.N., Pasta 1310) (*sublinhado nosso*).

3.1. Antes de 1950

Sonhado, em 1912⁶⁹¹, por Afonso de Lemos – “os terrenos em volta [da Torre de Belém] devem ser aplicados a um jardim municipal, onde os filhos do povo possam ir ler uma das mais brilhantes paginas da nossa historia”⁶⁹² – terão sido, contudo, as próprias Companhias Reunidas Gás e Electricidade a esboçarem o primeiro plano de ajardinamento do local. Este, que ora se revela, cremos, que pela primeira vez, foi claramente projectado mais em função do aformoseamento da Fábrica de Gás – ou, melhor, de uma nova fábrica – do que permitir o realce da Torre.

⁶⁹¹ Já em 1899, o ministro da Guerra, Sebastião Teles, retorquia a propósito de uma intervenção de Carlos Palmeirim na Câmara dos Dignos Pares do Reino: “Tambem s. ex^a. quer que se removam de junto da bateria do Bom Sucesso umas certas dependencias do gazometro, e **quer mais que se trate de ajardinar a parte, cuja desobstrucção aconselha.**

Seria bonito e agradavel, sob certos pontos de vista, a realizacão d’esta idéa; mas o campo de tiro ficaria assim igualmente obstruido” (Sessão de 20 de Junho de 1899, in *Diario da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, n.º 53, p. 473) (*sublinhado nosso*).

⁶⁹² *O Século*, de 29 de Fevereiro de 1912. O mesmo jornal estamparia na sua primeira página: “os terrenos hoje ocupados pelo Gaz serão ajardinados e entregues ao logradouro publico”.

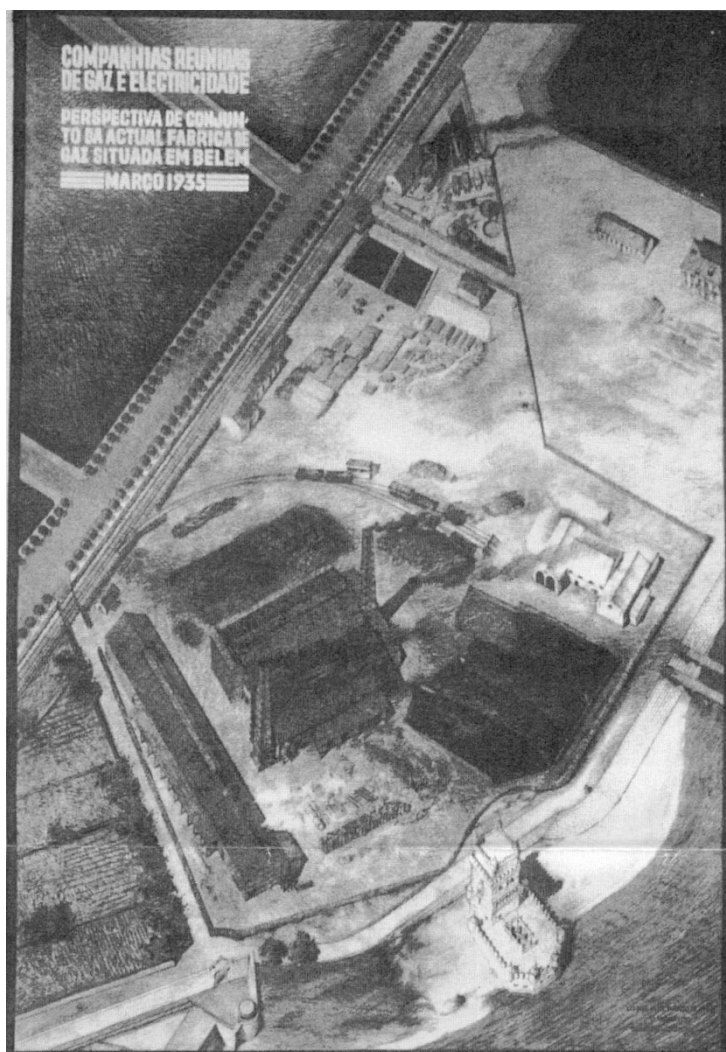


Fig. 42

Perspectiva de conjunto da actual Fábrica de Gáz situada em Belém.

Março 1935, (A.H. da E.D.P.)

Assim, o primeiro dos três desenhos que pudemos analisar, datando de Março de 1935, mostrava a “actual fábrica” e nele predominavam espaços escuros, fumos negros saindo das duas chaminés, além de uma massa irregular e lúgubre de

construções fabris, “uma viela, uma passagem de nível [...] uns casebres miseráveis [...] e montanhas de carvão”⁶⁹³, tudo a lembrar estes versos de *Nós*:

*“E ó condados mineiros! Extensões
Carboníferas! Fundas galerias!
Fábricas a vapor! Cutelarias!
E mecânicas, tristes fiações!”*⁶⁹⁴.

A Torre de Belém, por seu lado, mal banhada pelo Tejo, parecia querer arde no areal, também ele pardacento, ilustrando, *à merveille*, o título de um artigo de jornal: “Belém, a Enfarruscada...”⁶⁹⁵.

Nos dois outros desenhos o programa para ajardinamento das novas instalações da Fábrica de Gás era caracterizado pela simetria do traçado onde figuras geométricas se combinam para compor trechos desenhados, antecipando os traçados propostos por arquitectos na década de quarenta para os jardins de Lisboa. Os ajardinados funcionavam como meio de embelezamento e isolamento das modernas instalações, criando uma moldura verde aberta se vistas da Avenida da Índia ou, cerrada, se observadas da emblemática Torre de Belém. Paralelamente à avenida da Índia estende-se um ajardinado rectangular cortado por um sistema de ruas principais e secundárias, estruturando placas de relva pontuadas por árvores.

⁶⁹³ Leitão de Barros, “Uma grande obra...”, in *Noticias Ilustrado*, n.º 299, série II, 1934, p. 12.

⁶⁹⁴ Joel Serrão, *Obra Completa de Cesário Verde*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983, p. 116.

⁶⁹⁵ *Écos de Belem*, ano XVIII, n.º 711, 6 de Agosto de 1949, p.1.

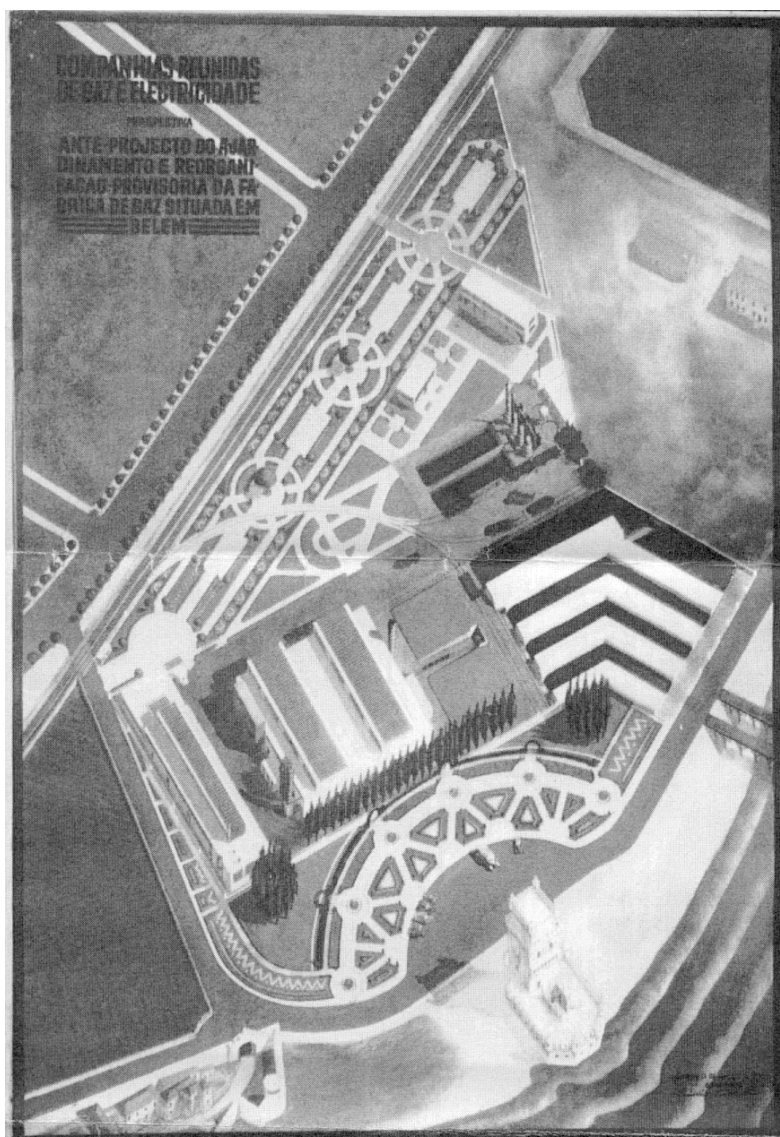


Fig. 43

Ante-Projecto do ajardinamento e reorganização provisória da Fábrica de Gaz situada em Belém [1935]. (A.H. da E.D.P.)

Na parte mais ocidental, a antiga rua, alargada e adornada de pequenas placas, conduzia à zona da Torre de Belém, que desafogada das velhas instalações ganhava uma nova vida. Um conjunto de árvores (género *Cupressus*) plantadas em linha, auxiliados por dois maciços em círculo delimitam as traseiras da fábrica, formam

uma barreira visual e dão estrutura ao jardim em meia laranja que ornamenta o espaço fronteiro à Torre de Belém. O traço simples de decoração com motivos repetidos forma tabuleiros de relva e canteiros em triângulos chanfrados que delimitam caminhos de diferentes larguras, dando acesso ao parque de estacionamento, criado para os novos visitantes que de carro aqui se deslocariam.

Mas o grande projecto a referir, antes de 1950, deve-se a José Ângelo Cottinelli Telmo (1897-1948), tendo sido elaborado no âmbito da *Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e da Zona Marginal de Belém*. Para os terrenos circundantes da Torre, o arquitecto realizador da *Canção de Lisboa* “propunha a criação de um extenso relvado, em contacto franco com o rio e pontuado por palmeiras, segundo um padrão aleatório. Sobre esse fundo pouco denso e em aparente desordem, destacava-se um elemento de geometria rigorosa e ritmos precisos, enquadrando frontalmente a Torre de Belém. O acesso à Torre a partir da Avenida da Índia era conduzido através de um conjunto de longas passagens lajeadas, cruzando em linha recta um espelho de água, num percurso estabelecido entre sebes de árvores geometricamente talhadas”. “Frente à Torre, essas verdadeiras muralhas de vegetação, altas e densas, definiam uma grande praça quadrada aberta ao rio, pontuada na periferia por doze estátuas monumentais de heróis dos descobrimentos”⁶⁹⁶.

⁶⁹⁶ João Paulo do Rosário Martins, *Cottinelli e Telmo / 1879-1948. A obra do arquitecto*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, vol. I, pp. 391-392 (policopiado).

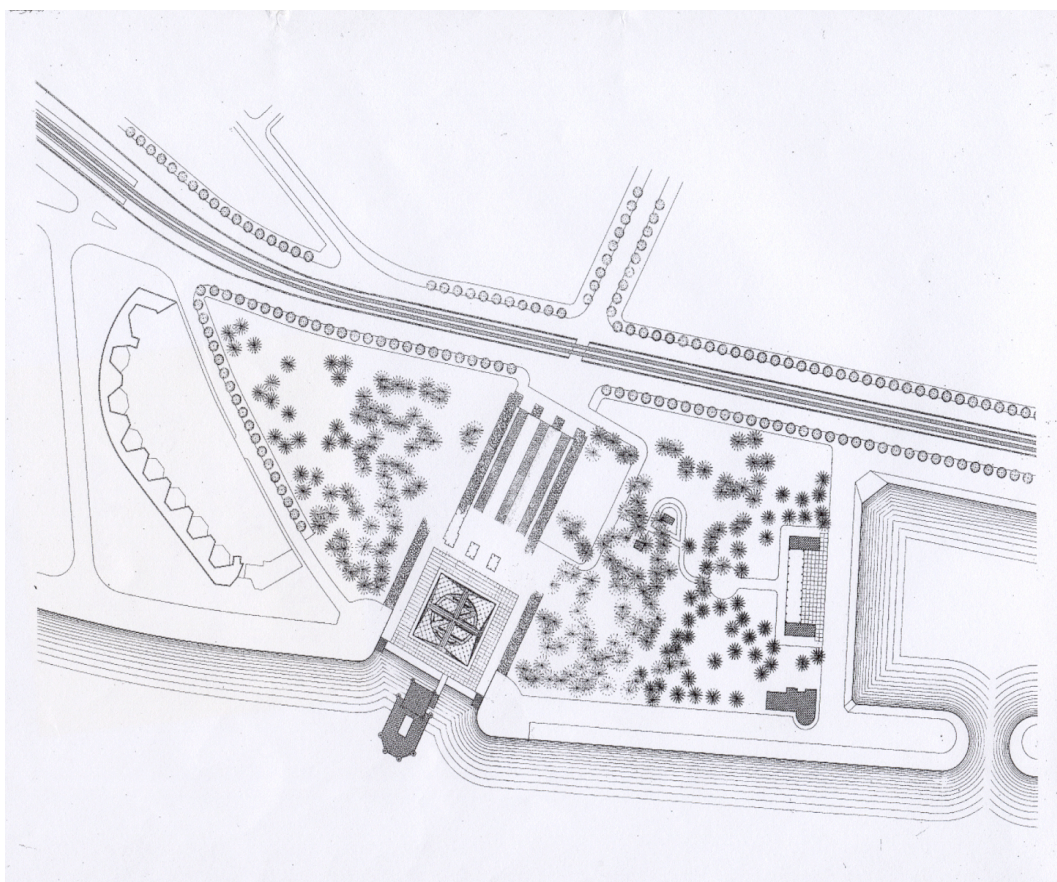


Fig. 44

CAPOPI, *Projecto de Urbanização da Torre de Belém. Planta de conjunto.*
[1943-1944. Não construído] (A.H. das Obras Públicas)

Apesar da existência de um projecto, onde, muitas vezes, as *coisas* não passavam das fases de sonho ou ideia; da aprovação por Duarte Pacheco⁶⁹⁷ – o tal ministro “que torna viável o inviável”⁶⁹⁸ –, a ideia acabaria por ser abandonada⁶⁹⁹ dela

⁶⁹⁷ Em 31 de Agosto de 1944, o Presidente da Comissão Administrativa das Obras da Praça do Império e da Zona Marginal de Belém, Manuel de Sá e Mello, dirigia um ofício ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações dando conta que “encontra-se concluído o projecto de urbanização da TÔRRE DE BELÉM, um dos trabalhos que constam do Plano Geral de Estudos, desta Comissão Administrativa. Importa o orçamento respectivo na quantia de Esc: - 2.189.500\$00” (D.G.E.M.N., Arq. Geral, M.I. 125).

⁶⁹⁸ António Ferro, “O Engenheiro Duarte Pacheco”, in *Panorama*, n.º 19, ano 3.º, 1944, s/p.

⁶⁹⁹ Segundo Cottinelli, o projecto de urbanização da Torre de Belém fora objecto de “pequenas alterações feitas recentemente por sugestão do Senhor Ministro (Duarte Pacheco), que aprovou o projecto e ‘maquette’” (Cottinelli e Telmo), Plano de Conjunto das Obras, (ca. 16 de Novembro

sobrando, unicamente, as doze estátuas.

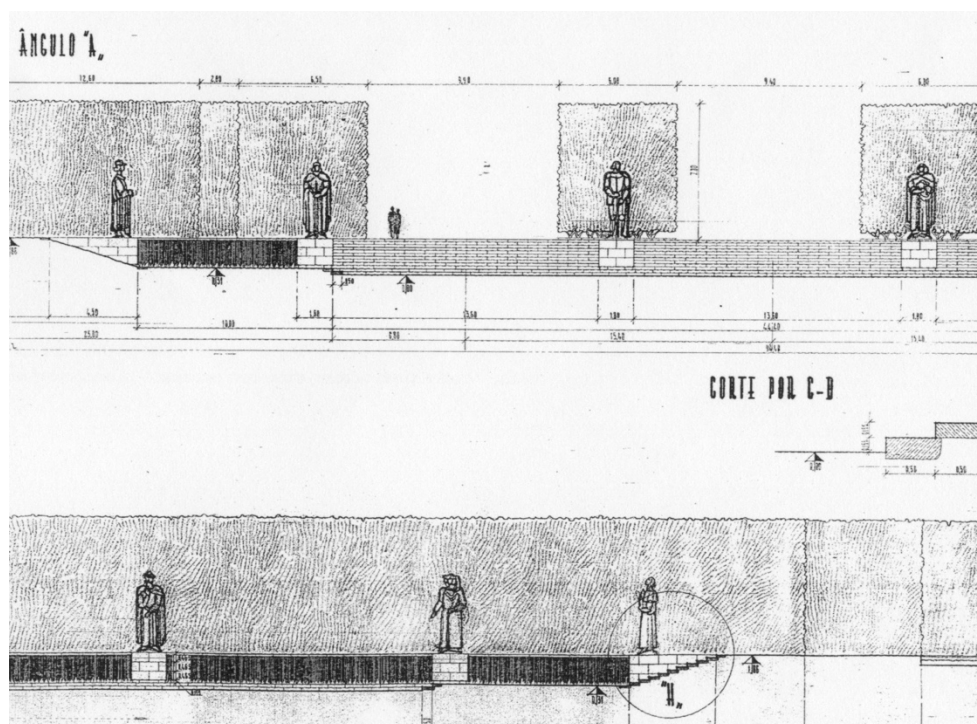


Fig. 45

CAPOPI, *Projecto de Urbanização da Torre de Belém. Cortes e pormenores.*
[1943-1944. Não construído] (A.H. das Obras Públicas)

Estas, idealizadas já em 1912 por Rocha Martins, quando escreveu que “o publico anciosamente esperava saber se aquela linda torre ficaria sempre, até enegrecer de todo, presa na caverna d’aquela fabrica, ou se se libertaria emfim para ser rodeada de jardins, onde estatuetas de contemporaneos da descoberta se mostrassem á beira do Tejo”⁷⁰⁰, o seu fado pareceu ser, desde o princípio, lugente. Assim, logo na definição dos doze personagens, fizeram-se duas listas, com nomes parcialmente

de 1943-10 de Dezembro de 1943), C.A.P.O.P.I., Processo de Secretaria n.º 127, A.H. das Obras Públicas). Em 31 de Agosto de 1944 o projecto estava concluído (cf. C.A.P.O.P.I., Processo de Secretaria n.º 1, A.H. das Obras Públicas).

⁷⁰⁰ Rocha Martins, “Uma questão da cidade. A Torre de Belem e a Fabrica do Gaz”, in *Ilustração Portuguesa*, 11 de Março de 1912, pp. 337-338.

não coincidentes: a primeira foi redigida em 1945 pelo académico, historiador e numismata Damião Peres⁷⁰¹; a definitiva, elaborada posteriormente, deveu-se a Manuel Múrias, escritor e publicista apoiante do regime, então director do Arquivo Colonial e também membro da Comissão Nacional dos Centenários⁷⁰².

Quadro VII
Navegadores sugeridos para estátuas

Damião Peres	Manuel Múrias
Gil Eanes	Gil Eanes
Nuno Tristão	Nuno Tristão
Pedro de Sintra	Pedro de Sintra
João de Santarém	João de Santarém
Pedro Escobar	Pedro Escobar
Diogo Cão	Diogo Cão
Bartolomeu Dias	
Vasco da Gama	
Pedro Álvares Cabral	
Miguel Côrte-Real	
Gaspar Côrte-Real	Gaspar Côrte-Real
João Álvares Fagundes	
	Gonçalves Zarco
	Diogo Gomes
	Pero de Alenquer
	Nicolau Coelho

Fonte: D.G.M.N.

⁷⁰¹ Depois de jubilado, da FLUC, veio a ser director do Museu Numismático Português, anexo à Casa da Moeda.

⁷⁰² Aquando da constituição da comissão executiva e dos pelouros da comissão organizadora, o seu nome apareceu ligado à “Exposição do Mundo Português”, de par com Júlio Caiola, Quirino da Fonseca e Afonso Dornelas e “Congressos”, com Júlio Dantas, Providência e Costa, Mendes Correia e Júlio Caiola.

Em Novembro de 1945, a C.A.P.O.P.I. contratou então três “escultores que têm já dado provas”⁷⁰³: Álvaro de Brée, Canto da Maia e Leopoldo de Almeida que, foram encarregados de executar as 12 estátuas a erigir nos jardins da Torre de Belém. O primeiro moldou as estátuas de Gonçalves Zarco, Gil Eanes, Nuno Tristão e Diogo Gomes; o segundo, as de Pedro de Sintra, João de Santarém, Diogo Cão e Pero de Alenquer e Leopoldo de Almeida, as de Nicolau Coelho, Gaspar Corte Real, António de Abreu e Pedro Escobar⁷⁰⁴.

Os modelos ficaram concluídos em 1948, a tempo de integrarem a exposição “Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947)”, realizada em Lisboa, nas instalações do Instituto Superior Técnico⁷⁰⁵.

⁷⁰³ [Cottinelli Telmo], Plano de Conjunto das Obras, [man.], C.A.P.O.P.I., Processo de Secretaria n.º 127, A.H. das Obras Públicas.

⁷⁰⁴ Segundo ofício de 14 de Fevereiro de 1953, do Gabinete Ministro das Obras Públicas à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Para Maria Isabel João (*Memória e Império. Comemorações em Portugal (1889-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002), olhando “o conjunto de estátuas que, hoje, estão no átrio do Museu de Marinha” (p. 444) refere as de Gil Eanes, Gonçalves Zarco e Nuno Tristão como sendo de Canto da Maia e as de Diogo Cão, Diogo Gomes e Pero de Sintra por Álvaro de Brée. Não obstante os cuidados tomados, receamos que seja incorrecta esta atribuição. A nossa dúvida tem por base um documento de 1953 (carta de Álvaro de Brée à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) referindo como suas as estátuas de Gil Eanes, Diogo Cão, Zarco e Corte Real (D.G.E.M.N., Arq. Geral, M.I. 125).

⁷⁰⁵ Foi inaugurada em 28 de Maio de 1948. No discurso do então ministro das Obras Públicas, engenheiro José Frederico Casal Ribeiro Ulrich, dirigindo-se ao presidente do Conselho, disse: “Mas junto de todos os trabalhos apresentados, Senhor Presidente, devia figurar em primeiro lugar o nome de Vossa Excelência, porque foi Vossa Excelência que *tudo* tornou possível, foi Vossa Excelência, afinal, quem tudo concebeu! É na verdade Vossa Excelência, Senhor Presidente, o primeiro de entre os engenheiros e arquitectos portugueses, por ter sido o grande orientador do ressurgimento efectuado através das Obras Públicas e Comunicações”. Cf. Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, *Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947)*, Lisboa, MCMXLIX, p. 14.

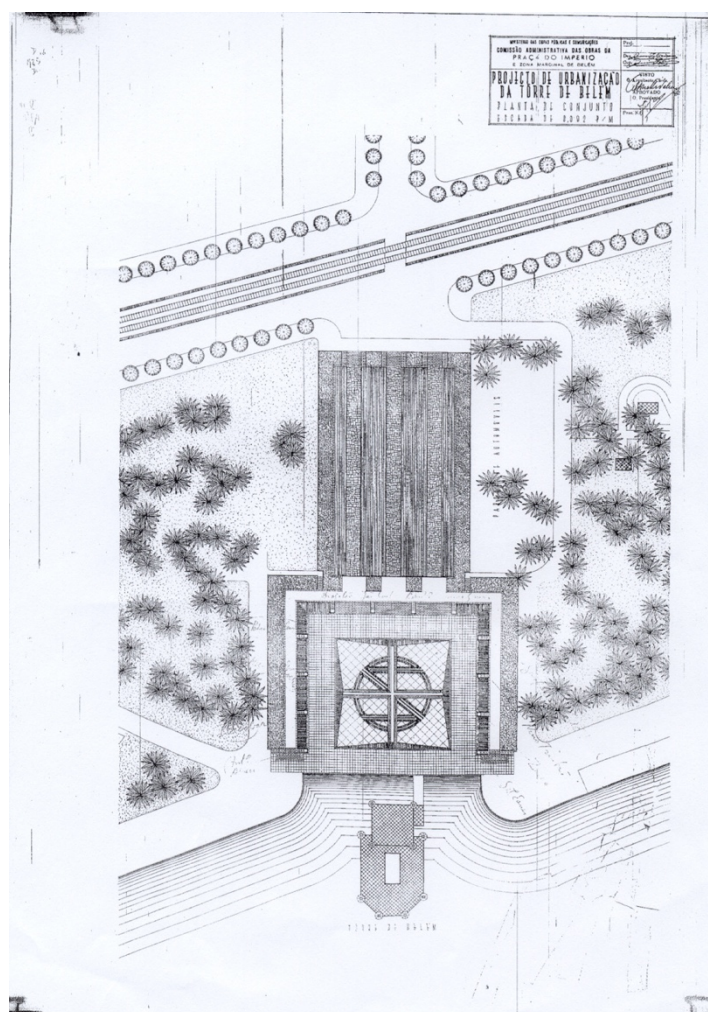


Fig. 46
 CAPOPI, Projecto de Urbanização da Tôrre de Belém. Pormenor.
 [1943-1944. Não construído] (A.H. das Obras Públicas)

3.2. Depois de 1950

Ainda ecoava em Lisboa⁷⁰⁶ a satisfação pela demolição das chaminés da fábrica e

⁷⁰⁶ O eco atingiu todo o Império. O *Diário de Moçambique*, publicado na cidade da Beira, em 7 de Dezembro de 1954, escreveu: “Nem as campanhas ardentes dos jornais, nem os reparos de parlamentares, nem os protestos de artistas, nem os comentários acerbos de forasteiros ilustres, conseguiram libertar durante mais de meio século essa admirável obra, tão subtilmente cinzelada pelos artífices manuelinos, da poderosa tirania do monopólio do gás, que instalara os seus gasómetros repelentes em volta da célebre Torre, com a complacência insciente ou culposa do município de Belém [o município de Belém tinha sido extinto em 1885 !]. Só há poucos anos, finalmente, a companhia monopolista resolveu mudar, para onde não causasse dano, as suas

já o vereador Vasco Regaleira e o arquitecto Jorge Segurado questionavam sobre as obras de ajardinamento do local, aquele⁷⁰⁷, e este acerca das soluções a escolher de modo a valorizar a Torre⁷⁰⁸.

Vasco de Moraes Palmeiro (Regaleira) voltaria a intervir, demoradamente, na sessão da Câmara Municipal de Lisboa de 22 de Fevereiro de 1951, repetindo

instalações fabris. Mas a fatalidade que persegue a Torre de Belém não permitiu que o sítio ficasse desafrontado de todo, ou pelo menos imediatamente ajardinado e com um caminho de acesso à Torre”.

⁷⁰⁷ “O vereador Vasco Regaleira disse desejar manifestar a sua satisfação por ter terminado a demolição das fábricas de gás que existiram próximo da Torre de Belém, e perguntou quando seriam iniciadas as obras de ajardinamento do local e as da respectiva zona de protecção. O presidente respondeu que o projecto do arranjo da zona em redor da Torre de Belém, da autoria do falecido arquitecto Cottinelli Telmo, está a ser estudado pelos serviços [...] É sua intenção determinar que, entretanto, se vão realizando alguns trabalhos de limpeza e terraplanagens [...]” (Cf. *Sessão da C.M.L.* de 17 Agosto de 1950).

⁷⁰⁸ “A Torre de Belém está convalescente. A grave doença que a afligiu durante tantos anos foi finalmente vencida. Porém, se podemos estar descansados quanto à desaparecida fábrica de gás, não nos iludamos com o benefício, enorme e de real desafio que veio enaltecer tão extraordinária e tão justamente a Torre. Não é tudo. Todo o cuidado agora será pouco no arranjo à volta do precioso monumento de Lisboa. Tudo leva a aconselhar que esse arranjo seja simples, sóbrio e certo, deixando a Torre respirar à vontade e de modo a ficar calmamente senhora de grande área limpa em seu redor. Cuidado com as obras em curso. [...] Não se pode admitir que se construa e erga acima do solo, tão perto do monumento (que acaba de ser desafrontado) um maciço de betão armado, que sem dúvida alguma o vai afrontar. Não se compreende. A Torre não é um monumento de Lisboa; é, antes de tudo, um dos mais autênticos monumentos nacionais. [...] Ponhamos agora também nesta linha de conta as durezas do tempo que lhe dão idade; as guerras e a incúria e a indiferença do homem; a vizinhança incrível, que suportou tantos anos, de uma fábrica de gás, com fumos negros e pó de carvão, sufocando-a, encobrindo-a e fazendo-a sofrer em desoladas, selváticas e hediondas vistas, sem uma zona de protecção, de carinho nacional ou de estima. Pobre baluarte do Restelo! Acabou agora, graças a Deus, o cativo da Torre de Belém. A fábrica de gás foi arrasada. Desfizeram-se numa derrocada de tijolos e de pó as duas altas chaminés, últimos símbolos da incúria e insensibilidade de tempos idos, e hoje num eirado imenso – que é preciso manter – pejado ainda de escombros que rapidamente vão desaparecendo, a bela obra de Francisco da Arruda impõe-se mais do que nunca à nossa admiração e respeito. A Torre de Belém está muito maior agora. Não tem preço. Não se pode segurar. Não há companhia de seguros, que a possa avaliar e garantir. A sua perda não poderá ser compensada com milhares de contos, de dólares ou de libras. Não tem similar. Não é como por exemplo, uma catedral gótica que se assemelha a outra também bela, rica e valiosa. A obra do grande Arruda é única, repetimos, e como tal é uma glória e uma jóia que todos nós devemos admirar, respeitar e proteger nesta sala de Belém do nosso museu de Lisboa” (Cf. Jorge Segurado, “A Moldura da Torre de Belém”, in *Diário de Notícias*, 8 de Setembro de 1950).

“algumas palavras que [...] teve ocasião de pronunciar nas reuniões da Câmara, acerca da Torre de Belém” mas “acrescentando-lhes mais algumas que a meditação e o decorrer dos trabalhos já realizados, fizeram surgir no seu espírito”. Lembremos, em esquema, as palavras do edil architecto confessando que “ao considerar o problema do arranjo das imediações da Torre de Belém põem-se ao seu espírito três ideias fundamentais que deverão nortear toda a composição”:

Quadro VIII

Ideias orientadoras para o jardim da Torre de Belém
segundo Vasco de Moraes Palmeiro (Regaleira)

<p>1ª IDEIA</p> <p>A máxima e adequada valorização do monumento em si</p>	<p>Para se valorizar um monumento, deve, em primeiro lugar, pensar-se em que ambiente ele foi concebido, para depois se ver quais as transformações a que foi sujeito e, finalmente, até que ponto pode reconstruir-se o primitivo ambiente, ao substituí-lo por outro que lhe respeite as intenções. Sabe-se que a Torre de Belém foi construída numa ilha. Estava, portanto, inteiramente rodeada de água, da qual nascia directamente, e era totalmente visível desde a sua base, quer da terra quer da água. É evidente que qualquer intercepção visual lhe diminui a altura, lhe esconde a estrutura architectónica; numa palavra: lhe transtorna as proporções. Qual a situação actual? Todos a conhecem: Um aterro feito há muito, levou o terreno quase ao nível do primeiro andar da torre e encostou-a à terra, pelo lado norte. Assim, quem transite na estrada marginal ou no caminho de ferro, não logra ver mais do que meia Torre a surgir de um fosso. Quem a vir do mar, também não admira a primitiva esbelteza com que ela se erguia no meio das ondas, porque se projecta contra o alto nível do terreno circundante. Para agravar mais esta situação, lá estão do lado poente as lemantáveis [<i>sic</i>] obras recentemente levadas a cabo no Forte do Bom Sucesso, sobre as quais ele orador já teve ensejo de levantar o seu queixume na Câmara. Que fazer neste momento? Sem querer entrar em pormenores, que só podem resultar de um estudo cuidado do projecto, desejava apresentar algumas sugestões: Impõe-se, antes de mais, que a água volte a banhar francamente a Torre em toda a sua periferia; não serão águas de 20 braças; paciência; será o que puder fazer-se, mas água, isto é, novamente ilha. O terreno corta a vista da torre? Pois impõe-se à evidência que o terreno desça para a Torre em declive suave que a liberte completamente à vista de quem passe no caminho de ferro ou na estrada marginal. Quanto ao novo edifício do Forte, só vê um remédio: alto maciço de arvoredo que o isole da obra de arte, por cuja valorização ele orador vem pugnando. Veremos como essa ideia se casa com outras necessidades do projecto.</p>
--	---

<p>2ª IDEIA</p> <p>A integração do monumento num conjunto de que faz parte inegável, tanto pelo seu estilo como pelo seu significado espiritual;</p>	<p>Falou em integrar o monumento num conjunto. Nem será necessário dizer qual ele seja, porque está certo que já acudiu ao espírito de todos: A Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos, a Capela de São Jerónimo. Escusado é, igualmente, insistir na unidade de estilo. E a unidade de espírito ressalta evidente ao considerar-se que foi no Mosteiro que os navegadores [...] Urge, evidentemente, reintegrar esta unidade de forma visível a todos, num momento em que, também, se procure cada vez com maior força e clareza reatar as nossas tradições. O que está a dizer, escusado é insistir, não é mero pensamento de restauro material; é, sobretudo, reviver dos melhores fundamentos e penhor da nossa existência passada e futura. Como realizar esta unidade? [...] era tão forte esta preocupação, que até ao fim do século XVIII foi proibida qualquer construção nas imediações do Mosteiro.</p>
<p>3ª IDEIA</p> <p>Os aspectos do monumento visto da água, visto da terra, visto do ar</p>	<p>Resta ainda que todo este trabalho seja realizado de forma a ressaltar o terceiro ponto, ou seja o aspecto da Torre, vista quer da terra, quer da água, quer do ar. Todo o arranjo tem de obedecer à valorização do monumento, criando, por um lado, o isolamento que o faça realçar e, por outro, as melhores perspectivas. Já referiu o ambiente em que tinham nascido todos estes monumentos e, a este propósito, deseja ainda dizer que não pensa toda esta composição como um ajardinamento em volta da Torre. O que se precisa aqui é de criar uma paisagem adequada ao espírito que referiu. Qualquer ajardinamento do tipo formal e carácter mais ou menos arquitectónico, corre o gravíssimo perigo de reduzir a mero pormenor de um grande conjunto, o monumento que se procura enquadrar. Como em toda a obra de restauro, a personalidade do restaurador tem de apagar-se com inteira humildade e servir com absoluto desinteresse o monumento de outras eras. Nesta paisagem teriam, certamente, lugar assegurado as magníficas estátuas dos nossos descobridores, já realizadas, e ficariam a atestar as grandiosas empresas de que estas pedras foram testemunhas⁷⁰⁹.</p>

Fonte: Sessão da CML de 22 de Fevereiro de 1951.

A partir desta data, a pressão da imprensa para o ajardinamento do local alternou com a apresentação de projectos por parte de técnicos. Invocaremos, de seguida, alguns desses textos dos jornais e revisitaremos os principais planos, qual viagem pela década de 1950, *terminus ad quem* deste trabalho.

⁷⁰⁹ Sessão da C.M.L. de 22 de Fevereiro de 1951.

Dois curtos exemplos da imprensa, ainda em 1951, fizeram o ponto da situação. No primeiro, talvez mais realista, referia-se o “estado de abandono a que, depois da demolição do gasómetro que a defumava, continuava votada a Torre de Belém. Essa jóia manuelina [...] está agora implantada num pousio sertanejo, onde a erva cresce à vontade por entre montes de entulho”⁷¹⁰; no segundo, esperançoso – como tantos outros textos que ficaram para trás – lia-se: “A cidade de Lisboa poderá regozijar-se com a próxima integração da Torre de Belém no seu ambiente próprio, ajardinado e limpo, qual miradouro onde os portugueses poderão admirar o Tejo”⁷¹¹.

Este par de artigos precedeu o aparecimento do primeiro alvitre, intitulado “Arranjo da zona junto da Tôrre de Belém”, que surgiu por finais de 1952, sendo seu autor Luís Benavente⁷¹², arquitecto da D.G.E.M.N., trabalho que “não pretende[u] definir o assunto em última análise, mas apenas orientar as características a imprimir ao Plano para a execução da obra”. O texto de Luís Benavente, procurou elencar nas suas três páginas uma lista de regras para futuras intervenções, constando de seis “mandamentos”, que implicavam:

i) “Por imprescindível, rua para peões entre a passagem de nível fronteira e a Tôrre, criando dêste modo a obrigatoriedade dos veículos terem como vias únicas de acêssos as que lhe dão de lanco, forçando a vê-la nos seus angulos laterais, - os de maior interesse”.

ii) “Desaparecimento das construções existentes, aliás de carácter provisório, na margem oeste da Doca do Bom Sucesso [...] a fim de promover que a Torre surja o mais cedo possível a quem venha do lado de Lisboa. Para quem do

⁷¹⁰ *Volante*, 5 de Outubro de 1951, “A Torre de Belém continua a esperar que olhem para ela com carinho”.

⁷¹¹ *Flama*, 26 de Outubro de 1951, “A Sempre Triste Torre de Belém”.

⁷¹² 16 de Dezembro de 1952. D.G.E.M.N., Arquivo Geral, M.I. 125 Lisboa “Zona envolvente”.

lado de Algés traga a intenção de a visitar, deve promover-se que obtenha o mais cedo possível passagem para o lado Sul da linha férrea de modo a poder atingi-la logo dobre o cunhal poente do Forte do Bom Sucesso”.

iii) “Desaterro das escórias da fábrica de gás⁷¹³; levantamento das fundações existentes e sua substituição por terra arável, de forma a poder receber vegetação. Neste arranjo, com o emprego de espécies nativas que não sejam de grande porte, deve avultar também a aplicação da flora de além-mar, como por exemplo a pimenteira, a árvore da canela, etc. especiarias, de que as navegações foram também objectivo”.

iv) “Não é na composição dos arruamentos mas na disposição daquelas espécies que está a contribuição do efeito: preparar e produzir “angulos” e “primeiros planos” para o enquadramento da Torre. Esta zona não deve ser para arranjos com requinte de tratamento, mas ambiente e expressão de orla marítima, pelo que são descabidos, o liso e uniforme tapete de relva e os bancos em disposição de jardim municipal”.

v) “O perfil da artéria directa da passagem do nível à Torre tem especial importancia para que a possa “descobrir” o mais possível, o mesmo acontecendo com a forma de a isolar da margem, pormenores estes que guardamos para mais tarde perante elementos topográficos capazes, apesar de os visionarmos desde já”.

vi) “Venturamos o desaparecimento de umas casinhas novas existentes perto da margem e quanto ao Forte vizinho, aguardemos que ele possa vir a ser reconduzido na sua verdadeira expressão”⁷¹⁴.

⁷¹³ Apesar da importância, quase não encontramos referências a este problema. O *Diário Ilustrado* noticiou que “Dois mil metros cúbicos de areia, pedras... e lixo a remover num prazo de sessenta dias” (29 de Setembro de 1949). Quanto à poluição do local, seguramente se poderiam aplicar as afirmações expandidas a propósito de um exemplo análogo em Dublin: “*Beneath the surface lurks a vast ‘plume’ of polluted soil [...] Typical contaminants of gasworks sites include cyanides, and volatile hydrocarbons including benzene, xylene and so on. Samples of soil taken from outside the perimeter wall of the old site were very heavily contaminated, even though they were taken from over 6 meters down!*” (<http://www.browseireland.com/dzone/topic.cgi?forum=2&topic=17>).

⁷¹⁴ D.G.E.M.N., Arquivo Geral, M.I. 125 Lisboa “Zona envolvente”. Parecer do Conselho

No ano seguinte, a Imprensa retomaria a palavra: “Os portugueses, porém, durante largos anos, permitiram que a Torre de Belém fosse alvo dos mais condenáveis atentados. [...] Todos se lembram dos montões de carvão despejado junto da Torre e do negro fumo que a envolvia e era vomitado sobre a brancura do seu perfil, pelas chaminés das fábricas das instalações da Companhia do Gás, e muitas outras barbaridades de igual jaez. Hoje, os terrenos que lhe ficam próximo estão a ser alindados e parece que serão ajardinados. Já não era sem tempo. Isto no que se refere aos aspectos exteriores [...] Não basta ajardinar o local; é indispensável que nos terrenos que marginam a Torre sejam erguidas estátuas ou simples bustos de Vasco da Gama, Bartolomeu Dias e de tantos outros navegadores que no espírito da divulgada frase “deram novos mundos ao mundo”⁷¹⁵.

Consultivo da D.G.E.M.N. sobre o estudo de Luís Benavente, 4 de Fevereiro de 1953: “[...] a parte mais importante do arranjo é sem dúvida a escolha e distribuição das espécies vegetais que constituirão a moldura da torre e a preparação e estudo das condições para o seu bom desenvolvimento”. Estiveram presentes além do signatário, como Presidente (Henrique Gomes da Silva), os seguintes vogais: Arquitecto Luís Benavente, Arquitecto Leonardo Rey Colaço de Castro Freire, Arquitecto Vasco de Moraes Palmeiro (Regaleira) e Dr. António Pinheiro Pinto Basto. Ao lado: “O Ministro homologa. Solicita a colaboração do silvicultor Facco Viana Barreto para o estudo das espécies vegetais a plantar. De novo chama-se a atenção para o interesse que haverá em definir-se a possível localização das 12 estátuas de navegadores cujos modelos foram feitos com destino ao primitivo projecto deste arranjo” (Cf. D.G.E.M.N., M.I. 125 Lisboa “Zona envolvente”).

⁷¹⁵ *República*, 20 de Fevereiro de 1953. Muito breve cronologia das 12 estátuas depois de 1950: **i)** Em 14 de Fevereiro de 1953, do Gabinete Ministro das Obras Públicas à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: “Como sabe, com vista ao primitivo projecto de arranjo da zona fronteira à TORRE DE BELÉM, foram realizadas 12 maquetas de estátuas [...] Favor: a) Fazer reunir todos estes gessos – se [sic] não estão ainda – num local; b) Obter propostas para a sua passagem à pedra”. **ii)** Proposta de Orçamento em 23 de Março de 1953 de *António Domingos Casinhas – Fornecedor de Cantarias, Pedreiras e Serração de Mármore*s para “passagem à pedra” das estátuas dos navegadores por verbas que vão dos 20800\$00 aos 25000\$00. (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). **iii)** Carta manuscrita de Canto da Maia a Luiz Benavente, em 17 de Julho de 1953: “Em abril de 1948 terminei 4 estatuas que o Ministro, o Dr. Duarte Pacheco tinha destinado para uma praça, logo detraz da Torre de Belem, celebrando 12 portugueses que descobriram novas terras.[...] Agora ouvindo dizer que o projecto do Arquitecto Coutineli [sic] Telmo vae ser realizado; e como os anos passaram e o caracter de 2 cabeças já não me agrada; vinha pois pedir a V. Excia. de fazer novos estudos e de modificar os originais”. **iv)** Em 13 de Setembro de 1955 carta de Álvaro de Brée à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: “Tendo tido conhecimento pelas notícias vindas nos jornais e por informação particular que a estatuária que se destinava ao largo da Torre de Belem já não fazem parte do novo projecto e lutando eu, como é do conhecimento de V. Ex.^a, com falta de espaço no

*Belém. Memória Descritiva*⁷¹⁶, “trabalho [que] é o desenvolvimento do anteriormente apresentado e dentro de idênticas directrizes, as quais mereceram a aprovação superior”⁷¹⁷. A aceitação deste trabalho – acrescentou o autor – conduziria à imediata apresentação dos pormenores necessários, “dentre os quais o “Plano de plantação” indicando as espécies vegetais a aplicar”⁷¹⁸. A Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, D.G.S.U., do Ministério das Obras Públicas, por seu lado, apresentou a *Contribuição para o estudo do enquadramento da Torre de Belém*, da autoria de António Facco Vianna Barreto⁷¹⁹, onde este, “em harmonia com o critério adoptado pelo Exmo. Arq.º Luiz Benavente com quem desde o início entrámos em estreita colaboração” contemplava, nas suas oito páginas, seguindo o seu sumário: I – Factores gerais a atender no estudo da paisagem – a) O uso a que o local se destina, b) A evolução da paisagem e c) O terreno e o clima; II – Antevisão do conjunto – a) A Terra, b) A vegetação⁷²⁰.

meu atelier, vinha pedir a V. Ex.^a o favor de mandar que fossem retiradas as quatro estátuas que se destinavam a Belem...” v) Em 2 de Setembro de 1957, “De harmonia com as determinações de S. Ex.^a o Ministro, vai esta Direcção Geral reunir em armazém criado para esse fim os gessos e também as estátuas mandadas executar pelos Serviços sem utilização. Desta forma, tenho a honra de solicitar a V. Ex.^a se digne informar onde se encontram os gessos das estátuas dos 11 navegadores a seguir indicados: Diogo Gomes, Pedro de Sintra, João de Santarém, Diogo Cão, João Gonçalves Zarco, Gil Eanes, Nuno Tristão, Pero de Alenquer, Nicolau Coelho, António de Abreu e Pedro Escobar” (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, M.I. 125) [a estátua que representa Gil Eanes foi cedida à Câmara Municipal de Lagos]. vi) Dez anos passados, em ofício de 18 Agosto de 1967 da CML ao Ministro das Obras Públicas: “Essas estátuas foram formadas em gesso e consta que as de autoria de Álvaro de Brée foram transportadas para o Museu de Mafra, as de Canto da Maia foram para o Pavilhão de Urbanização em Belém e as do escultor Leopoldo de Almeida se encontram no seu “Atelier”” (D.G.E.M.N., M.I. 125).

⁷¹⁶ 25 de Julho de 1953 (D.G.E.M.N.) por Luís Benavente.

⁷¹⁷ D.G.E.M.N., M.I. 125.

⁷¹⁸ Encontrámos esse “plano que deverá servir de base à plantação de espécies sub-arbustivas e herbáceas que se segue aos planos de árvores e de arbustos” (A.C.).

⁷¹⁹ D.G.E.M.N., M.I. 125. DGSU = Direcção Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas.

⁷²⁰ D.G.E.M.N., M.I. 125.

Entre 21 de Setembro e 3 de Outubro de 1954⁷²¹, do ponto de vista da Imprensa, destacaram-se três artigos de proveniência diversa, numa quase obsessão com o aspecto do local onde existira a Fábrica de Gás, quatro anos passados sobre a sua demolição, seguramente devido ao *rallenti* com que decorriam os trabalhos de ajardinamento do local.

“Aquele Pousio de Belém...”, publicado em *O Século*, foi, cronologicamente, o primeiro desses textos. Nele se podia ler, bem claramente:

Seria, pelo menos, injusto não reconhecer a mudança para melhor do aspecto dos terrenos confinantes com a bela e sempre juvenil Torre de Belém. Os barracões da antiga fábrica de gás, enferrujados e paupérrimos, há uns poucos de anos que desapareceram não sem se terem vencido dificuldades e travado discussões, que por longo tempo deram a impressão de jamais terem fim. Toda aquela montanha de velhos e apodrecidos madeiramentos, todas as construções mais ou menos provisórias existentes no famoso terreiro foram derrubadas, desmanteladas, arredadas daqueles sítios, levadas para aqueles destinos desconhecidos, que em geral seguem as coisas inúteis, os objectos que cumpriram a sua missão utilitária. Mas em seu lugar ficou o deserto. No espaço ocupado por todos aqueles barracões, pela fábrica e pelas suas vastas e complicadas dependências, ficou o pousio, que a princípio foi matagal e brenha de ervas daninhas, de quando em quando ratinhadas por bucólicos bandos de ovelhas e cabras, e passou mais tarde a ser o que é hoje: uma espécie de descampado raso onde, se já não crescem as antigas plantas próprias dos baldios e das charnecas, não falta a tristeza das coisas mais ou menos abandonadas, nem a desolação dos espaços, onde não viceja uma folha verde nem desabrocha para o Sol uma só corola de flor. Só a velha Torre, tão nobre nas suas linhas⁷²².

⁷²¹ Em Janeiro de 1954 Luís Benavente apresentou uma planta onde se identificava a quem pertenciam os terrenos junto da Torre de Belém. Numa das zonas encontravam-se em depósito materiais de demolição da Fábrica do Gaz. D.G.E.M.N., Arq. Geral M.I. 125.

⁷²² O mesmo número de *O Século* forneceu-nos, ainda, informação precisa sobre os primeiros tentames de ajardinamento do local: “A pouca distância mesmo da Torre de Belém, a Câmara

Depois, foi a vez do *Diário Popular*, em 30 de Setembro de 1954:

A torre de Belém é agora um dos monumentos portugueses mais visitados. [...] A sua boa conservação e o arranjo e limpeza do local, feitos recentemente, valorizam-na.

E já que falámos na Torre de Belém, vem a propósito lembrar que se encontra ainda por urbanizar o terreno fronteiro onde estiveram o gasómetro e os barracões das Companhias Reunidas Gás e Electricidade. A libertação do local foi medida louvável, mas ele continua a oferecer o aspecto de charneca que se depara aos olhos de nacionais e estrangeiros que por ali passam. O seu ajardinamento, pelo menos, impõe-se como medida urgente.

Para o desafrontamento total da Torre de Belém é necessário, porém, ir um pouco mais longe, acabando com uma série de pequenas barracas e montureiras que se estendem ao longo da zona de protecção daquela jóia manuelina. Só assim a obra será completa⁷²³.

Na mesma linha temática, o quotidiano *Novidades* publicou “Com os olhos na Torre de Belém”, acrescentando:

O Restelo não é um lugar qualquer!

Quando, há cerca de quatro anos, vimos tombar a chaminé fumarenta da fábrica do gaz e derrubar a tijoleira das paredes escaldantes das fornalhas que, durante tantos anos, constituíram a maior afronta do chamado Progresso à Tradição e à

Municipal, depois de removidos os depósitos de carvão ali existentes, maculando de negro a paisagem de terra e do rio, mandou proceder ao arrelvamento e a uma rudimentar arborização dos talhões devolutos, o que teria sido muito de louvar se os calores do Estio não tivessem impedido do seu natural crescimento as plantas fixadas nesse rextângulos de areia salgadiça, pulverulenta e extremamente sedenta de água. Ter-se-à iniciado com essa medida o enquadramento ajardinado da Torre, dando-se o primeiro passo para o embelezamento de uma extensa área que, por ser vizinha de um dos mais belos monumentos nacionais, não podia nem pode continuar irrevoavelmente condenada para todo o sempre a um abandono, que não depõe muito favoravelmente nem a favor do bom gosto oficial nem do zelo que devem merecer todos os testemunhos, qualquer que seja a sua forma, das grandezas históricas de um povo”.

⁷²³ *Diário Popular*, 30 de Setembro de 1954.

História, simbolizadas na graciosidade e na força da Torre de Belém, exultámos e exultaram todos os bons portugueses por verem satisfeito um desejo que era bem um voto nacional.

Passaram já quatro anos. A Torre ficou, é certo, desafrontada da máscara, mas continua erma, tendo à ilharga um campo maninho de cardos bravios e as bandeirolas verdes do feijoal dum hortejo que lhe fica a cavaleiro à beirinha do caminho de ferro, por onde jornadeiam diàriamente, milhares de portugueses e estrangeiros que vivem ao longo da extensa corda de água dos Estoris e cujas pupilas se magoam quando poisam na Torre, nos cardos e no feijoal...⁷²⁴.

Bem a findar 1954, a Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais da D.G.E.M.N. elaborou uma memória incluindo “uma estimativa para a realização do “Estudo para o enquadramento da Torre de Belem”. Tem anexado um “orçamento por estimativa” na importância de 2.893.486\$00 e dois desenhos: *Arranjo envolvente da Torre de Belém* e *Estudo do enquadramento da Torre de Belém*.

⁷²⁴ J.M.A., “Com os olhos na Torre de Belém”, in *Novidades*, 3 de Outubro de 1954. Este derradeiro artigo lembrava ... “Suponho ter lido [...] que o local donde a coragem moral do Município varreu a sujidade da fábrica do gaz seria transformado em gracioso jardim, povoado de estátuas de portugueses “em quem poder não teve a morte” [...] Só é de lamentar que, tendo a fábrica desaparecido há tanto tempo, continue o local abandonado, num tempo e numa época em que o turismo nacional e o gosto de viajar têm trazido a Portugal milhares e milhares de estrangeiros, munidos de roteiros que lhes falam do papel histórico do Restelo e da beleza artística da Torre – que visitam, entre *admirados* pela originalidade do Monumento e *magoados* pelo abandono que o votam os homens desta terra de navegadores, que tão mal estimam aquele notável testemunho dum período áureo. Daqui nos fazemos eco dos clamores lusíadas e da estranheza alheia, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que enriqueça a sua já notável acção administrativa e cultural acarinhando e dando urgência à urbanização do Restelo, onde os poemas de pedra dos Jerónimos e da Torre falam da Civilização, Expansão Marítima, Dilatação da Fé e do Império...” (J.M.A., *Novidades*, 3 de Outubro de 1954. “Com os olhos na Torre de Belém”).

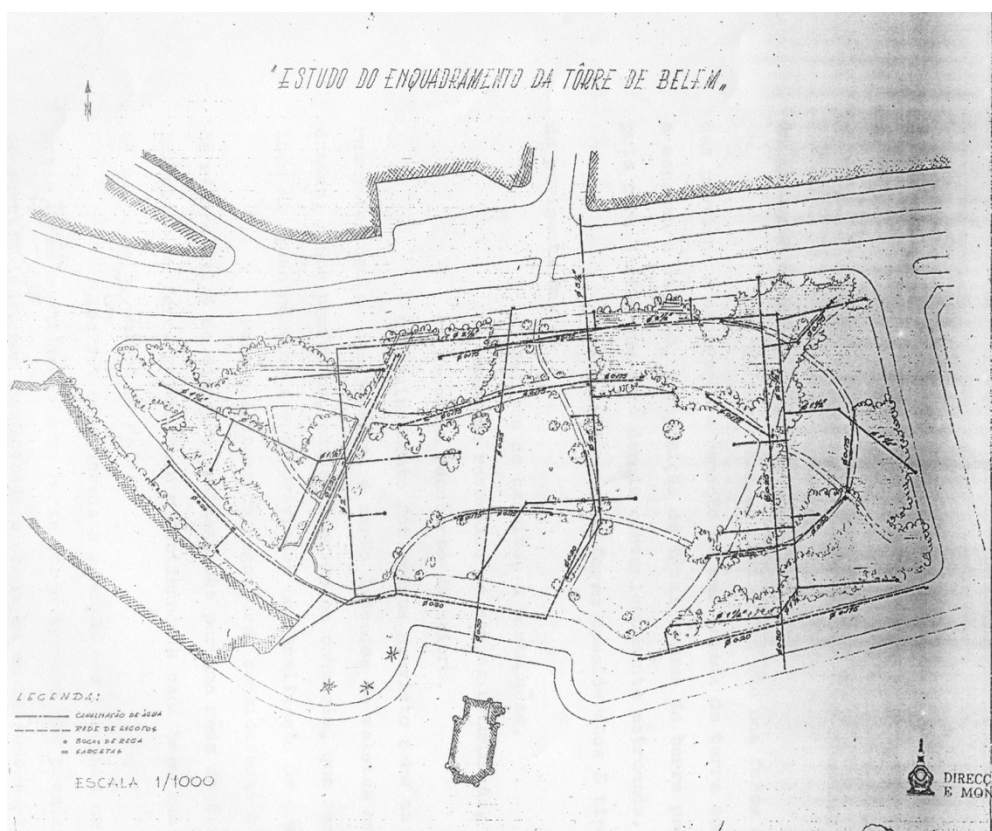


Fig. 47

Estudo do enquadramento da Tôrre de Belém [1954] (D.G.E.M.N.)

Escassos três meses sobre este orçamento o ministro das Obras Públicas pronunciou-se sobre o projecto do “Arranjo envolvente da Torre de Belem”, elaborado pela Direcção Geral dos Edifícios de Lisboa: “Segue aprovado o projecto. Há agora que enviá-lo à Câmara Municipal de Lisboa à qual se sugerirá que chame a si a incumbencia da sua realização o que parece bem justificado pela natureza da obra e pelo decidido interesse que sempre manifestou por este empreendimento”. Na falta de uma estimativa exacta o ministro (E. Arantes e Oliveira) inscreveu no O.G.E. a verba de 1.000.000\$00, asseverando, ainda, que “se a Câmara Municipal der a sua concordância [...] publicar-se-á um pequeno

diploma”⁷²⁵.

A Câmara Municipal de Lisboa, por seu lado, publicou em 1956, o trabalho de António Facco Vianna Barreto, *A realização de um velho sonho de Lisboa. O Enquadramento da Torre de Belém*, Lisboa, 1956 [separata do n.º 68 da *Revista Municipal*]⁷²⁶. Se o texto é, na essência, o anteriormente divulgado, carregou mais informação quando introduziu fotos do “aspecto actual dos terrenos em volta da Torre de Belém” e “perspectiva do futuro arranjo...” (p. 7), imagens que se repetem no plano de conjunto e maquete do projecto (p. 8).

No *Diário de Lisboa* perguntava-se, ainda em 1956, “Como vão ser urbanizados os terrenos que envolvem a Torre de Belém de forma a desafrontar o formoso monumento”⁷²⁷. Questão que vimos ser retomada, quase *ipsis verbis*, por Leitão de Barros, no *Diário de Notícias*, dois anos mais tarde: “O que vai ser a urbanização dos terrenos em torno da Torre?”⁷²⁸.

O mesmo autor insinuaria então outro projecto para o jardim, ao questionar: “Não seria possível, com a compreensão da Camara Municipal de Lisboa, da Associação dos Arqueólogos e da Administração do Porto de Lisboa, valorizar e dar carácter a essa antecamara ajardinada que vai ser o parque do Restelo, entre a Avenida da Índia e a Torre de Belem?”

⁷²⁵ Diário do Governo – I.ª Série – 6 de Agosto de 1955. Ministério das Obras Públicas – Gabinete do Ministro. Decreto-Lei n.º 40271. Concluídos os estudos relativos ao arranjo urbanístico da zona envolvente da TORRE DE BELÉM, deseja agora o Governo assegurar a rápida efectivação dos respectivos trabalhos a cargo da Câmara Municipal de Lisboa. Para este fim considera-se oportuno conceder à referida Câmara Municipal um subsídio, não reembolsável [...] de 1.000.000\$00”.

⁷²⁶ Acedemos ao exemplar do A.H. de Obras Públicas com uma dedicatória autografada pelo autor: “A Sua Excelencia o Sr. Ministro Eng. Eduardo de Arantes e Oliveira. Com os cumprimentos e a homenagem muito sincera do servidor sempre grato A. Barreto. Lx. Jan. 57”.

⁷²⁷ *Diário de Lisboa*, 13 de Janeiro de 1956.

⁷²⁸ Leitão de Barros, “O Tesouro do Restelo”, in *Diário de Notícias*, 21 de Outubro de 1958, pp. 1-2.

Partindo de um exemplo inglês⁷²⁹, Leitão de Barros escreveu então:

Amontoam-se, dispersos, nos depósitos camarários, admiráveis registos de pedra da cidade onde, em naus, esvoaçam sempre os corvos de S. Vicente. Existem em pesado amalgama nas ruínas do Carmo, pedras que melhor rendimento dariam, na difusão da cultura e no culto da tradição, se fossem colocadas no jardim da Torre. Padrões e suas réplicas, lápidas e pedras, brasões de vice-reis, tudo que com a epopeia marítima se ligasse e constituiria nessa zona um museu histórico de escultura ao ar livre. [...] Tantos milhares de contos se têm empregado, e bem, em salvar o património nacional [...] Iluminar todas as noites a Torre de Belém seria acender uma chama sagrada. Oxalá a valorização do Tesouro do Restelo (que tão admiravelmente ouvi defender em Londres) encontre quem, corajosamente, e do alto do cesto de vigia do mastro real, veja o imenso horizonte que está por ali por descortinar⁷³⁰.

Os serviços da D.G.E.M.N. fariam renascer a ideia em 1960, ora baptizada de Jardim Arqueológico da Torre de Belém. O então arquitecto de 3.^a classe, Gonçalo Lyster Franco, em documento intitulado *Elementos sugeridos para colocação no Jardim da Torre de Belém*, escreveu: “Correspondendo ao alvitre de se colocarem no Jardim, agora arranjado⁷³¹, envolvente da Torre de Belém, determinados elementos que de certo modo recordassem a Epopeia Portuguesa dos Descobrimentos, procuraram estes Serviços reunir a documentação possível para esse efeito”.

⁷²⁹ Não conseguimos referenciar o exemplo avançado por Leitão de Barros.

⁷³⁰ Leitão de Barros, *op. cit.*

⁷³¹ Em 1959 ainda se podia ler na imprensa: “Dois mil metros cúbicos de areia, pedras... e lixo a remover num prazo de sessenta dias – eis o próximo passo a dar para devolver à Torre de Belém um ambiente de maior dignidade” (cf. *Diário Ilustrado*, 29 de Setembro de 1959).

Com esse objectivo foram feitas visitas à sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, ao Castelo de S. Jorge e ao Museu da Cidade, então no Palácio da Mitra⁷³², tendo sido “assinalados os motivos que até certo modo poderiam corresponder à ideia inicial, motivos esses de caracter nautico ou como o existente no Castelo de S. Jorge representando a esfera armilar, tam simbolicamente ligada às descobertas, emblema de D. Manuel.

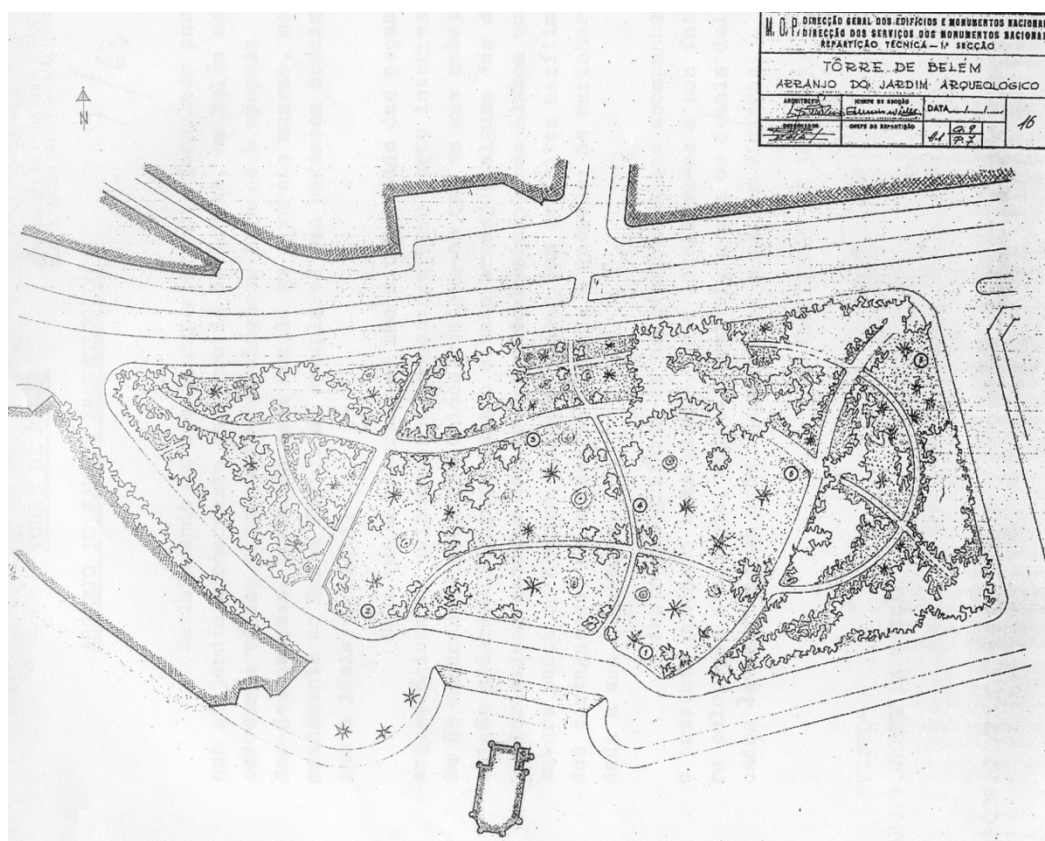


Fig. 48
Tôrre de Belém. Arranjo do Jardim Arqueológico [1963] (D.G.E.M.N.)

⁷³² Sobre os primórdios deste museu, ver Jaime Lopes Dias, “O Museu da cidade de Lisboa”, in *Revista Municipal*, ano III, n.ºs 11 e 12, 1.º trimestre de 1942, pp. 35-49.

As restantes pedras, de várias épocas, algumas das quais se surpreendente delicadeza, representam as armas da cidade de Lisboa, simplesmente ou associadas no escudo das quinas”⁷³³.

Como viria a acontecer noutro passo com o Exército, a Câmara Municipal de Lisboa manifestou que “não tem possibilidade de ceder os elementos arquitectónicos que foram escolhidos para o Jardim Arqueológico de Belém, sugerindo, que “podem os serviços do digno cargo de V. Ex.^a mandar proceder à moldagem, para reprodução do material que tiverem por mais conveniente, das espécies arqueológicas que se encontram no pátio do Palácio da Mitra (Museu da Cidade)”⁷³⁴.

Esta postura da C.M.L. manter-se-ia em Setembro de 1963, quando o presidente da edilidade, a propósito do mesmo projecto e dos referidos elementos decorativos, disse “que o local escolhido parece não oferecer garantias de segurança que possam impedir extravios ou estragos em tais peças, e afigura-se que a sua distribuição e colocação, independentemente do traçado do jardim executado [...] deveria obedecer a certas condições de fundo e de posição, de molde a valorizar tais motivos, permitindo não só que a sua apreciação se faça da melhor forma como ainda que a sua conservação, como a manutenção do ajardinado onde se colocarem, corram paralelas e nunca se encontram em conflito”⁷³⁵.

⁷³³ Este texto (13 de Julho de 1960) era acompanhado de uma planta da zona envolvente da Torre de Belém e sete fotografias “dos elementos que se julgaram poder satisfazer à ideia formulada”. O exemplar a que acedemos não tinha nenhuma planta apensa nem fotografias. A planta encontramos-a anexada a outro texto (*Torre de Belém. Arranjo do Jardim Arqueológico*), sem data, também assinado por G.L. Franco. D.G.E.M.N., M.I. 125 Lisboa – Jardim Arqueológico da Torre de Belém.

⁷³⁴ Da C.M.L. à D.G.E.M.N. em 18 de Maio de 1961.

⁷³⁵ D.G.E.M.N., M.I. 125 Lisboa – Jardim Arqueológico da Torre de Belém.

A própria D.G.E.M.N., curiosamente, participou, também, no “empatar” do projecto com o texto, assaz contradictório, que a seguir se revela:

Conforme já foi expressado por esta Secção [...] a organização do Jardim Arqueológico da Torre de Belém com moldagens de vários elementos relacionados com marinharia perderia grandemente o seu significado e interesse. Aliás esta Secção concorda em absoluto que as peças originais, algumas de grande beleza e delicado trabalho, poderiam estar sujeitas não só a roubos como também a depreciações, porquanto o local não oferece qualquer espécie de garantia de segurança⁷³⁶.

Nos finais de 1963 o responsável da Repartição Técnica da D.G.E.M.N. insuflaria um derradeiro fôlego no projecto: “Vai esta Secção diligenciar no sentido de se concretizar a realização do jardim Arqueológico de Belém. Como, porém, os elementos com carácter arqueológico ligados a coisas de marinharia, em peças originais, se encontram dessiminadas pelo País, não sendo fácil uma imediata relação de peças disponíveis para o fim em vista, permitimo-nos sugerir que essa Repartição Técnica poderia determinar às restantes Secções que sempre que tivessem conhecimento de qualquer elemento de interesse, cuja transferência fosse viável, informassem a Repartição Técnica e, logo, que o número desses elementos fosse suficiente, proceder-se-ia então não só ao estudo da sua colocação no local como também se procuraria junto das entidades às quais a cedência das peças estivesse subordinada que fosse facilitada a sua transferência para o Jardim Arqueológico”⁷³⁷.

Este texto receberia, dias depois, um seco “arquite-se” que liquidou, liminarmente, o projecto.

⁷³⁶ Do Architecto Chefe da Repartição Técnica à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (E. Summavielle) em 31 de Outubro de 1963 referente ao arranjo do “Jardim Arqueológico – Torre de Belém”.

⁷³⁷ D.G.E.M.N., Pasta 1310, 21 de Novembro de 1963.

3.3. O acesso à Torre de Belém

Parecendo cavalgar uma onda⁷³⁸ –, Vasco Regaleira diria que estava “inteiramente rodeada de água, da qual nascia directamente”⁷³⁹ – a situação da Torre de Belém levou a que, pelos finais da década de 50, quando os terraplenos vizinhos se encontravam em vias de conclusão, se pusesse a questão do seu acesso. Polémica (marginal e) esquecida onde se vão envolver a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Administração Geral do Porto de Lisboa.

Para a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

a ligação dos terraplenos [com a Torre] deverá ser assegurada por **barco**, barco esse bem estudado que deverá, naturalmente, oferecer todo o conforto e segurança, conseguindo-se desta forma que o visitante turista, antes propriamente de entrar no Monumento, circule, por mar, à sua volta, sendo-lhe dado apreciar, deste modo, belas e inesperadas perspectivas, sem duvida, do maior interesse para um mais perfeito e total contacto com a preciosa joia da nossa arquitectura manuelina.

Para o Arquitecto Chefe da Secção, “cumpre-me, no entanto, informar V. Ex.^a de que, muito embora, nos pareça ser a solução apontada a mais indicada – por isso aquela que finalmente, julgamos que venha a ser encarada – poderá admitir-se, provisoriamente, e no intuito de dar solução imediata ao problema apresentado pela Administração Geral do Porto de Lisboa, a construção de uma ponte de barcos”⁷⁴⁰.

⁷³⁸ Na verdade, foi erguida sobre um afloramento basáltico.

⁷³⁹ Vasco Regaleira, sessão da C.M.L. de 22 de Fevereiro de 1951.

⁷⁴⁰ D.G.E.M.N., 23 de Fevereiro de 1959. Outro ofício de 28 de Fevereiro de 1959 “Pensa-se que assim se conseguirá que o visitante turista, antes propriamente de entrar no Monumento, circule, por már, à sua volta, apreciando, deste modo, as sua belas e inesperadas perspectivas, do maior interesse para um mais perfeito e total contacto com a preciosa joia da nossa arquitectura manuelina”

A Administração Geral do Porto de Lisboa abriu, com a sua posição, a controvérsia:

entende esta Adm. Geral que a ligação da nova escadaria à torre de belém [*sic*] não pode ser de nenhum modo assegurada por qualquer tipo de embarcação.

A pequena altura de água e as irregularidades do fundo são causa deste ficar a descoberto em marés baixas. Este o motivo porque a utilização de qualquer tipo de embarcação para o alvo em mnra [*sic*] não resolve o problema. Quando mesmo o local tivesse profundidade suficiente para o uso de embarcações para transporte dos visitantes à torre, não bastaria uma embarcação para assegurar esse transporte em ocasião de grande movimento. Além disso, essa utilização em dias de cuva [*sic*] ou mau tempo seria muito desconfortável, e pouco segura devido à apreciável ondulação que por vezes ali se verifica em ocasião de preiamar ⁷⁴¹.

Sem pretendermos alongar esta questão, importará ter em conta a réplica da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: “Esta Direcção continua pensando que a forma mais adequada de resolver o problema do acesso à Torre de Belém é a da embarcação.

Ao pensarmos nesta hipótese [...] sempre julgámos que o problema da suficiente altura de água não constituiria entrave a que, tecnicamente, os competentes Serviços Hidráulicos não dessem solução satisfatória. Na realidade, todo o sentido do novo arranjo urbanístico à volta da Tôrre se perderia, uma vez que, procurando-se isolá-la e dando-se o enquadramento que se lhe deu, não fosse possível – mesmo em maré baixa – tê-la completamente circundada de água.

Por outro lado, o traçado da ampla escadaria em frente do Monumento – agora

⁷⁴¹ A.G.P.L. à D.G.E.M.N. em 27 de Abril de 1959. “Outrossim, é de ter em conta que seriam muito dispendiosas a manutenção de uma ou mais embarcações e a sua deslocação de junto da torre para a doca do Bom Sucesso para nela se abrigarem em ocasião de mau tempo”.

executada – não nos parece de modo a admitir, por falta de qualquer elemento arquitectónico destacado que, num determinado ponto do seu desenvolvimento (em curva contínua bastante aberta), se estabeleça logicamente uma ligação à Torre, em construção fixa”⁷⁴².

E, logo, o texto da réplica da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que apontamos como uma intervenção paradigmática, onde o tão comum, nacional diríamos, recurso ao “facto consumado” – e o facto aqui era o acesso “fácil” à Torre em ano de Comemorações Henriquinas⁷⁴³ – levou que a própria Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que víamos tão empenhada na embarcação, afirmasse ora que “dada a necessidade urgente de assegurar o fácil acesso à Torre de Belém [...] esta Secção não vê qualquer inconveniente na aprovação do estudo apresentado para um passadiço em madeira a construir entre a Torre e a escadaria fronteira desde que o mesmo seja a título precário...”⁷⁴⁴.

Depois, foi só o precário tornar-se definitivo (não é o que se vê lá hoje?). E, deste modo, fechou-se mais uma página na reutilização da Torre. Suavemente. Parto sem dor. Como em muito do que ficou para trás destas páginas e que mostram tanto de uma certa maneira lusitana – outros chamar-lhe-ão idiossincrasia – de resolver as coisas. Nomeadamente, *as coisas do património*.

⁷⁴² Do Arquitecto Chefe da Repartição Técnica à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 21 de Agosto de 1959. “Ainda quanto ao aspecto económico da manutenção de uma ou mais embarcações, parece-nos, igualmente, problema cuja solução não seria difícil encontrar quer por meio de uma tarifa especial para os turistas visitantes do Monumento, ou qualquer outra semelhante julgada mais conveniente”.

⁷⁴³ Sobre estas comemorações ver, por todos, Maria Isabel João, *op. cit.*

⁷⁴⁴ Do Arquitecto Chefe da Repartição Técnica à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 19 de Abril de 1960.

4. (Re)utilização

“Um museu? Como quiserem.”

República, 20 de Fevereiro de 1953

Por 1514, ano em que Gil Vicente publicou a *Exortação da Guerra*, iniciou-se a construção da Torre de Belém. Tendo sido fortaleza até 1580, quando Portugal ficou sob a alçada filipina – Fernão Mendes Pinto concluiu, então, a sua *Peregrinação* – serviu, doravante, de prisão “d’estado, bizarra prisão, gaiola de pedras lavradas”⁷⁴⁵. Depois, foi sentinela ou vigia de costa e posto de controlo aduaneiro e cobrança de taxas de embarcações⁷⁴⁶. Farol desde 1865, quando albergou “o farol ridículo, a gaiola de grilos que sobrepeja o terraço e que é um esgarro no vetusto e sagrado Monumento”⁷⁴⁷, vieram ainda a “enxertar-lhe o telegrafo que [...] inojou o principe [Lichnowski]”⁷⁴⁸. Pouco depois da instalação da Fábrica de Gás nas suas imediações, segundo Raul Lino, “chegou a ser oferecida para instalação de escritórios da poderosa companhia”⁷⁴⁹.

⁷⁴⁵ Rocha Martins, *op. cit.*, p. 336.

⁷⁴⁶ O reverendo Kinsey, escrevendo em 1829, deu conta que na Torre “*an office is kept for the registry of all vessels which enter and leave the Tagus; as well as an establishment of custom-house officers, health officers, and a party of the naval police for the preservation of property, and the defence of the passage*” (*Portugal Illustrated*, MDCCCXXIX, p. 11).

⁷⁴⁷ *Notícias Ilustrado*, n.º 375, 1935, p. 13. Em 15 de Maio de 1945 o Director Geral da Marinha, contra-almirante Quintão Meireles, dirigiu-se à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais lamentando “a falta de um farol na Tôrre de Belém tem dado lugar a insistentes pedidos de vários comandantes de navios para que seja repôsto no seu lugar o farol de lá retirado quando das Comemorações Centenárias ou seja ali instalado outro que o substitua” (D.G.E.M.N.).

⁷⁴⁸ [Gustavo de] Matos Sequeira, *op. cit.*, p. 265.

⁷⁴⁹ Raul Lino, *Parecer da Junta Nacional de Educação*, de 21 de Agosto de 1950, AH do Ministério da Educação. Inédito. Dez anos antes, já Jaime Lopes Dias escrevera na *Revista Municipal*: “Quer a lenda – ao que parece bem fundada... – que de primitivas sugestões constasse, além do mais, a faculdade, para os concessionários, de instalarem *na própria Tôrre*

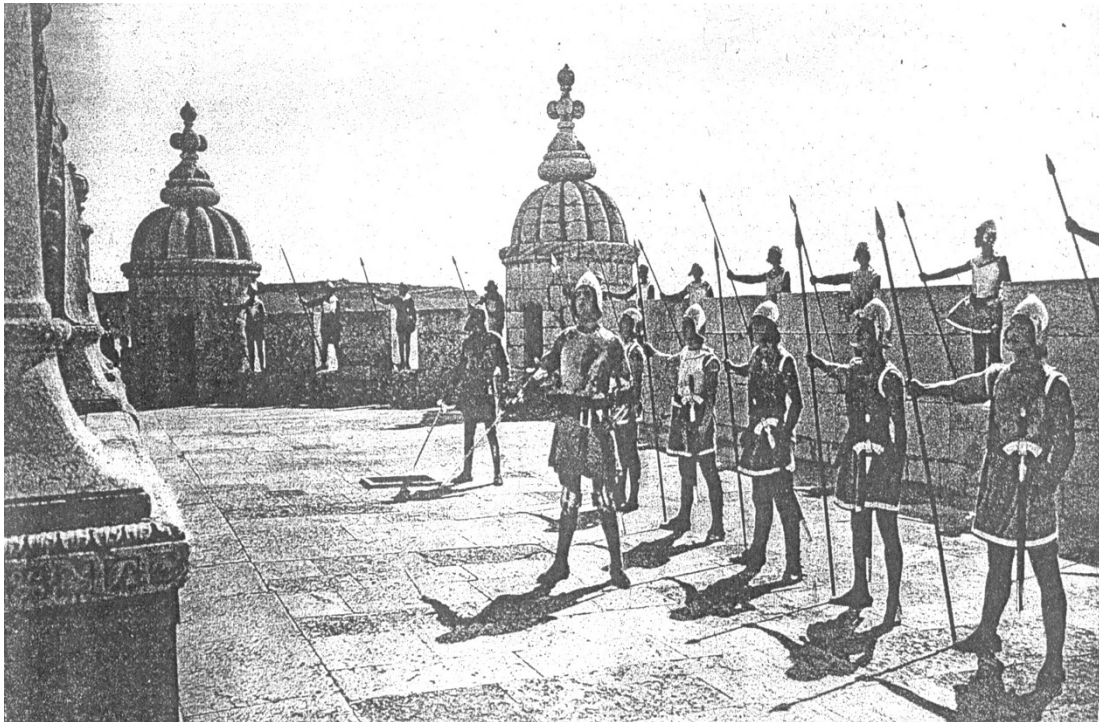


Fig. 49

“Uma reconstituição histórica”,
in *Noticias Illustrado* n.º 198, II Série, 27 de Março de 1932.

Com a revolução liberal nasceu a ideia de a converter em museu de diversa orientação, projecto que se manteve por mais de um século. Posteriormente, o poeta Afonso Lopes Vieira achou-a talhada para cenário da chamada “Custódia de Belém”, feita com os primeiros meticais de ouro das páreas do reino de Quíloa⁷⁵⁰. Condenado o projecto museal de 1950, já animado pela Administração Geral do Porto de Lisboa, foi, a partir de 1955, pano de fundo de um projecto de *ensemble d'époque* disfarçado sob a expressão “plano de decoração interior”.

de Belém os escritórios da fábrica!” (Jaime Lopes Dias, “A Nova Fábrica do Gás”, in *Revista Municipal*, 1940, Ano I, n.º 3, p. 69). Ainda hoje há, na EDP, rumores dessa disponibilidade.

⁷⁵⁰ *O Século*, 10 de Janeiro de 1913, p. 1.

4.1. Os projectos de museu

Foi na maré museal do liberalismo que nos legou, entre outros, o *Museu Portuense* e os efémeros *Conservatórios de Artes e Ofícios*, em Lisboa e no Porto⁷⁵¹, que, em 1840, nasceu a ideia de transformar a Torre de Belém em museu. Museu militar – do mesmo modo que se fizera na Torre de Londres – num projecto não concretizado que perdurou quase três décadas⁷⁵².

Ensaia-se, de seguida, juntar os diversos alvitre de cariz museal e para-museal que, desde 1868 e até aos anos 50 do século XX, procuraram um destino para a Torre de Belém.

Quadro IX

Projectos de musealização da Torre de Belém (1868-1956)

1868 — Museo Technico. Museu Militar.

Não poderia aproveitar-se o recinto para n'elle se instituir um museu technico, recolhendo-se dos differentes pontos do reino, onde jazem dispersos, colligindo-se e archivando-se ali, como em local apropiadissimo, todos os padroens, modellos, armamentos, machinas, e utensillios bellicos, dos diversos seculos, classificado tudo, distribuido tudo chronologicamente, de modo que podesse aproveitar ao estudo da historia e archeologia especial, como é uso nos paizes onde se praticam e estimam as sciencias, derivando d'ellas verdadeiros e uteis progressos? Preside ao ministerio da guerra um illustre veterano, tam versado como respeitavel, a quem a idéa compendiada n'esta breve interrogação de certo não parecerá extravagante nem

⁷⁵¹ Paulo Oliveira Ramos, “Breve História do Museu em Portugal”, in *op. cit.*, pp. 30-36.

⁷⁵² “Desde 1840 até 1869 discutiu-se na imprensa a ideia de a transformar em museu militar, do mesmo modo que em Londres se fez na torre de Londres. Em 1869 o capitão do corpo do estado maior, Bom de Sousa (depois vinconde [*sic*] de Pernes) foi encarregado de constituir e organizar esse museu; não tendo, porem, o governo facultado os meios para isso indispensaveis, *ainda até hoje não foi possível realizar aquelle pensamento*” (“A questão do gaz IV”, in *Diario Illustrado*, 1 de Janeiro de 1889).

irrealisavel, e que póde, querendo, realisal-a. Seria verdadeiro serviço, e digna corôa de um passado glorioso. Na grande galeria dos Jeronymos o Pantheon Nacional ! na torre de Belem o Museu Militar! Dupla criação ! criação esplendida ! E sem necessidade de maior dispendio, pois que o difficil e custoso está feito; e o verdadeiro desperdicio, o que tem sabor de impiedade, será sempre deixar esquecer e arruinar sem proveito edificios tam notaveis! (a)

1912 — Museu Histórico (descoberta da Índia)

Estamos informados que o senador sr. Dr. Affonso de Lemos, caso a camara ganhe a questão⁷⁵³ que tanto a honrará, tenciona propôr no parlamento que o referido monumento deixe de ser considerado como forte de guerra, visto actualmente não estar nas condições necessarias para aquelle fim e seja entregue pelo ministerio da guerra á guarda da camara Municipal de Lisboa, para esta a converter em museu historico, onde se collecionem todos os elementos respeitantes á descoberta da India. (b)

1912 — Museu histórico

A Torre de Belem, que já não póde ser hoje um baluarte de defeza militar, continuará a ser um monumento nacional, onde se devem guardar, em museu historico, tudo que se relacione com os descobrimentos maritimos dos navegadores portugêses, cantados por Camões nos imortaes Lusiadas, outro monumento nacional, que vivirá [*sic*] para além dos tempos a eternisar a memoria deste povo. (c)

1932 — Museu Marítimo: Museu da nossa epópea das naus, dos Lusíadas, da atitude grandiosa do nosso esforço à conquista da Terra Desconhecida

Mas é a solidão a Tôrre, mas é magua do [*sic*] vida aquele mundo de glória, flor rescendente de cavalaria, corola de raça florida de sinhos e marchateda [*sic*] de preces. Porque não animá-la ?

⁷⁵³ Cf. Cap. IV

O nosso passado de Mar, dêsse mar ingrato que desflorámos, no dizer dum grande espírito, cabe ali, como em nenhuma parte. Trofeus, bandeiras de armadas, emblemas de nautas, apetrecharia das embarcações, cartas marítimas, instrumentos de precisão navegáveis, mil e uma coisas de pitoresco relacionado à nossa glória de descobridores, assentavam na Torre de Belem, como raio de sol a beijar cômoros, como ninho de heroísmo a ancorar famas inconcebíveis à força de reais”. Torre de Belém, maravilha da arquitectura marítima da gente lusa momento único na nossa expansão nacional e estética, porque não há de ser o museu da nossa epopéa das naus, dos Lusíadas, da atitude grandiosa do nosso esforço à conquista da Terra Desconhecida. Pensem nisto bem, os que podem pensar e devem agir. Museu da Glória Marítima de Portugal, Tôrre de Belém, flor e fronde que emergem das aguas como hálito de estranhos s [*sic*] soberbos nauta de descobridores!. (d)

1934 — Pequeno Museu, Muzeu na Tôrre

Na Tôrre de Belém haveria a fazer um pequeno muzeu de algumas recordações da nossa Epopeia. Ali deveria ser exposta, como grande peça, no seu quadro próprio, a Custódia manuelina e alguns especimes da grande joalheria e ourivesaria da Renascença Portuguesa. Iluminadas convenientemente, valorizadas, por uma moldura sóbria, imponente e rica, essas peças, confiada a sua apresentação a José de Figueiredo,⁷⁵⁴ que as poderia deslocar, sem desprimor do Palácio das Janelas Verdes, serviriam ao Muzeu da Tôrre – novo e formidável atrativo turístico da cidade. Complete-se agora o ambiente das quadras por uma reintegração apropriada, por uma carinhosa reposição do mobiliário de quinhentos, onde alguns panos existentes noutros muzeus dariam sumptuoso e nobre ambiente. Escolham-se algumas peças do ferro forjado perdidas nos pelourinhos de D. Manuel. Exibam-se algumas espécies bibliográficas, mal expostas em bibliotecas escuras e húmidas, onde passa em iluminura e em gravura, a iconografia do Descobrimento. Reconstituam-se as portas e sua ferraria. Exponha-se, em miniaturas, das que se sabem fazer em Portugal, os modelos essenciais das naus e caravelas e a reprodução dos grandes mapas ilustrados do Livro das Armadas e de outros modelos. Faça-se

⁷⁵⁴ Leitão de Barros, *ibidem*.

um muzeu de cultura e divulgação, sob a orientação dum artista e de um erudito. Desafrente-se a Tôrre do farolin [*sic*] que uma sábia iluminação indirecta substituiria com tôdas as vantagens. (e)

1939 — Catedral de arte

E, se no ambiente evocativo das suas salas se reunissem outros monumentos representativos dessa época e dêses feitos, numa sugestão gloriosa dêsse Passado, não só se facultaria ao povo uma das páginas mais interessantes da sua história, como se faria uma bela propaganda do país, sabendo-se que é Belém que atrai a quási totalidades dos estrangeiros, que nos visitam. Assim, na sala “Régia” colocar-se-ia a custódia de Gil Vicente, essa admirável plasticisação da Fé lusitana de então [...]; o poliptico de Nuno Gonçalves, comemorativo da conquista de Arzila, da tomada de Tanger [...] Na sala do último andar, aquela que tem um admirável miradoiro sôbre o caminho por onde seguiram as armadas portuguesas a descobrir a América e a Índia, ficaria bem aquela bandeira de Lisboa que primeira foi a ser erguida sôbre o castelo de Ceuta e também a primeira a tremular sôbre a Tôrre de Belém. Sôbre um sóbrio móvel da época um “Tratado da sphaera” acompanhado do “Tratado em defensam da carta de marear”, em que o insigne matemático e cosmógrafo Pedro Nunes, escreveu [...] Na sala do primeiro pavimento, painéis gloriosos indicariam os itinerários das navegações portuguesas; sôbre móvel adequado os “Roteiros” de D. João de Castro, e referências às obras de Duarte Pacheco, João de Lisboa, Francisco Faleiro e Valentim Fernandes. Transformada assim, como merece, a Tôrre de Belém, em esplêndida catedral de arte, magnífica de evocação histórica, que valiosa afirmação se conseguiria dessa época, tão nobre como brilhante, dos descobrimentos, descrita por velhos cronistas e historiadores em páginas que são um grande orgulho português, mas quási no total, o povo desconhece. E as pedras lavradas do monumento, a que o nosso belo sol meridional tão cariciosamente vem imprimindo uma doirada patina, como que se sentiriam orgulhosas da sua missão nacional!. (f)

1948 — Museu

Na segunda parte do relatório exponho duma maneira sucinta o que entendo dever fazer-se no arranjo do monumento de modo a integrar-se dentro do seu caracter primitivo de baluarte e residência do governador. Deste modo e sem que a Torre de Belém se transforma-se num vulgar museu, constituia uma lição viva e permanente para os portugueses e para os visitantes de todo o mundo. (g)

1953 — Museu, Casa dos Descobrimentos

Mas a Torre, para quem a visita, devemos confessar, revela feição desoladora. As suas salas estão nuas, sem um motivo ornamental, uma recordação, que invoquem o seu passado glorioso. Nada ali existe que lembre a grandeza do passado. Não basta ajardinar o local; é indispensável que nos terrenos que marginam a Torre sejam erguidas estátuas ou simples bustos de Vasco da Gama, Bartolomeu Dias e de tantos outros navegadores [...] Tal como estão as suas salas, sem conterem um único pormenor decorativo ou elucidativo, desola o visitante. [...] Por exemplo, na ultima sala, que é um admirável miradouro, ficariam bem, entre outros, objectos evocadores, mobiliário de estilo próprio, a bandeira de Lisboa que tremulou sobre o Castelo de Ceuta, o “Tratado da Sphera”, de Pedro Nunes [...] Um museu? Como quiserem. Contanto que a decoração das suas salas lembre a grandeza e o sonho passado, que foram [...]. Não faz sentido que, depois de se contemplar extasiado, o gracioso perfil da Torre de Belém, se penetre nas suas salas e se receba uma desalentada impressão de ambiente tumular. [...] E poderiam chamar-lhe museu, Casa dos Descobrimentos ou outra coisa qualquer, contanto que lhe tirem aquela lóbrega característica tumular. (h)

1954 — Pequeno museu

A torre de Belém é agora um dos monumentos portugueses mais visitados. [...] A sua boa conservação e o arranjo e limpeza do local, feitos recentemente, valorizam-na. Não é de estranhar, portanto, que os estrangeiros a escolham para as suas visitas. Pena é que o visitante não encontre no seu interior um recheio artístico que o complete. Evocando o velho baluarte um período histórico aureo, o das Descobertas, poderia nas suas salas interiores e até na sua cisterna (desde que fossem adaptadas para o efeito), instituir-se um pequeno museu que seria, para quem o visita, mais um documento das glórias nacionais e mais um motivo de atracção. A sua organização, estamos disso certos, interessaria todos aqueles que têm pela História pátria e pela Arte o devido culto e não nos parece que seria muito onerosa. (i)

1956 — Museu histórico

Na notável e nunca suficientemente exaltada obra de reintegração do nosso Património artístico e histórico há, desde há dias um novo e admirável passo. Referimo-nos à decisão superior de se instalar na linda Torre de Belém um museu histórico, valorizando-se assim, ainda mais o notável monumento [...] Em 1840 houve a ideia de transformar a Torre de Belém em museu militar, como em Inglaterra se fizera com a Torre de Londres. Chegou-se mesmo a encarregar o Visconde de Pernes, de organizar esse museu o que não pôde ser realizado mercê da falta de apoio do Governo do Conde do Bonfim. Dentro de pouco, porém, junto da Torre de Belém vinha instalar-se o famigerado gasómetro da Torre de Belém aquele acerca do qual Garrett dizia ser o primeiro edital aqui moram bárbaros!

E durante anos e anos foi assim, o que levou Ramalho a escrever:

“Ministérios...” [...] Salva a Torre de Belém foi possível, graças à obra de reintegração e valorização do nosso Património artístico e histórico levado a cabo pela Revolução Nacional, dar à Torre de Belém, o mais peregrino entre os mais belos monumentos da nossa arquitectura, destino bem digno da sua glória e qualidade que ora se vai consumir no Museu Histórico que nela se instalará. (j)

1956 Museu de História. Museu histórico dos Descobrimentos Marítimos

A propósito da eventual criação de um Museu de História na Torre de Belém, recebemos a seguinte carta, que gostosamente publicamos: [...] no número de hoje vim encontrar a notícia interessante de que ia ser aproveitada a Torre de Belém para Museu Histórico.

Seria uma iniciativa felicíssima: Torre de Belém – Museu histórico dos Descobrimentos Marítimos ! [...] Permita-me, como apaixonado da História de Portugal, apresentar estes alvites e os seguintes, apenas como sugestão subsidiária, protestando o maior respeito pelos possíveis projectos do ilustre director da Torre [...] Para a Sala D. Manuel peço licença para lembrar o seguinte: devia ela ter um rodapé, baixo, de azulejos hispano-árabes [...] As paredes deviam ostentar tapeçarias pelos moldes cuevos [...] Nesta sala poderiam figurar reproduções da efígie real do Venturoso, tanto da porta lateral dos Jerónimos como a do portico da igreja de Santo Quintino, acompanhando uma réplica, em prata, da Custódia de Belém, algumas cartas de forais, inconábulos, moedas e a Bíblia de D. Manuel, também conhecida por Bíblia dos Jerónimos, que depois de roubada por Junot voltou á Pátria em hora feliz. Como mobiliário, seguindo as reconstituições de Violet-le-Duc [*sic* Viollet-le-Duc], com escabelos, malas e credencias, tornar-se-ia fácil realizar um conjunto de evocativa e sugestiva beleza. Outro tanto se poderia conseguir para os pisos dos precursores de D. João II e de Vasco da Gama.

Utopias?

Diz-me o meu comovido patriotismo que não [...] Haveria turista culto, dos tantíssimos que em tão boa hora confluem, agora, a Lisboa, que deixasse de ir visitar o Museu Histórico dos Descobrimentos da Torre, preciosíssima, de Belém? O futuro o virá a dizer se a linda e maravilhosa ideia for por diante. – R. Soares Caldeira. (l)

Fontes:

- (a) J. da S. Mendes-Leal, *Monumentos Nacionaes*, Lisboa, 1868, p. 198.
- (b) “O que será de futuro a torre de Belem”, in *A Lucta*, 28 de Fevereiro de 1912, p. 4.
- (c) Caetano Alberto, “Cronica Ocidental”, in *O Occidente*, 10 de Março de 1912, p. 50.
- (d) “A Torre de Belem / Museu Maritimo de Portugal / Porque não se realiza esta linda ideia”, in *Noticias Ilustrado*, n.º 198, II série, 27 de Março de 1932.
- (e) *Noticias Ilustrado*, n.º 299, 1934, pp. 12-13.
- (f) M. Costa Ramalho e Nogueira de Brito, *Guia de Portugal Artistico*, vol. VI, pp. 63-66.

- (g) José Rebocho, *Relatório sobre a Torre de Belem*, 1938 (AH da DGEMN).
(h) *O Século*, 20 de Fevereiro de 1953.
(i) *Diário Popular*, 30 de Setembro de 1954.
(j) *Diário da Manhã*, 27 de Abril de 1956.
(l) *Diário Popular*, 28 de Abril de 1956.

Destaca-se, no cômputo geral, a ideia da Torre de Belém albergar um museu dos descobrimentos portugueses, projecto que não se resume a um museu da marinha naturalmente; que recolheu um variado leque de designações – *Museu da nossa epopéa das naus, dos Lusíadas, da atitude grandiosa do nosso esforço à conquista da Terra Desconhecida; Casa dos Descobrimentos* ou *Museu Histórico dos Descobrimentos Marítimos* – e que seria, durante anos, tantas vezes referido, mas ainda hoje não foi concretizado⁷⁵⁵.

4.1.1. O Museu do Porto de Lisboa

Em 1950, ao tentar tomar conta da Torre, a A.G.P.L. planeou a montagem de uma exposição para, depois, construir um museu. Nesta linha de interesse, escreveu o presidente do conselho de Administração-Geral do Porto de Lisboa, Salvador de Sá Nogueira, dirigindo-se à D.G.F.P. do M.F: “Pensa esta Administração-Geral [...] fazer uma exposição retrospectiva e das actividades do porto de Lisboa, cuja inauguração se faria no próximo dia 31 de Outubro, em comemoração do 63.º aniversário do lançamento da primeira pedra para as obras de construção do porto”⁷⁵⁶.

⁷⁵⁵ Veja-se o caso do *Museu Evocativo da Vida e Obra do Infante Dom Henrique e dos Descobrimentos Portugueses, em geral*, “criado” em 1954 por Jaime Cortesão, “Esboço do Plano dum Museu Evocativo da Vida e Obra do Infante Dom Henrique e dos descobrimentos Portugueses, em geral”, in *Revista de História Económica e Social*, n.ºs 6-7, pp. 3-25

⁷⁵⁶ O presidente da A.G.P.L. afirmava que “como base teria a aludida exposição, documentação *copiosa* de apreciável valor histórico, bem como gravuras, fotografias e projectos pertencentes a esta Administração-Geral. Para seu maior desenvolvimento conta-se

Pretende-se que estes elementos venham a servir de base para a criação dum museu do Porto de Lisboa, demonstrativo do seu passado histórico e das suas actividades actuais⁷⁵⁷.

Pensa esta Administração-Geral que, tanto para efeito da exposição como para instalação do museu, está naturalmente indicada a Torre de Belém.

Tem a simbolizá-lo o Porto de Lisboa este monumento e julga-se por isso que à sua Administração-Geral, que manteria, conservaria e utilizaria de maneira condigna, deveria ele ser afecto.

Erecta a Torre para perpetuar a memória da época gloriosa dos descobrimentos, que tiveram por base este porto, julga-se também por isso que ela deve fazer parte integrante do meio em que está construída.

Submetendo esta iniciativa e esta ideia à superior consideração de V. Ex.^a, ousou solicitar a V. Ex.^a o seu alto patrocínio no sentido de apoiar aquela e fazer vingar esta⁷⁵⁸.

Sabemos que a D.G.F.P. comunicou, pouco depois, à D.G.E.S. e Belas Artes o intuito da A.G.P.L. bem como a pretensão “que o referido Monumento Nacional lhe seja afecto”⁷⁵⁹. Face a tais propósitos, a D.G.E.S. e Belas Artes designou para relator o arquitecto Raul Lino⁷⁶⁰, que, a 21, produziu um

com diversos organismos do Estado e entidades particulares cuja colaboração será solicitada.” Algum deste material pode ser visto em Paulo Oliveira Ramos e António Nabais, *100 Anos do Porto de Lisboa*, Lisboa, APL, 1989.

⁷⁵⁷ Aquando da nossa pesquisa com António Nabais para o livro referido supra, perpassou pela nossa mente a construção de um *pequeno* museu a inaugurar então. Admitimos, nesse momento, como hipótese de trabalho, a reutilização de um ou dois armazéns de tijolo burro e estrutura de madeira ou ferro. Acontece que foi-nos dito que essas instalações não serviam... hoje são bares/restaurantes, aparentemente a principal actividade ripária adequada para esses vestígios do património industrial-portuário.

⁷⁵⁸ A.H. do M.E., J. N. E., 19 de Junho de 1950.

⁷⁵⁹ Por officio de 4 de Julho de 1950, assinado por A. Luís Gomes.

⁷⁶⁰ Em 12 de Julho 1950.

interessantíssimo parecer, onde, nomeadamente, pôs em causa a utilização museal da Torre de Belém. Transcrevê-mo-lo de seguida *in extenso*. Truncá-lo, dizer por palavras nossas o que impressivamente disse o autor de *Casa Portuguesa*, seria privar este trabalho e, sobretudo, o presente ponto, de um documento de primeira água, tanto quanto ao conteúdo patrimonial, como quanto à forma e, ademais, inédito (ao que pensamos).

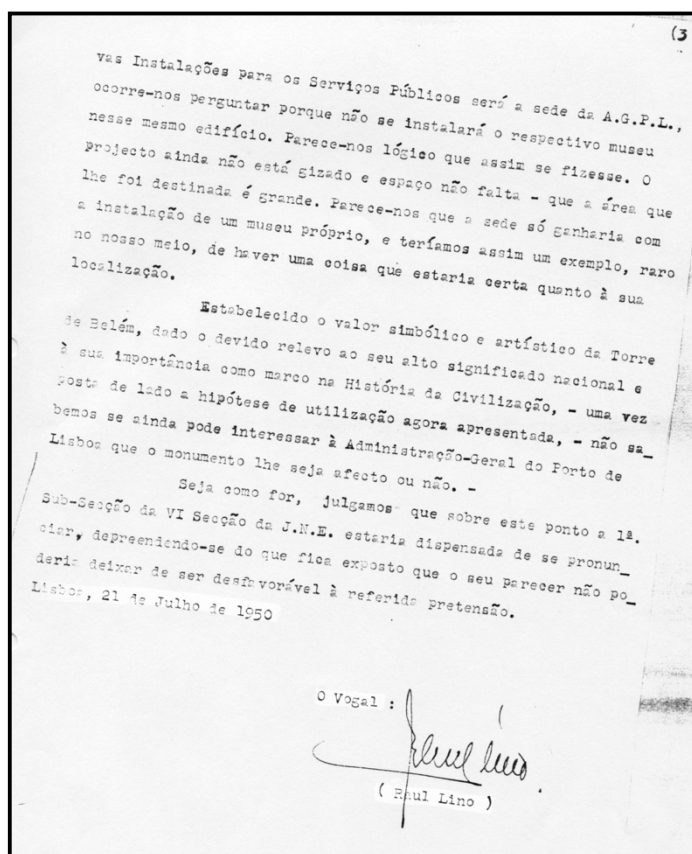


Fig. 50
Parecer de Raul Lino (A.H. do M.E., J.N.E.)

“A Administração-Geral do Porto de Lisboa pensa em fazer uma exposição e criar um museu, demonstrativos do seu passado histórico e das suas actividades actuais, instalando ambas as coisas na Torre de Belém, monumento que pretenderia lhe fosse afecto.

P A R E C E R

Nada mais digno de louvor que a iniciativa da Administração-Geral do Porto de Lisboa. A organização de uma exposição e de um museu de tanta importância para o conhecimento da história antiga e moderna do nosso porto principal denota um sentimento vivo das realidades com justo apreço dos seus antecedentes históricos. – Mas não podemos aceitar com igual aplauso e correspondente despreocupação a ideia de se aproveitar a Torre de Belém para instalação de uma exposição e de um museu do “passado histórico e actividades actuais “do Porto de Lisboa.

As pessoas que se apaixonam por uma ideia são levadas facilmente a uma visão parcial ou incompleta do motivo sobre que têm concentrado o seu maior interesse; é o que sucede no presente caso – aliás da maneira mais simpática – quando se diz que a Torre fora erecta “para perpetuar a memória da época gloriosa dos descobrimentos, que tiveram por base este porto...”, o que não está absolutamente certo. E quando assim fosse, não seria isto o bastante para justificar o destino que agora se lhe pretende dar.

Admitamos que monumentos como o que estamos tratando se vão enriquecendo, no rodar dos tempos, com o significado que a cultura e as tradições de um povo nele queiram depositar. Por isso o seu valor extrínseco é variável, reflectindo sempre o grau de civilização do país em que se encontram. O sacrário que é a Torre de Belém enche-se hoje para nós do mais alto simbolismo nacional, e ganha mesmo significado cosmopolita onde quer que o não procure desmentir a cegueira ou a ignorância dos outros países. – Desde que por volta dos oitenta e tantos da passada centúria, após a concessão infamante da fábrica do gás junto da Torre, esta chegou a ser oferecida para a instalação de escritórios da poderosa companhia, a cotação do monumento não deixou de subir. No panorama espiritual do Mundo Português a Torre de Belém representa hoje para nós o canto-do-cisne do período mais brilhante, mais viril e mais independente da nossa História. Fazer deste cibório de marfim o museu do porto de Lisboa parece-nos insuficiente para preencher os

destinos de tão venerável monumento!

Do ponto de vista artístico não é mais recomendável o fim que se pretende dar a tal monumento único. O estilo da sua florejante arquitectura, ao mesmo tempo épico e lírico, não se coaduna com os propósitos museológicos que agora se nos apresentam. E, se bem que sob as abóbodas turgescentes de qualquer daquelas salas não deixaria de ser altamente impressionante a exposição isolada, em seu escrínio apropriado, de uma dessas espécies históricas, como – por exemplo – o dramático **Livro das Armadas**, – certo é também que a mesma ambiência não se compadeceria com a exibição de gráficos técnicos, quadros estatísticos, tabelas e colecções de fotografias que pretendessem pôr em relevo as últimas actividades das notáveis obras do Porto de Lisboa.

– Quando entramos neste baluarte, afeito ao troar de morteiros e ao rufo dos atambores, parece que a nossa imaginação só reclama “Alabardas, alabardas! – Espingardas, espingardas!” como se diz na **Exortação da Guerra** de Mestre Gil...

Estando resolvido, ao que nos consta, que uma das primeiras edificações que vão ser erigidas no grande plano das Novas Instalações para os Serviços Públicos será a sede da A.G.P.L., ocorre-nos perguntar porque não se instalará o respectivo museu nesse mesmo edifício. Parece-nos lógico que assim se fizesse. O projecto ainda não está gizado e espaço não falta – que a área que lhe foi destinada é grande. Parece-nos que a sede só ganharia com a instalação de um museu próprio, e teríamos assim um exemplo, raro no nosso meio, de haver uma coisa que estaria certa quanto à sua localização.

Estabelecido o valor simbólico e artístico da Torre de Belém, dado o devido relevo ao seu alto significado nacional e à sua importância como marco na História da Civilização, – uma vez posta de lado a hipótese de utilização agora apresentada, – não sabemos se ainda pode interessar à Administração-geral do porto de Lisboa que o monumento lhe seja afecto ou não.

Seja como for, julgamos que sobre este ponto a 1.^a Sub-Secção da J.N.E.

estaria dispensada de se pronunciar, depreendendo-se do que fica exposto que o seu parecer não poderia deixar de ser desfavorável à referida pretensão.

Lisboa, 21 de Julho de 1950

O Vogal:

(Raul Lino)⁷⁶¹.

4.2. A Custódia de Belém

Tida como sacrário⁷⁶², em sentido figurado, isto é, lugar onde se guarda coisa digna de veneração, não faltou a luzida ideia que a Torre de S. Vicente albergasse a chamada “Custódia de Belém”, retirada do Mosteiro vizinho em 1833 e, desde então, a resguardo dos olhares públicos⁷⁶³.

À pergunta do jornalista de *O Século* – “E pode admitir-se que a maravilhosa custódia dos Jeronimos continue, sequestrada da nossa admiração, recolhida na casa forte do paço das Necessidades? Não é, porventura, um crime furtar á contemplação de quem n’ela queira vêr a mais preciosa joia que, no genero, como já disse, existe em toda a Europa? Como arranca-la d’esse bafiento

⁷⁶¹ A.H. do M.E., Parecer aprovado em sessão da 1.ª Subsecção da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação em 11 de Agosto de 1950 (sublinhado no original). Este parecer da JNE sera homologado pelo Ministro da Educação Nacional em 14 Agosto 1950 e enviado à D.G.F.P. a 16 (ofício 297, L.º 31-A, 3.ª Secção) (sublinhado no original).

⁷⁶² Para outros, “A Torre de Belem deveria ser o relicario da Pátria” (*O Mundo*, 15 de Janeiro de 1959).

⁷⁶³ Na verdade, entrara na Casa da Moeda na sequência da extinção das ordens religiosas (Cf. IN-CM/ACM – *Entradas e saídas dos objectos de ouro, prata e pedras preciosas pertencentes aos conventos e mosteiros extintos e a diversos*, Liv. 1 – fl. 1v, fl. 2). De par com outras peças, após serem consideradas “dignas de ser collocados nos Musêos como peças de primoroso trabalho, raras, historicas, ou celebres por sua antiguidade, e patentearem o gosto e progresso das artes nas differentes épocas” [fl. 23 v], acabaria por ir parar às colecções de D. Fernando II no Palácio das Necessidades. Com a República seria exposta no Museu Nacional de Arte Antiga.

subterraneo? Onde expô-la?” –, respondeu o poeta Afonso Lopes Vieira, “um dos últimos e puros mestres do nacionalismo português”⁷⁶⁴:

No Museu de Arte Antiga a obra maravilhosa do mestre Gil Vicente estaria talvez bem [...] Mas eu sonho para a deslumbrante custódia um outro lugar, embora me acusem de poesia os nossos homens praticos, cuja prosa, todavia, eu não invejo, pode acreditar...

Na Torre de Belem é que a preciosissima peça de ourivesaria deve ser guardada. **Oh! Mas sem fabrica de gaz ao pé, é claro!** [...] Então levar-se-hia para a sala nobre da Torre, préviamente e condignamente preparada, a custódia de Gil Vicente, e parece-me que aí, na Torre preciosa, desenhada também por um poeta – Garcia de Rezende – a custódia teria, ao menos, o desafogo do horizonte do mar, o seu ouro seria afagado pelo reflexo do sol nas aguas do Tejo, e sempre haveria quem gostasse de ir, em dias certos da semana, dar aos seus olhos e á sua alma a consolação magnifica de a admirar, guardando-se, é claro, os mais severos cuidados que estas coisas devem exigir sempre⁷⁶⁵.

Vinte anos depois, o *Notícias Ilustrado* retomaria a ideia: “Ali [na Torre de Belém] deveria ser exposta, como grande peça, no seu quadro próprio, a Custódia manuelina e alguns especimes da grande joalheria e ourivesaria da Renascença Portuguesa. Iluminadas convenientemente, valorizadas, por uma moldura sóbria, imponente e rica, essas peças, confiada a sua apresentação a José de Figueiredo”⁷⁶⁶.

Soares Caldeira, em 1956 – outras duas décadas passadas – sugeriria a

⁷⁶⁴ Leitão de Barros, “O Tesouro do Restelo”, in *Diário de Notícias*, 21 de Outubro de 1958, p. 1.

⁷⁶⁵ “Deve ser na Torre de Belem que deve ser exposta a custódia de Gil Vicente – Mas primeiro teria de desaparecer o gazometro...”, in *O Século*, 10 de Janeiro de 1913, p. 1.

⁷⁶⁶ *Noticias Ilustrado*, n.º 299, 1934, pp. 12-13.

exposição na Torre de Belém de um conjunto que poderemos chamar *testemunhos de aparato* da memória dos portugueses: “uma réplica, em prata, da Custódia de Belém, algumas cartas de forais, inconfidências, moedas e a Bíblia de D. Manuel, também conhecida por Bíblia dos Jerónimos, que depois de roubada por Junot voltou á Pátria em hora feliz”⁷⁶⁷.

4.3. Decoração

Um dos problemas abordados por José Rebocho no seu *Parecer* foi o da (re)utilização da Torre, surpreendendo o empenho pessoal e a minúcia do autor na busca do seu “caracter primitivo”. Para atingir este desiderato – “e sem que a Torre de Belém se transforma-se num vulgar museu, [mas constituindo] uma lição viva e permanente para os portugueses e para os visitantes de todo o mundo” –, sugeriu que

Seriam colocadas as peças que faltam no baluarte.

Os interiores da torre seriam também estudados para se conseguir dar-lhe a sua própria feição.

Para este fim procuraria obter as necessárias informações junto do arquitecto Baltazar de Castro ou d’outras entidades competentes.

Em bibliotecas e arquivos documentar-me-ia para a execução do restauro.

Far-se-iam desenhos aguarelados do que se concluisse ter sido o monumento na sua primitiva.

Seguidamente seriam estes estudos submetidos a idonea apreciação da Academia de Belas Artes, à Sexta Secção [da Junta Nacional de Educação] do Ministério da Educação Nacional, como a Academia de Historia e à Sociedade dos Arqueologos.

⁷⁶⁷ *Diário Popular*, 28 de Abril de 1956. Hoje no I.A.N./T.T.

Com a cooperação indispensável destes organismos poderia chegar a uma ideia mais exacta da que foi a torre e do que devia sêr a nossa obra ao restaurá-la.

Para a integração tanto quanto possível, e exacta do conjunto a realizar devia ter-se em conta a propria vida da época historica em que este monumento foi construido com as suas proprias finalidades de defesa do estuário do Tejo e de residência governamental.

Estudar-se-ia também a questão do mobiliário adequado que seria requisitado a museus se possivel ou construido.

Ligada que está a memoria da Torre de Belém aos descobrimentos maritimos alvitro que em algumas das suas salas fossem expostas cartas maritimas, maquettes das naus que serviram os portugueses na incomparavel [sic] epopeia.

Seriam também colocadas gravuras ou desenhos dos principais CAPITÃES DO MAR que deixaram o seu nome ligado a historia de D. João II e D. Manuel I⁷⁶⁸.

“Chumbado”, como vimos, o plano de museu – na verdade, a partir do parecer de Raul Lino só se falou em “exposição” – cinco anos volvidos, a A.G.P.L.

⁷⁶⁸ Acrescentava o seu texto: “Em pequena mais ilucidativa monografia ilustrada com desenhos o visitante poderia satisfazer a sua curiosidade sobre o significado e o sentido historico desta joia architectonica. Existiriam também colecções de fotografias evidenciando os aspectos mais ricos do monumento. Estas publicações teriam dois objectivos: 1.º divulgação do conhecimento historico e artistico do monumento; 2.º informação e cultura popular, além da possível finalidade pecuniária provinda da venda. Expostas encontrar-se-iam obras mais completas, como as do Dr. Reinaldo dos Santos [...] e outras. Seria meu desejo que a torre de Belém enquadrada numa zona de ricos monumentos – Mosteiro dos Jerónimos, Igreja da Memória, não muito distante Palácio da Ajuda, Palácio e Jardim Colonial, o futuro Museu de Arte Popular que o Secretariado de Informação e Cultura Popular está organizando e o aproveitamento dos dois grandes pavilhões que ladeiam a magestosa Praça do Império e que se destinam provavelmente a museus da Marinha e Colonial – fechasse o circulo das visitas que deste modo, o Ministério das Finanças através da Direcção Geral da Fazenda Pública, tornaria lições d’arte, cultura e historia de Portugal. A bem da Nação Lisboa, em 14 de Abril de 1948”.

“voltou à carga”, moderando a dimensão do projecto, em ofício então dirigido ao Director-Geral da Fazenda Pública: “Sendo interessante guarnecer o piso interior⁷⁶⁹ da Torre de Belém com peças de artilharia antiga, tenho a honra de solicitar a intercessão de V. Ex.^a neste sentido, junto dos Ministérios da Educação e das O. Públicas”⁷⁷⁰.

Este desejo – já presente no relatório Rebocho – esbarraria com a indisponibilidade do Ministério do Exército em ceder as “peças antigas [...] por se destinarem a guarnecer a fortaleza de S. João Baptista de Ajudá”⁷⁷¹, que claudicaria em 1961.

Quanto ao plano de decorações interiores, seria levado pela A.G.P.L. ao conhecimento da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva – depois de percorrer a *via crucis* de vários organismos estatais⁷⁷² – merecendo desta a seguinte

⁷⁶⁹ Uma comunicação do M.F. à D.G.F.P. dando conta do pedido da A.G.P.L. referia, antes, o “piso inferior da Torre de Belém”(A.H. do M.E., Ofício de 21 de Novembro de 1955).

⁷⁷⁰ Ofício da A.G.P.L. à D.G.F.P. em 3 de Novembro de 1955.

⁷⁷¹ Do Ministério do Exército à A.G.P.L. em 18 de Abril de 1956, sobre o assunto: “Cedencia de peças antigas para a Torre de Belém”.

⁷⁷² Ofício A.G.P.L. à D.G.F.P. em 20 de Janeiro de 1956, solicitando a intercessão do DG “para prosseguimento do plano de decorações interiores da Torre de Belem, visando a instalação de mobiliário de adequado estilo e de primorosa execução, disposto com tão escrupulosa sobriedade que de modo algum possa afectar o ambiente e o valor arquitectónico do histórico baluarte, tenho a honra de solicitar a intercessão”; da D.G.F.P. à D.G.E.S.B.A. em 1 de Fevereiro de 1956: “A Administração-Geral do Porto de Lisboa, no prosseguimento do plano de decorações interiores da Torre de Belém, pretende dotá-la de mobiliário de estilo adequado e de primorosa execução, dispondo com tão escrupulosa sobriedade que de modo algum possa afectar o ambiente e o valor arquitectónico do Monumento. O estudo e a execução dos móveis seriam confiados à Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, cuja finalidade corresponde a este objectivo e a este respeito tem dado provas de competência muito marcada”; do M.E./J.N.E. Parecer de Henrique Gomes da Silva, aprovado em 10 de Fevereiro de 1956, “Não se vê inconveniente no equipamento da Tôrre de Belem com mobilia que deve ser estudada com certa sobriedade. Assim a Fundação Ricardo Espírito Santo deve apresentar estudos desenhados antes de proceder à sua execução” e, finalmente, da A.G.P.L. à Direcção da FRESS em 19 de Março de 1956: “É intenção da A.G.P.L. [...] proceder à realização de um plano de decoração interior da Torre de Belem [...] Ocorre então pensar na Fundação [...] cuja competência é grande de que atingirá esse fim...” (D.G.E.M.N., Arq. Geral

resposta:

Quanto ao arranjo de que se trata é-nos grato comunicar que estamos inteiramente ao dispor de V. Ex.as, tanto no que respeita á organização do respectivo projecto, como á aquisição e execução do mobiliário e outras peças de adorno, incluindo as tapeçarias, nele previstas. Em nossa opinião a base do mobiliário - atenta a dignidade de que deve revestir-se a docração [*sic*], uma vez que se destina a um monumento histórico de carácter nacional, – terá de ser constituída por peças autênticas e, quanto possível, contemporâneas da construção do edificio; porque será essa a forma de imprimir, condignamente, ás suas salas, o aspecto evocativo da época que representam, para nós, portugueses, de tão gloriosa memória.

Admitimos, todavia, que, com alguns móveis e tapeçarias do século XVII, convenientemente escolhidos, na impossibilidade de obtê-los rigorosamente da época da Torre, se conseguirá imprimir a essas salas, de tão grande beleza architectónica, um aspecto **vívido** que muito as valorizaria.

Evidentemente, os que seriam necessários para êste arranjo, sobretudo anteriores àquele século, ainda que dentro dos objectivos de uma sobria decoração, não poderiam adquirir-se de um dia para o outro, nem mesmo no Estrangeiro, dado tratar-se de espécies raras. O que não quer dizer que as peças que se consigam descobrir tenham de ser pagas por preços proibitivos, porquanto actualmente são os móveis do séc. XVIII, sobretudo franceses, que atingem mais altas cotações. E. se é certo rarearem no mercado os dos séculos anteriores, não menos certo é, igualmente, terem estes, em compensação, muito menos procura; o que faz com que possam ser adquiridos por preços relativamente acessíveis.

O que acabo de dizer não impede, porem, que as nossas oficinas se encarregassem de executar as peças que fossem consideradas indispensáveis para completar conjuntos.

M.I. 125).

Não podemos portanto apresentar, imediatamente, a V. Ex.^a como aliás desejaríamos, um plano definitivo da decoração a realizar e, conseqüentemente, a estimativa do seu custo; tudo dependerá do resultado de um estudo a que vamos proceder sobre as facilidades que nos oferece o mercado de antiguidades no que respeita ás aquisições necessárias. Fica no entanto desde já entendido que nos ocuparemos gostosamente do assunto e procuraremos dar-lhe solução o mais breve possível.

Iniciámos, de resto, as nossas pesquisas; nesta data, sem qualquer compromisso para V. Exas, dirigimo-nos a vários antiquários estrangeiros, sobretudo holandeses, pedindo-lhes a indicação de mobiliário do séc. XVI e respectivos preços, como sejam armários, mesas, arcas, bancos, arquibancos, cadeiras, etc. Por outro lado, procuraremos também adquiri-lo no País, embora sem grandes esperanças de êxito. Devemos esclarecer que os móveis propriamente antigos e portantoque [*sic*] imporiam maior encargo, seriam em n.º relativamente reduzido. As faltas seriam supridas com peças executadas nas nossas oficinas.

É evidente que a decoração será feita dentro deste pensamento: torná-lo digno do monumento a que se destina e da confiança que V. Ex.^a em nós depositaram, s[em] perder nunca de vista que o seu custo não poderá ser elevado; tanto mais que não se pensa transformar a Torre em museu de preciosidades arqueológicas, mas apenas imprimir-lhe, interiormente, um aspecto que possa concorrer para valorizar o seu interesse e dar aos que a visitam um sentido mais exacto da sua beleza. Na realidade, todo o monumento arquitectónico será tanto mais apreciado quanto melhor se recrie nele o ambiente proprio da época a que corresponde⁷⁷³.

Meio ano decorrido, sabemos que o M.F. dirigiu-se à D.G.E.S.B.A. em 11 de Outubro de 1956, informando que “a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva

⁷⁷³ D.G.E.M.N., Lisboa, 9 de Maio de 1956.

está a estudar a forma de decorar a Torre de Belém com mobiliário adequado e, para o efeito, já adquiriu mesas e arcas do século XVI e um armário do século XV.

Para prosseguir torna-se-lhe, porém, indispensável elaborar os planos definitivos a que há-de obedecer a decoração e por isso, pretende que dois ou três componentes da referida Sub-secção sejam designados para colaborarem no estudo dos planos e orientarem os trabalhos tendentes à obtenção do mobiliário”⁷⁷⁴.

Só em 3 de Agosto de 1957 a Fundação responderia

Tenho a honra de enviar, em perspectiva, o projecto de decoração a realizar na Torre de Belém, em cumprimento da honrosa incumbência recebida da Administração-Geral do Porto de Lisboa.

Trata-se apenas de um arranjo em que se procura reconstituir o interior da Torre, tal como pode supor-se estaria mobilado, no decurso do século XVI, para satisfazer as exigências da vida quotidiana dos que a habitavam.

Essa decoração tem sobretudo em vista criar um ambiente que dê às salas um aspecto mais sugestivo, quebrando ao mesmo tempo a frieza de uma casa que deixou de exercer qualquer função e cuja nudez de certo modo confrange.

As peças escolhidas são do final do século XV e, outras, já de sabor renascentista – quer dizer, absolutamente harmónicas com o estilo e a época da Torre. Teve-se o cuidado de escolher mobiliário de uma grande sobriedade, por tratar-se de um estabelecimento militar onde o luxo, e até mesmo o conforto, seriam descabidos, além de que não se quiz, com os móveis, distrair

⁷⁷⁴ M.E., M.N.A.A., Parecer de 9 de Novembro de 1956, assinado por Raul Lino, João Couto e Armando de Lucena

PARECER

De harmonia com o que foi resolvido por esta sub-secção insiste-se em que lhe sejam apresentados para apreciação os estudos do mobiliário destinados à **decoração** das dependências da Torre de Belem, antes de se proceder à sua execução”.

a atenção dos visitantes da beleza dos pormenores arquitectónicos das salas que justamente se pretende valorizar.

Seguimos apenas o critério, hoje geralmente adoptado, de, com peças de mobiliário adequadas, fazer realçar a beleza dos antigos edificios, criando, dentro deles, um arranjo evocativo da época a que pertencem; o que é, ao mesmo tempo, a forma de lhes insuflar um pouco da vida que lhes falta.

Algumas das peças de mobiliário que figuram nos três projectos apresentados, já são do conhecimento dos ilustres membros da 1.^a subsecção da 6.^a secção da Junta Nacional de Educação, Exmos senhores Arquitecto Raul Lino, Dr. João Couto e Prof. Armando de Lucena, que nos honraram com a sua visita e aprovaram a sua escolha; outros, estão já também em nosso poder, outros ainda, do tipo indicado, tencionamos adquirir-los consoante forem aparecendo. Assim, os projectos visam, sobretudo, darem ideia do que pretendemos fazer, embora em pequenos pormenores possa ser alterado. Tudo depende de encontrarmos ou não os móveis e objectos de adorno que ainda nos faltam para compleatar o conjunto previsto.

Aproveito o ensejo para sugerir a V. Ex.^a a conveniência de se solicitarem, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, alguns arranjos de que carecem os interiores da Torre, por forma a restituir-lhes, quanto possível, o seu primitivo aspecto.

Algumas abóbadas encontram-se, julgo, rebocadas e caiadas, o que me parece prejudica o carácter das salas em que tal acontece. É possível que isso se tivesse feito para cobrir qualquer mazela incurável. As janelas e respectivas portadas são relativamente modernas; conviria, a meu ver, substituí-las por outras, no estilo da Torre; o mesmo sucede com as portas que se torna também conveniente substituir.

Em suma, era bom que um architecto especializado no restauro de monumentos desta época estudasse o caso à fece de documentação adequada,

para efeito de poder-se valorizar a decoração⁷⁷⁵.

João Couto elaborou, entretanto um parecer.

À Direcção-Geral da Fazenda Pública mando o **projecto de decoração** da Torre de Belem, elaborado pela Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, juntamente com o officio justificativo do plano concebido.

PARECER

É muito louvável o trabalho a que procedeu a Fundação Ricardo Espírito Santo no sentido de apresentar projectos de decoração dos vários pisos da Torre de Belem.

Fê-lo obedecendo aos seguintes principios:

1.º Procurar-se no arranjo proposto reconstruir o interior da Torre, tal como pode supor-se estaria mobilada no decurso do século XVI, para satisfazer as **exigências da vida quotidiana** dos que a habitavam”.

2.º “Essa decoração tem sobretudo em vista criar um ambiente que dê às salas um aspecto mais sugestivo, quebrando ao mesmo tempo a frieza de uma casa que **deixou de exercer qualquer função** e cuja nudez de certo modo confrange”.

3.º O critério adoptado foi “o de fazer realçar a beleza dos antigos edificios, criando, dentro deles, um arranjo evocativo da época a que pertencem; o que é ao mesmo tempo a forma de lhes insuflar um pouco de vida que lhes falta”.

⁷⁷⁵ Officio em papel timbrado da “Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva” – Museu-Escola de Artes Decorativas, dirigido ao Exmo. Senhor Director-Geral da Fazenda Pública em 3 de Agosto de 1957 (J.N.E.).

É certo que, como se adeanta no documento apenso, **tres vogais da Junta**, e entre eles o signatário, foram à Fundação, ver um certo número de peças (arcas), destinadas à Torre.

Em principio fui sempre contrário a que se mobilasse a Torre de Belem, por me parecer que, fosse qual fosse o critério a seguir, iríamos cair numa fantasia que seria difícil justificar.

Quando me disseram que o desejo das entidades interessadas no assunto era colocar alguns móveis da época (?) [*sic*] que não prejudicassem o monumento, pareceu-me que não havia inconveniente de aceitar as sugestões. E por isso, de bom grado, fui ver os móveis adquiridos e que me pareceram adequados ao fim em vista. E supuz que, com as arcas e, por ventura, um banco em cada piso, se alcançaria a finalidade a atingir.

Vejo agora pelos desenhos apresentados que a ideia ultrapassa em muito o meu pensamento e que se pretende reconstruir, de forma bastante pormenorizada, o mobiliário que talvez tivesse existido em cada andar da Torre.

A pormenorização é acentuada, pois se veem moveis de grande variedade e sobre eles todas as espécies de peças decorativas e utilitárias tais como imagens, tinteiros, ampulhetas, livros, castiçais, louças e estanhos, etc., etc., Os móveis dispoem-se de forma fantasiosa, quer junto das paredes, quer no meio dos compartimentos.

Ainda mesmo que se admitisse que os resultados fossem agradáveis à vista, parecem-me ousados em demasia os projectos que se apresentam e com os quais, difficilmente podemos estar de acordo.

Estou convencido de que será difícil obter para o plano proposto um acordo máximo entreos que admiram e estimam a Torre e não me parece que nos seja dado impor soluções que não se fundamentam em provas indiscutíveis.

Por isso é meu parecer que deveríamos antes caminhar no sentido de que praticar um plano muito sóbrio e discreto, pois se trata de um monumento à volta do qual não convem levantar discussões ou diminuir a sua grandeza

histórica.

Lisboa, 12 de Setembro de 1957.

João Couto⁷⁷⁶

O mesmo especialista, em parecer ulterior, escreveu:

Parece-me que se deve autorizar o Porto de Lisboa a comprar os móveis indicados pela Fundação Ricardo Espírito Santo, visto a sua aquisição constituir uma compra recomendável para o património nacional⁷⁷⁷.

Encontraríamos em duas folhas de papel timbrado da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva – Museu-Escola de Artes Decorativas, sem data, uma listagem das peças em causa. Peças já pertença do Porto de Lisboa, outras adquiridas pela F.R.E.S.S. além de umas ainda por adquirir, preenchendo no total uma lista de A a Z.

⁷⁷⁶ Parecer em papel timbrado do Museu Nacional de Arte Antiga, ass. João Couto (J.N.E.). Este parecer foi aprovado em sessão da 1.^a subsecção da 6.^a secção da Junta Nacional da Educação de 13 de Setembro de 1957.

⁷⁷⁷ Parecer em papel timbrado do M.N.A.A. de 9 de Outubro de 1957 (JNE).

Quadro X

Lista das peças adquiridas e a adquirir com destino à Torre de Belém

A) Mesa e armário de duas portas, adquiridos na Holanda à
B) Casa Fa. F. J. Peters, de Tilburg
C) Arca alta do século XVI. Com tampo abaulado
D) Arca com 4 painéis, representando pergaminho desenrolado
E) Arca com 5 painéis, representando pergaminho desenrolado
F) Arca de nogueira com 5 painéis, sendo o do centro mais baixo
Estas peças pertencem já ao Porto de Lisboa
G) Arca com 4 painéis, representando pergaminho desenrolado
H) Pequena arca com 3 painéis, representando pergaminho desenrolado
I) Arca com 5 painéis de estilo ogival, sendo o do centro mais baixo
J) Banco sobre o comprido
L) Banco
M) Banco
N) Cadeira
O) Pequeno cofre
P) Aplique
Estas peças foram adquiridas pela F.R.E.S.S., mas ainda não se encontram pagas. São do começo do século XVI e foram adquiridas à casa Wolsey, de Londres. As fotografias enviam-se a título devolutivo, pois documentam o certificado de autenticidade.
R) 2 aspectos do mesmo Banco
S) Estante para livros
T) Mesa de refeitório
U) Genuflexório
V) Pequena arca de tampo abaulado
X) Cadeira de braços, de espaldar alto
Armário, representado na fotogravura entre as páginas 18 e 19 do catálogo junto, respeitante ao leilão da colecção Dulton Homestall
Z) Fotografia representando 5 pares de castiçais.
Está ainda considerada firme a aquisição em Paris de um armário gótico, de que não possuímos a fotografia.
Peças por adquirir, mas cuja aquisição foi considerada firme por telegrama. ¹²⁶

Tal como os anos da década de 1950, a documentação escasseia a partir daqui. Não fora uma notícia do *Diário Popular* e seria difícil saber se os móveis deram

entrada na Torre.

Aquilo que não está bem na Torre de Belém”... Rima e é verdade! Na verdade, o famoso monumento quinhentista, que está a ser enquadrado urbanisticamente como merecia, apresenta agora no cimo, uma caranguejola de arames que não se coaduna nada com a nobreza da traça arquitectónica da Torre. À vista do passante, aqueles estranhos arames assemelham-se a arames para... macacos.

Qual será a sua função? Perguntam os curiosos e nós com eles⁷⁷⁸.

A D.G.E.M.N., dias depois, esclareceria “que os arames que se vêm naquele edifício são elementos de uma roldana que foi necessário instalar para elevar os móveis que se destinam a mobilar as salas. As dimensões daqueles móveis não permitiam o seu transporte através das escadas em caracol, nem dos pequenos vãos das portas”⁷⁷⁹.

⁷⁷⁸ “Aquilo que não está bem na Torre de Belém”, in *Diário Popular*, 7 de Julho de 1959.

⁷⁷⁹ D.G.E.M.N., 18 de Julho de 1959.

CONCLUSÃO

Nove conclusões, um desejo e um *post-scriptum*

“O Português gosta de história como forma de discurso, mas, no fundo, não é sensível aos testemunhos do passado. É dos povos que menos apreço revelam pelo espólio cultural da sua terra”.

Vitorino Magalhães Godinho, *Diário de Notícias*, 19 de Outubro de 1974.

Oitenta e cinco anos depois de Stuart ter feito rebentar o “monstro Negro” – que “era antes de existir a Companhia, um castelo branco” – no 2.º episódio da 7.ª parte do “Pé Fatal”, Nathan Coley, em recente instalação no Centro Cultural de Belém⁷⁸⁰, recorreu a fotografias da demolição das chaminés da Fábrica de Gás, de 1950, para, no fim, de uma forma fictícia, fazer também explodir a Torre de Belém.

Felizmente, tal malogro patrimonial não passou da imaginação dos dois autores. A verdade, porém, é que com a instalação da Fábrica de Gás junto à Torre estivemos perto, durante mais de seis décadas, dessa insustentável experiência. Ramalho Ortigão, Júlio de Castilho, Aquilino Ribeiro (e lá fora Juliette Lamber e outros) convergiram na expressão dessa inquietação.

Quanto a nós, tentámos, nesta dissertação, inspirados pela vitalidade da noção de *heritage studies*, entendida a partir da sua definição (básica) como “*the ways in*

⁷⁸⁰ De 21 de Fevereiro de 2001 a 1 de Abril do mesmo ano.

*which the past has been preserved, presented and consumed*⁷⁸¹, tentámos, dizíamos, aproximar-nos de dois problemas cruciais: a salvaguarda da Torre, desde a implantação da Fábrica até ao derrube das suas chaminés e, depois, a valorização do monumento durante toda a década de 1950. Cumpridos estes centenares de páginas (e tantas outras que ficaram pelo caminho), muitas horas de reflexão, algum destemor e limitações q.b., julgamos ter conseguido lançar alguma luz sobre a problemática assinalada no subtítulo do nosso estudo, facultando, em certos pontos, o acesso a informação e documentação praticamente inédita.

Parece-nos ser legítimo apresentar agora três ordens de conclusões (reflexões): as que se prendem exclusivamente com a Torre de Belém; outras que partindo da Torre tendem a abarcar o geral (nacional) e, ainda, umas que têm um carácter geral (nacional) e, logo, se podem aplicar, também, à Torre de Belém.



Entre 1888 e 1950, entre o primeiro acorde pró-patrimonialista dado pelo desenho “O Novo Gazometro”, de Rafael Bordalo Pinheiro nos *Pontos nos ii*, logo em 16 de Novembro de 1888 e a derradeira nota, estampada num texto do *Diário de Notícias*, em 8 de Junho de 1950 – “Acabou o cativoiro” –, acompanhámos os tentames de salvaguardar a Torre de Belém, no sentido mais puro do termo: “livrar

⁷⁸¹ www.york.ac.uk/depts/hist/heritage/bkgrnd.htm.

do perigo, defender, proteger, garantir, ressalvar, acautelar”.

A nossa primeira conclusão é que essas intervenções, apesar de uma significativa homogeneidade, em termos estruturais e de conteúdo, não deram origem a uma intervenção linear e contínua visando a preservação da Torre. Privilegiando os estados de alma em detrimento das convicções, esse movimento em torno da integridade da Torre aparecia, desaparecia, reaparecia acrescido de nova força, que logo se desvanecia, ressurgia mais tarde, como em espiral e, deste modo, ao longo de sessenta e dois anos.

Assim se passou não só por a questão se arrastar durante tantos anos (talvez se tenha arrastado tantos anos por assim se passar), mas, como escreveu Leitão de Barros em artigo apropriadamente intitulado “O Tesouro do Restelo”, também porque essa salvaguarda dependia “de muitos serviços, muito papel selado, muitos melindres, muitas jurisdições, muitas urbanizações, muitas pranchetas e muitas autoridades. E como este país é aos quadradinhos como o tabuleiro do xadrez, é preciso ir ganhando as partidas sem cheque-mate...”⁷⁸².

Do nosso acompanhamento do processo de valorização da Torre pudemos extrair uma segunda conclusão: os trabalhos e as verbas para conservação foram, para além de tardios, quase sempre, muito limitados.

Ao percorrermos documentação para além do *terminus ad quem* que definimos para a nossa investigação, foi-nos possível confirmar isso mesmo. Assim aconteceu em 13 de Agosto de 1968 – quase duas décadas depois da libertação da Torre –, quando

⁷⁸² Leitão de Barros, “O Tesouro do Restelo”, in *Diário de Notícias*, 21 de Outubro de 1958, p. 2

a verba inscrita não era suficiente para o trabalho projectado: “É com as obras de conservação [...] que vêm sendo realizadas todos os anos, que se tem conseguido que aquele imóvel se encontre com aspecto conveniente, embora a acção das águas do rio obriguem a conservação quase constante, nomeadamente no que respeita a portadas e ferragens, mòrmente naquelas zonas mais atingidas pelo rio”⁷⁸³. A verba de 20 000\$00 então inscrita no plano era “pois insuficiente para êste trabalho, porquanto a instalação de andaimes, desmontagem das pedras e reconstrução ao seu lugar devem importar na quantia aproximada de Esc: 50 000\$00”⁷⁸⁴.

Outra conclusão na área da valorização da Torre tem a ver com a constatação das dificuldades que os vários planos de ajardinamento tiveram para florescer... desde os sonhos de Palmeirim logo em 1899, de Afonso de Lemos em 1912 ou das próprias C.R.G.E. em 1935.

Talvez por isso, ainda em 1967 – ano de brasa na Europa e no Mundo⁷⁸⁵ –, encontrámos o presidente da Câmara Municipal de Lisboa (António Vitorino França Borges), em carta ao ministro das Obras Públicas, a retomar a ideia das estátuas dos heróis do projecto de Cottinelli e Telmo, dando corpo a um fantasma

⁷⁸³ “No exterior, tem vindo a agravar-se o estado do varandim do lado Nascente, onde é já muito acentuado o desvio da perpendicularidade das colunas, as quais, apoiando-se nos ângulos exteriores do peitoril da varanda, sustentam o alpendre de cantaria.

As pedras estão a desconjuntar-se e urge que sejam consolidadas, tanto mais que os “gatos” que as uniam são feitos em barra de ferro e a ferrugem em que se transformaram está a afastá-los”.

⁷⁸⁴ *Ibidem*.

⁷⁸⁵ Nos EUA grandes protestos contra a Guerra do Vietname (15 de Abril); golpe dos “coronéis” na Grécia (21 de Abril); início da guerra do Biafra (30 de Maio); “Guerra dos Seis Dias” (início 30 de Maio); o general de Gaulle, de visita ao Canadá, lançou o slogan: “*Viva o Quebec Livre*” (24 de Junho); início de um período de graves incidentes raciais nos EUA (23 de Junho); Ernesto “Che” Guevara é morto na Bolívia (8 de Outubro). Cf. *História Comparada* (António Simões Rodrigues, dir.), Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp. 470-471.

queirosiano: “A nossa história é uma mina de *heróis*, que estão pedindo que os ressuscitem”⁷⁸⁶:

Sr. Ministro das Obras Públicas

Excelência.

Desejava esta Câmara Municipal valorizar o Jardim existente na proximidade da Torre de Belém, colocando no limite do arrelvado face ao arruamento que o envolve, um grupo de estátuas de navegadores da época de D. Manuel.

Sucedeu ter esse Ministério encarregado em tempo o Arqtº Cotinelli Telmo de realizar doze estátuas que por sua vez foram encomendadas aos escultores Álvaro de Brée, Canto da Maia e Leopoldo de Almeida [...] Desejando esta Câmara Municipal poder levar a efeito a conclusão das referidas doze estátuas a implantar junto da Torre de Belém⁷⁸⁷.

Desta postura do presidente da edilidade lisboeta poder-se-á afirmar, como escreveu Kevin Walsh, que “*the promotion of certain images of nation does in fact contribute to our historical amnesia*”⁷⁸⁸. Mas, se apesar dos projectos e estudos o jardim não avançaria muito no exterior, em 1973 sabemos ter “invadido” o claustro da Torre. A documentação da D.G.E.M.N. assim o confirma: “Para os fins convenientes informo V. Ex^a. que no claustro da Torre de Belém se encontra armado um jardim constituído por caixas metálicas contendo plantas de diversas qualidades. Igualmente se constata que ali foi instalado um pequeno lago, [...] o qual tem dado lugar a infiltrações nas abóbadas inferiores do claustro, conforme foi

⁷⁸⁶ *Obras de Eça de Queiroz. Correspondência*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001, p. 97.

⁷⁸⁷ D.G.E.M.N., Arq. Geral, M.I. 125.

⁷⁸⁸ Kevin Walsh, *The Representation of the Past. Museums and heritage in the post-modern world*, London, Routledge, 2001, p. 93.

verificado [por] um técnico destes serviços que visitou o local”⁷⁸⁹.

Consideremos ora o lapso de tempo de mais de um século, que decorre entre cerca de 1840 e 1950. Na história da valorização da Torre entrevemos pelo menos outra conclusão: a dificuldade em definir e implementar um projecto de reutilização do monumento: museu militar com o liberalismo, museu dos Descobrimentos com a I República e o Estado Novo, do Porto de Lisboa em 1950, sacrário da “Custódia de Belém”, “*ensemble d’époque*”, de tudo isso, é bem verdade, nenhuma realização.

Para além de propostas “realistas” como estas, ainda descortinámos outras, algo mirabolantes, como a de “ignorado descendente dos Pachecos”⁷⁹⁰ no jornal *Actualidades*, a sugerir a transformação da Torre de Belém em “símbolo vivo da unidade nacional, com um corpo de guarda constituído por soldados fardados à moda da época, representando cada um uma província de Portugal continental, insular e ultramarino”⁷⁹¹. Ciente do valor do seu plano decidiu apresentá-lo ao S.N.I., que, diz, lhe prestou “simpático acolhimento”, tendo feito ainda uma exposição ao presidente da República, recebendo, dias depois, o informe de que deveria dirigir-se à Presidência do Conselho, o que fez, “esperançada e jubilosamente”. E que voltaria a fazer, já depois de Abril, quando – o homem que para si nada mais pretendia que o cargo de capitão-mor da Torre de Belém – dirigiu um cartãozinho pessoal ao Brigadeiro Vasco Gonçalves, presidente do Conselho de Ministros, onde se podia ler:

Poderá o Conselho dos Vinte, estudar o programa do estudo da transformação da

⁷⁸⁹ D.G.E.M.N., Arq. Geral, M.I. 125.

⁷⁹⁰ *Actualidades*, ano I, n.º 20, 17 de Outubro de 1963, p. 3.

⁷⁹¹ *Ibidem*.

Torre de Bélem em simbolo vivo da unidade nacional, segundo dados matemáticos e históricos e segundo o esquema publicado na revista “Observador” de 10 de Março de 1972,⁷⁹² numa reunião a realizar no Quartel do Govêrno militar de Lisboa, a S. Sebastião da Pedreira?

Desejando a V. Ex^a e a todos os membros do Conselho dos Vinte, um Ano Novo muito feliz.

Sou com toda a elevada consideração de V. Exa.⁷⁹³.

No fim, agora não de uma década, mas de duas, a Torre de Belém continuava, nos parâmetros mais relevantes que fomos analisando – salvaguarda, conservação, envolvente e reutilização – não melhor, cremos, que aquele “aspecto conveniente”, como se escreveu em 1968⁷⁹⁴. *Nec plus, nec minus*.



À Monarquia sucedeu a I República e, a esta, o Estado Novo. Mudaram os valores e as concepções ideológicas. Manteve-se – e esta é outra conclusão –, por um lado,

⁷⁹² Procurámos o artigo e encontramos, apenas, uma “carta ao director”, onde o senhor Pacheco se refere à Torre de Belém lembrando que “quase todos os autocarros com turistas estão uns 10 minutos em frente da referida Torre [...] e depois vão-se embora. Qual a razão deste facto? É que dentro da Torre de Belém, presentemente, não existe um factor importante que leve os guias de Turismo a levar os referidos grupos de turistas de que eles são os orientadores. Há já mais de 7 anos que luto para que a Torre de Belém tenha um corpo-de-guarda de soldados fardados à época de 1500, de cor vermelha e com os escudos de todas as províncias de Portugal continental, insular e ultramarino”, in *O Observador*, ano II, nº 56, 10 de Março de 1972, p. 1.

⁷⁹³ D.G.E.M.N., Arq. Geral, M.I. 125.

⁷⁹⁴ D.G.E.M.N., Arq. Geral, M.I. 125.

uma continuada louvação da Torre de Belém, e, por outro, uma apatia na sua salvaguarda e valorização. Esta conclusão ganha especial cor se atentarmos num outro escrito de Leitão de Barros, de 1934, onde este referia a existência na Torre de:

vitrais de casa de banho nas janelas; uma lanterna de zinco, como gaiola de grilos em ponto grande, no terraço, desafiando, pela sua estrutura de autoclismo, o protesto do visitante ordeiro; nas salas – admiráveis quadras abòbadadas –, ostentam-se vitrinas de retrozeiro, impróprias e desrepeitosas; por todos os lados entulho e estêrco, cacos e detritos; tapumes em vez de portas chapeadas; um pau podre e uma ripa para arvorar a bandeira e, como acesso ao incomparável monumento, uma viela, uma passagem de nível, e uns casebres miseráveis, entre núvens de fumo e montanhas de carvão !...⁷⁹⁵

Se são claros os principais actores da salvaguarda – a omnipresente imprensa, particularmente activa em finais da Monarquia e quase sempre; uma Câmara de Lisboa já republicana ainda em tempos realengos⁷⁹⁶; a Secção de Arqueologia Lisbonense da Associação dos Arqueólogos Portugueses, sinónimo de um associativismo mais activo após a Constituição de 1911 e o próprio Estado, no Estado Novo totalitário –, transparente parece ser também a repetida conclusão, pela pena de vários autores, como Ramalho e Fialho, que os intervenientes no processo patrimonial pouco fazem, fazem tarde, fazem desgarrado... quando fazem. Gustavo de Matos Sequeira, escrevendo sobre a Torre – mas que podia ser a propósito de tantos outros monumentos nacionais, como a Sé ou os Jerónimos – ilustrou estoutra conclusão de modo exemplar: “O conselho de arte e arqueologia

⁷⁹⁵ *Notícias Ilustrado*, n.º 299, 1934, p. 12.

⁷⁹⁶ Cujos principais caudilhos ressaltam do quadro “A eleição da primeira vereação republicana”, de Veloso Salgado, que sabemos ter decorado a “nova Sala da Comissão de Estetica nos Paços do Concelho de Lisboa” (segundo *O Occidente*, vol. XXXVI, n.º 1248, 30 de Agosto de 1913, p. 258) encontrando-se hoje no Museu da Cidade.

e a comissão dos monumentos nacionais, são organismos putreficados, mudos e quedos como penedos, onde as actividades se mumificam e onde os esforços se despedaçam contra a absurdez da sua organização. Não têm [*sic*] autoridade e não têm [*sic*] dinheiro [...] As associações particulares, como a dos architectos e a dos archeologos, sabem bem, por dura experiência, que o resultado dos seus gritos é apenas o de enrouquecerem [...] Os governos são eternos mercadores no ouvir. No parlamento houve quem levantasse a voz [...] Na camara tem havido despremiadas energias que o desleixo amortece e a burocracia cança”⁷⁹⁷.

Parece legítimo concluir, também, pela frequente ineficácia dos institutos patrimoniais, vindos do último quartel do século XIX, e sucessivamente reformados, que foram quase sempre inócuos. A essa “sebastianica corporação”⁷⁹⁸, na sua versão Conselho dos Monumentos Nacionais, se poderia perguntar, como se lê no “Depoimento d’um Combatente”: “Que fizera, que fazia, que faria? Oh! Podiam percorrer-se todos os tempos do verbo fazer que o Conselho não se mexia”⁷⁹⁹.



⁷⁹⁷ Matos Sequeira, “Uma Joia Manuelina. A Torre de Belem”, in *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 711, de 6 de Outubro de 1919, p. 267.

⁷⁹⁸ Manuel Monteiro, “Defeza d’um Castello Medieval. Depoimento d’um Combatente”, in *Arte & Vida. Revista d’Arte, Critica e Sciencia*, Janeiro-Fevereiro de 1906, n.º 10 e 11, Coimbra, Livraria Academica, Editora, p. 443.

⁷⁹⁹ *Ibidem*.

A história do património é, hoje, tanto no ponto em que nos colocámos para iniciar este trabalho, bem como ora, no seu final, eminentemente polifónica, ou seja, constituem-na uma pluralidade de vozes, de sons. A sua originalidade é, assim, similar a um processo de composição musical em que se casam várias melodias, que se desenvolvem independentemente, mas dentro da mesma tonalidade.

Jean-Yves Andrieux, professor da Universidade de Rennes, referiu-se de forma lapidar a essa característica da história do património: “*Elle réunit en effet plusieurs histoires en une seule. Histoire institutionnelle : le monument historique est [...] une œuvre – privilégiée ou délaissée, selon les circonstances – de l’administration dont il démontre la continuité, les vertus et les lourdeurs. Histoire politique: le monument historique rencontre toujours le choix – passionné ou indifférent, plus souvent le second que le premier ! – de l’élu. [...] Histoire architecturale: le monument historique est plus souvent témoin de ses restaurations que de sa virginité initiale. Histoire environnementale: le monument historique ne vit pas sans contexte – de campagne ou de ville – sans un site d’où il tire sa cohérence profonde, qu’il fût monastère ou manufacture. Histoire des anonymes qui l’utilisèrent par le passé ou qui le visitent aujourd’hui. Histoire culturelle, par conséquent, de ses usages, de ses images, de ses métamorphoses*»⁸⁰⁰.

Para finalizar, podemos ainda concluir que a história do património não é só o discurso do belo, do grandioso – Herculano falava de “arte [...] recordações [...] memória [...] gloria nacional, o passado e o futuro”⁸⁰¹ –, mas também o discurso da inquietação, da dúvida, da perturbação (quando não da agitação e da revolta).

⁸⁰⁰ Jean-Yves Andrieux, *Patrimoine & Histoire*, Paris, Belin, 1997, p. 144.

⁸⁰¹ Alexandre Herculano, “Monumentos II”, in *O Panorama*, n.º 70, 1 de Setembro de 1938, p. 276.



Depois do que ficou dito, ganha sentido introduzirmos aqui um voto, que foi expresso por Aquilino em 1949:

Não pretendia que se salgasse o solo, mas mesmo assim que ali, numa parede ou no próprio chão, se incrustasse uma lápida em memória da batalha de muitas gerações contra aquela potência demoníca⁸⁰².



Em 1896, ao vociferar contra a Fábrica de Gás, Sousa Viterbo utilizou expressões como:

Ceci tuera cela. Que a electricidade mate quanto antes o gaz, e que o gazometro, como inutil, como objecto duma archeologia repugnante, como um parasita detestavel, como um invejoso perverso, caia aos pedaços, cheio de ferrugem, cheio de lepra, carcomido, andrajoso, como tronco fulminado pelo raio de Deus!

*Anathema sit!*⁸⁰³

A frase *ceci tuera cela*, que sabemos proferida por um personagem de *Notre-Dame de Paris*, Claude Frollo, e a que Victor Hugo recorreu para explicar que a revolução de Gutemberg aniquilou a importância das obras de arte e da arquitectura antiga,

⁸⁰² “A Torre de Belém”, in *O Século*, 2 de Novembro de 1949.

⁸⁰³ *Op. cit.*, p. 491.

não será a passagem mais interessante. Mais curiosas, em nossa opinião, serão as expressões – “objecto duma archeologia repugnante”, “parasita detestavel”, “invejoso perverso”, cair “aos pedaços, cheio de ferrugem, cheio de lepra, carcomido, andrajoso...” – dirigidas à Fábrica de Gás/Gasómetro pelo autor do texto.

Com efeito, durante todo o processo que estudámos, ninguém interpretou a Fábrica de Gás como exemplo de património industrial, nem mesmo Sousa Viterbo. Era cedo para tal, admitimos, inclusivamente para quem, no mesmo ano de 1896, “inventou” a arqueologia industrial⁸⁰⁴.

Numa breve incursão por estes domínios, lembremos que depois do artigo fundador de Viterbo, a arqueologia industrial “veio a cair no esquecimento até à sua recente reabilitação, mas desta vez após ter sido consideravelmente divulgada no estrangeiro e de até ser apresentada como uma invenção de um autor inglês”⁸⁰⁵.

Recentemente, o alargamento do campo patrimonial, tem levado à preservação e valorização de máquinas e motores, fábricas, moinhos e armazéns, canais e caminhos de ferro “que no decurso dos dois últimos séculos se impuseram na paisagem, de maneira crescente, até a dominarem”⁸⁰⁶. Dito isto, cremos estar

⁸⁰⁴ (“Archeologia industrial Portuguesa. Os moinhos”, in *O Archeologo Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, vol. II, n.º 8-9, pp. 192-196). Ver, Paulo Oliveira Ramos, “Sousa Viterbo” e “Arqueologia Industrial”, in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, respectivamente, pp. 47-48 e pp. 256-257.

⁸⁰⁵ José Amado Mendes, “Arqueologia Industrial e Património Cultural”, in *Munda*, n.º 3, Coimbra, p. 8.

⁸⁰⁶ Neil Cossons, “La conservazione del nostro passato industriale”, in *Atti del Convegno Internazionale di Archeologia Industriale*, Milano, Società Italiana per l’Archeologia Industriale, 1977, p. 33 (tradução nossa).

preparados não só para apreciar as suas representações na pintura⁸⁰⁷ mas, sobretudo, para entendermos a preservação e reutilização de vários gasómetros e/ou fábricas de gás – contemporâneos e similares dos de Belém - nomeadamente na Áustria⁸⁰⁸, Alemanha⁸⁰⁹, Itália⁸¹⁰, Holanda⁸¹¹, Grécia, Suíça, Hungria, Suécia, Inglaterra, etc.⁸¹².

⁸⁰⁷ Mario Sironi, *Gasometro*, 1943; Johathan Guaitamacchi, *Bovisa Paesaggio*, ?; Adolf von Meckel, *Die Englische Gasenstalt an der Spree*, 1891; Ludwig Meidner, *Gasometer in Berlin-Schöneberg*, 1927; Lyonel Feininger, *Gasometer in Berlin-Schöneberg*, 1912; Erich Heckel, *Gasanstalt am Luisenufer*, 1912, entre outros.

⁸⁰⁸ Sobre os gasómetros de Viena-Simmering (1896-1899) ver [http:// gasometer.org/de/index/html](http://gasometer.org/de/index/html). Grato pela informação facultada por Manfred Wedhorn, da Universidade Técnica de Viena.

⁸⁰⁹ Com, entre outros, os casos significativos de Dresden-Reick (1877), Berlin-Kreuzberg (1874-1875), Berlin-Charlottenburg (1886), Leipzig-Connewitz (1885), etc. Estou reconhecido a Jörg Haspel, do Landesdenkmalamt Berlin, pela documentação disponibilizada.

⁸¹⁰ Entre os quais o de Bolonha (Cf. Antonio Campigotto e Roberto Curti, *Il sole qui non tramonta. L'officina del gas di Bologna*, ediz. Grafis, Bologna, 1998); Milão, que alberga o “*Museo del Presente*”, que se assume como “*a ‘non museum’ and non monumental site for contemporary Art*” (www.milano.artecontemporanea.org) e Veneza.

⁸¹¹ *Westergasfabriek*, Amesterdão, 1893.

⁸¹² Com destaque para os de Wien-Simmering (1896-1899), na Áustria.

BIBLIOGRAFIA

Fontes e obras de consulta ⁸¹³

AA.VV., *A Evolução Municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1996.

AA.VV., *Colloque Interdisciplinaire sur les Sociétés Savantes*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1976.

AA.VV., *Direito ao Património Cultural*, s/l, INA, 1996.

AA.VV., *Il Campanile di San Marco. Il Crollo e la Ricostruzione. 14 Iuglio 1902 – 25 Aprile 1912*, Venezia, Silvana Editoriale, 1992.

AA.VV., *Protection du patrimoine historique et esthétique de la France. Textes législatifs et réglementaires*, Paris, Journal Officiel de la République française, 2003.

ACCIAIUOLI, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal. O País, O Regime e as Artes. Restauração e Celebração*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1991.

⁸¹³ Nesta bibliografia, que apesar de única – nesta dissertação, como noutros trabalhos, seria difícil demarcar temas para a sua divisão – incluem-se obras de carácter geral; estudos de carácter temático considerados essenciais para a análise dos capítulos e subcapítulos; artigos ou livros de temática mais restrita, além de algumas fontes impressas.

Actes du 100.^e Congrès National des Sociétés Savantes, Paris, Bibliothèque Nationale, 1976.

AGUILAR CIVERA, Inmaculada, *La Estación de Ferrocarril puerta de la Ciudad*, 2 vols., Valencia, Generalitat Valenciana, 1988.

El orden industrial en la ciudad: Valencia en la segunda mitad del siglo XIX, Valencia, Diputació de Valencia, 1990.

ALBUQUERQUE, Luís Mousinho de, *Memória Inédita Acerca do edificio monumental da Batalha*, Leiria, 1854.

ALMEIDA, Fialho d', *Estancias de Arte e de Saudade*, Lisboa, Livraria Clássica, 1924.

Os Gatos, Publicação mensal d'inquerito á vida portugueza, Porto, Casa Editora Alcino Aranha & C.^a, n.º 1, Agosto de 1889.

AMERY, Colin e CRUICKSHANK, Dan, *The Rape of Britain*, London, Paul Elek, 1975.

ANACLETO, Maria Regina, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa. 1780-1924*, 2 volumes, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992. (policopiado).

ANDRIEUX, Jean-Yves (dir.), *Patrimoine et Société. Actes des conférences du 18/11/96 au 07/04/97*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1997.

Patrimoine & Histoire, Paris, Belin, 1997.

ARANTES, António Augusto (org.), *Produzindo o passado*, São Paulo, Brasiliense, 1984.

ARAÚJO, Norberto de, “Para que têm servido os Conventos em Portugal”, in *Olisipo*, ano XIII, n.º 52, Outubro de 1950, pp. 173-175.

Inventário de Lisboa (Conferência realizada no salão nobre dos Paços do Concelho na tarde de 25 de Maio de 1939), Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

Inventário de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944.

Peregrinações em Lisboa, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1938-1939.

ARNOLD, John, DAVIES, Kate e DITCHFIELD, Simon (eds.), *History & Heritage: Consuming the Past in Contemporary Culture*, Dorset, 1998.

ARTUR, Ribeiro, *Arte e Artistas Contemporâneos*, Lisboa, Livraria Moderna, 1903.

AUDRERIE, Dominique, *La notion et la protection du patrimoine*, Paris, PUF, 1997.

BABELON, J.-P., CHASTEL A., *La notion de patrimoine*, Paris, Liana Levi, 1994.

BAÇAM, Sebastião Joaquim, *Monumentos Sacros de Lisboa e outras curiosidades*, Lisboa, Imprensa Commercial, 1910.

BACHOUD, Louis, JACOB, Philippe e TOULIER, Bernard, *Patrimoine culturel bâti et paysager. Classement. Conservation. Valorisation*, Paris, Delmas, 2002.

BADY, Jean-Pierre, *Les monuments historiques en France*, PUF, Paris, 1998.

BALLART HERNÁNDEZ, Joseph, *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*, Barcelona, Ariel, 1997.

BALLART HERNÁNDEZ, Josep e JUAN i TRESSERRAS, Jordi, *Gestión del Patrimonio Cultural*, Barcelona, Ariel Patrimonio, 2001.

BALLON, Hilary, *New York's Pennsylvannia Stations*, New York, Norton, 2002.

BARATA, Ana Cristina Martins, “Da Utopia à Realidade: as Pontes para a Outra Margem”, in *Actas do III Colóquio Temático Lisboa na Viragem do Milénio*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 135-141.

BARBOSA, Inácio Vilhena, *Estudos Históricos e Arqueológicos*, Lisboa Tipografia Castro e Irmão, Tomo I e II, 1874.

“Os Monumentos”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.^a Série, 1908.

Monumentos de Portugal. Históricos, Artísticos e Archeológicos, Castro Irmão Ed., 1886.

BARREIROS, Maria Helena, *Para uma Carta do Património de Lisboa*, (policopiado).

BARROS, Leitão de, “O Tesouro do Restelo”, in *Diário de Notícias* de 21 de Outubro de 1958, pp. 1-2.

Bases pour le Contrat de l'Éclairage de la Ville de Lisbonne, Lisbonne, Presse Démocratique, 1887.

BAUDELAIRE, Charles, *Les Fleurs du mal et autres poèmes*, Paris, Garnier-Flammarion, 1964.

BÉGHAIN, Patrice, *Le patrimoine: culture et lien social*, Paris, Presses de Sciences Po, 1998.

Guerre aux Démolisseurs!, Vénissieux, Éditions Paroles d'Aube, 1997.

BENEDICTIS, Cristina de, *Per la storia del Collezionismo italiano : fonti e documenti*, Firenze, Ponte alle Grazie, 1998.

BENTO, Mário Augusto S., *Conservação, Restauro, Reabilitação, Ideologias e Práticas*, 2 volumes, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1992 (policopiado).

BERCÉ, Françoise, *Des monuments historiques au patrimoine du XVIIIe siècle a nos jours ou "les égarements du coeur et de l'esprit"*, Paris, Flammarion, 2000.

Les premiers travaux de la commission des monuments historiques 1837-1848. Procès-verbaux et relevés d'architectes, Paris, Picard, 1979.

BERGMAN, Ernest, *Une Excursion en Portugal (Notes de Voyage)*, Meaux, Imprimerie Destouches, 1890

BERNARD-GRIFFITHS, Simone, CHEMIN, Marie-Claude e EHRARD, Jean (org.), *Révolution Française et "Vandalisme Révolutionnaire"*, Paris, Universitas, 1992.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario Portuguez, & Latino [...]*, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Sylva, M.DCCXX, p. 323.

BOSCHLOO, A.W.A., *L'Accademia Clementina e la preoccupazione del passato*, Nuova Alfa Editorial, Bologna, 1989.

BOSWELL, David e EVAN, Jessica (eds.), *The Nation: A Reader-history, heritage & museums*, London, 1999.

BRETT, David, *The Construction of Heritage*, Cork, Cork University Press, 1996.

BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Séc. XVIII*, Dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2000 (policopiado) .

Colecções, gabinetes, jardins botânicos e museus em Portugal: o testemunho dos viajantes estrangeiros (1750-1900), in *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, S. 3, n.º 3, Abril-Outubro, 1999, pp. 153-164.

BRIGGS, Martin S., *Goths and Vandals: a study of the destruction neglected and preservation of historical buildings in England*, London, Constable, 1952.

BRITO, J. J. Gomes, *Ruas de Lisboa*, Lisboa, Sá da Costa, 1935.

Cahiers de médiologie (Les), n.º 7, Paris, Gallimard, 1999.

CALADO, Luís Ferreira, LEITE, Joaquim Passos e PEREIRA, Paulo, “O Património Construído e o Ministério da Cultura”, in *Intervenções no Património, 1999-2005*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1997, pp. 28-49.

Camara Municipal de Lisboa, *Escrituras celebradas entre a Camara Municipal de Lisboa e a sociedade Companhias Reunidas Gaz e Electricidade*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1915

CAMMELI, Marco (org.), *La nuova disciplina dei beni culturali e ambientali*, Bologna, il Mulino, 2000.

CAMPOFIORITO, Italo, “Muda o mundo do património: notas para um balanço crítico”, in *Revista do Brasil*, n.º 4, 1985, pp. 32-43.

CAMPOS, Nuno e CARNEIRO, Isabel, *O Padrão dos Descobrimentos. Roteiro para uma visita de estudo*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

CANAVARRO, Pedro, “Achegas documentais para o estudo e defesa do património”, in *Mínia*, Braga, 2.ª série, n.º 2, 1978, pp. 34-41.

CARDOSI, Hieronymi, *Dictionarium Latino-Lusitanicum et Lusitanico-Latinum [...]*, Olisipone, M.DCCXX.

CARDOSO, Mário, “Monumentos Nacionais. Seu Arrolamento, classificação e protecção especialmente na parte que se refere à Arqueologia”, Separata do vol. LI da *Revista de Guimarães*, Guimarães, 1941.

CARTIER-BRESSON, Henri, *L'imaginaire d'après nature*, s/l, Fata Morgana, 1996.

CARVALHEIRA, Rosendo, “Um Feixe de Saudades. Commemoração do 50.º aniversário da Associação dos Arquitectos e Arqueologos Portugêses. Esboço de elogio historico dos falecidos socios Valentim José Correia, Conde de S. Januario, Joaquim José da Nova, Adolpho Ferreira Loureiro e Gabriel Pereira”, in *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*, MCCMLXIII-MCMXIII, tomo XIII, 5.ª série, n.º 2.

CARVALHO, J. C. d'Almeida, “A Sociedade Archeologica Lusitana”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 3.^a Serie, Tomo VII, 1896, n.º 5 e n.ºs 6 e 7.

CARVALHO, Ayres de, *D. João V e a Arte de seu Tempo*, 2 vols., ed. do autor, 1962.

Catálogo dos Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público classificados até 31 de Dezembro de 1940, MOPC / DGEMN, Porto, Industrial Gráfica do Porto, 1941.

CASTELO BRANCO, Fernando, *Breve história da olisipografia*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980

CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, vol. V, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944.

“Um Benemerito Appêlo”, in *Diário de Notícias*, 15 de Março de 1910.

CASTRO, Sônia Rebello de, *O Estado na preservação de bens culturais*, Rio de Janeiro, Renovar, 1991.

CHASTEL, A., *Architecture et patrimoine: Choix de chroniques du journal Le Monde*, introduction de Jean-Marie Pèrouse de Montclos, Paris, Inventaire Général / Imprimerie Nationale Éditions, 1994.

CHAVES, Luís, “A política dos monumentos” in *Arqueologia e História*, vol. I, 1922, pp.76-83.

“As injúrias do homem nos monumentos”, in *Brotéria*, vol. XVII, fasc. 4, Outubro de 1933, pp. 208-219.

CHIRI, Cesare, *Crítica e restauro dal secondo ottocento ai nostri giorni*, Roma, Carte Segrete, 1994.

CHOAY, Françoise, *L'Allégorie du patrimoine*, Paris, Éditions du Seuil, 1992.

CHRISTINO, Ribeiro, *Estética Cidadina*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1923.

Classificação dos Monumentos Nacionaes, Ministério das Obras Públicas Comercio e Industria. Conselho dos Monumentos Nacionaes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

CLAUSSE, Gustave, *Espagne Portugal. Notes historiques et artistiques sur les Villes principales de la Péninsule Ibérique par.....*, Paris, Librairie de l'Art, 1889.

COELHO, Olínio Gomes P., *Do Patrimônio Cultural*, Rio de Janeiro, 1992.

Conselho dos Monumentos Nacionaes, *Classificação dos Monumentos Nacionaes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Collecção dos Documentos da Iluminação a Gaz, 1.^a Serie, Lisboa, Imprensa Democratica, 1882

Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, 1910, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

Conselho dos Monumentos Nacionais, *Subsidios para a classificação dos Monumentos Nacionaes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, *Monumentos Nacionais*, Lisboa, Typographia do Dia, 1900.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano, *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza [...]*, Paris, ed. Angelo Francisco Carneiro, 1836.

CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Lisbona: le quattro vite di una centrale elettrica”, in Bruno Corti (a cura di), *Archeologia Industriale*, Roma, Istituto Cultura materiale e Archeologia Industriale, 1991, pp. 332-335.

CORDEIRO, Luciano, *As Obras dos Jerónimos, Vésperas do Centenário. Parecer apresentado à Comissão dos Monumentos Nacionais*, Lisboa, Typ. Casa Portuguesa, 1895.

Da Arte Nacional, Lisboa, Typographia do Jornal- O Paiz, 1876.

Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'estado dos Negócios do reino pela Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização do serviço de Museus, Monumentos Históricos e Archeologia. Segunda Parte, Actas e Comunicações, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876.

CORTESÃO, “Museu Evocativo da Vida e Obra do Infante Dom Henrique e dos Descobrimientos Portugueses”, in *Revista de História Económica e Social*, n.^{os} 6-7, 1985, pp. 3-25.

COSTA, José Alves da, *Gás de Lisboa: da iluminação pública a gás na Lisboa romântica ao gás natural*, Porto, Lello, 1996.

COSTA, Lucília Verdelho da, “Une lente prise de conscience. Historique de la protection (1834-1874)”, in *Les Monuments Historiques*, n.º 194, Novembre de 1994, pp. 22-28.

Ernesto Korrodi: 1889-1944. Arquitectura, Ensino e Restauro do Património, 2 volumes, Tese de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1985 (policopiado).

Alfredo de Andrade: 1839-1915, 2 volumes, Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995 (policopiado).

CUSTÓDIO, Jorge, “Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade”, in Irisalva Moita (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 435-492.

“Património, Sociedade e Ideologia: Algumas Reflexões para a Construção do “Futuro do Pretérito”, in *Vértice*, vol. XLII, nº 449, Julho e Agosto de 1982, pp. 408-506.

“Possidónio da Silva e as origens da salvaguarda e valorização do património histórico-artístico e monumental português”, in *Arqueologia e História*, vol. 51, Lisboa, 1999, pp. 37-55.

CUSTÓDIO, Jorge, *et. al.*, *Museologia e arqueologia industrial*, Cadernos de arqueologia industrial, Série I, Estudos, Lisboa, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1991.

CUSTÓDIO, Jorge e BEIRANTE, Cândido (org.), *Alexandre Herculano, um homem e uma ideologia na construção de Portugal*, Amadora, Bertrand, 1979.

DEBRAY, Régis, *Contre Venise*, Paris, Gallimard, 1995.

DE LA FONS, John, *Politics and Preservation. A Policy History of the Built Heritage, 1882-1996*, Bath, E & FN SPON, 1997.

Decreto n.º 1 Reorganização dos Serviços Artísticos e Archeologicos, Comissão dos Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição, Lisboa, Typ. do Commercio, 1923.

DIAS, A. da Rocha, *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde o XXV Aniversário da sua Fundação*, Lisboa, 1904.

A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde a sua fundação até 11 de Novembro de 1899 (...), Lisboa, 1907.

DIAS, Jaime Lopes, “A Nova Fábrica do Gás”, in *Revista Municipal*, 1940, Ano I, n.º 3, pp. 66-74.

“O Museu da cidade de Lisboa”, in *Revista Municipal*, 1942, Ano III, n.º 5, pp. 35-49.

Diputació de Barcelona: setanta anys de catalogació i conservació de monuments, Barcelona, Diputació de Barcelona, 1986.

Dissertação critico-filológico-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de S. Mamede, perto do Castello desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d’outras memorias alli mesmo achadas, atégora apparecidas. Composta, e Dirigida ao Illustrissimo E Excelentissimo Sr. D. Antonio Maria de Castello-Branco, Marquez de Bellas, Cetera, Lisboa, 1815.

DI STEFANO, Anna Maria, *Viollet-le-Duc: un architetto nuovo per conservare l'antico*, Napoli, Edizione scientifiche italiane, 1993.

DI TEODORO, Francesco P., *Rafaello, Baldassare Castiglione e la Lettera a Leone X*, Bologna, Nuova Alfa Editoriale, 1994.

DUBOIS, Jean, *et. al.*, *Dictionnaire du Français Contemporain*, Paris, Librairie Larousse, 1966.

EARL, John, *Building Conservation Philosophy*, Donhead, 2003.

EMILIANI, Andrea, *Per una politica dei beni culturali*, Einaudi, Torino, 1974.

Escola Academica. Anno Escolar de 1906-1907, Lisboa, Typographia Casa Portuguesa Papelaria, 1907.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Lisboa, Editorial Verbo, 1963-1980.

FAGUNDES, João, “A Sé de Lisboa nos séculos XIX e XX”, in *História*, n.º 157, Outubro de 1992, pp. 38-55.

FALCÃO, Picotas, *O Municipio de Lisboa e as Casas da sua Camara*, Lisboa, Companhia Typographica, 1902.

FARINHA, Bento Joze de Sousa, *Colleçam das Antiguidades de Evora escriptas por Andre de Rezende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaço, Fr. Bernardo de Brito e Manoel Severim de Faria, feita por*, Lisboa, Officina de Filippe da Silva e Azev, M.DCC.LXXXV.

FAWCETT, Jane (ed.), *The Future of the Past: attitudes to conservation, 1174-1974*, London, Thames and Hudson, 1976.

FERGUSSON, Adam, *Sack of Bath*, Salisbury, Compton Russell, 1973.

FERREIRA, Carlos Antero, *Palácio de Exposições. Tapada da Ajuda*, Lisboa, Passado Presente, 1987.

Restauro dos Monumentos Históricos. Restaurar porquê? Restaurar o quê? Restaurar quando e como?, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1992.

FICACCI, Luigi, *Piranesi. Catalogo completo delle acqueforti*, Köln, Taschen, 2001.

FIGUEIREDO, Borges de, “Monumentos Históricos II” in *Revista de Archeologia e História I*, n.º 10 e n.º 12, Outubro e Dezembro de 1887, pp. 156-158 e 177-179.

FIORAMI, Fabio, “Introduction”, in Giuseppe Vasi, *Vues de Rome au XVIIIe siècle. Portes, places, palais, basiliques, ponts*, Roma, Regione Lazio Assessorato al Turismo, 1992.

FONSECA, Maria Cecília Londres, *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 1997.

FONSECA, Martinho da, *A Sé de Lisboa e Augusto Fuschini*, Lisboa, 1912.

FONSECA, Quirino da, *Arqueologia e Historia*, Volume II, Lisboa, M.DCCCC.XXII, pp. 5-51.

Relatorio sobre o novo contracto para o fornecimento de gás e energia electrica á Cidade de Lisboa e texto do mesmo contracto, Lisboa, Tipografia Municipal, 1928

Memórias e Conferências sobre História e Arqueologia, Lisboa, Serviços Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1935.

A Torre de Belém baluarte de artilharia planeado por D. João II, Lisboa, Inst. Profissional dos Pupilos do Exército, [192-].

FRANÇA, José-Augusto, *Rafael Bordalo Pinheiro*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1981.

A Arte em Portugal no Século XIX, 2 vols., 3.^a edição, Venda Nova, Bertrand Editora, 1990.

A Arte em Portugal no século XX (1911-1961), 3.^a ed., Venda Nova, Bertrand Editora, 1991.

“Exposição do Mundo Português” in *Colóquio-Artes*, 22.^o ano, 2.^a série, 45.^o, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junho de 1980, pp.35-47.

Os anos Vinte em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais, Lisboa, Presença, 1992.

FRIER, Pierre-Laurent, *Droit du patrimoine culturel*, Paris, PUF, 1997.

FÖHL, Axel, *Gutachten zum Denkmal – und Erhaltungswert der Niederdruck – Gasbehälter in Augsburg – Oberhausen*, Düsseldorf, 2002 (policopiado).

GAMBONI, Dario, *The Destruction of Art. Iconoclasm and Vandalism since the French Revolution*, London, Reaktion Books, 1997.

GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*, Porto, Porto Editora, 1983.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Identité Culturelle et Humanisme Universalisant*, Lisboa, Instituto Português de Ensino a Distância, 1982.

GÓIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

GONÇALVES, António Augusto, *Depoimento para ajuntar ao volumoso processo dos malfeitores da Arte em Portugal*, Coimbra, Minerva, 1912.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio, *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*, Madrid, Cátedra, 1999.

GOODOLPHIM, Costa, *Biografia do Sócio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidónio da Silva*, Lisboa, Typographia Universal, 1894.

GORDALINA, Maria do Rosário, “As obras revivalistas do século XIX no Mosteiro de Santa Maria de Belém”, in *Romantismo - da mentalidade à criação artística*, I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1986, pp. 247-291.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d.

GRÉGOIRE, Abbé, *Patrimoine et cité (textes choisis)*, préface de Dominique Audrerie, s/l, Éditions Confluences, 1999.

GRIMOLDI, Alberto (ed.), *Omaggio a Camilo Boito*, Milano, Franco Angeli, 1991.

GUILLAUME, Marc, *La politique du Patrimoine*, Paris, Ed. Galilée, 1980.

HERCULANO, Alexandre, “Monumentos”, in *O Panorama*, vol. II, n.º 69, 1838, pp. 266-268; vol. II, n.º 70, 1838, pp. 275-277; vol. IV, n.º 93, 1839, pp. 43-45 e vol. IV, n.º 94, 1839, pp. 50-52.

Carta dirigida ao Ministério do Reino pela Segunda Classe da Academia Real das Sciencias sobre o estado dos Trabalhos Relativos á publicação dos Monumentos Históricos de Portugal e sobre a suspensão delles, Lisboa, Typographia da Academia, 1856.

Cenas de um Ano da Minha Vida e Apontamentos de Viagem, Lisboa, Livraria Bertrand, 1933.

HEWISON, Robert, *The Industry of Heritage. Britain in a Climate of Decline*, London, Methuen, 1987.

História de Portugal em datas, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

HOLSTEIN, Marquês de Sousa, *Observações sobre o Actual Estado do Ensino das Artes em Portugal, a Organização dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia, offerecidas á Commissão nomeada por decreto de 10 de Novembro de 1875 por um Vogal da mesma Commissão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

HOWARD, Peter, “The Heritage Discipline”, in *International Journal of Heritage Studies*, vol. 1, n.º 1, 1994, pp. 1-6.

HUNTER, Michael (ed.), *Preserving the Past, the Rise of Heritage in Modern Britain*, Phoenix Mill, Allan Sutton Publishing, 1996.

INCHBOLD, A. C., *Lisbon & Cintra with some account of other cities and historical sites in Portugal. Written by.... Illustrated by Stanley Inchbold*, London, Chatto & Windus, MCMVII.

JEUDY, Henry Pierre (dir.), *Patrimoines en folie*, Paris, Mission du patrimoine ethnologique, 1990.

JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

JOKILEHTO, Jukka, *A History of Architectural Conservation*, Oxford, Butterworth, 1999.

JORGE, Fernando Pessoa, *Monumentos de Interesse Histórico-Militar (Projecto de Parecer da Câmara Corporativa)*, Separata de Museus de Portugal, Lisboa, 1971.

JORGE, Maria de Fátima, “*Fábrica de Gás da Matinha – instalações do gás de água carburado. Proposta de intervenção museológica*”, in *Arqueologia & Indústria*, n.ºs 2-3, 1999/2000, pp. 199-215.

KEIL, Alfredo, *Collecções e Museus de Arte em Lisboa*, Lisboa, Livraria Ferreira & Oliveira, 1905.

KINSEY, W. M., *Portugal Illustrated*, London, A. J. Walpey, MDCCCXXIX.

LACROIX, Michel, *Le Principe de Noé ou l'Éthique de la sauvegarde*, Paris, Ed. Flammarion, 1997.

LAMBERINI, Daniela e TOLU, Rosalia Manno (org.), *De la Toscane à l'Europe de Gustave Eiffel. La tour Eiffel au bord de l'Arno*, Firenze, Sillabe, 1999.

LAMY, Yvon (dir.), *L'Alchimie du patrimoine: Discours et politiques*, Talence, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, 1996

LEAL, Joana Esteves da Cunha, *Giuseppe Cinatti (1808-1879). Percorso e obra*, dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1996 (policopiado).

LEAL, Mendes, “Relatórios”, in *Boletim Oficial de Instrução Pública*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.

LENIAUD, Jean-Michel, *Chroniques patrimoniales*, Paris, Norma, 2001.

L'Utopie française: essai sur le patrimoine, Paris, Éditions Mengès, 1992.

Les Archipels du passé. Le patrimoine et son histoire, Paris, Fayard, 2002.

LEVINE, Philippa Levine, *The Amateur and the Professional: Antiquarians, Historians and Archaeologists in Victorian England, 1838-1886*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

LOPES, David, “Parecer sobre a candidatura do olisipógrafo Augusto Vieira da Silva a sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa”, in *Páginas Olisiponenses*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1968.

LOUREIRO, Adolfo, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. III, partes I, II e III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906.

LOWENTHAL, David, *The Heritage, Crusade and the spoils of history*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

The Past is a Foreign Country, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

Our past before us. Why do we save it?, London, Temple Smith, 1981

MADERNA, Marco, *Camillo Boito: pensiero sull'architettura e dibattito coevo*, Milano, Guerini Studio, 1995.

MALRAUX, André, *Le Musée Imaginaire*, Paris, Gallimard, 1965.

MARCONI, Paolo, *Il restauro e l'architetto: teoria e pratica in due secoli di dibattito*, Venezia, Marsilio Editore, 1993.

MARIANO, Mário, *História da Electricidade*, Lisboa, AP Edições, 1993.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

Dicionário de Maçonaria Portuguesa, 2 vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986.

MARTÍNEZ JUSTICIA, Maria José, *Historia y Teoría de la Conservación y Restauración Artística*, Madrid, Tecnos, 2001.

MARTINS, Alice Campos e Coelho, ADRIANO, Pinto, “A Fábrica de Gás de Belém: os projectos e processos de produção no final do séc. XIX.” in *Arqueologia e Indústria*, n.º1, 1998, pp. 23-36.

“As instalações industriais como elementos poluidores da cidade: o caso da fábrica de Gás de Belém”, in *Actas do II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 299-327.

MARTINS, João Paulo do Rosário, *Cottinelli Telmo / 1897-1948 a obra do arquitecto*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995 (policopiado).

MARTINS, Rocha, “Uma questão da Cidade. A Torre de Belem e a Fabrica do Gaz”, in *Ilustração Portuguesa*, n.º 316, 11 de Março de, 1912, pp. 335-338.

MATOS, Ana Maria Cardoso, “A utilização de Novos Materiais e Estruturas no contexto do Património Urbano Oitocentista”, in *Arqueologia e Indústria*, n.ºs 2-3, 1999/2000, pp. 109-127.

MATOS, José Luís de, “As Sete Cidades”, separata de *O Público*, 21 de Maio de 1998.

MATOS, Sérgio Campos de, *Memória e Nação. Historiografia Portuguesa de Divulgação e Nacionalismo (1846-1898)*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de letras da Universidade de Lisboa, 1995 (policopiado).

MEDINA, João (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995.

Memoria lida na Associação dos Arqueólogos Portugueses, em sessão de 30 de Junho de 1921, e publicada parcialmente em *Arqueologia e História*, vol. I, 1822, pp. 76-83.

MENDES, José M. Amado, “A arqueologia industrial: problemática e potencialidades”, in *Vértice*, II série, n.º 54, Maio-Junho de 1993, pp. 9-13.

“A arqueologia industrial: uma nova vertente do património cultural” in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, XXVI, 1991, pp.111-124.

A história como ciência: fontes, metodologia e teorização, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1989.

“A central térmica dos HUC (edifício das caldeiras): monumento industrial a preservar e reutilizar”, separata da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1990.

Subsídios para a arqueologia industrial de Coimbra, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983.

MENDES-LEAL, J. da S., *Monumentos Nacionaes*, Lisboa, 1868.

MENDONÇA, Henrique Lopes de, “A esthetica do ar livre”, in *Revista Litteraria, Scientifica e Artistica*, n.º 96, 4 de Julho de 1904.

MERRIMAN, Nick, *Beyond the glass case: the past, the heritage and the public in Britain*, Leicester, Leicester University Press, 1991.

MESQUITA, Marieta Dá, *Arquitectura e Renovação. Aspectos do Restauo Arquitectónico em Portugal no Século XIX*, estudo apresentado como prova complementar de Doutoramento em História da Arquitectura, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 1993 (policopiado).

MOHEN, Jean-Pierre, *Les Sciences du Patrimoine*, Paris, Odile Jacob, 1999.

MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

Monumentos Nacionais classificados até Setembro de 1928, Conselho de Arte e Arqueologia (1.^a circunscrição), Lisboa, 1929.

Monumentos Nacionais Portugueses. Legislação (Publicação Oficial), Lisboa, Imprensa Nacional.

MONTEIRO, Manuel, “Defeza d’um Castello Medieval” in *Arte & Vida*, Lisboa, n.ºs 10-11, Janeiro e Fevereiro de 1906, pp. 435-445.

MOREIRA, Fernando José Grave, *José Luciano de Castro, Itinerário, Permanente e Acção Política*, Dissertação de Mestrado à Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992 (policopiado).

MOREIRA, Isabel M. Martins, *Museus e Monumentos em Portugal (1772-1974)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989.

MOREAU, Mário, *Coliseu dos Recreios: um século de história*, Lisboa, Fundação Cidade de Lisboa / Quetzal, 1994.

MOURA, Abel de, “Em defesa do património Monumental e cultural” in *Congresso Nacional de Turismo, Documentos*, I Vol., Lisboa, 1964, pp. 337-340.

MOURA, Maria Helena Castel-Branco Lisboa Barata, *Os Engenheiros em Lisboa, Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996 (policopiado).

NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

A Direcção Geral dos Edifícios Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960), 2 volumes, Tese de Doutoramento em História da Arte, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1995 (policopiado).

O Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória de 1840 a 1900, 2 volumes, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1990 (policopiado).

NÉU, João B. M., *Em Volta da Torre de Belém – II. Pedrouços e Bom Sucesso*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

NORA, Pierre (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 3 volumes, 1984, 1986 e 1992.

NUNES, Eng.º J. de Sousa, *A Tôrre de S. Vicente a par de Belém*, Lisboa, Minerva Peninsular, 1932

O Livro da Terceira Classe, Lisboa, Livraria Rodrigues, 1958.

Obras de Eça de Queiroz. Correspondência, Lisboa, Livros do Brasil, 2001.

Obras em Monumentos Nacionais, MOP/DGEMN, Congresso Internacional de História da Arte, 1949.

Oeuvres complètes de Madame Adam (Juliette Lamber), *La Patrie Portugaise. Souvenirs Personnels*, 3.^a ed., Paris, G. Havard Fils, Éditeur, 1896

O Livro de Lisboa, Irisalva Moita, (coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

ORDIERES-DIEZ, Isabel, *Historia de la restauración monumental en España (1835-1936)*, Madrid, Ministerio de la Cultura, 1995.

ORTIGÃO Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, Antonio Maria Pereira, 1896.

As Farpas, tomos IX, X e XV, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944-1946.

PANTIN, W. A., “The Oxford Architectural and Historical Society, 1839-1939”, in *Oxoniensia*, vol. IV, 1939, pp. 174-194.

PAPULI, G., *L'ingegno e il songegno: archeologia industriale e cultura eclettica*, Lecce, Grifo Edizioni, 1997.

Patrimoine parisien: 1789-1799: Destructures, créations, mutilations, Paris, Délégation à l'action artistique de la Ville de Paris / Bibliothèque historique de la Ville de Paris, 1989.

PEARCE, Susan, “The Construction and Analysis of the Cultural Heritage: some thoughts”, in *International Journal of Heritage Studies*, vol. 4, n.º 1, pp. 1-9.

PEREIRA, Gabriel, “O Campanario de S. Marcos”, in *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.ª Série, n.º 5, anno 1902, p. 33-34.

Estudos Diversos, 1934.

Monumentos Nacionaes, Lisboa, Conselho dos Monumentos Nacionais, 1900.

Monumentos Nacionais II, Lisboa, Typ. do Dia, 1902.

Monumentos Nacionaes, Conferência realisada na Sala da Real Associação de Agricultura em 9 de Maio de 1909, Lisboa, Livraria Ferreira, 1909.

PEREIRA, Luís Gonzaga, *Monumentos sacros de Lisboa em 1833 por...*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.

PEREIRA, Paulo, “Algumas Considerações acerca do Património Edificado”, in *Intervenções no Património, 1995-2000*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1997, pp. 11-25.

PEROGALLI, Carlo, *Monumenti e metodi di valorizzazione del restauro in Italia del Medioevo ali oggi*, Milano, Guerini e associati, 1991.

PEROSA, Sergio, *Ruskin e Venezia. La Bellezza in Declino*, Venezia, Leo S. Olschki, MMI.

PESSOA, Fernando, *Mensagem*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2000.

PINTO, M. de Sousa, “Na casa de Petrarca”, in *A Lucta*, 24 de Setembro de 1906.

POULOT, Dominique, *Musée, Nation, Patrimoine. 1789-1815*, Paris, Gallimard, 1997.

Patrimoine et musées. L'institution de la culture, Paris, Hachette, 2001.

PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

Programma do Concurso para a Illuminação a Gaz da Cidade de Lisboa, Lisboa, Imprensa Democratica, 1887.

QUINCY, Antoine C. Quatremère de, *Lettres à Miranda sur le déplacement des monuments de l'art de l'Italie (1796)*, Paris, Macula, 1986.

Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947), Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, MCMXLIX.

Racines et patrimoine, la banlieue nord de Paris: gestion, sauvegarde et conservation du patrimoine. Actes du colloque, Université Paris XIII, 1995, Paris Errance, 1997.

RAMALHO, M. Costa e BRITO, Nogueira de, “A Torre de Belém”, in *Guia de Portugal Artístico*, vol. VI., Lisboa, Of. Gráf. da Soc. Astória, MCMXXXIX, pp. 33-66.

RAMOS, Paulo Oliveira, “A Zona Ribeirinha de Lisboa (História de uma relação)”, in *Urbe/Cadernos 1*, 1990, pp. 5-11.

“A Obra de Eiffel em Portugal (1875-1890). Revelações de um manuscrito anónimo francês”, in *Pedra & Cal*, ano IV, n.º 14, Abril/Maio/Junho 2002, pp. 26-30.

“Breve História do Museu em Portugal”, in *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 19-62.

“Do Porto do Restello, a-par-de-Lisboa ao cais de Belém”, in *Centro Cultural de Belém. Concurso para o projecto*, Lisboa, IPPC, 1989, pp. 121-129.

“Em torno de um lugar comum: a prioridade do uso do vapor”, in *Arqueologia Industrial*, 2.^a Série, vol. 1, n.ºs 1-2, Vila Nova de Famalicão, 1993, pp. 63-66.

“Memória, Património e Vandalismo!”, in *Discursos*, III Série, n.º3, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 185-195.

“Lisbon’s Historic Waterfront”, in *Industriekultur und Arbeitswelt an der Wasserkante Zum Umgang mit Zeugnissen der Hafен-und Schiffahrtsgeschichte*, Hamburg, Christians Verlag, 1992, pp. 41-45.

“Os caminhos de ferro e o cais da europa”, in *O Caminho de Ferro Revisitado (O Caminho de ferro em Portugal de 1856 a 1996)*, Lisboa, Caminhos de Ferro Portugueses – EP, 1996, pp. 26-32.

“Pequenas Pátrias (O Património Cultural em alguns manuais escolares do Estado Novo)”, in *Poder e Sociedade. Actas das Jornadas Interdisciplinares*, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, pp. 523-539.

“Porto de Lisboa”, in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994, pp. 716-717.

“Sousa Viterbo” in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, pp. 256-257.

“Arqueologia Industrial”, in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, pp. 47-48.

Reviver o Passado. Em torno da Educação Patrimonial e do Ensino a Distância, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 1994 (policopiado).

RAMOS, Oliveira, Paulo e NABAIS, António José Castanheira Maia, *100 Anos do Porto de Lisboa*, Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, 1987.

REAU, Louis, *Les Monuments détruits de l’art française*, Paris, 1959; reed. por M. Fleury sob o título *Histoire du Vandalisme*, Paris, Robert Laffont, 1994.

Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes; apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, em conformidade da portaria do ministro das obras publicas de 24 de outubro de 1880, Lisboa, Lallement Frères, 1881.

Regards sur le patrimoine, préface de Jack Lang, Paris, Réunion des Musées Nationaux, 1992.

“Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados Monumentos Nacionaes apresentados ao Governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em conformidade com a portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de outubro de 1880”, in *Diário do Governo*, n.º 62, de 19 de Março de 1881

RENNINSON, Nick, *The London Blue Plaque Guide*, London, Sutton Publishing, 1999.

RESENDE, André de, *As Antiguidades da Lusitânia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

RIBEIRO, Aquilino, “A Torre de Belém”, in *O Século*, 2 de Novembro de 1949.

RIBEIRO, Isabel, Ribeiro, CUSTÓDIO, Jorge e SANTOS, Luísa, *Arqueologia industrial do bairro de Alcântara: estudo e materiais*, Lisboa, Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa / Companhia Carris de Ferro de Lisboa, 1981.

RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia por*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1885.

RIBEIRO, Victor, “Garrett e a Archeologia Portuguesa”, in *Boletim de Architectura e Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo IX, 4.^a Série, n.º 10, p. 23-24.

A Velha Lisboa e os Estudos de Arqueologia da Capital, Academia das Ciências de Lisboa, Separata do “Boletim da Segunda Classe”, vol. IX, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, pp. 3-47.

Sousa Viterbo. Notas biográficas, Lisboa, 1913.

RIEGL, Aloïs, *Le Culte moderne des monuments, son essence et sa genèse*, 1903, trad. française, Paris, Le Seuil, 1984.

ROCCA, Sandra Vasco, BORGHINI, Gabriele e FERRARIS, Paola, *Roma Lusitana – Lisbona Romana. Guida alla Mostra*, Roma, Agros, 1990.

RODRIGUES, Paulo Alexandre Rodrigues Simões, *Património, Identidade e História. O Valor e o significado dos Monumentos Nacionais no Portugal Oitocentista*, Dissertação de Mestrado EM História de Arte Contemporânea (sécs. XVIII-XX) apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 1998 (policopiado).

ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols., Venda Nova, Bertrand Editora, 1996.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, 2 volumes, Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995 (policopiado).

ROSMANINHO, Nuno e BOTTO, Margarida Donas, “O restauro da Sé Velha de Coimbra (1893-c. 1935)”, in *Vértice*, n.º 54, Maio-Junho de 1993, pp. 23-31.

RUSKIN, John, *The Seven Lamps of Architecture*, London, J. M. Dent & Co., s/d.

SAINT-PULGENT, Maryvonne de, *Le gouvernement de la Culture*, Paris, Gallimard, 1999.

SAINT-VICTOR, Bruno de, “La protection du patrimoine”, in *Science et conscience du Patrimoine* (Pierre Nora, dir.), Paris, Editions du Patrimoine/Fayard, 1997, pp.198-202.

SANTANA, Francisco e PARRO, Joaquim, “As Actas das Secções de Estudos Orlisiponenses da Associação dos Arqueólogos Portugueses”, in *Lisboa. Revista Municipal*, ano XLIV, 2.^a série, n.ºs 5-6 (1983, pp. 3-41), n.º 7 (1984, pp. 44-63) e n.ºs 8-9-10 (1984, pp. 41-64).

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (orgs.), *Dicionário da História de Lisboa*, , Sacavém, Carlos Quintas & Associados, 1994

SANTOS, António Maria A., “A Arquitectura da Electricidade” em Portugal (1906-1911)”, in *Arqueologia & Indústria*, n.ºs 2-3, 1999/2000, pp. 130-148.

SEGURADO, Jorge, “A Moldura da Torre de Belem”, in *Diário de Notícias*, 8 de Setembro de 1950.

SENA, António, *Uma História da Fotografia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1967, III volume.

“Uma Joia Manuelina. A Torre de Belem”, in *Ilustração Portuguesa*, II série, n.º 711, 6 de Outubro de 1919, pp. 264-267.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d.

Obra Completa de Cesário Verde, Lisboa, Livros Horizonte, 1983.

SERRÃO, Vítor, “O Património Histórico-Artístico Português e os equívocos de um “inventário” programado à escala nacional”, in *Vértice*, II série, n.º 54, Maio-Junho de 1993, pp. 69-74.

SILVA, A. Vieira da, “Estudos olisiponenses na Universidade de Lisboa”, in *Olisipo*, ano VIII, n.º 32, 1945.

Dispersos de Augusto Vieira da Silva, vol. II, Lisboa, Publicações da CML, 1985.

Plantas Topográficas de Lisboa, Lisboa, Oficinas Gráficas da CML, 1950.

Iconografia de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

O termo de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da, *Mémoire descriptive du projet d'une Restauration. L'église Monumentale de Belem à Lisbonne bâtie en 1500 en souvenir de la découverte de l'Inde par les navigateurs portugais. Modèle fait pour l'exposition de Paris*, Lisbonne Typ. Gazetta de Portugal, 1867.

Dissertation Artistique sur l'Architecture au Portugal, depuis le XIIème au XVIIème siècle, Lue dans le congrès international des Architectes à Paris dans la Séance du 29 juillet 1867, Lisbonne, Imprimerie Franco-Portugaise, 1869.

Relatorio da Commissão dos Monumentos Nacionaes Apresentado ao Illustrissimo Ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria pelo Presidente da referida Commissão em 1884, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.

SILVA, Jorge Henriques Pais da, *Pretérito Presente. (Para uma teoria da preservação do Património Histórico-Artístico)*, s/l, s/ed, s/data.

SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa romântica, urbanismo e arquitectura, 1777-1874*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997 (policopiado).

SIMÕES, Ilídio Mariz, *Pioneiros da Electricidade em Portugal e Outros Estudos*, Cadernos do Museu da Electricidade, n.º 1, Lisboa, EDP, 1997.

SIRE, Marie-Anne, *La France du Patrimoine : Les choix de la mémoire*, Paris, Gallimard, 1996.

SIZA, M. Tereza e WEIEMAIR, Peter (org.), *Portuguese Photography since 1854. Livro de Viagens*, Edition Stemmler, 1997.

SOARES, Ernesto e LIMA, Henrique de Campos Ferreira de, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1948

SOUSA, Abade António Dâmaso de Castro e, *Itinerário que os estrangeiros, que vem a Portugal, devem seguir na observação, e exame dos edifícios, e monumentos mais notáveis deste reino*, Lisboa, Typographia da História d'Hispanha, 1845.

SOUSA, J. Fernando de, "Lisboa, caes da Europa", in *Gazeta dos caminhos de Ferro*, n.º 446, Julho de 1906, pp. 216-217.

SOUSA, Rocha; *Ver e tornar visível: formulações básicas em cinema e video*, Lisboa, Universidade Aberta, 1992.

STAMP, Gavin, “Twentieth-century conservation Societies”, in *Preserving the Past. The Rise of Heritage in Modern Britain*, pp. 89-91.

Studies in Venetian Art and Conservation, Venice, Save Venice Inc., 2001.

Subsídios para a Classificação dos Monumentos Nacionaes, Conselho dos Monumentos Nacionaes, Lisboa Imprensa Nacional, 1904

SURIAN, Elvidio, “Domenico Scarlatti e la Emigrazione di musicisti italiani in Portogallo”, in *Estudos Italianos em Portugal*, Instituto Italiano de Cultura em Portugal, n.ºs 51/52/53, 1988, 89, 90, pp. 223-234.

TOMÉ, Miguel Jorge Biscaia Ferreira, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, 2 vols, Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998 (policopiado).

TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre, “Produção e reprodução cultural”, in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. V., p. 685-696.

TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Maria Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

Torre de Belém. Intervenção de conservação exterior, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2000.

TOULIER, Bernard, *Architecture et Patrimoine du XXe siècle en France*, Paris, Éditions du Patrimoine, 1999.

TRAVERS, Émile, *L'Association Royale des Architectes Civils et des Archéologues portugais*, Caen, Imprimerie de F. Le Blanc-Hardel, 1880.

TSIOMIS, Yannis, *Ville-cité. Des patrimoines européens*, Paris, Picard, 1998.

VARGUES, Isabel Nobre e RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias”, in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 183-251.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *Notícia Histórica e Descritiva do Mosteiro de Belém*, Lisboa, Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1842.

VITERBO, Sousa, “Archeologia industrial Portuguesa. Os moinhos”, in *O Archeologo Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, vol. II, n.º 8 e 9, pp. 192-196.

“A Classificação dos Monumentos Nacionaes”, in *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4.ª série, n.º 11, 1907.

Cem artigos de jornal insertos no “Diário de Notícias” de Lisboa e pela empresa deste jornal publicados em homenagem ao seu extinto colaborador com um prefácio, Lisboa, Typographia Universal, 1912.

WALSH, Kevin, *The Representation of the Past: Museums and Heritage in the post-modern World*, London, Routledge, 1992.

WATSON, Walter Crum, *Portuguese Architecture*, London, Archibald Constable and Company, 1906.

WATT, David e SWALLOW, Peter, *Surveying historic Buildings*, Dorset, Donhead, 1996.

YOUNG, Linda, “Museums, Heritage, and Things that Fall In-Between”, in *International Journal of Heritage Studies*, vol. 3, n.º 1, 1997, pp. 7-16.

Periódicos

Anaes da Sociedade Arqueologica Lusitana, Lisboa.

Antonio Maria (O), Lisboa.

Anuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes, Lisboa.

Archeologo Português (O), Lisboa.

Architectura Portugueza (A), Lisboa.

Archivo de Architectura Civil. Jornal da Associação dos Architectos Portugueses, Lisboa.

Archivo Pittoresco, Lisboa.

Arqueologia e História

Arqueologia & Indústria

Arte Portuguesa, Lisboa.

Artes e Letras, Lisboa.

Boletim da Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, Lisboa,

Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Lisboa.

Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes, Lisboa.

Canção do Sul, Lisboa.

Construção (A), Lisboa.

Construção Moderna (A), Lisboa.

Dia (O), Lisboa.

Diário da Câmara dos Deputados, Lisboa.

Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, Lisboa.

Diario Ilustrado, Lisboa.

Diário da Manhã, Lisboa.

Diário da República, Lisboa.

Diário de Lisboa, Lisboa.

Diário de Moçambique, Beira.

Diário de Notícias, Lisboa.

Diário do Governo, Lisboa.

Diário Popular, Lisboa.

Écos de Belém, Lisboa.

Flama, Lisboa.

Ilustração Portuguesa, Lisboa.

Jornal (O), Funchal.

Lucta (A), Lisboa.

Mundo (O), Lisboa

Nação (A), Lisboa.

Noticias Ilustrado, Lisboa.

Novidades, Lisboa.

Occidente (O), Lisboa.

Olisipo, Lisboa.

Panorama (O), Lisboa

Panorama, Lisboa.

Panorama Photographico de Portugal, Lisboa.

Pontos nos ii, Lisboa.

Revista de Obras Públicas e Minas, Lisboa.

Revista dos Centenários, Lisboa.

Revista Municipal, Lisboa

Revista Pittoresca e Descritiva de Portugal, com vistas Photographicas, Lisboa.

Revista de Turismo, Lisboa.

Século (O), Lisboa.

Século Cómico (O), Lisboa.

Thalassa (O), Lisboa.

Voz (A), Lisboa

Voz de Belém, Lisboa.

ANEXOS

Índice das Figuras

Figura 1

Torre de Belém. Construção de armar, in *O Mosquito* [data desconhecida]
(G.E.O., Colecção Olisiponense Vieira da Silva)

Figura 2

A Torre de Belém e Alfaiataria do Povo.
(G.E.O., Colecção Olisiponense Vieira da Silva)

Figuras 3 a 7

Anúncios e marcas – I
(G.E.O., Colecção Olisiponense Vieira da Silva)

Figuras 8 a 14

Anúncios e marcas – II
(G.E.O., Colecção Olisiponense Vieira da Silva)

Figuras 15 e 16

Anúncios e marcas – III
(G.E.O., Colecção Olisiponense Vieira da Silva)

Figura 17

“Torre de Belém”. Lápis sobre papel, Album de Desenho, 1877.
Colecção Keil do Amaral.

Figura 18

Gaz de Lisbonne – Scrubbers
(A. Eira)

Figura 19

Kurt Pinto, Vila Correia, Edifício da Sala das Válvulas e Habitação do Chefe da
Fabrica de Gaz.
(A.H. da EDP).

Figura 20

Rosto da *Ilustração Portuguesa*, n.º 120, 10 de Agosto de 1908.

Figura 21

Torre de Belém e Fabrica de Gás.
(A.F. da C.M.L. - A 4356)

Figura 22

Torre de Belém e Fabrica de Gás.
(A.F. da C.M.L. - A 4362)

Figura 23

Torre de Belém e Fabrica de Gás.
(A.F. da C.M.L. - A 4359))

Figura 24

Torre de Belém e Fabrica de Gás.
(A.F. da C.M.L. - A 22226)

Figura 25

Torre de Belém e Fabrica de Gás.
(D.G.E.M.N. - 11190)

Torre de Belém

CONSTRUÇÃO DE ARMAR
Em cartolina, a três cores

Uma preciosa miniatura da velha Torre, padrão das descobertas, sentinela da glória portuguesa

Preço 250

5 folhas

REGISTADO

Propriedade e edição de

Fig. 1

A TORRE DE BELEM e *Of. do Prof. A. Lindo de Sousa - Rio de Janeiro 22-XII-48*

ALFAIATARIA DO POVO 48

CAMISARIA E CHAPELARIA

Casa especial de artigos para homens e meninos

ROUPAS FEITAS E SOB MEDIDA

A. Pinto Vaz & Cia.

TEL. 22-8622

~~Largo da Carioca, 31 - Rua Gonçalves Dias, 1 e 3 - Rua Uruguayana, 2, 4 e 6 14~~

RIO DE JANEIRO

Fig. 2



Figuras 3 a 7



N.º 6188



N.º 35430



N.ºs 18984 e 18985



N.º 37067

compañia Portuguesa de Tabacos



N.º 41783



N.º 36134

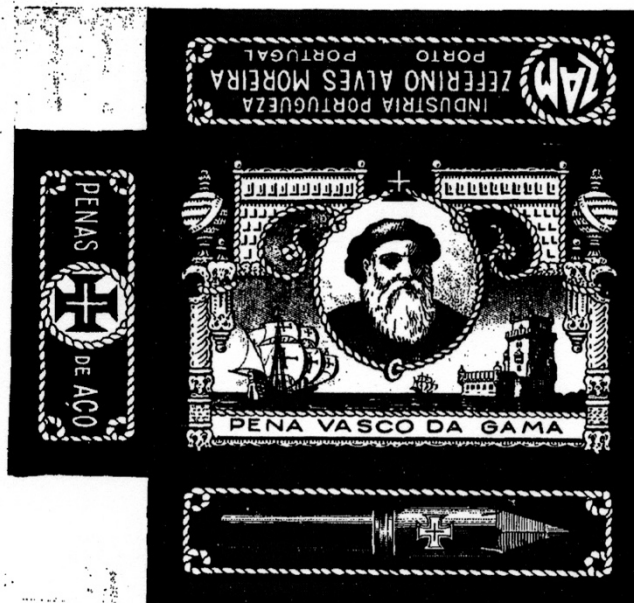
torres de Belem Lisboa



N.º 37407

COLEÇÃO OLISIPONENSE
VIEIRA DA SILVA

Figuras 8 a 14



BANCO LISBOA & AÇORES
 Sociedade anonyma de responsabilidade limitada
 Séde em Lisboa: **Rua d'El-Rei, 158**
 OPERAÇÕES BANCARIAS NOS SEUS VARIADOS RAMOS

CORRESPONDENTES
 em todas as cidades e villas do paiz, ilhas dos Açores, Madeira e nas principaes praças da Europa, America do Norte e Brazil
 RECEBE DEPOSITOS Á ORDEM E Á PRASO
 Cartas de credito circulares para qualquer parte do estrangeiro.

COLEÇÃO OLISIPONENSE
 VIEIRA DA SILVA

Figuras 15 e 16



Fig. 17



Fig. 18



Fig. 19

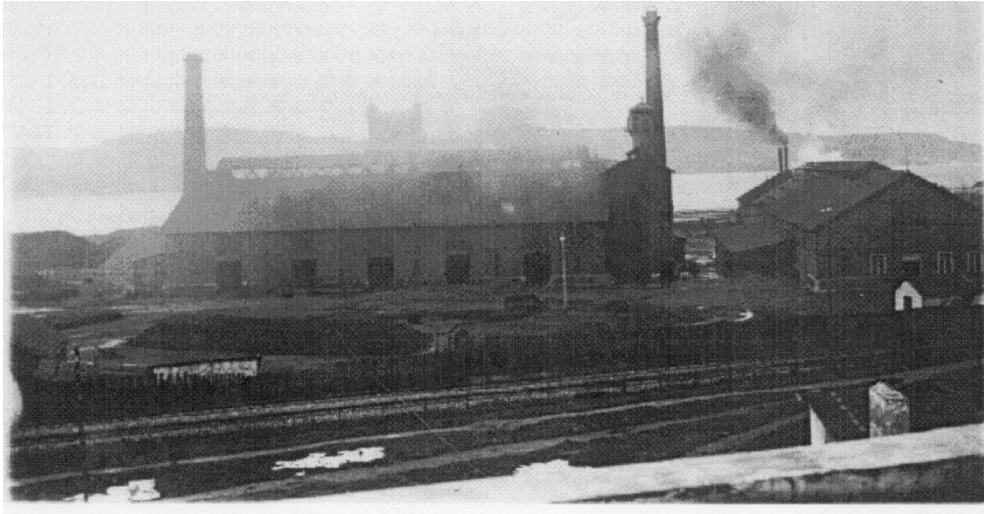


Fig. 21

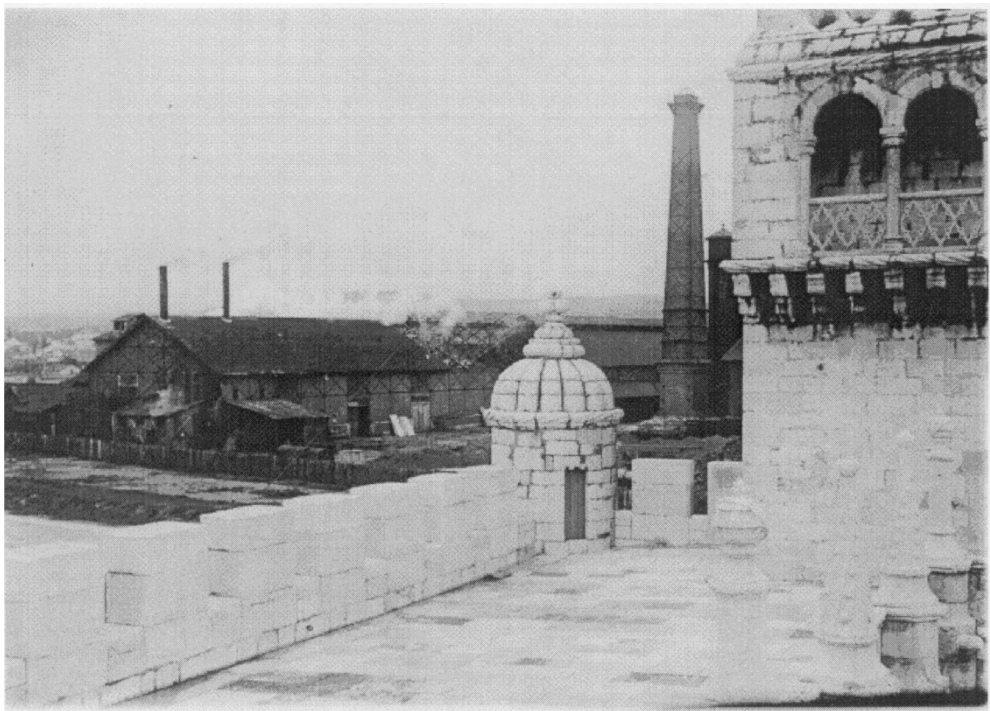


Fig. 22

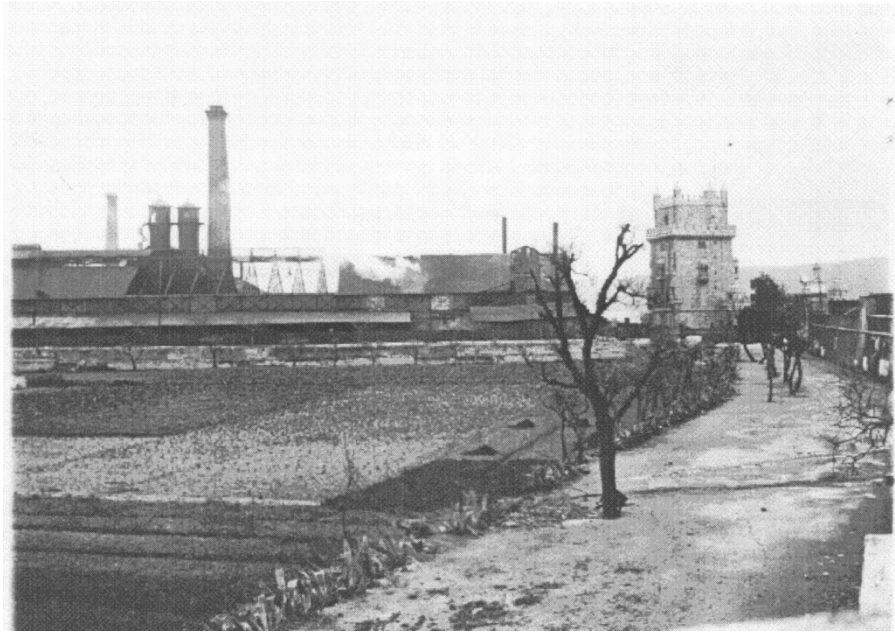


Fig. 23



Fig. 24



Fig. 25

Índice dos *Fac - similes*

Doc. 1

Alvará em forma de Lei de 20 de Agosto de 1721.
(A. H. da IN-CM)

Doc. 2

Requerimento de Afonso de Lemos para obter a cópia do Contrato entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Fábrica de Gás. 23 de Setembro de 1909.
(A.C., SGO 110)

Doc. 3

Pedido de Afonso de Lemos para saber se os terrenos onde continua instalada a Fábrica de Gás, junto à Torre de Belém, pertencem à Câmara Municipal de Lisboa. 18 de Agosto de 1910.
(A.C., SGO 110)

Doc. 4

Propostas de Afonso de Lemos para que a Companhia do Gaz seja intimada a retirar até ao fim do primeiro semestre de 1911. 25 de Agosto de 1910.
(A.C., SGO 110)

Doc. 5

Representação da Associação dos Arqueólogos Portugueses contra a permanência das oficinas Companhias “Gaz e electricidade” junto à Torre de Belém. 12 de Março de 1920.
(A.H. da A.A.P., cx. 38)

DOM JOAM

POR GRACA DE DEOS REY DE PORTUGAL,
& dos Algarves dàquem, dálem Mar, em Africa Senhor de Guinë,
& da Conquista, Navegaçãõ, Commercio de Ethiopia, Arabia,
Persia, & da India, &c. Faço saber a vòs

que passley ora hum Alvará em fórma de Ley por mim affinado, &
& passado pela minha Chancellaria do qual o treslado he o seguinte.



U El-Rey faço saber aos que este Alvará de Ley virem que por me representarem o Director, & Censores da Academia Real da Historia Portugueza, Ecclesiastica, & Secular, que procurando examinar por si, & pelos Academicos, os Monumentos antigos que havia, & se podiaõ descobrir no Reyno, dos tempos em que nelle dominãrãõ os Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, & Arabios, se achava q̃ muytos q̃ poderaõ existir nos Edeficios, Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, Medalhas, Moedas, & outros artefactos por incuria, & ignorancia do vulgo, se tinhaõ consumido; perdendo-se por este modo hum meyo muy proprio, & adquadõ, para verificar muytas noticias da veneravel antiguidade assim Sagrada, como Politica; & que seria muy conveniente à luz da verdade, & conhecimento dos seculos passados, que no que restava de semelhantes memorias, & nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno em que pôde ser muyto interessada a gloria da Naçaõ Portugueza, naõ só nas materias concernentes à Historia Secular, mas ainda à Sagrada, que saõ o instituto a que se derige a dita Academia; & desejando Eu contribuir com o meu Real poder, para impedir hum prejuizo taõ sensivel, & taõ damnozo à reputaçãõ, & gloria da antiga Lusitania cujo dominio, & soberania foy Deos servido dar-me. Hey por bem que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer eitado, qualidade, & condiçaõ que seja desfaça, ou destrua em todo, nem em parte qualquer edificio que mostre ser daquelles tempos, ainda que em parte esteja arruinado, & da mesma sorte as Estatuas, Marmores, & Cippos em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreyros Phenices, Gregos, Romanos, Gothicos, & Arabicos, ou Laminas, ou chapas de qualquer metal que contiverem os ditos letreyros, ou caracteres, como outrosim medalhas, ou moedas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores atè o Reynado do Senhor Rey Dom Sebastiaõ, nem incubraõ, ou ocultem alguma das sobreditas cousas; & encarrego às Camaras das Cidades, & Villas deste Reyno tenhaõ muyto particular cuidado em conservar, & guardar todas as antiguidades sobreditas, & de semelhante qualidade que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos lemites do seu districto, & logo que se achar, ou descobrir alguma de novo daraõ conta ao Secretario da dita Academia Real para elle a communicar ao Director, & Censores, & mais Academicos: & ao dito Director, & Censores com a noticia que se lhe participar poderaõ dar a providencia que lhes parecer necessaria, para

para que melhor se conserve o dito monumento, assim descoberto; & se o que assim se achar, & descobrir novamente forem laminas de metal, chapas, ou medalhas que tiverem figuras, ou caracteres, ou outrosim moedas de ouro, prata, cobre, ou de qualquer outro metal, as poderão mandar comprar o Director, & Censores do procedido da assignação que fui servido dar para as despesas da dita Academia, & as pessoas de qualidade que contravieverem a esta minha despozição desfazendo os edificios daquelles seculos, Estatuas, Marmores, Cippos; ou fundindo laminas, chapas, medalhas, & moedas sobreditas, ou tambem deteriorando-as em fórma que se não possaõ conhecer as figuras, & caracteres, ou finalmente encobrando-as, & ocultando-as; além de incorrerem no meu desagrado, experimentarão tambem a demonstração que o caso pedi, & merecer a sua desatenção, negligencia, ou malicia; & as pessoas de inferior condição incorrerão nas penas impostas pela Ordenação do liv. 5. tit. 12. §. 5. aos que fundem moeda, & porque as que acharem algumas laminas, chapas medalhas, & moedas antigas as quererão vender, & reduzir a moeda corrente, as Camaras seraõ obrigadas a compralas; & pagalas promptamente pelo seu justo valor, & as remeterão logo ao Secretário da Academia que fazendo-as presentes ao Director, & Censores, se mandará satisfazer às Camaras o seu custo; & para que em tudo se cumpra este Alvará como nelle mando: ordeno ao Regedor da Casa da Supplicação, Governador da Relação, & Casa do Porto, & aos Dezembargadores das ditas Casas, Corregedores destas Cidades, & aos mais Corregedores, Ouvidores, Provedores, Juizes, Justiças, Officiaes & pessoas de meus Reynos, & Senhorios, q̃ o cumprão, & guardem, & fação inteiramente cumprir, & guardar como nelle se cõthem; & para q̃ venha a noticia de todos, mado ao Doutor Joseph Galvão de la Cerda do meu Conselho, & Chanceller mór dos ditos meus Reynos faça publicar este meu Alvará na Chancellaria, & enviar logo cartas com o traslado delle sob meu Sello, & seu final a todas as Camaras da Cidades, & Villas do Reyno sem excepção alguma, & ainda às das terras dos Donatarios, & aos Corregedores, Ouvidores das Comarcas, & aos dos mesmos Donatarios em que os Corregedores não entraõ por correção, aos quaes mando que logo o publiquem, & fação publicar em todos os lugares das suas Comarcas & se registará nos livros do Dezembargo do Paço, Casa da Supplicação, & do Porto, onde semelhantes se costumão registrar, & este proprio se lançará na Torre do Tombo. Brás de Oliveyra o fez em Lisboa Occidental a 20. de Agosto de 1721. Manoel Galvão de Castello Branco a fez escrever.

R E Y.

Alvará em fórma de Ley, porque V. Mag. ha por bem que nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade, & condição que seja, desfaça, ou destrua em todo, nem em parte edificio que mostre ser dos tempos, em que dominarão este Reyno os Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, & Arabios, & da mesma sorte as Estatuas, Marmores, & Cippos em q̃ estiverem esculpidas algũas figuras, ou tiverem letreyros Phenices, Gregos, Romanos, Gothicos, & Arabicos, laminas, ou chapas que contiverem os ditos letreyros, ou caracteres, como outrosim, medalhas, ou moedas que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o Reynado do Senhor Rey Dom Sebastião, nem encubraõ, ou ocultem algũa das sobreditas cousas sob pena do castigo neste Alvará refferido, tudo pela maneyra que acima se declãra.

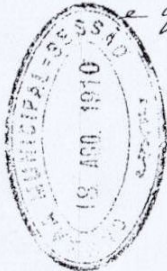
Para Vossa Magestade ver.

30/10/10

A. J. Fernandes
Presidente
M. J. Fernandes

43 30

Senhor Aher de os terrenos onde continua instalada
a fabrica de gaz, junto a torre de Belem pertencem a
Câmara, de esta arrendada, a Companhia de Gaz
e qual o contrato d' em arrendamento



N. 18-8-910
off. 558 de
10-9-1910
Cam. 890 d' 3.ª
em 24-8

Off. Municipal

Off. No 301 de 3 de Set de 1910
da 4ª Leccão.

Doc. 3

Approvada UNICIPAL
 25. 8. 1910
 54
 15 SEP 1910

estendidos a que os terrenos situados a Foz de Belém
 onde estão as fabricas de gaz pertencem a Camara, sendo
 portanto de sua directa responsabilidade e sendo que
 devendo em seu devido a tal vinculação, se encontrar
 aquelle Monumento Nacional tão digno de melhor sorte.
 estendidos a que não existe qualquer contrato de arrenda-
 mento a longo prazo que iniba esta Camara de usar
 os seus direitos de servidão para com aquelle individuo
 Proprietario que a Companhia de gaz sepa intervir
 a retirar até ao fim de primeira metade de 1911
 todos os utensilios de fabrica de gaz que ~~sejam~~ actual-
 mente n'aqueles terrenos ficando estes completamente
 desembaracados n'aquele data para a Camara se poder
 dar outro destino mais proprio com respeito a con-
 tinuaçao d'uma foz de ~~appropriação~~.

N.º 25-8-10

Alfonso Ribeiro

Doc. 4



Entregue - Torre de Belém -
Entregue em 12 de Março de 1920
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES
Edifício Historico do Carmo - LISBOA

Ed. Inf. P.
Presidente e Vogais da Comissão Administra-
tiva do Municipio de Lisboa

A comissão delegada da Ass. dos Archeo-
logos Portuguezes tem a honra de entregar nas mãos
de V. Ex.ª uma representação de protesto contra a
permanencia das oficinas das Comportinas "for e ultra"
situadas junto da Torre de Belém.

Este protesto vem acompanhado de 304 folhas de
papel com 6.595 assinaturas de pessoas zelosas da
conservação do seu patrimonio artistico e que a todo
o trance desejam ver desconjugado aquelle mau
padrão das nossas glorias.

Saudes e fraternidade

Edifício do Carmo, 12 de Março de 1920

O Comissário



ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

Edifício Histórico do Carmo — LISBOA

Gravos
H. C. P.

Spia — Presidente e Vogas da Comissão Administrativa do
Município de Lisboa — de João de Belém; de certo, um
dos nossos mais notáveis monumentos históricos. A
sua incontestável beleza e originalidade ali o valor
e o carácter de padrões da nossa gloriosíssima epopeia
colonial. Seriam, como, num tempo representado,
um tempo observou a comissão dos monumentos, que
figurando, por esculptura, em grandes obras de ar-
te, e em de vulgarização se referem a Lisboa, e sua des-
cuberta assumiu um carácter, por assim dizer, heráldico,
mais familiar ao espírito dos estrangeiros do que ao
próprio amor da cidade. Lembrado pelos repetidos e
por vezes violentos, e tantos desastres históricos que em
o capital se tem dado, a respeito do palácio e o grande
destruction, — uma preciosa jóia do nosso património
artístico acha-se, há alguns anos, a par de si por o fi-
cadas dos Campos e livros reunidos "que a destruição de
cuja existência causou e continuadamente a qual
sobretudo, e viciando os canchãos, por de - as tam-
bem um perigo de destruição total pelo ar, lenta, mas
profunda, e geris delictivos.

Debalde a conservação de monumentos, os escritores de
arte, como Namorado Ortigão, que os assuntos se
referem nunca das mais importantes para a arte de um li-
vro "do culto da arte em Portugal", a imprensa por

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUEZES
Edifício Historico do Carmo - LISBOA

Cópia da Associação dos Arqueologos Portuguezes e, cada
um, todos garantidos e responsáveis em nome da respectiva
organização do patrimonio artistico da nação, que V. Ex.
opera com a máxima urgencia e em virtude a labo-
rar os officios indispensavelmente hereditarios e por os
preciosos monumentos, forçados remover prontamente,
mas só com officios, como também, até onde possível
seja, os trabalhos junto de se construídos, criando a maioria
de laço de terra, com a razão de respeito, de modo que
se contemplamos com original e formosissima torre,
mas nos parece que clareza original nem tanto manusei-
ada, mas, pelo contrario, a que se trata de obras e a
area luma de Portugal, em submissão de opotheca, na ver-
tae humanidade de quem se apegou a estas antigas e de
nos de Manante

Não aguarde V. Ex. que termine com plote e que de
muitos anos e prante eternidade

O grau de cultura de um povo pode avaliar-se pelo res-
peito que lhe concede aos seus monumentos.

Não comintam V. Ex. que os estrangeiros que nos visi-
tam, recebem, logo ao entrar em bello porto de Lisboa, a im-
pressão de que somos um povo bárbaro e a quem se im-
ponha a tremenda responsabilidade de se não operem,
por todos os meios e com a mais ingenuidade e con-
juzo e em o terreno artistico da nação, já não reduzido, to



ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES
Edifício Histórico do Carmo — LISBOA

- (a) M. O' Connor Martins
 " Pedro Jansen Dirias
 " Alberto G. Novais
 " Maria Leitão de Almeida
 " Pedro Augusto de Almeida
 " Bernardino José de Carvalho
 " Filipe E. de Almeida Figueiredo
 " António Rodrigues Tadeu
 " João Leão de Castro
 " João Tierno
 " Francisco de Xavier Teixeira



Os abaixo assignados protestam energicamente contra a permanencia da Fabrica do Gaz junto da Torre de Belem, e declaram dar todo o seu apoio d campanha encetada pela Associação dos Archeologos Portuguezes no sentido de libertar essa preciosa joia do nosso patrimonio artistico de uma vizinhança que tanto a prejudica, chegando mesmo a pôr em perigo a sua conservação.

Nomes	Profissões	Moradas
Augusto Graça	Caixeiro	R. da Rosa 257-30 4to.
Ezequiel Baptista Moraes	Caixeiro	Rua dos Lusíadas 105-1º 2º
Alberto Ferreira	Caixeiro	P. de Livramento, 57-1º 9º do
George Avelar	"	Quinta do Bosque Amadora
Eduardo Silva	"	E. Condessa do Olio 23-1º
Guilherme de Azevedo	"	Rua Clara 130-
Maria Carlota de Cunha	"	Rua do Tejo 71-99
Albertina Benício	Empregada Escritório	R. de Sol à Praça 32, 2º
Alberto de S. Corte Real	" " "	R. Campo d'Ourique 109-3º 8º
Manuel Henriques de S. Torres	" " "	R. Ferreira Borges 119-1º
Alípio Magalhães	Formalista	R. Monte Olivete 12-4º
Alfonso de Almeida	Emp. Com.	R. Moraes Soares 89-1º 2º
Leonor Varato	Emp. Com.	R. Santa Luzia da Moura 102
Paulo Dias	Emp. Com.	R. Durca 132-132
Francisco Tiquave	"	R. de Sabrosa 57-1º
Luiz Cardim	Professór	R. de S. Jem 10 2º 1º
Ezequiel Baptista Moraes	Comunicação	R. Santa Maria 49
Manuel Helder F. Branco	Formalista	R. Ant. Maria Corda 26
Alberto Sousa	Contador	R. S. Bento 148, 3º
Alvaro Portugal	Caixeiro	R. de Arroyo 22-7º
Luiz de Montalvão	"	Praça Luis de Camões 22, 4º
António S. Lisboa	Caixeiro	Rua Truro 132-7º
Manuel José de Sousa	Empregado Escritório	Rua da Tuna 132-1º
Alfonso de Almeida	Proprietário de Off. de Litho	R. S. João de Heróis 15-1º
Miguel de Almeida	Emp. Escritório	Rua Clara 138.